

Alexandre Lazzari

**Entre a grande e a pequena pátria:
literatos, identidade gaúcha e nacionalidade
(1860 – 1910)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação da Profa. Dra. Maria
Clementina Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
18/06/2004.

BANCA

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (Orientadora)

Profa. Dra. Barbara Weinstein

Prof. Dr. Temístocles Americo Correa Cezar

Prof. Dr. Jefferson Cano

Prof. Dr. Sidney Chalheüb

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (suplente)

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (suplente)

JUNHO/2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	88
Nº CHAMADA	TNMUMP
	L459e
V	EX
TOMBO BC/	60230
PROC.	16.114-09
C	<input type="checkbox"/>
	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	27.10.09
Nº CPD	

B.5 Id 324601

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 459 e Lazzari, Alexandre
Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910) / Alexandre Lazzari. - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Identidade. 2. Nacionalismo – Brasil. 3. Literatura brasileira.
4. Brasil – História – Império, 1860-1889. 5. Brasil– História – República Velha, 1889-1910. 6. Rio Grande do Sul – História. I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta tese propõe reler e interpretar a obra e a experiência de letrados rio-grandenses que pretenderam integrar modos de representar uma identidade peculiar para sua província/estado com modelos de história e literatura nacionais do Brasil no século XIX. O estudo pretende mostrar também como estas idéias foram divulgadas por meio de uma intensa atuação político-pedagógica para a formação da “consciência de nacionalidade” entre as elites políticas rio-grandenses, com especial atenção à atuação e obra do professor Apollinario Porto Alegre. Discute-se ainda no trabalho o uso das narrativas e símbolos identitários nos conflitos do início do período republicano, assim como as ambigüidades que contribuíram para a consolidação das noções de identidade “gaúcha” como tradição e de identidade “regional” como modo de pertencimento à “nação” brasileira.

ABSTRACT

The purpose of the present thesis is to reread and interpret the work and experiences of literate men from Rio Grande do Sul which intended to join together ways to represent a peculiar identity to their southern province/State and models of history and national literature in XIXth century Brazil. Another objective of this study is to demonstrate how these identitary ideas have been spread thanks to a intense political and pedagogic activism in order to build the “consciousness of nationality” among Rio Grande’s political elite, with particular emphasis to the teacher Apollinario Porto Alegre’s work. The thesis also discusses the use of narratives and identitary symbols within the conflicts that took part at the beginning of the republican period, as well as the ambiguities that contributed to the consolidation of the notion of the “gaúcho” identity as a tradition and to the notion of “regional” identity as a way of belonging to the Brazilian “nation”.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Homens de letras e de política na província de São Pedro	23
O IHGB e suas províncias	27
Exílio e identidade: o Rio Grande para a corte ler	35
Sábios, heróis e a história nacional	48
Um malogro e uma vitória: do IHGPSP ao Parthenon Litterario	59
Esparta ou Atenas? Exemplos cívicos e dilemas da identidade guerreira	69
Lembrando a revolução: “calamitoso decênio” ou “espetáculo heróico”?	77
Política e literatura: entre o precipício e o imperecível monumento	84
2. Literatura nacional e outras missões civilizadoras	94
Daymã e a fábula nacional	97
Iriema e os filhos da América	112
Alencar: uma literatura e uma nacionalidade	133
A nação letrada em atuação pública	151
Nem heróis rurais nem progresso	164
3. Passado e futuro em disputa	177
Um instituto brasileiro: a consciência nacional ensinada a uma geração	183
Sonhando a grande nação: republicanismo e identidade nacional	195
Novos republicanos contam velhas histórias: republicanismo e identidade provincial	207
Um certo capitão Ilusino e os homens de educação científica	226
A guerra da Casa Branca ou a crônica de uma derrota	236
4. Sábios, patriotas e gaúchos	249
Um homem de ciência e sua religião	251
Um “revolucionário às direitas” em busca da língua nacional	258
Novo mundo, nova raça	267
De churrascos, vatapás e canções populares	274
Festas da família rio-grandense	290
Decadência, nacionalismo e “reconciliação”	297
O velho e os novos literatos	316
Epílogo: A nação por outros ângulos	335
Fontes	345
Bibliografia	353

AGRADECIMENTOS

Final de uma etapa, hora do balanço. Meu doutorado foi uma experiência talvez excessivamente prolongada e desgastante, mas plenamente gratificante do ponto de vista humano e intelectual.

O convívio acadêmico com os professores e alunos do programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, especialmente o grupo da linha de pesquisa História Social da Cultura e do Cecult, foi a experiência mais enriquecedora e estimulante que eu poderia ter desejado. Dos colegas doutorandos levo amizades e gratas recordações da companhia de Tiago, Josianne, Fabiane, João Paulo, Diorge, Gláucia, Cláudia, Wlamira, Isabel, Flávia, Camila, Cristiani e muitos outros dos quais espero perdão pelo esquecimento involuntário.

A infra-estrutura que foi necessária para a realização desta empreitada envolveu muita gente: a Fapesp e seus avaliadores, que agora podem conferir os resultados científicos do investimento; Junior da secretaria e Luciana do Cecult, que quebraram muitos galhos para mim; os funcionários das instituições em que pesquisei; todos enfim que garantiram suporte financeiro, técnico e material à minha formação.

Registro um agradecimento especial em memória de Julio Petersen, já falecido, que me abriu as portas de sua sensacional biblioteca particular e tornou possível a consulta a fontes decisivas para o sucesso deste trabalho.

Sou muitíssimo grato também a Bárbara Weinstein, que me recebeu com extrema gentileza na University of Maryland, em meu curtíssimo porém proveitoso “sanduíche”. Jefferson Cano e Stella Bresciani contribuíram para aperfeiçoar significativamente este estudo com suas observações e críticas na banca de qualificação.

E a minha orientadora, Maria Clementina Pereira Cunha, que me acompanha desde o mestrado, serei sempre devedor de sua clareza e segurança intelectual, bem como de sua paciência com os atrasos e de sua confiança no meu trabalho.

E finalmente o suporte mais importante de todos, o afeto de meus pais, irmãos e sobrinhos. E, principalmente, de Elisa e sua amorosa impaciência, que sofreu valentemente ao meu lado a longa jornada da redação final.

Introdução

Todo cidadão brasileiro que, nos dias de hoje, possui a paciência de acompanhar programas de televisão que ocupam horários reservados à propaganda dos partidos políticos, provavelmente já foi exposto a um bombardeio de imagens de um país próspero e produtivo (a miséria parece ter sido definitivamente abolida do dicionário dos marqueteiros), embalado por *jingles* frenéticos e otimistas. Intercalados entre imensas plantações, modernas linhas de montagem e paisagens deslumbrantes, muito provavelmente também já viu um gaúcho a galopar no pampa, uma baiana nas ruas do Pelourinho em Salvador, ou um caboclo a cruzar um rio amazônico em sua canoa. Se o telespectador estiver no Estado do Rio Grande do Sul, a versão regional do horário político não será muito diferente: pujança agrícola e industrial, natureza inigualável, trabalhadores sorridentes e gaúchos em trajes típicos, orgulhosos e confiantes. Como a mensagem agora quer identificar seu público com um tipo particular de brasileiros, desaparecem as baianas, índios e outros estereótipos regionais.

Estas imagens não são escolhidas por acaso, estão ali porque supostamente falam uma linguagem compreensível a todos os brasileiros, evocam memórias e sentimentos de pertencimento. Pelo menos no meu caso particular, o único sobre o qual posso falar, a primeira recordação que me vem à mente quando (raramente) assisto algum programa desses, é a dos livros escolares de Educação Moral e Cívica das primeiras séries. Ali nos ensinavam que o povo brasileiro era formado pela união de três raças: branca, negra e indígena ou “amarela”. Lembro também de mapas apresentando o Brasil dividido em Estados e Regiões, cada uma relacionada a desenhos ou fotografias de paisagens e tipos folclóricos. Daí imediatamente passo a recordar os eventos da “Semana da Pátria” na nossa escola pública em Porto Alegre: todos decoravam o Hino Nacional e a música oficial das comemorações que governo promovia todo ano, os professores inventavam coloridas e

barulhentas coreografias para os alunos menores executarem, enquanto os demais assistíamos perfilados, em silêncio (quase) marcial, sob o olhar vigilante e severo dos diretores. A “Pátria” então, na minha infância, ficou gravada como a mistura de um pouco de tudo isso: festa e disciplina, raças e regiões, paisagens e folclore. Mas era algo de que falavam para nós, externo, para ser imaginado, um “conteúdo” a mais. Tudo já vinha pronto, bastava decorar, não se perguntava a opinião de ninguém, “ame-o ou deixe-o”. Mais interessante era colecionar figurinhas da Copa do Mundo de futebol, completar a seleção brasileira era o verdadeiro triunfo patriótico. Somente anos depois, já na adolescência, as imagens impressionantes da campanha por eleições diretas despertariam minha atenção para a possibilidade de um país participativo, mas aí já é outra história.

A única finalidade de ocupar o tempo do leitor com esta digressão sobre minha memória particular é ilustrar uma relação pessoal com um certo modo renitente de representar a nação brasileira, que é o da diversidade de raças, paisagens e tipos regionais, que enfatiza que a unidade nacional se manifesta na diferença. Obviamente, cada indivíduo pode vivenciar de formas diversas estas noções e associá-las a sentimentos diferentes. No tempo a que me refiro acima, um “gaúcho” em trajes tradicionais no bairro em que cresci em Porto Alegre seria visto por mim como algo tão exótico e artificial quanto qualquer estereótipo folclórico, como baianas, caipiras, etc. Mas não posso afirmar o mesmo a respeito de meus vizinhos, que poderiam em algum momento de sua história de vida ter associado um valor sentimental a certos símbolos de identidade regional e/ou nacional. Então, o que realmente importa perguntar é sobre como foram socialmente construídas, tomadas perenes e acessíveis ao uso político-educativo estas imagens, símbolos, discursos e narrativas sobre a identidade nacional, entendendo que seus significados nunca permanecem os mesmos, seja para diferentes grupos ou indivíduos que os utilizam, seja quanto às diferenças de tempo e lugar.

As imagens dos muitos estereótipos associados a cada estado ou região brasileira, por certo, não são de uso exclusivo da propaganda política e da educação escolar. São hoje em dia empregados corriqueiramente pela mídia e pelo turismo e tampouco representam a única forma ou meio oficial de evocar a nação. Símbolos prosaicos como a camiseta verde e amarela da seleção brasileira de futebol, por exemplo, podem falar muito

mais ao sentimento de pertencer a uma única e homogênea “comunidade imaginada”¹ de brasileiros do que o desfile de tradições regionais, que valoriza justamente a diversidade dentro da unidade. Existe, porém, uma renitente e cristalizada utilização destas representações no discurso político em todos os níveis, evidenciando a percepção de que o pertencimento a esta ou aquela região equivale ou é condição para a inclusão no todo da nacionalidade.

A persistência das identidades vinculadas a estados e regiões, sobrepondo-se ou compondo a própria identidade nacional brasileira, tem um de seus exemplos mais notórios no caso do Rio Grande do Sul. O problema de uma identidade “gaúcha” e da relação política e cultural do estado com o país como um todo é tão intensa e polêmica entre os próprios rio-grandenses que pode parecer exagerada e pouco compreensível aos demais brasileiros, para quem “gaúcho” resumiria-se a um gentílico e um estereótipo, tal como “mineiro”, “baiano”, etc. Mas sobre este assunto intelectuais publicam artigos e livros,² a imprensa abre espaço para estes debates em seus suplementos culturais³ e a televisão local, por sua vez, reserva espaço na programação para a música e o tradicionalismo gauchesco, assim como também produz séries sobre a história e diversidade étnica e cultural do Estado.⁴ Raramente é questionada na mídia, porém, a possibilidade mesma de pré-existir uma identidade “gaúcha” à qual todos pertenceriam pelo mero nascimento.

Entender as razões da invenção e eficácia política da identidade regional “gaúcha” é um problema que tem chamado atenção de antropólogos, porém é ainda pouco explorado por historiadores. No primeiro campo, vale destacar os estudos de Ruben George

¹ A expressão “comunidade imaginada” é utilizada no sentido proposto por Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London and New York: Verso, 1991.

² Um bom exemplo para ilustrar o quanto o debate em torno da suposta identidade gaúcha é valorizado entre os rio-grandenses encontra-se no sucesso editorial da coleção “Nós, os gaúchos”, reunindo dezenas de ensaios escritos tanto por acadêmicos como por artistas, políticos, jornalistas, tradicionalistas e as mais diversas personalidades locais. A coleção teve dois volumes e foi reeditada sucessivas vezes durante a década de 1990, seguindo-se versões voltadas para algumas “etnias” específicas. Ver Sergius Gonzaga, Luis Augusto Fischer e Carlos A. Bissón (orgs.), *Nós, os gaúchos*, v. 1 e 2, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992 e 1994; Euzébio Assumpção e Mario Maestri (orgs.), *Nós, os afro-gaúchos*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996; Mario Maestri (org.), *Nós, os ítalo-gaúchos*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996; Luis Augusto Fischer e René E. Gertz (orgs.), *Nós, os teuto-gaúchos*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

³ Ver “Gauchidade: tradição ou invenção?”, *Caderno Cultura, Zero Hora*, 21 de setembro de 2002.

⁴ Entre as séries produzidas pela RBS TV, pode-se citar: “Etnias”, “Um século de história”, “A ferro e fogo”. Estudos de mídia, por sua vez, evidenciam como, entre o público televisivo gaúcho, a afirmação de uma identidade “gaúcha” relacionada à uma suposta “brasileira” podem ser analisadas como efeito da recepção da

Oliven sobre os movimentos tradicionalistas e nativistas, seu papel na invenção de “tradições gaúchas” durante os últimos cinquenta anos e as disputas sobre seus sentidos e autenticidade.⁵ Para este autor, o fenômeno da construção da identidade regional é inseparável daquele da identidade nacional, e o investimento simbólico em torno da “gauchidade” estaria profundamente vinculado ao modo de conceber seu pertencimento à nacionalidade brasileira. Já o trabalho de Maria Eunice Maciel volta-se para os processos de construção de identidades e espaços de sociabilidade a partir da manipulação da memória, dos estereótipos e dos sentidos de “tradição” e “tradicionalismo” gaúchos.⁶

Entre os historiadores, destacou-se na década de 1980 a crítica da identidade gaúcha e do gauchismo, concebida como a ideologia por meio da qual a classe dominante local, ao divulgar valores do patriarcalismo rural, justificava a hierarquia e dominação social em tempos de transição para o capitalismo industrial.⁷ Mais especificamente voltado para a análise da historiografia que se produziu no Rio Grande do Sul, o trabalho de Ieda Gutfreind revela como a questão da “brasilidade” mobilizava os historiadores da década de 1930, preocupados em provar o pertencimento da região à herança comum da cultura lusitana em oposição à castelhana. Outros estudos atuais, como os de Helga Piccolo, localizam a emergência de uma “identidade regional” na experiência política e nos interesses das elites proprietárias da fronteira sulina no século XIX, pelo menos desde a guerra farroupilha. A noção da peculiaridade rio-grandense teria sido construída por aqueles “senhores-guerreiros” de forma paralela à construção da identidade nacional pela elite imperial. Ambas as identidades poderiam adquirir sentido complementar ou antagônico, conforme as circunstâncias políticas.⁸ Da perspectiva da história cultural,

programação nacional, especialmente da Rede Globo. Ver Nilda Jacks, Querência: cultura regional como mediação simbólica - um estudo de recepção, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

⁵ Ver Ruben George Oliven, A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação, Petrópolis, Vozes, 1992; Idem, “A polêmica identidade gaúcha”, Cadernos de Antropologia, Porto Alegre, n. 1, UFRGS/IFCH, 1992; Idem, “Na fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho”, em Luiz Roberto Pecoits Targa (org.) Breve inventário de temas do sul, Porto Alegre, UFRGS, FEE, Univates, 1998. Pp. 285-319

⁶ Ver Maria Eunice Maciel, “Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul”, em: Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 239-267. Idem, “Os tipos característicos. Região e estereótipos regionais”, Humanas, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995, pp. 171-191; Idem, “Tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul”, Humanas, v. 22, n. 12, 1999, pp. 127-144.

⁷ Ver José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.), RS: cultura e ideologia, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980; Tau Golin. A ideologia do gauchismo, Porto Alegre, Tchê, 1983.

⁸ Ver Helga I. L. Piccolo, “Século XIX: o Rio Grande do Sul e a estruturação do estado nacional brasileiro. A questão da identidade”. Revista do IHGB, 157(390), jan.-mar. 1996. pp. 79-95. Na mesma linha, ver Joana

Sandra Pesavento argumenta que estas representações identitárias estruturam-se sobre duas formas de sensibilidade intimamente relacionadas e complementares, o ufanismo e o ressentimento. A primeira teria sido construída pela literatura, seguida da historiografia, desde meados do século XIX até a década de 30 do século XX, e por ela foi traçado o perfil de um tipo especial de brasileiro, o “gaúcho” ou “monarca das coxilhas”, dotado de virtudes coletivas, heroísmo, bravura e moralidade inquestionáveis. A segunda seria o seu reverso, pois projetava o ufanismo como compensação à percepção de que o Rio Grande do Sul e Porto Alegre estaria condenados a serem um “outro” em relação ao “centro” do país e às capitais do “mundo civilizado”, Paris e Londres.⁹

Como quase todos os estudos, apesar das diferentes abordagens, parecem concordar que a identidade local rio-grandense foi e é construída por associação com a identidade nacional, voltamos ao ponto inicial. Como se consolidaram as noções do que é “ser brasileiro”? Um caminho pode ser rastrear o esforço de intelectuais e letrados em alcançar e divulgar uma definição da sua nacionalidade. Maria Stella Bresciani observa que a noção de uma condição inconclusa da identidade nacional tornou-se um lugar-comum da produção intelectual brasileira do século XX. Os chamados “interpretadores” do Brasil, divulgadores de idéias tão diferentes como Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, expressaram um ressentimento e um pessimismo atribuídos aos limites impostos pela paisagem e o clima dos trópicos, pela raça e cultura dos povos formadores, pela importação de idéias e costumes. Ou seja, recorreram todos a um “fundo-comum” de conceitos e preconceitos, o qual acabaram também por realimentar.¹⁰ Recuando para o século XIX, Jefferson Cano explora os diversos matizes literários e políticos dos homens de letras da corte, suas representações de “povo” e de “nação” e a repetição dos modelos românticos, mesmo quando já se desejava superá-los. As

Bosak de Figueiredo, O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o estado nacional (1851-1865), Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2000. Sobre a identidade gaúcha construída como argumento dos liberais na disputa partidária do século XIX, ver Newton L. G. Carneiro, A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. Para um estudo que concebe identidade rio-grandense como construção mítica, ver Daisi Lange Albeche, Imagens do gaúcho: história e mitificação, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.

⁹ Ver Sandra Jatáhy Pesavento, “Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo”, em Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), op.cit., p. 223-238. Da mesma autora, ver também “A invenção da sociedade gaúcha”, Ensaio FEE, v. 14, n. 2, 1993, pp. 383-396; Idem, “Região e nação: as releituras do Brasil em tempo de democracia”, Humanas, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995, pp. 109-119.

¹⁰ Ver Stella Bresciani, “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar comum”, em Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), op. cit., p. 403-426.

dificuldades, contradições e ambigüidades no momento de adequar os modelos imitados da literatura e “civilização” européia às raças e costumes desse “povo” já se faziam então presentes.¹¹

Outro caminho para discutir o problema da identidade nacional na historiografia estaria no estudo da relação entre intelectuais e festas e tradições populares. Os conflitos e a diversidade de formas de brincar o carnaval do século XIX, para Maria Clementina Pereira Cunha, revelam as disputas sobre sua forma e sentido. Quando entra em jogo a escolha de símbolos da originalidade nacional, literatos e eruditos passam a selecionar o que deve ser exaltado ou rejeitado na folia das ruas.¹² Martha Abreu investigou as muitas facetas que a festa do Divino no Rio de Janeiro do século XIX revela das sociabilidades e divertimentos públicos, bem como a ambigüidade das intervenções das autoridades civis e religiosas. Da freqüência ao ambiente da festa e suas atrações à fixação por escrito de sua memória sob o sentido de cultura “popular” e “nacional”, homens de letras e folcloristas em muito contribuíram para a cristalização de noções e imagens de uma identidade festiva brasileira.¹³

O problema das identidades regionais brasileiras, por sua vez, também começa a receber estudos que questionam as suas muitas reinvenções e associações ao próprio sentido de nacionalidade brasileira por parte de letrados com as mais diversas finalidades políticas.¹⁴ Por outro lado, impõe-se a necessidade de colocar em questão o próprio

¹¹ Ver Jefferson Cano, O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império brasileiro. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001.

¹² Ver Maria Clementina Pereira Cunha, Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920, São Paulo, Companhia das Letras, 2001; Para outros estudos que questionaram os sentidos unívocos da nacionalidade atribuídos às festas, ver Maria Clementina pereira Cunha (org.), Carnavais e outras fr)estas: ensaios de história social da cultura, Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2002. Leonardo Afonso de Miranda Pereira, O carnaval das letras, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994; Alexandre Lazzari, Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915, Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2001; Wlamyra R. de Albuquerque, Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923), Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 1999.

¹³ Ver Martha Abreu, O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

¹⁴ Para estudos da emergência de versões da identidade paulista em diferentes momentos, ver Antonio Celso Ferreira, A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940), São Paulo, Ed. da Unesp, 2002; Barbara Weinstein, “Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932”, N. Appelbaum, A. Macpherson e K. Roseblatt (orgs.), Race and Nation in Modern Latin America, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2003, 237-262; Cassia C. Adduci, A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. Para um estudo que busca recuperar os ocultamentos e diálogos pelos quais se construíram versões da identidade amazônica, ver Aldrin de Moura Figueiredo, A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia: a constituição de um campo de estudo: 1870-1950, Campinas, Dissertação de

conceito de “regional”. Em texto inédito, intitulado “*Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective*”, a historiadora Barbara Weinstein chama atenção para o uso ainda corrente na historiografia brasileira da classificação “história regional”. A delimitação de problemas de pesquisa por um suposto espaço “regional” em oposição ao “nacional” (leia-se Rio de Janeiro e São Paulo) significaria a reprodução da lógica centro-periferia na produção do conhecimento e no próprio sistema universitário brasileiro. Ao invés, os estudos poderiam buscar perspectivas dos problemas ditos “nacionais” e assim “tomar ‘regional’ a própria história nacional” (*to make national history ‘regional’*). Desta forma os conceitos de “nacional” e “regional”, despidos de sua auto-evidência e estabilidade, deixariam de ser critérios classificadores e hierarquizantes da historiografia.

Quanto à própria definição do “nacional”, seria interessante também recorrer à crítica de Prasenjit Duara. Este historiador questiona o paradigma narrativo e eurocêntrico da nacionalidade, presente mesmo em alguns pressupostos de historiadores da esquerda, como seria o caso de Benedict Anderson e seu conceito de “comunidade imaginada”, concebido como fenômeno derivado da modernidade capitalista e dos efeitos multiplicadores da comunicação impressa. Esta visão compartilharia do modelo da história linear, com seu rumo inexorável para o progresso material, e legitima a formação dos modernos estados nacionais e o colonialismo. Duara argumenta que a identidade nacional, ainda que inventada, somente se constrói em relação com identidades políticas locais pré-existentes. Não só os políticos, mas historiadores, militantes nacionalistas e intelectuais em geral fazem uso da retórica persuasiva e do apelo a marcos culturais de distinção, como rituais, festivais, parentesco e culinária para neles incorporar o simbolismo da nação.¹⁵ Os nacionalismos podem surgir a serviço ou em oposição à construção dos estados modernos,

Mestrado em História - Unicamp, 1996. Ver também Idem, Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Campinas, Tese de Doutorado em História - Unicamp, 2001. Para conhecer uma trajetória de pesquisa em história social na região amazônica que procura repensar seus problemas a partir das questões de representação, ver Barbara Weinstein, “Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia”, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2): 261-72, maio-agosto 2002. Para uma crítica do discurso da identidade nordestina na literatura, ver Durval Muniz de Albuquerque Jr., A invenção do nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

¹⁵ Ver Prasenjit Duara, “Historicizing national identity, or who imagines what and when”, em: Geoff Elley e Ronald Grigor Suny, (org.), Becoming national, New York and Oxford, Oxford U. Press, 1996, pp. 151-177. A consciência de pertencimento a uma comunidade política abstrata teria existido na China, por exemplo, sem que para isto se tivesse feito necessária a modernização capitalista. Ver Idem, Rescuing history from the nation: questioning narratives of modern China. Cihago, University of Chicago Press, 1996.

mas, ao contrário do que pregam seus porta-vozes, as identidades que constroem são instáveis, relacionais e produto de seleções e disputas, ocultamentos ou repressões de histórias diversas.¹⁶

Discutir a construção de identidades nacionais a partir de experiências locais também faz parte da proposta de um estudo como o de Alon Confino. Este autor pretendeu explicar como uma identidade nacional abstrata e homogênea pôde ser conciliada com o provincianismo das diversas regiões alemãs que eram estados independentes até a unificação de 1871. Restringindo o estudo a Württemberg, uma província onde se cultivava forte sentimento de identidade local, Confino busca os modos como a identidade nacional ali foi construída e incorporada à memória coletiva. Ou seja, de como tornou-se parte de um passado comum “internalizado” por intermédio da literatura, livros escolares, museus, comemorações cívicas, iconografia, historiografia, folclore e associações civis. Decisivo para este sucesso, em sua interpretação, foi o desenvolvimento da noção moderna do *heimat* que, além de representar a imagem da terra natal e o sentimento e memória do lar, diferente e único para cada família, poderia também simbolizar a nação alemã como um todo.¹⁷

As soluções que os autores acima encontram para seus estudos não se aplicam diretamente ao meu trabalho, mas permitem fazer algumas analogias com o problema com o qual pretendo trabalhar.¹⁸ Se trata de compartilhar uma concepção de identidade que rejeita essencialismos e admite que sua existência só pode ser arbitrária e relacional, definida pela construção de um “outro” e na condição de ser contingente e instável, sujeita

¹⁶ Um dos grandes méritos desta abordagem, a meu ver, está na superação da dicotomia entre os autores que defendem a modernidade e artificialidade dos nacionalismos e os que preferem considerá-los processos profundamente enraizados nas sociedades e culturas. Entre os primeiros encontramos Benedict Anderson, op. cit., e também Ernest Gellner, *Nations and nationalism*, Ithaca, New York: Cornell U. Press, 1983 e Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Para estudos que abordam o nacionalismo privilegiando a continuidade de tradições, embora com enfoques muito diferentes entre si, ver Tom Nairn, “Scotland and Europe” e Anthony D. Smith, “The origins of nations”, ambos em *Becoming national*, op. cit., pp. 79-105 e 106-131 respectivamente.

¹⁷ Ver Alon Confino, *The nation as a local metaphor. Württemberg, imperial Germany and national memory, 1871-1918*. Chappel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997.

¹⁸ Agradeço a Barbara Weinstein pela oportunidade de ler seu texto *Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective* e pelas indicações bibliográficas de Prasenjit Duara e Alon Confino.

aos modelos intelectuais sedimentados e à dinâmica das disputas e conflitos sociais.¹⁹ Ao se tratar dos letrados e suas obras que pretenderam retratar por escrito a “região” e a “nação”, faz-se necessário portanto interpretá-los a partir de seu contexto intelectual e da rede de relações sociais e políticas em que estiveram inseridos.²⁰

O estudo que aqui apresento parte da suposição de que as formas pelas quais os rio-grandenses historicamente conceberam seu pertencimento à nacionalidade brasileira (e às vezes até mesmo questionaram este pertencimento), está vinculada a um dos tantos modos por que nossos “inventores” da identidade nacional quiseram retratar o país. Este modo é o do paradigma historiográfico e literário que representa uma nação formada pela diversidade e vigor de suas raças e regiões, onde a integração do homem à natureza local produziu histórias, tipos humanos e costumes singulares que se costuram para formar o todo da experiência brasileira. Não se trata de fazer uma história do “regionalismo gaúcho” ou um trabalho de “história regional”, nem de pretender escrever uma “história da identidade rio-grandense”, mas sim tentar contar como foi possível a identidade nacional brasileira ter sido imaginada como uma identidade rio-grandense ou “gaúcha”. Esta ambição teria motivado o surgimento de grupos literários e tradicionalistas que produziram tanto práticas associativas como uma expressiva quantidade de textos abrangendo gêneros diversos como poesia, romance, biografia, narrativas históricas e estudos de folclore, filologia e etnologia. Minha releitura deste material busca interpretá-lo no contexto da tradição romântica da literatura do século XIX e da ação destes grupos e indivíduos que tomaram para si a missão de associar um sentido de nacionalidade a “tradições” (inventadas ou não) culturais e políticas locais.

O que se pretende com esta tese, portanto, é apresentar uma história das disputas travadas pelos significados de literatura nacional, raça, tradição e nação no extremo sul do império brasileiro no final do século XIX e na década inicial do período republicano. Embora não se possa afirmar que os escritores provincianos em questão concebessem claramente uma intenção de definir a “identidade nacional” em seus

¹⁹ Para autores que discutiram a relação entre profundas e rápidas transformações sociais e a emergência de identidades e tradições nacionais, ver Alon Confino, op. cit.; Eric Hobsbawm, “A invenção das tradições”, em Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

²⁰ Para exemplos de estudos da literatura analisada como fonte histórica, Ver Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

trabalhos, entende-se que em todos eles estava em jogo o sentido da nacionalidade, ou seja, o pertencimento a uma origem e destino coletivo “nacional”, cujos “imaginados” limites, inclusões e exclusões estavam relacionados a tensões políticas e sociais locais.

Espera-se que este estudo ofereça alguma contribuição para melhor se compreender como um nacionalismo que teve grande força ideológica e simbólica sobre a sociedade local tenha se cristalizado, no correr do século XX, em grande medida como um “regionalismo” folclórico e estereotipado. Contudo, se pouca repercussão obteve o trabalho destes letrados rio-grandenses no ambiente intelectual e político da capital do país, por outro lado, não deixava de inventar, divulgar e popularizar símbolos e narrativas de um passado comum. Embora não tenham sido muito bem sucedidos em seu sonho de mobilização cívica por uma identidade nacional “à gaúcha”, criaram um grande repertório de “artefatos culturais” que serviram de matéria-prima aos movimentos regionalistas e tradicionalistas ao longo do século seguinte, bem como ao discurso dos movimentos políticos e intelectuais que se seguiram na “província” e fora dela.

Os capítulos a seguir apresentados inserem-se no objetivo proposto, de reler e interpretar a obra e a experiência de letrados rio-grandenses que pretenderam inventar e integrar tradições de identidade da sua província com os modelos da história e literatura nacional brasileira no século XIX. Pretende-se mostrar também como estas idéias estiveram vinculadas a uma intensa atuação político-pedagógica e influenciaram os conflitos do início do período republicano, assim como seus impasses contribuíram para a consolidação da noção de identidade e literatura “regional”.

O capítulo inicial estabelece o primeiro marco cronológico deste trabalho, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, em 1860. Inicia tratando justamente da relevância que o problema da integração das províncias à história nacional assumiu para uma instituição do saber oficial como era o IHGB, e como esta predisposição, em conjunção com os interesses das elites políticas rio-grandenses, resultaria na criação da primeira versão provincial conhecida do Instituto Histórico e Geográfico. Esta iniciativa, anos depois, teria seus reflexos na criação Sociedade Parthenon Litterario em Porto Alegre, cujos esforços deram continuidade à intenção de integrar uma suposta tradição guerreira e/ou republicana da província à história nacional.

No segundo capítulo, a tese volta-se ao estudo da atuação e da obra dos sócios desse grupo literário que fizeram da história e costumes da província o principal tema para seus poemas, contos e romances. Discute-se o sentido da literatura nacional e a imitação e adaptação de seus modelos entre os escritores provincianos, bem como os impasses, ambigüidades e diferentes aspirações manifestados no projeto literário e na atuação pública daqueles professores-literatos.

O terceiro capítulo toma como referência o projeto pedagógico e a trajetória política do educador Apollinario Porto Alegre para discutir a disputa pelos sentidos das identidades local e nacional no ensino escolar, na historiografia da guerra farroupilha e no republicanismo rio-grandense do final do século XIX. A participação de Apollinario nos eventos que precederam a guerra civil entre os partidos republicano e federalista revela a intensa utilização de símbolos da memória coletiva como arma na disputa pela hegemonia política da república.

O quarto e último capítulo discutirá a obra “científica” de Apollinario Porto Alegre, mais exatamente seus estudos de lingüística, história natural e folclore, por meio dos quais procurava dar continuidade à sua pretensão definir a contribuição rio-grandense à identidade nacional brasileira. Por outro lado, a reinvenção da “tradição gaúcha” no período imediatamente posterior à “revolução federalista” evidencia a influência dos modelos de literatura e nacionalismo folclórico platinos, bem como a reinterpretação da obra do Parthenon Litterario em uma outra conjuntura de usos e significados para a literatura e a identidade “regional” e nacional. Também são apontados alguns desdobramentos políticos e literários do peculiar nacionalismo rio-grandense do início do século XX.

Capítulo 1

Homens de letras e de política na província de São Pedro

O mundo dos eruditos e homens de letras brasileiros do século XIX indiscutivelmente teve um centro, segundo a tradição da nossa história literária. Era para a capital do jovem Império do Brasil que convergia a fina flor das letras nacionais, como a se repetir também na arte da palavra a centralização que se operava com êxito na política do segundo reinado. Lá estariam os responsáveis por inventar a representação escrita da nacionalidade brasileira, seja reunidos em um instituição oficial sob a proteção de Sua Majestade Imperial como era o IHGB, seja dispersos pelas redações dos jornais cariocas. Para todos que gravitavam em torno das instituições e da política imperiais, a corte seria naturalmente o lugar mais apropriado para a emergência dos cânones da historiografia e da literatura nacionais e, por conseguinte, o pólo de atração dos talentos espalhados pelas províncias do império. Aos que permaneciam geograficamente distantes do “Parnaso” brasileiro, porém, tornava-se necessário refletir sobre sua posição em relação à corte.

O ainda mais diminuto mundo dos letrados da província do Rio Grande de São Pedro não fugiu à regra. Dos poemas de Gonçalves de Magalhães aos romances de José de Alencar, tudo que se escrevia no Rio de Janeiro era avidamente lido entre cidadãos ilustrados e candidatos a literatos rio-grandenses. Na província como na capital, história e literatura eram concebidas como gêneros distintos porém complementares na vocação de um “homem de letras”, praticados ainda sem uma maior especialização. Mas para quem se dispusesse a escrever sobre algum papel específico da província de São Pedro na formação do “povo” brasileiro e na história da nação, existiria algum modelo a seguir na produção letrada da corte? Os modos pelos quais uma suposta identidade nacional lá era pensada

tinham alguma correspondência ao modo como os rio-grandenses letrados concebiam seu pertencimento à uma “comunidade imaginada” dos brasileiros?

Convencionou-se afirmar que a primeira iniciativa literariamente expressiva de colocar e responder esta pergunta deu-se com a criação na capital Porto Alegre, em 1868, da Sociedade Parthenon Litterario. A crítica literária local costuma atribuir ao grupo do Parthenon as primeiras iniciativas de acrescentar “cor local” rio-grandense à literatura nacional, quando não de lançar os fundamentos do que viria a ser o regionalismo literário gaúcho.²¹ Esta identificação da obra do Parthenon com o regionalismo literário, movimento consolidado nas primeiras décadas do século XX, foi relativizada nos estudos que se seguiram, quando outros autores apontaram seu enquadramento nos cânones do romantismo brasileiro e em seu projeto de literatura nacional.²² Já não se tratava de procurar pela gênese de uma literatura original que, tratando da temática gauchesca, traduziria para a escrita um autêntico universo cultural pampeano, com suas histórias, linguagem e valores, mas de revelar seu compromisso com uma forma já decadente e conservadora de representar a nação, oferecendo a idealização do passado e da vida patriarcal rural como resposta à crise desta mesma estrutura social. Esta discussão entre a originalidade do tema regional e a integração ao padrão estético nacional, no entanto, não coloca em questão a própria construção dos sentidos de identidade local e nacional e as disputas que se realizavam em torno delas.

A um historiador que resolva investigar os letrados rio-grandenses do século XIX, a existência de uma tradição laudatória que cristalizou para o Parthenon Litterario uma univocidade de sentido, certa homogeneidade de opinião e supostos pioneirismos deve alertar para que a história do grupo seja tratada com a devida cautela. A retórica que exalta os feitos da sociedade Parthenon Litterario foi uma tradição inventada pelos próprios sócios durante a existência da entidade, como se constata nas edições de sua Revista Mensal, como discutiremos mais adiante. É importante, por enquanto, destacar a persistência do

²¹ Guilhermino Cesar, em obra que se tornou referência clássica para o estudo da literatura produzida no Rio Grande do Sul, identifica no Parthenon o momento inaugural de um novo ciclo literário: “Abre-se com o Parthenon o ciclo da literatura regionalista, dita gauchesca, como consequência de uma atitude mental necessariamente combativa. Através de seus primeiros cultores, a nova corrente se deixou atrair, acima de tudo, pelo passado gaúcho, procurando reviver o guasca largado, o homem livre dos primeiros tempos da conquista, os rebeldes de 1835.” Cf. Guilhermino Cesar, *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, 2ª ed., Porto Alegre, Globo, 1971, p. 173.

discurso que homenageia e cultua os “precursores” da literatura rio-grandense ao longo do século XX.²³ Com a intenção de rever o sentidos que foram atribuídos àquele engajamento literário e social, procurei não somente realizar uma releitura da produção escrita publicada em sua Revista Mensal, como também um levantamento da produção intelectual dos rio-grandenses na segunda metade do século XIX.

Para entender como foi possível a cristalização de certos modos de representar a identidade rio-grandense, foi preciso levar em conta a atuação dos indivíduos e grupos letrados e os sentidos atribuídos à seu papel na sociedade. Como pretendia evidenciar e contextualizar a diversidade de pontos de vista pelos quais se concebia, entre os homens de letras, a questão da identidade da província relacionada à identidade nacional, meu interesse voltou-se tanto para as obras como para a condição social e as trajetórias de vida destes literatos. Esta direção de pesquisa levou à escolha da formação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP²⁴), em 1860, como o ponto de partida desta tese, não para inventar um novo “marco fundador”, mas para demonstrar como o cruzamento de determinadas condições políticas e escolhas intelectuais foram decisivas naquele momento para que o interesse pela integração da província de São Pedro à história nacional se tornasse uma questão de permanente debate público.

A breve existência do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, entre os anos de 1860 e 1864, parece ter tido pouca repercussão fora do seu tempo e dos limites regionais e tem passado praticamente desconhecida da historiografia.²⁵ Tal esquecimento em muito se deve não apenas à sua duração efêmera, mas também certamente

²² Ver Regina Zilberman, “O Partenon Literário: literatura e discurso político”, *Letras de Hoje*, n. 40, ano 13, junho 1980; Maria Eunice Moreira, *Nacionalismo literário e crítica romântica*, Porto Alegre, IEL, 1991.

²³ Para alguns exemplos ver: Othelo Rosa, “O Partenon Literário”, *Revista do IHGRGS*, n. 109/112, 1948, p. 165-170; Moyses Vellinho, “O Partenon Literário”, *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*, Porto Alegre, Ed. Champagnat, 1958; Álvaro Porto Alegre, *O Partenon Literário: ensaio lítero-histórico*, Porto Alegre, Thurmann, 1962; Lothar Hessel e outros, *O Partenon Literário e sua obra*, Porto Alegre, FLAMA/Instituto Estadual do Livro, 1976 (mais exatamente toda a terceira parte, “O centenário de fundação da entidade”, onde são reproduzidos os discursos alusivos à data, p. 167-201).

²⁴ IHGPSP não corresponde a uma sigla oficial, será empregada nesta tese unicamente como simples abreviatura.

²⁵ Para diversos estudos que trataram dos Institutos Históricos e Geográficos, ver Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, n. 1, 1988; Ver também, Lucia Maria Paschoal Guimarães, “Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial: o IHGB (1838-1889)”, *Revista do IHGB*, n. 388, julho-setembro 1995, p. 459-613. Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e Cláudia Regina Callari, “Os institutos

à documentação escassa, da qual consegui localizar apenas cinco números da revista publicada pelos sócios, entre 1860 e 1863.²⁶ O pouco sucesso do Instituto da província sulina em tornar-se uma instituição prestigiosa e duradoura, no entanto, não nos autoriza a desconsiderar sua importância e significado político no contexto em que foi criado. Foi inédita aquela iniciativa de fundar em uma província uma instituição equivalente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em atividade na Corte desde 1838. Pelo menos durante o período monárquico, o caso só teve similar no mais bem sucedido e longevo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), criado em 1862.²⁷

A precocidade do congênere rio-grandense revela-se ainda maior levando em consideração os relatos de que, em 1855, teria existido uma tentativa infrutífera de trazer à luz um Instituto Histórico e Geográfico para a província mais meridional do império.²⁸ A par desta constatação e das considerações expostas acima, o presente capítulo pretende interrogar as razões e sentidos da criação deste Instituto, revelando seus vínculos com antigos debates do IHGB e as aspirações e compromissos de seus promotores com o Estado imperial e a política provincial. E pretende também revelar como a geração de letrados do Parthenon Litterario foi tributária das inquietações que levaram à curta experiência daquele grupo, dela se apropriou de forma politicamente mais pluralista e a associou às causas “civilizadoras” da ilustração dos cidadãos, da abolição e da literatura nacional, lançando-as ao debate público. Não perderiam nossos literatos, porém, seu vínculo com a política provinciana.

históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

²⁶ Ver Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, coleção da Biblioteca Nacional, sendo dois números publicados em 1860 e um para cada ano entre 1861 e 1863. É possível que muitos dos números que estão faltando nessa série nunca tenham sido publicados, pois os próprios editores admitiam dificuldades para mantê-la em circulação (Cf. “Instituto Histórico – 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862”, *Revista do IHGPSP*, Ano 3, v. 3, 1862, p. 3). Importante também lembrar que não existiu continuidade entre aquela experiência e o atual Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), fundado somente em 1921, e sua Revista, ainda em circulação.

²⁷ Quanto à fundação de institutos similares ao IHGB, ao IHGPSP e ao IAGP seguiram-se, agora no período republicano, as fundações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e da Bahia, ambos em 1894, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1902 e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) em 1907, e posteriormente seguidos por Pará (1917), Rio Grande do Sul (1921) e Amazonas (1931).

²⁸ Cf. “O Instituto Histórico”, *Revista do IHGPSP*, n. 1, agosto 1860, p. 5

O IHGB e suas províncias.

O papel do IHGB na construção de uma história oficial e do reconhecimento intelectual e político da legitimidade do regime monárquico são amplamente conhecidos, já o modo como nele repercutiram as mudanças que se operavam na relação entre a Corte e as províncias é um ponto ainda pouco estudado, especialmente de um ponto de vista situado nestas últimas.²⁹ O Instituto surgia em plena política do “Regresso”, em boa parte como manobra política de um grupo “liberal moderado” pertencente aos círculos próximos ao jovem imperador.³⁰ Da conjuntura em que se acreditava correr risco não só a monarquia como a própria integridade territorial do império, com rebeliões eclodindo pelas províncias de sul a norte, também resultava a opção das elites da corte pelo fortalecimento do poder central e da figura do Imperador como garantia da unidade política.³¹ As reformas centralizadoras consolidaram-se quando restabeleceu-se o Conselho de Estado, as assembleias provinciais perderam poderes e os presidentes de província, bem como os funcionários da justiça e da polícia, passaram a ser nomeados pelo governo central.

Estabelecer os acontecimentos fundadores e marcos periodizadores de uma História oficial do Brasil, adotar uma noção de tempo linear que unia o presente ao passado colonial constituía uma estratégia que legitimava a coroa imperial (e o círculo político mais próximo a ela) como continuadora da ação civilizadora no continente, em oposição à uma suposta anarquia e barbárie das repúblicas vizinhas. Além disso, procurava-se exaltar a

²⁹ Manoel Luis Salgado Guimarães aponta a insistência com que o problema da unidade do conjunto das províncias aparecia no conjunto dos trabalhos do IHGB e em seus principais expoentes, como Januário da Cunha Barbosa, von Martius (o qual falava da necessidade de o Brasil “sentir-se como um Todo Unido”) e Varnhagen (para quem o sentido de seu trabalho de historiador estaria em “ir enfeixando – as províncias – todas (...) infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo”). Ver Manoel L. S. Guimarães, op. cit.

³⁰ Ver Lucia Maria Paschoal Guimarães, op. cit.

³¹ Para um estudo que trata da imposição de uma direção conservadora ao processo de consolidação política e institucional do segundo reinado, em que se concebia o Estado centralizado como o mantenedor da “Ordem” e da integridade territorial do país, bem como principal difusor da “Civilização” e organizador da classe senhorial, ver Ilmar R. De Mattos, O tempo saquarema: a formação do estado imperial. São Paulo, Hucitec, 1990. Trata-se de um ponto de vista que enfatiza o processo histórico da vitória de uma concepção de Estado e Nação sobre outras, e que se distingue de outro estudo clássico que pretende explicar a centralização monárquica em função de uma relativa homogeneidade da formação ideológica da elite política imperial nos estudos superiores em Coimbra e na carreira de Estado, ver José Murilo de Carvalho, A construção da ordem: a elite política imperial, São Paulo, Ed. da UnB, 1980.

biografia de figuras ilustres que servissem de modelo e exemplo para os homens de estado,³² além de aumentar o volume de conhecimento do Império sobre suas províncias, sertões e fronteiras distantes. Outro tema caro aos sócios do instituto era o estudo dos povos “aborígenes ou autóctones” e a discussão do problema de sua integração à civilização.³³ Por outro lado, a inclusão do indígena na história nacional inspirava a diversos sócios do IHGB a adoção do indianismo romântico como marco de distinção da nacionalidade brasileira em suas produções literárias e como uma representação das origens remotas da nação.³⁴ Os vínculos da maioria dos fundadores do Instituto com o Conselho de Estado e à política imperial explicam em parte o consenso em torno da missão oficial que a instituição assumia para aqueles “homens de corte” que, desejando também construir um porto seguro para seu prestígio intelectual, solicitaram e obtiveram para o IHGB a proteção de Sua Majestade Imperial, em nome de quem as divergências em termos de idéias políticas ficavam em segundo plano. Mas não pode ser desconsiderado que, apesar da coesão daquele grupo em torno da lealdade ao imperador, entre seus sócios existiam diferentes opiniões sobre como escrever a literatura e a história do império.³⁵

Um dos pontos sobre os quais divergiam os notáveis era sobre como escrever a suposta história nacional, discutindo se estudos mais apurados das diferentes histórias provinciais deveriam ser priorizados em relação à composição de uma história geral do Brasil. Este não foi nada menos do que o primeiro tema a ser debatido nas sessões do Instituto, e sobre o qual tinham diferenças de opinião os dois sócios que propuseram a criação do IHGB à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1838. Um deles era Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), cômego da Capela Imperial e diretor da Imprensa Nacional. Uma vez escolhido “Secretário Perpétuo” do IHGB, apresentava-se como o mentor intelectual das propostas de discussão que animaram as primeiras reuniões. Já na

³² Ver Armelle Enders, “O ‘Plurtarco brasileiro’: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”, Estudos Históricos, n. 25, 1º semestre de 2000, edição eletrônica: www.cpdoc.fgv.br/revista.

³³ Ver Manoel Luis S. Guimarães, op. cit.; Lilia Schwarcz, op. cit.; Claudia Regina Callari, op. cit.

³⁴ É importante ressaltar, como bem observou Antonio Candido, que o desenvolvimento do romantismo e do nacionalismo literário entre os escritores brasileiros não foi restrito ao indianismo, teve muitos pontos de continuidade com a tradição clássica do período colonial e manifestou-se em uma riqueza de matizes que precisam ser levados em conta em uma avaliação cuidadosa do movimento literário da época, ver Antonio Candido, Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 6ª edição, volumes 1 e 2, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.

³⁵ Para um estudo de diversos modos pelos quais os homens de letras do segundo reinado pretenderam contribuir para a idéia de nacionalidade brasileira, ver Jefferson Cano. O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001.

sessão inicial, apresentava aos colegas o primeiro ponto de debate: “determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões”.³⁷ Ou seja, considerava a nação como um fato consolidado no Estado monárquico e por isso valorizava a elaboração de uma cronologia das etapas da sua formação. O outro nome da dupla fundadora era o marechal Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839), oficial militar de longa carreira de serviços prestados a monarquia portuguesa e depois ao império brasileiro. A resposta de Cunha Mattos à questão proposta pelo amigo foi sua contribuição derradeira, pois não teve muito tempo para oferecer sua famosa erudição aos consócios. Viria a falecer pouco tempo depois de apresentar uma dissertação para os debates da segunda sessão e ler suas conclusões finais na seguinte, em janeiro de 1839.³⁸

O trabalho intitulado “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” somente seria publicado muito tempo depois na Revista Trimensal do IHGB, em 1863.³⁹ Aquele texto já era uma resposta às opiniões divergentes manifestadas quando leu a versão inicial do artigo, no qual sustenta a convicção de não ser possível, naquele momento, que alguém escrevesse uma história geral do império brasileiro que fosse digna e crível. Como ponto a seu favor, citava a intervenção do visconde de São Leopoldo no debate, concordando inteiramente com seu ponto de vista. Seria ninguém menos que o então “Presidente Perpétuo” do Instituto quem argumentava que “por ora, não estamos habilitados a escrever a história geral do Império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários” e que, em primeiro lugar, se deveria indagar pela história particular das províncias que servisse de base a uma história geral do país.⁴⁰

José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), o visconde de São Leopoldo, outro dedicado funcionário da monarquia, depois de completar os estudos acadêmicos em Coimbra, iniciou sua carreira administrativa na capitania de São Pedro servindo à coroa portuguesa e foi nomeado seu primeiro presidente provincial após a independência,

³⁷ Cf. “1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1º Trimestre de 1839, p. 45.

³⁸ Cf. “2ª Sessão em 15 de dezembro de 1839” e “3ª Sessão em 19 de janeiro de 1839”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1º Trimestre de 1839, p. 45.

³⁹ Cf. Raymundo José da Cunha Mattos, “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, *Revista do IHGB*, Tomo 26, 1º Trimestre de 1863, p. 121.

⁴⁰ Cf. *Idem*.

governando de 1824 a 1826.⁴¹ Em Porto Alegre chegou a constituir família e fixar residência, tornando-se influência permanente na política local. De sua autoria foi um dos primeiros estudos de história provincial, os “Anais da província de São Pedro”. Naquele ano de 1839, enquanto inaugurava-se o IHGB, a obra recebia uma segunda edição reunindo os dois volumes iniciais e atualizações.⁴² Já no prefácio o autor manifestava sua expectativa pela criação de uma instituição como o IHGB, ao falar da necessidade de se constituir “um colégio especial de literatos escolhidos”, tal qual “uma magistratura”, que se dedicasse a recolher e transmitir a história das nações, difundir as luzes com critério e influenciar os governos.⁴³ Quanto ao conteúdo dos “Anais da Província de São Pedro” propriamente dito, as relações internacionais e os conflitos envolvendo as coroas de Espanha e Portugal pelo controle do território platino formavam a perspectiva pela qual escreveu aquela história. A advertência contra a ameaça do “vulcão subversivo” das repúblicas do Prata e a defesa das polêmicas atitudes do Império nas guerras da Cisplatina encerram a narrativa. Ao final, acrescenta ainda uma rápida nota sobre a “tempestade sobre o governo provincial e geral” ocorrida em 1835, na qual atribui as causas do levante contra o governo local que deflagrou a guerra civil na província a interesses e ambições particulares, idéias subversivas e um “afetado provincialismo”.⁴⁴ Para exemplificar o caráter anti-patriótico dos sediciosos rio-grandenses, apresenta um anexo com a transcrição do manifesto assinado por Bento Gonçalves quando este tomou Porto Alegre em 1835.⁴⁵

Sua preocupação em fazer a história das províncias anteceder a história geral do império não significava, portanto, alguma crítica à política centralizadora e vinha de longa data, fazendo eco à própria experiência administrativa de representante e agente da monarquia em uma região de sensíveis interesses geopolíticos. Como declarava na

⁴¹ José Feliciano Fernandes Pinheiro era nascido em Santos, São Paulo, e tomou contato com a província quando encarregado pela Coroa portuguesa de instalar uma alfândega no porto de Rio Grande. Foi eleito pela província para a Constituinte de 1823 e durante sua presidência (1824-26) foi implantada a primeira colônia de imigrantes alemães, em São Leopoldo. Cf. Guilhermino Cesar, op. cit., p. 131.

⁴² Cf. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Anais da Província de São Pedro, 2ª ed., Paris, 1839, reproduzida em Idem, *Ibidem*, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. A primeira edição circulou com o título “Anais da Capitania de São Pedro”, em 2 volumes, o primeiro impresso no Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1819 e o segundo em Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.

⁴³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁴⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 223.

⁴⁵ O manifesto, por seu lado, defende a causa dos rebeldes como patriótica e nacional, enquanto o governo é que representaria os interesses anti-nacionais. Cf. “Manifesto do chefe dos sediciosos, Bento Gonçalves da Silva – 25 de setembro de 1835”, Idem, *Ibidem*, p. 284 a 297.

dedicatória do livro “ao muito alto, muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil”, falava em nome dos “puros brasileiros” da província de São Pedro que, resistindo ao “vulcão democrático”, provaram ter como um “sentimento natural” o amor ao trono constitucional e às liberais instituições.⁴⁶ Significativamente, ao declarar-se porta-voz dos brasileiros leais da província, não deixava de insinuar que os súditos distantes mereciam uma atenção especial do Imperador. Como primeiro sócio a ocupar o cargo de “Presidente Perpétuo” do IHGB, justamente em época de rebelião da província na qual por tanto tempo serviu e que melhor conhecia, é de supor que exercia considerável influência sobre os rumos dos estudos da instituição.

A diretriz que propunha privilegiar as histórias locais das províncias como a correta estratégia para a construção da história do Império como um todo, defendida por Fernandes Pinheiro e Cunha Mattos, orientou a instituição desde sua gênese. O próprio Januário da Cunha Barbosa incorporava de certa forma essa linha ao seu sonho de uma história geral brasileira. No discurso em que apresentava o Instituto e sua finalidade ao leitor, no primeiro número da Revista Trimensal, o cônego reconhecia a necessidade de olhar para todos os recantos do vasto território brasileiro:

Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, *acontecidos em diversos pontos do Império*, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivo, Senhores, porque dois membros do Conselho da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de *reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil espalhados por suas províncias*, e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever tão desejada história. (...)

⁴⁶ Cf. Idem, *Ibidem*.

Não tem faltado escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade muitos desses fatos (...) mas, espalhados por um tão vasto território como este em que agora o Brasil assenta o seu trono imperial, *eles mais escreveram histórias particulares das províncias do que uma história geral*, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica e com luz pura da verdade.⁴⁷

Com estas palavras, Cunha Barbosa deixava claro que, muito ao contrário de prescindir dos estudos provinciais, a história geral necessitava deles para se constituir. Não poderia, porém, deixar-se substituir pelo conjunto das “histórias particulares”, pois a síntese geral era a finalidade última e somente por meio dela poderia ser estabelecida uma verdadeira história do Império do Brasil. Ao IHGB caberia então, em analogia com o modo de pensar a relação do governo da corte com o conjunto do território, estabelecer uma política centralizadora e unificadora dos esforços dos homens de letras do país, conferindo o sentido e a unidade que uma verdadeira história nacional necessitava. Seria aquela “glória nacional” um ideal que atrairia os estudiosos de todo os recantos, dispostos a oferecer seus trabalhos para que “sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil”.⁴⁸ A função da cabeça pensante do corpo desta história geral e filosófica, é claro, caberia aos seletos do IHGB.

Um dos principais meios concebidos e empregados para incorporar os dispersos e distantes “membros” das histórias provinciais à unidade do “corpo” nacional era a Revista Trimensal que o Instituto editava. Uma rápida consulta aos índices da Revista em suas primeiras décadas já revela que o espaço reservado às províncias era significativo e estava longe de ser irrelevante. Em suas páginas encontra-se grande quantidade de dissertações ou diários de viagem publicados com um título na maioria das vezes iniciado com as palavras “Memória...” ou “Notícia descritiva...”, quase sempre escritos por algum sócio correspondente, viajante ou funcionário do governo nas localidades. Na Revista registrava-se também o constante recebimento dos relatórios dos próprios presidentes de província (muitos deles eram mesmo sócios do Instituto), todos arquivados como documento oficial.

⁴⁷ Cf. Januario da Cunha Barbosa, “Discurso”, *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1º Trimestre de 1839, pp. 9-17, grifos meus.

⁴⁸ Cf. Idem, *Ibidem*.

Como anunciavam os sócios fundadores, ampliar o conhecimento das diferentes regiões do império foi uma política declarada do IHGB desde sua fundação, apesar das diferenças de ênfase e prioridade. O primeiro estatuto publicado já previa a “ramificação” pelas províncias, considerada como um meio para alcançar os fins do Instituto.⁴⁹ Chegou-se mesmo a elaborar uma extensa e detalhada lista, às vezes republicada na contracapa como lembrete, especificando tudo que os sócios deveriam coletar nas províncias e enviar para a “sociedade central do Rio de Janeiro”. A relação incluía biografias, cópias de documentos, descrições de costumes dos índios, do comércio, da indústria, da literatura, de fatos naturais extraordinários, de minerais, de todo tipo de animais e ainda informações sobre extensão geográfica e até mesmo amostras de sementes e raízes, estas destinadas à sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.⁵⁰ A diretriz de manter articulação e fluxo de informação com as províncias persistiu ao longo do século XIX, sendo que no ano de 1855 ainda se discutia nas sessões do IHGB a viabilidade de se criar “diretorias” nas capitais das províncias para “execução das ordens”, cobrança das mensalidades vencidas e melhora da distribuição da correspondência e da Revista.⁵¹ Ainda assim, quando em 1860 receberam o ofício do presidente do recém criado Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro solicitando filiação, encontraram-se diante de uma situação nova, para a qual demoraram cerca de um ano até chegar a uma solução. Apesar já de estar prevista a “ramificação” do IHGB pelas províncias, levantou-se a discussão da adição de outros artigos aos estatutos que regulassem, daí para frente, a relação com as instituições afiliadas, prevendo obrigações mútuas e intercâmbio de publicações e documentos.⁵²

Em síntese, compreende-se que um mais apurado conhecimento da geografia e história das províncias do império brasileiro integrava o projeto intelectual do IHGB no século XIX. Este aspecto interessava especialmente a uma parte dos homens de letras da corte do Rio de Janeiro que acreditavam ser este o melhor caminho para escrever uma

⁴⁹ Cf. “Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Revista do IHGB, Tomo I, n. 1, 1º Trimestre de 1839, p. 18.

⁵⁰ Cf. “Lembrança — Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”, Revista do IHGB, Tomo I, n. 2, 2º Trimestre de 1839, p. 109.

⁵¹ “Atas das Sessões — 4ª Sessão em 15 de junho de 1855”, Revista do IHGB, 3ª série, n. 20, 4º Trimestre de 1855, p. 442.

⁵² Cf. “Suplemento — Atas das sessões de 1860”, Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, Tomo 23, 4º Trimestre de 1860, p. 637; “Suplemento — Atas das sessões — 3ª sessão

história geral do Brasil, ao contemplar o problema da integração de tão vasto território ao seio comum da nacionalidade. Era um ponto de vista defendido por sócios oriundos do aparelho estatal imperial, conhecedores do aparato burocrático e militar que mantinha a unidade do país e que já tinham experimentado a difícil tarefa de conduzir administrações provinciais e operações militares à grande distância da corte. O contexto das revoltas provinciais e da reação centralizadora também torna evidente a importância deste debate para os intelectuais ligados à coroa de Bragança e seu modelo de estado monárquico e católico. Narrativas de viagem, coleta de documentos e o registro de feitos administrativos e militares eram modos de tornar presente a dimensão e complexidade do país que se pretendia melhor conhecer e organizar. Esta orientação pragmática norteou a fundação do instituto e o desenvolvimento dos estudos de seus sócios por muito tempo. Mesmo após o prêmio concedido ao trabalho de von Martius, que colocava o problema das três raças formadoras como a questão crucial para uma história nacional do Brasil, o espaço reservado às províncias continuou sendo significativo na Revista Trimensal do IHGB. Em certa medida, a pretensão de oferecer uma linha interpretativa oficial para o trabalho dos historiadores não deixava de ser complementar à diretriz de recolher e unificar os fragmentos provinciais no todo nacional.

Mas a frequência de estudos sobre as províncias publicados na Revista do IHGB não significava necessariamente que interesses e pontos de vista locais estivessem representados. O viés com que as diferentes regiões compareciam integradas à história nacional em seus estudos era necessariamente marcado pelo interesse administrativo e geopolítico do governo central. Para elites provinciais como a pernambucana, por exemplo, cujo poder econômico e político encontrava-se em irreversível declínio no século XIX, interessava manifestar-se por seus próprios meios. Deste modo, fundar o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano teria sido uma resposta ao segundo plano reservado à região na história oficial da nação que se produzia na corte.⁵³ Reconhecer a devida importância da história política da província de Pernambuco e inseri-la em lugar de destaque na história nacional não chegava a desafiar o *status quo* do poder central no Rio de Janeiro. Reafirmava, porém, na condição de protagonistas históricos os grandes

em 14 de junho de 1861”, Idem, Tomo 24, 1861; “Decreto No. 2482 de 21 de novembro de 1861 — Sobre as sociedades filiais”, Ibidem, p. 866.

⁵³ Cf. Lilia M. Schwarcz, op. cit.

proprietários locais, que formavam a maioria dos sócios representados naquele Instituto, e assim servia à sua hegemonia regional. E quanto ao Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, que fora o primeiro do gênero, fundado dois anos antes que o pernambucano, que tipo de relação entre a política da província e a da corte por meio dele se manifestava?

Exílio e identidade: o Rio Grande para a corte ler

No dia 19 de fevereiro de 1860 um grupo de cidadãos eminentes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, reunidos na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, decidiu criar um Instituto Histórico e Geográfico e instalar sua sede naquele mesmo local, com autorização do Presidente da Província. Uma semana depois realizava-se a sessão inaugural, com votação dos estatutos e da diretoria. No dia 1º de março, em assembléia geral, declarava-se a filiação ao IHGB, representado na ocasião por Antonio Alvares Pereira Coruja (1806-1889), renomado professor nascido em Porto Alegre, agora membro correspondente no Rio de Janeiro. Tinha emigrado para a corte ainda em 1837, depois de uma breve passagem pelo parlamento provincial entre 1835 e 1836, quando apoiou o movimento rebelde que se opôs à posse do presidente Araujo Ribeiro e deflagrou a guerra civil. Foi preso por cerca de cinco meses quando houve a retomada de Porto Alegre pelos imperiais e, mesmo com a anistia, no ano seguinte resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro alegando perseguições que teria passado a sofrer. Com a mudança, seus tempos de revolucionário, se é que ele o foi, ficaram definitivamente para trás. Dois anos após a chegada ao Rio de Janeiro já era admitido no IHGB, onde ocuparia por muitos anos o cargo de tesoureiro e colaboraria com a Revista Trimensal apresentando estudos sobre sua província natal.⁵⁴

⁵⁴ Antonio Alvares Pereira Coruja nasceu em Porto Alegre, em 1806. Fez seus primeiros estudos com os educadores que a cidade então dispunha: Antonio D'Avila (o célebre Amansa-Burros), padre Thomé Luiz de Souza e Padre João de Santa Barbara. Habilitou-se para dar aulas sucessivamente em primeiras letras, Gramática Latina e Filosofia Racional e Moral. Emigrado em 1837, dois anos depois já era secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1840 fundou sua própria escola, o Liceu Minerva. Teve prestigiosa carreira de professor particular na Corte, mas arruinou-se economicamente na década de 1870, quando já tinha deixado o ensino para dedicar-se a negócios, e morreu extremamente pobre, em 1889. Ver Antonio Alvares Pereira Coruja, *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre*, Porto Alegre: U. E. Porto Alegre, 1996; Regina Portela Schneider, *A instrução pública no RS 1770-1889*, Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 25ss.; Walter Spalding, *Construtores do Rio Grande*, Vol. 3, Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 55-62; Sacramento

A primeira contribuição intelectual do professor Coruja à revista do Instituto foi um vocabulário de termos classificados pelo autor como de uso peculiar ao falar dos rio-grandenses. Não deixava de ser algo original se comparado com os ensaios, biografias ou memórias tradicionalmente publicados ou com os estudos lingüísticos que até então limitavam-se ao tupi, por outro lado inseria-se no contexto dos primeiros debates acerca da peculiaridade do português falado no Brasil e suas palavras e significados de origens indígenas e africanas.⁵⁵ Na sua apresentação, declarava esperar que seu trabalho incentivasse o aparecimento de iniciativas semelhantes para outras províncias.⁵⁶ Esclarecia o mestre-escola que aquele vocabulário falado, agora devidamente registrado por escrito para a língua culta, não representava vícios nem qualquer sotaque corruptores da língua portuguesa e seria, isto sim, resultado da peculiaridade dos usos e costumes locais:

(...) todavia a indústria peculiar dos habitantes desta província, seu caráter particular, seus divertimentos apropriados às circunstâncias e recursos locais, o contínuo comércio dos habitantes da campanha com Estados vizinhos que exclusivamente falam a língua castelhana, e sua antiga comunicação com diferentes tribos indígenas, tem feito que seus habitantes para exprimirem certas idéias e comunicarem certos pensamentos tenham dotado alguns vocábulos e frases que não tem equivalentes nem no uso comum nem nos dicionários da língua: muitos destes são tirados por analogia, outros desviados de seu sentido natural e óbvio para os adaptarem as suas necessidades, outros (mui poucos) alterados na pronúncia, outros finalmente inventados ou procedentes de uma origem talvez desconhecida.⁵⁷

Blake, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883, reproduzido em Idem, Ibidem, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 1, p. 103; J. F. Velho Sobrinho, Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937, v.1, p. 419; Achylles Porto Alegre, Nomes Ilustres do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Erus, s.d. (original: 1917). p. 39.

⁵⁵ Sobre as discussões dos literatos da corte em torno de uma suposta originalidade lingüística brasileira, ver João Paulo Coelho Rodrigues, A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840 – 1930, Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2002, especialmente o segundo capítulo: “Luso-bundo-guarani”, p. 83 – 138.

⁵⁶ Cf. Antonio Alvares Pereira Coruja, “Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, Revista do IHGB, vol. 15, 1852, pp. 210-240. O artigo teria recebido uma segunda edição em Londres, em 1856, e uma terceira no Rio de Janeiro, em 1861.

⁵⁷ Cf. Idem, Ibidem, p. 210.

O vocabulário pouco conhecido dos demais brasileiros devia-se a usos, costumes e intercâmbios peculiares, explicava o professor Coruja, mas não significava a contaminação de alguma língua estrangeira, como se poderia supor pelo contato da fronteira. Logo a seguir fazia questão de esclarecer que “apenas os homens menos civilizados da campanha” exibiam no seu falar um sotaque castelhano, enquanto que “os Rio-grandenses de trato mais civil” poderiam ser confundidos mesmo com portugueses de nascimento. É certo, porém, que todas as 357 palavras selecionadas para serem apresentadas à curiosidade dos leitores diziam respeito a objetos, trabalhos e costumes dos homens da campanha, na maior parte relativas ao trato com os cavalos e com o gado. Se comparadas com as palavras relacionadas aos animais, poucas são empregadas para descrever os seres humanos que de fato as utilizariam no dia-a-dia do serviço no campo: “gaúcho”, “peão”, “guasca” e “monarca” constam nesta “Coleção de vocábulos e frases...” para designar índios sem paradeiro, escravos e serviçais das estâncias, cavaleiros armados e sem instrução, enfim, os tais “homens menos civilizados” que, apesar de tudo, não deviam ser confundidos com os inimigos castelhanos.⁵⁸ Pelo menos para alguns homens “de trato mais civil”, categoria na qual o professor certamente se auto-incluía, interessaria representar aqueles outros “menos civilizados” como indivíduos também integrados à nacionalidade. O motivo no caso de Coruja bem poderia ser o de considerá-los portadores de alguma imaginada originalidade romântica. Mas para outros, seria mesmo necessário não só representá-los, mas efetivamente tê-los como leais serviçais e soldados, tanto sob as ordens do senhor de terras e gados de quem eram dependentes como em defesa do imperador, de quem eram súditos.

Autor como era de manuais de latim e compêndios de ortografia e gramática da língua portuguesa, obras que alcançaram um sucesso nas escolas da corte atestado por sucessivas reedições, o professor Coruja coerentemente escolhia a língua comum como um

⁵⁸ Transcrevo aqui na íntegra os verbetes referentes aos trabalhadores do campo:

Gaúcho, s.m. Índio do campo sem domicílio certo. *Cavalo gaúcho* é quase o mesmo que cavalo teatino, que não é permanente em parte alguma.

Guasca, s. f. qualquer tira ou correia de couro cru: os homens da cidade assim chamam (tomando à má parte) os homens do campo; mas neste caso é do gênero masculino.

Monarca, s. m. homem sem educação, carregado de armas e vestido com o aparato da gente do campo. Passa em provérbio: *Moço monarca não se assina, mas risca a marca* (não sabe ler nem escrever).

Peão, s. m. homem ajustado para fazer o serviço do campo: esta designação se estende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias.

Cf. Idem, *Ibidem*, respectivamente p. 219, 220, 225, 227.

importante elemento formador da nacionalidade.⁵⁹ Compreende-se que tal vocabulário, nascido dos hábitos e trabalhos da região fronteira, criasse embaraços aos homens de letras, pois dificultava tanto a distinção nacional entre brasileiros e castelhanos como outra tão importante para a época como aquela entre civilizados e não-civilizados, ou seja, integrados ou não à “ordem” e hierarquia do império brasileiro. Apesar da ambigüidade inescapável, percebe-se que a preocupação principal daquela tentativa de dicionário regional do nosso mestre-escola foi defender a plena integração dos rio-grandenses, incluindo civilizados e menos civilizados, à herança cultural portuguesa, subentendendo a desconfiança dos intelectuais fluminenses quanto a esta questão.

Entre estes últimos seria muito mais cômodo procurar as raízes da língua nacional entre povos indígenas extintos ou expulsos para as franjas da civilização do que entre turbulentos e belicosos camponeses armados da fronteira meridional. Não bastasse serem considerados um exemplo acabado de barbárie, os “monarcas” das coxilhas rio-grandenses ainda podiam ser associados ao caráter nacional dos países inimigos do Prata. Entende-se a preocupação de Coruja em repudiar insinuações que identificavam os rio-grandenses com os vizinhos platinos quando consideramos que 1852 foi o ano da batalha definitiva da guerra que o império movia contra o presidente argentino Juan Manuel Rosas. Um exemplo da má fama dos caudilhos e dos “gauchos” platinos entre os letrados da corte pode ser encontrado na biografia de Rosas escrita e lida em sessão do IHGB pelo sócio A. D. Pascual.⁶⁰ Segundo aquele autor, a razão da ditadura implantada pelo “ditador” argentino estava na preponderância do “elemento gaúcho” na formação social daquele país. Eram os camponeses sem formação religiosa e sem instrução que acabavam por impor o governo da força bruta aos elementos educados das cidades. Medo e estereótipo que eram produto das tensas relações diplomáticas entre os dois países, com certeza, mas seguramente também reflexo da leitura do “Facundo” de Sarmiento, um dos mais veementes manifestos em

⁵⁹ A. A. Pereira Coruja foi um pródigo escritor de livros didáticos, listarei aqui apenas as primeiras edições: Compêndio de Gramática da Língua Nacional, dedicado à mocidade rio-grandense, Porto Alegre, 1835; Manual dos Estudantes de Latim, dedicado à mocidade brasileira, Rio de Janeiro, 1838; Compêndio de Ortografia da Língua Nacional, dedicado a S.M.I. o Sr. D. Pedro II, Rio de Janeiro, 1848; Aritmética para Meninos, Rio de Janeiro, 1850; Manual de Ortografia da Língua Nacional, Rio de Janeiro, 1852; Compêndio da Gramática Latina, Rio de Janeiro, 1852; Lições de História do Brasil, Rio de Janeiro, 1855. Cf. Sacramento Blake, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, op. cit.; J. F. Velho Sobrinho, Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro, op. cit.; Inocêncio Francisco da Silva, Dicionário Bibliográfico Português, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, v. 8, p. 76;

defesa da “civilização” européia e urbana contra aquela que seria a sociedade nativa porém incivilizável dos pampas.⁶¹

Durante os anos que se sucederam à guerra civil em sua província natal, o professor Antonio Alvares Pereira Coruja não fora o único rio-grandense, ainda que entre poucos, preocupado em divulgar uma imagem positiva da província para o mundo letrado da corte. Não seria à toa que as únicas citações de outros autores encontradas em seu vocabulário faziam referência aos dois romances publicados pelo jovem José Antonio do Valle Caldre e Fião (1821-1875), outro porto-alegrense igualmente emigrado para a capital do império nos tempos da guerra farroupilha. Tal como o próprio Coruja, este conterrâneo também exerceu o magistério em escola particular do Rio de Janeiro. Acredita-se, no entanto, que tenha deixado a profissão de boticário que exercia em Porto Alegre menos por razões políticas do que pelo objetivo de formar-se médico. Uma vez estabelecido na nova cidade, entrou para a escola de Medicina e dedicou-se aos estudos da homeopatia. E, também diferentemente de Coruja, não seguiu carreira como professor nem escreveu livros didáticos. Apostou, isso sim, na literatura, e em 1847 publicava “A divina pastora”, considerado um dos primeiros romances escritos no país.⁶²

Em sua estréia como romancista, José Antonio do Valle (só viria a acrescentar “Caldre e Fião” ao nome alguns anos depois), narrou uma história de desencontros amorosos que, além de servir de pretexto a uma insistente e devota pregação da moral patriarcal e da caridade cristã, também fazia uma veemente condenação da guerra civil que convulsionara sua província. Edélia, a “divina pastora”, vivia com os pais e os irmãos em Porto Alegre, em uma ordeira rotina de patriarcais virtudes familiares e religiosas. Seu

⁶⁰ Ver “Relatório do 1º Secretário o Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro”, *Revista do IHGB*, tomo 27 – suplemento, 1864, p. 394-5.

⁶¹ O livro “*Civilización i barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga i aspecto físico, costumbres i hábitos de la República Argentina*” narrando a vida do caudilho argentino Facundo Quiroga, foi escrito em 1845 por Domingo Faustino Sarmiento para atacar Rosas, seu grande inimigo político, e tornou-se um clássico da literatura política latino-americana. Para uma tradução em português, ver Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*, Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS/EDIPUCRS, 1996. Para um estudo da formação da identidade nacional argentina no século XIX e o contexto intelectual da obra de Sarmiento, ver Nicolas Shumway, *The invention of Argentina*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1991.

⁶² Este livro tem uma história curiosa: conta-se que teria sido retirado de circulação por retaliação de um traficante de escravos desafeto de Caldre e Fião. O certo é que a obra era desconhecida dos críticos literários do século XX e dada como perdida até ser resgatada somente em 1992. Ver José Antonio do Valle (Caldre e Fião), *A divina pastora*, Porto Alegre: RBS, 1992. Reprodução do original: *A divina pastora - novela rio-grandense*, Rio de Janeiro, Typographia Brasiliense de J. M. Ferreira, 1847.

primo Almênio, porém, contrariando a vontade dos pais, deixa-se influenciar pelo ideal da liberdade e decide lutar pelos republicanos farrapos. Esta decisão provoca horror e repulsa em Edélia e acaba por inviabilizar um romance entre os dois que de outra forma seria inevitável. Se Edélia personificava o ideal de virtude feminina, Almênio por seu lado encarnava os atributos de altivez e coragem que o narrador do romance atribui aos rio-grandenses. O jovem, porém, deixa-se levar pelo fanatismo político a que os homens se entregam quando abusam das “justas idéias liberais”. O bom caráter do moço, no entanto, prevaleceu e, convencido de que cometera um erro ao desobedecer os pais, abandona os farrapos, retorna à casa paterna e coloca-se a serviço da ordem e da legalidade. O ato de contrição é feito diante de um cemitério de soldados na localidade de Viamão, onde Almênio reflete sobre a inutilidade da guerra civil e convence-se de sua condição criminosa. Promete, então, dedicar sua vida à “pacificação” da província. Edélia, por seu lado, é salva por Almênio e outros bons moços de cair na desonra ao ser seduzida por um galanteador inescrupuloso. Para sempre marcada pela desilusão amorosa, a moça rejeita a opção de enclausurar-se em um convento e encontra a felicidade dedicando sua vida à prática da caridade para com os pobres.

Ingênua e moralista à primeira vista, a obra não deixa de revelar a ambivalência e o ecletismo típicos dos primeiros românticos brasileiros, com sua defesa tanto das “justas idéias liberais” como da virtude na submissão à autoridade paterna e estatal, valorização da religiosidade e permanência de algumas inspirações do classicismo. Mas “A divina pastora” também pode ser entendida como uma tentativa didática de ensinar aos leitores lições sobre moral familiar, história recente e bons ideais políticos, como também de explicar a província de S. Pedro e seus peculiares habitantes aos leitores da corte. O subtítulo “Novela Rio-grandense” já revelava a disposição de José Antonio do Valle em retratar para o público fluminense a especificidade do “caráter” da província, seja por meio dos locais e paisagens, seja pelos eventos históricos e costumes campeiros que formavam o contexto da trama. Além disso, introduz os imigrantes alemães na história, caracterizando-os como um fator tanto de progresso como de conflito, e faz alusões a um suposto encontro fundador entre indígenas, conquistadores portugueses e padres jesuítas como origem da civilização na região.

As constantes digressões no narrador freqüentemente substituem o tom de fábula da narrativa por pregações sobre os benefícios da virtude cristã, recordações saudosas da terra natal, advertências contra os curandeiros e charlatães, esclarecimentos sobre a superioridade da ciência médica, opiniões sobre assuntos políticos e diversos outros. Existe, no entanto, uma insistência coerente em interpretar e explicar ao leitor a peculiaridade de sua província e em insinuar uma certa superioridade moral daquela sobre a corte. Declarando-se “filósofo” e não partidário, o autor reflete sobre as guerras civis do período regencial, reputando-as à falta de sabedoria política e ignorância. Os motivos da “revolução de 1835”, condenada por disseminar a desordem e a desconfiança, estariam no justo descontentamento com o governo mas também na ambição dos caudilhos que desejavam a glória individual acima da verdadeira glória da Pátria e do bem social, sob a má influência dos “ambiciosos e desleais” vizinhos platinos. A conclusão, no entanto, é conciliadora, pois declara que “nenhum venceu, são ambos vencedores” por terem finalmente se unido pela Pátria comum.⁶³ Apesar dos erros políticos, os rio-grandenses seriam dotados de uma virtude incomum atribuída à sua educação moral, hábitos alimentares e integração à natureza:

O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas, apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos: para sabê-lo, *in totum*, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul. E, demais, a alimentação frugal e sã, e uma higiene regular, e a atividade em que ele vive o resguarda dos vícios físicos e morais e o torna forte e acessível aos bons sentimentos da alma. O Rio-Grandense é o homem da natureza (...). A primeira virtude é o desprezo da vida, a segunda a redução das necessidades dela. Despido de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-

⁶³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 44-47.

Grandense acha recursos imensos em sua fragilidade e costumes simples; desprezando essas fúteis grandezas representantes das misérias reunidas de muitas famílias, ele goza inalterável o fruto de uma consciência enobrecida por ações generosas e bens conformes ao direito natural dos homens.⁶⁴

Quase um “bom selvagem”, o rio-grandense ocupava na literatura de Caldre e Fião o lugar do herói épico ou medieval que todo literato da época sonharia para sua nação e que os autores românticos da corte reservaram ao indígena. O qual, por sinal, se prestava a um modelo de virtudes relativamente menos sujeito à controvérsia política e ao particularismo provincial, ainda que não propriamente motivasse um consenso, como atesta a posição de Varnhagen.⁶⁵ E como as virtudes dos rio-grandenses eram definidas, ainda que implicitamente, em oposição àquilo que o autor considerava o modo de vida rico e corrompido da corte, criava-se o paradoxo de um herói nacional em contradição com o Estado cujas fronteiras defendia. Diferentemente do indígena, que pertenceria ao passado, não representando ameaça ao poder do mundo civilizado, o homem do pampa seria um herói do presente e, para piorar, um sujeito político armado. Para os primitivos habitantes do continente, o autor de “A divina pastora” reservava sua compaixão diante do brutal massacre a que foram submetidos pelos conquistadores, mas não escondia o desprezo pela religião pagã e todo tipo de credice e lendas que dela derivariam.⁶⁶ A superioridade do cristianismo e da “filosofia racional”, na condição de únicos alicerces possíveis da civilização, eram para ele indiscutíveis.

Ainda assim, nem tudo era perfeito no caráter moral dos bravos rio-grandenses. O costume da vingança era um vício entranhado e tanto mais difícil de curar por estar vinculado a valores de uma sociedade julgada pré-iluminista, regulada por um código de honra e justiça que lhe conferia uma certa ambivalência entre a barbárie e a nobreza. Na

⁶⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 81.

⁶⁵ A idealização do indígena provocou reações negativas, notadamente por parte de Varnhagen. Ver Jefferson Cano, *op. cit.*, p. 172-206.

⁶⁶ Um dos muitos contos de serões de família que o narrador reproduz ao longo do livro conta a história do índio Kajururá, chefe das tribos Minuanos e Tapes, últimos guerreiros que resistiam aos conquistadores. O chefe apaixonou-se, no entanto, por uma índia das missões dos padres jesuítas. Quando finalmente resolve converter-se ao cristianismo a pedido dela para salvar seu filho da doença, Kajururá perde o respeito dos guerreiros e as tribos acabam dispersas e submissas ao conquistador. Longe de representar uma história épica, o conto é narrado para dele se tirar uma lição política: mudanças e “reformas” repentinas por parte dos governantes podem levar uma nação ao caos e à derrota frente aos verdadeiros inimigos. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 115-122.

trama, o problema parece ser metaforicamente resolvido pelo casamento de Almênio com Clarinda, virtuosa filha de um alemão imigrado para o Brasil. Os imigrantes alemães, estabelecidos na colônia de S. Leopoldo, figuram como uma esperança de regeneração e progresso, por seu comportamento ordeiro e dedicado à agricultura, “essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos Estados novos”.⁶⁷ Desde que, não obstante, não se intromettessem no lugar já ocupado pelos brasileiros, ou seja, na vida senhoril e pastoril da campanha. Esta lição é exemplarmente ensinada em um dos diversos contos de serões narrados no livro, no qual um alemão sofre uma cruel vingança por não compreender e respeitar os costumes dos rio-grandenses.⁶⁸

Do mesmo feitio que “A divina pastora” também se fez a obra seguinte de Caldre e Fião, “O corsário — Romance Rio-grandense”, publicada em folhetins no jornal O Americano, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1849.⁶⁹ Novamente se procurava retratar os males e prejuízos que as paixões revolucionárias de 1835 trouxeram à ordem e pureza da vida familiar. Os episódios da guerra civil da província formam o pano de fundo das desventuras amorosas de Maria, filha de pescadores do litoral, que apaixona-se por Vanzini, um dos corsários que praticavam a pilhagem contra os imperiais, comandados por Garibaldi. A honra da moça é salva, no entanto, por Manuel da Cunha, um representante da lealdade e do verdadeiro caráter dos campeiros rio-grandenses. Por intermédio destes romances, um elogio literário de uma suposta identidade rio-grandense era provavelmente apresentado pela primeira vez ao público da capital do Império. Pela pena de Caldre e Fião eram retratados eventos, paisagens, vocabulário, costumes, heróis e heroínas que, malgrado o equívoco revolucionário dos farrapos a manchar uma época recente, traçavam um retrato positivo daquele que se imaginava ser o caráter peculiar dos habitantes da província de São Pedro.

A origem social semelhante, urbana e humilde, atribuída tanto a Antonio Alvares Pereira Coruja quanto a José Antonio do Valle Caldre e Fião, não permite enquadrá-los no perfil social reservado às elites de proprietários rurais, os detentores de poder econômico e militar na província. Se as representações de uma identidade comum

⁶⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 153.

⁶⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 109-110.

⁶⁹ Cf. José Antonio do Valle (Caldre e Fião), *O corsário - romance rio-grandense*, Porto Alegre: IEL, 1979. O romance teve sua primeira edição em livro no Rio de Janeiro, em 1851, e foi novamente publicado em folhetim no jornal O Pelotense, em 1852.

rio-grandense poderiam ser politicamente úteis para estes últimos, como a historiografia costuma enfatizar, é preciso admitir que poderiam se prestar também a usos e propósitos os mais diversos. Para provincianos emigrados como os dois professores acima, lidar com o sentido de tal identidade seria obrigatório para sua integração aos grupos letrados da corte e obter as boas graças do círculo ligado ao Imperador. Por outro lado, ambos diferenciavam-se de muitos dos homens de letras do IHGB por não possuírem formação acadêmica nem estarem integrados à burocracia do estado monárquico. Formados nas precárias escolas e com os raros mestres da província no início do século XIX, os dois professores rio-grandenses foram mais autodidatas e menos ligados à vivência do mundo oficial que boa parte de seus colegas de corte. Isso, no entanto, não os fazia menos ardorosos defensores da monarquia constitucional, das “justas” idéias liberais e da religião católica, sempre tentando expressar muito claramente sua rejeição à insubordinação de sua terra natal.

Coruja tornara-se como que um de embaixador intelectual rio-grandense na capital do império e pôde participar do círculo intelectual próximo do imperador.⁷⁰ Ao compilar e publicar informações históricas e lingüísticas de sua província natal, esperava fazê-la ocupar um espaço nobre no catálogo de conhecimentos sobre a nação que o IHGB organizava. Sua presença e participação no Instituto estavam de acordo com a linha defendida pelo primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Por sinal, o mesmo visconde de São Leopoldo que, quando presidente da província de São Pedro em 1825, assinara um contrato do governo com o então jovem professor Antonio Alvares Pereira Coruja para que este fosse ao Rio de Janeiro formar-se no novo método de ensino em voga. Seu compromisso era retornar e abrir um curso de primeiras letras no modesto povoado que então era Porto Alegre.⁷¹

Ao mesmo tempo que Pereira Coruja tornara-se bem relacionado com as notabilidades do império, vindo a receber condecorações do Imperador e a presidir a

⁷⁰ Os estudos históricos de Coruja compõem-se de compilações de datas, retificações, comentários e reminiscências: A. A. Pereira Coruja, “Algumas anotações às memórias históricas do Rio de Janeiro pelo Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, na parte relativa ao continente do Rio Grande do Sul”, v. 21, Revista do IHGB, 1857, p. 303; Idem, “Notas à memória do Ten. Cel. José dos Santos Viegas” Revista do IHGB, 1860; Idem, Antigualhas e reminiscências de Porto Alegre - crônicas, Porto Alegre: Tip. Jornal do Commercio, 1881; Idem, Ano histórico sul-riograndense, em forma de efemérides (1860 - 1888), Rio de Janeiro: Tip. de José Dias de Oliveira, 1888; Idem (póstumo), “Antigualhas - memória sobre a revolução de 1835”, Anuário de Graciano Azambuja, 1888 a 1890. Cf. Ari Martins, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978; Pedro Leite Villas-Boas, Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Porto Alegre: Est/Edigal, 1991; Sacramento Blake, op. cit.; J. F. Velho Sobrinho, op. cit.

Sociedade Imperial Amante da Instrução, o mestre-escola também procurava estabelecer relações de apoio mútuo com os demais conterrâneos residentes no Rio de Janeiro. Desta rede de relações resultou a criação da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária em 1858, até hoje existente naquela cidade.⁷² Exercendo o papel de pacato portador da erudição histórica relativa à província de São Pedro e tomando-se referência de apoio para os demais rio-grandenses que quisessem se estabelecer na capital do império, o professor Coruja viabilizava sua plena inserção na sociedade letrada da corte e mantinha os laços com a terra natal. Não poderia ser outro, naquele momento, tanto o representante da Corte na fundação do IHGPSP como a voz da província junto às solenidades imperiais. Quando em 1862 se deu a cerimônia de inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I em presença do imperador, um monumento que se devia em muito à iniciativa dos letrados do IHGB,⁷³ lá estava o nosso professor falando em nome dos rio-grandenses, a declarar que o momento era tocante também para eles, cujos avós “sacrificaram fortuna e vida em defender nos campos de batalha a integridade da Nação”. Como seria de esperar, a ocasião era propícia a uma declaração de fidelidade.

O Instituto Histórico Rio Grandense, composto de cidadãos votados à causa da Integridade e Independência Nacional, da Monarquia, da Constituição e da Liberdade, não podia ver sem doces recordações elevar-se um monumento à nossa feliz independência.⁷⁴

A experiência em terras fluminenses de outro destes leais cidadãos eruditos como foi Caldre e Fião, por outro lado, teve uma duração limitada e um propósito bem diferente. Durante os cerca de dez anos que lá passou, até o retorno definitivo ao Rio Grande em 1852, o modesto boticário porto-alegrense também alcançou certo prestígio, chegando a fazer parte das sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional, Ginásio Brasileiro e Imperial Amante da Instrução. Dedicou-se intensamente à pregação abolicionista, fundando e

⁷¹ Ver Regina Portella Schneider, op. cit., p. 25-26.

⁷² Trata-se da atual Sociedade Sul-Riograndense, com sede no bairro Santa Cruz.

⁷³ Sobre a participação do IHGB na idealização do monumento a D. Pedro I, ver Iara Lis Carvalho Souza, Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780 – 1831, São Paulo, Editora da Unesp, 1999, p. 351-365.

⁷⁴ “Felicitação feita em nome do Instituto no ato da inauguração da Estátua Eqüestre do Sr. D. Pedro I”, Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, ano III, Vol. III, Porto Alegre, 1862.

dirigindo o jornal O Filantropo entre 1849 e 1851, e participando da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas, da qual foi um dos fundadores em 1850. O extenso nome da associação por si só oferece uma idéia das causas reformistas liberais que abraçava na época. Uma fonte do reconhecimento na vida social vinha em parte desta militância, mas também da clínica homeopática e do trabalho como professor no Colégio da Estrela, onde consta que lecionava tantas e diversas disciplinas como Francês, Italiano, Latim, Filosofia Moral e Racional e Ciências Naturais.⁷⁵

Assim como seu conterrâneo do IHGB, apesar de não ter integrado essa instituição, nosso enciclopédico homeopata almejava o reconhecimento dos seus pares. “Com a amizade dos sábios me consolo”, assim declarava ao mestre Dr. Bento de Mure no prefácio de seu livro “Elementos de Farmácia Homeopática” de 1846, como resposta aos inimigos e críticos.⁷⁶ E acrescentava que, ao retornar à terra natal, teria regozijo em dizer aos amigos e parentes: “Os sábios me estimam”.⁷⁷ Essa oportunidade se concretizaria em 1852 quando, após obter seu diploma de médico e possivelmente amargando alguma perseguição, voltava à província para exercer a medicina e integrar-se às fileiras do recém-criado partido Liberal-Progressista local. Mesmo alinhado aos próceres rio-grandenses, Caldre e Fião continuava a defender convicções pessoais que o singularizavam na política partidária, como veremos mais adiante. O importante a destacar agora, nesta trajetória de ida e volta entre província e corte, é a conquista do reconhecimento intelectual de um indivíduo que circulou por diferentes grupos da sociedade, recebeu a influência da primeira geração de românticos brasileiros e, tal como diversos letrados da época, combinou atitudes conservadoras e liberais. É igualmente importante ressaltar o modo como a questão da identidade rio-grandense foi por ele utilizada para ocupar seu espaço no meio literário enquanto vivia na corte. Após seu retorno, a preocupação em estabelecer o lugar da província e dos rio-grandenses na história e no “caráter” da nação refletiu-se na sua atuação partidária e na tentativa de viabilizar o IHGPSP.

⁷⁵ Cf. Guilhermino Cesar, “Cronologia Bibliográfica”, em: J. A. do Valle Caldre e Fião, *O Corsário*, op. cit., p. 20-26.

⁷⁶ O Dr. Bento de Mure, nascido na França, teria chegado ao Rio de Janeiro por volta de 1840 e lá fundou o Instituto Homeopático em 1843, com o Dr. Vicente Lisboa. Teria participado do IHGB, mas foi expulso por polêmicas internas. O vínculo com o mestre poderia ser uma possível razão da não participação de Caldre e Fião no Instituto. Cf. J. F. Velho Sobrinho, op. cit., p. 275.

⁷⁷ Cf. Guilhermino Cesar, “Bibliografia de Caldre e Fião”, em: J. A. do Valle Caldre e Fião, *O Corsário*, op. cit., p. 27.

Sábios, heróis e a história nacional

À frente de tentativas de criar o IHGPSP pelo menos desde 1855,⁷⁸ encontrava-se sempre o general Manoel Marques de Souza (1804-1875), o Barão de Porto Alegre, herói militar e eminente líder local do partido Liberal-Progressista. Seu prestígio poderia ser medido pela extensa folha corrida de fidelidade e serviços prestados ao Império e eleições sucessivas à câmara dos deputados, quando não por ter sido o único presidente eleito do Instituto Histórico e Geográfico da província em sua breve existência. Sua bem sucedida carreira representava a continuidade de uma tradicional família de oficiais militares cuja história esteve ligada à própria conquista do território rio-grandense. De ajudante de campo nas campanhas da Cisplatina ao comando da retomada de Porto Alegre pelas forças legalistas durante a guerra dos farrapos, até a mais recente intervenção do império brasileiro na região platina na guerra contra o presidente argentino Rosas em 1851-52, foi galgando postos e honrarias. Em 1852, ano em que, vitorioso contra Rosas, era nomeado marechal de campo e recebia do imperador o título de Barão, ajudou a fundar o Partido Liberal Progressista na província São Pedro, do qual passava a ser um dos principais líderes.⁷⁹

O novo partido, embora fosse uma dissidência da Liga que então aglutinava conservadores e liberais na província, igualmente apoiava a política da Conciliação do gabinete do marquês do Paraná e se alinhava ao governo central do Rio de Janeiro.⁸⁰ Este grupo conquistaria a maioria da assembléia provincial a partir de 1856 e manteria seu predomínio na política da província durante os dez anos seguintes. O próprio Barão de

⁷⁸ Cinco anos antes, uma primeira tentativa de criar o Instituto teria ocorrido na Corte, mas não obteve sucesso. Foi presidente na ocasião o conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, vice-presidente o Barão de Porto Alegre e primeiro secretário Machado Ourique. Cf. "O Instituto Histórico", Revista do IHGPSP, n. 1, agosto 1860, p. 5.

⁷⁹ Não tenho notícia de um partido de nome similar em outras províncias ou na corte na década de 1850. Antecedeu assim a criação do Partido Progressista fundado no Rio de Janeiro em 1862.

⁸⁰ Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, governou de 6 de setembro de 1853 a 4 de maio de 1857, período em que os partidos políticos do império deram comum apoio ao seu governo. Segundo Helga Piccolo, foi a hegemonia dos conservadores na Liga rio-grandense que levou liberais descontentes e conservadores excluídos a formar a Contra-Liga e o Partido Liberal Progressista, que passou a reivindicar para si o programa da Conciliação. Ver Helga L. L. Piccolo, A política rio-grandense no II Império (1868-1882). Porto Alegre: Gabinete de Pesquisas de História do Rio Grande do Sul/IFCH/UFRGS, 1974.

Porto Alegre venceu três eleições sucessivas para a câmara dos deputados e foi duas vezes eleito na assembléia provincial. Sob sua liderança o partido se manteria em estreita cooperação com os governos conservadores, mesmo com o fim do governo do marquês do Paraná, evidenciando o compromisso ao menos de grande parte da elite política liberal da província com o *status quo* imperial.

Não por acaso, a honra de presidir o novel Instituto Histórico e Geográfico local recaía sobre um militar cuja trajetória era capaz de representar plenamente tal significado. O mesmo oficial comandante que fora um herói da resistência porto-alegrense aos farrapos também estivera no comando das forças que derrotaram o presidente argentino Rosas em 1852, uma vitória significativa tanto para o império quanto às elites da fronteira. As extensas propriedades de rio-grandenses em território uruguaio eram uma razão particular para suas constantes intervenções armadas na política interna daquele país e da região platina em geral. Dependendo da ocasião, tais ações poderiam tanto criar embaraços diplomáticos como favorecer a convergência dos interesses privados dos senhores de terras e gados da fronteira com a geopolítica da corte do Rio de Janeiro no Prata, como acontecia naquele momento.⁸¹ A transição do estado de guerra civil a um relativo consenso pela política permitiu a consolidação e estabilidade das instituições imperiais na província. E a figura do barão de Porto Alegre prestava-se à personificação de tal compromisso. É compreensível que em seu discurso para os sócios do instituto ele não fale em resgatar uma história de fundadores em um tempo remoto, mas em registrar e transmitir para a posteridade sua própria experiência:

Soldado, e educado nos acampamentos dos exércitos da nossa pátria, eu aprendi a ter um entusiasmo pelas glórias dela que tenho exprimido por mais d'uma vez nos combates, e a ler com saudade a narração dos belos dias em que, na minha juventude, eu vi os sábios e os heróis darem-se as mãos para escreverem o nome da nossa terra no grande mapa das nações.

A história de nossa província diz-me mais de um fato que conheço, que vi passar sob meus olhos apreciando o nobre caráter do soldado rio-grandense,

⁸¹ Ver Helga Piccolo, op. cit.

dos homens que nasceram sob o nosso céu — e isto são recordações doces para a minha alma.

Vós que tendes a inteligência bem ilustrada escrevei essas coisas e transmiti-as à posteridade, porque elas são um padrão de glória com que nossos filhos poderão orgulhar-se.⁸²

A “história de nossa província” que teria passado sob os olhos do tenente-general era a das inúmeras batalhas em que se manifestaram as louvadas virtudes militares e patrióticas dos rio-grandenses. Por meio desta representação, a do soldado de “nobre caráter”, o barão construía sua versão de uma identidade específica para a província e seus habitantes e sugeria a escrita de uma historiografia que transmitisse a memória de seus feitos às futuras gerações. A construção da nação tinha, segundo ele, “os sábios e os heróis” como seus principais sujeitos: aos segundos coube o sacrifício e triunfo nos combates e aos primeiros a missão de registrar esse “padrão de glórias” para a posteridade. Sua retórica não se deteve em esboçar o retrato de um “outro”, pois o caráter particular do “soldado rio-grandense” definia-se implicitamente em relação ao inimigo externo ou aos naturais das demais províncias. O que mais importava era enfatizar a missão combatente da província na construção da pátria. Comparado ao padrão dos estudos historiográficos do IHGB, a história épica proposta pelo barão de Porto Alegre sugeria uma perspectiva peculiar. Em vez da paulatina construção civil do Estado civilizador pelas elites, ou mesmo a versão da contribuição das três raças do trabalho premiado de Von Martius, nosso tenente-general preferia o sacrifício das batalhas e os ideais que as justificam.⁸³ Talvez o modo de escrever a história que o secretário João Luis d’Andrade e Vasconcellos receitava para o IHGPSP, muito mais ordeira e burocrática, estivesse em maior conformidade com a historiografia oficial preferida pelos notáveis do império:

Comentar o fatos desordenados, tais quais se pode conhecer de um ou outro documento, historiando a série desde suas primeiras povoações até a época do seu primeiro governador, desta à da organização da sede presidencial e a

⁸² Cf. “Instituto Histórico - 12ª sessão em 28 de outubro de 1860”, *Revista do IHGPSP*, n. 2, 1860, p. 5.

⁸³ Ver Carl F. P. von Martius, “Idéias gerais sobre a história do Brasil”, in *Idem, O Estado do direito entre os autóctones do Brasil*, Edusp/Itatiaia, p. 87-107.

última até nossos tempos, são as três grandes divisões da história da província que merecem o estudo da respectiva comissão.⁸⁴

Ilustrativa do pouco entusiasmo da tradição do IHGB com a história militar também era a resenha crítica publicada na revista desse instituto ao já mencionado livro do seu “Presidente Perpétuo”, o visconde de S. Leopoldo, sobre a história da província de S. Pedro. O autor do comentário ali registrou sua reprovação à preponderância da narrativa da guerra sobre a da administração, inclusive omitindo a experiência do próprio visconde na presidência do Rio Grande.⁸⁵ Contudo, ainda que “os sábios e os heróis” pudessem conceber a história do império sob perspectivas diferentes, pelo menos no IHGPSP esta diversidade não parecia incômoda. O próprio barão de Porto Alegre reconhecia não estar em seu meio ao exercer a presidência daquele instituto, mas procurava definir o papel de cada um e apontar o sentido da cooperação entre militares e intelectuais. Compreendia sua própria função mais como a de um inspirador do patriotismo do que de um modelo de erudição.

Homem de espada, gasto no rude, em que glorioso, mister da guerra o tempo que houvera devido dar a mais amplo cultivo da minha acanhada inteligência, eu não vos pude trazer mais que as animações de uma alma afeita a entusiasmar-se com a idéia da pátria, e a firmeza de quem aprendeu nas duras provações dos campos a não sucumbir às dificuldades.⁸⁶

Conforme este ponto de vista, a singular noção de patriotismo aprendida nos campos de batalha ofereceria a inspiração que faltava aos homens de letras. Cumpria, portanto, aos oficiais da caserna trazer este sentimento, próprio dos heróis militares, para a instituição guardiã do conhecimento. Não por acaso, os portadores de patentes militares, embora não fossem a mais alta proporção entre os membros, tinham uma presença significativa no IHGPSP, chegando próximo de um terço do total de sócios conhecidos. De um total de 111 sócios listados nos números consultados da Revista Trimensal do IHGPSP,

⁸⁴ Cf. “Instituto Histórico - 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862”, *Revista do IHGPSP*, 1862, p. 10.

⁸⁵ Cf. “Juízo sobre os Anais da Província de S. Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo”, *Revista do IHGB*, tomo 1, n. 4, 4º trimestre de 1839, pp. 255-260.

⁸⁶ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 4.

pelo menos 30 antepunham ao nome uma patente militar, ou seja, 27%. Para os sócios correspondentes, a proporção sobe para cerca de 30% (20 de um total de 67) e entre os efetivos estava em torno de 23% (10 entre um total de 44). Entre os correspondentes, espalhados pelo interior do Estado, a maior frequência das graduações militares certamente refletia a presença da Guarda Nacional entre os chefes políticos, um importante sinal da fidelidade dos proprietários da região ao governo central.⁸⁷ Seguramente interessava, àqueles senhores armados da fronteira meridional do Império, uma narrativa em tom patriótico dos feitos militares contra os inimigos do Prata, por omitir os interesses privados em jogo e por representá-los como legítimos protagonistas da história nacional. Igualmente conveniente seria a figura de um leal militar de carreira como o barão de Porto Alegre, tanto ao atuar na mediação política entre aqueles senhores da fronteira e o governo central como ao aceitar o papel de patrono incentivador da historiografia oficial.

Se o manejo sutil da pena era tarefa incômoda aos pretensos heróis surgidos dos campos de batalha, tal regra não parecia se aplicar ao tenente-coronel Felipe Betbezé de Oliveira Nery (1820-1869), um dos mais ativos sócios efetivos do IHGPSP. Na diretoria eleita em 1862, Felipe Nery constava como orador, além de integrar as comissões de estatutos e redação da Revista e de pesquisa de manuscritos.⁸⁸ Integrante do partido Liberal-Progressista desde a fundação, destacou-se como seu principal defensor público e polemista, atuando como diretor e redator do jornal *Correio do Sul*, em Porto Alegre. Acumulou prestígio com a performance intelectual e parlamentar, tanto que inspirou a muitos da geração do *Parthenon Litterario*, por quem foi lembrado como uma biografia exemplar devido ao patriotismo e ao múltiplo talento militar-literário-político.⁸⁹ Até então, Felipe Nery fora também um defensor da plena integração política da província ao estado monárquico. Tal como o barão de Porto Alegre, era de família militar e fez carreira nas armas. Nascido no Uruguai, onde o pai se encontrava em missão oficial, lá realizou seus estudos até que, em 1840, se alistaria no exército imperial para lutar contra os farroupilhas.

⁸⁷ Para um estudo da guarda nacional no Rio Grande do Sul deste período, revelando o papel que esta força teve nas relações de clientelismo político e o sentido de aliança dos proprietários com o governo central, ver André Atila Fertig, *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Porto Alegre, Tese de Doutorado em História/ UFRGS, 2003.

⁸⁸ Cf. "Instituto Histórico - 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862", *Revista do IHGPSP*, 1862, p. 10.

⁸⁹ Cf. "Felipe Nery", *Revista do Parthenon Litterario*, 2ª série, n. 1, 1872.

Mais tarde deixaria o exército e serviria na Guarda Nacional em Uruguaiana, até que, na década de 1850, entrasse definitivamente para o jornalismo e a política partidária junto aos liberais-progressistas.⁹⁰

As figuras do barão de Porto Alegre e Felipe Nery, portanto, eram adequadas à função de representar uma aproximação da autoridade militar com a civil, assim como a audácia e lealdade da província na defesa do império. Além disso, atribuir-lhes uma missão acima das diferenças partidárias e interesses particulares fortalecia a coesão política e servia a uma costura de interesses que tinha especial necessidade de ser reforçada no momento em que esboçava-se a dissidência liberal descontente com os rumos da Conciliação na província. Este investimento em um possível efeito homogeneizador da história oficial sobre a política local foi iniciativa de um núcleo palaciano baseado em Porto Alegre. Na capital da província ou em seus arredores é que deveriam residir os 40 sócios efetivos previstos pelos estatutos do IHGPSP, favorecendo a influência de um seletivo grupo de médicos, bacharéis e professores ligados ao Liceu D. Afonso e à Diretoria da Instrução Pública. Na primeira diretoria eleita, ocupando o cargo de primeiro secretário, encontrava-se o professor Francisco de Paula Soares, titular da cadeira de Geografia e História do Liceu desde 1856 e membro do Conselho Diretor da Instrução Pública. José Maria de Andrade, lente de latim e diretor do Liceu, integrava a comissão de estatutos e redação da Revista. Nesta mesma comissão estava Manoel Pereira da Silva Ubatuba, um médico nascido na província da Bahia e plenamente integrado à política liberal do Rio Grande. Já o vice-presidente do Conselho da Instrução Pública, nosso já conhecido José Antonio do Valle Cadre e Fião, constava como orador e relator da comissão de estatutos e redação da revista do Instituto.⁹¹ Naquele momento, já usufruía ele de grande prestígio na cidade, que resultava agora menos da atuação como educador do que do exercício da medicina, da filantropia e da carreira política vinculada ao grupo do barão de Porto Alegre. Assim como Felipe Nery, foi considerado pela geração que o sucedeu nas letras da província como um modelo de virtudes cívicas, de dedicação à causa pública e cultivo da ilustração.⁹²

⁹⁰ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁹¹ Cf. "O Instituto Histórico", *Revista do IHGPSP*, n. 1, agosto 1860.

⁹² Cf. Achylles Porto Alegre, "Esboço biográfico – Caldre e Fião", *Revista do Parthenon Litterario*, 1 e 4, 1876, p. 3-11 e 177-178.

Como já vimos, fora movimentada a juventude de Caldre e Fião. Portogreense de nascimento e boticário por primeira profissão, residiu no Rio de Janeiro durante a maior parte da década de 1840, onde cursou a escola de medicina. Os anos passados na corte foram de intensa atividade pública e produção intelectual: publicou de guias homeopáticos a romances; redigiu diversos jornais até fundar o seu próprio, dedicado exclusivamente ao abolicionismo; fez campanha anti-escravista; lecionou em colégios; pertenceu à sociedades de prestígio; por fim, formou-se em medicina, defendendo tese em dezembro de 1851. Decidiu então pelo retorno à terra natal, onde lançou-se à carreira política e foi eleito à câmara dos deputados pelo partido Liberal-Progressista.⁹³ Desde então, ao estabelecer-se em uma chácara na colônia alemã de São Leopoldo, próximo à capital, dedicou prioridade à medicina e à política partidária, ficando em segundo plano a prática da literatura e a militância abolicionista na imprensa. Passou a integrar a assembléia provincial, onde defendeu projetos voltados para a valorização do trabalhador livre e dos empreendimentos agrícolas e artesanais, como a criação de “escolas agrônômicas” para os filhos de lavradores e de educação da mulher pelo trabalho, bem como outros projetos que pretendiam criar colônias e “indústrias” na província.

A biografia do abnegado médico revela, portanto, um empenho insistente por reformas de cunho liberal na organização social e econômica, como também inspiradas na moral religiosa. Seus ideais previam: a abolição da escravidão; uma economia liberal e industrial; escolas para agricultores, operários e mulheres; colônias em terras indígenas; burgueses piedosos reunidos em sociedades filantrópicas e loucos devidamente isolados em hospícios. Sua sociedade dos sonhos provavelmente soaria um tanto irreal e ousada para muitos companheiros de partido, especialmente quanto às questões da escravidão e da educação da mulher. Não obstante, a fidelidade ao regime monárquico e ao catolicismo temperava seu liberalismo político, tanto como o compromisso político com as elites proprietárias da província inviabilizava os planos de reforma social. Apesar de suas idéias e condição econômica estarem em aparente descompasso com interesses que dominavam a política local, Caldre e Fião empenhava-se em cumprir um papel de homem público e construir as instituições sociais e políticas do império. Suas idéias e atitudes seguramente

⁹³ Cf. Idem., *Ibidem*.

inspiraram, positiva ou negativamente, uma geração de letrados porto-alegrenses, que em 1868 chegaram a nomeá-lo presidente de honra da sociedade Parthenon Litterario.

Além do próprio barão de Porto Alegre, importantes nomes da política do partido Liberal Progressista ocupavam os principais cargos do IHGPSP. Na gestão de 1860, o Dr. Ubatuba foi o relator da comissão de pesquisas de manuscritos e documentos e Caldre e Fião o orador. O professor Francisco de Paula Soares foi primeiro secretário em 1860 e relator da comissão de trabalhos históricos em 1862. Neste mesmo ano, a diretoria eleita contava com o tenente-coronel Felipe Betbezé de Oliveira Nery como orador e Firmiano Antonio de Araujo como tesoureiro. Todos eram importantes nomes do grupo liberal, exerceram mandatos na assembléia provincial e, sob a autoridade do barão Manoel Marques de Souza, formavam o núcleo político de apoio ao governo provincial, naquele momento vinculado ao gabinete de governo do partido conservador. O presidente da província de então era o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, que também foi membro efetivo do instituto.⁹⁴ O apoio do barão de Porto Alegre aos conservadores, que vinha desde o governo anterior de Angelo Muniz da Silva Ferraz, estaria na origem da dissidência entre os liberais e da reorganização do partido Liberal desde 1860, que na província passaria a usar os qualificativos “puro” ou “histórico” para se diferenciar do Liberal-Progressista.⁹⁵ O interesse político que selava o pacto entre velhos liberais e conservadores, que permitiu ou motivou a breve existência do IHGPSP, era evidente e nem precisava ser disfarçado. O secretário João Luiz d’Andrade Vasconcellos, em discurso na sessão comemorativa do 2º aniversário da instituição, admitia a situação abertamente:

Não era fácil a empresa. A prevenção que facilmente encara com desfavor as obras da dedicação patriótica, buscava a esta outra fonte menos airosa e pura explicando-a por conveniências de ocasião, e como parte de combinações políticas. Não negamos até certo ponto. O Instituto não era um meio para chegar a um fim político qualquer: mas não se lhe pode negar uma influência

⁹⁴ Joaquim Antão Fernandes Leão ocupou a presidência da Província de 4 de maio de 1859 a 17 de outubro de 1861. Ver Helga Piccolo, *op. cit.*

⁹⁵ Ver *Idem*, *Ibidem*.

necessária, que precisamente há de ter não só na política com em todo movimento social tendente ao engrandecimento da província.⁹⁶

Um bom indício da pretendida diluição das diferenças de interesses e posições partidárias pode ser encontrado nas listas de sócios correspondentes que espalhavam pelas localidades do interior. Ali estavam os médicos, bacharéis e religiosos diletantes de sempre, bem como, em muito maior número, importantes chefes políticos de diferentes cores partidárias. Da cidade de Bagé, no coração da campanha, constavam os nomes do conservador coronel João da Silva Tavares e o do liberal brigadeiro Manoel Luís Osório, dois nomes de grande peso político.⁹⁷ Este último seria um dos principais chefes da dissidência rumo ao novo partido liberal que então recém iniciava seus primeiros passos.⁹⁸ Encontravam-se os nomes de ex-líderes da república farroupilha entre os “comissários” do interior, como o general David Canabarro em Santana do Livramento, o magistrado Francisco de Sá e Brito em Alegrete e Antonio Vicente da Fontoura em Cachoeira. E também de comandantes que combateram os rebeldes republicanos, como o general João Propício Menna Barreto, de São Gabriel.

Colocava-se em questão, pois, a possibilidade de um consenso entre os senhores da política, da guerra e das letras na ex-república rio-grandense, pelo menos no plano simbólico, a respeito do seu papel como construtores da estabilidade das fronteiras e da glória militar do Império brasileiro. Se não chegava a tanto o sentido da reunião daqueles nomes na lista dos sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense, era inegável a conveniência política daquela forma de representar uma identidade unívoca para a província. Segundo os discursos de fundação da associação, aquele era o momento de enfrentar a incompreensão histórica do império para com o Rio Grande de São Pedro. Esta era nada menos que a missão com que o Instituto se apresentava aos leitores no editorial do primeiro número da sua Revista:

A história do passado, como do porvir desta província, não será um monumento de exclusivo interesse para ela; não, os sucessos mais notáveis aqui passados estão intimamente ligados à vida do Império, que não haverá

⁹⁶ Cf. “Instituto Histórico - 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862”, *Revista do IHGPSP*, 1862, p. 6.

⁹⁷ Cf. Administração do 3º ano social do Instituto”, *Revista do IHGPSP*, 1862.

brasileiro que não os leia como uma narrativa da história geral do país. Os bravos que derramaram seu sangue nas guerras da colônia, da Independência nacional, da do Estado Oriental, empenharam-se por lutas nacionais, os sucessos acontecidos nela eram ou deviam ser registrados na história geral do país. O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente.⁹⁹

Como principal argumento, defendia-se que a história da província estava “intimamente” ligada à do Império, especialmente quanto à sua defesa militar. As contínuas guerras que nela ocorreram encontram sua melhor caracterização como “lutas nacionais” e não caberia dúvida de que pertenceram, pois, à “história geral do país”. Além disso, se por um lado o reconhecimento da história da província aqui confunde-se com a história da nação brasileira, por outro não se pretende ignorar os interesses locais pelos quais a guerra civil farroupilha aconteceu. Deseja-se que o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro seja afirmativo da vinculação histórica da província ao Império, fato que não invalidaria “o que há de particular” na sua relação com o poder central. Existiria, além do mais, outra dimensão importante nesta representação do pertencimento dos rio-grandenses à comunhão nacional, aquela dada pela origem remota dos seus habitantes “naturais” da terra e sua herança lingüística:

Além da história da guerra, o espírito do homem, que aqui teve o nascimento, devia remontar-se aos tempos de antes da conquista, e considerar essas raças de homens numerosos, que viveram em sociedade mais ou menos bem organizadas, que habitaram nossas devesas, que foram delas lançados ou nelas escravizados pela cobiça do conquistador. A etnografia, o conhecimento das línguas que se vão perdendo, que vão escapando ao domínio dos filólogos e lexicógrafos, era um objeto de estudo bem digno e que nos reclamam nossos sucessores.¹⁰⁰

⁹⁸ Ver Helga Piccolo, op. cit.

⁹⁹ Cf. “O Instituto Histórico”, in: *Revista do IHGPSP*, Porto Alegre, n. 1, agosto 1860, p. 3.

¹⁰⁰ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 4.

Encontram-se delineados nestas linhas os eixos principais para orientar a pretendida obra historiográfica do instituto: a narrativa dos feitos militares que levaram à ocupação do território e garantiram as fronteiras meridionais do império; e o estudo antropológico dos homens que habitavam aquelas terras, com especial interesse pela formação da língua. Para realizar esta missão, o IHGPSP abriu suas portas aos notáveis da província. Foi estabelecido um limite de 40 sócios efetivos e deixada em aberto a quantidade de sócios correspondentes e honorários. Novos sócios deviam ser propostos por escrito e uma Comissão de Admissão ficava responsável pelo parecer que os aceitaria ou não, devendo o candidato a sócio efetivo “apresentar trabalho próprio acerca da história, geografia ou etnografia do Brasil, com especialidade desta província”.¹⁰¹ Não se exigia, porém, que o trabalho já estivesse publicado, o que certamente permitia alguma flexibilidade quanto ao rigor deste critério. Além da “suficiência literária”, doações de livros ou objetos para o museu do instituto eram solicitados aos sócios correspondentes. Os estatutos deixavam bem claro a identidade de fins e princípios para com o IHGB ao declarar sua finalidade: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e topografia da província de São Pedro do Rio Grande do Sul; e a arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas”; “procurará filiar-se ao Instituto Histórico do Brasil e por seu intermédio ou diretamente manter correspondência com as sociedades e academias estrangeiras para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe”.¹⁰²

Em identidade também com o modelo da Corte estava a organização hierárquica e o bom convívio com as autoridades do Estado. Elegia-se uma diretoria composta por um presidente, praticamente um cargo de honra, um vice, um primeiro e segundo secretários e um tesoureiro, responsáveis diretos pela organização e administração do instituto, e por fim um orador. Grande parte dos demais sócios efetivos distribuía-se em oito comissões, equivalentes às do IHGB, responsáveis por diferentes atividades.¹⁰³ Desde as reuniões preparatórias, o IHGPSP contou com o apoio oficial, utilizando as dependências da Secretaria de Instrução Pública e contando com o presidente da província

¹⁰¹ Cf. “Estatutos do IHGPSP”, *Revista do IHGPSP*, n. 1, agosto 1860, p. 14.

¹⁰² Cf. *Idem*, *Ibidem*.

¹⁰³ A saber: comissões de fundos e orçamento, de estatutos e redação da revista, da revisão de manuscritos, de trabalhos históricos, de trabalhos geográficos, de arqueologia, etnografia e língua dos indígenas, de admissão dos sócios e de pesquisas de manuscritos e documentos. Cf. *Idem*, *Ibidem*.

e outras autoridades em suas cerimônias. No primeiro ano de funcionamento já se registravam correspondentes em 23 comarcas e municípios da província, o que era sinal de receptividade política da proposta.

Embora o princípio de uma história linear que narrasse uma progressiva implantação da civilização em solo brasileiro, tão caro aos notáveis do IHGB, fizesse igualmente parte do ideário do IHGPSP, a ênfase nas aventuras militares da conquista daquele extremo do império sugeria uma tentativa de diferenciação. O próprio programa centralizador e unificador do IHGB não era livre de ambigüidades e poderia ser interpretado no sentido inverso quando lido por letrados ligados às próprias províncias. A estes podia interessar menos a especulação sobre os fundamentos genéricos de uma “historiografia filosófica do Brasil” fundada na herança das raças formadoras, como defendia von Martius, ou nas vicissitudes da colonização portuguesa na perspectiva de Varnhagen, do que a ênfase na contribuição particular de sua terra natal à história geral do país.

Assim como os letrados da corte se colocavam na condição ambígua de adotar modelos políticos e intelectuais europeus e ao mesmo tempo defender o mandamento romântico da originalidade nacional, seus seguidores rio-grandenses desejavam ajustar sua província na hierarquia imperial e ao mesmo tempo reivindicar sua diferença no todo da nação. O intenso envolvimento nas “lutas nacionais” contra o estrangeiro representava essa paradoxal diferença integradora, de modo que a construção de uma história e identidade local específica da província estivesse plenamente vinculada ao todo maior da história do império. Este certamente não era um projeto simples em se tratando do Rio Grande de São Pedro, considerando a turbulenta e belicosa relação que suas elites tiveram com o governo central na primeira metade daquele século, os ressentimentos acumulados em anos de guerra e a persistência de idéias federalistas e republicanas. Para aumentar as dificuldades, o empenho dos fundadores do IHGPSP em tentar manter a hegemonia da Conciliação em âmbito local se dava no momento mesmo em que levantava-se a dissidência liberal que dentro de alguns anos levaria ao fim daquela política.

Um malogro e uma vitória: do IHGPSP ao Parthenon Litterario

A Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro foi pensada como um importante instrumento para o cumprimento da sua missão. O primeiro número saiu em agosto de 1860, com 40 páginas, apresentando um artigo editorial com a história e a finalidade da nova instituição, a primeira diretoria eleita, a relação dos sócios efetivos e correspondentes e os estatutos.¹⁰⁴ A Revista declarava-se aberta a publicar “todas as notícias, memórias e descrições, história, arqueologia e estatística” da província, desde que previamente consultado o parecer da comissão encarregada da publicação. Não encontrei indícios, porém, de que ela tenha tido uma publicação regular e nem mesmo recebido uma colaboração mais efetiva dos sócios em termos de produção intelectual. Do que foi publicado nos cinco números conhecidos, a única seção de presença regular em todas as edições foi a que publicou as atas de instalação das cidades e vilas da província. A transcrição de documentos oficiais, alguns discursos proferidos nas cerimônias do instituto, necrológicos, correspondências recebidas, breves e incompletas compilações de dados demográficos e topográficos constituem o conteúdo que predominava nas páginas da Revista Trimensal.

Esta mais do que modesta colaboração dos sócios daquele Instituto Histórico e Geográfico para a sua revista revela-se surpreendente se considerarmos a principal exigência estatutária para admissão, a que exigia que o candidato deveria ser autor de alguma obra original em qualquer dos campos do conhecimento em questão. A inexpressividade intelectual da publicação poderia, à primeira vista, ser tomada como a principal razão do seu desaparecimento precoce, bem como do instituto que representava, considerando o pobre resultado alcançado diante dos propósitos com que iniciou. Não há porque não reconhecer, porém, que um dos seus mais simples objetivos - “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” - era de alguma forma alcançado. Afinal, a seleção e leitura de documentos não se restringiu às tediosas atas de fundação de vilas, e mesmo estas poderiam adquirir um sentido político muito expressivo.

Deve-se destacar a publicação de forma seriada do ensaio “Dados estatísticos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, obra do conselheiro Antonio Manoel Correa da Camara (1783-1849), filho de uma poderosa família da província que, depois de viajar por

¹⁰⁴ Cf. Revista do IHGPSP, n. 1, agosto 1860.

diversos continentes, tornara-se diplomata do Império e um dos principais mentores da República Rio-grandense dos farrapos em seu início.¹⁰⁵ Divulgava-se a obra daquele ex-aventureiro e diplomata que em seus escritos já se preocupava em oferecer uma imagem positiva do caráter dos rio-grandenses, embora lamentasse o caráter ainda pastoril daquela sociedade que, por sua própria natureza social e econômica, não gerava a riqueza e civilização que a agricultura possibilitaria.

(...) bom pai, excelente marido, filho respeitoso, o cidadão Rio-Grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras que o fazem recomendável; e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado; tudo deve esperar-se finalmente de um povo que atravessando a cega, mal conduzida, guerra civil do seu país, que a todo o momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, (...) nem assim foi possível degradá-lo e corrompê-lo, conservando-se intacto seu gênio cavalheiresco, seus brios, modéstia, dignidade e honra.¹⁰⁶

Com a publicação do opúsculo de Correa da Câmara, o IHGPSP encontrava uma forma de reavivar tanto a retórica da condição pouco civilizada da província como a do ressentimento para com o restante do país. Assim também fazia o médico e empresário Manoel Pereira da Silva Ubatuba, ao apresentar aos leitores uma longa série de documentos e explicar que alguns deles continham reclamações das privações sofridas pela região durante o século XVIII e início do XIX. Alegava que não fazia aquilo “para encher o saco das queixas, mas para que nossos irmãos do Norte conheçam as provanças por que temos passado, os sofrimentos que nos têm torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para suprir a desigualdade numérica de nossa representação”.¹⁰⁷ O sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político no centro da nação podia ser devidamente justificado pela

¹⁰⁵ Para algumas informações biográficas de Antonio Manoel Correa da Camara, ver Rinaldo Pereira da Câmara, *O marechal Câmara. Vol I - Reflexões introdutória à sua biografia*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1964, p. 31-35; Sérgio da Costa Franco, “Biografia tentadora”, *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 de setembro de 2003.

¹⁰⁶ Cf. *Revista do IHGPSP*, ano 3, vol. 3, 1862, p. 26.

¹⁰⁷ Cf. *Revista do IHGPSP*, ano 2, n. 2, outubro de 1861.

autoridade dos documentos históricos. Por meio deles o dr. Ubatuba não oferecia nenhuma erudita narrativa historiográfica, mas transmitia com clareza sua mensagem. Muito mais do que reconhecimento do brilhantismo intelectual, estaria em jogo para os sócios a participação em um ato político representando tanto a fidelidade aos fundamentos do Estado monárquico como o verdadeiro e não reconhecido papel da província na construção e defesa da nação.

A instituição, porém, teve vida curta. Não se encontrou indícios de sua permanência após o ano de 1863, quando circulou o último número conhecido da sua revista. Não se deve exagerar, portanto, ao especular sobre o entusiasmo que a idéia teria provocado. É possível mesmo que o IHGPSP tenha recebido muitos sócios em busca apenas do prestígio que emprestava o nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que para a maioria a vaidade e conveniências políticas se sobrepuseram à efetiva disposição em dedicar seu tempo à pesquisa e escrevinhação de uma história oficial rio-grandense e brasileira. E a intensa luta partidária na província não deve ser menosprezada como possível causa de desagregação do grupo. No mesmo ano em que nasceu o Instituto, iniciava-se a dissidência dos liberais rio-grandenses “puros” ou “históricos” e que levaria à recriação do partido Liberal, liderado por Felix da Cunha, Gaspar Silveira Martins e Manoel Luis Osório. A trajetória ascendente da nova oposição se caracterizaria pela recusa do compromisso automático com a estabilidade das instituições imperiais e a determinação em tornar clara uma posição em favor dos interesses e da maior autonomia do poder das elites locais. O apoio do liberal-progressismo à guerra com o Paraguai viria deflagrar a crise definitiva daquele partido, à qual também não sobreviveu o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, instituição esta que era filha diletta de sua política e de seus próceres.

Mesmo que não fosse um ato declaradamente partidário, a criação do Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense fez-se pela iniciativa dos notáveis e homens de letras do liberal-progressismo e de certa forma celebrava a fidelidade da província ao estado imperial sob o ponto de vista deste partido. Embora não se tenha condições de fazer um levantamento preciso, seria razoável supor que boa parte de seus sócios efetivos e correspondentes tenham abandonado o Instituto à medida que rompiam com o partido e aderiam aos liberais. Deste modo poderia ser interpretada a presença de Amaro José

d'Avila da Silveira, Henrique Francisco d'Avila e David Canabarro como sócios correspondentes em 1860, nomes que ao longo da década se tornaram chefes políticos do partido Liberal. O próprio Caldre e Fião, um dos fundadores, seguiria por este caminho. No entanto, apesar do relativo insucesso deste Instituto Histórico e Geográfico provincial, existem motivos para julgar que seu projeto teve uma repercussão maior do que a duração efêmera da instituição que o divulgava e, inclusive, efeitos ainda mais duradouros que se revelaram na formação da próxima geração de letrados da província.

Como foi observado no início deste capítulo, se o malgrado IHGPSP foi condenado ao esquecimento, a sociedade de letrados que o sucedeu em Porto Alegre conquistaria renome e um lugar na memória literária do Rio Grande do Sul, embora a obra deste grupo também tenha permanecido à margem dos estudos da história da literatura brasileira, normalmente centrados nos autores canônicos. Fundada em 1868, em meio à euforia que anunciava a vitória brasileira na guerra do Paraguai, a sociedade Parthenon Litterario tinha como uma de suas finalidades consagrar um espaço exclusivo de afirmação das letras na província, independente dos interesses da política partidária. Se existia uma clara disposição de ruptura com o passado por esse lado, por outro revelava-se a permanência do ideal de integração à nacionalidade e afirmação da identidade local que animou os promotores do velho Instituto Histórico e Geográfico da província.

Ainda que alguns eminentes veteranos das letras da província estivessem entre os fundadores do Parthenon, é certo que a iniciativa maior em liderança e entusiasmo coube a uma nova geração de cidadãos cultos nascidos após a guerra de 1835-45, em sua maioria também envolvidos com as instituições de ensino da província. Neste aspecto, foi emblemática a presença dos irmãos Apollinario, Apelles e Achylles Porto Alegre. Filhos de um funcionário da alfândega imperial, todos os três fizeram carreira como professores, fundaram escolas particulares e dirigiram jornais diários na capital. A eles juntaram-se diversos jovens professores em escolas públicas e particulares, como Hilario Ribeiro, Vasco de Araujo e Silva, José Theodoro de Souza Lobo, Afonso Luis Marques, Luciana de Abreu, entre outros. Entre os não-professores, destacaram-se também funcionários públicos e jornalistas, como Aurélio Viríssimo de Bittencourt e José Bernardino dos Santos, que exerceram ambas as profissões. Todos contavam então com idade em torno dos vinte anos e alguns já defendiam abertamente princípios republicanos.

Como decano do grupo, escolhido para presidente honorário, figurava José Antonio do Valle Caldre e Fião, nosso já conhecido médico e veterano político liberal da província, um propagandista da abolição na imprensa e no parlamento desde a juventude, escritor de romances e fundador do então extinto Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Seu prestígio entre os jovens partenonistas sinalizava uma ambigüidade do grupo quanto à questão da continuidade ou ruptura com o passado. Sua presença podia representar aspirações de integração e continuidade com a história política da província e do império, como também podia servir de escudo para a inconformidade com o *status quo* de muitos de seus integrantes.¹⁰⁸ Igualmente reveladora desta postura era a admiração votada a Felipe Betbezé de Oliveira Nery, outro veterano do jornalismo liberal e dos parlamentos da província e da corte.¹⁰⁹ Felipe Nery recebeu, por deliberação de assembléia do Parthenon, o título de sócio honorário, na ocasião igualmente conferido a autoridades como o bispo D. Sebastião Dias Laranjeira, o presidente da província Antonio da Costa Pinto Silva e o Conde de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza, comandante militar e ex-presidente do IHGPSP), o que também é significativo quanto à postura dúbia acima mencionada.¹¹⁰ Deve-se levar em conta, neste caso, a diversidade de pontos de vista em política partidária dos integrantes bem como com a relação de dependência de muitos deles, professores do Liceu e da Escola Normal, para com as instituições imperiais. Por outro lado, a fundação do Parthenon Litterario sinalizava também para um ambíguo alinhamento dos letrados provincianos à já clássica insatisfação das elites liberais rio-grandenses diante do centralismo do Estado imperial e mesmo indo além, com sócios influentes já defendendo uma utopia republicana, no Estado como na letras.

Não obstante, ainda que parecesse evidente a ambivalência política do grupo, fazia-se questão de proclamar sua independência. Em março de 1869 circulava o primeiro número da Revista do Parthenon Litterario, nove meses após a fundação da associação de

¹⁰⁸ Para dados biográficos dos partenonistas, além das biografias publicadas pela própria Revista do Parthenon Litterario, Cf. Ari Martins e Pedro Leite Villas-Boas, "Bibliografias", publicado em Lothar Hessel et alii., O Parthenon Literário e sua obra, Porto Alegre, Flama/IEL-RS, 1976, pp. 113-163; Ari Martins, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS/IEL, 1978; Villas-Boas, Pedro Leite. Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Porto Alegre, EST/Edigal, 1991.

¹⁰⁹ Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), "Felippe Nery — Elogio fúnebre", Revista do Parthenon Litterario, 2ª série, n. 1, julho de 1872, reproduzido em: Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 117 a 120, Porto Alegre, Oficinas gráficas da Imprensa Oficial, 1953, p. 9.

mesmo nome, ocorrida em 18 de junho de 1868.¹¹¹ O artigo de abertura (provavelmente escrito pelo redator da edição daquele mês, Apollinario Porto Alegre) apresentava a revista e os ideais do grupo literário que pretendia inaugurar na província nada mais que “um núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certamens científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bem e o belo”. A Revista, assim, viria coroar uma série de iniciativas já tomadas pelos abnegados “apóstolos da nova crença” da sociedade Parthenon Litterario, cuja importância seria equiparada a de uma nova instituição social a incluir-se entre as que sustentariam o “pacto fundamental dos nossos direitos”, tal como a imprensa e as câmaras legislativas:

Portanto nem os prelos, nem os comícios provinciais não preenchendo em toda a latitude os fins de sua criação, não podendo realizá-los na estreiteza das órbitas atuais, não sendo mesmo de sua alçada a multiplicidade de conhecimentos, é certo que havia necessidade imperiosa duma nova instituição.¹¹²

Os fundadores da nova revista ambicionavam preencher uma lacuna nas instâncias representativas da opinião pública da província, até então restritas à defesa de interesses econômicos e políticos, sem contemplar as “aspirações do espírito” que só a literatura e a ciência podiam satisfazer nos tempos modernos. Os fundadores do Parthenon comemoravam, portanto, a criação do que seria um espaço de livre manifestação, para que os cidadãos amantes das letras e crentes no seu poder civilizador finalmente tivessem voz e um canal de intervenção nos destinos da sociedade. No discurso que proferiu na cerimônia de inauguração daquela associação, Apollinario Porto Alegre, um de seus mais influentes idealizadores, alertava seus companheiros contra os “fanatismos” industrial e político,

¹¹⁰ Cf. “Ata da 2ª sessão ordinária em janeiro de 1869”, *Revista do Parthenon Litterario*, ano I, n. 1, março de 1869, reproduzido em: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 113 a 116, Porto Alegre, 1951, p. 18.

¹¹¹ A revista apresentou variações no seu título ao longo de sua existência. Foi *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario* de 1869 a 1872, *Revista da Sociedade Parthenon Litterario* em 1873, *Revista do Parthenon Litterario* de 1874 a 1877 e *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario — Consagrada às Letras, Ciências e Artes* em 1879. Para efeitos práticos, daqui por diante utilizarei sempre a versão mais curta e que vigorou por mais tempo: *Revista do Parthenon Litterario*, ou a abreviatura RPL.

¹¹² Cf. “Programa”, *Revista do Parthenon Litterario*, Ano I, n. 1, Porto Alegre, março de 1869, reproduzido em *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 113 a 116, Porto Alegre, 1951, p. 7.

vistos como dois grandes inimigos das letras e da inteligência, e de certo modo concorrentes no campo da iniciativa pública.¹¹³ Seu discurso reivindicava a autonomia como condição imprescindível para a identidade da república das letras porto-alegrense, que não deveria estar submetida a interesses da política partidária ou aspirar a qualquer recompensa material, pois buscava-se um patamar mais elevado e um estágio superior da luta pela civilização no continente americano.

Para os idealizadores do Parthenon Litterario, estaria em jogo a construção de outra esfera de prestígio e autoridade na sociedade riograndense, mais particularmente no contexto de Porto Alegre. Anunciavam eles o combate por um espaço próprio, que não se confundisse com aquele do poder político centralizado nem com a insistente oposição da elite liberal aos burocratas nomeados pela Corte para administrar a província. Também não se identificavam com as aspirações e interesses de uma ascendente aristocracia urbana dos homens de negócio da próspera praça comercial de Porto Alegre, a qual comandava a vida econômica da cidade.¹¹⁴ Proclamava-se uma identidade de sentimentos, aspirações e atitudes diante da vida que se opusesse àquelas pelas quais se reconheciam os comerciantes e os homens de Estado. A retórica grandiloquente, no entanto, não impedia que os sócios permanecessem mergulhados na teia da hierarquia social e das relações de poder da cidade e trouxessem suas diferenças e mesmo conflitos para dentro da associação e as expressassem em sua produção “literária”, a qual podemos conhecer por meio de uma revista relativamente bem sucedida, se considerada a tradição efêmera deste tipo de iniciativa na província de São Pedro.

A Revista do Parthenon Litterario constituiu-se na principal referência da vida intelectual da província durante a década de 1870, com grande número de “agentes” e sócios correspondentes por todo o interior e na corte.¹¹⁵ Tendo circulado de 1869 a 1879, com interrupções nos anos de 1870, 1871 e 1878, oferece uma boa amostra da produção literária do período, embora se deva levar em consideração outras publicações mais

¹¹³ Cf. Apolinario José Gomes Porto Alegre, “Parthenon Literário (Instalação)”, *Arcádia - jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico*. Rio Grande, 1868, pp. 177-180, reproduzido em: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 40, junho de 1980, p. 11-14.

¹¹⁴ A classe comercial da cidade teria se beneficiado significativamente com o abastecimento das forças armadas imperiais durante a guerra do Paraguai. Ver Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre e seu comércio*, Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 55.

¹¹⁵ Na contracapa da Revista do Parthenon Litterario de janeiro de 1875 são listados agentes da revista em 24 cidades do interior do Rio Grande do Sul, além de Rio de Janeiro e Corumbá.

efêmeras ou de menor prestígio, como as revistas Murmúrios do Guahyba¹¹⁶ e da sociedade Ensaios Litterarios¹¹⁷ em Porto Alegre, bem como a Arcádia¹¹⁸, na cidade de Rio Grande. Nos exemplares destas revistas, especialmente na do Parthenon, encontramos tanto uma produção nomeadamente ficcional em poemas, romances, contos e novelas como ensaios historiográficos, biografias, elogios fúnebres, crônicas e atas de reuniões. Lado a lado com romances e dramas seriados ao correr de diversas edições da revista, publicava-se o retrato e a biografia de uma figura ilustre na história da província ou da nação, a produção poética dos sócios, transcrições de documentos relativos à revolução farroupilha, uma “Crônica” ou “Ementário mensal” deixado ao livre gosto do redator do mês, bem como discursos e teses proferidos na tribuna das mais concorridas reuniões e saraus. A variedade de gêneros por si só já é um indício de que, sob a generalidade do adjetivo “literário”, manifestava-se uma diversidade de inquietações não apenas quanto aos modelos estéticos mais adequados para aquela prestigiada arte, mas principalmente quanto ao passado e presente da província e seu lugar na nacionalidade brasileira.

Ao contrário do que aconteceu com o IHGPSP, a participação dos sócios foi intensa em número de colaborações na redação da Revista do Parthenon Litterario. Entre nomes e pseudônimos de autoria desconhecida, soma a mais de 70 o número de colaboradores que publicaram pelo menos uma vez na Revista em seus dez anos de existência.¹¹⁹ A contribuição, porém, foi muito desigual na quantidade de páginas e títulos publicados. Considerando todos os 71 exemplares consultados, a grande maioria dos autores marcou presença sem publicar mais do que dois ou três títulos.¹²⁰ Entre estes,

¹¹⁶ Murmúrios do Guahyba circulou em Porto Alegre apenas no ano de 1870, sob direção do sócio do Parthenon José Bernardino dos Santos. Consultei os números 1 a 6, que foram os únicos publicados, cf. Athos Damasceno Ferreira, Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1975, p. 64-70; Ver também Mauro Nicola Povoas. Literatura e imprensa em Porto Alegre. A revista Murmúrios do Guafba (1870), Porto Alegre, PUC, 2000.

¹¹⁷ A Sociedade Ensaios Litterarios originou-se de uma dissidência do Parthenon ocorrida no final de 1872. Publicou uma revista própria, da qual consultei oito edições de 1875 a 1876. Até 1877 teria publicado 18 volumes, cf. Athos Damasceno Ferreira, op. Cit., p. 80-93.

¹¹⁸ Na Arcádia, de Antonio Joaquim Dias, colaboravam muitos escritores do Parthenon. Consultei as 3 séries publicadas entre 1868 e 1870.

¹¹⁹ Cf. Lothar Hessel et alii, O Partenon Literário e sua obra, op.cit.

¹²⁰ A coleção da Revista do Parthenon Litterario foi consultada em sua quase totalidade. Isto inclui dez números publicados em 1869 (março a dezembro), 6 em 1872 (julho a dezembro), 12 em 1873, 1874 e 1875 (janeiro a dezembro), 5 em 1876 (janeiro a maio), 8 em 1877 (agosto a dezembro), 6 em 1879 (abril a setembro). A cada interrupção, que foram quatro, a numeração reiniciava como uma nova série. Não encontrei indícios de exemplares não encontrados, mas é possível que tenham existido em 1876 e 1878. Cf. Lothar Hessel et alii, O Partenon Literário e sua obra, op., cit.

predominou largamente a produção poética e apenas eventualmente algum conto, ensaio ou crônica. Alguns poucos nomes destacaram-se, seja pelo volume de contribuições ou por aventurarem-se na publicação de novelas, dramas ou romances de maior fôlego. Neste aspecto, muito acima de todos os outros aponta Apollinario Porto Alegre, que assinou quase todos os seus 33 títulos como Iriema, declarando seu nome apenas nas edições de 1869, quando também usou o pseudônimo Boccacio em duas crônicas.

Prolífico escritor de romances, dramas e comédias para teatro, biografias e poemas publicados em partes ao longo das edições da Revista, alguns tendo ficado incompletos, o indefectível Iriema poucas vezes esteve ausente de alguma edição. Em volume de produção só foi superado pelo irmão Achylles Porto Alegre, que com o pseudônimo Manfredo publicou 38 títulos, poesias e crônicas na maioria, e apenas três tentativas de romances contra cinco de Apollinario. Este último gênero, aliás, não teve outro representante em toda a série consultada além de Apelles, o terceiro dos irmãos Porto Alegre (utilizando o pseudônimo Tancredo).¹²¹ Já a dramaturgia despertou um pouco mais de ousadia e teve diversos autores, destacando-se Hilario Ribeiro, Arthur Rocha, Joaquim Alves Torres e José de Sá Brito. O teatro amador foi um dos instrumentos de atuação do *Parthenon Litterario* em sua missão “civilizadora” junto à sociedade porto-alegrense, a quem levaria lições de educação moral, com críticas ao “materialismo”, à escravidão e à condição da mulher.

Será, entretanto, para as biografias que indefectivelmente abriam cada edição da Revista que voltaremos nossa atenção agora. Entre os 658 títulos publicados nos dez anos de existência da Revista, 58 são relativos a biografias, os quais, excluindo as repetições e séries de um mesmo personagem, referem-se a 40 nomes de indivíduos considerados exemplos notáveis de conduta pública. Considerando exclusivamente o que foi publicado em prosa, as biografias compõem um total de 13% de 448 títulos da revista. Mais do que a relevância percentual, elas indicam a possibilidade de compreender os valores políticos que norteavam os partenonistas e o modo como concebiam uma identidade peculiar para a província do Rio Grande no contexto brasileiro.

Esparta ou Atenas? Exemplos cívicos e dilemas da identidade guerreira

A partir da segunda série da Revista Mensal do Parthenon Litterario, iniciada em julho de 1872, tornou-se praxe que em cada edição constassem retratos e biografias de figuras consideradas notáveis para a história recente da província, escolhidas entre recém-falecidos e protagonistas vivos da cena política, militar e literária. Entre as presenças mais freqüentes na galeria dos ilustres constaram generais e chefes militares, grandes nomes da política e homens de letras nascidos no Rio Grande do Sul. Incluídos, em sua maior parte, nesta última categoria também apareceram professores das escolas da província e, entre estes, por sua vez, mulheres e sacerdotes. A maior quantidade de biografados pode ser incluída na categoria dos homens de letras, num total de 17, dos quais apenas 3 não são rio-grandenses e 4 são mulheres. A segunda maior presença é a dos militares, com 13 biografias, seguido por personalidades da política, em número de 12. Pelos menos 7 biografados foram identificados como professores, entre estes uma mulher e diversos já incluídos na relação dos letrados. Além destes, constam ainda 5 religiosos e um homem de negócios. Aqui optou-se por incluir muitos nomes em mais de uma classificação quanto à ocupação e posição social, levando em conta as diversas facetas pelas quais se dava a atuação pública. Os autores das biografias procuravam deixar claro o propósito pedagógico das homenagens, destinadas a transmitir aos cidadãos exemplos de conduta moral e dedicação cívico-patriótica.

Os homens copiam-se uns aos outros, o que quer dizer que os caracteres reproduzem-se, milagre que operam a história, o registro, as ações humanas e os livros das ciências.

É por isto que a Revista, dando á sua frente o retrato de homens notáveis e oferecendo suas ações como modelos que podem ser seguidos, julga fazer um serviço real a esta província por cujo progresso trabalha, promovendo os bons costumes e a ilustração de sua esperançosa mocidade.¹²²

¹²¹ Pela sua extensão, “Serões de um tropeiro”, de José Bernardino dos Santos, poderia ser considerado um romance, mas o próprio autor classifica seu trabalho como “conto”.

¹²² Cf. “Esboço biográfico do cônego Thomé Luiz de Souza”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 3, setembro 1872, p. 83.

Por meio dos “esboços biográficos” da revista eram selecionados e divulgados exemplos de conduta pública para os rio-grandenses, ao mesmo tempo que fazia-se uma interpretação da história recente para dela extrair lições práticas e morais. Não raro o autor extrapolava a intenção inicial de louvar as virtudes alheias e terminava por utilizar o espaço que lhe era concedido para expor seu próprio ponto de vista sobre alguma questão em voga, como a necessidade da literatura nacional ou o papel da mulher na sociedade. Sem recorrer a figuras de um passado muito distante, visto que quase todos os biografados viveram inteiramente no século XIX, nem restringir os escolhidos a determinado tipo de atuação, partido ou facção política, esta seção da Revista Mensal claramente evidenciava a disposição dos parthenonistas em interferir na cena pública de forma pretensamente independente, buscando desenhar um quadro de virtudes cívicas o mais abrangente possível e que pudesse oferecer modelos a todos os rio-grandenses.

Neste ponto, o Parthenon Litterario retomou a aspiração de uma identidade provincial diferenciada que pertenceu aos fundadores do extinto Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, porém sem as limitações que o viés partidário podia oferecer à credibilidade deste último. A associação pretendia representar o mundo das letras como um patamar superior à política partidária e acima de todo tipo de interesses e facções. O perfil conservador de grande parte dos homenageados do panteão construído pelos novos homens de letras da província, no entanto, seria revelador de certa linha de continuidade com o IHGSP, privilegiando o compromisso com a construção do estado monárquico. O próprio modelo seguido tinha uma clara inspiração na galeria dos brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” da revista do IHGB, que servia ao prestígio tanto dos biografados como dos biógrafos.¹²³ A própria biografia de cidadãos ilustres, por seu lado, constituía um gênero adotado por letrados brasileiros do século XIX para exercitarem-se no papel de historiador, oscilando entre a tradição clássica da história como “mestra da vida”, a inspiração romântica de uma história nacional e a alegada necessidade de rigor quanto à veracidade dos relatos.¹²⁴

¹²³ Ver Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças*, op. cit., p. 109-110.

¹²⁴ Além da própria revista do IHGB, pelo menos duas obras surgiram como modelos para a escrita de biografias de brasileiros no século XIX: “Varões ilustres do Brasil, durante os tempos coloniais”, de João Manuel Pereira da Silva, em 1858, e a “Galeria dos brasileiros ilustres (contemporâneos)”, organizada por Sébastien Auguste Sisson, em 1859-1861. Para uma análise destas obras, ver Temístocles Cezar, “Livros de

Para se ter uma noção do perfil dos biografados que serviram de exemplo de virtudes na revista do Parthenon, basta constatar que lá estiveram representados pelo menos nove dos comandantes militares e homens de estado que defenderam o lado legalista contra os farrapos, enquanto constam apenas dois líderes deste últimos que posteriormente se destacaram na política provincial.¹²⁵ Pelo menos oito dos antigos sócios do IHGPSP ocuparam tal espaço de honra e entre os políticos, foram lembrados tanto ilustres conservadores como os principais chefes do já extinto partido Liberal-Progressista.¹²⁶ Em alguns casos, os editores ou o próprio autor declaravam sua discordância para com as idéias políticas e administrativas do biografado, o que provaria a necessidade do seu reconhecimento como homem público por toda a sociedade.¹²⁷ Compreende-se que as homenagens aos homens ilustres no passado recente pelas letras, pelas armas ou pela vida pública, foram um modo de os associados do Parthenon tentarem refundar a consciência cívica para além das disputas partidárias. Acima das diferenças que faziam muitas daquelas individualidades estranhas umas às outras estaria seu pertencimento à uma pretendida “comunidade imaginada” dos rio-grandenses, concebida por aqueles letrados como um lugar especial na comunidade maior dos brasileiros.¹²⁸

Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”, *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 73-94.

¹²⁵ Do lado farrapilha constam apenas Antonio de Souza Neto (RPL, 8, 1874) e David Canabarro (RPL, 3, 1874), enquanto entre os legalistas encontramos o general João Propício Menna Barreto - barão de São Gabriel (RPL, 9, 1874), o tenente-coronel Felipe Nery (RPL, 1, 1872), o general José Fernandes dos Santos Pereira (RPL, 12, 1874; 2, 1875; 3, 1875), o tenente-general Victorino José Carneiro Monteiro - barão de São Borja (RPL, 3, 1879; 4 e 5, 1879), o general José Joaquim de Andrade Neves - barão do Triunfo (RPL, 6, 1873), o tenente-general Bento Manoel Ribeiro (RPL, 3, 1875; 4, 1875), o marechal Manoel Marques de Souza - conde de Porto Alegre (RPL, 7, 1875; 9, 1875), o marechal Gaspar Francisco Menna Barreto (RPL, 7, 1874) e José de Araujo Ribeiro - visconde do Rio Grande (RPL, 4 e 5, 1879).

¹²⁶ Luis Alves Leite de Oliveira Bello (RPL, 1, 1873) e Manoel Marques de Souza - conde de Porto Alegre (RPL, 7, 1875; 9, 1875) chefiaram o partido Liberal-Progressista na década de 1850. Este último mais José Antonio do Valle Caldre e Fião (RPL, 1, 1876; 4, 1876), Manoel Pereira da Silva Ubatuba (RPL, 8, 1875), Felipe Nery (RPL, 1, 1872), João Vespucio de Abreu e Silva (RPL, 1, 1874), Luiz Manoel Gonçalves de Brito (RPL, 10, 1873), João Propício Menna Barreto (RPL, 9, 1874) e David Canabarro (RPL, 3, 1873) foram os ex-sócios do IHGPSP biografados na revista do Parthenon Litterario.

¹²⁷ Seria o caso da homenagem prestada por Achylles Porto Alegre ao desembargador Luis Alves Leite de Oliveira Bello (RPL, 1, 1873), um dos fundadores do partido liberal-progressista, ou da biografia do político conservador João Jacintho de Mendonça por Hilario Ribeiro (RPL, 6, 1872) ou as reservas dos editores para com a biografia de Bento Manoel Ribeiro (RPL, 3, 1875; 4, 1875).

¹²⁸ Sobre o conceito de “comunidades imaginadas”, ver Benedict Anderson, *Imagined Communities: reflections on the origins and spread of nations*, New York: Verso, 1991.

Ao grupo majoritariamente composto pelos professores porto-alegrenses que tomavam a iniciativa de levar adiante a associação literária, com diversos integrantes de origem social modesta, interessava uma galeria socialmente diversificada de sujeitos das virtudes nacionais, ou que pelo menos fosse ampla o suficiente para os incluir. Assim, ao lado do militar de alta patente e do líder político de família tradicional, podia figurar um modesto mestre-escola como responsável maior pelo caminho do progresso espiritual e material da província e do país. Por essa via, abria-se também o caminho para a inclusão das mulheres, que a essa época formavam-se na Escola Normal da província e entravam para o magistério público. Assim foi que Luciana Maria de Abreu, apenas alguns meses depois de ser a primeira mulher a discursar na tribuna do Parthenon Litterario, recebeu, já aos 26 anos de idade, seu “esboço biográfico” nas páginas da revista. Oferecendo sua própria voz ao debate que o Parthenon promovia sobre a educação da mulher e seu papel na sociedade, Luciana de Abreu era homenageada por assumir “a responsabilidade de representante da mulher rio-grandense, mesmo da mulher brasileira”, nas palavras de seu biógrafo.¹²⁹

Significativamente, o mesmo autor da biografia da jovem educadora revelou-se especialmente engajado em retratar as personalidades por ele escolhidas como exemplos vivos de um caráter peculiar aos rio-grandenses no contexto da nação. Tratava-se do nosso já conhecido José Antonio do Valle Caldre e Fião, ex-fundador do extinto IHGPSP. O veterano médico, educador, político, letrado e presidente honorário do Parthenon Litterario fez dos textos biográficos, ao lado da poesia e de alguns discursos e crônicas, sua principal forma de colaboração na Revista Mensal da sociedade. Publicou seis biografias (quantidade só igualada por um outro sócio, o professor Hilário Ribeiro), que podem ser tomadas como uma amostra da diversidade de tipos homenageados em toda a série da revista: dois altos comandantes militares, duas mulheres, sendo uma professora pública e a outra escritora, um padre que tornara-se o primeiro bispo da diocese de Porto Alegre e um “pintor”, que não era ninguém menos que o já célebre Manoel de Araújo Porto Alegre.¹³⁰ A homenagem a

¹²⁹ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “Esboço biográfico - D. Luciana Maria de Abreu”, maio e junho de 1874 (RPL, 5, 1874; 6, 1874).

¹³⁰ As biografias escritas por Caldre e Fião foram publicadas nesta ordem: Rita Barem de Mello, em fevereiro de 1873 (RPL, 2, 1873); Padre Feliciano José Rodrigues Prates, em maio de 1873 (RPL, 5, 1873); Luciana Maria de Abreu, em maio e junho de 1874 (RPL, 5, 1874; 6, 1874); Manoel de Araújo Porto Alegre - barão de Santo Angelo, em outubro de 1874 (RPL, 10, 1874); Joaquim Marques Lisboa - visconde de Tamandaré, em

este último personagem serviu como um pretexto para Caldre e Fião discorrer sobre as qualidades que identificariam os “filhos do Rio Grande”, detendo-se em observações sobre sua “grandeza d’alma” e aptidões militares, entre outros atributos que a própria história do império registrava, como a bravura, o “tino estratégico” e a integridade de caráter.

“O rio-grandense naturalmente livre, educado entre o estridor das armas, entre tradições romanescas e aventureiras, com os hábitos generosos, francos e hospitaleiros do *pastor*, como criador de gados nas extensas pastagens de seus campos, semelha-se ao árabe, de imaginação ardente, de natureza impressionável, de inteligência vigorosa: — é soldado e poeta.”¹³¹

Nota-se que Caldre e Fião estava a repetir as mesmas idéias românticas sobre os rio-grandenses que publicava na década de 1840, quando residia na corte do Rio de Janeiro e escrevia romances. A comparação com os árabes, por exemplo, já estava presente no livro “A divina pastora”, de 1847.¹³² Em sua opinião, a natureza, o destino e mesmo a providência ainda eram os fatores que faziam dos rio-grandenses um povo à parte. A poesia, a literatura, as artes e as ciências só poderiam se beneficiar do convívio com tantos heróis, sem falar das predisposições que “os hábitos e as tradições, a natureza topográfica e as lufadas violentas ou ventanias” produziam nos homens tornando-os “poetas, cismadores, melancólicos ou arrojados”.¹³³ O desenho de um retrato que conciliava o poeta com o guerreiro era uma forma de contestar tradicionais opiniões, principalmente na corte letrada, que não reconheciam a possibilidade do desenvolvimento intelectual de sua província, justamente por ser tão envolvida na tradição militar.

Pelo menos na opinião do próprio biografado ilustre, Manoel de Araujo Porto Alegre (1806 – 1879), a evolução intelectual e artística dos rio-grandenses ainda era uma promessa a se realizar, conforme manifestou em carta enviada de sua posição diplomática em Lisboa para Manoel Pereira da Silva Ubatuba, outro médico veterano dos tempos do IHGPSP. Na missiva destinada a elogiar o Parthenon Litterario, o “pintor” e literato

outubro e novembro de 1874 (RPL, 10, 1874; 11, 1874); Manoel Marques de Souza - conde de Porto Alegre, em julho e setembro de 1875 (RPL, 7, 1875; 9, 1875).

¹³¹ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “Manoel de Araujo Porto Alegre (barão de Santo Angelo)”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 10, outubro de 1874, p. 145.

¹³² Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, *A divina pastora*, Porto Alegre, RBS, 1992.

¹³³ *Idem*, *Revista do Parthenon Litterario*, 10, 1874, p. 145.

reivindicou para si nada menos que o papel de pai fundador do romantismo brasileiro.¹³⁴ Declarava que muito lhe agradara conhecer os romances publicados pelo Parthenon e os considerou como uma extensão da escola que ele mesmo teria iniciado há cerca de 30 anos com "A ressurreição do amor", as "Brasilianas" e outros ensaios, depois dos quais teriam vindo Gonçalves Dias e os demais nomes do romantismo.¹³⁵ Por fim, referindo-se à "nossa província", o antigo aluno de Debret dizia acreditar que aquela ainda viria a ser nas letras e nas ciências o que já fora nas armas pela hombridade de seus filhos. Escrita em março e publicada na edição de abril de 1874, a carta poderia ter inspirado uma resposta no já mencionado texto de Caldre e Fião, publicado em outubro daquele mesmo ano.

Não seria correto, no entanto, considerar que o estigma de província militarizada incomodasse igualmente a todos os letrados do Parthenon. Seria o caso de Achylles Porto Alegre (quem, por sinal, acabou publicando a biografia de Caldre e Fião quando este faleceu) ao escrever sobre a vida do ex-general farroupilha Antonio de Souza Neto, colocando-se muito à vontade em fazer a exaltação da patriótica vocação guerreira da província.¹³⁶ Considerá-la a "Esparta brasileira", para Achylles, era uma forma de diferenciar os rio-grandenses e representar positivamente o lugar que lhes caberia no contexto da nação. Já o seu irmão Apollinario Porto Alegre, tal como o doutor Caldre e Fião, preferia argumentar a favor da capacidade artística e literária dos rio-grandenses. Sua convicção era de que a história militar e a paisagem tanto não inviabilizavam a arte como, antes pelo contrário, serviam como uma poderosa fonte de inspiração. O talento do autor dramático Manoel José da Silva Bastos (1825-1861), organizador do teatro na cidade do Rio Grande, é apresentado como exemplo desta premissa.¹³⁷ A província de São Pedro, com a vida social revolvida por guerras e revoluções, esclarecia Apollinario, podia ser comparada a um palco onde se representavam as "grandes tragédias" do país e por isso oferecia um grande potencial para o florescimento do teatro. Desde que se oferecessem as

¹³⁴ Cf. "Uma carta", Revista do Parthenon Litterario, 4, abril de 1874, p. 715.

¹³⁵ O folhetim "A ressurreição de amor" foi publicado no anonimato, de 23 a 27 de fevereiro de 1839 no Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro, ostentando o subtítulo "Chronica Rio-Grandense". Ao introduzir a narrativa que se passa na Porto Alegre de sua juventude, o autor refere-se ao Rio Grande do Sul como uma terra de clima saudável "onde o valor parece ser inato e o espírito belicoso um instinto", o que revela que os rio-grandenses já escreviam na Corte sobre sua terra natal ainda antes de Coruja e Caldre e Fião. Agradeço a Jefferson Cano, que foi quem descobriu esta fonte e a apresentou a mim.

¹³⁶ Cf. Achylles Porto Alegre, "Esboço biográfico - o general Antonio de Souza Neto", Revista do Parthenon Litterario, 8, agosto de 1874.

condições para que os rio-grandenses empregassem mais suas capacidades nas artes e ciências do que nos estudos de tática e estratégia dos acampamentos de guerra, ficaria provado o preconceito com que os “filhos do sul” eram vistos nas “províncias do norte”.

O Rio Grande do Sul, considerado geográfica e politicamente, constitui um amplo cenário aberto a grandes cometimentos, quer nacionais quer estrangeiros. No passado enche com seus memoráveis dísticos a sociedade brasileira, desde o momento que os primeiros bandeirantes vieram explorá-lo; no presente, longânimo e generoso despreza os insultos que áulicos e escribas do rei atiram à sua abnegação, bravura e virtudes patrióticas; no futuro, quando a coxilha tornar-se um faro de progresso e o vargado enflorecer de tendas da civilização, ninguém lembrar-se-á de um célebre discurso do Sr. Dr. Macedo, nem das calúnias do jornal palaciano *A Nação*.¹³⁸

É certo que muito do desprezo aos “áulicos e escribas do rei” devia-se ao apaixonado republicanismo de Apollinario Porto Alegre, para quem as “virtudes patrióticas” dos rio-grandenses definiam-se por oposição aos vícios da monarquia. Não escapava, porém, da ambigüidade de estar a defender a contribuição histórica e intelectual da província ao próprio império. Uma tarefa para a qual Caldre e Fião, por sua vez, entregava-se sem constrangimentos. Outro de seus ensaios biográficos, dedicado ao almirante Joaquim Marques Lisboa, o visconde de Tamandaré, comandante da marinha brasileira na guerra do Paraguai, foi dedicado em sua maior parte a passar em revista uma galeria de heróis rio-grandenses. Ali se homenageava desde os conquistadores do território, passando pelos chefes revolucionários e pelos leais ao império, até os generais da guerra do Paraguai e sua cavalaria de “centauros riograndenses”. Da arte da guerra para o campo das ciências as glórias continuariam com uma lista de nomes que incluíam o jornalista Hipólito José da Costa e seu irmão senador José Saturnino da Costa Pereira, o matemático Candido Baptista de Oliveira, o médico Joaquim Caetano da Silva, o “pintor” Manoel de Araujo Porto Alegre e ainda o “economista” Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá.

¹³⁷ Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), “Biografia - Manoel José da Silva Bastos”, *Revista do Parthenon Litterario*, 4, abril de 1873.

Foram mencionados também sacerdotes, como o monge beneditino e professor de filosofia João de Santa Barbara, que fora preceptor de muitos letrados rio-grandenses de sua geração, e “pioneiros na idéia da manumissão dos escravos”, como Leopoldo Augusto da Camara Lima, com quem colaborou nos tempos de estudante de medicina no Rio de Janeiro. Aquela, por sinal, seria descrita como uma época em que “todas as escolas superiores da corte tinham notáveis riograndenses como diretores”.¹³⁹ Nas letras como nas armas, portanto, não lhe restava dúvida de que sua terra natal ocupava honroso posto no panteão nacional. Diferentemente de Apollinario Porto Alegre, porém, José Antonio do Valle Caldre e Fião defendia a província expondo o compromisso de seus filhos ilustres com as instituições do império, que aliás ele próprio manteve em toda sua carreira política, apesar das pesadas críticas que fazia à dependência da monarquia ao escravismo.¹⁴⁰

Existia, porém, um ponto fraco na argumentação do médico porto-alegrense e que estava na raiz das críticas vindas do centro do poder do Estado monárquico à província. Se podia falar em lealdade a toda prova por parte dos mais destacados homens de letras, tinha que ser mais cuidadoso em relação aos heróis militares. Não podia ignorar a complicada relação dos grandes proprietários da fronteira meridional, praticamente donos de exércitos particulares e detentores de formidável poder armado, com a política da corte, tanto em assuntos internos como externos. Mesmo décadas após a pacificação da província, questões da representação política e do interesse particular destes chefes locais ainda podiam dar margem à tensões não só com o governo central como com governos de países vizinhos.¹⁴¹ Além do mais, no início da década de 1870, Caldre e Fião integrava o diretório de um partido liberal renovado e em ascensão na província, agora mais decididamente empenhado em defender aqueles interesses.¹⁴²

¹³⁸ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹³⁹ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “Esboço biográfico — Joaquim Marques Lisboa (Visconde de Tamandaré)”, *Revista do Parthenon Litterario*, 10 e 11, outubro e novembro de 1874. Cf. também a biografia de Manoel de Araujo Porto Alegre, publicada no mesmo número (RPL, 10, 1874).

¹⁴⁰ Sobre o abolicionismo de Caldre e Fião, cf. Idem, “Esboço biográfico - Joaquim Marques Lisboa (visconde de Tamandaré)”, *Revista do Parthenon Litterario*, 11, novembro de 1874; Idem, “A libertação das crianças”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 7, setembro de 1869, p. 227-228; Achylles Porto Alegre, “Biografia — O Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1 e 4, janeiro e abril de 1876.

¹⁴¹ Ver Helga L. Piccolo, *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*, Porto Alegre, UFRGS, 1974.

Lembrando a revolução: “calamitoso decênio” ou “espetáculo heróico”?

Em se tratando da memória histórica propriamente dita, a guerra civil dos farrapos seria um fantasma pronto a ser evocado por quem quisesse acusar os rio-grandenses de agir como se fossem temidos e desordeiros caudilhos platinos. Ao falar como testemunha de fatos que presenciou em sua juventude, quando trabalhava como farmacêutico em Porto Alegre, pouco antes de viajar à corte para estudar medicina, Caldre e Fião reiterava sua desaprovação à rebelião da província. É sintomático que, na biografia que traçou de Manoel Marques de Souza, o conde de Porto Alegre, apesar da longa folha corrida do homenageado nas guerras do Prata e do Paraguai, a ênfase tenha sido dada à sua atuação no combate aos rebeldes farroupilhas. Segundo aquela narrativa, o então major Marques, depois de ser feito prisioneiro e libertado na reação legalista que em 1836 retomou a capital das mãos da “canalha desenfreada”, liderou a resistência ao cerco de Bento Gonçalves, de quem, por sinal, era amigo pessoal.¹⁴³ O narrador atribuía uma ambigüidade dos dois heróis, que mesmo em campos adversários ainda permaneciam relacionados não só por laços de amizade como por uma identidade comum enquanto rio-grandenses. Ao mesmo tempo, reforçava-se a lição moral, presente já nos antigos romances de Caldre e Fião, de que acima da amizade e das relações pessoais deveria vigorar o compromisso do verdadeiro herói com a lei e a ordem.

A postura conservadora quanto ao passado rebelde da província era comum nas páginas da revista do Parthenon Litterario, embora contrariasse alguns editores. Diversos comandantes militares que combateram os farroupilhas e continuaram defendendo o império nas campanhas do Prata e do Paraguai foram homenageados na revista.¹⁴⁴ Já quanto aos líderes do movimento rebelde posteriormente reintegrados à política do império, apenas dois receberam homenagens.¹⁴⁵ As histórias de heroísmo daqueles anos despertavam um sentimento ambíguo, entre o entusiasmo e o pessimismo, em Francisco Antunes Ferreira da Luz, que publicou o artigo “Tese histórica — combate de Ponche

¹⁴² Cf. Achylles Porto Alegre, “Biografia - O Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião”, op. cit.

¹⁴³ Cf. Idem, “Biografia — O Conde de Porto Alegre”, Revista do Parthenon Litterario, n. 7 e 9, julho e setembro de 1875.

¹⁴⁴ Foi o caso de José Joaquim de Andrade Neves - barão do Triunfo, marechal Gaspar Francisco Menna Barreto (que teria comandado a resistência ao cerco de Porto Alegre) e Victorino José Carneiro Monteiro - barão de São Borja. Cf. Revista do Parthenon Litterario, n. 6, junho de 1873; n. 7, julho de 1874; n. 3, junho de 1879.

¹⁴⁵ Cf. Revista do Parthenon Litterario, n. 3, março de 1874; n. 6, junho de 1874; n. 8, agosto de 1874.

Verde” em 1869 na revista do Parthenon.¹⁴⁶ Ali o autor lamentava as consequências da guerra civil para a província, adjetivando o período revolucionário como “calamitoso decênio” mas também como “espetáculo heróico e medonho”, e retratava os líderes rio-grandenses de ambos os lados como vítimas de uma ardilosa política do governo imperial:

(...) somos tentados a considerar como sua principal e verdadeira causa [da guerra civil] a política astuciosa e traiçoeira do governo que, cioso do aumento progressivo da província, e temendo desde então, como ainda agora, o ardor belicoso de seus filhos, procura sempre infiltrar-lhes nas veias o veneno corrosivo da discórdia, para, aniquilando-os e roubando-lhes a seiva de sua vitalidade, afastar dos altos poderes do Estado a influência a que tem direito como guarda avançada em todos os transes difíceis em que até hoje se tem achado o país.¹⁴⁷

O jovem autor destas linhas, um dos fundadores do Parthenon Litterario, na verdade comparava o seu presente com um tempo no qual não vivera, pois tinha apenas 17 anos de idade e então cursava preparativos para ingressar na academia de Medicina do Rio de Janeiro.¹⁴⁸ Em sua interpretação do passado e do presente projetava-se o entusiasmo juvenil por uma maior grandeza e influência da guerreira província de São Pedro no cenário político do país, ambição que entendia como sistematicamente frustrada pela ação dominadora de um governo centralizado e distante. Assim como Francisco da Luz, muitos outros igualmente jovens organizadores daquela associação literária demonstravam fascínio pelo período da guerra civil e sua experiência republicana, fossem simpáticos a ela ou não, e a consideravam importante referência quando se tratava de avaliar a situação da província e do país. Um significativo número de transcrições de documentos originais, como manifestos, correspondências, atas e proclamações dos líderes da fracassada República Rio-grandense foi publicado na revista em duas séries, a primeira de 1875 a 1876 e a segunda

¹⁴⁶ Cf. Francisco A. F. da Luz, “Tese histórica - combate de Ponche Verde”, Revista do Parthenon Litterario, n. 7, setembro de 1869.

¹⁴⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 210.

¹⁴⁸ Cf. Lothar Hessel et alii, O Partenon Literario e sua obra, op. cit., p. 137.

em 1879.¹⁴⁹ Publicava-se mesmo comentários e interpretações sobre aquele período com os quais os editores da revista declaravam não concordar, tudo em nome do interesse em divulgar o conhecimento e o debate daquele episódio do passado rio-grandense.¹⁵⁰

Durante a década de 1870 o interesse pela memória da “revolução de 1835” era em parte reavivado pela retórica da campanha que o renascido partido liberal movia contra presidentes da província nomeados pelo governo conservador.¹⁵¹ Na sociedade Parthenon Litterario, porém, letrados de todas as cores partidárias, de republicanos a conservadores, discutiam o sentido da “revolução” do passado que para eles delimitava uma identidade e uma história particulares aos rio-grandenses, seja pelos aspectos positivos ou negativos de seu legado. Durante a fase da revista do Parthenon, contudo, aquele foi um tema que parece ter motivado com muito mais intensidade a imaginação literária dos sócios do que o exercício da crônica historiográfica propriamente dita. Senão, vejamos: seguramente o sócio mais dedicado a reavivar a memória do período farrapo foi o professor Apollinario Porto Alegre que, apesar de ter dedicado boa parte de sua vida à pesquisa e escrita de uma “História da Revolução de 1835”, nunca publicou seu estudo, o qual desapareceu sem nem ao menos se tornar conhecido.¹⁵² Inegavelmente Apollinario foi um incansável colecionador de documentos, conforme relataram seus admiradores, e seu esforço para coletá-los junto à famílias de ex-farrapos pôde ser confirmado pela consulta ao reduzido acervo de sua correspondência pessoal localizado.¹⁵³ Pelo menos quanto às páginas da Revista do Parthenon Litterario não consta que tenha chegado a publicar algum ensaio com

¹⁴⁹ Cf. “Dados históricos sobre a província”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 8 a 12, agosto a dezembro de 1875, n. 1 a 5, janeiro a maio de 1876; “Seção Histórica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 4 e 5, julho-agosto de 1879.

¹⁵⁰ Foi o caso da biografia de Bento Manoel, onde o narrador, após enumerar diversas causas que contribuíram para o rompimento daquela “geração de soldados” rio-grandenses com o império, atribui a culpa da revolução à incompetência do governo da regência, e conclui que as desgraças causadas pela guerra fratricida não poderiam ser equilibradas pelas glórias militares conquistadas. Cf. J. J. Machado de Oliveira, “O tenente-general Bento Manoel Ribeiro”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 3, março de 1875; n. 4, abril de 1875. Ver também o artigo anônimo “Seção histórica – 20 de setembro de 1835”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, setembro de 1879.

¹⁵¹ Sobre as particularidades da disputa entre liberais e conservadores na província do Rio Grande do Sul durante a década de 1870, ver Helga Piccolo, op. cit.; Newton Luis Garcia Carneiro, *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

¹⁵² Uma versão da história da destruição e/ou roubo dos originais desta obra de Apollinario foi contada por seu filho. Ver Álvaro Porto Alegre, *Apollinario Porto Alegre (Biografia)*, Porto Alegre, Thurmman, 1941.

¹⁵³ Uma pequena amostra da correspondência de Apollinario Porto Alegre, na maior parte em demanda por documentos junto a famílias de ex-farrapos, pode ser encontrada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em pasta com documentos comprados de Adecarlice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

pretensão historiográfica, nem ao menos a biografia de algum protagonista daquela guerra. A história da “revolução”, porém, serviu a ele como vasto material de inspiração para boa parte das poesias, contos e romances que publicou em profusão naquela revista.

Curiosamente, a única contribuição que o próprio Apollinario denominou “romance histórico” tratou de um evento ocorrido em outro extremo do território brasileiro e permaneceu incompleto. “Os Palmares” foi publicado a partir do primeiro número da Revista, de março até dezembro de 1869, quando se deu a interrupção daquela primeira série.¹⁵⁴ Ali se faz uma narrativa da guerra que destruiu o quilombo de Palmares, considerada um confronto entre raças e consequência do erro dos conquistadores europeus ao introduzirem a escravidão africana no continente americano. O prólogo do romance apresenta a tese acima de forma alegórica: os espíritos dos bispos Las Casas e Sepúlveda (personagens históricos associados respectivamente à defesa e à perseguição dos indígenas) discutem as consequências de suas posições diante do cenário selvagem de Palmares. Sepúlveda sente-se triunfante, mas é tragado pela vingança do mundo sobrenatural americano, enquanto Las Casas tem a consciência torturada por ter defendido os nativos da América às custas da escravidão dos africanos. No mesmo romance temos um conflito secundário, travado entre brasileiros nativos e portugueses, que pretende retratar as primeiras manifestações de uma nacionalidade nascente. O fazendeiro português Pero Lopes e sua filha nascida em terras brasileiras representam esta última antinomia, enquanto o chefe Zambi Fabul responde pela “fenomenal e simpática república” de Palmares, exemplo de um regime de governo destinado a florescer natural e espontaneamente nas terras americanas. “Os Palmares” foi, nesta fase, a única produção literária que levou a assinatura de Apollinario Porto Alegre. Com o retorno da 2ª série da revista em 1872, nosso professor passou a assinar todos os seus trabalhos como “Iriema”, um nome provavelmente adaptado do tupi, o que se adequava ao sentido nacionalista de sua literatura.¹⁵⁵

A mudança revelaria mais do que uma simples questão de autoria e se refletia no próprio projeto literário de Apollinario. O quilombo dos Palmares foi substituído por

¹⁵⁴ Cf. Apollinario Porto Alegre, “Os Palmares”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, 2, 4 a 9, janeiro, fevereiro, abril a novembro de 1869.

¹⁵⁵ Acredito que “Iriema” tenha sido adotado como uma espécie de homenagem à “Iracema”, de José de Alencar, considerando a homologia das palavras (Iracema, por sua vez, homenageia a América, palavra da qual é um anagrama). Não possuo, no entanto, qualquer evidência conclusiva do significado que Apollinario atribuía a seu pseudônimo.

referências históricas mais próximas no tempo e no espaço, com a paisagem rio-grandense e a “revolução de 1835” passando a ser o cenário onde se desenvolviam as peripécias dos heróis. A partir de então encontramos sob a autoria de Iriema desde poemas cantando o heroísmo épico dos farrapos como “A Evasão – episódio da revolução”,¹⁵⁶ sobre a fuga de Bento Gonçalves da prisão na Bahia, ou como “Tobias”, outro “episódio da revolução” no qual o capitão de um barco rebelde sacrifica a si e sua família para não entregar-se aos imperiais,¹⁵⁷ até contos em tom pessimista como “A tapera”, onde narra o patético suicídio a que foi levado um bravo capitão farrapo por causa da dupla desilusão que sofreu, na guerra e no amor.¹⁵⁸ Podemos citar ainda o conto “A faca de um valeiro”, história trágica de um casal de amantes separados em lados opostos do conflito durante o cerco de Porto Alegre pelas forças de Bento Gonçalves.¹⁵⁹ Ou um romance como “O vaqueano”, narrativa das aventuras do atormentado herói José de Avençal, o qual sacrifica a vida à causa dos farrapos na batalha da Laguna.¹⁶⁰ Em linhas gerais, em todas essas obras, os personagens heróicos foram construídos para espelhar em seu caráter os valores nacionais e republicanos dos quais Apollinario se pretendia propagandista. Também constituem exemplos de como o educador sobressaía ao literato, ao conferir um papel eminentemente pedagógico à sua literatura, como veremos no capítulo seguinte.

O heroísmo pleno e sem ambigüidades com que Apollinario desenhava um passado glorioso contrastava com as polêmicas e controvérsias que cercavam um assunto ainda envolto em recordações recentes e mesmo amargas entre os co-provincianos. Pelo menos na cidade de Porto Alegre, sede do poder provincial, o apelo à ordem e à estabilidade ainda encontrava eco em uma cultura política arraigada. Veja-se, por exemplo, o modo como a memória da reação e resistência da capital ao cerco dos farrapos era recordada como “memorável e glorioso fato” no livro didático de geografia da província que o professor e jornalista conservador Eudoro Berlink, também um partenonista, publicava em edições sucessivas desde 1863. No capítulo referente a Porto Alegre, o autor realizava uma minuciosa narrativa da retomada da cidade pelas forças legalistas, exaltando

¹⁵⁶ Cf. Iriema, “Evasão (episódio da revolução)”, Revista do Parthenon Litterario, n. 7, novembro de 1877.

¹⁵⁷ Cf. Idem, “Tobias (episódio da revolução)”, Revista do Parthenon Litterario, n. 3, março de 1874.

¹⁵⁸ Cf. Idem, “A tapera”, Revista do Parthenon Litterario, n. 4, abril de 1874.

¹⁵⁹ Cf. Idem, “A faca d’um valeiro”, Revista do Parthenon Litterario, n. 4 e 5, junho e julho de 1869.

¹⁶⁰ Cf. Idem, “O vaqueano”, Revista do Parthenon Litterario, n. 1 a 6, julho a dezembro de 1872.

o feito que restaurou a autoridade imperial na capital.¹⁶¹ Outro sinal da reticência que cercava o tema estava na ausência de iniciativa semelhante à de Apollinario entre os demais autores que publicaram na Revista do Partenon Litterario.¹⁶² Mesmo um entusiasta da literatura nacional como o amigo e colega José Bernardino dos Santos não trilharia o mesmo caminho. Quando este redigia Murmúrios do Guahyba, sua própria revista literária em 1870, nela criou a seção “Revolução da Província (1835 a 1845)” para publicar sua coleção particular de documentos relativos àquela guerra. Não lhe conferia, no entanto, tamanha grandiosidade moral como fazia Apollinario Porto Alegre.¹⁶³ No capítulo introdutório de “A douda”, obra que Bernardino apresentou como “romance original rio-grandense”, encontra-se um veemente manifesto contra todo tipo de revolução, considerada “sempre um mal, um desencadeamento de paixões exaltadas, que tem por cortejo necessário a destruição e a morte”.¹⁶⁴ Aquele “decênio nefasto” que conflagrara o Rio Grande figurava em sua trama apenas como pano de fundo para “dramas íntimos passados no lar da família”, sem pretensão declarada a um “romance histórico” e sem manifestar simpatia pelos republicanos.

Outro autor que tratou do passado pelas páginas da Revista do Partenon Litterario era um dos raros sócios que não residiam em Porto Alegre. Alberto Coelho da Cunha enviava suas colaborações de Pelotas, assinando como Victor Valpirio. A pequena novela que publicou em três partes, com o título “Um farrapo não se rende — coisa estúrdia”, traduzia um pouco da frieza com que podia ser acolhido o entusiasmo de Iriema

¹⁶¹ Ver Eudoro Berlink, Compêndio de Geografia da Província do Rio Grande do Sul, adaptado para as aulas públicas da província, 2ª edição, Porto Alegre, Tipografia do Rio-grandense de Eudoro Berlink, 1868, com primeira edição em 1863.

¹⁶² Até a década de 1880, a revolução de 1835 não teve historiadores, mas foi tema de crônicas, biografias e romances. Luis Alves Leite de Oliveira Bello, filho de família ligada ao alto escalão do governo imperial, nascido em Porto Alegre, publicou em 1877 no jornal “A Reforma” do Rio de Janeiro o folhetim “Os Farrapos — Esboço de romance brasileiro”, no qual se enfatiza a dimensão destrutiva da revolução. Ver Luiz Alves de Oliveira Bello. Os Farrapos (episódio da revolução de 35). 4ª edição, Porto Alegre, Oficinas Tipográficas do Correio do Povo, 1896. Seguindo essa perspectiva, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe publicou em 1881 o livro “Guerra Civil no Rio Grande do Sul”, uma versão historiográfica oficial do IHGB que provocou reações na província, como veremos no terceiro capítulo desta tese. A partir de então a geração republicana da década de 1880 tomaria para si a missão de escrever a história da revolução de 1835, detendo-se mais na discussão de suas causas, por conta do determinismo científico em voga, do que na pesquisa histórica propriamente dita. As memórias escritas por veteranos da república rio-grandense, como Francisco de Sá Brito e Ernesto Vicente da Fontoura, por sua vez foram publicadas apenas no final do século XIX.

¹⁶³ Cf. José Bernardino dos Santos, “Revolução da Província (1835 a 1845)”, Murmúrios do Guahyba, n. 2 a 5, fevereiro a maio de 1870.

¹⁶⁴ Cf. José Bernardino dos Santos, “A douda — Romance original rio-grandense”, Murmúrios do Guahyba, n. 4 e 5, abril e maio de 1870. p. 151 a 159, 193 a 207.

pelo passado guerreiro, mesmo entre simpatizantes do republicanismo.¹⁶⁵ Já no preâmbulo o autor denunciava a geração que zombava da liberdade e submetia-se ao império para gozar de suas benesses, esquecida das causas pelas quais os antepassados lutaram. A seguir, pretende narrar a história que o coronel B., aos 58 anos em seu rancho de Cima da Serra, teria contado para os netos, recordando as façanhas do seu tempo de soldado republicano. Contava o velho ex-farrapo ter sempre lutado pela República Rio-grandense e chegado ao posto de coronel, ao mesmo tempo em que empobrecera e perdera sua estância. Quando foi assinada a paz de Ponche Verde, contrariado, ele decidiu retornar à vida civil. Recusou-se a participar das comemorações, que para ele eram demonstrações de servilismo e representavam o “funeral da república”. Desiludido, o coronel passou a viver no rancho do filho, onde presenciava acaloradas discussões entre os proprietários da região, divididos entre o amor à “liberdade e dignidade de sua terra” e o interesse pela ordem e estabilidade. Mas foi quando decidiu ir à capital Porto Alegre visitar velhos amigos do tempo da guerra que seu desânimo tornou-se definitivo. Lá encontrou antigos heróis daquela luta servindo a monarquia, como Joca Mendes, comandante de um regimento serrano de grandes feitos. Assim também acontecera com o capitão Luiz Silveira, nomeado para uma agência do correio, e com Pereira Netto, que fora para uma repartição. Este último era inteligente e instruído, mas empobreceu por ter sacrificado a fortuna à república. Os que permaneceram fiéis à causa, sem se dobrarem ao patronato oficial, vegetavam obscuros: Pedro Gama era talentoso, mas como professor particular levava vida de pária; Luiz Pericó estava pobre e sem amigos; Remigio, escritor democrata que fora colaborador de Zambecari na imprensa republicana, abandonara a carreira de jornalista para tornar-se guarda-livros de uma casa importadora. Definitivamente decepcionado, o coronel voltou para os pagos onde viveu o resto dos dias a brincar com os netos, completando-se assim a metamorfose do “leão terrível dos combates” em “cordeiro do lar”.

Melancólica e provocadora, esta pequena história da derrota dos ideais republicanos na Província de São Pedro, apresentada pelo jovem pelotense de 21 anos de idade, tinha suas peculiaridades. Primeiramente, não queria deixar ilusões quanto a uma possível resistência da sociedade provinciana e seus intelectuais ao estado monárquico. Na atualidade, a submissão seria a regra. Em segundo lugar, a capital da província era apontada

¹⁶⁵ Cf. Victor Valpirio (Alberto Coelho da Cunha), “Um farrapo não se rende – coisa estúrdia”, *Revista do*

como a sede das instituições do poder central e o lugar dos empregos públicos que selavam a fidelidade dos cidadãos outrora rebeldes. A mensagem era clara, nada havia a esperar das antigas gerações nem da política de Porto Alegre por parte dos novos republicanos. Ao mesmo tempo, seguindo esse ponto de vista, o grandiloqüente idealismo de Apollinario não passaria de excentricidade individual, pois tentar forjar uma identidade comum dos rio-grandenses com os símbolos e histórias da extinta república farroupilha seria inútil.

Não obstante a tradição de caracterizar a capital Porto Alegre como espaço privilegiado do *status quo* monárquico, a década de 1870 viu surgir na cidade uma crescente disputa pelos sentidos da memória coletiva. Naqueles anos, sem falar da própria literatura de Iriema, a propaganda em favor da república renascia com o surgimento do jornal “A Democracia”, de Francisco Cunha. Existem mesmo indícios de alguma atividade conspiratória por parte deste último, auxiliado pelo próprio Apollinario Porto Alegre e outros sócios do Parthenon Litterario.¹⁶⁶ Embora o surto de ativismo republicano tenha produzido pouco impacto imediato no sistema político, com o próprio Francisco Cunha terminando por aderir à hegemonia local dos liberais, tratava-se de mais um sinal da crise do pacto monárquico que se iniciava em todo o país. O liberalismo moderado e conciliador que marcou a era de influência intelectual e política de Felipe Nery, Caldre e Fião e o conde de Porto Alegre chegava ao fim (todos os três, por sinal, já tinham falecido até meados da década de 1870). Tradicionais elites proprietárias da província, reorganizadas no partido Liberal e comandadas pelo eloqüente “tribuno” Gaspar Martins, partiam para uma política mais agressiva em defesa de seus interesses, ainda que mantendo-se leais ao imperador, enquanto a opção republicana não tinha maior expressão fora dos círculos letrados. A reinvenção e revalorização de uma tradição republicana rio-grandense, no entanto, não deixaria de gerar novos e inesperados frutos, especialmente na década seguinte.

Por ora, importa ter destacado a confluência de diferentes gerações e credos políticos na produção intelectual da sociedade Parthenon Litterario, o que se revela nas diversas e até contraditórias formas com que temas da história particular da província foram abordados em sua Revista. Das biografias dos notáveis à romantização do passado farrapo,

Parthenon Litterario, n. 10, outubro de 1874; Idem, Ibidem, n. 7 e 11, julho e novembro de 1875.

¹⁶⁶ O caso foi relatado em algumas biografias de Apollinario Porto Alegre. Cf. Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre (Biografia), op. cit.; O Independente, 24 de abril de 1904.

monarquistas, republicanos, conservadores e liberais dos mais diversos matizes esforçavam-se por apresentar nomes, atitudes, narrativas e símbolos que pudessem transcender facciosismos e criar referências comuns para a consciência cívica dos rio-grandenses. Guerreiro ou poeta, ignorante ou ilustrado, republicano rebelde ou leal súdito do imperador, caudilho ou cidadão ordeiro, bárbaro ou civilizado, os estereótipos aplicados ao “ser rio-grandense” variaram ao sabor da preferência política de quem os utilizava e da polêmica em curso. Para alguns, incluir a diversidade racial e a presença feminina nestas representações fazia-se necessário, a outros bastava guardar para a memória coletiva os feitos dos luminares masculinos da guerra, da política e das letras. A significativa presença de um professorado oriundo de setores médios da sociedade porto-alegrense influenciava algum, ainda que limitado, alargamento social do panteão rio-grandense, mas a elite política e militar ainda predominava na galeria das condutas exemplares.

Política e literatura: entre o precipício e o imperecível monumento

Em dezembro de 1868 o grupo de entusiasmados fundadores do Parthenon Litterario estava em plena campanha de arrecadação de fundos para criar a sua própria biblioteca. Os jovens professores Apollinario Porto Alegre e Hilario Ribeiro levavam à cena do teatro São Pedro, como ponto alto da “solenidade literária” promovida pela associação, um drama e uma comédia de sua respectiva autoria. O jornal liberal *Correio do Sul*, dirigido pelo prestigiado Felipe Nery, só tinha elogios para a iniciativa, especialmente para o primeiro dos autores, cujo talento na dedicação ao magistério certamente se refletiria na produção dramática. “O dramaturgo novel poderá deixar muito a desejar – mas a inspiração moral, a lição do drama não pode deixar de ser digna dos precedentes do laborioso mancebo”, assinalava o autor do artigo.¹⁶⁷ Este ainda reconheceria, tanto em Apollinario quanto nos demais jovens do Parthenon, os sucessores da sua geração nas letras da província, mas fazia uma recomendação, de que não entrassem na luta política “que tem esterilizado tantas inteligências”.

¹⁶⁷ Cf. “O Parthenon”, *Correio do Sul*, 18 de dezembro de 1868, p. 3.

Nosso mister foi aplinar o terreno inculto, criar o gosto, consolidar a liberdade que nossos pais fundaram, e que garante aos nossos sucessores horizontes mais amplos e mais plácidos que os nossos agitados prélios da política.

O autor do Guarany ia lavrando com largo futuro para a ilustração e a glória do seu nome: quantos anos durará a glória do membro do gabinete de 16 de julho?¹⁶⁸

Se considerarmos que o autor está se referindo à geração de Felipe Nery, compreenderemos porque a questão política devia representar um divisor de águas em relação aos novos letrados do Parthenon. O decano do jornalismo na província e seus colegas fundadores do extinto Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense tiveram no compromisso do Rio Grande do Sul com a estabilidade do Estado imperial o norte de sua atuação política. Incorporados em sua maior parte ao partido Liberal-Progressista rio-grandense nas décadas de 1850 e 1860, colaboravam na tarefa de levar a cabo uma nem sempre tranqüila conciliação dos interesses geopolíticos do império com os das belicosas elites proprietárias de terras da fronteira rio-grandense. Com a guerra do Paraguai, entretanto, este partido entrou em decadência e encaminhou-se para a extinção. A intervenção do governo central, proibindo as eleições parlamentares na província durante aquele conflito, o qual por si só era forte motivo de descontentamento entre os políticos liberais da província, contribuiu para o enfraquecimento do partido. O próprio Felipe Nery, diante da medida, distanciava-se da postura governista e assumia um discurso oposicionista, mais próximo daquele dos liberais “puros”.¹⁶⁹ Configurava-se novamente a polarização entre os partidos Liberal, reorganizado pelo general Manoel Luis Osório e por Gaspar Silveira Martins, estreitamente vinculado aos interesses das elites proprietárias, e o Conservador, tradicional defensor do governo centralizado. Os herdeiros da política da Conciliação receberam o golpe de misericórdia com a queda do gabinete liberal e ascensão dos conservadores ao poder na corte em julho de 1868. Com a suspensão da proibição

¹⁶⁸ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁹ Ver também referências ao preconceito contra a província na câmara dos deputados através do discurso de Felipe Nery e do deputado Florencio Abreu, com referência a debate parlamentar na câmara dos deputados em 1863. Ver Newton Luis Garcia Carneiro, A identidade incabada, o regionalismo político no Rio Grande do Sul, op. cit., p. 175 e 179.

eleitoral do tempo de guerra, seria a vez dos conservadores, agora fortalecidos, recuperar a maioria na assembléia provincial para o biênio 1869-70, levando para suas fileiras boa parte dos antigos progressistas.¹⁷⁰ Em 1869 também surgiria o jornal *A Reforma*, ocupando o espaço do *Correio do Sul* de Felipe Nery, transferindo o discurso liberal definitivamente para o partido que tornava-se agora o único porta-voz daquele princípio na província.

É significativo, portanto, que a sociedade *Parthenon Litterario* tenha nascido no ano em que se dava o ocaso de uma identidade política sob a qual os rio-grandenses ilustrados acreditavam contribuir para a integração de sua província à história nacional. E também que esta associação tenha acolhido em lugar de honra alguns dos mais importantes representantes daquela geração, como José Antonio do Valle Caldre e Fião, escolhido presidente honorário, bem como tenha agraciado com o título de sócio honorário o conde de Porto Alegre e o próprio Felipe Nery.¹⁷¹ O conselho deste último, alertando os partenonistas para que se mantivessem alheios às lutas partidárias, dava a medida da pretensa diferença daquele momento para com a experiência do passado e vinha de encontro às aspirações de autonomia da jovem república das letras provinciana. E que melhor exemplo da inconveniência em confundir as arenas da literatura e da política poderia ser apresentado que o de José de Alencar, que no momento iniciava sua conturbada participação no gabinete conservador, ocupando o ministério da justiça?¹⁷² O experiente cronista rio-grandense, que certamente convivera como o escritor cearense na câmara dos deputados, anteviu as dificuldades que aquele enfrentaria e o pouco tempo que permaneceria no governo.¹⁷³ Aos olhos dos letrados provincianos, o valor simbólico da síntese nacional que a literatura de Alencar inventava em seus romances era indiscutivelmente superior a qualquer feito político-administrativo que ele pudesse realizar.

Ainda que o programa da nova sociedade literária da província fosse embalado pelo entusiasmo patriótico e reconhecesse sua filiação à experiência da geração precedente, enquanto projeto coletivo procurava deixar claro sua independência para com a política

¹⁷⁰ Ver Helga Piccolo, op. cit.

¹⁷¹ Cf. "Ata da 2ª sessão ordinária em 24 de janeiro de 1869", *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, março de 1869, p. 18.

¹⁷² José de Alencar ocuparia a pasta da Justiça de 1868 até 1870.

¹⁷³ Felipe Betbezé de Oliveira Nery cumpriu mandato na câmara dos deputados de 1864 a 1866, enquanto José de Alencar iniciou sua carreira parlamentar em 1861. Cf. Carmen Aita, Gunter Axt, Vladimir Araújo, *Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

tradicional. Acima das vaidades e dos engajamentos partidários individuais deveria estar o compromisso com a “missão sagrada” de erguer a tribuna das letras como a voz da civilização, da ilustração e da consciência nacional acima de qualquer facciosismo e interesse privado. Enquanto a proposta da associação procurava demarcar a diferença de objetivos e conduta do campo das letras para o da política partidária, a atuação pública do grupo projetava outra esfera de ação política. Esta se dava por meio da construção de um espaço associativo onde teriam ressonância os conflitos e tensões da sociedade provinciana e pelo caráter não oficial e independente das iniciativas propostas por seus associados, muitas vezes de sentido paralelo às instituições do império, como foram as campanhas por alforrias de escravos, criação de aulas noturnas e bibliotecas públicas.

Além do mais, tratava-se de retomar uma aspiração antiga, de provar que a província de São Pedro não estava destinada a permanecer, no contexto da nação, eternamente como a fronteira dominada por caudilhos e guerreiros bárbaros e que nela também podiam florescer as idéias e a civilização, a par do inato sentimento patriótico. Novamente impõe-se a comparação com o já extinto Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e o IHGB. Preocupados em contradizer o preconceito da corte contra a província, em parte seguiram o padrão de comportamento do oficialismo erudito, promoveram solenidades e publicaram uma revista de estudos como tentaram criar espaços de cultivo da cultura letrada, como uma biblioteca e um museu. Entre os primeiros, no entanto, não se cogitava a criação de um movimento fora da chancela do Estado, sendo seu programa abertamente dedicado a incentivar o esforço intelectual das províncias pela sua integração na construção e defesa do império. Mesmo que o IHGPSP tenha procurado reunir entre seus sócios efetivos uma representação diversificada, de ex-líderes farroupilhas e deputados liberais ao bispo da província, o caráter oficial e mesmo partidário da iniciativa era indisfarçável.

Em menos de uma década mudariam os princípios em torno dos quais tentavam se agregar os intelectuais provincianos. Ainda que permanecesse o intuito de documentar e “nacionalizar” política e historicamente a província de São Pedro, a literatura agora ocupava o maior espaço simbólico, reivindicava autonomia e o direito de ser a própria representante da nação, da modernidade do século XIX e do interesse público. “Rebente a revolução. — Liberdade à literatura”, assim saudava a fundação da sociedade Parthenon

Litterario o literato Antonio Joaquim Dias, que na cidade de Rio Grande era proprietário e diretor da Arcádia, revista literária com a qual já colaboravam com regularidade diversos integrantes da nova associação porto-alegrense.¹⁷⁴ Em circulação desde 1867, a “Arcádia”, um periódico “ilustrado, literário, histórico e biográfico” (um título paradoxalmente inspirado no classicismo e na revista do IHGB), precedeu e influenciou a criação da Revista do Parthenon em seus primeiros anos. Enquanto as duas revistas ainda eram contemporâneas, Apollinario Porto Alegre reconhecia o exemplo do precursor e saudava sua persistência na defesa da supremacia da literatura sobre a absorvedora e onipresente vida política e militar da província.

Saiu a 4ª série da Arcádia. (...)

Como outrora, excluiu a política de seus domínios.

Louvamo-la por essa idéia, por essa firmeza que repele as fascinações e os encantos da sereia.

Louvamo-la porque a política e a literatura em seu desenvolvimento, em sua marcha, devem andar juntas, mas nunca consorciadas em seus desígnios e fins. (...) Uma alimenta-se do tumulto, a outra da solidão.¹⁷⁵

Tal como os amigos Felipe Nery e Antonio Joaquim Dias, o então jovem professor porto-alegrense acreditava na necessidade de construir para as letras um espaço protegido, um remanso a salvo da agitação e instabilidade da luta política. Nestas aspirações talvez encontre-se o sentido da continuidade de referências da cultura clássica como “arcádia” e “partenon” em tempos em que o movimento romântico já ia adiantado e seus principais autores, tanto europeus como brasileiros, já eram bem conhecidos e apreciados entre os letrados rio-grandenses. Não era o isolamento do mundo e seus conflitos que se procurava, como um retorno dos poetas ao Parnaso, mas tratava-se da necessidade de sinalizar claramente que não estavam colocando a pena de escritor a serviço de partidos ou interesses particulares, como era usual no contexto daquela província em constante alvoroço político e militar. Foi na própria revista Arcádia que Apollinario Porto Alegre publicou grande quantidade de poesias, mais do que na própria Revista do

¹⁷⁴ Cf. Antonio Joaquim Dias, “Panteão Literário” (sic), Arcádia - jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico, 1868. p. 153-154, reproduzido em: Letras de Hoje, n. 40, junho de 1980, p. 15-16.

Parthenon Litterario, e inclusive o discurso que pronunciou na inauguração desta sociedade, quando romanticamente conclamou seus colegas à luta contra os dois grandes inimigos da missão civilizadora das letras, o “fanatismo industrial” e o “fanatismo político”.¹⁷⁶ E não era ele o único a entender que a literatura precisava disputar o interesse popular com assuntos mais sedutores ou afazeres mais lucrativos. Pensava-se a literatura e a política como instituições irmãs que juntas marchavam para o progresso, sem contudo deixarem para trás a mais conservadora irmã religião, como ponderava o colega Sá Brito em crônica para a Revista do Parthenon.¹⁷⁷ Mas enquanto a primeira ainda era considerada inutilidade pela maioria, a segunda era quem dominava a preferência popular e a terceira ainda alimentava as superstições. A hegemonia da política partidária na vida pública, seguida da religião, seriam os principais obstáculos a impedir o interesse popular pelas letras.

Não é pois de nossa competência escrevermos uma crônica política, ainda mesmo na época que atravessamos, em que o espírito popular só disso ocupa-se; em que as discussões que se provocam em todos os lugares e em todas as classes da sociedade tendem unicamente a tratar ou do pleito eleitoral que acaba de ter lugar ou do esperado rompimento com os nossos vizinhos do Prata. E enquanto todos se ocupam dessa **velha celibatária**, à exceção do Parthenon Litterario ninguém lembra-se da sua irmã e companheira, a literatura.¹⁷⁸

Os mentores do Parthenon avaliavam que a luta dos partidos extrapolava a tribuna da assembléia provincial, tomava conta das ruas e da imprensa, ocupava todos os espaços e não permitia o livre debate das letras e das grandes idéias morais e científicas entre os cidadãos. O “Programa” que abria o primeiro número da Revista do Parthenon Litterario era categórico em afirmar que os parlamentos e os jornais já não eram capazes de satisfazer as “aspirações do espírito” e que fazia-se necessário, portanto, “uma nova

¹⁷⁵ Cf. Apollinario Porto Alegre, “A Arcádia”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 5, julho de 1869, p. 166.

¹⁷⁶ Cf. Apollinario Porto Alegre, “Partenon Literário (Instalação)”, *Arcádia - jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico*, 1868, p. 177-180, reproduzido em: *Letras de Hoje*, n. 40, junho de 1980, p. 11-14.

¹⁷⁷ Cf. Sá Brito, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 2, fevereiro de 1872. Não foi possível concluir se o artigo em questão foi escrito por Francisco Isidoro de Sá Brito, o veterano dos tempos farroupilhas, ou José de Sá Brito, um sócio da mesma geração que a maioria dos partenonistas.

¹⁷⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 76.

instituição”.¹⁷⁹ Embora não houvesse nada de novo na criação de uma associação literária e na reivindicação de sua independência para com a política, os parthenonistas insistiam em divulgar a noção de que promoviam uma efetiva mudança no comportamento dos letrados provincianos. Dez anos depois, Luciana de Abreu subia à tribuna do Parthenon para relembrar a “quadra calamitosa” em que surgiu a associação, retornando ao discurso dos fundadores: “Tribuna literária? Não a havia. Existia apenas a tribuna político-partidária, a de ontem como a de hoje, arena de combates pessoais, eterno escolho dos bons talentos e das reputações imaculadas”.¹⁸⁰ Segundo a professora de aulas públicas da província, em vez de tornar-se lugar exaltação e nobilitação da pátria, a tribuna política seria o “precipício dos filhos mais ilustres em luta inglória e egoísta”, de modo que coube aos parthenonistas resgatar o culto da pátria, esquecido nas disputas de interesses:

A literatura, disseram eles, é o mais imperecível monumento, que se pode levantar a um povo, a um século, a um herói. (...) Tudo desaparece da face da terra; só resta a idéia, a tradição, o livro das passadas gerações.¹⁸¹

A missão civilizadora das letras foi uma bandeira que animou os discursos das sessões solenes daquele grupo de cidadãos porto-alegrenses ao longo da década de 1870. Por meio dela, definiam para si mesmos uma identidade como letrados diante das instituições políticas e religiosas e da praça comercial, instâncias que praticamente ditavam o ritmo da vida na cidade. Aumentava também sua auto-estima reconhecerem-se coadjuvantes dos grandes nomes da literatura brasileira na missão como construtores da nacionalidade. Do ideal do escritor romântico retiravam a noção de que o literato pairava em uma esfera espiritualmente superior à da vida social ordinária e à sua posição elevada correspondia uma missão toda especial.¹⁸² Tratava-se de uma fórmula genérica o suficiente para reunir homens, e a partir de certo momento também mulheres, de diferentes simpatias

¹⁷⁹ Cf. “Programa”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, março de 69, p. 7.

¹⁸⁰ Cf. Luciana de Abreu, “Discursos pronunciados na sessão magna comemorativa do undécimo aniversário do Parthenon Litterario”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 3, abril de 1879, p. 118-121.

¹⁸¹ Cf. *Idem*, *Ibidem*.

¹⁸² Cf. Antonio Candido: “A contribuição típica do romantismo para a caracterização literária do escritor é o conceito de missão. (...) O poeta romântico não apenas retoma em grande estilo as explicações transcendentais do mecanismo da criação, como lhes acrescenta a idéia de que a sua atividade corresponde a uma missão de beleza, ou de justiça, graças à qual participa de uma categoria de divindade. Missão puramente espiritual para

e engajamentos partidários e condições sociais em nome de causas consideradas progressistas, laicas e universais. Um exame mais atento da atuação do grupo e seus integrantes torna-se revelador de como aquela associação tornou-se, muito mais intensamente do que um espaço de incentivo à literatura nacional e à própria cultura letrada, a arena onde manifestaram-se aspirações sociais e políticas as mais diversas, até então sem maiores possibilidades de expressão na província.

uns, missão social, para outros – para todos, a nítida representação de um destino superior, regido por uma vocação superior.” Cf. Antonio Candido, *op. cit.*, volume 2, p. 25.

Capítulo 2

Literatura nacional e outras missões civilizadoras

Em setembro de 1869, José Bernardino dos Santos trabalhava na redação do jornal “Rio-grandense”, folha do partido Conservador, junto com Eudoro Berlink, seu diretor e também membro do Parthenon Litterario, quando recebeu, com a chegada da mala da Corte, uma inesperada correspondência anônima do Rio de Janeiro. A carta, em síntese, fazia uma censura ao destinatário por este ter-se aventurado a escrever uma adaptação para o teatro dramático do poema “Y Juca Pirama” de Gonçalves Dias. Em vez de tentar reduzir ao drama o poema dos outros, advertia o crítico missivista, seria de muito maior proveito que continuasse a publicar “as lendas e crenças de nossa terra” tal como vinha fazendo na Revista do Parthenon e seguisse o exemplo de romances como “O guarani” e “Iracema” de José de Alencar, entre outros, e os colocasse à venda nas livrarias da província e da corte. Exortava também a Revista a aumentar seu número de páginas e a trazer mais biografias, teses e informações sobre as reuniões da associação e a província. Por fim, relacionava elogiosamente o nome de vários sócios do Parthenon e os conclamava a engajarem seu talento na missão de dar ao Rio Grande “uma literatura propriamente sua”.

Nenhuma outra província do Império tem uma história mais nobre e repleta de heroísmo. Porque então, pois, não serão aproveitadas essas ações homéricas para epopéias?

Por acaso achar-se-ão gelados vossos corações a tal ponto que não queirais embocar a tuba épica?¹⁸³

Incomodado com o anonimato da carta e acreditando tratar-se de provocação, José Bernardino, após consulta a seus colegas, a publica na íntegra na *Revista do Parthenon Litterario* para em seguida apresentar sua defesa. Não responde, porém, aos questionamentos, que considera sem razão por sugerirem a imitação de José de Alencar, justamente “aquele que reputamos o Mestre, a quem sagramos respeito e admiração”. Preferia, portanto, considerar a carta como “insensata” por causa do anonimato e por aparentar ter sido escrita por “delicada mão feminina”. Não foi aquela a primeira vez, entretanto, que José Bernardino era criticado pela tentativa de levar ao teatro o poema indianista de Gonçalves Dias. Seu colega Hilario Ribeiro já lhe chamara a atenção, em edição anterior da *Revista*, de que o resultado de seu trabalho não era bom e devia ter mais cuidado antes de publicar.¹⁸⁴ Certamente não foram poucas as reprovações recebidas pelo jovem autor, que ainda amargou saber que sua obra fora considerada risível até na corte. Aos olhos de seus pares, o malogro literário não era compensado pela evidente boa intenção de tornar acessível ao público dos teatros uma obra admirada como monumento da literatura nacional. Discussões estéticas à parte, o acontecido resume um pouco do voluntarismo que caracterizava o engajamento dos jovens promotores do *Parthenon* em prol da elevação da cultura literária e do sentimento de nacionalidade entre seus concidadãos porto-alegrenses, como também é revelador da dificuldade em que mergulhavam quando tentavam imitar a obra dos admirados mestres das letras nacionais que escreviam na corte e ao mesmo tempo seguir o mandamento romântico da originalidade da “cor local”. Tornara-se um desafio para os escritores provincianos, pois, aliar as premissas do indianismo romântico brasileiro, então uma fórmula genérica da identidade literária da nação, com as particularidades da “alma popular” ao alcance da pesquisa folclórica local.

Ao longo dos dez anos de existência da *Revista do Parthenon Litterario*, pelo menos dois entre os muitos sócios do grupo engajaram-se com afinco na tentativa de

¹⁸³ Cf. José Bernardino dos Santos, “Respondendo a uma carta anônima”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 8, outubro de 1869, p. 246.

¹⁸⁴ Cf. Hilario Ribeiro de Andrade e Silva, “Ementário mensal”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 4, junho de 1869, p. 138-139. A peça “Quadros da vida selvagem — Y-Juca Pirama — Poema de Gonçalves Dias

praticar uma literatura que se reivindicasse “nacional” e “rio-grandense” pelos temas e pela inspiração. Apolinario Porto Alegre e José Bernardino dos Santos se destacaram tanto pela defesa retórica deste projeto quanto pela persistência em tentar retratar o “caráter” dos rio-grandenses. Ao lado deles também deve ser colocado Alberto Coelho da Cunha, que enviava suas colaborações de Pelotas. Iriema, Daymã e Victor Valpirio foram os respectivos pseudônimos pelos quais se apresentaram ao leitor nas páginas da Revista. Cada um a seu modo, os três buscaram dar à luz uma literatura que integrasse província e nação, compartilhando a influência dos românticos europeus e brasileiros e a perspectiva da “descoberta do povo” e do resgate da tradição popular onde se depositaria o substrato espiritual da nacionalidade.¹⁸⁵ Os demais sócios seguiram a proposta em alguma medida, porém de forma mais irregular e com uma produção menos intensa, predominando, ao invés, a abordagem dos dilemas morais e sentimentais nos costumes urbanos, outra faceta da inspiração nos preceitos do romantismo, por sinal também praticada pelos autores acima. Mas, como enfatizava a carta anônima recebida por José Bernardino, o desafio maior para aqueles jovens professores e funcionários públicos deveria ser inspirarem-se na história, costumes e crenças “autênticas” e “originais” do Rio Grande para inventar uma literatura que acrescentasse as peculiaridades da província de São Pedro à própria originalidade do “caráter nacional” brasileiro como um todo.

Este capítulo pretende interrogar como, nesta produção literária obscura para o resto do país mas significativa entre os letrados da província, foram esboçados diferentes modos de representar a identidade local associada e integrada à identidade nacional, assim como revelavam-se convicções e esperanças de transformação social e política de muitos dos partenonistas. Portanto, questiona-se também se, além da missão romântica que se reivindicava para os literatos, haveria outros significados e motivações a levar um cidadão a ser “combatente das letras” na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Mais do que uma questão de identidade a diferenciar os literatos do restante da sociedade, entende-se que estava sendo proposta uma forma de intervenção política dos cidadãos ilustrados, que não pretendia se confundir com o papel do Estado nem com o das instituições religiosas e

vertido em drama” foi publicado em 1869, pela Tipografia do Rio-grandense, cf. Pedro Leite Vilas Boas e Ari Martins, op. cit., p. 152.

¹⁸⁵ “Descoberta” e “invenção” do povo e suas tradições são expressões que tem uma referência já clássica no uso que deles fizeram Peter Burke, *A cultura popular na idade moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989 e Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

econômicas. Embora o questionamento social fosse uma atitude comum a muitos adeptos do romantismo mundo afora,¹⁸⁶ os sentidos específicos daquelas tentativas de intervenção na cena pública provinciana merecem ser melhor conhecidos, tanto no próprio engajamento literário como nas ações que o grupo promoveu, adotando causas diversas como a abolição, a instrução e a emancipação da mulher, como veremos.

Daymã e a fábula nacional

A carta anônima que José Bernardino dos Santos recebeu recomendava-lhe que continuasse a divulgar “as lendas e crenças” da terra rio-grandense, como já vinha fazendo na revista do Parthenon. Certamente estava se referindo à sua publicação do conto “Boy-tata — lenda rio-grandense”, definido pelo autor como uma tentativa de documentar uma das lendas populares idolatradas pelo “povo selvagem” e ao mesmo tempo veneradas pelo “povo civilizado”.¹⁸⁷ Aquele texto, no entanto, revelava-se mais do que a simples narrativa de uma daquelas histórias, pois pretendia oferecer uma lição ao cidadão letrado sobre como relacionar-se com tais “crenças supersticiosas”. Argumentava que era preciso aceitá-las não somente como sobrevivências de uma religiosidade primitiva, mas também como a fonte da “fábula nacional” e da “poesia nascente”. Para verdadeiramente compreendê-las se fazia necessário abandonar os métodos do filósofo, do historiador e do cientista e apreciá-las como os poetas, por sua beleza e encantamento.

O filósofo despreza ou condena com seu rir de sarcasmo aquilo que nas tardas horas canta o poeta, de concerto com os harpejos do sonoro alaúde (...).

A história não as consigna, a ciência recusa-as, mas os poetas cantam-nas; e essas crenças supersticiosas, essas lendas tão lindas, tão unguidas do belo ideal, perpassam no verbo de uma geração a outra, que as transmite à

¹⁸⁶ Para uma análise do romantismo para além da literatura, como crítica aos valores da civilização burguesa, ver Michael Lowy e Robert Sayre, Romantismo e política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

¹⁸⁷ Cf. José Bernardino dos Santos, “Boy-tata — Lenda rio-grandense”, Revista do Parthenon Litterario, n. 3, maio de 1869. p. 87-91.

posteridade, sempre com as cores animadas e revestidas da naturalidade e beleza nacional.¹⁸⁸

Para tanto, era preciso conhecê-las em sua versão verdadeira e original, e repetir a viagem ao interior profundo da província que o narrador relatava ter feito, quando visitara seus “capões, cavernas e lagoas encantadas ou mal-assombradas que dão origem a muitas e lindíssimas lendas”. O roteiro escolhido foi o das Missões, território das extintas reduções jesuíticas, onde o viajante misturou-se aos homens simples do serviço do campo e com eles presenciou a aparição da suposta assombração. Nosso “homem civilizado” então punha-se a observar as reações supersticiosas mas evitava rir do pânico dos “ignorantes companheiros de viagem”, pois o importante era conhecer as lendas que justificavam suas atitudes. Na tentativa de entendê-los, pôs-se mesmo a fugir do “boy-tatá” junto com eles, até encontrar abrigo junto a uma “mísera choça” onde habitava “um velho xiru” ou algum agregado do dono da fazenda chefiando uma família de numerosa prole. Ali o homem da cidade conhece o dever da hospitalidade que impera entre aquela gente simples e, tomando o chimarrão que lhe é oferecido, escuta de “um venerando ancião” a história que afinal responde à pergunta “O que é o Boy-tatá?”. Descobre então o viajante tratar-se da alma penada de um açoriano ganancioso que fez pacto com o diabo para ainda mais enriquecer e que, depois de excomungado pelos “santos Padres Jesuítas”, transformara-se na assombração luminosa que perseguia os pecadores. Uma vez conhecida a história da lenda, cabia ao “homem civilizado” reproduzir o mais fielmente possível o que lhe fora narrado, de modo a preservar para as gerações seguintes a “naturalidade e beleza” daquela tradição nacional.

O que o autor faz em seu artigo, no entanto, ao descrever em detalhes vestimentas, moradias, costumes e crenças, é construir desse modo a representação de um ambíguo mundo dos pobres rurais, onde convivem e se confundem ignorância e poesia, superstição e cristianismo, mestiçagem e pureza. Além disso, sua versão da lenda ocultava qualquer referência à presumida origem indígena, apesar de reconhecer como proveniente da língua guarani as palavras que formavam o nome “boy-tatá”, e reduzia uma narrativa das origens da sociedade rio-grandense ao confronto dos civilizadores dos índios, os padres

¹⁸⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 87.

jesuítas, com a ganância dos colonizadores brancos.¹⁸⁹ José Bernardino dos Santos fez, portanto, da sua “lenda rio-grandense” um relato da “descoberta do povo” entre os camponeses tal como ele os imaginava, a meio caminho entre o primitivismo e o mundo civilizado. Apresentava-os também como descendentes diretos de uma sociedade nascida da conquista violenta do território pelos impérios europeus e da cristianização pacífica dos missionários que incorporou os indígenas à civilização.

A importância que o literato atribuía à ação catequizadora, tratando-a como evento fundador da história da província, pode ser confirmada na reverência prestada à memória do frei Christovão de Mendonça, missionário jesuíta que participou da fundação de diversas reduções no território rio-grandense. Na biografia publicada na Revista do Parthenon Litterario, José Bernardino novamente retratou o trabalho dos jesuítas pela conversão dos gentios como o contraponto civilizador da conquista sanguinária promovida pelos europeus:

A par dos conquistadores que Portugal e Espanha enviaram ao novo mundo, marchava o soldado da fé; ali onde o canhão proclamava o domínio de um rei, o jesuíta proclamava o do Cristo; onde a espada do usurpador derrubava uma vítima, ele cavava um túmulo e erguia-lhe uma cruz à cabeceira; e assim, enquanto a conquista avançava deixando após si larga esteira de sangue e, junto a cada padrão que erguia, hecatombes de tribos inteiras, eles se embrenhavam sós, indefesos pelos sítios os mais remotos e ásperos e iam no seio de florestas ignotas receber a coroa do martírio, ou arvorar o negro estandarte do Gólgota, fundando povos a sua sombra augusta, edificando templos e reduzindo ao grêmio civil e ao cristianismo hordas bárbaras e

¹⁸⁹ A lenda do boitatá teve diversas versões recolhidas por folcloristas em todo o Brasil. Em seu “Guia do folclore gaúcho”, o erudito Augusto Meyer chama atenção para a versão de Bernardino dos Santos por reproduzir o tradicional tema ocidental do pacto com o diabo. Outra versão rio-grandense, como a do folclorista João Cezimbra Jacques, de 1910, também enfatizava ser o boitatá uma crendice da “gauchada das estâncias”. Simões Lopes Netto, em “Lendas do Sul” (1913), teria sido o primeiro escritor gaúcho a estilizar a lenda e a introduzir num tempo mítico. Ver Augusto Meyer, Guia do folclore gaúcho, 2ª edição revista e aumentada pelo autor, Rio de Janeiro, Presença/SEC/MEC, 1975, p. 49-50. (primeira edição: Rio de Janeiro, Aurora, 1951).

nômades, reunindo os destroços das nações foragidas, dispersas e perseguidas pelos europeus.¹⁹⁰

A eleição do frei Christovão de Mendonça ao posto de mártir fundador da sociedade rio-grandense confirma a preferência do autor pela caracterização européia e cristã de uma suposta cultura popular rio-grandense, graças à supressão da religião indígena pela catequese das reduções. Tal formação não teria se dado pela força da conquista dos impérios coloniais mas pela abnegada ação evangelizadora dos padres jesuítas. Tanto que, no ano seguinte à publicação da lenda do “boy-tatá” e da biografia do missionário, José Bernardino publicou em sua própria revista literária, a *Murmúrios do Guahyba*, um drama para teatro intitulado “Frei Christovão de Mendonça - Episódios históricos das missões do Uruguai”.¹⁹¹ Nesta história encontramos Daymã, um jovem chefe guarani cristianizado, figurando como herói principal da história. No extremo oposto temos Alvarez, um conquistador espanhol que chegou a manter Daymã como escravo e que, em vingança por sua fuga, tentou matá-lo. Entre os dois estava o frei Christovão de Mendonça, responsável pela conversão do jovem cacique e guardião do segredo que revelará, ao final, a paternidade de Alvarez sobre este último. O herói indígena, já submisso à fé e à disciplina das reduções dos padres, ao final da história encontrava na sua condição de mestiço a confirmação da assimilação definitiva à civilização branca. Esta última era representada na pessoa do espanhol, o qual, por sua vez, terminava arrependido de suas crueldades. Já os caciques e tribos que resistiram à evangelização foram duramente combatidos e exterminados, inclusive pelo próprio Daymã, já que sua resistência à conversão ao Deus cristão impossibilitava qualquer condescendência. Deve-se observar ainda que a peça de José Bernardino pretendia oferecer ao leitor um drama inspirado em fontes históricas, com citações a obras de historiadores das missões jesuíticas e a episódios supostamente verídicos da biografia do frei Christovão.¹⁹² A trama, porém, é fictícia e se desenvolve em torno da história de Daymã, que pode ser lida como uma alegoria da formação do “povo” rio-grandense. Significativamente, o nome deste personagem passou a ser o pseudônimo

¹⁹⁰ Cf. José Bernardino dos Santos, “Frei Christovão de Mendonça – artigo histórico”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 8, outubro de 1869, p. 243.

¹⁹¹ José Bernardino dos Santos, “Frei Christovão de Mendonça - Episódios históricos das missões do Uruguai”, *Murmúrios do Guahyba*, n. 1 a 3 e 6, janeiro a março e junho de 1870, p. 7-18, 49-58, 97-112 e 241-248.

com o qual José Bernardino dos Santos daí em diante assinou suas contribuições à Revista do Parthenon Litterario.

O indígena figurava assim, na modesta produção literária de José Bernardino dos Santos, sob a peculiar condição de um herói vencido e assimilado pela religião superior do branco, e por isso mesmo redimido do passado selvagem. Ainda que fosse inegável a admiração deste autor por Gonçalves Dias, seu personagem principal estava mais próximo da docilidade e dedicação ao colonizador branco de Peri e de Iracema do que dos guerreiros do poeta maranhense. Ainda assim, apesar da influência do clássico setecentista “O Uruguai” de Basílio da Gama, a experiência das missões jesuíticas em território rio-grandense não era propriamente um tema comum à sagas indianistas dos principais autores românticos da corte, de quem, aliás, José Bernardino era assíduo leitor. Nem a simpatia pela obra dos jesuítas era muito comum entre os letrados rio-grandenses do seu tempo, especialmente entre os colegas do Parthenon Litterario, que se envolveram em acirradas polêmicas com representantes da Companhia de Jesus na província. A cristianização dos indígenas pelos missionários, no entanto, foi a aventura semi-lendária que escolheu para inspirar sua “fábula nacional”, que ao mesmo deveria ser “verdadeiramente rio-grandense”.

Em seu ponto de vista não existia contradição entre as narrativas provincianas e as da corte. Conceber a nação como o resultado da conjunção de suas províncias não representava novidade, pelo menos, desde a fundação do IHGB e das instituições congêneres nas províncias do Rio Grande do Sul e Pernambuco, como já vimos. José Bernardino dos Santos, apesar de não ter pertencido aos institutos históricos, parecia compartilhar dessa perspectiva, especialmente quando se considera a linha editorial dos periódicos sob sua direção, com a valorização de autores menores e provincianos. Na revista Murmúrios do Guahyba, que por iniciativa pessoal sua circulou durante o ano de 1870, publicou um conto escrito por Vilhena Alves, um poeta e professor paraense igualmente interessado em procurar a inspiração da poesia nacional nas superstições e lendas populares de sua província.¹⁹³ Os comentários introdutórios à sua lenda da Uíara são

¹⁹² São os padres Lozano e João Pedro Gay, autor de “História da República Jesuítica do Paraguai”.

¹⁹³ Francisco Ferreira de Vilhena Alves nasceu em Vigia, Pará, e faleceu em Belém, em 09 de julho de 1912. Foi professor em Belém, publicou diversas obras didáticas e dois livros de poesias (Monodias, 1868; Enlevos poéticos, 1871). Integrou a sociedade Mina Literária e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1900. Cf. Afranio Coutinho e J. Galante de Souza. Enciclopédia da Literatura

tão semelhantes aos que José Bernardino antepôs à sua “lenda rio-grandense” do Boitatá que torna-se evidente que um deve ter influenciado o outro a escrever as mesmas idéias. Ambos comparam a atitude dos filósofos e dos poetas diante das crenças populares, rejeitadas pelos primeiros como absurdas do ponto de vista racional, mas cultuadas pelos segundos como a matéria-prima da poesia nacional.

São sempre belas e poéticas as tradições de um povo. (...)

Para o filósofo são absurdos; para o poeta é uma fonte de verdadeira inspiração.

As superstições, os agouros, os pressentimentos, as mil variadas crenças que circulam entre o povo, tudo é poesia, e poesia verdadeira; tudo deve ser aproveitado pelo gênio.¹⁹⁴

Por outro lado, é importante observar que a coincidência não vai adiante, pois o autor da lenda da Uiara utiliza a fórmula da recordação de histórias escutadas na infância, enquanto que a história do Boitatá nasce do relato do viajante que procura na lonjura do pampa as histórias contadas pelos trabalhadores das estâncias. Além da preocupação com o enlevo poético e sentimental da lenda, como já vimos, este último recorre aos históricos tempos primitivos da conquista do território indígena pelos europeus, pretendendo narrar a gênese de uma nova sociedade, nem totalmente européia nem mais selvagem. Já o primeiro autor, como outros pioneiros na pesquisa das crenças e lendas indígenas da Amazônia, retratava uma suposta pureza das tradições ancestrais dos índios das florestas e originadas de um passado mítico, anterior à chegada da civilização européia e urbana.¹⁹⁵

Enfim, é preciso considerar que ambos os autores, Bernardino dos Santos e Vilhena Alves, embora não pertençam ao panteão das letras brasileiras, seja pela condição

Brasileira. São Paulo: Global, FBN, ABL, 2001. p. 209; J. Eustáquio de Azevedo, Antologia Amazônica, v. II, p. 606; Sacramento Blake, op. cit.; Antonio Simões dos Reis, Poetas do Brasil – Bibliografia, op. cit.

¹⁹⁴ Comparar com a transcrição de trecho de “Boy-tatá - Lenda rio-grandense” na nota número 5. Cf. Vilhena Alves, “Crenças populares. Uyara”, Murmúrios do Guahyba, n. 3, março de 1870, p. 133-135.

¹⁹⁵ Como sugerem os estudos de Aldrin Figueiredo sobre literatos e jornalistas na Belém do Pará na segunda metade do século XIX, certos escritores menores representam uma faceta esquecida, porém importante, da história da incorporação da região amazônica e da mitologia indígena ao repertório simbólico da identidade nacional. Ver Aldrin de Moura Figueiredo, A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia: a constituição de um campo de estudo: 1870-1950, Campinas, Dissertação de Mestrado em História/Unicamp, 1996. Ver também: Idem, Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001.

desconhecida ou nada brilhante de sua obra, representaram o vivo interesse que em suas respectivas províncias despertava a questão da nacionalidade, com a ênfase na “cor local” das narrativas e símbolos que poderiam diferenciá-los das demais províncias e nações. O que mais surpreende no intercâmbio entre o paraense e o rio-grandense não são tanto as semelhanças e diferenças ou a distância geográfica entre os dois, mas ter o trabalho de um chegado ao conhecimento do outro apesar da condição relativamente desconhecida de ambos no cenário das letras nacionais. Publicando em livros e revistas literárias de escassa tiragem e em rodapés de jornais provinciais, escritores como José Bernardino dos Santos e Vilhena Alves tinham repercussão local mas pouca chance de se tornarem conhecidos longe de sua terra natal. Todavia, a efetiva circulação do material que se publicava em território brasileiro durante o século XIX não é bem conhecida e o que está ao nosso alcance para considerar com mais precisão é o interesse de Bernardino em colocar as lendas amazônicas lado a lado com as riograndenses para compor o repertório poético nacional. A herança indígena fornecia o vínculo comum que permitia conciliar a identidade nacional com a diversidade provincial e levava a um inusitado diálogo entre autores obscuros que adaptavam os modelos da literatura nacional ao contexto da sua província.¹⁹⁶

O entusiasmo de José Bernardino dos Santos por esse tipo de intercâmbio pode ser confirmado em sua passagem pela direção do jornal *O Constitucional* no ano de 1871, órgão de uma facção do partido Conservador que se alinhava ao presidente da província.¹⁹⁷ Nas páginas desta folha não só foi novamente publicada aquela lenda de Vilhena Alves¹⁹⁸ como oferecidos à leitura trabalhos de outros autores pouco conhecidos. Em junho daquele ano era apresentado o folhetim intitulado “Jacaré-Guassu ou Os Tupinambás, Chronica Brasileira”, romance dos franceses Gavet e Boucher, considerado uma obra precursora do

¹⁹⁶ Para José Bernardino as lendas do Boitatá e da Ujara tinham tanto a ver uma com a outra que chegou a colocar referências à deusa das águas amazônicas na voz de índios guaranis das missões jesuíticas, como acontece em um diálogo entre Daymã e sua amada Jacina no drama “Frei Christovão de Mendonça”. Ver José Bernardino dos Santos, “Frei Christovão de Mendonça - Episódios históricos das missões do Uruguai”, *Murmúrios do Guahyba*, n. 1, janeiro de 1870.

¹⁹⁷ A divisão dos conservadores na província fez com que, por algum tempo, o mesmo partido fosse representado por duas folhas rivais, *O Constitucional*, pelo lado dos “cordeiros”, que apoiavam o atual presidente da província e o ministério Rio Branco e *O Riograndense*, pelo lado dos “lobos”, que se opunham à facção hegemônica. Os dois jornais conservadores, mais o *Jornal do Commercio*, que então se alinhava aos “lobos”, polemizavam tanto entre si como com o liberal *A Reforma*. Todos os jornais eram sediados na cidade de Porto Alegre.

¹⁹⁸ Cf. Vilhena Alves, “Crenças populares – A Ujara”, *O Constitucional*, 1º de outubro de 1871.

indianismo brasileiro.¹⁹⁹ No mês de agosto foi a vez de vir à luz a transcrição do conto “Ararygboya”, narrativa da história do índio que expulsou os franceses do Rio de Janeiro e recebeu, com o batismo, o nome Martim Afonso de Souza.²⁰⁰ Seu autor, o historiador carioca Manoel Duarte Moreira de Azevedo (1832 - 1903), pode ser considerado mais um exemplo de obscuro cidadão letrado interessado em compor narrativas de fundação com protagonistas indígenas.²⁰¹ Por fim, ofereceu-se aos porto-alegrenses oportunidade de ler o artigo “Uapé Jacanã”, escrito em Vitória, capital da província do Espírito Santo, por Joaquim José Fernandes Maciel, um funcionário público com estudos na Inglaterra, porém sem maiores referências bibliográficas.²⁰² O ensaio faz uma descrição botânica da vitória-régia (*uapé-jacanã*, em tupi) conforme os relatos de viajantes, como o de Kidder & Fletcher na obra “Brazil and the brazilians”.²⁰³ Para além da curiosidade de naturalista, o que motivou o capixaba a escrever foi o protesto nacionalista, pois denunciava não existir na literatura brasileira um estudo daquela planta amazônica tão peculiar, só podendo lamentar serem os estrangeiros quem primeiro ensinava aos brasileiros o que havia de admirável em seu país.

A imagem da nação como mosaico de paisagens naturais, lendas e costumes de diferentes províncias parece ser o filtro por meio do qual José Bernardino dos Santos absorveu o indianismo. A diferença entre corte e províncias não implicava, para ele, em ruptura com a vertente palaciana e aliada da centralização entre os primeiros românticos brasileiros,²⁰⁴ pois apenas transferia para a história de sua província natal o cenário de uma síntese integradora e pacificadora. A sua, porém, era apenas uma das leituras possíveis. Como exemplo de um contraponto pode ser mencionado um republicano convicto como Bernardo Taveira Junior. Este era um prestigiado professor-literato da cidade de Pelotas que abraçava plenamente a idéia de uma tradição insubmissa e belicosa dos rio-grandenses e tomava os versos de Gonçalves Dias como modelo para compor suas odes à liberdade dos

¹⁹⁹ Cf. Gavet & Boucher, “Jacaré-Guassu ou Os Tupinambás, Chronica Brasileira”, O Constitucional, 18 de junho de 1871.

²⁰⁰ Cf. Moreira de Azevedo, “Ararygboya”, O Constitucional, 17 de agosto de 1871, p. 4

²⁰¹ Cf. Raimundo de Menezes, Dicionário da Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.

²⁰² Cf. Sacramento Blake, op. cit., p. 162.

²⁰³ Cf. Joaquim José Fernandes Maciel, “Uapé Jacanã”, O Constitucional, 09 de novembro de 1871, p. 4.

²⁰⁴ Segundo Alfredo Bosi, o indianismo da primeira geração romântica foi perdendo um sentido antilusitano e democrático para se adequar à conciliação política, diluindo assim as contradições da sociedade imperial e o

campeiros gaúchos. Assim surgiu um poema como “Rio Grande do Sul”, que exalta a vocação guerreira da “altiva amazona” da raça tupi, cuja descendência estava representada nos filhos do sul, também amantes da liberdade:

Altiva amazona
Das plagas do sul –
(...)
Descendes, ó bela,
Da raça tupi –
Da raça dos fortes,
Dos livres – aqui.
Não curvas na guerra,
Que aos fracos aterra,
A nobre cerviz;
Teus filhos são bravos,
Odeiam escravos,
Covardes e vis.
(...)
Mas não! – Deste imenso
Gigante sem par,
No mapa – indelével –
Terás um lugar.
Teus filhos distintos
Não podem – extintos –
Deixar de existir;
São rijos campeiros;
Fiéis brasileiros
De heróico sentir.²⁰⁵

Assim como Bernardino dos Santos e Taveira Junior, outros aspirantes ao panteão das letras rio-grandenses, fossem eles conservadores, liberais ou republicanos, também adaptavam os modelos literários da corte à sua própria interpretação da história e peculiaridade da província. Ao término da guerra do Paraguai irrompia no Rio Grande do Sul uma época de intensa disputa entre partidos e facções.²⁰⁶ O esforço dos literatos do Parthenon em compor uma imagem unívoca dos rio-grandenses não por acaso coincidia

perigo das “idéias realmente novas de Nação e Povo” que poderiam ser importadas da Europa. Ver Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1983, p. 173.

²⁰⁵ Cf. Bernardo Taveira Junior, “Rio Grande do Sul”, *Arcádia – jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico*, setembro de 1869, reproduzido em: Regina Zilberman et alii, *O Parthenon Literário: poesia e prosa – Antologia*. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1980, pp. 135-137.

com este contexto de acirramento das diferenças partidárias. Da obra dos historiadores e literatos do império, na província de São Pedro valorizava-se mais o que se adequava à síntese do todo nacional com a afirmação de alguma versão da identidade local e seus valores políticos. Quanto ao indígena, tratava-se de uma imagem conveniente, para servir não apenas como uma mítica inspiração poética mas principalmente como herói histórico de um passado formativo. Na condição, porém, de que ele já estivesse praticamente submetido e assimilado em um triunfante modo de vida rural organizado em função das estâncias e seu senhores, sejam do pampa ou da serra. Por outro lado, a recusa radical do indianismo por parte de autores convictos da incompatibilidade da civilização com a herança selvagem, como foi o caso do historiador Varnhagen ou de Joaquim Nabuco, parece ter tido pouco ou nenhum eco entre os letrados provincianos, mais dispostos a aceitar a virtual integração, tanto étnica como religiosa, do indígena. Esta também seria uma plausível explicação para o impacto extremamente positivo da obra de José de Alencar entre os rio-grandenses, especialmente de “O guarani” e “Iracema”, com suas metáforas do nascimento da nação pelo encontro e cruzamento das raças branca e indígena.²⁰⁷

Para José Bernardino dos Santos, a miscigenação do índio com o europeu, temperada pela evangelização, oferecia uma fórmula redentora, a única capaz de integrar o selvagem à civilização branca. Já o cruzamento entre as próprias raças inferiores, negros e índios, ia na direção oposta, representando a possibilidade de degeneração da tão decantada “nova raça” americana. Este ponto de vista foi manifestado em seu mais ambicioso projeto literário na Revista do Parthenon, a pretendida série de contos “Serões de um tropeiro – o tenente Nico”, a qual já assinou com o pseudônimo Daymã.²⁰⁸ Nesta história, onde um tropeiro sobe a serra do norte rio-grandense para chegar à estância do pai onde realizará seu

²⁰⁶ Ver Helga L. Piccolo, *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*, Porto Alegre, UFRGS, 1974; Newton Luis Garcia Carneiro, *A identidade incabada, o regionalismo político no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

²⁰⁷ Sobre as polêmicas ocorridas na corte do Rio de Janeiro em torno da literatura indianista e do significado da herança indígena para a identidade da nação, ver Jefferson Cano, *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001. A utilização do indianismo como metáfora integradora aplicada à sociedade escravista brasileira é discutida por David Treece, *Exiles, Allies, Rebels: Brazil’s indianist movement, indigenist politics and the imperial nation state*, Westport, Greenwood Press, 2000.

²⁰⁸ Ao final, apesar da proposta inicial dos contos, a série tomou as dimensões de um romance único, publicado em partes durante um ano e meio, entre 1874 e 1876. Ver Daymã, “Serões de um tropeiro”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 8, 9 e 12, agosto, setembro e dezembro de 1874; n. 2 a 5 e 8, fevereiro a maio e agosto de 1875; n. 3, março de 1876.

casamento, o que se revela é a superioridade racial e cultural do branco descendente direto do colonizador português.

O protagonista principal da aventura, o tenente Nico, recebeu em sua descrição os elementos atribuídos ao perfil dominador dos grandes proprietários rio-grandenes. Filho de Juca Antonio do Capão Ralo, um rico estancieiro de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, era oficial da Guarda Nacional e com frequência também investido de cargos policiais e de eleição. Encontrava-se perfeitamente enquadrado, portanto, na condição de detentor de poder político e cidadão exemplar do Império brasileiro.²⁰⁹ Simpático, enérgico, honesto, zeloso de sua autoridade sobre a região, gozava de respeito e popularidade e, como tropeiro, tinha grande experiência e habilidade, destacando-se de seus subalternos pela inteligência e determinação. A peonada que era comandada pelo tropeiro Nico nas viagens, por seu lado, foi caracterizada segundo os tipos raciais e suas qualidades singulares: o mulato José foi descrito como um “esperto mestiço” que gostava de cantar à viola e passar a noite no baile dos “lamão” (imigrantes alemães) do povoado da Taquara; o índio Joaquim era um “indolente mameluco”, capaz de enfrentar uma onça mas também de ter medo das mulas; por fim, figurava o pai Manoel, descrito como o “mais boçal de quantos desgraçados arrancou a pirataria legal dos áridos seios d’África”. Os peões são apresentados como exemplos de rudeza e valentia, porém semi-bárbaros e de inteligência limitada.

Convidadas pelo pai de Nico para celebrar o noivado com uma “feijoada paulistana, com entrecosto de cateto”, a comadre Marucas e sua sobrinha Nharinha, a noiva pretendida, também dirigiam-se para a fazenda, compondo uma pitoresca comitiva com afilhados, agregados, escravos e cães. A cena motiva uma jocosa descrição de costumes dos hábitos de uma estância tradicional, onde os patrões são descritos como patriarcais e idiossincráticos, porém honrados, enquanto os subordinados, peões e escravos (“bugres” e “crioulos”), figuram como “chucros”, ingratos e pouco confiáveis. Da maldade e ingratidão inatas do “bugrinho” Israel, filho de um chefe de quilombo que fora adotado por Nharinha, e do negro pai Matheus, um “mandingueiro” da estima e confiança do pai estancieiro,

²⁰⁹ Sobre o sentido patriótico atribuído à Guarda Nacional, como símbolo e instrumento do compromisso das elites proprietárias da província com o Estado centralizado, bem como o papel estratégico da instituição na construção das redes de clientelismo político que articulavam o poder local ao nacional, ver André Atila Fertig, Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873), Porto Alegre, Tese de Doutorado em História na UFRGS, 2003.

nascem planos para atacar as estancias da região e matar os donos, contando com o auxílio de escravos, desertores e quilombolas que infestavam a serrania. O tenente Nico pressente o perigo e adverte sua noiva Nharinha: “(...) a prima bem sabe, que quem tem junto a si esta corja de caborteiros de escravos e agregados não pode ter verdadeiros sossego, e deve viver prevenido. Negro e bugre, é o mesmo que dizer veneno e fogo.”²¹⁰ O “bugre”, aqui designando como mestiço de índios e africanos, foi descrito pelo narrador como uma aberração racial quase não-humana. Para o africano “puro”, também não reservava melhor qualificação:

Da mescla hedionda do sangue cafre e tupi, mescla repugnante e perversa, que produz esses monstros que, deturpando a espécie, põem em dúvida a perfeição e superioridade que se arroga o homem sobre todos os outros indivíduos da grande família zoológica, era provindo Israel, o bugrito, afilhado de Nhára (...).

O outro descendia da raça bastarda da civilização, dessa raça maldita, que (...) veio encontrar na América a perseguição e o infortúnio de par com a morte natural, que a seu turno derramam o hálito empestado que exalam, (...) infeccionando a sociedade a que conchegam-se esses infelizes párias de nossa idade. Era o segundo personagem um velho africano, pai Matheos, por antonomásia, o mandingueiro.

O aspero repugnante destas duas fisionomias (...), pondo em relevo justamente as três subdivisões em que, segundo sua singular teoria, Gall considerava a sede dos mais perversos instintos, quais os da crueldade, da manha e do roubo.

Ao vê-los ali (...), esses dois tipos maciços de hediondez e perversão, pelo cinzento azevichado e lixoso da pele e carapinha de um e o acobreado desmaiado ou aso da epiderme e o vermelho da guedelha do outro, crer-se-ia ter ante os olhos dois colossais espécimes da nauseabunda família aracnídea, se tais não eram pelo deletério da peçonha que lhes porejava d'alma, esses dois vis e abjetos entes.²¹¹

²¹⁰ Cf. Ver Daymã, “Serões de um tropeiro”, op. cit., n. 8, agosto de 1875, p. 49.

²¹¹ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 5, maio de 1875, p. 185.

O aspecto físico, o comportamento e o papel destes dois personagens na história evidentemente traduzem a influência de certo modo de tratar a questão da escravidão entre os literatos brasileiros. Seja por meio da peça “O demônio familiar” de José Alencar, de 1857, pelo lado cômico, seja por intermédio dos contos reunidos no livro “As vítimas algozes”, publicado por Joaquim Manoel de Macedo em 1869, pela lado da tragédia, se procurava retratar a relação entre senhores e escravos a partir da noção do perigo de corrupção moral e mesmo ameaça física que os últimos representavam para os primeiros. Esta forma de moralismo anti-escravista manifestava-se em defesa não dos escravos, mas das famílias brancas acostumadas ao convívio com seres invariavelmente tomados fúteis, lascivos, ingratos e ressentidos pela rotina viciosa da escravidão.²¹² Os dois personagens conspiradores de Daymã são diretamente inspirados nos escravos-algozes de Macedo que tramam contra seus ingênuos protetores, pois é evidente o paralelo entre “Pai Matheos, o mandingueiro” da obra do primeiro e “Pai Raiol, o feiticeiro”, do segundo, assim como entre o “bugrito” Israel e “Simeão, o crioulo”, respectivamente. O recurso ao argumento científico para explicar o mal emanado dos escravos parece aproximar os dois autores, mas também revela importantes diferenças.

O cientista citado por Bernardino dos Santos era o alemão Franz Joseph Gall (1758 – 1828), considerado o fundador da frenologia, ramo da ciência que no século XIX estudava a associação entre diferentes funções mentais e determinadas áreas do cérebro. Gall acreditava que as faculdade morais e intelectuais do ser humano eram inatas e dependiam da organização física do cérebro. Baseado em sua teoria, desenvolveu a “cranioscopia”, um método utilizado para diagnosticar as características da personalidade e das faculdades mentais e morais baseado na análise da forma externa do crânio. Embora suas teorias tenham sido rejeitadas nos meios científicos (posteriormente a moderna neurociência o reconheceria como um precursor), suas idéias tornaram-se muito populares na primeira metade do século XIX, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos, onde serviram para apontar a “inferioridade” de outros povos.²¹³

²¹² Para uma análise de “O demônio familiar” e “As vítimas algozes” sob esta perspectiva, ver Jefferson Cano, op. cit., p. 339-358.

²¹³ As informações sobre a biografia e a teoria de Franz Joseph Gall, bem como sobre o desenvolvimento da frenologia, podem ser conferidas em Renato M. E. Sabatini, “Frenologia: a história da localização cerebral”,

Conclue-se, portanto, que enquanto Joaquim Manoel de Macedo atribuía a perversidade de suas “vítimas-algozes” unicamente à depravação física e moral da escravidão e à ausência de liberdade, seu admirador rio-grandense, ao aplicar a “singular teoria” de Gall a seus personagens, lhes imputava como defeitos naturais de raça os instintos “da crueldade, da manha e do roubo”. O estigma da inferioridade dos negros, que está apenas implícito em Macedo, foi manifestado abertamente por José Bernardino. Ainda não se tratava de falar em nome do moderno racismo científico e da antropologia criminal, mas era clara sua disposição para, ao mesmo tempo, condenar os males advindos da escravidão e justificar a hierarquia da sociedade rural pelas qualidades diferentes e inatas das “raças” de senhores e subordinados. A leitura de “O tenente Nico” também sugere que o medo e a repulsa aos bugres e negros por parte de Daymã funcionava como contrapartida à simpatia pela assimilação dos indígenas à civilização branca, ou simplesmente como um critério para diferenciar bons e maus mestiços. Não por acaso, o plano maligno do bugre Israel e do negro Pai Matheus foi descoberto justamente pelo “fiel caboclo” Joaquim, representante da melhor herança da raça indígena. Este não conseguiu evitar, porém, que os dois “vis e abjetos entes” envenenassem a comida da festa de casamento, um banquete à base de típica “cozinha rio-grandense”. A história não chega a terminar em tragédia: os convidados passam mal e, acreditando terem comido “rês pesteadá”, fogem em pânico da festa e socorrem-se com o vendeiro “tio Florêncio”, um “pardo” baiano, ex-barbeiro, ex-soldado e “entendido em medicina vegetal”. A narrativa termina em tom cômico, salva por outro bom mestiço.

Um matiz bem diferente para o tratamento do tema da escravidão entre os rio-grandenses pode ser encontrado na contribuição do pelotense Alberto Coelho da Cunha à revista do Parthenon, sob o pseudônimo Victor Valpirio. Com o conto “Pai Felipe” este autor buscou denunciar o cruel tratamento a que eram submetidos os negros do trabalho incessante nas charqueadas da sua região de Pelotas.²¹⁴ Questionar a brutalidade do trabalho escravo e defendê-los como vítima da prepotência dos senhores já seria outra linha adotada por prestigiados literatos brasileiros, diferente daquela de Macedo, e praticamente

Cérebro & Mente: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência, março/abril, 1997. (Centro de Informática Biomédica, Unicamp, Brasil - http://www.epub.org.br/cm/n01/frenolog/frenologia_port.htm)

²¹⁴ Cf. Victor Valpirio, “Pai Felipe — Um episódio das charqueadas”, Revista do Parthenon Literário, n. 1 e 2, janeiro e fevereiro de 1874.

ausente entre os escritores da capital rio-grandense.²¹⁵ Apesar da campanha abolicionista que a sociedade Parthenon Litterario chegou a patrocinar, seus integrantes não fizeram do anti-escravismo um tema freqüente em suas empreitadas literárias. É certo que uma lenda como a do “crioulo do pastoreio”, o jovem escravo torturado por seu patrão e que, morto, tornara-se uma espécie de santo protetor das coisas e pessoas perdidas, servia à denúncia das injustiças da escravatura e chegou a ser publicada por Apollinario Porto Alegre, ou melhor, Iriema.²¹⁶ Este autor, no entanto, preferia representar a escravidão como antítese das virtudes republicanas. Assim é que no poema “Gabila” conta a história de um escravo crioulo que, “brasileiro no gesto, nos lampejos”, não aceita se submeter como os africanos de nascimento, por isso foge para lutar junto aos farrapos pela sua liberdade.²¹⁷ O modelo seguido aqui, no entanto, está mais próximo de Castro Alves, e a retórica grandiloqüente serve como mais um recurso de sua insistente propaganda da causa republicana, como veremos no capítulo seguinte.

Quanto à questão da imigração como possível alternativa à inviabilidade do progresso na sociedade escravista, novamente foi Daymã quem mais abertamente tratou do problema em sua literatura. Em “Serões de um tropeiro”, o autor descreve o povoado de imigrantes alemães da Taquara, entreposto comercial dos tropeiros que subiam para Cima da Serra. Em ruas de movimento intenso, homens e mulheres alemães e brasileiros, de todas as posições sociais e idades misturam-se sem maiores distinções. É uma sociedade “de costumes são e simples”, assegura. Lá, onde se encontravam a sociedade dos imigrantes do vale e a das estâncias do planalto, estaria enfim a harmonia possível e o fim das contradições, como o contraponto moral da civilização urbana da capital Porto Alegre, de prosperidade certa e virtudes duvidosas. Neste ponto narrativa de Daymã se aproxima dos demais escritores do Parthenon, sempre dispostos à idealização romântica do campo em oposição à cidade, contrapondo a suposta simbiose entre imigrantes alemães e estância (como uma aliança entre o moderno e o arcaico) ao universo da cidade. O diálogo com os colegas também passa por uma escolha geográfica, pois a paisagem “simpática e poética”

²¹⁵ Para uma análise de autores que adotaram essa perspectiva em diferentes matizes, como Pinheiro Guimarães, Machado de Assis e Bernardo Guimarães, ver Jefferson Cano, op. cit., p. 358-371.

²¹⁶ “O crioulo do pastoreio” foi publicado por Iriema pela Imprensa Litteraria de Porto Alegre em 1875, porém não foi possível localizar um exemplar da obra para consulta.

²¹⁷ Ver Iriema, “Gabila”, Revista do Parthenon Litterario, n. 7, 8, 10 e 11, julho, agosto, outubro e novembro de 1874; n. 2, fevereiro de 1875.

de Cima da Serra, cenário para suas “historietas de fácil digestão” que “consustanciam índoles, usos, costumes e tradições de um povo”, também freqüentava as histórias de Iriema, Victor Valpério e Manfredo (Achyllles Porto Alegre), além de também motivar recordações de sua própria infância.²¹⁸

Que José Bernardino dos Santos tenha efetivamente vivido sua infância e adolescência na região serrana não é certo, sabe-se que nasceu em Porto Alegre em 1848 e, segundo a memória do amigo Achylles Porto Alegre, teria mesmo levado vida de tropeiro e a largado aos 19 anos de idade, um ano antes da fundação da sociedade Parthenon Litherario e provavelmente também logo antes de se tornar funcionário da Tesouraria da Fazenda da província.²¹⁹ Seja como for, Daymã, o narrador de “Serões de um tropeiro”, quando declara utilizar suas próprias recordações e impressões, quer reforçar o sentido de autenticidade e “verídico do acontecimento” de suas histórias e identificar as opiniões do personagem principal com as suas próprias. A rejeição às cantigas de viola dos tropeiros, por exemplo, aparece tanto na voz do narrador como na do tenente Nico. Ambos, em momentos diferentes, as declaram insuportáveis. Ao personagem do tenente, caracterizado como genuíno homem da elite proprietária, não se concede que compartilhe do gosto musical dos subordinados, assim como ao literato seria natural não identificar-se com certos gostos e crenças pouco civilizados da plebe.

Em “Serões de um tropeiro”, portanto, o narrador pretende documentar usos e costumes supostamente “verdadeiros” e revela sua preferência por distinções sociais e hierarquias, já não existindo ali espaço para a “poética lenda” ou a “fábula nacional” contada por supersticiosos e simpáticos campeiros. A descrição da sociedade serrana é arbitrária ao selecionar raças boas e más, bons e maus costumes e hierarquias necessárias. Os cantos de viola, por exemplo, mostram-se quase intoleráveis a ouvidos mais exigentes, enquanto a cozinha e os hábitos alimentares campeiros são elogiados e descritos em pormenores, sem que o desprezo do “high life” e das “formosas borboletas da elite” a estes assuntos incomodasse o autor.²²⁰ Podemos supor que certos juízos provavelmente seriam mais contidos caso o autor tivesse uma finalidade pedagógica diferente ao retratar virtudes e heróis populares, como fazia seu amigo Iriema. A quem, aliás, “Serões de um tropeiro”

²¹⁸ Ver Daymã, “Serões de um tropeiro”, op. cit., n. 8, agosto de 1874.

²¹⁹ Cf. Carnioli (Achyllles Porto Alegre), “Coisas e loisas”, *A Notícia*, 05 de julho de 1899.

²²⁰ Ver Daymã, “Serões de um tropeiro”, op. cit., n. 4, abril de 1875 e n. 3, março de 1876.

fora oferecido em dedicatória, como se fosse um prosseguimento da conversa habitual entre ambos:

O hábito de vermo-nos quase todas as tardes, de passar algumas horas na mais franca e amistosa intimidade, em palestras botânicas e literárias, como que isolados do prosaico realismo de nossa sociedade; como que esquecidos, nós — do funcionalismo, tu — do magistério; tornou-se-nos imperiosa necessidade: impossibilitado, por incômodos de saúde, de ver-te, resolvemos falar-te com a palavra escrita.²²¹

Ao comparar a obra dos dois autores verifica-se facilmente que a amizade, a constante troca de idéias e o interesse comum em nacionalizar o gosto literário dos conterrâneos se manifestava em temas e construções comuns. Não à toa, ambos se destacaram no empenho em adaptar os modelos românticos de literatura nacional ao projeto de retratar a suposta originalidade rio-grandense. Dialogando com o trabalho um do outro, no entanto, diferenciaram-se principalmente no tratamento da história da província e quanto ao modo de conceber a finalidade político-educativa da arte literária, como veremos a seguir, ao nos voltarmos para a obra do patriótico Iriema.

Iriema e os filhos da América

Segundo contam crônicas e memórias daquele tempo, dos encontros de uma turma de jovens letrados na residência de Apollinario Porto Alegre é que teria nascido a sociedade Parthenon Litterario. A casa da rua Nova²²² desde 1867 abrigava o Colégio Porto Alegre, a primeira escola fundada por Apollinario, aos 22 anos, onde lecionava auxiliado por seu irmão Achylles, então com 19 anos. Lá também teria funcionado o ponto de encontro de diversos amantes das letras da cidade de Porto Alegre. Formava-se um grupo que tinha no já afamado mestre-escola um incentivador e guia dos estudos literários. As memórias do irmão Achylles falam de “um grupo de sonhadores, que iam escutá-lo como

²²¹ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 8, agosto de 1874, p. 65.

²²² A antiga rua Nova corresponde à atual rua Gen. Andrade Neves, no Centro da cidade de Porto Alegre.

um oráculo”.²²³ Outro biógrafo recordava a liderança por ele exercida e sua “inteligência superior”.²²⁴ A julgar pela influência que a posteridade lhe atribuiu, teria sido aquele jovem professor o principal animador do movimento dos literatos portoalegrenses.

Independente das opiniões cristalizadas *a posteriori*, a relevância do papel desempenhado por Apollinario entre os partenonistas poderia ser presumida pela assiduidade com que publicou na revista da associação, bem como pela intensidade com que participou de sua organização e debates internos. As atas das reuniões do Parthenon Litterario revelam sua presença constante na discussão dos rumos da associação e uma insistente disposição à polêmica e à controvérsia com seus pares²²⁵. Não raro tinha suas posições derrotadas em plenário, o que parece confirmar a heterogeneidade do grupo e permite uma avaliação que relativiza seu poder e influência pessoal. O próprio Apollinario, durante o ano em que exerceu a presidência da entidade, em 1871, teria reconhecido estes limites. Segundo ele mesmo, sua gestão teria fracassado e aquele tempo teria sido até então “um dos mais desanimados” pelos quais passou o Parthenon Litterario.²²⁶

Não obstante os fracassos políticos na república das letras porto-alegrense, a obra de Apollinario marcou época entre os conterrâneos, e talvez constitua a melhor porta de entrada para alguns dos sentidos da militância literária que ele procurava ensinar aos colegas. Ainda antes que este nosso pedagogo republicano passasse a assinar suas obras como o indefectível Iriema, já anunciava ele sua “descoberta do povo”, não pelas estâncias dos altos da serra nem entre os cavaleiros “monarcas das coxilhas” do pampa, mas nos camponeses dos arredores de Porto Alegre. O primeiro resultado literário do encontro do mestre-escola com os agricultores do morro Santana encontra-se em “Um conto como muitos outros”, escrito em 1867 e publicado anonimamente no primeiro número da Revista do Parthenon Litterario e seis anos depois em nova versão, com o título “Mandinga”, entre

²²³ Ver Achylles Porto Alegre, “Partenon Literário”, em História popular de Porto Alegre, op. cit., p. 144-5.

²²⁴ Ver “Apollinario José Gomes Porto Alegre”, O Independente, 24 de abril de 1904, p. 1 e 2.

²²⁵ Os únicos anos para os quais se encontrou a totalidade das atas foram 1872 e 1873, localizadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e publicadas respectivamente em: Revista do IHGRGS, n.ºs 13/14 e 15/16, 1924, pp. 203-252 e 153-216. Para os anos de 1869 e 1879 algumas atas encontram-se transcritas em exemplares da Revista do Parthenon Litterario dos respectivos anos.

²²⁶ Cf. “Ata da sessão da Assembléia Geral que teve lugar a 18 de fevereiro de 1872”, Revista do IHGRGS, 13/14, 1924, p. 203. A transcrição de uma carta em que Apollinario justifica-se por não entregar um relatório das atividades do ano em que presidiu o Parthenon pode ser encontrada em: Augusto Daisson, À margem de alguns brasileirismos. Porto Alegre, Globo, 1925, p. 112.

outros contos do livro “Paisagens”.²²⁷ A história ali contada era simples: terminada a colheita da mandioca, um grupo de agricultores trabalha noite adentro, reunido no galpão, no preparo da farinha. O mau tempo que fazia e os gritos, vindos de um aposento próximo, lançados por uma negra africana sofrendo de doença desconhecida, lembravam maus presságios, até que o diabo em pessoa lhes faz uma visita. Cordial e tranqüilamente, o inesperado e demoníaco visitante põe-se a raspar mandioca e conversar com os assustados lavradores, revelando ter vindo para buscar a alma pagã da africana, que vem a morrer ainda naquela noite. A importância deste conto para seu autor, como ele próprio teria reconhecido, estava em seu sentido inaugural mais do que em alguma qualidade literária.

Mandinga, conto talvez medíocre para todos, porém, para mim, santa recordação, relíquia de meus primeiros tentames, abençoada pelo mais belo talento do Rio Grande do Sul...²²⁸

A benção em questão veio de Felipe Nery, o veterano e prestigiado homem da imprensa e da velha política liberal-progressista da província, a quem Apollinario votava grande admiração, e cujo elogio significava “a sanção de um mestre, de um filho do trabalho, o batismo de um ilustre cidadão que se elevou por seu esforço”.²²⁹ Teria vindo daquelas palavras de estímulo de tão admirado leitor o decisivo encorajamento em sua carreira literária, o que bem pode ter contribuído para a decisão de abandonar projetos como o do romance histórico “Os Palmares” e dedicar-se exclusivamente a uma literatura de “cor local” rio-grandense sob o pseudônimo de Iriema. Além do valor que o elogio do mestre acrescentou ao conto, outros encontros também estiveram por trás de sua importância sentimental. Já na velhice, Apollinario recordaria o impacto do seu primeiro contato com linguajar dos camponeses do morro Santana em 1866, época em que recém havia retornado do seu interrompido curso de Direito em S. Paulo e começava a consolidar seu renome na capital rio-grandense como professor e erudito. Vamos a suas próprias palavras:

²²⁷ Cf. “Um conto como muitos outros”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, março de 1869, p. 19. Ver também Iriema, “Mandinga”, *Paisagens*, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1875, reproduzido em: Idem, *Paisagens*. Porto Alegre, Brasília, Ed. Movimento, MinC/Pro-Memória, INL, 1987.

²²⁸ Apud Alvaro Porto Alegre, *Apolinario Porto Alegre*, op. cit., p. 14.

²²⁹ Cf. Idem, *Ibidem*.

Há bastantes anos, numa faina de farinhada, um peão ruscando com outro que apertava os tipitins na prensa, tive (sic) forte pendência em que me foi preciso intervir. Dizia-me ele no auge da cólera: “Veio-me com pabulagens de pongó ou caborteiro, umas coisas de bambaé...” Eu tinha então vinte e dois anos, era professor e julgava-me senhor do idioma que se fala no Brasil e também do de Portugal. Possuía a gramática portuguesa de Lobato e a de Soares Barbosa, um ou dois jogos de dicionários, lera a *Crônica da Guiné*, de Azurara, as *Ordenações do Reino*, as *Décadas* de João de Barros, as cartas do Padre Vieira, os *Ciúmes do Bardo*, de Castilho, e outros escritores recomendáveis. Mas, ante a parlenda do meu patrício que durante um bom quarto de hora esbofou uma linguagem completamente nova para mim, fiquei estatelado. Sem dúvida tinha mister de recomeçar os meus estudos, refaze-los desde a cumeeira até aos alicerces. Eu nada sabia e ele, o rude agricultor e campônio, era mais digno da América do que eu; era brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci, onde vivia e respirava, apesar de conhecer várias línguas, história, filosofia e quejandas matérias. Iconoclasta, rompi com o passado, esmigalhei-lo às plantas; para o meu país não lhe queria só a emancipação política, almejava-lhe mais desde então, a independência literária e científica. Desde essa época tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa só aproveitava o saber e os métodos.²³⁰

Foi assim que nosso professor narrou sua experiência reveladora, quase uma conversão religiosa, no momento em que teria descoberto que sua erudição clássica de nada lhe servia para conhecer e exercer a própria nacionalidade. Provavelmente já esperava encontrar no camponês a confirmação das teses românticas sobre a originalidade americana. Mas diferentemente de seu colega José Bernardino dos Santos que, como “homem civilizado”, procurava na linguagem e costumes populares apenas a inspiração poética, Apollinario via a diferença entre o letrado e o camponês como um questionamento político para o primeiro. Pois ao afirmar que “o rude agricultor e campeiro era mais digno da América” e mais “brasileiro” do que ele, “um manequim da Europa”, conferia ao

²³⁰ Cf. Apollinario Porto Alegre, *Popularium Sul-Riograndense*, 3ª edição revista e aumentada, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, no prelo, p. 578.

primeiro a condição de sujeito legítimo da nacionalidade, único em condição de falar como verdadeiro brasileiro. Esta convicção o leva a dedicar-se aos estudos lingüísticos, como um projeto paralelo e complementar ao da criação literária e cujos resultados serão discutidos mais detalhadamente em outro capítulo. Por ora importa enfatizar sua opção por uma perspectiva em que o campônio deixava de ser apenas um objeto de curiosidade ou um sobrevivente do passado arcaico a contar histórias supersticiosas para se tornar uma fonte de conhecimento e um artífice da vitalidade da nação. Esta visão já estava expressa em “Um conto como muitos outros”, onde o narrador, ao descrever a reunião dos lavradores para o trabalho da moagem da mandioca, fez questão de qualificar aquele modo de vida como um fator de progresso:

É o ruído do trabalho. É a voz da vida.

Viajor, no país onde encontras máquinas funcionando, a agitação de mós e o borborinho de gentes, conclui logo que este país marcha, progride.

Este era o interior.²³¹

O elogio da virtude e da produtividade dos agricultores, assim como a exaltação do passado republicano da província, apontam em Iriema uma disposição para representar o “popular” e o “nacional” de forma mais rica e ambígua que muitos de seus colegas. Suas histórias e personagens expressam valores que apontam tanto para o passado como para o futuro, para a tradição como para o progresso, para a contemplação poética como para o engajamento social e político. Seu colega Daymã não chegou a tanto em sua mais modesta produção literária, provavelmente por voltar um olhar menos “democrático” que Iriema para o trabalhador do campo, considerado por demais rude e ignorante para ser um sujeito do progresso. Certa vez chegou mesmo a apelar, em discurso no Parthenon, às mães de família para que educassem seus filhos para as ciências, pois “a indústria pastoril é um erro econômico, como a carreira das armas é um erro político”, sendo a “indolência” rural um obstáculo no caminho da província rumo “ao progresso, à indústria e à civilização”.²³²

Por outro lado, em sua maioria, os escritores que contribuíram para a revista do Parthenon preferiam escrever contos e poemas sobre os sentimentos e costumes da

²³¹ Cf. “Um conto como muitos outros”, op. cit., p. 20.

sociedade urbana, com especial preocupação pela educação moral das moças de família. O próprio Victor Valpirio, que tinha denunciado o desaparecimento das virtudes republicanas nas cidades e se decidiu a escrever sobre lendas e personagens do campo, terminou por seguir o mesmo modelo. A primeira tentativa do autor pelotense em escrever seus “contos rio-grandenses” reproduzia de certa forma o modelo educativo-moral dos colegas porto-alegrenses. O conto “A mãe do ouro”, que tinha como personagem principal a jovem Annita, era uma lição sobre os perigos da transição da infância para a idade adulta e o fim trágico a que uma paixão não correspondida podia levar uma moça inexperiente.²³³ A diferença maior para com tantos outros textos daquela revista estava em que, no lugar da casa de família proletária ou burguesa, a história acontecia em um rancho pobre às margens do rio Piratini. A descrição de costumes rurais estava presente, porém somente como pano de fundo, e a própria lenda da “mãe do ouro” surge rapidamente contada pela mãe de Annita em apenas um dos muitos capítulos publicados em 1873.

O drama de Annita, sua solidão e desventura, portanto, era o fio condutor da narrativa, ainda que esta fosse entremeada de histórias paralelas, como a do avô e do pai da moça, por sinal, a parte mais interessante de “A mãe do ouro”. Simeão Albernaes, o avô, era um imigrante dos Açores que se estabelecera como lavrador em Mostardas, no litoral sul da província, onde provocava diversos episódios cômicos devido a seus costumes lusitanos, já por demais exóticos para os brasileiros. A inadequação do camponês europeu, sério e trabalhador porém conservador e preso à rotina, em terras americanas teve como expressão máxima o conflito entre Simeão e seu filho brasileiro que rejeitava a vida de agricultor. Aos dezoito anos, Janjoca decidiu fugir de casa para ser peão em uma estância, trabalho que o pai considerava “profissão de vadio”. Mas o filho já estava seduzido pela liberdade da vida dos peões e tropeiros, e nela encontraria sua verdadeira vocação. Tornou-se homem de confiança do proprietário da fazenda em que trabalhava, revelando-se um exímio cavaleiro, um verdadeiro “monarca garrido”, e o mais hábil nos trabalhos campeiros. Fica claro que esta história foi inserida para ilustrar a tese romântica da

²³² Cf. Daymã (José Bernardino dos Santos), “Bosquejo histórico e geográfico da província do Rio Grande do Sul”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 2, fevereiro de 1876, p. 51-59.

²³³ Cf. Victor Valpirio, “Mãe do Ouro”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, dezembro de 1872; Idem, *Ibidem*, n. 1 a 8, janeiro a agosto de 1873.

transformação do homem português em terras americanas, onde seus descendentes adquirem as virtudes que só aquele ambiente poderia proporcionar.

Esta mesma idéia, colocada em posição secundária no trabalho de Victor Valpirio, eleva-se para o primeiro plano quando se trata da obra de Apollinario Porto Alegre. Em todos os romances que este assinou como Iriema, impõe-se a idéia da força renovadora da natureza americana, seu influxo benéfico sobre os habitantes do continente e o destino grandioso que lhes estaria reservado. E a província do Rio Grande do Sul surgia como a porção do continente em que onde todos os fatores regeneradores se faziam sentir no mais alto grau. Levando em consideração a adaptação das fórmulas românticas e a intenção político-pedagógica de sua literatura, interpretada no contexto da relação que o autor mantinha com os demais letrados, as histórias contadas pelo professor porto-alegrense revelam uma desenvoltura maior que a de seus colegas partenonistas no uso e manipulação dos sentidos de identidade rio-grandense e nacionalidade.

Podemos tomar como um primeiro exemplo o romance “Lulucha”, publicado por Iriema na Revista do Partenon no decorrer do ano de 1877. Lá está a paisagem dos campos de cima da serra, a estância e seu proprietário, um sujeito honrado e de hábitos saudáveis, servindo de contraponto à suposta degeneração física e moral da vida nas cidades. Escravos, agregados e peões ressentidos e traiçoeiros não se fazem presentes na narrativa. A harmonia reinante na propriedade do velho Libindo só é perturbada pelo roubo de gado realizado por um velho inimigo. Não há, porém, qualquer referência à relação entre propensão ao crime e raça, como fez Daymã em “Serões de um tropeiro”. O que Iriema pretendia com esta história, em vez de narrar lendas fantásticas ou distinguir e formular juízos sobre raças e hierarquias sociais, era levar o leitor urbano a imaginar nos costumes primitivos do campo o exemplo moral para uma vida saudável, livre dos vícios e preconceitos da etiqueta social e com um sentido autenticamente nacional.

Neste romance, o personagem principal é Augusto, um jovem letrado que troca a cidade pela serra em busca de cura para seus males físicos. Alimentando-se apenas de churrasco e mate, não só fica livre da tosse e da febre como passa a sentir-se vigoroso e saudável, livre do artifício e do tédio urbano, dos médicos e seus remédios inúteis. Acredita ter-se tornado “um rio-grandense às direitas”, “enfim um homem”. Passa a vestir-se com a roupa típica dos campeiros e a falar com o vocabulário deles, quer conversar de igual para

igual com os peões, apesar destes ainda o tratarem como doutor. Torna-se grande admirador do arredo caçador Zeca Moxiba, um herói solitário que a seus olhos é a encarnação da nacionalidade, nada menos que “a história, a tradição, a legenda gloriosa da pátria”. Igualmente digna de admiração é Lulucha, representante da beleza, inocência e bondade naturais da mulher serrana. Como contraponto, a personagem Julia, uma cidadina também em visita à estância, representava o estereótipo da moça da elite urbana, com olhos voltados somente para a Europa e a vida dos salões elegantes, o que era motivo de irritação constante para o patriótico Augusto. Por fim, surge o índio Cururague, “sapo venenoso” em tupi, como personificação da força, rudeza, lealdade e valentia dos mais primitivos habitantes da terra rio-grandense.

A metamorfose do jovem doutor recém saído dos bancos acadêmicos em “gaúcho do fundo d’alma”, porém, tinha seus limites. Seu olhar de visitante intelectualizado é que seleciona, descreve e incorpora modos de agir e de falar ao repertório da autenticidade nacional. Ele ainda acredita que o homem de estudos deve se considerar superior em todos os sentidos, mas reconhece que sua classe saía das academias “física e moralmente míope”. Seus colegas faziam do sentimento apenas um meio para alcançar um casamento rico, assim como colocavam a inteligência a serviço do interesse e da ambição política. A culpa não era do estudo, argumentava, mas do vício de educação, do preconceito dos costumes que viam no diploma o único atestado de aptidão. Era justamente em função da necessidade de uma cura, de um remédio para os males da sociedade letrada que procurava exemplos regeneradores em uma singela vida junto à natureza. Mas, para sua decepção, nem tudo se lhe revelava modelar nos costumes primitivos. Augusto sentia-se chocado e atordoado com a crueldade do tratamento dado aos ladrões de gado feitos prisioneiros. Seus apelos por clemência eram inúteis e, diante da determinação de Cururague em castigá-los, parecia voltar a sentir saudades da civilização.

O banditismo, a violência sem controle e a justiça com as próprias mãos provocavam as primeiras fissuras no seu modelo de mundo perfeito de vida ao ar livre, canções e ditos populares, danças, comidas típicas e harmonia entre senhores e subordinados. O final da história não é conhecido, provavelmente não chegou a ser publicado devido a uma brusca interrupção daquela série da revista do Parthenon, por isso ignora-se o destino que Iriema reservou a seu herói, dividido entre as incongruências de

dois mundos. É de se notar, não obstante, que a estância serrana não foi representada como um universo isolado pela geografia em seu arcaísmo, sobrevivendo desde um tempo lendário e remoto, mas sim como um espaço em relação com os problemas do presente, que sofre a interferência dos visitantes da cidade e não está livre da criminalidade e das disputas de propriedade. Problemas estes, aliás, comuns no mundo rural rio-grandense da segunda metade do século XIX, em que se cercavam os campos antes abertos e temia-se o banditismo crescente.

Aos conflitos internos do herói romântico, um jovem letrado com os sentimentos em desacordo com as convenções a sua volta, Iriema acrescentava a consciência da missão civilizadora e da defesa da nacionalidade como caminho da virtude. O romance “Feitiço d’uns beijos”, escrito em 1869 e publicado na Revista do Parthenon Litterario entre 1873 e 1874, também abordava os dilemas de jovens provincianos bem nascidos às voltas com os estudos superiores.²³⁴ Neste caso, a situação é inversa àquela narrada em “Lulucha”, pois o protagonista principal da história é André, filho de um importante estancieiro da região de Alegrete, na distante fronteira oeste, criado em meio aos costumes campeiros mas agora vivendo em Porto Alegre por causa dos estudos. Contra sua vontade, ele assistia as aulas de engenharia na Escola Militar. Era o sonho do pai formar o filho como agrimensor para um dia vê-lo medir suas terras e, quem sabe, lançá-lo a deputado no futuro. Considerado “materialista” e inculto em demasia pelo filho, o patriarca no entanto tinha a simpatia do narrador:

Francisco Dias procurando dar aos filhos a educação compatível com a época, tendo em casa professores contratados para semelhante fim, mandando vir até um piano para a fazenda, não lhe fora possível contudo perder a linguagem e os modos campeiros. O pitoresco do traje e da palavra punham nele em relevo um dos tipos nacionais que com a mescla e invasão de estrangeiros e a marcha de cada povo em seus instintos cosmopolíticos,

²³⁴ Romance publicado em 22 capítulos, em oito edições da revista do Parthenon, de julho de 1873 a março de 1874, constando ao final do último capítulo a data de 1869. A história é relatada pelo narrador como verídica, incluindo reprodução de cartas que pertenceram ao personagem. Cf. Iriema, “Lulucha”, Revista do Parthenon Litterario, n.7 a 12, julho a dezembro de 1873; n. 1 a 3, janeiro a março de 1874.

irá pouco a pouco desaparecendo. Apesar disto era um excelente homem. O valor intrínseco fazia esquecer a rusticidade do trato.²³⁵

Se o personagem do pai foi construído como exemplo para os proprietários rurais, por investir no progresso material e ao mesmo tempo preservar a tradição dos costumes nacionais, o filho, por seu lado, figurou como um modelo para os jovens aspirantes à república das letras. Vivendo na cidade, aquele que já fora um habilidoso campeiro tornara-se amigo da boêmia e das serenatas, amante da literatura e admirador de autores românticos, como Lamartine. Afinal, nem só “campeiros” e “monarcas das coxilhas” inspiravam os jovens letrados porto-alegrenses. Nada mais apropriado que este personagem, fruto da fusão da melhor tradição “nacional” do campo com a ilustração das cidades, para incentivar a luta romântica do “espírito” contra o “materialismo”, uma das principais bandeiras do Parthenon Litterario. O problema era que André não conseguia pensar em nada além da mulher misteriosa que lhe escrevia declarações de amor anônimas embrulhadas em pacotes de beijus. Inconformado com os planos que o pai tinha feito para ele, entediado com a hipocrisia da sociedade e desorientado pela paixão, abandonou os estudos e entregou-se “à vagância”, atendendo ao grito de guerra dos estudantes rebeldes. Exprimindo “alguma coisa de mais nobre, espirituoso, poético e elegante que vagabundagem”, o termo “vagância” se referia não só à fruição dos prazeres da vida como à revolta contra o aproveitamento do tempo estritamente para ganhos econômicos, como devia ser o padrão daquela cidade de mercadores que era a capital da província de São Pedro.²³⁶

O estereótipo do negociante ignorante e sem “espírito”, o extremo oposto dos jovens boêmios, se fez representar pelo taberneiro Esperidião, de quem se dizia também ser dono de cortiços e cujo enriquecimento rápido só fazia aumentar sua má reputação. Em torno dele e de sua bodega concentrava-se o quadro humano mais pitoresco e degenerado que perambulava pelas ruas da acanhada porém movimentada cidade de Porto Alegre de meados do século XIX. A descrição da incrível variedade de mercadorias à venda e da diversidade de tipos populares que freqüentavam o estabelecimento é uma das raras oportunidades em que a literatura de Iriema trata do mundo dos pobres da cidade. Durante o

²³⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 3, 1874, p. 652-675.

²³⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 1, 1874, p. 580-585.

dia o proprietário até procurava atrair uma clientela variada e mesmo distinta, de homens de jornal a humildes “cangueiros”, valendo-se da popularidade da culinária da preta alforriada mãe Theresa. À noite, porém, predominava “o saracoteio libidinoso, a embriaguez, o jogo e o amor barregão”. A casa então recebia o seu público mais fiel e revelava a verdadeira face moral do dono.

Além disto, o que há de pitoresco, mesclado, estranho e vago na elaboração da raça brasileira ressalta em mosaico de seus freqüentadores. O rebotalho social ainda fiel aos costumes primevos, pela sua própria ignorância, quiçá aferro ao passado ou desprezo pelas novidades, torna-se menos acessível à invasão estrangeira, e recalcitrante varia ao infinito, como num caleidoscópio, os característicos que lhe são peculiares. A taberna é o *meeting* diário do populacho, é o *pnix*, o fórum, o comício para o desabafo de amarguras e alegrias, para o desafo d’alma na efusão da amizade e dos ódios; é enfim a traquéia imensa e enorme, pela qual resfolga o pulmão sangüíneo da servidão.

(...) No recinto da tasca diferentes grupos se formam de expressiva cor local. (...) Derreado sobre um surrão de mate, um barril ou saca, o caboclo agauchado, o capanga trombudo, afinam o canto na viola que retilintina melancólica; o avoadado, o baiano, o amante da lua tomam do violão e ao dedilhar das cordas vibrantes desferem a modinha e o lundu; o africano na marimba extravasa d’alma as tristezas de poleá e as saudades da pátria. (...) É aqui, entre tal gente, que nasceu o banzé e o turumbamba.²³⁷

O mosaico de tipos humanos que formam o “rebotalho social” e a “raça brasileira” até poderia inspirar uma ambígua simpatia por manifestarem, em sua ignorância e idiosincrasia, certa resistência da peculiaridade nacional. Diferentemente, porém, do valor conferido aos lavradores do morro Santana, homens livres construtores do progresso, os freqüentadores da bodega pertenciam à escória que a servidão do império escravista brasileiro criava. Mas, por viver da exploração dos vícios populares, que ele próprio acabava alimentando, o taberneiro é que representava a expressão máxima da degeneração

moral. André, que trouxera para a cidade as virtudes que aprendeu ao crescer no ambiente sadio da fazenda, tornara-se rival e desafeto do mimado e igualmente mau-caráter filho do bodegueiro. Ao descobrir que este mantinha sua admiradora secreta em cativo para casá-la com o filho e assim usufruir da herança da moça órfã, o estudante resolve abandonar a “vagância”, reconcilia-se com o pai e, juntos, os dois enfrentam o inimigo. A família do bodegueiro é derrotada e cai em desgraça, enquanto a do estancieiro alcança a felicidade. O salutar retorno à casa paterna, ou às raízes nacionais se preferirmos, redime o filho letrado do desregramento e lhe dá uma orientação segura.

Ao finalizar a história, Iriema ainda apresenta ao leitor um “epílogo com ares de prólogo”, no qual revela ter sido o próprio André, a quem conhecera em uma viagem de navio, quem lhe contou a história verídica de sua vida.²³⁸ Os ex-boêmio já era então um respeitável pai de família e tinha abandonado as letras, manifestando-se mesmo descrente do futuro desta arte na província. Ainda assim, consentia que o impressionado aspirante a literato que o escutava escrevesse a história de sua juventude. Advertia-o, porém, contra o “sopro gélido da indiferença e do materialismo” que fatalmente frustraria suas aspirações. Ao concluir seu romance desta forma, acrescentando à narrativa uma outra história que revelava a inspiração da primeira, Iriema oferecia ao Parthenon Litterario a lenda de um precursor ou representante precoce das aspirações que sua geração, enfim, estaria apta a realizar. Desmentir a profecia pessimista de André sobre a viabilidade da literatura em meio tão tacanho tornara-se não só seu desafio pessoal como um exemplo necessário aos demais iniciantes das letras na província. Deixava como recado final que a credibilidade dos partenonistas como porta-vozes da opinião pública e do discurso de reforma social e política do império dependeria em grande medida do sucesso em sua causa primeira, qual seja, consolidar a autonomia do espaço das letras e provar a capacidade de produzir uma literatura reveladora da originalidade nacional e rio-grandense.

Romances como “Lulucha” e “Feitiço d’uns beijos” parecem dialogar de perto com este reduzido círculo de leitores interessado nas muitas vezes improvisadas e inacabadas tentativas e aventuras literárias de jovens autores estreantes. De certa forma, os personagens principais destas histórias expressam a busca de um lugar para o homem de letras na província de São Pedro, que a tradição representava como uma terra de guerreiros,

²³⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 9, 1873, p. 378-389.

não de poetas e prosadores. Assim sendo, na trajetória dos personagens esboçam-se diferentes soluções para este impasse e novas dificuldades surgem. O personagem André, por exemplo, reconcilia-se com o pai estancieiro, um “tipo nacional” adaptado aos novos tempos, e aceita realizar o novo desejo deste, de vê-lo formado advogado para defender os interesses materiais da família. Ressente-se, porém, de não ter seguido a carreira das letras, e acaba por considerá-la inviável na província. Já Augusto é o letrado desiludido que decide abandonar o diploma de doutor e viver como um campeiro, acreditando assim tornar-se um verdadeiro brasileiro, porém não consegue conciliar a sensibilidade de homem civilizado com a truculência de uma justiça primitiva.

Iriema, o criador de ambos, escreve para mostrar a seus conterrâneos, por meio de seu próprio exemplo, que a literatura nacional é possível e depende apenas da vontade, mesmo em uma cidade tão distante dos grandes centros de civilização como Porto Alegre, porém situada em uma província que oferecia a inspiração ideal, rica em feitos heróicos e costumes sadios. Enfatiza também que a ilustração é tão necessária quanto habilidades guerreiras e campestres. Define, por conseguinte, o seu próprio papel como o do intelectual patriota que estuda com profundidade a linguagem e os costumes populares para traduzi-los em uma literatura original, o grande marco distintivo entre as nações civilizadas. Este compromisso romântico com a arte é educativo, quer animar a vocação das letras entre seus pares, divulgar modelos de virtudes patrióticas e associar paisagens e tipos humanos ao sentimento nacional.

Existe ainda mais um importante aspecto da literatura de Apollinario a ser considerado. No trecho de “Feitiço de uns beijos” transcrito mais acima, o autor sugere que a degeneração dos trabalhadores da cidade não se devia ao “pitoresco, mesclado, estranho e vago” da composição racial daquele grupo, pois a verdadeira causa estava na sociedade que os mantinha em estado de servidão. A heterogeneidade racial atribuída à população brasileira não incomodava Iriema, que aceitava integrar todos os tons de pele à condição de brasileiros autênticos, desde que não estivessem sujeitos à escravidão. Em seus romances, no entanto, não deixou de reproduzir a velha tradição de representar a contribuição desigual das três raças formadoras da nacionalidade, canonizada por von Martius como receita para a historiografia brasileira do IHGB. Embora não fossem exatamente historiadores, Iriema e

²³⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 3, 1874, p. 652-675.

seus colegas literatos do Parthenon em alguma medida eram tributários desta concepção e do diálogo entre literatura e história na cultura literária da época. Victor Valpirio manifestou-se favorável à idéia da “mescla” de raças compondo a originalidade nacional, acrescentando inclusive os imigrantes alemães na formação do “tipo americano”,²³⁹ mas não tratou do assunto em seus contos, limitando-se à crítica do trabalho escravo. Daymã, embora valorizasse o mestiço de brancos e índios, considerou de forma extremamente negativa os tipos não assimilados racial e culturalmente à civilização branca, subentendendo a impossibilidade de incluí-los na comunhão nacional. Iriema, pelo menos nesta fase, colocou em segundo plano a síntese racial e valorizou o exemplo moral que cada grupo seria capaz de manifestar. Isso significava que os heróis de suas histórias podiam ser os mais diversos possíveis em termos sociais e raciais, pois a experiência regeneradora que a terra americana proporcionava se faria sentir tanto no proprietário rural branco quanto nos agregados e escravos. A cada um, porém, estavam destinados papéis diferentes, como fica claramente demonstrado no romance “O vaqueano”, escrito em 1869 e publicado em 1872 na revista do Parthenon Litterario.

Em “O vaqueano”, o que se enfatiza é a altivez e nobreza de caráter que a liberdade dos campos proporcionaria democraticamente a todos, podendo encarnar o “tipo genérico” do rio-grandense tanto o “posteiro” quanto o “senhor da estância”, tanto o errante “tropeiro” até o sedentário “guasqueiro ou trançador de lonca”.²⁴⁰ Assim era o herói principal da narrativa, José de Avençal, o vaqueano (uma espécie de guia com profundo conhecimento do território), descendente de uma família de paulistas de São Vicente, pioneiros na posse do território e grandes proprietários na região serrana. Outros personagens também exibem certas qualidades e habilidades do rio-grandense típico segundo Iriema, como o mulato Moisés, os valentes índios guaicanãs e os próprios escravos. Até mesmo Amaral, um nobre português desterrado, influenciado pelo novo mundo, abandonou os preconceitos que tinha recebido de sua educação européia.

José de Avençal teve toda sua família assassinada por traição quando menino e só sobreviveu porque foi salvo pelos escravos da casa, que assim provaram sua nobreza e bom caráter. Educado pelo pai adotivo, o ex-nobre português Amaral, para ser um perfeito

²³⁹ Cf. Victor Valpirio (Alberto Coelho da Cunha), “Contos Rio-grandenses – Introdução”, Revista do Parthenon Litterario, n. 5, 1872 e n.6, 1872, p. 188-191 e 218-223.

²⁴⁰ Cf. Idem, “O vaqueano”, Revista do Parthenon Litterario, n. 1, 1872.

cavalheiro e treinado desde a infância pelo meio-irmão Moysés para ser forte e habilidoso nas artes campeiras, José de Avençal tinha como único defeito, que foi a causa de sua tragédia pessoal, a obsessão pela vingança. Quando descobre que o assassino de seu pai, José Capinchos, era também o pai de sua amada, e que ao matá-lo tinha selado a impossibilidade moral daquele amor, resolveu abandonar todos os bens e propriedades e vagar à toa pelo mundo. Em suas andanças adquiriu um tal conhecimento do território da província que tornou-se um vaqueano famoso e foi requisitado para servir de guia dos rebeldes farrapos em sua famosa jornada até Laguna.

O delírio da vingança, reconhecido pelo narrador como “uma das sombras a embruscar os traços magistrais do caráter rio-grandense, falha que ninguém pode nem deve ocultar”, é que move os personagens ao longo da história. Primeiro a José de Avençal até que consiga abater José Capinchos, depois o filho deste é que não descansa até ver morto o vaqueano. O rigoroso código de honra, porém, tornava a vingança intrínseca ao modo de vida do rio-grandense.

Talvez [a vingança] seja o quinhão ou partilha dos povos cavalheirescos, a quem a hospitalidade, a lhaneza, a honra e lealdade parecem antes virtudes inatas do que obediência às leis do dever ou o resultado de obrigações morais. Lá no fundo de seu deserto, envolto no largo caftan, como o árabe se assemelha contigo!²⁴¹

Iriema retoma aqui uma caracterização já presente em “A divina pastora” de Caldre Fião, onde o rio-grandense é incluído entre os “povos cavalheirescos” e comparado ao árabe em suas virtudes e defeitos. Desta vez, porém, não é para absolvê-lo dos erros políticos da revolução, mas para louvar sua suposta afinidade natural com a liberdade e a honra.

As qualidades dos rio-grandenses, para Iriema, não provinham da civilização européia, eram aprendidas no contato com a natureza e com o homem primitivo, embora isso não significasse necessariamente a miscigenação com os nativos. A raça não seria considerada um fator de distinção do caráter, mas admitia-se que as diferenças de cor geravam preconceitos e injustiças. O mulato Moysés era meio-irmão de Avençal, filho do

mesmo pai com uma escrava, e manifestava vergonha de sua condição de ilegítimo. Ressentido por ter sido injustamente acusado pelo massacre da família, rejeitou a sociedade branca e passou a viver como caçador na região serrana. Tinha decidido não tomar partido na guerra dos farrapos porque sabia ser desprezado por sua cor e não desejava servir apenas como um instrumento destes em suas disputas. Alegava que o significado da liberdade para ele não era o mesmo dos revolucionários.

- Liberdade!? Quem é mais livre do que Moysés aqui na serra? Onde não há ódio de raças; onde o homem domina a terra, onde o amigo não mente ao amigo e a mulher não mente ao marido? Não quero mais liberdade do que tenho.²⁴²

A liberdade de Moysés seguramente se inspira no indianismo. Afinal, ele casara-se com uma índia e tinha se tornado o chefe da tribo quase extinta dos guaicanãs. Para o narrador, a união do mulato com a nação Guaicanã fazia dele um "marco miliário entre a civilização e a barbária".²⁴³ Seu zelo e "inteligência superior", uma vez colocados a serviço da tribo, melhoraram as condições de vida desta e assim foi selado um pacto de lealdade e amizade. Sob o comando de Moysés, os índios cumprem um papel coadjuvante na narrativa como soldados valorosos e fiéis, porém irremediavelmente condenados ao extermínio. Quando finalmente decidem juntar-se aos farroupilhas, por fidelidade a José de Avençal, para protegê-lo contra o filho de Capinchos, terminam por ser dizimados lutando na guerra do homem branco. Entraram para a posteridade apenas "como uma tradição" ou uma contribuição extinta que a história, a língua e alguns costumes registravam. Já a participação dos negros na comunhão nacional, para ser reconhecida, precisava remover o peso do preconceito e da escravidão. Foi a atitude dos escravos que salvaram o pequeno Avençal que sensibilizou o nobre português Amaral e despertou nele a consciência da igualdade dos homens. Até então, para ele a raça negra seria um "ente inferior, julgado não só incompleto e defeituoso pelas formas como pela inteligência que lhe transparecia do crânio", comparável apenas ao macaco. Mas este era um pré-

²⁴¹ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 4, 1872, p. 133.

²⁴² Cf. Idem, *Ibidem*, n. 2, 1872, p. 67.

juízo que trouxera de Portugal e que começava a se desfazer com a vida na nova terra:

O pobre "Pongo", o poleá da colômbia terra, a seus olhos começou a reassumir os direitos que lhe negavam por aferro de opinião ou torpe especulação de negreiro; desde então merecia para ele o título de homem.²⁴⁴

A presença dos escravos na narrativa cumpre o papel de propaganda abolicionista, oferecendo ao leitor branco uma discussão da impropriedade do preconceito de cor e da escravidão. Serve também como pretexto para apresentar a "peculiaridade brasileira" das lendas contadas pela mucama que embalava o pequeno José de Avençal, antes da tragédia acontecida com sua família. Eram histórias de guerreiros que, ao morrer sob o jugo da escravidão no Brasil, retornavam ao continente africano para lá ajudar os irmãos a combater os brancos. Por isso, dizia-se, os negros ficavam felizes quando alguém querido morria enquanto o branco chorava, pois após a morte na terra do cativo acreditavam que acordariam na terra da pátria. O narrador, com certeza, não escolheu esta lenda por acaso, pois ela lembrava que os escravos africanos eram estrangeiros em terras americanas. A nacionalização do africano dependeria da assimilação deste às civilizações indígena e branca, fusão subentendida na trajetória do mulato Moisés, casado com uma índia. " — É admirável! (...) Até Moisés, criação híbrida, mescla de diversos sangues, nos atos é um gentil-homem de boa estofa!", assim exclamava diante dele o até então preconceituoso português Amaral.²⁴⁵ Com a morte de José de Avençal e a extinção dos guaicuanãs, o mestiço torna-se o único sobrevivente da trama, o que também é um destino significativo, não bastasse o nome bíblico a sugerir-lhe um papel messiânico.

Os personagens indígenas, mulatos e negros de "O vaqueano" fazem desta história quase uma exceção na obra de Apollinário. Na maioria dos casos, os heróis populares de Iriema não tem cor e subentende-se serem brancos. É o caso dos contos de "Paisagens", livro que publicou em 1875 como tentativa de oferecer "cor local" à literatura,

²⁴³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 68.

²⁴⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, n. 4, 1872, p. 130.

²⁴⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 132.

registrar o “dialeto nacional” e, ao mesmo tempo, ensinar lições morais e patrióticas.²⁴⁶ Ali estão representados: os camponeses do morro Santana às voltas com a safra da mandioca e a visita do diabo no nosso já conhecido conto “Mandinga”²⁴⁷; a lendária Casa Branca situada no mesmo morro e as histórias de assombração que o povo dos arredores contava, em “O valeiro”;²⁴⁸ o desesperado oficial farroupilha que perdeu a guerra e a amada, em “A tapera”;²⁴⁹ os velhos costumes patriarcais de controle das filhas, em “Os butiazeiros da tia Anastácia”; os apuros de um camponês conhecendo a cidade, em “O monarca das coxilhas”;²⁵⁰ as aventuras de um pescador do lago Guaíba, em “Pilungo”. Neste último, além da costumeira identificação do herói com as supostas virtudes dos rio-grandenses, uma diferença com relação aos demais se manifesta na crítica social que inspira a narrativa.

“Zeca era uma infeliz criança, quase sempre maltrapilha e descalça”, assim iniciava-se o conto “Pilungo”, no qual os principais personagens pertenciam ao mundo da pobreza honrada da Porto Alegre do século XIX. Zeca era filho de pescadores da praia do Riacho e por sua figura maltrapilha recebeu o apelido Pilungo, epíteto usado para qualificar um cavalo como imprestável. Seu bom caráter e energia manifestavam-se desde a infância, sendo que coragem, audácia, bondade e inteligência foram qualidades e virtudes que adquiriu criado no livre contato com a natureza, aprendendo a dominar as ondas do lago Guaíba com a mesma valentia e instinto com que os peões das campinas domavam os potros. No extremo oposto estava Pedro, também chamado Gaudério, um miserável e indolente morador de uma das ilhas do Guaíba que tinha prometido a filha a Toríbio, outro ilhéu de má índole. Este recebeu da pretendida que o repudiava o altamente ofensivo apelido de “Gringo”. A paixão entre Zeca e Chiquinha era rejeitada pelo pai da moça, para quem o rapaz não passava de um “pracista”, ou seja, um morador da cidade indigno de confiança como todos os outros. Nesta história, invertia-se a tradicional oposição entre vício e virtude que associava a primeira característica à cidade e a segunda à vida rural. Basta considerar que o apelido Gaudério, significando o mesmo que vagabundo, indicava as piores qualidades que um camponês poderia ter, na visão de Iriema.

²⁴⁶ Ver Apollinario Porto Alegre, *Paisagens: contos*, Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc, Pró-Memória, INL, 1987. Edição original: Porto Alegre, Imprensa Litteraria, 1875.

²⁴⁷ Também publicado na RPL com o título “Um conto como muitos”, em março de 1869.

²⁴⁸ Também publicado na RPL com o título “A faca d’um valeiro”, em junho de 1869.

²⁴⁹ Também publicado na RPL com o título “A tapera”, em abril de 1874.

²⁵⁰ Também publicado na revista Murrúrios do Guahyba, em 1870.

O uso dos apelidos tem uma função importante na história de Pilungo, por indicar o caráter dos personagens. A lição de valores já começa pela inversão do sentido depreciativo da palavra “pilungo”, que é aceita pelo garoto e torna-se símbolo do seu orgulho. Esta é a mesma lógica pela qual, no livro “Cancioneiro da Revolução de 1835”, Apollinario Porto Alegre explicou a ressignificação de “farrapos” ou “farroupilhas” pelos rebeldes, originalmente um modo pejorativo pelo qual eram chamados pelos legalistas.²⁵¹ Em 1835, quando a cidade vivia os dias do conflito entre farroupilhas e imperiais, o menino já comandava sua própria guerra, era o líder dos “bagadus”, os meninos pobres e analfabetos do litoral do Guaíba e da parte baixa de Porto Alegre, contra os “tinteiros”, os garotos alfabetizados da parte alta da cidade.²⁵² Liderados por seus pequenos caudilhos, os dois grupos se enfrentavam nas ruas e Pilungo era o estrategista responsável pelas vitórias de seus amigos. Ao crescer, tornou-se pescador como seu falecido pai, e começou então a aventura para livrar sua amada Chiquinha do poder de Gaudério. A habilidade e a coragem do rapaz permitem que ele enfrente a enchente que engole as ilhas e salve Chiquinha e sua mãe, enquanto seus adversários sucumbem na inundação.

A narrativa, porém, não termina com o final feliz que une os dois amantes arrastados pela inundação, que é uma evidente imitação do final de “O guarani” de José de Alencar. A história nesse momento é interrompida e dá um salto no tempo, passando do ano de 1848 para 1865. Os personagens e o cenário também mudam: agora um homem desconhecido passeia pelo cemitério. Diante dos opulentos túmulos burgueses ao lado de covas rasas e ossadas ao léu de pobres, mendigos e escravos, revolta-se contra o abandono da memória daqueles que considerava os verdadeiros construtores da cidade e defensores da pátria.²⁵³ Enquanto meditava sobre as injustiças da sociedade, deparou-se com o coveiro que exumava os restos de um tal José Pilungo, um pescador que encontrara a morte ao tentar salvar algumas pessoas do afogamento. Já sem parentes vivos ou amigos para reivindicá-los, os ossos iam ser jogados no mato junto aos dos demais indigentes. O visitante revolta-se com o abandono e ingratidão, compra o esqueleto e providencia o enterro numa

²⁵¹ Ver Apollinario Porto Alegre. Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1985.

²⁵² A existência dos bandos juvenis rivais também é narrada por cronistas da cidade no século XIX. Ver Achylles Porto Alegre, História popular de Porto Alegre, Porto Alegre, UE/ Porto Alegre, 1994; Antônio Álvares Pereira Coruja, Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre, Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1996.

²⁵³ Cf. Apollinario Porto Alegre, Paisagens, op. cit., p. 67.

ilha do Guaíba. Mais tarde, contaria aquela história para o próprio Iriema. Assim como fez em “Feitiço de uns beijos”, em “Pilungo” o autor apresenta um epílogo para expor as razões ou circunstâncias que o levaram a escrevê-la, convidando o leitor a refletir sobre o aprendizado moral que dela se poderia obter. A impressão de veracidade do recurso narrativo tem o efeito de reforçar o sentido moral da história, com suas reflexões sobre a corrupção da sociedade e o exemplo de homens generosos como o pescador .

A lição moral e política também predomina nos demais contos do livro, acompanhando a intenção de fazer o registro de tradições populares. Em “O monarca das coxilhas” o homem do campo volta a figurar como a síntese de todos os valores positivos. Sancho Escafuza, porém, já não é um poderoso e patriarcal estancieiro, nem um caçador esquivo ao convívio social ou um vaqueano errante, mas o dono de uma modesta propriedade na região das missões, onde cultivava erva-mate com o auxílio das irmãs e de alguns escravos. Sua vida começa a mudar quando recebe a visita do Sr. Oliveira, um negociante da cidade de Rio Grande, ex-sócio de seu finado irmão, que vinha propor-lhe continuar a parceria que tinham nos negócios. Sancho aceita e decide então conhecer a cidade, mas, uma vez lá estabelecido, não se adapta, e passa por tantos contratemplos que decide retornar ao seu rancho, sua noiva e seus ervaais.

O tom cômico que predomina na história, fazendo graça ao relatar as dificuldades que homens da cidade e do campo tem em sobreviver no ambiente um do outro, só é interrompido para explicar ao leitor o sentido da expressão “monarca das coxilhas”. Sancho Escafuza ostentava este título por ser o melhor cavaleiro da região e também pelo esmero com que vestia um pala de vicunha e enfeitava o cavalo com arreios de prataria, de modo que representava “não só o perfeito e garboso cavaleiro, mas o janota do pampa”. Embora aquela fosse uma expressão de uso popular, a comparação com a figura de um monarca parecia ao narrador uma ironia incômoda. Zeloso por seus brios republicanos, Iriema interrompe a narrativa para alertar o leitor que não confundisse aquele costume com alguma simpatia maior dos rio-grandenses para com o regime monárquico.

Os riograndenses tem em nenhuma monta os tronos e cetros. Para eles uma boa equitação vale uma monarquia; um bom cavaleiro é um grande monarca. Parece uma irrisão, quer fosse fortuitamente dada esta acepção à palavra, quer de firme propósito.

Quem não conhecer os costumes de nossas vastíssimas campanhas, há de estranhar que uma só família às vezes seja o tronco de uma série de monarquias. E por Deus! Valem mais que os testas coroadas os valentes campeiros do Rio Grande. Ao menos sob cada poncho palpita uma coração onde a liberdade entronizou-se; em cada pulso lampeia uma espada ou uma lança que fará tremer a tirania.

Se quiserem a prova, abram seus anais e aí encontrarão uma década gloriosa, dez anos que procuram fazer esquecer, tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam... Inútil e frustrânea tentativa! Tradições tão brilhantes, grandiosas e sublimes não se extirpam, morrem com o povo em que nasceram, são a arca santa, o tabernáculo de miríadas de gerações.²⁵⁴

Toda esta preocupação em deixar claro que o uso daquela expressão não implicava em descrédito à suposta vocação republicana dos rio-grandenses pode ser lida como uma evidência dos muitos significados com que o termo “monarca” era empregado. Dependendo da ocasião e do contexto, podia servir tanto a uma simples distinção como a uma provocação política, simpática ou não à monarquia. Tanto podia conferir legitimidade à ao regime como significar que se dispensava a necessidade de um rei distante, preferindo-se um simples camponês da vizinhança. A polissemia está indicada no próprio texto de Iriema, quando esclarece que Sancho Escafuza, para os amigos e vizinhos, merecia o apelido de “monarca das coxilhas” por suas habilidades como cavaleiro e também por um certo capricho no modo de vestir. Já o Sr. Oliveira, o comerciante da cidade, não entendia porque uma pessoa comum como o ervateiro das Missões era chamado de “monarca”, título que para ele significava nobreza e autoridade. Já o narrador do conto considerava incômoda a ambivalência do uso político da palavra e, até por acreditar que seus leitores também assim pensavam, sentiu-se na obrigação de fixar uma interpretação condizente com suas convicções. Para o literato, a guerra republicana do passado representava a memória, o destino e a identidade coletiva dos rio-grandenses. A tal evidência deveriam se submeter os muitos significados possíveis da palavra “monarca”, seja entre os leitores da cidade ou

²⁵⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, op. cit. p. 111.

entre os rudes homens do campo. A atitude do autor neste trecho é significativa, pois revela um procedimento que aplica à descrição dos personagens e do costumes em quase todas as obras: a tentativa de suprimir as ambigüidades da história e as diferenças sociais e raciais na supremacia da virtude republicana, instituída como tradição e identidade.

Entre os escritores da Revista do Parthenon Litterario, foi Iriema, indiscutivelmente, quem mais se aventurou em experimentar os mais diversos gêneros literários. Também foi quem mais tentou fazer uma pedagogia política e explorar as possibilidades do romance para forjar o sentimento nacional nos leitores. Em quase toda a sua obra encontra-se o elogio das qualidades morais e da vocação republicana que a vida junto à natureza americana infundiria nos rio-grandenses. Estes diferenciavam-se pelo amor à liberdade antes que pela raça ou mesmo pela aptidão para a guerra. A “revolução de 1835” consistiria, portanto, no momento fundador de uma outra missão histórica da província de São Pedro no contexto brasileiro. Seus filhos não deviam mais se limitar ao dever de defender as fronteiras do império no Prata, pois, uma vez conscientes do seu destino como vanguarda republicana, tinham a obrigação de transformar o próprio regime e abrir o futuro da nação e do continente para o verdadeiro progresso. Ainda que a diferença rio-grandense fosse pensada como uma parte da originalidade nacional brasileira como um todo, já se lhe atribuía um destino regenerador na história da pátria. Esta convicção animava Apollinario Porto Alegre a fazer da literatura um instrumento a mais de educação política em sua obstinada campanha pela República, como veremos no próximo capítulo desta tese. Por enquanto, nos deteremos um pouco mais nos sentidos da construção da literatura nacional e do engajamento cívico que animavam os letrados porto-alegrenses.

Alencar: uma literatura e uma nacionalidade.

Quando apresentou o ensaio introdutório de seus “contos rio-grandenses” em novembro e dezembro de 1872,²⁵⁵ o pelotense Victor Valpirio o concebeu em parte como um “protesto” dirigido a Joaquim Nabuco (1849 – 1910). Aquele jovem jornalista liberal pernambucano tinha estreado naquele ano na crítica literária com o livro “Camões e os

Lusíadas” e sua preferência pela identificação das letras brasileiras com a herança lusitana provocou viva reação em seu também jovem leitor rio-grandense. Aos autores portugueses, o patriótico letrado provinciano preferia o “sainete brasileiro” dos “deliciosos” e “sublimes” livros de José de Alencar, Luiz Guimarães Junior, Felício dos Santos, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo e até as “as mais ligeiras produções do nosso ilustrado Iriema”. Mesmo que o Brasil fosse um país ainda na infância da vida nacional, a diferença de seu povo em relação àquele da ex-metrópole não permitia mais considerá-lo uma extensão da nação de além-mar. Não havia equivalência possível, argumentava, entre os pacatos camponeses do Minho e a vitalidade dos homens do sertão brasileiro.

Protestos contra os escritores brasileiros que nos apresentaram como um prolongamento da mãe-pátria na América, da cauda de Portugal, a Europa estendida por sobre o mar a pousar neste continente; e que nos negam injustamente toda a individualidade própria. Desconhecem ou fingem desconhecer o nosso país, o povo que o habita desde o vaqueiro do Pará ao gaúcho do Rio Grande, do tropeiro de S. Paulo ao roceiro de Minas, deste ao boiadeiro de Ceará, do boiadeiro ao tabaréu de Pernambuco e daí ao inculto mineiro de Goiás, e no meio desses matizes diversos um amálgama indeciso, confuso, da população das cidades populosas em que predomina certo cosmopolitismo.²⁵⁶

Ainda que fizesse a defesa dos literatos que promoviam o indianismo como exemplo da literatura pátria, uma “pedra de escândalo para o Dr. Nabuco”, o escritor pelotense atribuía à miscigenação de todas as raças formadoras do Brasil a originalidade dos “matizes diversos” listados acima. Esta seria a condição que fundamentava o direito brasileiro à independência literária, permitindo-lhe estabelecer uma “federação à parte” na república das letras. Eram gaúchos, vaqueiros, tropeiros, mineiros, uma constelação de personagens rurais e mestiços das mais distantes províncias do império a compor a identidade nacional brasileira como um diversificado mosaico ou no campo e um

²⁵⁵ Ver Victor Valpirio (Alberto Coelho da Cunha), “Contos Rio-grandenses – Introdução”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 5, 1872 e n.6, 1872, p. 188-191 e 218-223.

“amálgama indeciso” nas cidades. Ao contrário da decadente nação portuguesa, o Brasil esbanjava uma vitalidade originada na diversidade da paisagem natural e humana do interior das províncias e em suas cidades cosmopolitas. Se esta visão não era nova, tributária tanto de um tipo de conhecimento sobre o país produzido no IHGB como de escritores românticos brasileiros, era particularmente atraente ao autor por integrar o Rio Grande no todo da nação de forma equânime às demais províncias, sem hierarquias ou preconceitos desabonadores em relação à corte centralizadora. Em consequência, identidade provincial e nacionalismo literário revelavam-se não só compatíveis como inseparáveis, dois lados da mesma moeda.

Provavelmente Joaquim Nabuco não tomou conhecimento do “protesto” em nome dos brios nacionais do jovem rio-grandense, mas certamente reprovaria seu conceito de nação miscigenada, como viria a condenar o nacionalismo literário do próprio José de Alencar na famosa polêmica que ambos travaram em 1875. Para Nabuco, não haveria outra matriz civilizacional digna para o Brasil que a européia, representada pelos colonizadores portugueses no passado e pelas instituições liberais no presente. Por outro lado, José Martiniano de Alencar (1829 – 1877) tornara-se uma influência decisiva entre os letrados rio-grandenses no período em que começava a sofrer as mais duras críticas tanto a seu modelo de escrita como à sua visão de nacionalidade. Justamente a fase da década de 1870, em que proclamou sua “velhice literária” e adotou o pseudônimo “sênio”, foi aquela em que publicou seus romances ditos “regionais” que retratavam tipos do interior das províncias, como “O gaúcho” (1870), “Til” (1872), “O sertanejo” (1875). Além do mais, é preciso lembrar que 1872 também foi o ano da publicação de “Sonhos d’Ouro”, com o prefácio que antecipava a defesa para esperadas críticas de que, por narrar uma história urbana, a obra traria “desbotado” seu matiz brasileiro.²⁵⁷ A literatura nacional, ali definia seu autor, era a “alma da pátria” nascida do encontro da “raça ilustre” com a “seiva americana” e se enriquecia continuamente pelo contato com os outros povos e com o “influxo de civilização”. Esta literatura ainda em formação, no entanto, já teria três fases em seu desenvolvimento: a primitiva, formada por “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada”; a histórica, que representaria “o consórcio do povo invasor com a terra

²⁵⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 221.

²⁵⁷ Desta obra foi consultada a edição eletrônica: José de Alencar, *Sonhos D’Ouro*. Versão para eBook: eBooksBrasil.com; Fonte digital: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP, www.bibvirt.futuro.usp.

americana”; e a da infância, que ainda esperava por “escritores que lhe dêem o últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional”. Nesta última fase incluem-se tanto a poesia das “singelas cantigas do povo” e dos “íntimos serões da família” que sobrevivem apenas em “recantos” e no interior das províncias como aquela que sofre influência das cidades onde “a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla”. O autor, com essa advertência, queria evitar que se alimentassem dogmatismos em torno da representação da nacionalidade, que deveria contemplar tanto os arcaísmos do campo e das províncias quanto a ebulição cosmopolita da corte. Aos literatos rio-grandenses interessava vivamente essa imagem múltipla, pois legitimava as idealizações que desejavam fazer da história e dos costumes específicos da sua província e de seu papel no todo da nação.

Foi por intermédio da pena de Iriema ao invés daquela de Victor Valpirio, contudo, que o projeto literário do escritor cearense teve o seu paralelo no Rio Grande de São Pedro. Não é mesmo raro encontrar, nos contos e romances do porto-alegrense, episódios inspirados diretamente em “O guarani”, como a inundação que transporta Pilungo e sua amada, ou a luta do vaqueano José de Avençal com uma onça-pintada. Não parece justificável, no entanto, interpretar a obra de Apollinario como apenas um subproduto do romantismo alencariano, quando não mera aplicação da fórmula à temática regional rio-grandense.²⁵⁸ A questão da peculiaridade da província e seus habitantes há tempos vinha sendo discutida em função de seu papel na história brasileira e na formação da nacionalidade. O que Iriema fez em sua ficção foi retomar aquela tradição local em novo contexto e realizar o inevitável diálogo com o estado da produção literária no país. Se tomarmos a obra de Apollinario Porto Alegre em sua quase totalidade, incluindo o que foi publicado em livros e nas revistas do Parthenon Litterário, Arcádia e Murmúrios do Guahyba, veremos referências a quase todos os autores românticos brasileiros, de Gonçalves de Magalhães ao próprio José de Alencar. No ensaio crítico que escreveu sobre o romance “A douda”, do amigo José Bernardino dos Santos, encontra-se uma demonstração de sua erudição sobre história e teoria do romance, explicitada na ocasião

²⁵⁸ Para uma análise que considera a obra de José de Alencar, especialmente *O Gaúcho*, a “matriz” da literatura regional rio-grandense, ver Flavio Loureiro Chaves. Simões Lopes Neto: Regionalismo e literatura, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

para recomendar “estudo e menos improviso” ao colega iniciante nas letras.²⁵⁹ Não era sem um apurado critério, portanto, que tomava a decisão de escolher a técnica narrativa ou o modelo de romance no qual se inspirar.

A admiração de Iriema pelo autor de “O guarani” e “Iracema” pode ser constatada no “Estudo biográfico” de José de Alencar que apresentou na revista do Parthenon.²⁶⁰ Mais do que propriamente uma biografia, a série de cinco artigos publicados entre setembro de 1873 e fevereiro de 1874 tinha como objetivo tomar a defesa do admirado escritor em uma fase em que este sofria pesados ataques. As críticas do português Pinheiro Chagas em seus “Novos ensaios críticos” e de Franklin Távora nas “Cartas de Semprônio a Cincinato” tiveram uma resposta veemente por parte Iriema, para quem a supremacia do cearense era incontestável nas letras brasileiras. Em resposta à frase inicial do artigo de Pinheiro Chagas — “Apesar dos muitos talentos que avultam na nossa antiga colônia americana, não se pode dizer que o Brasil possua uma literatura.” — o rio-grandense replicava iniciando o seu próprio texto com esta: “Eis um nome, eis uma literatura e uma nacionalidade”. O ensaio em defesa da obra de Alencar representava um manifesto em defesa da própria literatura brasileira. Existia, ainda, uma razão toda particular na escolha do romancista para, pela primeira, homenagear na revista do Parthenon uma personalidade ainda não falecida. A escolha não deixava de ser uma crítica ao conservadorismo e pouca imaginação de seus companheiros, que faziam daquela seção o espaço menos “literário” e “nacional” da Revista, prestando-se a homenagens a todo tipo de personalidades da província, fossem eclesiásticas, civis ou militares.

E quem, senão ele, devia entrar em nossa galeria! Não vieram outros desde a cogula até a espada, que, apesar de ilustres por virtudes e feitos, não correspondiam exatamente aos fins da “Revista”?²⁶¹

A Apollinario Porto Alegre, seguramente, incomodava o provincianismo e o limitado horizonte político e intelectual daquela galeria de figuras exemplares. Sua

²⁵⁹ Ver Apollinario Porto Alegre, “Parecer do Sr. Apollinario Porto Alegre, membro da Comissão de Crítica da Associação Parthenon Litterario, sobre o romance *A douda*, do Sr. José Bernardino dos Santos”. *Murmurios do Guahyba*, n. 3 e 4, março e abril 1870, p. 114-121, 145-150.

²⁶⁰ Cf. Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 9 a 12, setembro a dezembro de 1873; Idem, *Ibidem*, n. 2, fevereiro de 1874.

²⁶¹ Cf. Idem, *Ibidem*, reproduzido em: Regina Zilberman et alii, p. 104.

intervenção em favor de Alencar procurava incentivar a discussão de um projeto nacional de literatura, destacando aquele que considerava o exemplo supremo nesta direção. Por outro lado, a obra do “ilustre filho do Ceará” se adequava muito bem à sua opinião sobre a melhor forma de popularizar o patriotismo e o orgulho nacional:

Temos uma bela galeria de vultos proeminentes nas letras, como Gonçalves Dias, Magalhães, Macedo, Norberto de Souza, Álvares de Azevedo, nosso comprovinciano Araujo Porto Alegre, Pereira da Silva, Varela, Machado de Assis, Castro Alves, etc.

Entre todos, porém, qual menos gafo da imitação estrangeira conseguiu escrever o livro onde a comunhão brasileira palpitasse em seus costumes, em sua vida íntima e, enfim, no que, se nos é lícita a expressão, chamaremos de fisiologia nacional? Nenhum dentre eles. (...)

Portanto, não é com o *Colombo* que conseguir-se-á popularizar nossa literatura. É com o romance, como o entendeu José de Alencar, que abrange um povo em todas as vicissitudes de sua existência, que estuda o tipo multiforme e os sentimentos de todas as classes de nossa nacionalidade.

Imaginar o Brasil como a unidade formada na diversidade de suas províncias e “classes”, correspondendo à idéia de um todo orgânico, eis a fórmula escolhida pelo professor porto-alegrense para o seu nacionalismo literário. E a escolha do romance em prosa constituía “a forma por excelência moderna” de literatura, acessível à leitura popular e capaz de despertar em qualquer cidadão o sentimento daquela “comunhão brasileira”. Essa possibilidade de ser democraticamente compreendido era o que fazia de um romance como “O guarani” uma obra verdadeiramente nacional, enquanto a epopéia do “Colombo” de Araujo Porto Alegre seria um documento “escrito para uma sociedade de sábios”. Para Iriema, o “conciliábulo” ou “oligarquia literária” da corte pagava o preço da subserviência ao poder monárquico, equivocando-se ao defender a “Confederação dos Tamoios” como ponto culminante da poesia nacional na famosa polêmica promovida por José de Alencar em 1856. A obra de Domingos Gonçalves de Magalhães inovava por ser “típica”, admita o discípulo rio-grandense de Alencar, mas somente isso não a fazia totalmente brasileira, pois não teria avançado em relação ao “Uruguai” de Bazilio da Gama ou o “Caramuru” do padre

Santa Rita Durão, autores do período colonial e seguidores dos modelos clássicos.²⁶² Parece anacrônica essa tomada de posição do lado de Alencar em uma polêmica já antiga, transcorrida há dezessete anos, mas tratava-se de retornar àquele debate como resposta ao crítico português Pinheiro Chagas. Este teria aprovado em “Iracema” o retrato da nacionalidade brasileira na descrição da natureza e do indígena, ao estilo do norte-americano Fenimore Cooper, porém não admitia a “corrupção” da língua portuguesa na escrita do romance.²⁶³ Ora, estaria justamente na transformação da língua, como dos costumes e da raça portuguesa, a condição para o Brasil constituir uma nação à parte, segundo a imaginação do literato Iriema. O indianismo “puro” seria não só obsoleto como politicamente retrógrado, coisa que o escritor português não entendia.

[Pinheiro Chagas...] Não nota as influências de local, clima e sobretudo que o colono português, ao apoiar na América, desde logo cruzou o sangue godo e árabe com o sangue tupi, como atestam Diogo Alvares e João Ramalho, e estabelecia deste consórcio o ponto de partida para a futura nacionalidade já constituída e aumentada ainda do elemento afro, muito antes do evento político de 1822.²⁶⁴

Não bastava eleger o indígena como representante simbólico do povo brasileiro, também era preciso revelar o “tipo multiforme” da nação, “os sentimentos de todas as classes” e suas transformações históricas. Não se tratava de renegar os pioneiros do romantismo brasileiro, apenas de constatar que somente o romance moderno uniria intuito patriótico e observação da sociedade e da natureza, atendendo à aspiração romântica de “devassar a verdade em toda a sua nudez”. O lugar na posteridade estaria garantido a Alencar por ter criado uma fonte de conhecimento da história, da sociedade e da língua brasileiras.

²⁶² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 103.

²⁶³ Cf. Manuel Pinheiro Chagas, “Literatura brasileira - José d’Alencar”, *Novos ensaios críticos*. Porto, Em Casa da Viúva Moré Editora, 1868, p. 212-224.

²⁶⁴ Cf. Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, *op. cit.* p. 100

Suas obras constituirão uma cadeia, por cujos elos poder-se-á estudar a nacionalidade brasileira desde a formação primitiva até as múltiplas transformações que tocam aos nossos dias. Serão uma arca preciosa.²⁶⁵

Por este critério, somente rivalizava ou superava o “ilustre filho do Ceará” outro distinto provinciano, Bernardo Guimarães. O “filho de Minas Gerais” era o único que poderia compartilhar com o cearense a eminência plena da nacionalidade literária. “O Garimpeiro”, por sinal, fora publicado em 1872, o mesmo ano em que “O vaqueano” saiu na revista do Parthenon e que José de Alencar publicou “Sonhos D’Ouro”, cujo prefácio foi uma clara inspiração a este ensaio de Iriema. A insistência em mencionar a terra natal daqueles dois autores reforçava o sentido de representação do Brasil profundo, dos sertões e províncias remotas, onde o efeito da natureza americana sobre os costumes e o caráter dos habitantes revelaria a tão desejada originalidade nacional.

O competitivo mundo literário da corte, onde a conquista de um lugar ao sol muitas vezes passava pelo feroz ataque à obra dos predecessores, não era visto com bons olhos no ambiente quase familiar das letras da capital rio-grandense.²⁶⁶ As famosas cartas criticando José de Alencar trocadas entre Cincinato e Semprônio em 1870, pseudônimos respectivamente de José Feliciano Castilho, escritor português radicado no Rio de Janeiro, e do cearense Franklin Távora, na ocasião estudante na Faculdade de Direito em Recife, eram um escândalo para Iriema. Foram qualificadas como crítica injusta e mesquinha por supervalorizarem os pequenos defeitos e encobrirem a qualidade do conjunto e o espírito da obra. Semprônio estaria se colocando ao lado dos escritores portugueses Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão e o próprio Cincinato na guerra que estes promoviam contra a literatura brasileira. A crítica motivada pelo desejo de conquistar espaço e visibilidade à custa da reputação alheia, ou por despeito, inveja ou ressentimento político era severamente condenada.²⁶⁷ O próprio José de Alencar, foi censurado por Iriema pelos exageros com que, no início da carreira, teria promovido a polêmica contra a “Confederação dos

²⁶⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 98.

²⁶⁶ As divisões e disputas entre os partenonistas obviamente existiram, tanto que até uma sociedade dissidente, a *Ensaio Litterarios*, surgiu por conta das desavenças e conflitos dentro da associação. Estou considerando prioritariamente nesta análise, no entanto, a coesão do núcleo intelectual da sociedade, formado por quem mais publicou na Revista, como Apollinario Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Achylles e Apelles Porto Alegre, Vasco de Araujo e Silva, entre outros.

²⁶⁷ Cf. Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, *op. cit.*, p. 105.

Tamoios”, com métodos semelhantes aos agora utilizados contra ele próprio por parte de Semprônio.²⁶⁸ Nesta parte do “estudo biográfico” se revela a intenção didática do autor em expor aos seus colegas do Parthenon os pontos que deviam guiar uma boa crítica literária, serena e equilibrada como “um amigo que fala”, servindo-se dos anti-exemplos oferecidos pelos autores acima.

Mais interessante, contudo, é a atitude adotada em relação à Franklin Távora, um escritor provinciano que defendia a prioridade em retratar o homem e a paisagem do sertão, porém com um projeto literário pretensamente diferente daquele de Alencar. O rigor na observação da natureza e dos costumes exigidos pelas cartas de Semprônio, em oposição a um exagerado idealismo alencariano, parecem despropositados ao biógrafo porto-alegrense. Semprônio exigia exatidão nas descrições e denunciava, além dos erros de vocabulário (todos contestados por Iriema), a falta de uma pesquisa de campo como condição para falar da vida e do caráter do homem dos pampas em “O gaúcho” e mesmo de pesquisa arqueológica para conhecer os índios em “Iracema”. Tal rigor de observação para Iriema não traria senão benefícios acessórios aos romances, quando não os tornariam inviáveis, pois a arte, afinal, tinha autoridade para dispensar a ciência.²⁶⁹ Neste ponto já se prenuncia sua pouca disposição em aceitar as mudanças que tomariam força entre os intelectuais brasileiros a partir da década de 1870, com a valorização cada vez maior do determinismo científico derivado do positivismo e das teorias evolutivas em todas as áreas, da historiografia à política e à literatura.

A inexatidão das descrições da paisagem e dos personagens “típicos” rio-grandenses em “O gaúcho” provocariam descontentamento também na província de São Pedro. O pelotense Bernardo Taveira Junior registrou sua inconformidade por José de Alencar não ter visitado o Rio Grande nem procurado alguém que lhe fornecesse “as mais exatas, fidedignas e minuciosas informações sobre quanto tão desnaturadamente fantasiou no seu *O Gaúcho*”.²⁷⁰ Mas para Apollinario Porto Alegre, nada disso importava. Se a obra merecia reparos, não seria por tais “minudências”, mas por problemas do estilo e da construção dos personagens.

²⁶⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 113-114.

²⁶⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 111.

²⁷⁰ Apud Raimundo de Menezes, *José de Alencar, literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro e São Paulo, LTC, 1977, p. 276.

Concordamos que a pena de José de Alencar por mais de uma vez desenhasse pálida e friamente cenas de nossos costumes nacionais, esquecesse um ou outro tom, tenha mesmo algumas anomalias na fusão dos caracteres, no estudo psicológico de seus personagens, pontos menos desculpáveis, como no *Gaúcho* e em Ricardo dos *Sonhos de Ouro*.

Concordamos ainda que nem sempre seu estilo tem esta energia máscula que seria para desejar.²⁷¹

A insatisfação com o “estudo psicológico” dos personagens no caso de “O gaúcho” leva-nos necessariamente a perguntar sobre o que lhe teria desagradado na personalidade do herói do romance. O título sugere que o personagem principal personifica “o” gaúcho, representando os principais traços do caráter do homem da campanha sulina, mas também carrega a ambigüidade do herói romântico em conflito com o meio social em que vive. Manuel Canho tem uma personalidade singular: é um hábil cavaleiro e lutador, mostra-se extremamente esquivo à convivência social, vive para a vingança do assassinato de seu pai, não tem confiança alguma nos demais seres humanos e só tem verdadeiro afeto por seus cavalos.²⁷² Morzelo, o cavalo que pertencera a seu pai, a égua Morena e seu filhote Juca não são apenas seus únicos amigos como constituem sua própria família. Não perdoava sua mãe por ter-se casado novamente, ainda por cima com o homem que involuntariamente criou a situação de conflito em que seu pai morreu. Cultivava um ressentimento que estendia a todas as mulheres por considerá-las inconstantes nos sentimentos e incapazes da fidelidade. O irredutível misantropo, no entanto, rendeu-se aos encantos da bela Catita, na vila de Piratinim, enquanto servia aos rebeldes farrapos. Em sua ausência, porém, a jovem deixa-se seduzir pelas manhas de um galanteador e a traição lhe soa como a definitiva confirmação de suas antigas convicções quanto ao comportamento feminino.

A narrativa não atribui a personalidade conturbada do herói a uma má índole ou perturbação inata, mas, pelo contrário, a descreve como o resultado de uma bondade natural que não consegue se manifestar no meio social rude e violento, daí o ressentimento e o

²⁷¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 105.

²⁷² Cf. José de Alencar, *O gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978.

amor exclusivo aos cavalos, únicos seres a seus olhos capazes de demonstrar gratidão e fidelidade plenas. Um personagem tão descrente na humanidade como Manuel Canho representando o tipo rio-grandense não poderia agradar ao patriótico Iriema. Até mesmo o engajamento do gaúcho de Alencar na revolução farroupilha se dava apenas por fidelidade ao padrinho Bento Gonçalves, sem manifestar qualquer idealismo ou compromisso com a causa em si mesma. Uma associação tão clara (e verossímil) entre o compromisso político e o vínculo pessoal não estaria de acordo com o idealismo com que o professor Apollinario Porto Alegre desejava educar as novas gerações. Se compararmos “O gaúcho” aos contos e romances de Iriema, constataremos mesmo um sentido oposto na construção do personagem principal e seu papel na trama. A sociedade rural rio-grandense retratada pelo segundo é o espaço privilegiado da virtude e da regeneração antes que da traição e da violência que predominam no romance do primeiro. No ambiente da estância e dos costumes campeiros o herói encontra a possibilidade de exercitar atitudes nobres e recuperar valores perdidos. A crença em grandes causas como a da república rio-grandense (“O vaqueano”), a das letras (“Feitiço de uns beijus”) ou da vida junto à natureza (“Lulucha”) o redimem de suas desventuras. A presença feminina, por seu lado, também exerce uma influência regeneradora sobre o protagonista principal, principalmente quando se trata da mulher camponesa, símbolo maior da virtude e do amor incondicional.

Existe menos espaço para ambigüidade de caráter nos tipos heróicos retratados por Iriema, pois eles precisam ser exemplos máximos de conduta e virtudes nacionais. Assim, um romance como “O vaqueano” pode ser tomado mesmo como um contraponto a “O gaúcho”. José de Avençal, tal como Manuel Canho, é obcecado pela vingança, porém não carrega a exagerada mágoa do segundo contra as mulheres e o convívio humano em geral. Ao ser adotado e criado, após a chacina da família, pelo nobre português Amaral e o meio-irmão mulato Moysés, Avençal teve a oportunidade de receber uma educação esmerada. Foi treinado nas regras de fidalguia pelo primeiro e nas habilidades campeiras e guerreiras pelo segundo, enquanto vivia no saudável ambiente da estância. Quando chega à idade adulta, todas as qualidades e virtudes superiores do “tipo genérico” rio-grandense estão resumidas em sua personalidade. Seu aprendizado é a metáfora da formação do homem brasileiro como síntese de raças e costumes possível somente em terras americanas. Seu tutor português representa o espírito de civilização do branco, enquanto o mulato, que

tomara-se chefe de uma tribo indígena, ensina-lhe o vigor da vida dos selvagens e a generosidade dos africanos. Manuel Canho, por seu lado, após a morte do pai, vive um aprendizado solitário e triste. Este “gaúcho” representa também a originalidade nacional, porém apenas pelo linguajar e costumes, nunca pela formação do caráter, pois, apesar do brio e altivez, está mais próximo da barbárie do que da civilização.

O pampa, na narrativa de Alencar, ainda é uma região exótica e semi-bárbara, regulada pela força bruta e onde as paixões e ódios exacerbados moldam as condutas. Na narrativa de Iriema, a violência como instinto primitivo é sempre uma atitude do mulato e dos índios, enquanto o homem branco civilizado sente-se obrigado a enfrentar as conseqüências dos seus atos irrefletidos. José de Avençal vacila no momento de consumir sua vingança, pois sabe que vai matar o pai de sua amada, é preciso que Moysés e os índios guaycanãs tomem a iniciativa da execução do malvado José Capinchos. Será o drama de consciência que resulta da vindita, por causa da interdição moral do amor, que levará o herói a se isolar da sociedade e procurar o suicídio, muito diferente do ressentimento e a recusa pura e simples como acontece com Manuel Canho. É de se notar também que este, por seu lado, segue com naturalidade o código de honra da vingança e executa tanto o assassino do pai como seus inimigos com determinação e frieza.

Outra diferença que distingue o escritor da corte e o da província é a interpretação da história local. O republicanismo dos farrapos, segundo a narrativa de Iriema, é a causa sagrada da liberdade e, ainda que José de Avençal no princípio da história lhe seja quase indiferente, o personagem faz da morte heróica em combate pela revolução uma forma honrosa de suicídio. Já o romance de Alencar está longe de apresentar uma visão idealizada e monolítica dos farrapos. Bento Gonçalves surge como o chefe equilibrado e prudente que por seu prestígio desponta como líder natural da insatisfação dos rio-grandenses, mas torna-se refém da facção republicana, responsável pela radicalização do movimento e rompimento com o império brasileiro. Como intenção oculta destes últimos, revelava-se o plano de integrar o Rio Grande independente numa confederação com as repúblicas platinas. Conspirações dos revoltosos com caudilhos uruguaios e com o ditador Rosas da Argentina são sugeridas. O narrador enfatiza a suscetibilidade da província à influência das nações vizinhas, o que é revelador da perspectiva geopolítica com que a corte costumava olhar para a região. No pampa retratado em “O gaúcho”,

personagens de diferentes nacionalidades se encontram em uma trama em que chilenos, paraguaios, orientais e argentinos circulam com desenvoltura e naturalidade no território brasileiro. Como o galanteador que desonra a namorada de Manuel Canho é um chileno, Alencar acrescenta em nota ao final do livro o esclarecimento de que não pretende atribuir o mau caráter do personagem àquela raça e nacionalidade, nem que compartilha do preconceito dos gaúchos brasileiros para com os “castelhanos”, termo usado com sentido pejorativo. Enfim, há que se evitar mal-entendidos diplomáticos e compreender que está-se falando de uma região ainda marcada pela barbárie:

Nas fronteiras, o contato de populações de nacionalidade diferente produz geralmente a repulsão com seu cortejo de lutas e vinganças, embora algumas vezes se estabeleça uma certa adesão, como apoio à resistência contra o respectivo governo. Essa é a história de nossa fronteira do sul; ao mesmo tempo couro de caudilhos nossos e refúgio de rebeldes estrangeiros.

A civilização que se vai propagando por aquelas regiões há de brevemente desvanecer esses resquícios de barbaria, estreitando a união de povos ligados pelo mesmo amor da liberdade, e pelas mesmas aspirações de engrandecer o nome americano.²⁷³

É na relação com as repúblicas vizinhas, portanto, que o escritor termina por estabelecer uma identidade diferenciada para a província sulina, antes do que para com o conjunto do império brasileiro. Tratar-se-ia de uma região de transição, onde as diferentes nacionalidades convivem de forma quase indistinta e a ordem civilizadora do Estado ainda não se impôs totalmente aos caudilhos de toda espécie. Esse ponto de vista, porém, não se reproduz na literatura desenvolvida na própria província de São Pedro. Nos romances de Iriema, o castelhano é um “outro” ausente, não se faz referência explícita a qualquer influência ou interferência sua na sociedade local. O tipo do campeiro rio-grandense encarna a plenitude da nacionalidade brasileira e sua antítese está representada no homem da cidade, que pode ser tanto o comerciante porto-alegrense quanto o político da corte, presos ao interesse egoísta e incapazes do desprendimento e generosidade do verdadeiro patriota. A vanguarda na causa da liberdade e o espírito republicano distinguem a província

de São Pedro no império, porém evita-se associar estes ideais à influência dos países vizinhos. Procura-se desenhar as peculiaridades políticas locais como virtudes autóctones, nascidas dos sentimentos que a paisagem e os costumes do campo inspirariam nos homens. Não deixava de ser um modo de contradizer uma imagem da província sob o ponto de vista do estado monárquico, tal como se revela no juízo que José de Alencar fez da região em “O gaúcho”.

Em suma, constata-se que os romances publicados por Iriema na Revista do Parthenon ofereciam uma caracterização da identidade política da província no contexto nacional distinta daquela encontrada em Alencar, quando não a sua antítese. Porque então tanto empenho em contestar os críticos da obra do escritor cearense? Como já vimos, tratava-se, apesar de tudo, de reconhecer o esforço mais genuíno de fundar uma literatura nacional brasileira, segundo o conceito do letrado rio-grandense. E o José de Alencar que mais provocava admiração em Apollinario Porto Alegre, seguramente, não era aquele de “O gaúcho”, mas o da primeira fase, de “O guarani”, publicado pela primeira vez em 1857, e “Iracema”, de 1865. Na parte propriamente biográfica do ensaio a que estamos nos referindo, “O guarani”, é a única obra que recebe uma resenha crítica. Seu destaque é para o encontro do português e do índio, D. Antonio de Mariz e Peri, o civilizado e o selvagem frente a frente, cada um oferecendo suas qualidades para a formação da nacionalidade brasileira:

Ambos esplendem; o português é o digno representante da fidalguia do passado, a honra e a lealdade são a craveira do seu caráter; o índio é a natureza capaz de extremos, e para a qual a amizade reclama como condições essenciais até o sacrifício da própria vida (sic).²⁷⁴

A fusão destas virtudes em um tipo brasileiro e rio-grandense será o modelo adotado por Iriema em suas narrativas. Outro aspecto comentado em “Guarani” foi o idealismo extremado, considerado uma marca do “gênio” de Alencar, “pois em literatura, ele pertence a uma escola que faz o ideal absorver o real”.²⁷⁵ Esta tendência, quando levada a extremos, seria um defeito do escritor, um motivo de aberrações em sua obra. Não

²⁷³ Cf. Idem *Ibidem*, p. 171.

²⁷⁴ Cf. Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, op. cit. p. 114.

obstante, considerando a obra do próprio Iriema, pode-se julgar que foi um defeito não só consentido como imitado para servir a um propósito pedagógico particular. Seus heróis republicanos serviam para personificar uma grandeza absoluta e a superioridade de uma doutrina muito mais do que oferecer um retrato realista das paixões humanas.

A admiração devotada pelo patriótico Iriema a Alencar manifestava-se na defesa intransigente de sua supremacia nas letras nacionais. Mas se a inspiração era a da nacionalidade, o alcance da intervenção dos literatos porto-alegrenses na vida social e cultural era pensado dentro dos limites da província. Sintomático é o conteúdo da carta que o próprio José de Alencar enviou a um sócio do Parthenon quando finalmente tomou conhecimento do texto publicado por Iriema em seu favor. Agradeceu os exemplares que lhe foram enviados da Revista e, especialmente, ao “distinto e ilustrado *Iriema*”, de quem desconhecia a identidade:

Ignorava que ao tempo das emboscadas que me faziam uns moços... convertidos em instrumentos de um rábula... houvesse na heróica e generosa província do Rio Grande, um escritor de grande mérito e nobres sentimentos que espontaneamente tomou a si vingar os foros de nossa nacionalidade literária, ferida por paixões inconfessáveis.

Foi somente agora que percorrendo as páginas da “Revista do Parthenon” tive o prazer de ler as palavras animadoras de *Iriema*, a quem já conhecia por um belo volume de poesias intitulado *Bromélias*, e a quem não me dirijo pessoalmente por ignorar seu nome.²⁷⁶

Chama atenção a falta de conhecimento que o próprio José de Alencar, já em seus últimos anos de vida, tinha dos seus admiradores sulinos, o que indica a inexistência de um intercâmbio consistente entre os escritores daquela “heróica e generosa província do Rio Grande” e os da corte. Apesar de toda a distinção conferida a José de Alencar, não se conhece maiores indícios de que houvesse por parte de Apollinario ou do próprio Parthenon alguma correspondência permanente com o escritor. Seu conhecimento da existência do artigo crítico e biográfico assinado por Iriema deu-se um ano após a publicação da sua

²⁷⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 115-116.

última parte, em fevereiro de 1874, e podemos supor também que até então não conhecia ou lia a *Revista do Parthenon Litterario*, apesar desta ter representantes no Rio de Janeiro. Mesmo o conhecimento do livro “*Bromélias*”, publicado em 1874 em Porto Alegre, não implicou em maior troca de idéias.

O isolamento e modéstia da vida literária provinciana certamente contribuíram para que não se realizasse um diálogo mais fecundo com os escritores da capital da própria nação à qual pretendiam se integrar. Mas ainda que os modelos de literatura nacional fossem produzidos em terras distantes, a atitude de jovens intelectuais como Apollinario passou a ser acreditar na auto-suficiência da província em fornecer os elementos necessários para a invenção de uma identidade coletiva original, ao mesmo tempo rio-grandense e brasileira. Este elemento próprio podia ser encontrado com fartura na história e nos costumes, permitindo que a nação passasse a ser observada com as lentes da província e a identidade de ambas a coincidir no trabalho imaginativo dos escritores locais. Tanto Apollinario como José Bernardino logo percebem, até mesmo por sugestão de quem residia na corte e na Europa, que a história e os hábitos rio-grandenses “autênticos” deveriam ser sua única matéria-prima para inventar os heróis e a cultura popular necessários ao nacionalismo literário.²⁷⁷ Mas é importante notar que tanto os dois autores acima, como outros que se aventuraram por esse caminho, o fizeram sob perspectivas próprias, revelando não só talento diferenciado mas também o peso que cada um conferia a opções políticas e preconceitos sociais e raciais. A república das letras rio-grandense escolhia seus próprios meios para a construção da imagem da nação, mas não estava isenta dos embates que se travavam na sociedade e da necessidade de pensar a condição da província de São Pedro no Império brasileiro.

Retornando à identificação do literato rio-grandense com o cearense, cabe ainda uma palavra sobre a relação de ambos com a literatura dramática. Um capítulo inteiro do longo ensaio de Iriema dedicado a José de Alencar tratava de sua obra para teatro. Assim como este teve uma peça, “*As asas de um anjo*” censurada pela polícia para exibição

²⁷⁶ Carta datada de 12 de janeiro de 1875, Reproduzida em: Augusto Totta, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, janeiro de 1875.

²⁷⁷ Ver, por exemplo, a já citada carta de Manoel de Araújo Porto Alegre enviada de Lisboa, reconhecendo a filiação do Parthenon à escola romântica, a qual diz ter inaugurado no Brasil, e incentivando a vocação literária da província à equipar-se à vocação guerreira. Reproduzido em: “Uma Carta”, *Revista do Parthenon*

pública, Apollinario também teria sofrido a proibição de uma encenação de sua autoria abordando questões de moral familiar.²⁷⁸ Somente a censura provinda da própria platéia seria capaz de avaliar “se o poeta compenetra-se de seus costumes e sentimentos”, argumentava Iriema. Não se tratava apenas de condenar a disposição policial, mas também de colocar em evidência a admiração pela intenção moralizante do teatro de Alencar. Especial apreço teve por “O demônio familiar”, considerada “uma das melhores peças do repertório brasileiro” e “um delicado painel sobre cenas e costumes de nossa vida íntima e doméstica”.²⁷⁹ A proposta era seguida exemplarmente, de modo que a denúncia da degeneração dos valores familiares pelo efeito corruptor do convívio da família com a escravidão, as práticas mercantis e os interesses materiais foram uma constante na produção dramática do próprio Apollinario.²⁸⁰ Para ele a cidade da corte figurava como o centro irradiador da decadência moral, daí a simpatia pelo Alencar da fase do Ginásio Dramático, entre 1857 e 1860, por ter representado uma voz em defesa de um teatro nacional sério e moralizado.²⁸¹

A corrupção da corte está evidenciada e posta em relevo na decadência total do gosto, no desmoronamento total dos mais mezinhos princípios de estética. O povo, que corre pressuroso ao *Alcazar Lírico*, aplaude ruidosamente as pernas e os meneios lascivos das dançarinas, (...) deve trazer no coração o esfacelamento de todas as crenças santas e sentimentos nobres; (...) Há um ponto em que a barbária é preferível à civilização: é quando esta

Litterario, n. 4, abril de 1874. Ver também a carta anônima reproduzida em: José Bernardino dos Santos, “Respondendo a uma carta anônima”, Revista do Parthenon Litterario, n. 8, outubro de 1869, p. 246.

²⁷⁸ Em 1869, a peça “Os filhos da desgraça” escrita por Apollinario teria sido proibida de ser encenada pelo chefe de polícia J. J. Coelho Bastos, cf. Hilario Ribeiro de Andrade e Silva, “Ementário Mensal”, Revista do Parthenon Litterario, n. 4, junho de 1874; Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, op. cit.

²⁷⁹ Cf. Iriema, “José de Alencar - Estudo biográfico”, op. cit. p. 117. Pelo menos uma das peças de Iriema publicadas na Revista do Parthenon Litterario, “Benedicto”, é claramente uma versão de “O demônio familiar” de José de Alencar. Cf. Iriema, “Benedicto (Esboço de uma comédia)”, Revista do Parthenon Litterario, n. 2, fevereiro de 1874, p. 609-623.

²⁸⁰ Ao todo foram cinco peças publicadas por Iriema na Revista do Parthenon Litterario: Cf. Iriema, “Mulheres - comédia em 4 atos”, RPL, n. 1 a 4, janeiro a abril de 1873; Idem, “Sensitiva - drama em 3 atos”, RPL, n. 5 e 6, maio e junho de 1873; Idem, “Benedicto - esboço d’uma comédia”, op. cit., Idem, “Os filhos da desgraça - drama popular em um prólogo e 4 atos”, RPL, n. 5 a 9, maio a setembro de 1874; Idem “Ladrões da honra - drama em 4 atos”, n. 4 a 7, abril a julho de 1875.

²⁸¹ Para uma história do teatro “moralizador” dos literatos na corte, ver Silvia Cristina Martins de Souza, As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na corte (1832-1868), Campinas, Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

atinge ao período de morte, quando traz a face lívida do cadáver em vez dos resplendores da vitalidade (...).

Felizmente nas províncias ainda não chegou a onda devastadora que traz com o desprestígio da arte a demolição dos caracteres. Felizmente...!

Alencar foi um dos obreiros que procurou dirigir o nosso teatro pela senda das glórias legítimas; porém parece ter julgado frustrâneos seus esforços e bem antes de produzir os áureos frutos de seu talento, neste gênero arpepiou carreira.²⁸²

Com a irreversível decadência do “teatro de tese” defendido pelos literatos cariocas, derrotado na preferência popular pelos gêneros ligeiros, seus seguidores na província de São Pedro acreditaram continuar sustentando a bandeira de fazer do teatro nacional uma escola “da virtude e do mérito”. O incentivo à arte dramática constituiu-se numa das principais formas de intervenção dos partenonistas na cena pública da capital rio-grandense, entre outras frentes de combate abertas pela associação. O paradoxalmente isolado esforço para integrar o Rio Grande de São Pedro na literatura nacional conjugava-se a outras tentativas de colocar em prática a missão transformadora atribuída aos homens ilustrados na sociedade. Afinal, nem só de epopéias militares e aventuras de campeiros devia viver a província de São Pedro.

A nação letrada em atuação pública.

Desde o início os partenonistas compreenderam que deviam disputar o direito de falar em nome de toda a sociedade, pois sua ilustração lhes conferiria autoridade para dirigir o debate e para impor o domínio de determinada opinião. Apollinario Porto Alegre, já em sua crônica para o primeiro número da Revista, sob o pseudônimo de Boccacio, ridicularizava os críticos do Parthenon por não compreenderem que, por intermédio daquela sociedade e seu cronista, falava a voz da “Opinião Pública”.²⁸³ Um primeiro grande “combate” travado em nome desta “opinião pública” foi o da propaganda abolicionista. Em

²⁸² Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), “José de Alencar - Estudo biográfico”, op. cit. p. 116.

²⁸³ Cf. Boccacio (Apollinario Porto Alegre), “Ementário mensal”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, março de 1869, p. 25-31.

setembro de 1869, para servir como momento culminante das comemorações da independência, promoveram um espetáculo beneficente no teatro São Pedro dedicado à libertação de crianças nascidas escravas. A festa teve como idealizador e patrono ninguém menos que o presidente honorário José Antonio do Valle Caldre e Fião. Ele mesmo redigira o esboço de um “elogio dramático”, gênero de teatro laudatório de grande popularidade durante o período da corte de D. João VI, pelo qual se comemoravam datas festivas e se homenageavam as autoridades.²⁸⁴ Nesse caso, o “elogio” não era dirigido ao monarca, mas à causa da abolição, e os jovens partenonistas o versificaram e encenaram como uma apoteose patriótica e sentimental. O próprio Caldre e Fião descreve o enredo e o triunfo que crê ter alcançado junto ao público:

A **Liberdade** visitando as plagas brasileiras encontra o **Brasil**, tão varonil antes, lânguido e triste; anima-o e reparando para o fundo da floresta vê o **Escravo** lugubrememente cantando, coberto de andrajos e cicatrizes recentes, entregue à lida diurna. Compreende a sorte do Brasil e invoca o auxílio do céu; desce então um **anjo mensageiro**, prediz a **abolição gradual** e entrega o **Escravo** à **Liberdade** como uma promessa de Deus, e indo ao fundo ordena como um meio prático a **libertação dos ventres**, que é simbolizada por um grupo de vinte e uma crianças que o **Parthenon** havia libertado e que ali estavam pendentes dos seios maternos de suas mães **ainda escravas**.

A este espetáculo as lágrimas correram e o entusiasmo dos corações sensíveis tocou até o delírio.²⁸⁵

Defensor da extinção da escravatura desde os tempos de jornalista e estudante de medicina na Corte na década de 1840, o veterano Caldre e Fião encontra no idealismo dos jovens partenonistas a recepção para suas idéias que o parlamento lhe negara.²⁸⁶ Um certo humanitarismo cristão aliado ao paternalismo para com os escravos justificavam as

²⁸⁴ Sobre o caráter político do teatro nesse período, ver Jefferson Cano, op. cit., p. 128-144.

²⁸⁵ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “A libertação das crianças”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 7, setembro de 1869, p. 227-228.

²⁸⁶ A biografia publicada na Revista do Parthenon por Achylles Porto Alegre na ocasião de sua morte faz referência ao fracasso de Caldre e Fião em ver aprovadas no parlamento suas propostas de reforma social. Segundo o biógrafo, Caldre e Fião teria relatado que suas idéias a respeito da escravidão permaneciam “as mesmas de 1846”. Cf. Achylles Porto Alegre, “biografia - O Dr José Antonio do Valle Caldre e Fião”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, janeiro de 1876, p. 03-11.

atitudes do médico liberal quanto à questão, agora amenizada em propostas de “abolição prática”, com adesão ao gradualismo, via libertação das crianças escravas. Já integrava ele o partido Liberal “histórico” na ocasião do evento acima, e declara abertamente que o espetáculo foi plenamente apoiado pelos partidários. Até o conde de Porto Alegre, seu velho amigo da antiga causa conciliadora do liberal-progressismo, teria correspondido ao seu apelo, ao tomar a iniciativa de criar uma Sociedade Libertadora dos Escravos.²⁸⁷ Não só comemora o “golpe certo” que crê ter aplicado nos escravagistas e no partido da situação, como também critica diretamente a João Sertório, o então presidente da província, por este ter-se omitido no apoio ao movimento. Aquela atitude, asseverava o doutor, teria colocado o governo contra a própria nação que estava a festejar a liberdade. Como represália, visto que o presidente não estava ali para representar a mais alta autoridade do país, em seu discurso naquela cerimônia Caldre e Fião evitara mencionar o imperador, o “filho do berço liberal, educado como nós nas idéias santas da revolução que nos assegurou a independência, a constituição e o futuro do progresso por que temos passado”.²⁸⁸ Em se tratando de um vetusto elogio dramático, a ausência do imperador era um desprestígio, assim como a idéia da própria encenação era uma provocação.

Por mais que aos sócios do Parthenon importasse destacar o sentido puramente humanitário e patriótico do evento, a dimensão política que o movimento assumiu foi inequívoca, pelo menos para o seu próprio idealizador e os liberais interessados em fustigar o governo dos conservadores. Uma iniciativa desta natureza, partindo de quem partiu, não tinha como não ser absorvida pela intensa e polêmica mobilização partidária do momento. Por outro lado, só tornou-se possível pela convergência da antiga bandeira defendida por um veterano homem público com o prestígio e simpatia popular de que gozava Caldre e Fião com o interesse daquela nova geração em fazer ver à sociedade o alcance transformador e pedagógico da cultura letrada de que eram portadores. A vitória do Parthenon consistia menos no sucesso da iniciativa em si mesma do que no reconhecimento social de seu papel como porta-voz da causa pública. Por isso era tão importante que se realizasse um espetáculo público e patriótico, com apelo ao comparecimento popular, do

²⁸⁷ Segundo Achylles Porto Alegre, Caldre e Fião foi presidente da sociedade Libertadora e chegou a propor e promover a criação de um Asilo da Liberdade para criar e educar os filhos libertos das mulheres escravas. Cf. *Idem, Ibidem.*

²⁸⁸ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “A libertação das crianças”, *op. cit.*

mesmo modo que a repercussão do exemplo precisava ser registrada.²⁸⁹ Assim fez o sócio Aurelio de Bittencourt na crônica mensal da Revista, comemorando iniciativas abolicionistas as mais diversas que se seguiram, como as do diretório dos liberais, da sociedade maçônica, das sociedades libertadoras que se fundavam pela província, de estudantes e proprietários que libertavam escravos. Por acolherem a idéia e seguirem o exemplo do Parthenon, indivíduos de posições e interesses diversos estariam atestando a liderança daquele grupo na causa da regeneração moral da pátria.²⁹⁰

A missão propriamente educadora atribuída aos homens de letras, por outro lado, era mais um argumento forte o suficiente para unir antigos e novos literatos. O próprio Caldre e Fião já exercera por muitos anos o magistério, ocupara cargos na direção do ensino público da província e ao longo de sua vida pública defendera a criação de instituições educacionais para trabalhadores, especialmente para que filhos de escravos, camponeses e mulheres fossem educados e treinados para o trabalho manual. Ao seu projeto de transformar os escravos em operários pela educação viria suceder o das aulas noturnas defendido pelos professores de escolas públicas e particulares de Porto Alegre que formavam o núcleo impulsionador da associação literária. Ao oferecer instrução para as “classes laboriosas” pretendiam transformar ex-escravos e párias em cidadãos, adotavam uma forma de intervenção que ia muito além do apelo humanitário e consideravam-se agentes da construção nacional.

Um discurso pronunciado por Apelles Porto Alegre na tribuna do Parthenon sintetizava estas aspirações ao discorrer sobre a missão civilizadora da literatura e a supremacia que as letras tinham alcançado sobre as armas no século XIX, sendo agora por meio delas que passaria a definir-se o grau de adiantamento moral e intelectual de uma nação. Com o florescimento da literatura, assegurava o jovem professor, a instrução popular convertia-se na condição nacional para todos os povos. Assim como o estudo, o trabalho e a virtude passavam a definir a aristocracia moderna, que não se distinguiria pela pompa do título nobiliário mas pelas qualidades morais. Estes seriam “os dogmas da religião dos homens de bem, que ninguém distingue pela posição e pela fortuna, mas sim

²⁸⁹ O anunciada da festa já fazia um apelo ao apoio da sociedade, considerado fundamental à causa. Cf. Vasco de Araujo e Silva, “Parthenon Litterario - festa no dia 7 de setembro”, Revista do Parthenon Litterario, n. 5, julho de 1869, p. 163.

²⁹⁰ Cf. Aurelio V. de Bittencourt, “Ementário Mensal”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, agosto de 1869, p. 200.

pela nobreza de sentimentos e pela nobreza de caráter”.²⁹¹ Evidentemente, cada um dos “homens de bem” que se congregavam sob a mesma bandeira acreditava em suas próprias qualidades morais mas poderiam ter diferentes perspectivas sobre os meios e os fins de sua ação pedagógica sobre a sociedade.

Se o Estado não cumpria seu papel de educar os cidadãos para a civilização, o Parthenon estava a postos para tomar esta iniciativa, mesmo sem auxílio oficial. Assim concluía Aurelio Virissimo de Bittencourt seu discurso em defesa da instrução obrigatória, realizado no sarau do Parthenon Litterario em 1874.²⁹² O orador, um funcionário público da Secretária de Governo da província e colaborador da imprensa então com 25 anos de idade, ao sustentar suas convicções sobre a obrigatoriedade do ensino provavelmente levava em conta sua própria experiência. Não se tem notícia de que tenha realizado estudos escolares além dos primários, mas sabe-se que, vindo do interior, iniciara sua vida profissional trabalhando nas oficinas tipográficas dos jornais de Porto Alegre, chegando às redações como revisor do jornal liberal A Reforma. Considerando que costumava ser classificado quanto à cor da pele como “pardo” e que desde cedo ocupara-se com um trabalho manual como era o de tipógrafo, pode-se acreditar que o acesso aos estudos não lhe tenha sido muito fácil e que percebesse a necessidade do ensino público com uma sensibilidade um pouco diferente de muitos de seus colegas do Parthenon.²⁹³ A polêmica que travou com Apelles Porto Alegre sobre a questão é ilustrativa a esse respeito.

Com praticamente a mesma idade do colega, professor do ensino particular e diretor de sua própria escola, formado no afamado Colégio Gomes, estabelecimento particular dirigido por seu tio Fernando Ferreira Gomes, Apelles sustentava um ponto de vista sobre a educação fundado em convicções e idéias liberais. Ocupou a tribuna noutra sessão dos saraus do Parthenon para contestar veementemente o discurso de Aurelio, alegando que o ensino obrigatório seria um atentado contra a inviolabilidade do lar e as liberdades da nação.²⁹⁴ Progresso e civilização não existiriam sem liberdade e justiça, argumentava, e o ensino obrigatório significava substituir estes princípios pela força. A

²⁹¹ Cf. Apelles Porto Alegre, “Discurso pronunciado pelo 2o orador na sessão magna de 18 de junho de 1876”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1 e 2, 15 e 30 de agosto de 1877; p. 18-21 e 33-43.

²⁹² Cf. Aurelio Virissimo de Bittencourt, “Instrução obrigatória - Discurso pronunciado no 15o sarau do Parthenon Litterário”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 12, dezembro de 1874, p. 258.

²⁹³ Ver Sergio da Costa Franco, *Porto Alegre – Guia Histórico*, 2ª ed., Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.

instrução seria uma “religião sagrada” que jamais poderia ser imposta, era uma questão de liberdade de consciência. Embora também alegasse problemas práticos, como a falta de condições materiais do estado para cumprir com tal obrigação, sua posição contra a obrigatoriedade em defesa do “ensino livre” se constituía em uma questão doutrinária.²⁹⁵ Aurélio lhe responde em discurso no sarau seguinte, declarando-se a favor da liberdade mas considerando justificável a “violência” contra o direito dos pais sobre os filhos em nome da instrução. Sabe que, principalmente no interior, os pais utilizam-se do serviço dos filhos e é preciso obrigá-los a levá-los à aula pública. Aos meninos e meninas pobres é que mais interessaria esta medida, aos primeiros para que não tomassem o caminho do crime e às segundas para aprenderem a ser boas esposas e mães. A causa pública deveria prevalecer sobre os interesses particulares, pois sem instrução o Brasil estaria condenado a ser explorado por estrangeiros.²⁹⁶ Longe de colocar o problema como questão de livre escolha dos cidadãos, onde se subentendia a natural preponderância das classes privilegiadas no acesso ao estudo, sua postura é a favor da intervenção do Estado, ainda que por um viés paternalista e conservador, para que se universalizasse aquela que era considerada uma condição da cidadania.

Aurelio de Bittencourt não estava sozinho em sua posição, seus argumentos foram em parte defendidos por outro sócio da mesma geração, porém de origem social muito diferente da sua. Era Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, filho do político e magistrado de mesmo nome que fora um dos principais chefes políticos da província no tempo do liberal-progressismo. Retornando dos estudos na Faculdade de Direito em São Paulo, proferiu uma conferência na tribuna do Parthenon, onde defendeu o ensino obrigatório como “violência benéfica, salvadora coação”. “Não há salvamento fora da instrução”, alegava, porém tinha uma importante diferença para com seu colega. Eximia o Estado da responsabilidade desta tarefa, delegando-a à iniciativa popular e ao esforço coletivo dos cidadãos. Somente estes é que garantiriam os melhoramentos e o progresso das

²⁹⁴ Cf. Apelles Porto Alegre, “Ensino livre - discurso pronunciado no 17o sarau do Parthenon Litterario”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 2, fevereiro de 1875, p. 72-82.

²⁹⁵ Embora a lei determinasse o ensino obrigatório, na prática o ensino já era livre, tanto para as escolas particulares como no precário sistema de aulas públicas. Ver Regina Portella Schneider, *A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*, Porto Alegre, Ed. da Universidade - UFRGS/EST Edições, 1993.

²⁹⁶ Aurelio Virissimo de Bittencourt, “O ensino obrigatório - discurso pronunciado no 18o sarau do Parthenon Litterario”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 5, maio de 1875.

sociedades, pois os governos seriam por natureza conservadores.²⁹⁷ A atitude extremamente liberal não chegava a surpreender, considerando a origem familiar, e equivalia a um ponto de vista oficial, partindo de quem preparava-se para uma prestigiosa carreira em cargos públicos, presidindo províncias do império, seguindo o exemplo do pai.²⁹⁸ Tratava-se, igualmente, de uma idéia muito adequada ao espírito que animava os fundadores daquela associação, assim como a beatificação que fazia da figura do professor, elevado à categoria de herói nacional, superando mesmo o herói militar, tão identificado àquela província. Indivíduo ignorado e anônimo, o professor seria o grande construtor das sociedades modernas e do estado democrático, que só poderia ser sustentado através da educação e da escola. “A emulação pela melhoria do ensino público traz ativo e infatigável o espírito das nacionalidades”, assegurava, de certa forma oferecendo aos parthenonistas respaldo político a seus projetos educativos paralelos às instituições régias.

A insatisfação com o desempenho do governo à frente da instrução pública na província era crônica ao longo do século XIX e estava fortemente vinculada à manipulação para fins político-eleitorais das verbas e cargos públicos e à inconstância e descontinuidade das administrações provinciais, sujeitas aos vaivéns da política da Corte e à turbulência dos freqüentes embates entre determinações do distante governo central e interesses das elites locais.²⁹⁹ O Liceu d. Afonso, criado em 1859 e substituído pelo Ateneu Rio-Grandense em 1871, e a Escola Normal, em funcionamento desde 1869, constituíam as únicas e precárias opções de ensino secundário público. Os colégios particulares da capital eram em maior número e muito procurados por alunos de toda a província, enquanto as aulas públicas eram precárias e o Liceu era pouco atrativo mesmo para alunos pobres. Em 1868, ano da fundação do Parthenon, teriam sido matriculados um total de 24 alunos no Liceu, com comparecimento regular de apenas 20, enquanto os quatro colégios secundários particulares de Porto Alegre registravam a freqüência habitual de 439 alunos.³⁰⁰ A situação ainda se tomava pior, pois com o fechamento do Ateneu em 1873, o Normal seria o único ensino

²⁹⁷ Cf. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, “A instrução e século – Conferência”, Revista do Parthenon Literário, n. 1, janeiro de 1875, p. 7.

²⁹⁸ Sobre a biografia de Luiz Alves Leite de Oliveira Belo Filho, ver Lothar Hessel et alii, O Parthenon Literário e sua obra, op. cit., p. 119.

²⁹⁹ Ver Regina Portellla Schneider, op. cit.

³⁰⁰ Ver Idem, Ibidem, p. 248.

secundário público ministrado no Rio Grande do Sul até o final da década.³⁰¹ Este quadro torna muito compreensível que tanto educadores como homens de estado depositassem tão somente na iniciativa particular suas esperanças quanto ao desenvolvimento do ensino na província, que a ação estatal fosse vista com desconfiança quanto ao zelo pelo interesse público e que uma associação de literatos liderada majoritariamente por professores como o Parthenon tomasse para si a tarefa da educação popular, convictos de seu próprio papel como promotores da civilização e da consciência nacional.

A crença que os partenonistas mais dedicados depositavam em sua missão e o contexto daquelas difíceis condições do ensino público ajuda a compreender também o predomínio do problema educativo nos debates da associação. Mesmo outras intensas polêmicas nas quais se envolveram, como as questões da abolição, como já vimos, da importância da religião e da crítica ao clericalismo estavam subordinadas àquela primeira. A influência da Igreja sobre a sociedade, particularmente por parte da ordem dos padres jesuítas, tinha como um de seus muitos instrumentos o ensino, especialmente aquele oferecido aos mais pobres. A laicização das instituições, entre elas a da educação pública, era uma bandeira cara aos princípios do Parthenon e, mesmo que muitos não aceitassem posturas de todo anti-religiosas, era inevitável que se desenvolvesse o conflito nesse campo.³⁰² Tanto que diversos sócios chegaram a propor como uma das “teses” para debate nas sessões da associação, e entre eles estava o inegavelmente piedoso e devoto Caldre e Fião, um tema como este, que equivalia bem a uma declaração de guerra: “Qual é o meio a empregar-se a fim de impedir e derrocar a influência exercida pela Companhia de Jesus sobre o ensino?”³⁰³

Notavelmente relacionado ao da educação, houve outro tema de debate que parece ter sido onipresente ao longo de todo o primeiro decênio de vida da associação. O papel da mulher na civilização e a conveniência ou não de permitir à ela o acesso à

³⁰¹ Ver Idem, *Ibidem*, p. 311.

³⁰² Alguns momentos deste debate podem ser conferidos em: Achylles Porto Alegre, “Parecer sobre a tese histórica: a vinda dos jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciosa?”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 2, abril de 1869, p. 64-66; José Bernardino dos Santos, “Ementário mensal”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 3, maio de 1869, p. 96-107; Francisco Cunha, “A religião nas sociedades modernas”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1 e 2, julho e agosto de 1872, p. 32-36 e 48-50; Iriema (Apollinario Porto Alegre), “José de Anchieta”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1 e 2, abril e maio de 1879, p. 6-12 e 60-64.

³⁰³ Cf. “Ata da 4ª sessão da Assembléia Geral celebrada em 2 de abril de 1872”, reproduzida em: “Atas das sessões do Parthenon Litterario”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 13/14, 1924.

instrução foi uma questão discutida por praticamente todos os oradores, cronistas, romancistas e dramaturgos que freqüentaram a tribuna do Parthenon e as páginas da Revista. A tese apresentada pelo sócio Nicolau Vicente Pereira em um dos primeiros debates da associação, em agosto de 1868, já resumia as razões desta preferência: da mulher, a quem couberam os dons da bondade e delicadeza por desígnio divino, se esperava uma influência regeneradora sobre a organização social, especialmente sobre a natureza mais rude e dominadora do homem, e a conseqüente contribuição para o aperfeiçoamento da civilização. Para melhor exercer o sagrado papel de esposa e mãe, e assim facilitar ao homem o caminho da virtude na vida pública, é que tornava-se necessário que a mulher fosse mais instruída.

Se os governos, em suas reformas políticas, levassem em consideração a educação da mulher, ela, pela sedução e docilidade de que é dotada, pelo santo sacerdócio a que está destinada, seria um instrumento ativo no progresso da civilização.³⁰⁴

A educação que o Parthenon desejava oferecer às mulheres, portanto, não seria a do estudo da ciência e da filosofia, domínios da abstração considerados mais adequados ao espírito masculino, mas aquela proporcionada pelo conhecimento de sua missão e pelo cultivo da poesia e dos sentimentos nobres. A prioridade a conferir a esta tarefa, bem como os meios a empregar e o sentido que poderia tomar nunca deixaram de ser motivo de controvérsia. A própria Revista do Parthenon era uma frente de combate pela conquista de corações e mentes do público feminino, como declarava o entusiasmado Iriema:

Sim, a Revista é para vós, criaturas sublimes, inimigas juradas das fórmulas secas da ciência e da álgebra dos princípios. (...)

Se a Revista do Parthenon puder inspirar sentimentos generosos e doutrina profícua as filhas do Rio Grande, seus votos serão satisfeitos, sua missão preenchida.³⁰⁵

³⁰⁴ Cf. Nicolau Vicente Pereira, "Parecer sobre a tese seguinte: a influência da mulher sobre a civilização desde os primeiros séculos até nossos dias tem sido benéfica ou perniciosa?", Revista do Parthenon Litterario, n. 5, maio de 1869, p. 165.

³⁰⁵ Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), "Introdução", Revista do Parthenon Litterario, n. 1, julho de 1872, p. 7.

O mesmo Apollinario Porto Alegre e Hilario Ribeiro, na primeira sessão do Parthenon de 1872, propunham à associação a realização dos saraus literários mensais, abertos ao público e consistindo de leituras de produções dos sócios seguidas de baile.³⁰⁶ Pretendia-se com a idéia atrair a população, especialmente o público feminino, ao ambiente do cultivo da literatura e ao mesmo tempo lhes proporcionar doutrinação moral. A proposta provocou reações, dizia-se que os bailes desvirtuariam os fins da associação, seriam atrapalhadas as atividades já em andamento como a publicação da Revista e as aulas noturnas, bem como planos de atuar no teatro com uma Companhia Dramática. No ano seguinte, no entanto, depois de muita discussão, finalmente aprovam-se e realizam-se os saraus, com uma palestra do sócio Vasco de Araujo e Silva tendo como tema a “educação das mães de família”.³⁰⁷ Recitativos ao piano, declamações e canto costumavam ser o espaço reservado à participação feminina, sempre após a escuta passiva e paciente das palestras, até que no final daquele ano um fato novo sacudiria aquela “ordem natural” das coisas.

Luciana de Abreu, que fora adotada da roda dos expostos, ex-aluna da escola régia, formada na escola Normal em 1872 aos 25 anos, e finalmente professora de aulas públicas da capital, foi a primeira mulher convidada a fazer ouvir sua voz na tribuna do Parthenon Litterario. Se o seu discurso não chegava a afrontar diretamente o ponto de vista dos ilustres homens de letras sobre a “sagrada missão” de esposa e mãe, indiscutivelmente fazia uma firme reivindicação da igualdade de capacidades intelectuais entre homens e mulheres, além de cobrar a hipocrisia moral masculina em relação à virtude feminina.

Nós temos sido caluniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes cometimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha; e que não devemos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem: quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade; e quando, à testa das nações, quer na cadeira, quer na oficina modesta do operário, temos dado exemplos de assombrar os povos e os séculos!

³⁰⁶ Cf. “Ata da primeira sessão ordinária que teve lugar em 22 de abril de 1872”, apud “Atas das sessões do Parthenon Litterario”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 13/14, 1924.

Nós temos sido condenadas à ignorância, privadas dos direitos de cidadãos, e reduzidas à escravas dos caprichos políticos de legisladores imprevidentes e egoístas, quando benéficas espalhamos o bem-estar na vida íntima social preparando o coração de nossos filhos para a virtude, e inspirando-lhes desde os primeiros dias o amor ardente pela liberdade e pelo progresso. (...)

Entretanto, na apreciação da virtude das mulheres, põe-se em relevo a injustiça dos homens. (...)

A virtude é uma, senhores, uma deve ser em ambos os sexos. (...)

O que convém pedir, o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar, é, de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecer-nos, de exercer as profissões a que as nossas aptidões nos levarem.³⁰⁸

O ineditismo da situação, em que escutava-se o pronunciamento público de uma mulher sobre temas da maior seriedade, aliado ao tom firme e reivindicatório da fala, transformaria a ocasião em data memorável e grande feito comemorado por alguns e criticado por outros por muito tempo nos debates da tribuna e ao longo das edições da Revista do Parthenon. No sarau seguinte, Luciana de Abreu foi efusivamente homenageada pelos sócios e pelas “senhoras da cidade”.³⁰⁹ O presidente honorário José Antonio do Valle Caldre e Fião fora um incentivador da palestra e colocava-se na linha de frente dos defensores da causa da extensão do ensino superior ao “sexo amável”.³¹⁰ Desde o início teria apoiado a proposta dos saraus no Partenon Literário, desde que não tivessem por fim apenas oferecer entretenimento de bailes e algumas leituras e recitações para as famílias dos sócios, mas principalmente reunir o “belo sexo” para, entre os prazeres da dança, ouvir discursos e poesias que “lhe douravam o entendimento”. Recomendava que a preleções deviam ser feitas pelos sócios e “versar sempre sobre matérias importantes que ilustrassem o espírito da mulher”. Um dia, chegaria o momento do convite a uma mulher para que ocupasse a tribuna para tratar do tema. Na biografia que escreveu para Luciana de Abreu,

³⁰⁷ Cf. Hilario Ribeiro de Andrade e Silva, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 7, julho de 1873.

³⁰⁸ Cf. Luciana de Abreu, “Preleção sobre ‘a educação das mães de família’ proferida no 6º sarau do Partenon”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 12, dezembro de 1873, p. 535.

³⁰⁹ Cf. Achylles Porto Alegre, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, janeiro de 1874, p. 599.

retomou os principais pontos do discurso proferido pela professora, de certa forma fazendo uma releitura e enfatizando seu enquadramento nos valores tradicionais da ordem patriarcal. A sociedade moderna, segundo ele, reconhecia os direitos da mulher ao desenvolvimento intelectual, citando os exemplos da Suíça e dos Estados Unidos. O movimento, entretanto, era progressista e civilizador não por causa da emancipação em si mesma, mas porque a mulher educada e ilustrada seria a que melhor preenchesse os deveres da “sagrada e tríplice missão de filha, esposa e mãe”.³¹¹

Nem todos os partenonistas, porém, acreditavam ser possível conciliar o perfeito desempenho da mulher em sua “sagrada e tríplice missão” com as conseqüências imaginadas para a autonomia feminina. Hilario Ribeiro manifestaria sua discordância para com Caldre e Fião, afirmando que o estudo superior e a emancipação seriam “a inversão, o rebaixamento de um sexo cuja missão deve ser toda educadora, benéfica e moral”.³¹² Três anos depois o assunto ainda rendia polêmica nos saraus, com Frederico Villeroy, outro professor porto-alegrense, invocando princípios de harmonia e dependência da natureza para justificar as duas missões distintas reservadas ao homem e à mulher na civilização e condenar a emancipação desta última. Se for feito dela “um segundo homem”, quem a substituirá na função de zelar pela felicidade do lar e do marido, perguntava?³¹³ O orador receberia elogios de Apelles Porto Alegre, que concordava plenamente com seus argumentos. “O Sr. Villeroy combateu com força essa mal-entendida emancipação da mulher que, se um dia triunfar, há de trazer o completo aniquilamento da família e da pátria”. Afinal, como ela poderia exercer profissões que estariam “em contradição com o próprio sexo”?³¹⁴

A determinação de Luciana de Abreu em seguir defendendo aspirações ao desenvolvimento intelectual e profissional feminino, apesar das reações em contrário, permaneceria firme. Seu prestígio se mantinha e, por ocasião das comemorações do 7º aniversário do Parthenon Litterario, ocupou novamente a tribuna para discursar. Fiel ao

³¹⁰ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “Crônica”, Revista do Parthenon Litterario, n. 12, dezembro de 1873, p. 552.

³¹¹ Cf. José Antonio do Valle Caldre e Fião, “Esboço biográfico – D. Luciana Maria de Abreu”, Revista do Parthenon Litterario, n. 5 e 6, maio e junho de 1874, p. 739-743 e 794-796.

³¹² Cf. Hilario Ribeiro de Andrada e Silva, “Crônica”, Revista do Parthenon Litterario, n.6, junho de 1874, p. 827.

³¹³ Cf. Frederico Ernesto Estrela de Villeroy, “A missão da mulher”, Revista do Parthenon Litterario, n. 3 e 4, 15 e 30 de setembro de 1877, p. 51 e 75.

credo dos colegas, recordou os propósitos iluministas e civilizadores da associação, louvou o feito de suas primeiras ações pela libertação de crianças escravas e denunciou os perigos do “materialismo” que se infiltrava na sociedade. Não deixou de destacar, no entanto, que “a mais possante idéia” que o Parthenon Literário tinha abraçado era a da instrução, dos direitos e da emancipação da mulher.³¹⁵ Ainda que, astuciosamente, não contestasse a “tríplice missão” doméstica atribuída pelo discurso masculino, a outra missão que assumia, como educadora, abria para ela e outras mulheres uma inédita possibilidade de intervenção no mundo público. E a competência em dominar a cultura letrada permitia reivindicar o mesmo status que os demais partenonistas como cidadã e como agente de transformação social.

Desde que a sociedade dos literatos tinha estabelecido que “educar o povo” e nele despertar o sentimento da nacionalidade brasileira era sua grande meta patriótica e emancipadora, estabelecer exclusões, mesmo que baseadas em preconceitos tão arraigados nos costumes como os de gênero, tinha se tornado uma questão delicada. Era cada vez maior a presença de mulheres na educação escolar, especialmente no ensino primário, já ameaçando o predomínio masculino nas salas de aula.³¹⁶ Acreditava-se mesmo que o magistério feminino seria a solução natural para a escola primária tornar-se mais eficaz e atraente para as crianças, como uma extensão dos cuidados do lar doméstico e da educação e afeto maternos.³¹⁷ A criação da Escola Normal pela qual a própria Luciana passara, inseria-se neste modo de pensar a educação pública. Mas desde que impunha-se a necessidade de educar para a civilização, era preciso que os próprios mestres tivessem recebido um aprendizado qualificado. A pressão contra os limites impostos ao acesso à instrução e à participação em tarefas da vida pública por parte das mulheres preocupava os letrados do Parthenon. Seja por causa dos ecos do distante feminismo europeu e norte-americano, seja pela escalada interna das próprias educadoras porto-alegrenses, os senhores da república das letras rio-grandense sentiam-se obrigados a procurar um equilíbrio entre as concessões inevitáveis e o controle sobre a emancipação do “sexo amável”.

³¹⁴ Cf. Apelles Porto Alegre, “Crônica”, Revista do Parthenon Litterario, n. 2, 30 de setembro de 1877, p. 47.

³¹⁵ Cf. Luciana de Abreu, “Discurso pronunciado pela Exma. Sra. D. Luciana de Abreu na 7ª sessão aniversária do Parthenon Litterario”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, junho de 1875, p. 231.

³¹⁶ Ver Regina Portella Schneider, op. cit.

³¹⁷ Cf. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, “A instrução e século – Conferência”, Revista do Parthenon Litterario, n. 1, janeiro de 1875, p. 7.

A iniciativa de criar uma associação literária como o Parthenon em Porto Alegre era fruto de agregação de aspirações diversas e objetivos que iam muito além da formação de um clube de literatos. A intervenção do grupo em diferentes questões que diziam respeito à organização da sociedade, como o abolicionismo, a educação dos trabalhadores, o sistema de instrução pública e a emancipação feminina procurava delimitar uma esfera de atuação dos cidadãos ilustrados à margem da política oficial do Estado imperial. Aquela República das Letras porto-alegrense foi idealizada para ser um espaço autônomo de atuação dos cidadãos em nome de reformas sociais e educacionais para as quais acreditava-se que o Estado, o clero e os interesses econômicos não desejavam ou não tinham competência de fazer. A causa do desenvolvimento e independência da literatura funcionava, portanto, como uma palavra de ordem aglutinadora e um anteparo contra a interferência de outras instituições que regulavam a vida social, como os partidos em luta pelo controle da administração provincial, a atividade mercantil e a Igreja Católica. Viviam-se, na realidade, a ambigüidade de uma atuação política disfarçada em puro engajamento cívico, ao mesmo tempo que os sócios não estavam isentos de representar interesses e pressões advindas do maior ou menor grau de seu envolvimento individual naquelas outras esferas. Além do mais, dominar a arte de inventar e reinventar a história e os símbolos da nacionalidade, pelo menos entre os literatos, seria fonte de dignidade e autoridade. Este consórcio entre literatura e participação na vida pública, animado pela esperança de utopias civilizadoras e nacionalistas, alcançou repercussão notável na província de São Pedro, ainda que tenha passado praticamente despercebido fora dela. Outros impasses e contradições desta proposta, assim como seu fracasso em fundar uma escola literária nacional, serão considerados a seguir.

Nem heróis rurais nem progresso

A julgar pelo teor dos discursos pronunciados na festa de comemoração do sétimo aniversário da sociedade Parthenon Litterario em junho de 1875, tornara-se incontestável o sucesso e prestígio da organização dos literatos porto-alegrenses. A festa fora preparada para equivaler a uma solenidade de comemoração de data nacional,

contando com a presença das maiores autoridades da província, como o presidente, o comandante das armas e o chefe de polícia, de comissões de outras associações da cidade, como a Ensaio Literário e União Musical Brasileira, além do que “de mais luzido conta a capital”, nas palavras do cronista da ocasião.³¹⁸ A decoração do tradicional salão da Bailante era repleta de símbolos: pilhas de livros, globos geográficos, bandeiras de diversas nações e uma grande tela pintada onde se representava a deusa da sabedoria abraçada à imagem do indígena brasileiro. Sobre o painel, em grandes letras douradas, ficava a data da fundação do grupo literário, ladeada por bandeiras do Brasil, Portugal e Alemanha. A orquestra do veterano maestro Mendanha tocou o hino do Parthenon Litterario, cantado por quatro senhoras, e sucederam-se as formalidades, discursos, recitações de poesia dos sócios e finalmente o baile, animado por três bandas de música. Pela descrição, seria uma comemoração como tantas outras daquela associação, não fosse o tom de júbilo e apoteose de que se quis revesti-la.

Um a um, sucederam-se na tribuna diversos sócios e sócias a exaltar os grandes feitos dos homens de letras em sua luta pelo avanço da civilização letrada entre os rio-grandenses. Luciana de Abreu retornava à tribuna para celebrar a abertura das portas da sociedade à emancipação da mulher. Estava ali novamente a dizer que, para que se realizassem as causas mais importantes do Parthenon, como a instrução universal, o combate ao luxo e a defesa da liberdade, a atuação da mulher “cultura e moral” era imprescindível.³¹⁹ Já Apelles Porto Alegre exaltava a consagração do Parthenon Litterario pela opinião pública, proclamando que o reconhecimento popular dava àquele aniversário o status de data nacional, de acontecimento histórico. Esta era a fonte da legitimidade invejada mas não alcançada mesmo por muitos governos, afinal, “o espírito democrático do século XIX fez dos cordeiros um Leão, do povo uma Majestade”, proclamava o professor republicano.³²⁰ O sempre participativo José Bernardino dos Santos, como orador oficial, preferiu discorrer e comentar sobre a grande lista de realizações da sociedade que, comparada ao Moisés bíblico, tinha a missão de revigorar uma nacionalidade. Uma delas

³¹⁸ Cf. Manfredo (Achylles Porto Alegre), “Crônica”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, janeiro de 1875, p. 266.

³¹⁹ Cf. Luciana de Abreu, “Discurso pronunciado pela Exma. Sra. D. Luciana de Abreu na sétima sessão aniversária do Parthenon Litterario”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, junho de 1875, p. 231.

³²⁰ Cf. Apelles Porto Alegre, “Discurso pronunciado na 7ª sessão aniversária do Parthenon Litterario”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, junho de 1875, p. 235.

em especial merecia mais atenção e lhe enchia de orgulho, era a reabilitação do teatro nacional levada a efeito pela substituição da cena cômica e do *vaudeville* no palco do São Pedro pelo “mérito literário e filosófico” da dramaturgia dos sócios.

O Parthenon revolta-se, corre o mercador do templo da arte e levanta o teatro à altura de areópago que o é, da arte encarnando a sublime tríade do nobre, do justo e do belo. Os dramas nacionais aparecem como por encanto, e o “Livro de orações”, a “Madalena”, “Risos e lágrimas”, “Cham e Japhet”, “Mulher e mãe” e outros de igual mérito não só constituem um vasto repertório nacional, como quase criam uma escola original rio-grandense.³²¹

O repertório de feitos dignos de orgulho nacional continua com Aurélio de Bittencourt, que procura traçar uma genealogia para o Parthenon, confirmando sua descendência do trabalho da geração anterior de literatos,³²² e com Firmiano Antonio de Araujo, o presidente da sociedade, destacando a convergência de vocações para o núcleo literário e a preparação do “espírito público da província” para o processo abolicionista.³²³ O representante da sociedade Ensaio Literários, por sua vez, assinalava que a instrução avançava em todas as províncias do império e que coubera ao Parthenon levantar esta bandeira naquela que, no passado não muito distante, por dez anos tinha combatido “pela mais nobre e santa das causas, a da liberdade”, lembrando assim o vínculo dos letrados com a história política do Rio Grande.³²⁴

Enquanto os discursos dos primeiros anos faziam uma convocação à mobilização e ao combate em nome do futuro a alcançar, ao completarem-se os primeiros sete anos apenas, já se rememoravam glórias passadas, como se o ápice tivesse sido atingido em todas as possibilidades. Tudo era motivo de júbilo e comemoração, a campanha que libertou cerca de 50 crianças escravas, a biblioteca de 4000 volumes abertos à leitura pública, a Revista que oferecia “uma leitura proveitosa pela lição, útil pela prédica

³²¹ Cf. José Bernardino dos Santos, “Discurso pronunciado pelo 2º orador”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, junho de 1875, p. 243.

³²² Cf. Aurelio V. de Bittencourt, “Discurso”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, junho de 1875, p. 250.

³²³ Cf. Firmiano Antonio de Araujo, “Discurso pronunciado pelo Presidente”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, junho de 1875, p. 253.

³²⁴ Cf. Gustavo Cezar Vianna Filho, “Discurso pronunciado pelo orador da sociedade Ensaio Literários”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 6, junho de 1875, p. 255.

moral e patriótica, instrutiva, elegante e atraente pelo verídico ou imaginoso do assunto, pelo belo e correto do estilo”.³²⁵ E ainda: a regeneração do teatro; as aulas noturnas gratuitas; um museu para representar a província em suas riquezas naturais, artes e indústria;³²⁶ a criação do arraial do Parthenon nos subúrbios da cidade, para onde se planejava a aliança entre vida culta e saudável;³²⁷ e finalmente os saraus, onde se abria ao “belo sexo” a oportunidade de acesso ao aprendizado moral, poesia, música e dança.

Aquela era uma festa comemorativa, por certo, mas o tom triunfalista e a ausência de discursos chamando ao combate e ao desafio, com exceção talvez daquele de Luciana de Abreu, não pode deixar de chamar a atenção. Afinal, nenhuma das grandes causas sociais estava próxima de ser alcançada, pois nem a escravidão tinha sido suprimida, nem a instrução pública da província teve melhoras significativas naquele intervalo. O grupo, no entanto, considerava-se vitorioso por ter-se mantido ativo, prestigiado entre a elite instruída da cidade e ter contabilizado uma série de iniciativas públicas razoavelmente bem sucedidas para compor uma história própria, quase uma gestação heróica a ser constantemente lembrada e cultuada entre os sócios. O Parthenon acreditava ter-se tornado, enfim, uma nova instituição, meta que estava declarada em seu manifesto inicial. Na memória que forjavam para a posteridade, a heterogeneidade de interesses e aspirações de seus sócios dissolviam-se no culto à literatura nacional e na aura de engajamento patriótico que, aos seus próprios olhos, revestia as atividades corriqueiras da sociedade.

A observadores mais argutos, porém, não escaparia a sensação de um certo fastio e debilidade. Se os louvores conquistados entre a “boa sociedade” porto-alegrense eram suficientes para manter a maioria dos sócios do Parthenon contentes consigo mesmos e convictos da importância de suas boas ações, quem lançasse um olhar mais exigente para a realidade, principalmente em função dos sonhos de reformas sociais, progresso e nacionalismo literário, podia se decepcionar. Para o cronista da Revista do Parthenon que

³²⁵ Cf. José Bernardino dos Santos, op. cit.

³²⁶ A proposta foi muito além de um museu de ciências naturais, pretendendo também reunir todo tipo de objeto que pudesse documentar a memória histórica da província. Cf. “Circular – seção do museu do Parthenon Litterario, Revista do Parthenon Litterario, n. 4, abril de 1876, p. 179-180; “Museu do Parthenon”, Revista do Parthenon Litterario, n. 6, setembro de 1879, p. 216-218.

³²⁷ A idéia de fundação do arraial teria partido do indefectível Caldre e Fião, que juntamente com Achylles e Lucio Porto Alegre formou uma comissão que adquiriu o terreno no qual traçaram-se quatro ruas homenageando sócios beneméritos (entre eles o próprio Caldre e Fião) e lançou-se a pedra fundamental de uma sede. Aquele arraial veio efetivamente a se tornar um bairro residencial de Porto Alegre, hoje chamado

assinava R. da Silva, o desejado desenvolvimento das ciências e das artes nacionais parecia muito distante. A falta de patriotismo dos brasileiros seria a causa do abandono a que estava relegado o talento dos filhos da nação e do desprezo à exploração das riquezas naturais e ao desenvolvimento. Além do mais, a preferência dos brasileiros por tudo que fosse estrangeiro estaria inviabilizando a literatura nacional. Não bastasse a vida literária concentrar-se na corte, onde existiam mais recursos e “afluência de inteligências”, somente autores com certa reputação como Alencar, Macedo e Bernardo Guimarães encontravam facilidade para publicar. Às províncias não restava mais do que iniciativas ousadas, como se fazia na do Rio Grande do Sul, mas “o Brasil é o mercado do estrangeiro”, reclamava, lamentando a falta de leitores para as letras nacionais.³²⁸

Entre os literatos porto-alengrenses que mais se engajaram na “cruzada” pelo romance nacional, o pessimismo também parecia estar chegando cedo. Especialmente desde a segunda metade da década de 1870, José Bernardino dos Santos e Apollinario Porto Alegre também manifestaram descontentamento com as persistentes limitações econômicas, políticas e intelectuais da província e do império como um todo. Ainda que não houvesse maior sintonia entre os dois quanto à opinião política, sendo monarquista o primeiro e republicano o segundo, o interesse pelo nacionalismo literário os aproximava. Além disso, quando buscavam analisar a situação econômico-social da província em relação aos paradigmas de progresso e civilização, seus pontos de vista também pareciam convergir. Era quando a altivez do monarca das coxilhas, as virtudes guerreiras, a vida campeira, as credices populares e os costumes patriarcais, pensados fora da condição de ornamento literário, revelavam para eles nada mais que atraso e ignorância.

Notável a esse respeito foi o discurso de Bernardino dos Santos no 20º sarau do Parthenon, em fevereiro de 1876. Como era usual, ofereceu sua palestra “Bosquejo histórico e geográfico da província do Rio Grande do Sul” ao público feminino, a quem solicitava “um momento de atenção ao campo árido das ciências positivas” em nome da instrução patriótica. Pretendia descrever-lhes a “pátria comum” constituída pela província, com sua localização geográfica, relevo, hidrografia, geologia e “tesouros incógnitos” que aguardavam a ação humana para converter-se em fator de progresso e civilização. Para que

“Partenon”. Cf. “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 10, outubro de 1873, p. 461; Achylles Porto Alegre, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 11, novembro de 1873, p. 506.

³²⁸ Ver R. da Silva, “Crônica”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 7, novembro de 1877, p. 189.

estas riquezas naturais pudessem servir para o desenvolvimento e independência da indústria, comércio e agricultura, artes e ciências nacionais, argumentava, era preciso antes acabar de uma vez por todas com nada menos que a tradição guerreira e pastoril dos rio-grandenses. Mais do que informar as senhoras presentes, tratava-se de convocá-las para serem agentes desta transformação, educando seus filhos e alunos para um futuro diferente:

Quando, minhas ilustres patricias, ensinardes ao rio-grandense que a sua indolência é um crime e ele compreender que a indústria pastoril é um erro econômico, como a carreira das armas é um erro político; quando ele compenetrar-se de sua inatividade e ignorância, quando ele transformar as fortificações fronteiriças em gares ou estações de caminho de ferro e, ativo e instruído em ciências peculiares, exigir à terra o produto do seu suor e de seus conhecimentos mecânicos e químicos, quando lhe pedir a retribuição do trabalho do agricultor; quando, artista ou científico, aprofundar-se nas galerias subterrâneas para arrancar das entranhas do solo os tesouros que encerra (...); quando finalmente empregar em sua oficina e gabinete a matéria prima nacional, então este povo dileto da glória, então este povo heróico até o sacrifício, o primeiro da América nos campos de batalha, o será também nos certames do progresso, da indústria e da civilização.³²⁹

Chama atenção que as tradições políticas e econômicas da província, que em outro contexto poderiam servir ao exercício literário que buscava as lendas e costumes nacionais, naquele momento eram consideradas sinônimo de atraso e ignorância. Este descontentamento não foi uma manifestação isolada, seria acompanhado por um colega de tanto prestígio quanto Apollinario Porto Alegre, que no ano seguinte publicava um manifesto semelhante em editorial da Revista do Parthenon. O incansável Iriema partia, porém, de uma crítica direta aos colegas letrados que estariam se excedendo no combate ao clero, pois não considerava aquele o real problema da sociedade rio-grandense. Assim como o amigo, denunciava o atraso dos costumes, da produção e da instrução como os

³²⁹ Cf. José Bernardino dos Santos, “Bosquejo histórico e geográfico da Província do Rio Grande do Sul”, *Revista do Parthenon Litterario*, op. cit., p. 51-59.

verdadeiros males a serem enfrentados. A gravidade da situação não permitiria eufemismos, e o patriotismo deveria ceder lugar à verdade.

Assim, em nossas campanhas, ubérrimas zonas desfraldadas aos olhos do homem para as conquistas do braço e da inteligência, o que se nos antolha, isento o coração de um mal-entendido patriotismo que reveste sempre torpe especulação?

O solo inculto — e o domínio da caudilhagem!

Aí a lança ainda recorda os primeiros períodos da idade média, raramente inclina para as metamorfoses posteriores que trazem o sócco (sic) do arado e a pena. Quando não se enrista em prol da causa nacional, o que é nobre e glorioso, vai buscar o peito de um vizinho, sobretudo se as paixões conflagram-se em debates eleitorais, o que é soberanamente indigno e ignominioso.

Talvez censurem-nos a sinceridade da frase; talvez ponham em dúvida nosso amor ao Rio Grande; não será de admirar a increpação, quando em tudo vê-se em traços bem vivos insculpida a mentira ou a calúnia. (...)

Verdade — é o que queremos.

Por ela seremos um grande povo; por ela vingaremos os óbices do caminho. Por isso, quando cada estância constituir um núcleo agrícola, quando o livro aí não for considerado uma futilidade ou mero objeto de luxo; quando ao lado da sala d'armas destacar a modesta biblioteca da família, a Revista do Parthenon terá palavras de entusiasmo emanado do mesmo sentimento, que atualmente arrancou-lhe um grito de profunda tristeza e amarga decepção.³³⁰

Esta teria sido uma das raras ocasiões em que a pena de Iriema na Revista do Parthenon deixou de cantar em prosa e verso as virtudes dos rio-grandenses das mais diversas regiões da província para fazer uma crítica daquele que seria o seu modo de vida mais tradicional, o das estâncias da campanha. Naquele momento, transformar as estâncias em vigorosos núcleos agrícolas e os chefes guerreiros em empreendedores e intelectuais parecia uma utopia tão longe do alcance como nunca. A par do elogio das virtudes do

³³⁰ Cf. Iriema, "Introdução", Revista do Parthenon Litterario, n. 1, janeiro de 1877.

campo, manifestava-se uma aspiração modernizadora para a província, agora espelhada diretamente em exemplos norte-americanos e europeus, e que motivava o engajamento em questões como instrução pública, emancipação da mulher e abolição. Propostas mais ousadas podiam gerar grande polêmica entre os sócios, mas por si só permitem perceber que não passava pelos projetos de futuro daquele grupo de porto-alegrenses o culto e a permanência de tradições gauchescas ou patriarcais. O destino destes costumes seria permanecerem confinados às estâncias como sobrevivência do passado ou serem extintos, cabendo à literatura registrar o que tiveram de pitoresco e original em alguns casos, de heróico e virtuoso em outros. Cada escritor, por seu lado, moldava os sentidos desta herança espiritual à suas preferências políticas. Assim, Apollinario Porto Alegre representava, como resultado do encontro do colonizador com a natureza americana, a gestação heróica de valores republicanos e igualitários, enquanto José Bernardino preferia exaltar o efeito civilizador da conquista branca e européia sobre o novo mundo ainda selvagem.

O contraste entre o retrato rural e arcaico da nação oferecido pela literatura e o entusiasmo pelo progresso material e científico era percebido, mas não necessariamente considerado uma contradição. Desta forma encontramos, por exemplo, José Bernardino, na crônica de outubro de 1869, a tecer longos elogios ao intenso progresso “moral e material” que via chegar ao Rio Grande no rastro da vitória militar sobre o Paraguai, com a construção de estradas de ferro, portos, telégrafo e “indústrias”. Não obstante, em seguida reconhecia a impropriedade do que escrevia: “Deixemos, porém, de parte este assunto, que talvez pareça a alguém impróprio para ser tratado em uma revista literária”.³³¹ Invenção de tradições e identidades nacionais foi um fenômeno que não raro esteve associado à experiência do progresso técnico e de profundas mudanças sociais no século XIX.³³² Se as transformações por que passava a província de S. Pedro no início da década de 1870 nem de longe lembram o ritmo vertiginoso da revolução industrial européia, os ecos do imaginário do progresso de além-mar e a expectativa de seguir o mesmo caminho acendiam

³³¹ Cf. José Bernardino dos Santos, “Ementário”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 8, outubro de 1869, p. 259.

³³² Sobre a invenção de tradições, ver Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*, op. cit. A relação entre nacionalismo e progresso técnico, especialmente considerando a massificação da leitura impressa, ver Benedict Anderson, *Imagined Communities*, op. cit. Sobre a relação entre literatura e a

a imaginação dos provincianos letrados.³³³ A conjuntura dos primeiros anos da fundação do Parthenon Litterario, de fato, era vivida com euforia no Rio Grande, tanto pelas perspectivas econômicas como pela proximidade da vitória na guerra. O sentimento cívico estava então no auge, em uma das províncias mais próximas do campo de batalha, com um alto contingente de soldados engajados na luta e cujas tradições militares contribuíam de forma significativa ao esforço bélico e à vitória. Tanto para um monarquista conservador como José Bernardino como para um republicano como Apollinario aquele era um tempo de grandes expectativas.

Decorridos quase dez anos, o ambiente era de frustração, o passado parecia perpetuar-se no que tinha de pior e o futuro brilhante tornara-se degeneração moral e econômica. Os motivos podiam ser muitos. O aumento da violência política e social se fazia sentir, principalmente na fronteira. A desmobilização das tropas que serviram na última guerra, juntamente com o crescente cercamento de campos, geraram uma legião de desocupados e alguma turbulência social pelo interior e mesmo na capital.³³⁴ A ascensão do partido Liberal na província, liderado por Gaspar Silveira Martins, se fazia acompanhar de confrontos e assassinatos políticos, ao mesmo tempo que construía as condições para selar um novo compromisso da elite dos grandes proprietários de terras da fronteira com o Estado imperial, frustrando liberais mais radicais e republicanos.³³⁵ Além do mais, companheiros de Apollinario de longa data na propaganda republicana, como Francisco Cunha, abandonavam a causa e aderiam aos liberais, o que certamente também contribuía para o sentimento de “profunda tristeza e amarga decepção” do educador republicano.

Em 1879, já não se pedia desculpas por utilizar a Revista para falar de problemas “não-literários”. No discurso que publicou em comemoração aos dez anos do Parthenon, Iriema ofereceu aos seus companheiros de letras uma desoladora comparação

experiência da mudança social, ver o ensaio de Marshall Berman, Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³³³ Para um estudo do imaginário do progresso na Porto Alegre do século XIX, ver Sandra Jatahy Pesavento, O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

³³⁴ Cf. Paulo Roberto Staudt Moreira, Entre o deboche e a rapina: os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888). Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1993. Para as reclamações de políticos liberais contra a falta de ação do governo provincial no combate a bandidos supostamente vindos do Uruguai, ver Newton Luis Garcia Carneiro, A identidade incabada, o regionalismo político no Rio Grande do Sul, op. cit., p. 211.

³³⁵ Ver Helga I. L. Piccolo, Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.

dos tempos atuais com o já distante 1868, quando “era um povo que transbordava de entusiasmo, com a face bronzada ao sol das batalhas”.³³⁶ A atualidade, porém, era uma “época convulsiva”, na qual grassava a “desorganização social” e a “infâmia”. Entre as principais causas de tal situação estaria a decadência da religião e da crença em Deus, principalmente entre as classes cultas por intermédio da invasão da filosofia materialista de Augusto Comte. No campo da política também já não existiriam mais crenças, apenas idéias pessoais, e em vez de nobres aspirações, apenas ambições: “ama-se a pátria quando se pode roubá-la”, acusava Iriema. A decadência da monarquia alimentava-se do desprestígio do governo representativo e seu fim era inevitável; para substituí-la, aponta os Estados Unidos como modelo e exemplo institucional. E as letras, para terminar o triste quadro, estavam de luto. Morria José de Alencar, seu exemplo maior para a literatura nacional, e Araujo Porto Alegre agonizava sem receber proventos do Estado. Aos colegas do Parthenon, apela para que mantenham-se firmes na sua missão, mas já não fala em cultivar a literatura nacional:

Continuai a ser um núcleo de regeneração.

Tomai a divisa da democracia moderna:

Culto a Deus, sob qualquer forma, culto à virtude e ao trabalho em todas as suas múltiplas manifestações.³³⁷

Sintomaticamente, pouco mais do que dois parágrafos em um texto de vinte páginas foram dedicados à literatura, ainda assim não mais do que para lamentar a morte dos velhos patronos do nacionalismo romântico. Junto com eles estava chegando ao fim o projeto literário do próprio Apollinario e do Parthenon, que a partir do ano seguinte não sustentaria mais a publicação da sua Revista. Não se tem notícia de que o pseudônimo “Iriema” tenha assinado alguma obra desde então ou que Apollinario tenha continuado com suas pretensões literárias. Pelo menos em sua biografia, a luta pública parecia transferir-se da arena das letras para a dos partidos definitivamente. Ao mesmo tempo em que convocava seus companheiros para resistirem na defesa das virtudes cívicas de sempre, tentava reorganizar politicamente os republicanos persistentes, na expectativa da crise final

³³⁶ Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), Ao Parthenon Litterario em seu primeiro decênio, Porto Alegre, Imprensa Litteraria, 1878.

do regime monárquico.³³⁸ No entanto, a recusa ao positivismo comtiano selaria seu isolamento no renovado partido republicano da década seguinte. Apesar de nunca ter renunciado à condição de estudioso e defensor das ciências, não aceitava a subordinação da literatura e da política às modernas teses científicas, o que contribuiu para marginalizá-lo no cenário das modas intelectuais deterministas do final do século XIX.³³⁹

O Parthenon Litterario resistiria ainda algum tempo durante a década de 1880, mas não voltaria mais a desfrutar o antigo prestígio e mobilização. Os efeitos de suas ações na instrução pública da capital, após aqueles dez primeiros anos são incertos e dificilmente mensuráveis. No entanto, as comemorações do décimo-primeiro aniversário da associação, em 1879, nos oferecem interessantes sinais de uma vitalidade e de uma nova situação a se configurar. A começar pelo artigo comemorativo da Revista, que assinala a permanência da associação enquanto todas as outras surgidas na mesma época, seja de que finalidade fossem, tinham-se desfeito. A única exceção seriam duas sociedades beneficentes, a Brasileira União e a Porto Alegrense, fundadas para auxiliar no combate às epidemias do cólera. Só que a doença dos novos tempos, alegava o editorial, não enchia mais os hospitais, mas as cadeias e os calabouços das prisões militares. As causas, acreditava-se, eram a ignorância, o fanatismo e a ociosidade. Não chega a surpreender esta visão que reduzia a crise social a um problema meramente educativo, considerando que os partenonistas defendiam a supremacia da atividade intelectual sobre as demais esferas da organização social, seja econômicas, políticas ou militares. Por isso fazia-se o chamado para que aquelas associações de caridade colaborassem na “causa da civilização e da humanidade”:

Transformem-se os vastos salões dos palacetes dessas associações, situados nos dois pontos extremos da capital, de enfermarias inúteis que são, em escolas noturnas, em oficinas de aprendizagem que devem ser, e o

³³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 20.

³³⁸ Cf. Álvaro Porto Alegre, *op. cit.*

³³⁹ Um exemplo de como Apollinario permanecia atualizado com as discussões científicas pode ser o próprio “*Popularium Sul-riograndense*”, e os apontamentos de viagem que publicou no retorno do exílio, os quais serão analisados no quarto capítulo. Ver Apollinario Porto Alegre, *Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore)*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1980; Idem, *Viagem a Laguna*. Porto Alegre, Oficinas a vapor do Jornal do Commercio, 1896.

Parthenon se orgulhará em ir pedir-lhes a honra de um lugar, o mais modesto, no banco de suas aulas e junto de suas forjas.³⁴⁰

A julgar pelo apelo, continuava em plena atividade a cruzada educacionista da associação, especialmente aquela destinada a formar trabalhadores livres na sociedade ainda escravista. Entre os discursos e homenagens prestados ao Parthenon, alguns sinais desta atividade também se manifestam. Algumas crianças, alunos das aulas públicas da capital, apresentam-se: “Nós somos os filhos do povo, nós somos os representantes da classe menos favorecida da fortuna, aqueles por cuja causa pugna desde onze anos e que por isso aprendemos a amar-vos com extremos”.³⁴¹ Em tom semelhante, Candido Malater falou em nome da comissão da Sociedade Tipográfica Riograndense: “O filho do trabalho não sabe entoar hinos pomposos que celebrem essas glórias, mas sente o ardente entusiasmo que elas despertam”.³⁴² E João Batista Lopes, representando a comissão da Aula Noturna Provincial, aponta: “Olhai nosso estandarte, lede a nossa honrosa legenda e vereis que somos operários da instrução e do trabalho”.³⁴³ Além dos operários, compareceram à tribuna Luiza de Azambuja, sócia efetiva do Parthenon então com apenas 14 anos de idade,³⁴⁴ e sua preceptora, nossa já conhecida Luciana de Abreu, que recordou a trajetória dos literatos provincianos em sua difícil luta para não serem absorvidos pela política partidária. Convidou as senhoras porto-alegrenses a estrear no Parthenon o uso de seus direitos: “Ontem, proscritas da ciência e consideradas apenas meros ornatos dos salões, deu-vos o Parthenon um lugar de honra no banquete do progresso (...). Não ouvis que ele vos chama?”³⁴⁵ Para encerrar a sessão de discursos, o sócio Affonso Henrique de Oliveira Duarte elegeu a fundação do Parthenon como a data nacional do mês de junho, junto com a batalha naval do Riachuelo, para esta figurar como alegoria de uma outra batalha sem sangue mas regeneradora, feita por moços que “edificavam a consciência dos direitos da cidadania no coração do povo”.³⁴⁶ Enfim, vozes de outros protagonistas além dos já veteranos professores literatos se faziam ouvir, os mesmos que, a princípio, eram

³⁴⁰ Cf. “Dezoito de junho”, *Revista do Parthenon Litterario*, n. 3, junho de 1879, p. 111-113.

³⁴¹ Cf. Antonio Joaquim Duarte Junior, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 115.

³⁴² Cf. Candido Malater, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 116.

³⁴³ Cf. João Batista Lopes, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 117.

³⁴⁴ Cf. Luiza de Azambuja, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 121-123.

³⁴⁵ Cf. Luciana de Abreu, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 118-121.

³⁴⁶ Cf. Affonso Henrique de Oliveira Duarte, “Discursos”, RPL, n. 3, junho de 1879, p. 123-125.

descritos como receptores passivos do saber emanado dos ilustres sábios. Eles estavam ali representados porque enquadravam-se no papel a eles reservados neste saber. Ao mesmo tempo, por intermédio desta nova condição reivindicam, alguma forma de reconhecimento social e cidadania ou até mesmo a ilusão de “um lugar de honra no banquete do progresso”. Representam a emergência de outras histórias que poderiam revelar, sob diferentes perspectivas, um pouco da dimensão e sentidos do trabalho social efetivamente realizado pelos partenonistas. Os senhores das idéias políticas na província ao longo das décadas seguintes, no entanto, continuariam olhando de longe e com certa desconfiança para estes personagens.

Capítulo 3

Passado e futuro em disputa

Durante o carnaval de 1884, na cidade de Porto Alegre, a Sociedade Carnavalesca Esmeralda procurava chamar a atenção do público oferecendo uma atração inusitada. O chamado “préstimo de gala”, em que todos os anos a tradicional sociedade desfilava, era naquela ocasião aberto por um esquadrão de lanceiros montados a cavalo precedido por uma banda de música. No uniforme e nas armas que portavam estavam as cores e os símbolos da República Riograndense que os rebeldes farrapos criaram durante sua guerra contra o império. Formavam uma guarda de honra à qual seguiam os personagens principais montados em cavalos. Estes eram ninguém menos, conforme a descrição entusiasmada do jornal republicano *A Federação*, que “Bento Gonçalves, o heróico chefe do glorioso decênio da revolução, e seu audaz companheiro, o legendário Giuseppe Garibaldi”.¹

Existiam boas razões para a satisfação dos republicanos porto-alegrenses com aquela apresentação nas ruas de Porto Alegre. Como já foi observado nos capítulos anteriores, a memória da “revolução de 1835” era assunto controverso na capital da província do Rio Grande do Sul, via de regra recordado pelas conseqüências negativas da quebra da ordem e da autoridade pelos mais conservadores ou como exemplo de heroísmo e idealismo por liberais e republicanos mais exaltados. Seja qual fosse a posição defendida, a literatura tinha sido um dos principais meios até então utilizados para ensinar aos conterrâneos as lições que deveriam aprender do passado. Um republicano entusiasta como Apollinario Porto Alegre, por exemplo, dedicava-se a espalhar em seus poemas e romances o sentimento de orgulho pelos grandes ideais que os antigos heróis do Rio Grande teriam encarnado, enquanto um liberal

¹ Cf. “O carnaval de 1884”, *A Federação*, 28 de fevereiro de 1884.

moderado como Caldre e Fião condenava a sedição política e procurava dela isentar de culpa as supostas virtudes naturais dos rio-grandenses.

A par com a intensificação da propaganda republicana na década de 1880, surgiam sinais de que a simpatia pela memória do “decênio imortal” ganhava terreno na opinião pública porto-alegrense. O desfile carnavalesco de 1884 pode ser considerado uma destas evidências. Havia uma década na cidade de Porto Alegre, e pelo menos o dobro deste tempo na corte do império, que o “carnaval” propriamente dito, inspirado em parte na forma de famosas festas de cidades européias como as de Nice e Veneza, era pregado como uma alternativa culta e civilizada a brincadeiras tradicionais como o entrudo, que nas cidades brasileiras já escapavam ao controle dos códigos familiares e da autoridade patriarcal. Fossem seus promotores os literatos e boêmios cariocas ou os respeitáveis chefes de família provincianos, os desfiles das sociedades carnavalescas daquele tempo foram idealizados, pelo menos em seu início, com um sentido pedagógico e civilizador.² Na cidade de Porto Alegre, tornara-se motivo de prestígio para as famílias de funcionários públicos e homens de negócios pertencer às sociedades Venezianos e Esmeralda e desfilar pelas ruas da cidade com suas famílias fantasiadas em personagens da mitologia greco-romana e outros igualmente inspirados em temas da cultura letrada.³ A inclusão dos heróis farrapos na galeria nobre dos préstitos carnavalescos pode ser interpretado como um sinal de que o debate sobre o tema extrapolava o círculo restrito dos eruditos e homens de política e ganhava mesmo ares de celebração pública para boa parte da elite social.

A disseminação de uma opinião positiva sobre o passado farroupilha na capital da província do Rio Grande de São Pedro, chegando ao ponto da veneração pública, tinha sido uma batalha levada a campo de forma sistemática por um reduzido número de cidadãos letrados da província. Este capítulo pretende abordar o trabalho de alguns destes propagandistas, com ênfase nos diferentes instrumentos e pontos de vista utilizados, e deter-se na interpretação de alguns conflitos e momentos importantes desta campanha. Embora não fosse a bandeira exclusiva de uma determinada cor partidária, até por causa dos fortes vínculos da memória da “revolução” com a arraigada noção da identidade guerreira que seria

² Sobre o carnaval carioca do século XIX, ver Maria Clementina Pereira Cunha, Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Ver também Maria Clementina Pereira Cunha (Org.), Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura. Campinas, Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

³ Ver Alexandre Lazzari, Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915, Campinas, Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

comum a todos os rio-grandenses, aquela era uma causa defendida apaixonadamente por militantes republicanos.

A experiência da extinta República Rio-grandense oferecia aos partidários da “idéia nova” um marco fundador, uma história e uma tradição inventada às quais ancorar sua causa, ainda que aquela geração não dispusesse de estudos específicos sobre o período e pouco conheceria daquele tempo além de fragmentos disponíveis em documentos esparsos e na transmissão oral. As biografias, transcrições de documentos, romances e poemas épicos publicados nas revistas literárias, estudados nos capítulos anteriores, podem ser considerados como importantes instrumentos da campanha para inspirar no público leitor a simpatia por um reinventado passado republicano. Além da tarefa de tornar pública e divulgar a memória dos heróis e seus ideais por estes meios, os militantes do partido que se organizava nas décadas de 1870 e 1880 depararam-se com o desafio de elaborar uma história escrita e organizar uma narrativa possível de ser amplamente divulgada pela imprensa. E a interpretação do passado republicano da província necessariamente revisitava dilemas tradicionais da identidade política local: se existia uma peculiaridade rio-grandense em relação ao todo do país e quais seriam suas causas; se a história do Rio Grande de São Pedro era parte inseparável própria história nacional brasileira ou aquele território estava destinado a formar uma nação à parte.

A pregação dos literatos republicanos, no entanto, espalhava-se por outras esferas da vida pública, de modo que faz-se necessário considerar também outras formas de atuação, como na educação escolar e na organização partidária. A experiência de um indivíduo, Apollinario Porto Alegre, será tomada como referência principal deste estudo, seja devido à intensidade do seu engajamento em todos os desafios mencionados acima, seja pelo peso que conferia ao conhecimento e à ação pedagógica para formar a consciência republicana dos concidadãos, recorrendo tanto à educação formal quanto à palavra impressa e ao exemplo moral. Apollinario seguramente não foi o único educador e literato a exercer larga influência na vida social e política porto-alegrense durante este período, mas sua atuação pode ser uma boa porta de entrada para se conhecer melhor alguns modos pelos quais ocorreu a formação da consciência nacional e republicana de uma geração de rio-grandenses. Inspirados por ele, e mesmo contra ele, construíam-se significados para a identidade republicana da província de São Pedro. Para ilustrar a relevância da escolha deste personagem, basta recorrer à resposta que o próprio Apollinario Porto Alegre ofereceu à sua expulsão da União Republicana, em junho de 1890.

Naquela ocasião, a ruptura com o partido republicano era um resultado das divergências que se intensificaram ao longo da década de 1880 e da marginalização e derrota imposta aos pontos de vista de Apollinario. Com o advento da República, ao sectarismo do núcleo defensor da concepção positivista do Estado, o velho propagandista reagiu com a aproximação aos demais dissidentes e os antigos liberais da monarquia para formar a União Nacional, em oposição à União Republicana, da qual fora um dos fundadores. Esta última organização, então, em lacônico comunicado, informou a Apollinario sua expulsão, por ter tomado uma atitude política “incompatível” com a associação.⁴ A resposta aos ex-correligionários veio em extensa e veemente carta publicada no tradicional jornal liberal A Reforma, onde recordava sua já antiga história de discordância com os positivistas e comparava sua própria trajetória de militante republicano com a deles em termos de coerência de princípios e de conduta. Esta carta pode ser lida como um documento revelador do modo como seu autor concebia um sentido para a atuação pública ao longo de sua vida. Ali definia com clareza a preferência por um republicanismo “democrático” e liberal, declarando que a opção por aquele ideal orientou tudo o que fez até então. Nada mais eloqüente que suas próprias palavras para descrever o que entendia como dedicação total da vida a uma causa:

Eu envelheci com o meu ideal, compreendi cedo que era necessário fixar a propaganda com exemplos dignos de imitação e segui avante, imperturbável, inconcusso, consciente da minha missão. (...)

Decidido em verdes anos a ser propagandista, tomei a resolução de viver independentemente, rotos todos os elos com a monarquia, porquanto, diante de princípios diametralmente antagônicos, para que o combate fosse dado sem impedimento de arraial para arraial, com lealdade, com o respeito mútuo entre os adversários, e, mais que isto, com resultado pelo sacrifício do bem estar presente, só a norma de conduta que eu adotei, era consentânea, era digna, era coerente. **Aproveitei-me de todos os recursos lícitos. As letras, a imprensa, o ensino e o preceptorado, a amistosa convivência, eram tantos veículos por onde eu, transmitindo o meu pensamento, procurava adeptos e neófitos.** E o fiz sempre com hombridade e isenção de ânimo.

⁴ Cf. Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, Porto Alegre, Thurmman, 1954, p. 46.

Recusei posições políticas, empregos, benefícios e condecorações que os partidos representantes do regime dinástico, por mais de uma vez, me ofereceram com o fito, quem sabe, de atrair-me.⁵

A estratégia que Apollinario adotou para a propaganda republicana pretendia ter como um de seus fundamentos a força pedagógica dos “exemplos dignos de imitação” oferecidos pela conduta pública independente. Era sua convicção que o contraste com a suposta corrupção das instituições imperiais despertaria nos concidadãos a consciência da superioridade moral do modelo político alternativo. Para isto, exigia de si mesmo uma coerência absoluta na oposição à monarquia, recusando qualquer colaboração com o regime. Outra linha de ação foi a prática da doutrinação propriamente dita, para a qual se valia dos diversos meios acessíveis aos cidadãos letrados, como a literatura, o ensino e a imprensa. Os estudos históricos, lingüísticos, folclóricos e etnológicos que empreendia, por sua vez, conjugavam-se ao ativismo patriótico como parte importante de sua fundamentação doutrinária. Uma declaração como a transcrita acima, no entanto, deve ser considerada com certo cuidado, pois surgia em um momento de extrema polarização e conflito político. Ali o autor marca posição no confronto com os adversários e tende a simplificar e idealizar as razões da própria conduta. Oferece, ainda assim, uma indicação do sentido de missão que atribuía a seu engajamento, e pode ser confrontada com alguns aspectos da efetiva atuação e da obra por ele produzida.

Vale ainda esclarecer que não se pretende fazer deste estudo uma biografia propriamente dita, nem atribuir ao indivíduo e suas idéias algum juízo valorativo, como julgá-lo “excêntrico”, “gênio” ou qualquer outra coisa. Trata-se, além de perguntar pelo quanto de singular ou representativo de seu tempo existiu em sua trajetória, também de investigar o modo como sua experiência individual traduziu, potencializou ou viabilizou aspirações e conflitos que estavam “no ar”. Por intermédio de uma história de suas escolhas, engajamentos e conflitos, portanto, podemos conhecer alguns modos pelos quais os sentidos de identidade e história local foram colocados em disputa no ensino escolar, nos estudos históricos e no movimento republicano rio-grandense das três últimas décadas do século XIX.

⁵ Cf. A Reforma, 27 de junho de 1890, reproduzido em Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 46-52. Grifos meus.

Um instituto brasileiro: a consciência nacional ensinada a uma geração.

Apollinario José Gomes Porto Alegre (1844-1904) era filho de Antonio José Gomes (1818-1863), inspetor da alfândega de Rio Grande, que acrescentaria o nome de sua cidade natal ao seu próprio para se diferenciar de um homônimo.⁶ Transferido para trabalhar na alfândega de Porto Alegre, mudou-se para lá com a família em outubro de 1859. Ali entregou a educação do primogênito Apollinario, com 15 anos, até então com estudos primários em escola particular de Rio Grande, aos cuidados de seu sobrinho Fernando Ferreira Gomes (1830-1896), que dirigia seu próprio estabelecimento de ensino naquela cidade desde 1853.⁷ Este era filho de Vicente Ferreira Gomes (1805-1838), que fora um dos primeiros jornalistas de Porto Alegre e partidário dos farrapos, aos quais teria servido também como chefe de polícia, advogado e parlamentar.⁸ Aquela casa, o Colégio Gomes, desempenhou um papel relevante na difusão das idéias republicanas no Rio Grande do Sul. Por seus bancos passaram não somente o próprio Apollinario e seus irmãos Apelles e Achylles como também a geração seguinte de republicanos que tomaria a frente na implantação do novo regime no estado do Rio Grande do Sul, como Julio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, entre diversos outros.⁹ O enraizamento das idéias republicanas e liberais bem como a vocação ao magistério no seio das famílias Gomes e Porto Alegre é inegável, o que torna obrigatório incluí-las em qualquer estudo da presença das idéias federalistas e republicanas na província do Rio Grande de São Pedro. A dedicação ao ensino, portanto, quase uma tradição familiar, permitia a Apollinario e seus parentes aspirar a uma peculiar influência na vida política da província.¹⁰

⁶ Esta razão para a mudança de nome é revelada em: Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 7. A ocorrência de homônimos parece ser muito comum para a época, o próprio Apollinario José Gomes Porto Alegre era homônimo do avô Apollinario José Gomes (1758-1823), natural de Portugal, e também de um tio e seu filho falecidos pouco tempo após seu nascimento. Para um esboço dessa árvore genealógica, ver: João Pinto Guimarães, "Apolinario José Gomes e sua descendência", Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 29, n. 117 a 120, 1º ao 4º trimestre, 1950.

⁷ Cf. Ari Martins, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, IEL, 1978.

⁸ Vicente Ferreira Gomes teria dirigido o jornal Constitucional Rio-Grandense entre 1828 e 1831, segundo Ari Martins, op. cit. Para mais informações biográficas, ver também: Antunes, De Paranhos, "Apolinário Porto Alegre e sua obra", A Manhã, Autores e Livros (suplemento literário), Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1944, ano 4, v. 7, n. 10, p. 161-3, reproduzido em: Apolinário Porto Alegre. Popularium Sul-rio-grandense. op.cit., p. 19. Para confirmar sua presença na legislatura provincial de 1835, ver Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996, op. cit., p. 29.

⁹ Cf. Sergio da Costa Franco, Porto Alegre: guia histórico, 2ª ed., Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 199.

¹⁰ A influência política da família de educadores é reconhecida como tal pelo próprio Apollinario em manuscrito transcrito na biografia escrita por seu filho Álvaro, o qual, porém, não cita a origem da fonte nem a data da declaração, o que não permite confirmar sua autenticidade. Feitas as devidas ressalvas, eis a transcrição: "À minha família cabe a glória de ter sido a inspiradora da reação atual em favor da liberdade. [Obs: provavelmente

Mas Apollinario frequentou pouco tempo o colégio do primo, em menos de dois anos partiria para São Paulo, onde pretendia cursar a faculdade de Direito. A trajetória no magistério porto-alegrense iniciou com o retorno de São Paulo, onde não chegou a concluir o curso superior. Atribui-se ao falecimento do pai, em setembro de 1863, a interrupção dos estudos e o regresso à terra natal. Daí em diante trabalhou na escola particular do médico Cyro José Pedrosa, um nome tradicional na instrução pública da província (e que inclusive pertenceu ao quadro de sócios efetivos do IHGPSP). Logo passaria a dirigir suas próprias escolas: em 1867 fundava seu primeiro estabelecimento de ensino, o Colégio Porto Alegre, com a assistência do irmão Achylles; em 1870, agora com o irmão Apelles como auxiliar, criava o Colégio Rio-Grandense;¹¹ em 1876 deixava esta última escola sob a direção do irmão e finalmente inaugurava, em parceria com o colega Hilario Ribeiro, seu mais ambicioso e duradouro projeto, o Instituto Brasileiro, que funcionaria em prédio nos arredores da cidade de Porto Alegre pelos próximos 16 anos. Fundava ali, finalmente, um estabelecimento de ensino pensado para desenvolver plenamente seu projeto pedagógico e político pessoal.

O período em que Apolinário consolidou seu prestígio como professor também foi o da sua mais intensa produção literária, a qual, como já vimos em capítulos anteriores, foi concebida em boa parte como um importante instrumento de educação cívica. Poesia e prosa que imitavam e adaptavam modelos dos escritores românticos brasileiros consagrados foram postos a serviço, entre outras intenções, do incentivo ao sentimento de identidade rio-grandense, do argumento da originalidade lingüística e literária nacional, da construção de uma memória da guerra farroupilha como marco inaugural do republicanismo na província, do ensino das virtudes morais republicanas espelhadas no caráter dos personagens heróicos, do incentivo aos seus colegas literatos para participarem da construção da literatura nacional e sua missão civilizadora, do repúdio às teorias científicas “materialistas”. Entre 1868 e 1879 a publicação de contos, romances, ensaios, poemas e peças teatrais por parte de Apollinario foi intensa, mas após esta última data seu interesse pela literatura como meio de propaganda

Apollinario está se referindo à oposição do partido Federalista ao governo do partido Republicano de Julio de Castilhos, na qual teve participação intensa na primeira metade da década de 1890.]

Fomos os mestres da mocidade rio-grandense. Filhos de farrapos, não interrompemos jamais a evolução tradicional. Fernando Ferreira Gomes, Apolinário José Gomes Porto Alegre, Apelles José Gomes Porto Alegre, Lucio Porto Alegre, tio, Cipriano Porto Alegre e até José Carlos Ferreira Gomes, como o mais ilustre secretário que teve a instrução pública.”

¹¹ Cf. Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 10; Ver também “Apollinario José Gomes Porto Alegre”, O Independente, 24 de abril de 1904, p. 1 e 2.

parece ter diminuído drasticamente, coincidindo também com o fim da circulação da Revista do Parthenon Litterario.

Sua dedicação ao ensino escolar, porém, permaneceu firme durante toda a década de 1880, quando esteve à frente do Instituto Brasileiro. Esta escola, localizada na estrada do Caminho do Meio, nos arredores de Porto Alegre, funcionando como internato, deveria oferecer, para além de uma educação formal, uma formação integral que habilitasse a nova geração a construir um novo país. No jornal “A Escola”, que circulou como órgão oficial da instituição, Apollinario teria apresentado os princípios de sua proposta educacional:

Encaramos a educação sob o tríplice aspecto, — físico, intelectual e moral, — condição impreterível: ao contrário, será de resultados nulos. Neste imenso território, em cada quilômetro quadrado, estabeleçam uma aula, não limitem o ensino exclusivamente à instrução primária; acrescentem matéria de curso superior; iluminem os espíritos com o farol da ciência universal.

E o que terão em resumo?

Inteligências, e só inteligências!

Sim, luz. Luz para o cérebro e, simultaneamente, para o coração!...

Educação moral, sobretudo, — eis a legenda dos bons preceptores.

Educação moral, — eis a salvação da Pátria.¹²

A proposta da escola pretendia ser ousada, mas não estava em desacordo com as noções correntes sobre a finalidade da educação. Ao tempo da fundação do Instituto Brasileiro o interesse por idéias renovadoras da prática pedagógica estava em voga nas escolas brasileiras. Em Porto Alegre circulava uma Revista Mensal da Instrução Pública, publicada pela Diretoria Geral da Instrução Pública do governo da província para divulgar idéias pedagógicas e medidas administrativas entre os professores. Pois nela também falava-se em “educação integral” e do desenvolvimento “físico, intelectual e moral” dos alunos.¹³ Tentou-se efetivamente a aplicação prática destes princípios no ensino público, conforme o novo regulamento da Escola Normal da Província de 1877 aprovado pela Assembléia Provincial, o qual dispensava a instrução religiosa e em seu lugar estipulava a obrigatoriedade

¹² Do jornal “Escola”, do Instituto Brasileiro, em 1876, cf. reproduzido em: Álvaro Porto Alegre, Apollinário Porto Alegre. Porto Alegre, Ed. Thurmman, 1954.

¹³ Sobre a “Revista mensal da Instrução Pública”, ver Regina Portella Schneider, A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889), Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS/EST, 1993, p. 333.

da cadeira de “exercícios militares, ginástica e esgrima”, bem como “música vocal e canto”.¹⁴ Criticava-se na época também a pouca eficiência do método expositivo e da memorização aplicados à educação infantil, sendo que a novidade do momento era o “método Abílio”, criado pelo professor carioca Abílio Cezar Borges. Sua doutrina tinha como fundamento a preponderância da intuição no pensamento infantil e defendia a troca dos livros pelas exemplificações com objetos.¹⁵

Entre as intenções de legisladores e governantes e a difícil realidade do ensino público no Rio Grande de São Pedro existia, porém, grande distância. Nos próprios relatórios governamentais eram freqüentes as reclamações contra a falta de recursos, o imprevisto e a escassez de mestres qualificados. Estimava-se que mais de dois terços das crianças em idade escolar não freqüentavam aulas.¹⁶ Escolas particulares como o Instituto Brasileiro, por seu lado, dirigidas por educadores de renome, eram destinadas a uma minoria, aos filhos das famílias de melhores condições sociais e econômicas. Apollinario Porto Alegre, apesar da pregação democrática de seus discursos e de sua literatura, tinha consciência de que educava a elite da sociedade rio-grandense e pretendia formar dirigentes aptos a conduzir a República que o futuro haveria de trazer. A primeira recordação que o ex-aluno Gomercindo Ribas mencionou em seu discurso de homenagem póstuma ao mestre foi a das aulas de oratória em que aquele lhe ensinava as atitudes oratoriais, o fazia subir à tribuna para recitar discursos e corrigia seus gestos e entonação da voz.¹⁷ Dominar a técnica de discursar em público era um requisito básico para quem desejasse ocupar uma posição de destaque na sociedade, e este treinamento era oferecido no Instituto Brasileiro.

A doutrinação nos princípios republicanos, a par com as pretendidas inovações pedagógicas, a educação física e militar, a extrema importância dada ao civismo e a abolição dos castigos corporais criavam para a escola uma fama de baluarte progressista e mesmo desafiador do *status quo* político, embora muitos de seus princípios não estivessem em desacordo com idéias também adotadas no ensino oficial, quando prevalecia a pressão pela laicização do ensino vinda da Assembléia provincial liberal. O próprio logotipo do Instituto

¹⁴ Estas modificações foram introduzidas por iniciativa da Assembléia Provincial, de maioria liberal, apesar da resistência de Tristão de Alencar Araripe, presidente da província na época, em aceitar a substituição da cadeira de instrução moral e religiosa pela de instrução militar, além da inclusão do ensino de música e retórica. Ver Regina Portella Schneider, op. cit. p. 339 a 344.

¹⁵ Ver Idem, *Ibidem*, p. 334.

¹⁶ Ver Idem, *Ibidem*, p. 321-328.

¹⁷ Ver Gomercindo Ribas, Homenagem a um professor — Inauguração da herma de Apollinario Porto Alegre, Porto Alegre, Livraria Americana, J. O. Rentsch & Cia, 1927.

Brasileiro sugere este sentido quando apresenta uma ilustração do prédio da escola, uma construção térrea que lembra uma fortificação por seu formato quadrangular e pelos torreões sobre suas esquinas frontais. No pátio em frente ao prédio aparecem diversas crianças, meninos e meninas em recreação, fazendo exercícios ginásticos sobre barras e subindo e descendo escadas e cordas, à maneira de treinamento militar. Ao lado, uma inscrição sugestiva e simbólica: “Situado fora da cidade”. Como não relacionar tal frase ao efeito regenerador e formador do caráter que a literatura de Apollinairo atribuía à vida no campo e ao contato com a natureza? E a um republicano convicto não escaparia a ironia, pois do lado de fora da cidade também ficaram as tropas que sitiaram Porto Alegre durante a guerra farroupilha. Além do mais, a estrada do Caminho do Meio, onde ficava o Instituto, conduzia ao morro Santana e à Casa Branca, onde a tradição dizia terem-se aquartelado as forças rebeldes.¹⁸



O que fica sugerido pela imagem pode ser atestado em depoimentos de ex-alunos e admiradores, como o do literato Antonio Carlos Machado em conferência de homenagem ao centenário do antigo mestre na Federação das Academias Brasileiras de Letras:

Por ocasião das provas, dispensava a máxima tolerância aos examinandos.

Sempre que oportuno, promovia passeatas, festas, reuniões e passeios. Pouco

¹⁸ Os anúncios do Instituto publicados na imprensa sempre frisavam a localização: “Instituto Brasileiro – num dos arrabaldes da cidade de Porto Alegre”, cf. *A Imprensa*, 04 de janeiro de 1881, p. 4; Idem, 08 de dezembro de

conhecido o fato de que em pleno fastígio do regime monárquico, talvez em todo o Brasil ninguém tivesse tido a idéia que acudiu a Apolinário de organizar um batalhão escolar, dotado de uniforme e banda de música, ao qual chegou a ser ministrada instrução pré-militar por distintos oficiais do Exército, republicanos confessos, como os majores Ernesto Cesar e João Cezimbra Jacques.

De todos os recantos do Rio Grande afluíam ao Instituto, todos os anos, dezenas de internos e semi-pensionistas.¹⁹

A biografia escrita pelo filho Álvaro Porto Alegre (1875-1969), educado no Instituto Brasileiro, também enfatiza as atividades cívicas e de doutrinação republicana em que eram envolvidos os alunos da escola dirigida pelo pai, inclusive na propaganda para o público externo:

O Instituto Brasileiro teve existência de 16 anos, tornando-se afamado dentro da Província, (...) não só por ser estabelecimento modelar, onde a educação didática era esmeradíssima, bem como a moral, (...) mas ainda pela doutrinação republicana, já intramuros, já externamente com passeatas cívicas comemorativas de vitórias das armas farroupilhas e de passagens da revolução francesa, à luz de fogos de Bengala, pelas ruas da cidade atônita, tendo à frente a banda de música do colégio, retumbando pelos ares o hino rio-grandense farroupilha e, pela primeira vez neste torrão abençoado, foi ouvida em público a Marselhesa! (...)

Nesse edifício a mocidade era republicanizada e, não poucas vezes, tinha a assistência de alunos da extinta escola militar (...).²⁰

A plena integração das atividades pedagógicas com o projeto intelectual e político de Apolinário Porto Alegre também é confirmada nas memórias de Alfredo Varela (1864-1943), um de seus alunos que viria a ter forte engajamento na política republicana e se dedicaria a historiar a formação da sociedade rio-grandense. Ao narrar sua infância e adolescência,

1881, p. 2.

¹⁹ Antônio Carlos Machado. O solitário da Casa Branca: a sua vida - a sua obra - a sua época. Conferência realizada na sede da Federação das Academias de Letras do Brasil (Rio de Janeiro) a 26 de agosto de 1944 e acrescida de numerosas notas aditivas para esta publicação. Rio de Janeiro: Pongetti, 1945, p. 101.

²⁰ Ver Álvaro Porto Alegre, op. cit. p. 12.

Varela lembra que considerava-se o único republicano convicto em sua cidade natal, Jaguarão, e só teria encontrado um ambiente favorável à “idéia sacrossanta” quando em 1882 foi para Porto Alegre completar os estudos no Instituto Brasileiro. Recorda também que a cidade naquele ano estava em plena efervescência da Convenção de 23 de Fevereiro, a primeira do partido republicano.

Renascera havia alguns anos o devido apreço ao nosso lendário passado, graças à propaganda, sobretudo ao exemplo, de Apolinário Porto Alegre, diretor do “Instituto Brasileiro”, onde o egrégio rio-grandense, a par do ensino das humanidades, se votava a um ativo sacerdócio político. Lingüista consumado, poeta e prosador, foi larga a influência deste nobilíssimo varão, no seio dos colegiais, como em o círculo social a si convizinho, a quem se impôs, o ilustre extinto, por saber e austeridade. Entre os estudantes, principalmente, foi extraordinária a ascendência de Apolinário, homem de poucas mas de impressionadoras palavras, na vida ordinária; impressionadoras, com especialidade, quando ele se encontrava no seu recanto favorito, no gabinete de trabalho. Cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução farroupilha, por cima de mesas se estendiam os documentos que estavam em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos, que desgraçadamente se dispersaram, com as adversidades de Apolinário (quem o diria!) sob a República anômala que subsiste entre nós.²¹

²¹ Alfredo Varela. Rememбранças - Tempos idos e vividos. 2ª edição, Rio de Janeiro, A.G.U.S.A., 1959. 2 volumes.

Os testemunhos sugerem que os estudos da literatura e da história nacionais eram, antes de tudo, concebidos como uma forma de motivar o patriotismo e procurar despertar nos alunos o desejo de participar nas decisões dos destinos da nação. Apollinário incentivava-os desde cedo a formar associações literárias e nelas cultuar a memória dos grandes nomes da província. O discurso de homenagem ao antigo mestre de outro ex-aluno, Leonardo Macedônia, enfatizava justamente estas atividades e o efeito que provocavam nele e em seus colegas:

Nas salas de estudo, o amor ao trabalho, inculcado pela palavra e pelo exemplo. Nas associações literárias “Luz e Literatura”, da divisão dos Maiores, e “Amor às Letras”, da divisão dos Menores, a cultura do espírito e da inteligência, pelo estudo, pela palavra falada, e pela comemoração dos feitos e das virtudes dos nossos maiores.

Naquelas sessões memoráveis, realizadas semanalmente, recordo agora com infinita saudade, principiámos todos os jovens associados, a admirar, a amar e a venerar a memória de Bento Gonçalves, Portinho e Andrade Neves; de Garibaldi, Bento Manoel e Rafael Pinto Bandeira; de Osório, Porto Alegre e João Manoel; de Araujo Porto Alegre, Joaquim Caetano e Felix da Cunha.

Naquelas sessões inolvidáveis comemorávamos a epopéia de 1835 a 1845; discutíamos episódios da guerra do Paraguai; analisávamos Ituzaingo e Riachuelo, e comentávamos a conduta da nossa gente nos dois feitos militares. (...) A obra, segura e tenaz, de evangelização democrática e republicana, produziu efeitos magníficos. O colégio era um seminário de democratas e de republicanos, era um viveiro de ardentes patriotas, que sonhavam e desejavam dias de paz, de prosperidade, e de felicidade para a Pátria, sob um regime político livre, democrático e republicano.²²

Os depoimentos acima, portanto, oferecem diversas indicações do papel exercido por Apollinário na formação de boa parte de uma geração de republicanos rio-grandenses. No entanto, a intenção laudatória e o efeito de filtragem que o tempo decorrido faz à memória, bem como a influência das questões da época em que foram escritas, obrigam a que se

²² Ver Leonardo Macedônia, “Discurso proferido ao ser recebido sócio efetivo do IHGRGS”. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, 4º trimestre, ano 12, n. 48, 1932, p. 278.

procure outras fontes para melhor julgar o efeito e alcance da “evangelização democrática e republicana” do Instituto Brasileiro. Não foi possível, no entanto, nesta pesquisa localizar qualquer documentação direta das atividades desenvolvidas naquela instituição. Alguns anúncios em jornais da época, com listas de alunos aprovados nos exames da Instrução Pública, podem oferecer algumas pistas, pela possibilidade de comparação com as demais escolas particulares quanto ao número de alunos matriculados e quanto às relações entre os seus diretores e a organização da instrução pública.

Durante os anos de 1880 e 1881, por exemplo, o Instituto Brasileiro, funcionando exclusivamente como internato, teve respectivamente 32 e 46 alunos freqüentando suas aulas.²³ Não era um número elevado, considerando que outras escolas contaram com mais de 170 alunos, como o Ginásio São Pedro e o prestigiado Colégio Gomes, de seu primo Fernando Ferreira Gomes.²⁴ A própria Escola Normal, pelo lado da instrução pública, também superava a centena de alunos no início daquela década.²⁵ O principal argumento de Apollinario para divulgar seu estabelecimento em concorrência com os demais não foi o da quantidade, mas o da excelência dos seus alunos. Para os anos mencionados acima, os anúncios do seu internato em um jornal da cidade destacavam a quantidade de aprovações nos exames de preparatórios da instrução pública: 46 e 73 respectivamente, contabilizando os sucessos de um mesmo aluno em diversas disciplinas. Para se ter uma idéia sobre a relevância destes números, o Colégio Rio-Grandense, escola secundária dirigido pelo seu irmão Apelles Porto Alegre, para o mesmo ano de 1880 divulgou na imprensa apenas 15 aprovações e o Colégio Souza Lobo, dirigido pelo “engenheiro geógrafo” José Theodoro de Souza Lobo anunciou 44 aprovações (não conhecemos, no entanto, o número total de alunos que freqüentavam estas escolas).²⁶

À competição entre as escolas deve-se atribuir uma importância relativa, dadas as relações de amizade entre os principais professores da cidade. Apollinario, por exemplo, dava aulas no Colégio Rio-Grandense do irmão Apelles, e este, por sua vez, fazia parte do corpo

²³ Cf. os anúncios do Instituto Brasileiro em: *A Imprensa*, 04 de janeiro de 1881, p. 4; Idem, 08 de dezembro de 1881, p. 2.

²⁴ Em 1876 o Colégio Gomes seria a maior escola da cidade, com 178 alunos, segundo Sergio da Costa Franco, op. cit., p. 199. O Ginásio São Pedro, segundo dados fornecidos pelo próprio Apollinario Porto Alegre, teve 172 alunos entre 1878 e 1880, cf. *A Imprensa*, 04 de janeiro de 1881, p. 4.

²⁵ Ver Regina Portella Schneider, op. cit., p. 450.

²⁶ Cf. *A Imprensa*, 27 de agosto de 1880, p. 3; Idem, 04 de janeiro de 1881. Entre as matérias dos exames aos quais os alunos submetiam-se, como pré-requisito para freqüentar os cursos superiores, constavam português, francês, inglês, latim, geografia, história, álgebra, geometria, retórica e filosofia. O Colégio Gomes teria encerrado suas atividades em 1878, segundo Ari Martins, op. cit.

docente do Colégio Souza Lobo. E na escola deste último lecionava também nosso já conhecido Fernando Ferreira Gomes em pelo menos duas matérias: Geografia e Álgebra.²⁷ As relações de amizade facilitavam a cooperação entre um grupo reduzido de professores de renome, assim como a desavença pessoal podia dar margem à competição. O próprio Apollinario, por exemplo, escolhia como seu alvo preferido de comparação o Ginásio São Pedro, cujo proprietário era seu desafeto. Em 1881, junto com a relação de aprovados do Instituto Brasileiro nos exames preparatórios, mandara publicar um “quadro comparativo” entre as duas escolas. Ali, afirmava que o Ginásio São Pedro, com 172 alunos, durante três anos tinha obtido 126 aprovações. Enquanto isso, o Instituto Brasileiro, com 32 alunos, no mesmo período teria obtido 149. Em termos relativos, a superioridade de sua escola seria esmagadora, conforme assegurava um orgulhoso Apollinario:

Estabelecida a proporção, o Ginásio S. Pedro, em vez de 126 aprovações, deveria apresentar como resultado 800.

E acresce ainda:

1º Que o abaixo-firmado nunca se apresenta na instrução pública durante o período de exames.

2º Que jamais se empenhou ou pediu proteção para qualquer de seus alunos.²⁸

Os últimos esclarecimentos não eram fortuitos, eram sinais de um conflito iminente entre os dois donos de escola e que se deflagraria nos exames do final daquele ano. Em novembro saíram à luz em “a pedido” nas páginas do jornal *A Imprensa*, de propriedade de Apelles Porto Alegre, uma série de cinco capítulos intitulada “A mesa de exames de geografia”, mandados publicar por Apollinario.²⁹ Tratava-se de um veemente protesto contra a perseguição que dois dos examinadores de Geografia estariam fazendo contra seus alunos. Agora agressivo e cáustico, o distinto educador atacava e insultava com ferocidade os avaliadores que teriam prejudicado deliberadamente seus alunos, pois desejava lhes aplicar “ferro em brasa como cautério”:

²⁷ Para a lista do corpo docente do Colégio Rio-Grandense, ver *A Imprensa*, *Idem*; Para o Colégio Souza Lobo, ver *A Imprensa*, 27 de agosto de 1880; *Idem*, 21 de fevereiro de 1881.

²⁸ Cf. *Idem*, *Ibidem*.

²⁹ Cf. “A pedido – A mesa de exames de geografia”, *A Imprensa*, 22, 23, 25 e 26 de novembro de 1881.

O primeiro, um eunuco, um fragmento esfacelado de amputação, entidade boçal, chata, estúpida, alvar, torta e caquética, estéril e perversa, menos que um jumento, e mais que um milhão de escorpiões.

O segundo, superlativamente sandeu, ignorante nas disciplinas preparatórias, supinamente ignorantíssimo na sua profissão, onde não passa de cirurgião magarefe e charlatão vulgar, como hei de prová-lo...³⁰

A virulência da linguagem utilizada pelo distinto mestre pretendia ser proporcional ao peso das acusações. Os dois examinadores seriam amigos do Sr. Castilho, proprietário do Ginásio São Pedro, e costumavam prestar favores a ele aprovando seus alunos e perseguindo os de Appollinario. Um dos examinadores teria feito propaganda contra Appollinario no interior da província. O outro teria no colégio de Castilho um irmão que fora “vergonhosamente” aprovado em Português. E os dois seriam tão incompetentes que os examinadores sérios da banca freqüentemente os corrigiam. Appollinario tentava demonstrar que sua indignação era legítima pela narração dos episódios ocorridos com seus alunos durante os exames, quando as respostas certas deles eram consideradas erradas. Acusava ainda o Sr. Castilho de ser professor incompetente e comprar resultados na mesa de exames. Como evidência, conta que, no ano anterior, de dez alunos do Ginásio, nove tiraram distinção, o que, mesmo para professores respeitados como Souza Lobo e Ferreira Gomes, seria impossível. Enfim, seu rival comportava-se como um negociante inescrupuloso, ofendendo o sentido de sacerdócio que diretor do Instituto Brasileiro atribuía à sua profissão.

Parece-me que o bufarinheiro considera-me um espécie de abantesma a seu negócio, e em vez de fazer concorrência no campo lícito do trabalho e da honestidade, desce a auxiliar-se de quanto meio repugnante há no código dos *salteadores sociais*, como boatos falsos espalhados pela campanha, com intuito de prejudicar-me; como mesas de exame onde ele consegue colocar dois vis andróides, dois títeres de realejo.

O calaceiro não me conhecia, não imaginava que sou rio-grandense às direitas, e tenho todas as energias de meu pátrio ninho; e que como toda a província soffro pacientemente até certa e determinada baliza.³¹

³⁰ Cf. *A Imprensa*, 22 de novembro de 1881, p. 2

³¹ Cf. *A Imprensa*, 26 de novembro de 1881.

É significativo que Apollinario identifique-se como “rio-grandense às direitas” ao justificar a iniciativa de partir para o ataque contra seus adversários. Com naturalidade, reivindicava para seus atos a encarnação da identidade belicosa atribuída à província e partia armado com esta retórica para o combate. Para além dos destemperos gerados pela desavença pessoal e profissional, o episódio é ilustrativo do orgulho e zelo com que Apollinario defendia sua imagem de educador independente, patriota e fiel a seus princípios. Ao mesmo tempo, revela sua disposição para um relacionamento tenso com a organização da instrução pública do Império.

Este não teria sido o único conflito desse tipo em que se envolveu, travado com farta troca de acusações pela imprensa. Cerca de uma década antes, quando ainda não existia o Instituto Brasileiro, Apollinario entrara em confronto com o inspetor geral da instrução pública da época, o médico José Bernardino da Cunha Bittencourt (1827-1901). As desavenças tinham começado em 1871, quando este último teria mandado convidar Apollinario para dirigir o jornal *O Constitucional*, folha que surgia representando uma ala dissidente do partido Conservador. Aquele convite teria lhe aborrecido muito, pois soava como um desrespeito às suas convicções republicanas, que eram por todos bem conhecidas. À tentativa frustrada de cooptação teriam se seguido outros incidentes que reforçaram o despeito pessoal, como a cobrança, pela inspetoria, de informações sobre sua escola particular e a aplicação de multa devido à recusa em fornecê-las. O conflito logo se estenderia ao *Parthenon Litterario*, ao qual também foram solicitadas informações sobre as aulas noturnas que os sócios ministravam, e que, por iniciativa de Apollinario e Souza Lobo, também foram negadas ao governo. Seguiu-se então uma longa temporada de trocas de acusações e insultos entre os dois professores e o inspetor da instrução pelas páginas dos jornais da capital rio-grandense.³²

Os dois episódios acima ilustram em certa medida a disposição de Apollinario em manifestar claramente uma plena incompatibilidade com as instituições educacionais do Estado monárquico. Seu credo republicano somava-se à recusa da política partidária do Império para justificar a atitude negativa em colaborar com a instrução pública ou tentar uma carreira no ensino da corte, como muitos de seus amigos faziam. Nem seria preciso lembrar que esta atitude impedia que sua escola ou mesmo sua carreira se favorecessem das vantagens

³² Cf. *O Constitucional*, 26, 28, 29 e 31 de janeiro de 1873; *Idem*, 1º, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 15, 16, 19, 21 e 25 de fevereiro de 1873

que uma boa relação com as autoridades costumava proporcionar. Companheiros de professorado e do Parthenon Litterario, como Vasco de Araujo e Silva e José Theodoro de Souza Lobo, não deixavam de participar do Conselho da Instrução Pública, mesmo quando este era presidido pelo conservador e desafeto José Bernardino da Cunha Bittencourt.³³ Affonso Luiz Marques, companheiro da fundação da sociedade Parthenon Litterario, lecionava História e Geografia na Escola Normal mantida pelo governo da província. Hilario Ribeiro de Andrade e Silva, com quem Apollinario fundou o Instituto Brasileiro, também foi professor da Escola Normal da província e em 1878 já partia para lecionar no Liceu de Artes e Ofícios da corte. Escreveu diversos livros didáticos, uma prática comum aos educadores de carreira da época, com obras que receberam prêmios e circularam em todo o território nacional.³⁴ Apollinario, por sua vez, instado pelo amigo a percorrer o caminho de autor didático, recusava-se a enfrentar aquilo que considerava má vontade e incompetência das autoridades.

La vai um ano, e ainda teu pobre livro corre aventuras em companhia da apreciação rubricada por mim, esperando uma decisão... talvez no vale de Josaphat!

Miseranda instrução!

E ainda dizes, aconselhando-me, que eu escreva alguma obra para as aulas primárias!

Se eu quisesse morrer mais rapidamente, anuiria.

Quando lembro que o nosso amigo Antonio Carlos Bandeira, querendo um lugar na Escola Normal, não o obteve, ele, quer por seus talentos e ilustração na corte ofereceram uma cadeira na academia, desanimo deveras! E faço o que devias ter feito, retraio-me, encolho-me o mais que é possível... Onde não há patriotismo, semeia-se o trigo e nasce o joio.³⁵

³³ Cf. O Constitucional, 15 de novembro de 1872, p. 3.

³⁴ Ver Achylles Porto Alegre, *op. cit.*, p. 154, e outros. Outros professores porto-alegrenses também escreviam livros didáticos e cartilhas que eram adotados pela instrução pública e pelas escolas particulares: Vasco de Araujo e Silva; José Theodoro de Souza Lobo; Eudoro Berlink, Ignacio Vasconcellos Ferreira, Antonio Álvares Pereira Coruja, ver Regina P. Schneider, *op. cit.*, p. 269.

³⁵ Cf. Iriema (Apollinario Porto Alegre), "Carta à Hilario Ribeiro", Revista do Partenon Literario, 2ª série, n. 7, julho de 1875, p. 40 a 45.

Fica clara então a condição tensa e conflituosa das relações do cidadão Apollinario, e de seu projeto político-educativo, com a política oficial para a instrução. Para ser coerente com o propósito de fazer da profissão um instrumento de doutrinação republicana e anti-monárquica, o mais velho dos irmãos Porto Alegre não podia abrir mão daquela polarização com as instituições oficiais. Se esta atitude lhe valia a admiração dos alunos, amigos e correligionários, tinha como conseqüência um isolamento que ele praticamente se auto-impunha. Para dimensionar a influência das idéias educacionais de Apollinario Porto Alegre e do Instituto Brasileiro, portanto, torna-se necessário levar em conta esta situação de quase marginalidade em relação ao *status quo* político e institucional da província. Embora desfrutasse de alto conceito entre boa parte de seus colegas de profissão e obtivesse excelentes resultados no desempenho dos seus alunos, seu grupo de jovens discípulos era reduzido em comparação com o total dos alunos das escolas particulares de Porto Alegre, via de regra oriundos das famílias mais influentes da província.

Não obstante, deveríamos supor que, pelo menos entre o reduzido círculo de militantes do partido republicano, sua liderança intelectual estaria garantida. Mas isto não aconteceu e suas posições viriam a se tornar minoritárias dentro do próprio movimento, o que se deu ao longo da década de 1880, quando perdeu espaço para uma nova geração de bacharéis formada nas academias de Direito e influenciada pelo positivismo. Torna-se necessário, portanto, compreender os impasses e derrotas de seu projeto político e intelectual, na medida que sua trajetória de vida continua sendo uma referência indispensável para se ter acesso aos sentidos de identidade rio-grandense e nacional em disputa naquela província.

Sonhando a grande nação: republicanismo e identidade nacional.

Desde que o sistema de governo republicano se instalara de modo irreversível, o pioneirismo histórico na pregação da “nova idéia” tornara-se um título honorável e fazia nascer uma disputa sobre quem deveria ocupar este importante lugar simbólico, especialmente entre os rio-grandenses.³⁶ Na já mencionada carta em resposta à expulsão da União

³⁶ O conhecido estudo de José Murilo de Carvalho revela como diferentes versões foram produzidas sobre a preponderância deste ou daquele personagem na fundação da República no Rio de Janeiro, de acordo como interesse de cada grupo político. Não discute, porém, as diferentes tradições de idéias republicanas nas províncias e os diversos pontos de vista sobre o regime que delas partiam. Considerando o caso rio-grandense, entendo que não se deve colocar em questão a invenção de um “mito de origem”, mas a disputa em torno dos

Republicana, de julho de 1890, Apollinario reclamava para si o nobre posto de precursor da propaganda e com este argumento questionava a legitimidade de seus desafetos para falar em nome do republicanismo na província. Embora declarasse que não tinha a “veleidade estulta” de ser reconhecido patriarca, não admitia que aqueles reivindicassem a bandeira do “republicanismo histórico”. Esta pertenceria aos rebeldes farrapos de 1835 e aos poucos cidadãos que, junto com ele, há cerca de 30 anos, teriam feito renascer “as tradições democráticas” do Rio Grande.³⁷

A questão, portanto, implicava em muito mais do que um problema de exatidão cronológica ou de mera vaidade. Excluir ou menosprezar a memória da contribuição de Apollinario Porto Alegre na campanha republicana entre os rio-grandenses tornara-se tão importante para assegurar a legitimidade do governo do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) que, cinqüenta anos depois da morte do velho educador, seu filho ainda denunciava tais atitudes com indignação e ressentimento. Na biografia que publicou em 1954, Álvaro Porto Alegre sustentava que o partido republicano na província tinha sido criação de seu pai, o qual, com alguns amigos, teria criado o “Clube 20 de Setembro” em 1868.³⁸ Achylles Porto Alegre também tinha se manifestado em defesa da primazia do irmão, apontando o ano de 1871 como o da organização do primeiro grupo republicano em Porto Alegre.³⁹

O que interessa para nossa discussão, mais do que atestar o suposto pioneirismo, é o papel que os letrados da província exerceram na construção de uma nova organização política e seu ideário. As datas apontadas acima indicam que a agitação republicana cresceu na década de 1870 na província de São Pedro, a exemplo do que já acontecia na corte e nas principais cidades do país, repercutindo momentos importantes como a queda do gabinete liberal de 1868, o término da guerra do Paraguai, o manifesto republicano lançado na corte em 1870 e a lei do Ventre Livre, episódios que aguçaram o desgaste político da monarquia. O período é também aquele do auge da Revista do Parthenon e da produção literária de Apollinario Porto Alegre, com sua intenção de sensibilizar os leitores para os valores morais que deveriam ser associados a uma tradição republicana da província. A organização e

argumentos de legitimidade para o exercício do poder. Ver José Murilo de Carvalho, A formação das almas: o imaginário da república no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³⁷ Ver A Reforma, 27 de junho de 1890, reproduzido em Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 46-52.

³⁸ Ver Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 34.

³⁹ Ver Achylles Porto Alegre, “Os pioneiros da nova idéia”, op. cit., p. 182.

propaganda partidária configuravam, naquele momento, mais um campo de ação para os jovens propagandistas da república, complementar e paralelo ao da literatura e da educação escolar.

A articulação dos republicanos porto-alegrenses daquela época se dava em torno da liderança de Francisco Xavier da Cunha (1835-1913), um ex-liberal que aderira ao manifesto republicano lançado na corte. Desde então, o irmão do falecido político liberal e poeta Félix da Cunha dedicava-se à propaganda pela mudança do regime, primeiro publicando artigos no jornal A Reforma, do partido Liberal do Rio Grande do Sul, depois fundando A Democracia, folha semanal que se auto-declarava "órgão do partido republicano". Esta circulou em Porto Alegre por cerca de cinco meses em 1872 e retornaria dois anos depois para existir novamente por pouco tempo, apenas de novembro de 1874 a maio do ano seguinte.⁴⁰ Apollinario Porto Alegre teria colaborado com sua redação e, embora não tenha assinado artigos, ao menos na segunda fase, lá apareceram algumas de suas poesias de exaltação à liberdade do "campeiro" rio-grandense e do guerreiro farrapo já publicadas na revista Arcádia, bem como outros poemas sob o pseudônimo de Iriema, retirados de seu recém lançado livro "Bromélias". "A Democracia" era impressa na tipografia da Imprensa Litteraria, oficina que publicava a Revista do Parthenon e os livros do próprio Apollinario Porto Alegre e outros sócios.

Também por iniciativa de Francisco Cunha teria sido criada uma organização secreta, a "Associação dos Federados" ou A.D.F., da qual participavam Apollinario e outros literatos e professores republicanos de Porto Alegre, além de militares de diversas patentes.⁴¹ Segundo documentos apresentados por Álvaro Porto Alegre, os membros eram divididos em

⁴⁰ Segundo Helga Piccolo, em sua primeira fase A Democracia circulou de 05 de fevereiro a 17 de junho de 1872. Na sua "segunda época", a folha circulou de 02 de novembro de 1874 a 24 de maio de 1875, completando 30 números publicados, conforme consta no acervo do Museu de Comunicação Social Hypolito da Costa. Ainda segundo Helga Piccolo, neste intervalo entre as duas "épocas" de A Democracia, Francisco Cunha viveu na corte, onde teria chefiado a redação do jornal A República, do partido Republicano do Rio de Janeiro, de 29 de novembro de 1872 a 28 de fevereiro de 1874.

⁴¹ Achylles Porto Alegre não faz referência direta à A.D.F., mas lista alguns nomes do grupo liderado por Francisco Cunha. Acrescentando outros nomes também citados pelos biógrafos de Apollinario temos, entre os professores-literatos: os irmãos Apollinario, Achylles e Apelles Porto Alegre; Affonso Luiz Marques; Hilario Ribeiro; Vasco de Araujo e Silva; Pedro Tude da Costa Ferreira. Entre os militares: tenente Artur Oscar (mais tarde seria general); alferes Tomas Flores (morreria em Canudos, como coronel); general Tito Pedro de Escobar; João Cezimbra Jacques (cadete da Escola Militar). Outros: Rafael Augusto da Cunha Mattos; João Pereira Gomes; dr. Parobé Julio Lima; João R. da Silva. Ver Achylles Porto Alegre, "Os pioneiros da nova idéia", op. cit.; Álvaro Porto Alegre, op. cit, p. 34; O Independente, 24 de abril de 1904.

seis categorias hierárquicas⁴² e aderiam à causa de estabelecer no Brasil uma república federativa, juravam guardar segredo, possuir uma arma e cumprir fielmente as ordens dadas por seu iniciador.⁴³ Em caso de “fraqueza, desobediência ou perjúrio”, estava prevista a pena de morte, além da desonra do nome do infrator.⁴⁴ Ao entrar para a associação, o iniciado escolhia um “nome heróico” que passaria a usar nos trabalhos desta. A Apollinario atribuiu-se a chefia da “família Mirabeau”.⁴⁵

Não se conhecem, entretanto, evidências seguras de que tal organização tenha funcionado de fato e que suas pretensões revolucionárias tenham sido levadas a sério pelos membros. Apesar de a existência do jornal *A Democracia* indicar um efetivo esforço daquele pequeno grupo de republicanos em divulgar sua causa à margem da política oficial dos partidos monárquicos, o poder de cooptação destes logo se faria sentir. Ninguém menos que o próprio Francisco Cunha abandonaria a trincheira da conspiração republicana e ingressaria no poderoso partido Liberal rio-grandense chefiado por Gaspar Silveira Martins, levando consigo diversos correligionários e provocando a extinção da A.D.F. e de seu órgão de imprensa. Em 1876 o ex-revolucionário já disputava com os liberais as eleições à Assembléia Provincial, na qual ocuparia uma cadeira nos dois anos seguintes.⁴⁶

No discurso de estréia como deputado provincial, Francisco Cunha fez um balanço de sua trajetória e suas palavras permitem compreender a aproximação e o posterior afastamento das posições de Apollinario Porto Alegre. Ali o novo parlamentar recordava seu ingresso na atuação política de 1860 a 1865, quando participava do partido Liberal que seu irmão Félix da Cunha tentava reorganizar na província. Com a morte deste, teria se retirado para os países do Prata, de onde retornou para trabalhar pelo programa do manifesto republicano de 1870. O conhecimento da “vitalidade nacional” das repúblicas platinas, apesar das guerras civis, o teria convencido da superioridade do sistema republicano como caminho para o verdadeiro progresso, como ele próprio relata:

Via que no meio das lutas civis e das incessantes comoções em que se revolviavam esses Estados, era grande e forte a vitalidade nacional. mesmo entre

⁴² Os seis níveis hierárquicos seriam: simples iniciados; membros de família; chefes de família; grêmios; auxiliares do poder e P. S. Ver Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 34.

⁴³ Ver *Idem*, op. cit., p. 35-37.

⁴⁴ Cf. *Idem*, *Ibidem*.

⁴⁵ Cf. *O Independente*, 24 de abril de 1904.

⁴⁶ Cf. *Parlamentares gaúchos: das cortes de Lisboa aos nossos dias*, op. cit., p. 48.

o estridor das armas o progresso tomava gradativo alento e as fontes da vida social rojavam caudais.⁴⁷

De volta à sua terra natal, passou a dedicar-se à propaganda da “idéia democrática” por meio da imprensa e da conspiração pela revolução, na expectativa de uma situação semelhante ao 7 de abril de 1831, quando “a nação” teria expulso o imperador D. Pedro. Os dois caminhos, no entanto, teriam se revelado inviáveis e inadequados para realizar suas ambições. O do jornalismo porque tentava inutilmente atingir “um povo que na sua grande maioria não lê, nem ao menos sabe a marcha que levam os negócios públicos da nação”, e o da “revolução” por causa das resistências encontradas e da dificuldade de coordenação da ação na vastidão do território nacional. Por outro lado, o partido Liberal teria passado a adotar em seu programa as reformas que acreditava satisfazerem “as necessidades de progresso político” do país. A causa republicana tornara-se irrealizável e por isso declarava optar pelo reformismo liberal. Nada seria mais contrário ao radicalismo de princípios de um ainda jovem Apollinario Porto Alegre do que a compreensão da política como “uma ciência do realizável e das reformas oportunas”.⁴⁸

A comparação das atitudes de ambos revela importantes diferenças, apesar da retórica comum em defesa da soberania popular: enquanto Francisco Cunha teria maior desenvoltura no mundo dos homens de política propriamente ditos e fosse mais suscetível ao pragmatismo que aí imperava, Apollinario dava maior importância ao conhecimento e à ação educativa. Trabalhava pela formação da consciência dos cidadãos quanto a uma noção nacionalidade brasileira e seu destino americano, considerando a democracia republicana como uma condição estritamente necessária para sua realização. Embora Francisco Cunha bradasse em seus manifestos frases como “Nem colônia, nem fazenda. Queremos ser a ‘Nação Brasileira’!”,⁴⁹ era Apollinario quem se dedicava ao paciente e metódico estudo e construção dos elementos distintivos da identidade nacional, tais como uma literatura, uma língua, um inventário das lendas e costumes e uma história épica que fossem reconhecidos como exclusiva e legitimamente brasileiros. O modo como ambos trataram a memória da revolução farroupilha é exemplar desta diferença, pois enquanto o segundo a reinventava como um

⁴⁷ Cf. “Discurso pronunciado por Francisco Xavier da Cunha na sessão de 16 de março de 1877 da Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”, p. 134, reproduzido em: Helga I. L. Piccolo, A política rio-grandense no II Império (1868-1882), op. cit., p. 133-137.

⁴⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 137.

⁴⁹ Cf. Francisco Cunha, “Aos Republicanos do Rio Grande do Sul”, A Democracia, 02 de novembro de 1874.

modelo pedagógico de virtudes patrióticas e republicanas, o primeiro a lamentava pelos equívocos políticos que nela se teria cometido, principalmente por romper com “o grande princípio da integridade das nacionalidades”.⁵⁰

Com a dissolução do grupo republicano liderado por Francisco Cunha restaria a um desiludido Apollinario Porto Alegre persistir na sua crença e agrupar novamente os seguidores da idéia-mestra de sua vida. Assim faria em junho de 1878, quando reunia-se com outros fundadores de mais um “Clube Republicano”.⁵¹ Desta vez os métodos conspiratórios seriam deixados para trás e encaminhava-se a formação de um partido dentro da legalidade, como revelam artigos de seus estatutos transcritos por Álvaro Porto Alegre:

Da associação e seus fins – Art. 1º – O “Clube Republicano”, fundado em 29 de junho de 1878, em Porto Alegre, tem por fim dirigir o movimento democrático na Província, fazendo propaganda, quer pela imprensa, quer na tribuna dentro dos limites legais.

Art. 2º – Empregará os esforços para que sejam fundados nas diferentes localidades da Província núcleos filiais com as mesmas bases do clube da capital.

Entre os escassos manuscritos de Apollinario Porto Alegre que foi possível localizar, estava o maço intitulado “Manifesto dos republicanos do Rio Grande do Sul”. Embora não estivesse datado nem assinado, consistindo visivelmente de um rascunho que antecede uma versão final, pela leitura do seu conteúdo foi possível considerá-lo com segurança um documento relativo à criação daquele Clube Republicano em 1878.⁵² Pode ser citado, para fortalecer ainda mais esta convicção, um artigo editorial do jornal A Imprensa, dirigido por Apelles Porto Alegre, publicado em 1882. Ali se revela que Apollinario teria

⁵⁰ Ver Helga Piccolo, op. cit., p. 94.

⁵¹ Curiosamente, o nome de Apollinario não consta na lista de nomes da primeira diretoria do Clube Republicano, cf. Helga Piccolo, op. cit., p. 113. Presidente: Felicissimo Manoel de Azevedo; Vice-presidente: Silvestre Gonçalves de Carvalho; 1º secretário: Julio Ferreira Teixeira; 2º secretário: Alfredo Augusto de Azevedo; Tesoureiro: Julio Pinto de Castro. Outros nomes que filiaram-se ao clube: Apelles Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Cezimbra Jacques, Ramiro Barcellos. Ver De Paranhos Antunes, “Os partidos políticos no RS (1822-89)”, *Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*, vol. II, IHGRGS, 1936.

⁵² O ano de 1878 pode ser inferida pelas críticas à uma recém ocorrida queda do gabinete conservador e ascensão dos liberais ao ministério (João Lins Vieira Cansansão Sinimbu foi o ministro liberal que governou de 05 de janeiro de 1878 a 28 de março de 1880, sucedendo a dez anos de governo conservador), e a uma menção a terem decorridos 33 anos da extinção da República Rio-grandense dos farrapos. Cf. “Manifesto dos Republicanos do Rio Grande do Sul”, acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, documento manuscrito

redigido o manifesto do partido republicano que se pretendia fundar em 1878, mas que não chegou a ser publicado porque, temendo represálias, poucos se dispuseram a assinar o documento que viria a público.⁵³

É possível que a veemência do manifesto tenha sido o verdadeiro fator a provocar o receio dos correligionários em assinar o documento. O texto ataca duramente a monarquia, e mais duramente ainda os partidos monárquicos, especialmente o Liberal, que já era a principal força política na província de São Pedro. Aquele era o momento oportuno para um republicano radical como Apollinario questionar a atitude do partido que, dez anos antes, tinha iniciado uma campanha de pesadas críticas à pessoa do monarca e ao exercício do poder moderador que interrompeu seu governo. Vale lembrar que a reação liberal estava na origem do manifesto republicano de 1870, o qual tinha na condenação ao poder pessoal do imperador um de seus argumentos principais, e que ao mesmo partido Liberal já tinham retornado boa parte daqueles novos republicanos, como foi o caso de Francisco Cunha.⁵⁴ Pois os liberais, naquele ano de 1878, teriam aceitado sem escrúpulos a recondução ao ministério pelo mesmo método que tanto haviam criticado quando da subida dos conservadores. Os mesmos que condenaram o “poder pessoal” de D. Pedro II, por fazer pleno uso constitucional do poder moderador, agora se beneficiavam dele. Ironicamente, os republicanos é que tomavam a defesa do imperador, pois tratava-se de questionar a moralidade do princípio monárquico, e não de sua pessoa.

Os partidos áulicos, fora do governo, exacerbados pela perda das propinas, pelas imensas sinecuras de que seus apaniguados, os inconscientes asseclas gozavam e então são privados, pelo golpe às ambições de mando, atiram a bñlis da raiva impotente em que se remordem à pessoa do imperador. (...)

Quanto a d. Pedro II, [os republicanos] atacam o princípio, não a individualidade, reconhecendo até sua honestidade e virtudes cívicas e domésticas. Aos partidos monárquicos é que tem cabido o ataque ao imperador, quando privados do poder e dos privilégios em benefício do partido oposto. Mas é o direito do soberano concedido pelo poder moderador trocar o gabinete quando desejar. Porque então protestar, como fizeram os liberais

encontrado entre os comprados de Adecalice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

⁵³ Cf. “Ao público”, *A Imprensa*, 05 de março de 1882, p. 1.

veementemente em 1868 e agora subindo ao poder sem escrúpulos, e até em condições mais explícitas de golpe de estado que naquela data.⁵⁵

A incoerência dos liberais reanimava o pequeno grupo de resistência dos republicanos porto-alegrenses e lhes oferecia a oportunidade de partir para a ofensiva da propaganda. O país não precisava, segundo aquele manifesto, de simples reformas, mas de livrar-se do regime monárquico, a verdadeira causa de todos os seus males, inclusive das guerras civis do passado, como a “revolução do Rio Grande”. Para além de uma questão pragmática sobre o melhor sistema de governo ou da preferência por valores democráticos, naquelas páginas manuscritas esboçava-se uma idéia de destino comum e de crença na vocação do continente americano para o progresso. A monarquia brasileira seria um corpo estranho implantado no continente, um bastião das tradições européias a impedir uma inevitável marcha dos países sul-americanos rumo a uma grande federação, a exemplo daquela que se fazia nos Estados Unidos.

Ainda que espelhados no modelo político do colega do norte, os países sul-americanos deveriam despertar para a consciência de uma identidade comum “neo-latina”, diferenciada daquela dos “saxônios”. Aquele obscuro manifesto dos republicanos porto-alegrenses construía noções de semelhanças e diferenças entre os povos americanos para justificar um projeto político ambicioso. Daquele modo, os povos das ex-colônias espanholas fundiam-se na condição comum de “castelhanos” e compartilhavam com os “brasileiros” de todas as províncias uma suposta identidade latina, fundamento de uma futura unidade nacional. A qual, por sua vez, teria um contraponto na etnia e costumes dos anglo-saxões que predominavam na América do Norte. O que os povos de ambos os hemisférios teriam em comum seria a vocação para a liberdade e o progresso inspirada pela natureza do continente americano:

A América é o berço das grandes repúblicas, é o vasto campo para suas evoluções. Na setentrional domina o elemento saxônio, na austral somos todos neo-latinos. O istmo de Panamá apenas liga os dois enormes mundos. Cortada esta courela de terra, unido o Atlântico ao Pacífico, que cena esplêndida. Que

⁵⁴ Ver Manifesto...

⁵⁵ . Cf. “Manifesto dos Republicanos do Rio Grande do Sul”, op. cit.

duas confederações de futuro como nunca o houve! Que oficinas para o trabalho! Que laboratório para as sublimes aspirações da democracia moderna! E quão fácil no sul a homologação das raças, a unidade nacional quando pela linguagem, os hábitos, costumes e culto quase se confundem brasileiros e castelhanos.

Se alguma coisa nos tem até o presente isolado uns dos outros, se há como uma barreira impérvia entre ambos, é o princípio monárquico que importado da Europa trouxe consigo o vírus de odiosidades das avelhantadas cortes, o ciúme tradicional das realezas.⁵⁶

O manifesto propunha nada menos que uma identidade profunda dos brasileiros com seus vizinhos, sustentada em uma origem étnica, lingüística e religiosa comum, assim como um destino também compartilhado e inescapável: as grandes realizações da humanidade que o continente americano inspirava. Ainda que incorporasse alguns elementos do discurso legitimador da própria monarquia brasileira, como a questão da fusão das raças formadoras e do progresso, esta visão negava a alegada superioridade desta em relação às repúblicas vizinhas. As supostas vantagens do império brasileiro em termos de estabilidade, progresso e liberdades públicas, especialmente se comparado aos demais países sul-americanos com suas guerras civis e caudilhos, se revelavam uma farsa. E não só por causa de mazelas como o escravismo e a corrupção política. A monarquia, representante da pior tradição européia, antidemocrática e defensora de privilégios, também seria um obstáculo ao conagraçamento dos povos sul-americanos e à realização de sua vocação progressista, bem como de sua futura unidade nacional. Acreditava-se que as jovens repúblicas, mesmo com a frustração do sonho dos heróis libertadores por uma confederação sul-americana e com todas as crises pelas quais passaram, não abandonariam sua missão regeneradora:

Mas, ainda assim, as repúblicas constituídas, agitadas, subvertidas por contínuas revoluções, jamais apelaram para as premissas de paz com que lhes acenava a realeza. Preferiram a época convulsiva da democracia, as suas tempestades diárias ao domínio duma dinastia, na aparência proffcuo, sereno, mas na realidade corruptor. (...)

⁵⁶ Cf. “Manifesto dos Republicanos do Rio Grande do Sul”, op. cit.

Aos poucos, pois, mas vencendo sempre caminho, sempre derrocando o passado, esboroando-o a destemidos golpes, tem progredido nelas a idéia da regeneração social. Mais ou menos dias irão colher a palma da promessa, após os mil embarços, as mil dificuldades com que arcaram nas diferentes evoluções de sua existência política.⁵⁷

Esta crença no futuro do continente americano tinha uma inegável inspiração romântica. Mas o chamado à unidade dos povos sul-americanos também tinha uma razão estratégica, pois era apontado como uma necessidade urgente em vista de um “perigo iminente” que pairava sobre o continente. A ameaça não vinha da Europa e do imperialismo da era industrial que se anunciava, mas do próprio solo americano, mais precisamente dos Estados Unidos. A nação do norte preocupava o “patriota sincero dos países sul-americanos” por causa de sua vitalidade que assombrava e seu ousado expansionismo que já tinha conquistado um imenso território entre os dois oceanos e avançava para o sul. Comparadas ao “yankee”, as populações européias eram consideradas “exaustas”, sem condições de fazer frente a sua “atividade febril”, seu “bom senso prático”, sua obstinação e inventividade.

Os Estados Unidos, estranho crisol onde fermenta o sangue das mais diversas raças e o espírito dos mais opostos cultos, onde a iniciativa individual tem a pujança dos membros de Antêo (sic)⁵⁸ e com a insânia do furacão arranca os colossos da floresta e os substitui por cidades; onde a forja do yankee, verdadeiro altar dos Quebros, mantêm sempre o fogo aceso e nele molda os prodígios da mecânica moderna; onde o bom senso prático a par duma atividade febril fizeram da potência do vapor e da eletricidade, que a França, a Inglaterra e a Itália expunham em teoria, poderosos instrumentos civilizadores; país que assombra e faz empalidecer as exaustas populações européias; povo, onde o impossível é uma quimera que preocupa ânimos pueris, e ele, desprezando-o, embora com o sacrifício de milhares de vidas, vai sempre a caminho, sempre sobrepujando-o com enérgica sobranceira, nele está pois o fantasma para as nossas nacionalidades. (...)

⁵⁷ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵⁸ Mitologia grega: gigante filho de Netuno e da Terra, invencível enquanto pisa sobre a mãe Terra, que é a fonte de sua força.

Pois bem, é esta geração de ciclopes que vem transir-nos de frio terror.⁵⁹

Os Estados Unidos eram considerados uma nação que desconhecia obstáculos na marcha frenética para o progresso, no que sobrepujava inclusive as potências européias. Sua superioridade provinha não só da força econômica e militar que crescia dia a dia, mas principalmente da força moral que estaria enraizada em suas instituições. Esta força, que teria possibilitado a reconstrução e preservação da unidade daquele país após a guerra civil, era representada como o “ímã da liberdade” que, mais do que conquistar, atraía. Tinha, no entanto, no egoísmo o seu defeito, uma “herança materna, mal constitucional”, e a expansão e conquista de novos territórios era sua política declarada. Em sua marcha irresistível rumo ao sul, em pouco tempo suas forças estariam “junto às margens tão fecundas quão cobiçadas do Amazonas”, alertava o manifesto. As nações sul-americanas deveriam se unir para reagir e garantir suas fronteiras, ainda que imitando o exemplo de quem as ameaçava.

Eis o imenso perigo que nos assoberba. Para combatê-lo é necessário descobrir o segredo daquele vigor, que ele não traz nos cabelos, como Sansão, mas na alma pela consciência de sua soberania; é necessário ser tão forte, tão grande como ele o é.

Dizem que em Sadova decidiu da vitória a arma de agulha, em Sedan o canhão Krupp. Não o cremos. Venceram as instituições. O mistério da força dos Estados Unidos não procede doutra causa. Atualmente nenhuma outra nação poderá vencê-lo, porque é mais livre que todas.

Brasileiros e castelhanos em unânime esforço, animados do mesmo sentimento, alentados das mesmas crenças, vamos esperá-lo no Panamá, essas Termópilas da América. Para contê-lo, se ousar transpô-las; para estreitá-lo como irmão, se estender-nos os braços. Na América não aceitemos senão as duas confederações: América do Norte e América do Sul. As duas, reciprocamente fiscalizando-se, uma contendo a outra na justiça, não deixando exceder as raias do direito, refocilando-se cada vez mais na sua missão de liberdade, dando ao mundo o exemplo de todas as virtudes, serão a estrela polar da humanidade.⁶⁰

⁵⁹ Cf. Idem, Ibidem.

⁶⁰ Cf. Idem, Ibidem.

Curiosamente, aquele era um manifesto que não se limitava a propor um programa de mudanças para o país e, para além de suas fronteiras, defendia idéias tão ousadas e utópicas como o equilíbrio de poder entre os dois hemisférios americanos, uma “unidade nacional” para a América do Sul e o reconhecimento de uma identidade e destino comum entre brasileiros e seus vizinhos “castelhanos”. Pregava-se menos uma doutrina política do que a crença de que o encontro e a fusão de raças, seguida pela construção das instituições “democráticas” e liberais, abririam as portas para os grandes feitos da civilização e do progresso em escala ilimitada. Ecoando idéias antigas, como a da confederação sul-americana, e preocupações do seu tempo, como a ameaça do imperialismo das grandes potências, o pequeno círculo de republicanos porto-alegrenses, ainda sem a perspectiva de alcançar o poder a curto prazo, revela temores e esperanças que alguns cidadãos nutriam à margem da política oficial. Possivelmente boa parte das questões levantadas eram da iniciativa pessoal de Apollinario Porto Alegre, e a recusa de alguns correligionários em assinar o documento poderia indicar a falta de consenso em torno dele.

Mas nem só de profissões de fé em noções abstratas de democracia e liberdade e em um imaginado destino nacional latino-americano se fazia o dito documento, pois nele se apresentavam também os pontos de reforma da constituição que o movimento defendia. Lá estavam a proposta da muito pouco provável substituição da monarquia por uma república federativa sul-americana e também proposições mais comuns aos programas liberais daquele tempo como independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário, estado laico, liberdade religiosa, fim do recrutamento militar, “abolição completa do elemento servil”, leis de colonização, naturalização de imigrantes, liberdade para o comércio e a indústria, ensino e imprensa livres, proibição de privilégios e garantia a um direito de propriedade amplo e inquestionável. Ainda não havia naquele texto sinal da influência do positivismo que predominaria entre os republicanos gaúchos na década seguinte. Torna-se importante, pois, reconhecer aqui um conjunto de princípios e propostas contra os quais aqueles ofereceram uma alternativa que contrariava os modelos liberais por se pretender mais “científica” e “realista”.⁶¹

Ironicamente, o manifesto republicano encerrava-se com um chamado à nova geração, para que se dispusesse ao sacrifício por aquela grande causa. Não podia prever que a

⁶¹ Para um estudo do confronto entre idéias positivistas e liberais no Rio Grande do Sul, ver Ricardo Vélez Rodrigues, Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Univ. de Caxias do Sul, 1980.

“mocidade do Rio Grande” que atenderia àquele chamado, em alguns anos, retornaria dos estudos superiores para a militância republicana já animada por outras idéias, como as de Augusto Comte, naquele momento ainda inaceitáveis no movimento. Fazia-se também outro apelo, agora dirigido aos “velhos soldados da Revolução”, para que trouxessem para aquela luta a bandeira tricolor dos farroupilhas. Os símbolos daquela malograda experiência republicana do passado eram incorporados sem reservas ao movimento, seja para servir como sinal de identidade, seja como fonte de inspiração e objeto de culto. Mas ainda era preciso disputar com o partido liberal o direito de se reivindicar sucessores dos ideais de 1835. E nesse campo também coube aos “moços” republicanos a iniciativa de escrever uma versão “científica” da história da extinta república dos rio-grandenses, adiantando-se ao próprio Apollinario, então considerado uma autoridade naquele assunto.

Novos republicanos contam velhas histórias: republicanismo e identidade provincial

O decênio em que transcorreu a sublevação dos farrapos não cairia em esquecimento na província de São Pedro durante o período de quase meio século que sucedeu a declaração de seu término. Durante os debates do parlamento provincial, especialmente entre os deputados liberais, evocar os ideais daqueles tempos seria sempre um recurso de grande efeito quando se pretendia demonstrar clara insatisfação com as atitudes do governo central. O discurso conservador, por outro lado, preferia tratar aquele período como um exemplo dos males que advinham das idéias radicais e da quebra do princípio da autoridade e da ordem.⁶² As revistas literárias que surgiam no final da década de 1860, por seu lado, também serviram como meio para a manifestação das polêmicas que os rio-grandenses cultivavam sobre aquele episódio do passado da província.⁶³ Como vimos em capítulos anteriores, por intermédio de romances, contos, poemas ou crônicas históricas julgavam-se condutas, idéias, valores e sua relação com a idéia de uma identidade coletiva dos rio-

⁶² Sobre menções ao passado farrapo nos discursos parlamentares, ver Helga Piccolo, *op. cit.* e Newton Carneiro, Newton Luis Garcia Carneiro, A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

⁶³ As principais revistas literárias, já referidas no capítulo anterior, eram Arcadia (Rio Grande, 1867-1869), Murmúrios do Guahyba (Porto Alegre, 1870), Partenon Litterario (1869-1879).

grandenses.⁶⁴ Histórias e discussões que estariam reservados ao âmbito da tradição oral e da prática da oratória política foram assim transformados em fonte de uma pretensa originalidade literária e instrumento de educação política pelos letrados provincianos. A um republicano convicto como Apollinario Porto Alegre, o passado farrapo narrado em tom heróico e legendário servia tanto à construção da literatura nacional como à propaganda de seu projeto político. Não se conheciam, porém, na província e fora dela, publicações que oferecessem ao público letrado um estudo histórico de todo o período da guerra farroupilha. Publicavam-se documentos e biografias de líderes da época em jornais e revistas literárias, mas a interpretação e a narrativa reivindicando a autoridade de algum historiador ainda não tinha vindo à luz.

A situação assim permaneceria até o ano de 1881, quando chega justamente da Corte, escrito por um sócio do IHGB, um estudo que pretendia cumprir aquela tarefa. Era o livro “Guerra civil no Rio Grande do Sul”, escrito pelo cearense Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), magistrado, membro do Conselho do imperador e presidente da província de São Pedro durante o período de abril de 1876 a fevereiro de 1877.⁶⁵ A obra teria sido escrita logo após esta experiência de governo, que certamente lhe facilitou o acesso a documentos daquele período, e foi concluída algum tempo depois, em julho de 1879. Sua presidência da província sulina não esteve a salvo de dificuldades políticas, pois, como representante do governo conservador, teve que se defrontar com uma assembléia provincial dominada pela oposição liberal que tentava impor seu controle ao poder da presidência e aprovar leis contra sua vontade.⁶⁶ Tanto que a crítica local ao seu estudo insinuaria que um certo despeito adquirido em relação ao Rio Grande neste período fora sua motivação. A narrativa de 250 páginas, no entanto, seguramente não foi escrita para ferir o orgulho dos rio-grandenses como um todo, mas para fazer a crítica de um determinado discurso político que tomava corpo na província. O propósito do livro, como o autor mesmo esclarecia, era contestar a interpretação da guerra farroupilha e do governo rebelde como um movimento sustentado pelos ideais

⁶⁴ Além do que se publicava nas revistas, circularam trabalhos esporádicos, como os romances de Caldre e Fião e de Oliveira Bello, os contos e poemas de Apollinario Porto Alegre e Bernardo Taveira Junior, bem como obras didáticas como o compêndio de Geografia de Eudoro Berlink.

⁶⁵ Ver Tristão de Alencar Araripe, Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Porto Alegre, Corag, 1986, edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1881.

⁶⁶ Sobre o veto que Araripe impôs à lei que criava o Conselho Provincial, proposta por Gaspar Silveira Martins, ver Helga Piccolo, *A política rio-grandense no II império*, op. cit., p. 77. A reforma do regulamento da Escola Normal da província foi outro episódio em que o presidente confrontou-se com a Assembléia, ver Regina P. Schneider, op. cit., p. 343.

republicanos e democráticos. Defendia a tese de que, na realidade, prevaleceram interesses menores antes que princípios e causas nobres.

A reflexão sobre os fatos e regime da revolução rio-grandense mostra-nos, que ela não principiou, nem perdurou por um plano infenso à existência da monarquia constitucional; as rivalidades de influência pessoal, e atos pouco justos do governo central originaram a desobediência, que transformou-se em rebeldia declarada.⁶⁷

Ainda que Araripe reconhecesse que os republicanos rio-grandenses tiveram sucesso em constituir, por algum tempo, um Estado à parte do Império brasileiro, argumentava que o governo da “República de Piratini” não fora eleito por “comícios populares” e resumia-se ao poder ditatorial de caudilhos militares. Estes não teriam sido capazes de manter a ordem nem as garantias públicas, como revelariam os confiscos de propriedade dos inimigos, e teriam mesmo fracassado na tentativa de criar uma constituição e tiveram que se valer das leis do império para governar. Além disso, não teriam sido republicanos nem separatistas por convicção, visto que não defenderam seus ideais até o fim e preferiram a conciliação com o império em nome do orgulho e dos interesses particulares. Finalmente, ironiza a recusa dos rebeldes em fazer frente comum com as repúblicas vizinhas, assim como terem alegado, na justificativa da reintegração final ao império, a necessidade de defender o Brasil contra a ameaça externa de Rosas, o que comprovaria a inconsistência do republicanismo e separatismo farrapo.

É importante notar que a crítica do magistrado cearense não era direcionada ao republicanismo em si, forma de governo que lhe despertava certa simpatia retórica mas para a qual considerava o povo brasileiro ainda não habilitado. Seu alvo era a incapacidade dos caudilhos rio-grandenses em torná-la plena e efetiva e, principalmente, a ameaça que representava para a unidade nacional. Tanto que, para o autor, se a guerra teve um herói, este foi o Duque de Caxias, pela habilidade militar e política com que teria conduzido à pacificação e à reintegração da província ao império. A manutenção da integridade territorial seria a grande virtude da monarquia, sem a qual a desintegração da unidade política e a absorção de partes do país pelas “democracias vizinhas” seria inevitável. Mais do que o

⁶⁷ Cf. Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 06.

regime, para o autor estava em jogo a vantagem das “grandes nacionalidades” sobre os “pequenos estados”, da qual os brasileiros não deveriam abrir mão.

O Rio Grande do Sul pugnava por constituir uma nacionalidade; mas ele assim deixaria de ser parte de um grande povo para constituir um pequeno estado.(...) Se a rebelião rio-grandense fosse vitoriosa, o exemplo daria argumento a novas tentativas para o esfacelamento de nossa unidade política. (...) É para mim dogma de fé política a vantagem da nossa integridade territorial, qualquer que seja a forma de governo, sob que vivamos.⁶⁸

Além da questão da separação política do território brasileiro, outro problema estava entre as principais razões da condenação do conselheiro à experiência republicana dos farrapos. Esta não teria sido nem ao menos democrática e liberal, como ele sustenta que foram as revoluções “do norte”, como a de Pernambuco em 1817 e a Confederação do Equador, liderada pelo Ceará, em 1824. Pelo contrário, acusa os farrapos de terem como modelo o “despotismo militar” dos caudilhos do Prata. Espelhar-se nas ditaduras platinas, quando existiam exemplos melhores na história nacional, significava renegar a comunhão brasileira e seus valores políticos. Significava também renegar o exemplo norte-americano, modelo óbvio de república democrática bem sucedida, ponto em que os nortistas também teriam levado vantagem sobre os guerreiros do sul.

De tudo concluímos a grande diferença nos respectivos movimentos do norte e do sul do Império.

Ali a idéia política ou o sentimento democrático levantou a rebelião; aqui suscitou-a a idéia restrita de influência local: ali a rebelião apoiou-se no voto popular; aqui amparou-a o espírito de caudilhagem. (...)

No norte os rebeldes olhavam para os Estados Unidos, e dali tiravam argumentos para as suas deliberações; no sul os rebeldes tinham na vizinhança os caudilhos militares do Prata, por cujo regime se modelavam.⁶⁹

O livro de Tristão de Alencar Araripe, portanto, insistia em desautorizar a memória da experiência da República Rio-grandense como referência para as idéias

⁶⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 204.

⁶⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 12.

republicanas no Brasil. Se fosse para ter um exemplo de revolução democrática, que fosse o das províncias do norte e não do sul, e para um modelo de regime político a seguir, que fosse o dos Estados Unidos e não o dos sul-americanos do Prata. Alegações como esta talvez não incomodassem muitos dos signatários do manifesto republicano de 1870, um documento que sequer faz menção direta àquela guerra do sul. Porém, seguramente, provocaram indignação nos poucos porto-alegrenses que assinaram o manifesto de 1878 de que tratamos mais acima, com sua apologia da identidade e destino comum de brasileiros e castelhanos e suas considerações sobre um delicado equilíbrio de semelhanças e diferenças entre americanos do sul e do norte. A interpretação de Araripe não podia ser mais provocadora para os ainda pouco influentes republicanos rio-grandenses, que se pretendiam representantes diretos de uma suposta tradição enraizada na guerra farroupilha. Mas incomodava igualmente aos liberais da província, que dispunham de considerável poder de pressão e dominavam a Assembléia Provincial. Mesmo porque estes, em sua retórica de legítimos representantes dos interesses da coletividade rio-grandense, também proclamavam-se herdeiros dos ideais do passado farrapo.⁷⁰

A primeira reação conhecida à Araripe veio de um liberal, mas curiosamente não de um rio-grandense ou brasileiro nato. Karl von Koseritz (1830 – 1890) era nascido de família nobre na Alemanha que, tendo caído em desgraça por participar das revoluções liberais de 1848, em 1851 veio para o Brasil alistado em um corpo de soldados mercenários contratados pelo império para lutar contra Rosas. Já estava há três décadas radicado na província quando a *Gazeta de Porto Alegre*, jornal do qual ele mesmo era proprietário e redator, publicou uma série de 12 artigos editoriais intitulada “O livro do Sr. Conselheiro Araripe”.⁷¹ O editorialista, provavelmente o próprio Koseritz, tomava para si a tarefa de “rebater os juízos injustos que amesquinham o caráter do povo rio-grandense” feitos por um representante da corte em uma obra que representaria somente a versão de um dos lados do conflito. Ali Araripe é acusado de consultar apenas documentos oficiais, ignorando os arquivos da extinta república rio-grandense e suas publicações, bem como relatos dos veteranos daquele tempo, resultando um trabalho “unilateral em todas as suas apreciações e juízos”.⁷² Pior do que isso, não teria desmerecido apenas o antigo movimento rebelde da

⁷⁰ Ver Newton Carneiro, op. cit.

⁷¹ Ver “O livro do Sr. Conselheiro Araripe”, *Gazeta de Porto Alegre*, 04, 07, 13, 17, 22, 27 e 28 de junho de 1881; 02, 07, 11, 15 e 19 de julho de 1881. Arquivo do IHGB, lata 820, pasta 07.

⁷² Cf. Idem, 04 de junho de 1881.

província, mas teria atingido a honra de uma coletividade, ofendendo profundamente os brios de todos os rio-grandenses.

A província do Rio Grande, vendo caluniados os seus grandes homens do passado e pervertido o caráter duma luta, que conta entre as suas melhores glórias, não pode receber com aplausos o livro do Sr. Araripe, que é uma verdadeira ofensa lançada à face da terra rio-grandense.⁷³

As acusações de falta de espírito democrático, de patriotismo e de honorabilidade aos líderes farrapos equivaliam, na interpretação do jornal de Koseritz, a uma afronta ao caráter de toda a coletividade dos rio-grandenses, compreendida na noção de um “povo” dotado de personalidade singular e unívoca. Reduzir o sentido dos acontecimentos a um confronto entre a província injustiçada e o império autoritário permitia ao autor dos artigos desconsiderar a diversidade de interesses, idéias políticas e ambições que colocavam em lados opostos no conflito os próprios rio-grandenses. Ao mesmo tempo, defendia que estes nunca deixaram de considerar-se brasileiros, pois não teriam feito uma guerra contra a nação brasileira, mas contra o governo centralista que a dominava. Além do mais, Araripe não teria compreendido o caráter do “heróico povo” da província que governou, tão preso que estaria a suas “profundas convicções reacionárias e monárquicas” e, ironicamente, a seus preconceitos provincianos. Sua comparação entre as revoluções do norte e do sul é veementemente contestada, pois na origem de todas estariam as mesmas tradições de resistência das idéias liberais e federativas. Enfim, o articulista devolve as acusações de partidário do autoritarismo a Araripe, que somente abria uma exceção às revoluções do norte porque seu pai, também chamado Tristão de Alencar Araripe, fora um dos líderes do movimento de 1824 no Ceará.

Ao leitor dos dois ensaios não pode passar despercebido que a veemência com que o jornal de Koseritz responde ao livro do conselheiro em nome do “povo rio-grandense” parece desproporcional às intenções do autor daquela obra. Este, de fato, julgava severamente a “revolução rio-grandense” e seus líderes, mas não lhes atribuía a encarnação da moral coletiva do “povo” rio-grandense. Se assim procedesse estaria mesmo reconhecendo uma forma de legitimidade para os caudilhos rebeldes, mas o que realmente pretendia era revelar a condição arbitrária e artificial da nacionalidade à parte da brasileira por eles criada. Tampouco constitui o livro de Tristão Araripe o libelo de um monarquista convicto contra os

princípios republicanos e democráticos, os quais, em tese, parecem lhe despertar até mesmo certa admiração. Sua preocupação política principal, como já se apontou, era a unidade nacional, a integridade territorial que só a monarquia poderia garantir. Tanto que a decisão dos “irmãos transviados” em se reintegrar “ao seio da família brasileira” e sujeitar-se ao imperador foi considerada uma retratação honrosa e um grande gesto de patriotismo.⁷⁴

Neste caso, o que justificaria a interpretação de “A guerra civil no Rio Grande do Sul” que a Gazeta de Porto Alegre oferecia a seus leitores? O próprio Karl von Koseritz, proprietário e diretor do jornal, não era partidário dos republicanos e naqueles mesmo artigos considerava a forma de governo uma questão “absolutamente secundária” na atualidade.⁷⁵ O que lhe importava era evidenciar a relação de equivalência entre o caráter dos líderes da revolução e do “povo” riograndense como um todo. Por um lado, aquela era uma associação de óbvio proveito político para os chefes liberais do Rio Grande em sua retórica de representantes da província diante do governo centralista. Especialmente para o principal deles, Gaspar Silveira Martins, que arriscara seu prestígio integrando o gabinete liberal como ministro da Fazenda. Por outro lado, a influência do nacionalismo da unificação alemã sobre os imigrantes e a reconhecida afinidade intelectual de Koseritz com a “escola germânica” de Tobias Barreto e Silvio Romero, que já ia adiantada em sua pregação na capital do país, permitem compreender sua insistência com a noção de um *volksgeist* rio-grandense, personificado nos guerreiros farrapos. Os esforços de Koseritz em pesquisar cantos do folclore gaúcho, por exemplo, se desenvolviam em colaboração com o crítico sergipano, com quem partilhava o interesse erudito por uma suposta cultura popular e suas tradições.⁷⁶

Além disso, a simpatia popular que a defesa dos brios riograndenses poderia proporcionar viria em boa hora para o proprietário da Gazeta de Porto Alegre. Naquele ano de 1881, Karl von Koseritz amargava o fracasso da Exposição Brasileiro-Alemã que pretendeu organizar na capital da província. A iniciativa despertou polêmica e tumultos, com o pavilhão de exposições tendo sido incendiado por populares. O jornal republicano A Imprensa, dirigido

⁷³ Cf. Idem, 15 de julho de 1881.

⁷⁴ Cf. Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 14.

⁷⁵ Cf. “O livro do Sr. Conselheiro Araripe”, *Gazeta de Porto Alegre*, 22 de junho de 1881.

⁷⁶ O nascimento desta parceria foi assim comentado por Guilhermino Cesar: “(...) depois de 1874, estimulado por Tobias e Romero, Carlos von Koseritz modificou um pouco aquela atitude; de naturalmente alemão que era, passou a ser voluntariamente alemão, ainda mais estimulado pelo êxito das armas prussianas na Guerra de 70. Recebeu da Europa, mercê da vitória de Bismarck, e do Nordeste, através da pregação de Tobias, um alento que o levou a novos empreendimentos de ordem cultural, já agora paralelamente ao ideário cientificista da escola do Recife.” Cf. Guilhermino Cesar, *História da literatura do Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 254. Ver também Claudia Neiva de Matos, *A poesia popular na república das letras – Silvio romero folclorista*, op. cit.

por Apelles Porto Alegre com auxílio de seu irmão Apollinario, criticava duramente a Koseritz pelo modo como dirigiu o empreendimento, além de colocá-lo em descrédito por causa de sua volubilidade na filiação política.⁷⁷ O jornal dos irmãos Porto Alegre, por sua vez, teria sido recriminado por não oferecer resposta à obra de Tristão de Alencar Araripe, o que levou Apollinario a justificar-se alegando não ter acesso ao livro, que não se achava a venda no mercado e era desconhecido até dos conservadores correligionários do autor.⁷⁸ Em seguida o jornal recebe uma carta do dr. Trajano Viriato de Medeiros, do partido conservador, que esclarecia ter recebido os exemplares com atraso e só então enviado um para Apollinario, sabendo o quanto ele era “devotado ao estudo das coisas pátrias e da ciência com proveito notável” e que poderia fazer uma crítica imparcial “com vantagem”.⁷⁹ Esta vantagem, obviamente, seria em relação à crítica que a folha de Koseritz estaria publicando. Fica claro, portanto, que o jornalista liberal aproveitava a oportunidade para defender a honra da província em primeira mão e assim se adiantar a seus rivais republicanos. Curiosamente, Apollinario não chegou a publicar algum parecer sobre o livro de Araripe nas páginas de *A Imprensa*. Seu silêncio (se é que houve) é intrigante, ainda mais se considerarmos a coincidência de opinião com aquele autor na questão da vantagem das nações grandes sobre as pequenas, como veremos mais adiante.

A hesitação dos rio-grandenses em lançar-se à empreitada de pesquisar e escrever a história da “grande revolução” era severamente criticada pelo redator da *Gazeta de Porto Alegre*.⁸⁰ Era vergonhoso, argumentava, que de fora do Rio Grande surgisse a primeira

⁷⁷ Segundo artigo editorial de *A Imprensa*, Koseritz não teria “crenças e fé em coisa alguma”, pois estreou na política como republicano, fundando o jornal *Brado do Sul* em Pelotas e, por tornar-se “descrente da democracia”, teria abraçado o liberalismo pelas colunas do *Jornal do Commercio de Porto Alegre* e *A Reforma*. Depois aderiu aos conservadores redigindo o *Rio-Grandense* e com a queda destes, teria fundado a *Gazeta de Porto Alegre* para apoiar os liberais no poder. Cf. “Exposição Brasileiro-Alemã IV”, *A Imprensa*, 12 de julho de 1881.

⁷⁸ Cf. *Idem*, *Ibidem*.

⁷⁹ Cf. “Carta”, *A Imprensa*, 14 de julho de 1881.

⁸⁰ O redator do artigo lista uma série de tentativas de historiar a guerra civil que permaneceram parciais ou incompletas: relatórios de Saturnino de Souza Oliveira publicados durante a própria revolução; artigos do líder republicano Domingos José de Almeida e documentos do Arquivo da República Riograndense publicados no *Brado do Sul*, jornal dirigido por Koseritz em Pelotas; o “Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da Capitania depois província de São Pedro do Rio Grande do Sul” de Francisco Inácio Homem de Mello. Fora estes, diversos trabalhos permaneciam inéditos: o paladino liberal Felix da Cunha teria falecido antes de realizar seu projeto de escrever a história da revolução; Eudoro Berlink, conservador, teria tratado a guerra civil com “notável espírito de justiça” em sua “Biografia do conde Caxias”, escrita na década de 1870 (e que só seria publicada em 1934). Não são mencionados pela *Gazeta de Porto Alegre* outros nomes de veteranos daquela guerra que também escreveram memórias que só seriam publicadas muito tempo depois, como Francisco de Sá Brito, João da Cunha Lobo Barreto e Vicente da Fontoura. Ver “O livro do Sr. Conselheiro Araripe I”, *Gazeta de Porto Alegre*, 04 de junho de 1881; Miguel Frederico do Espírito Santo, “Apresentação”, em: Tristão de Alencar Araripe, op. cit.

iniciativa nesse sentido, e ainda por cima com um ponto de vista tão desfavorável ao seu “heróico povo”. Segundo o articulista, a falta de iniciativa para levar ao conhecimento do público provinciano a sua própria história se deveria à tacahez da política local, onde predominavam “as estéreis lutas da política de campanário” e “as polêmicas nas efêmeras páginas da imprensa diária”.⁸¹ Mas se era certo que o assunto era polêmico e ainda ficava em segundo plano diante das rivalidades políticas paroquiais, a dispersão dos documentos da extinta república em arquivos particulares também dificultava um trabalho historiográfico sistemático e que fosse além das reminiscências pessoais e da tradição oral. Tristão de Alencar Araripe não foi pioneiro por acaso pois, como alto burocrata do império e governador da província, teve um acesso facilitado aos arquivos oficiais. Por outro lado, para aquele mesmo ano de 1881 ainda podemos verificar, na correspondência de um pesquisador obstinado como era Apollinario Porto Alegre, um contínuo esforço, nem sempre bem sucedido, em solicitar a veteranos da guerra farroupilha o acesso a documentos que estes ainda guardassem.⁸²

O surgimento do livro de Araripe, no entanto, teve o efeito de uma provocação aos brios dos republicanos e por causa dele alguns projetos de oferecer a versão rio-grandense da narrativa do decênio farroupilha foram postos em andamento ou retomados. Na própria Gazeta de Porto Alegre seria iniciada a publicação em formato de folhetim, ainda em 1881, de “A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul”, trabalho escrito por Ramiro Fortes de Barcellos (1851–1916), um médico de convicções republicanas que iniciara a carreira política no partido Liberal.⁸³ Sua narrativa, sempre defendendo a justiça da causa dos rebeldes, parece ter sido muito lida e divulgada na província. No ano seguinte, o *Jornal do Commercio* de Porto Alegre a publicaria novamente em folhetim e de sua tipografia também sairia uma

⁸¹ Cf. “O livro do Sr. Conselheiro Araripe I”, op. cit.

⁸² Entre os escassos documentos do acervo particular de Apollinario que foi possível localizar, encontra-se uma série de documentos e correspondências a ele remetidas de Piratini pelo ex-farrapo Bernardo Pirez, bem como cartas do próprio Bernardo a Apollinario escritas entre 1881 e 1885 respondendo a solicitações. Por exemplo, nestas cartas Bernardo Pirez explica porque não consegue obter de terceiros uma coleção do jornal *O Povo*, editado pelos farroupilhas, e documentos que comprovariam ordens do Duque de Caxias para massacrar os soldados farrapos negros no combate de Porongos. A insistência e a dificuldade de Apollinario, apesar do seu renome como educador e homem de letras, em obter tais documentos é indicativa do quanto o assunto se prestava a polêmicas e desconfiças. Ver Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, coleção de documentos comprados de Adacarlice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

⁸³ Cf. “Seção Histórica - A Revolução do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ramiro Barcellos: Cap. 1 - Pródromos da Revolução (Continuação)”, *Gazeta de Porto Alegre*, 29 de agosto de 1881. Exemplar constante do conjunto de documentos pertencentes a Apollinario citados na nota anterior. Como a coleção completa da *Gazeta de Porto*

edição em livro, com elogios do editor à imparcialidade e à “singeleza da exposição, posta ao alcance das inteligências mais vulgares”.⁸⁴ A presença de um estudo histórico no rodapé dos jornais, espaço mais comumente reservado a temas ligeiros, é significativa por indicar a tentativa de popularização do assunto, tornando-o acessível ao público leitor de jornais.⁸⁵

Como se fosse por dever de cortesia, os nomes de Apollinario Porto Alegre e Assis Brasil, o qual também lançava seu livro sobre a história da República Riograndense naquele ano, são citados na apresentação do folhetim do *Jornal do Commercio* como estudiosos do assunto. Embora não se conheça alguma iniciativa de Apollinario em tomar parte na polêmica que se instaurava, o educador permanecia, entre os jovens partidários da república, com o prestígio de ser um profundo conhecedor da história da guerra civil e colecionador de seus documentos. Os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, que fizeram seus cursos preparatórios nas escolas particulares da capital rio-grandense durante a década de 1870, que presenciaram neste período o auge da atividade do *Parthenon Litterario* e conheceram a propaganda de Apollinario e outros professores republicanos, resolveram engajar-se em uma campanha para escrever “uma breve notícia histórica” da província. Para tanto, uma comissão formada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, Julio Prates de Castilhos, Alcides Lima, Eduardo Lima e Homero Baptista (que formaria o Clube 20 de Setembro reunindo os estudantes republicanos rio-grandenses), resolveu enviar uma circular para todas as pessoas que julgavam poder colaborar com documentos e todo tipo de informações sobre o Rio Grande. A meta era tornar conhecida aos olhos do resto do país a vitalidade de sua província natal e sua avançada posição “na vanguarda da civilização brasileira”, seu “ másculo e nunca dominado civismo” e seu “invencível sentimento de autonomia e liberdade”, bem como os “fecundos recursos naturais” de que dispunha. Ambicionava-se, portanto, realizar uma obra de propaganda, a ser lançada em 20 de setembro, data do aniversário da revolução.⁸⁶ Acompanhando a circular enviada a Apollinario Porto

Alegre não se encontra disponível para consulta, não é possível afirmar se esta série teve continuação. O folhetim, no entanto, seria republicado no ano seguinte pelo *Jornal do Commercio* de Porto Alegre e em livro.

⁸⁴ Ver Ramiro Fortes de Barcellos, *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*, com texto completo do original: Porto Alegre, *Jornal do Commercio*, 1882. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha – Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986. Obra incompleta. Segundo o organizador da republicação, o folhetim no *Jornal do Commercio* foi publicado de 22 de setembro a 22 de dezembro de 1882, e também traria a obra incompleta.

⁸⁵ Sobre os usos e o alcance popular do folhetim no século XIX, ver Marlise Meyer, “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica”, em: Antonio Candido e outros, *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁸⁶ Na carta circular anunciava-se o seguinte plano para a obra:

“Primeira seção: — Espírito do livro e apreciação do valor sociológico da revolução de 1835;

Alegre, também constava uma carta dirigida a ele exclusivamente, assinada por Julio de Castilhos. Do veterano professor, esperava-se que se sentisse obrigado a uma contribuição significativa ao empenho patriótico dos jovens estudantes:

Enfim, não me consta que haja na nossa província quem conheça mais a história da mesma do que o Sr.. Ninguém, portanto, mais do que o Sr. pode auxiliar-nos na patriótica tarefa que todos nós nos impusemos levar a efeito, e que, em caso de ser bem cumprida, poderá trazer ótimas conseqüências, pelo duplo fim que leva em vista: — rememorar a revolução de 35, restabelecendo ao mesmo tempo a verdade dos seus sucessos que tão adulterados têm sido (como acaba de sê-lo em uma Memória do Conselheiro Alencar Araripe — escritor palaciano) e alevantar mais, se é possível, o Rio Grande no conceito do país.⁸⁷

A resposta de Apollinario Porto Alegre ao entusiasmo juvenil dos estudantes da Faculdade de Direito em historiar a “revolução de 1835” e divulgar uma imagem positiva do Rio Grande do Sul para o resto do país não é conhecida. Se de antemão o professor previsse o desentendimento com aqueles novos bacharéis que se revelaria na primeira convenção republicana da província em fevereiro do ano seguinte, é de se supor que não teria colaborado de boa vontade. Todavia, em setembro de 1882 eram publicados no Rio de Janeiro os dois volumes que resultaram deste projeto, a “História popular do Rio Grande do Sul” de Alcides Lima e a “História da República Riograndense” por Joaquim Francisco de Assis Brasil. A iniciativa do *Club* Vinte de Setembro, em nome do qual assinavam como sócios 36 nomes dentre os quais sairia a futura elite do partido Republicano Riograndense, declarava a intenção de fazer a divulgação da província e uma homenagem ao passado, mas equivalia a uma campanha pela educação política dos rio-grandenses letrados quanto ao sentido do pertencimento à sua terra e à respectiva identidade coletiva.

Segunda seção: — Descrição geográfica da província; seu estado social, político e econômico;

Terceira seção: — Notícia histórica da província até o ano de 1835;

Quarta seção: — Notícia histórica da revolução de 1835 a 1845;

Quinta seção: — Traços biográficos dos mais notáveis chefes da revolução e alguns documentos referentes à mesma.”

Cf. Carta circular datada de São Paulo, 20 de maio de 1881, exemplar enviado a Apollinario Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, op.cit.

⁸⁷ Carta de Julio Prates de Castilhos a Apollinario Porto Alegre, São Paulo, 28 de maio de 1881. Cf. Idem, *Ibidem*.

O primeiro livro pretendia fazer um painel da formação da sociedade rio-grandense, tratando do período que ia do “descobrimento do Rio Grande” até as vésperas da guerra civil de 1835.⁸⁸ Tecendo considerações sobre os mais diversos fatores e episódios, como o papel do meio físico, a contribuição dos selvagens, invasões espanholas, formação das estâncias, missões jesuíticas, colonização alemã e guerra cisplatina, entre outros, Alcides Lima pretendia “escrever uma história que fornecesse ao povo, em síntese, a marcha que ele tem levado na conquista da civilização”.⁸⁹ Antes de pretender ser uma obra erudita e científica, o livro destinava-se a informar sobre a originalidade histórica da província e seu povo e assim servir à “educação cívica dos seus comprovincianos”, daí o autor tê-lo intitulado “História popular”. Ensinava, por exemplo, que “a natureza do Rio Grande favorece o exercício das faculdades do raciocínio e da reflexão”, o torna “um baluarte contra a tirania e as explorações dos ambiciosos” e o faz imaginar-se “um soberano insubordinado”. Tratava-se de uma obra de divulgação, portanto, da idéia da condição especial dos rio-grandenses no contexto brasileiro e sua vocação natural para a independência, a república e a liberdade.

A “História popular do Rio Grande do Sul” foi considerada pelo próprio autor como uma “introdução necessária” ao livro escrito por Assis Brasil, a “História da República Riograndense”. Este pretendia narrar a história específica da experiência republicana da província, ainda que a obra tenha permanecido incompleta em seu plano original e se limitado a tratar dos episódios que teriam levado à rebelião de 1835 e se estendido até a proclamação da república farroupilha no ano seguinte. Não o fez, contudo, sem antes apresentar um capítulo introdutório avaliando “as causas” à que se deveriam tão dramáticos acontecimentos. Diferentemente de seu colega, anunciava a intenção de escrever uma obra científica, procurando aquelas causas nas “leis indefectíveis segundo as quais se efetua o movimento histórico” antes que nas ações de indivíduos e fatos isolados.⁹⁰ Era sua pretensão explicar o sentido dos acontecimentos históricos confrontando as decisões políticas com o caráter rio-grandense forjado pela influências naturais do ambiente e da raça.

Vale a pena que nos detenhamos, portanto, um pouco mais sobre as considerações do autor sobre “as causas” da “originalidade” rio-grandense. A primeira delas era a das

⁸⁸ Ver Alcides Lima, História popular do Rio Grande do Sul, 3ª edição, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. Edição original: Rio de Janeiro, Tip. de Leuzinger & Filhos, 1882.

⁸⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁹⁰ Cf. Joaquim Francisco de Assis Brasil, História da República Riograndense, Porto Alegre, ERUS, 1981. Edição fac-similar do exemplar pertencente a J. F. de Assis Brasil, com suas anotações manuscritas à margem: Idem, Rio de Janeiro, Tip. e Leuzinger & Filhos, 1882, p. 2.

“circunstâncias físicas” ou “meio cósmico”, ou seja, as excepcionais condições de topografia, clima, vegetação e riquezas naturais que levavam o rio-grandense a orgulhar-se e dedicar um “amor fanático” à sua terra. Defendia que o ambiente natural moldava o caráter do povo que o habitava, resultando para o caso rio-grandense uma simbiose perfeita.

Nada falta ao Rio Grande do Sul. É uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que ali representam um estorvo. (...)

Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve essa origem.⁹¹

Ao “povo” que moldava-se àquele meio diferenciado do resto do país também era atribuída uma origem muito particular em termos de “raças” formadoras. Os habitantes do extremo sul tinham os portugueses açorianos como seu tronco principal, aos quais teriam se mesclado paulistas e mineiros, e finalmente os portugueses do continente em proporção pouco significativa. Os espanhóis, por já terem dominado o território, também teriam tido uma contribuição considerável. Já africanos e indígenas foram considerados de escassa influência, seja pela “repugnância material ou moral” entre as raças, seja por circunstâncias da colonização. O texto não declara explicitamente, mas faz entender, que naquele território moldava-se um tipo racial diferenciado do restante do Brasil, formado por uma miscigenação na qual o sangue branco predominaria. À época da revolução da província estaria esta originalidade se manifestando em pleno vigor, alimentada pelas forças naturais que se encarregavam de moldar o caráter daquela população.

Este é o fato culminante que tenho por firme e inabalável. Quando a revolução de 1835 se foi preparando no ânimo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendências característicos. Era esse mesmo o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda moldado os efeitos.⁹²

⁹¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁹² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 21.

Fatores naturais e raças combinavam-se no Rio Grande do Sul, argumenta, para formar um “tipo especial”. O clima frio encarregava-se de imprimir “um tom especial à fibra do habitante”, tal como aconteceria com a raça branca em seus países de origem. E, principalmente, as variações extremas de temperatura, a alternância entre frio e calor, faziam do rio-grandense um soldado resistente à qualquer intempérie da natureza. As campinas abertas, por seu lado, incentivavam as qualidades morais, como a coragem, a franqueza e a lealdade. A carne de gado e o mate chimarrão, por sua vez, fartos na província, faziam da alimentação uma fonte de saúde e vigor. Neste ponto, as comparações novamente enfatizam a similitude do rio-grandense com um tipo dominante europeu: os ingleses são citados como exemplo dos benefícios do consumo da “carne sangrenta”, enquanto nas províncias brasileiras do norte, como Ceará e Piauí, os efeitos benéficos desse consumo seriam anulados pelo clima “tórrido” e pelo hábito de o nortista ser um “devorador de farinha, de acepipes e irritantes” (uma provável provocação a Tristão Alencar Araripe).⁹³ Mas o exemplo preferido para a entre províncias é o do caipira de São Paulo, totalmente inferiorizado por não incluir a carne em sua dieta:

O caipira, que alimenta-se em geral de feijão, farinha de milho e café, apresenta um aspecto valetudinário, tez baça, olhar frouxo e amortecido, é curvo, amarelo, desdentado; o gaúcho é robusto, corado e musculoso, tem o olhar irrequieto e penetrante, os dentes alvos e fortes, reta a espinha dorsal, o colo solidamente plantado sobre largos ombros atléticos. Os que vivem nas cidades degeneram, em regra, deste tipo, ao passo que na província de São Paulo esta circunstância de residir nos centros, ou na fartura, determina sérios melhoramentos.⁹⁴

A alimentação seria um importante fator para o revigoramento ou degenerescência de uma raça, e dependia não apenas da generosidade da natureza mas também da adequação dos costumes. Páginas inteiras do livro são utilizadas para descrever os trabalhos e perigos enfrentados pelo “gaúcho” das estâncias, do tropeiro, do ervateiro e do carreteiro, tipos sociais adaptados à atividade econômica que a natureza reservou à província ao cobrir suas terras de

⁹³ Dois historiadores europeus, citados em pé de página, fornecem a Assis Brasil os argumentos e justificativas “racionalistas” sobre a superioridade alimentar dos ingleses: H. Taine, “História da literatura inglesa” e H. T. Buckle, “História da civilização na Inglaterra”.

⁹⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 28.

pastagens. A influência “dos vizinhos povos hispano-americanos” nos usos, costumes e linguagem, concebidos desta forma homogênea, não fica apenas subentendida na grafia sem acento da palavra “gaucho”, ela é reconhecida e valorizada como um dos elementos que formam a peculiaridade do homem rio-grandense. Não se admite, porém, que os dois povos sejam confundidos, pois apesar do “contágio” intenso, suas origens sempre manteriam acentuadas as diferenças.

Torna-se definido segundo Assis Brasil, dessa forma, um quadro de semelhanças e diferenças que localiza o “tipo distintivo dos rio-grandenses” em relação a raças, usos e costumes de outros “povos”, assim concebidos: totalmente distinto dos africanos e indígenas na constituição racial, equiparado ao anglo-saxão e superior aos tipos das demais províncias brasileiras em vigor físico e saúde, aparentado ao hispano-americano no sangue, linguagem e costumes. Adaptando modelos de explicação histórica diversos, do IHGB à Taine e Buckle, conclui que a força e a natureza da rebelião que eclodiu na província se deveriam à formação deste “tipo vigoroso e sólido”, orgulhoso da superioridade da terra que lhe permitia total independência e autonomia, formado em gerações que cumulativamente sofreram os efeitos do meio natural. Sua índole, assim constituída naquelas condições especiais, só poderia entrar em contradição com as instituições centralizadoras impostas sobre a província pelo império. A tentativa de assimilar uma província “tão caracteristicamente original” ao todo uniforme do estado imperial era contra a ordem natural das coisas e não poderia ter êxito. O levantamento das causas da revolução, portanto, completava-se com o problema político das relações da província do Rio Grande com a nação da qual fazia parte e da qual ao mesmo tempo era tão diferente.

Nesse gênero de indagações, o que em primeiro lugar avulta é a diferença, a divergência profunda que se nota entre a constituição do todo e a constituição da parte, entre o Brasil e o Rio Grande. Efetivamente, não há província tão diversa do resto do país – como a província do Rio Grande, que rigorosamente não tem com qualquer das suas irmãs exato ponto de coincidência geográfica ou etnográfica. (...)

Desta província tão caracteristicamente original pretenderam os nossos homens fazer pelo simples e ineficaz influxo da legislação uma parte em tudo igual e

semelhante ao todo a que ela apenas por vínculos remotos de afinidade se ligava.⁹⁵

A ênfase na extrema diferença da parte em relação todo não se apresentava como justificativa de uma separação inevitável, mas da necessidade de pensar uma forma de organização política da nação alternativa ao estado centralizado. Esta forma era o sistema federativo, considerada a mais adequada à “sábria e harmônica desigualdade” que a natureza tinha estabelecido entre o Rio Grande e as demais províncias. A defesa da tese da desigualdade natural das províncias explicava as sublevações e o separatismo do passado como consequência da insustentável sujeição destas pelo governo centralizador, especialmente de uma em condições tão propícias à independência como o Rio Grande do Sul. Esta pode ser considerada uma resposta ao estudo de Araripe muito mais refinada e coerente do que as que até então se publicaram na província, pois contesta diretamente seu argumento principal, de que a unidade nacional estava acima da questão da forma de governo e que nas condições brasileiras a monarquia centralizada era sua única garantia. Assis Brasil busca provar o contrário, mostrando que era o governo imperial, ao impor sua autoridade às províncias, quem ameaçava a integridade do país, pois aquele seria um sistema de governo inadequado à índole dos diferentes povos que o compunham, especialmente o rio-grandense.

O livro do conselheiro Araripe motivou Assis Brasil a escrever uma resposta, com o apoio dos colegas da faculdade de Direito de São Paulo, que sustentava o argumento federalista na suposta vocação natural dos rio-grandenses. No entanto, mais amplos se revelavam os horizontes do autor quando um ano antes discutia as mudanças no regime político brasileiro. Em seu livro de estréia, “A República Federal”, concluído em janeiro de 1881, o futuro bacharel sistematizava seus pontos de vista doutrinários e defendia a superioridade da república sobre a monarquia para o caso do Brasil.⁹⁶ Para o país como um todo, o principal exemplo de comparação eram as repúblicas sul-americanas e neste caso era preciso negar o perigo do contágio do caudilhismo. Os mesmos fatores naturais determinantes que mais tarde explicariam o caráter e as atitudes políticas dos rio-grandenses agora justificavam as diferenças entre brasileiros como um todo e castelhanos do Prata. A raça, o clima, a geografia e a produção do solo, contrabalançados pela alimentação, a temperatura e o

⁹⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 35-36.

⁹⁶ Ver Joaquim Francisco de Assis Brasil, *A República Federal*, 3ª edição, São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1887. Primeira edição: Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1881.

tipo de atividade costumeira, sem falar em “mil outros agentes secundários”, resultavam em expressivas diferenças entre os dois povos. Esta diferença fundamental é que garantia que os brasileiros não enfrentariam na República a mesma instabilidade política que os vizinhos. A educação colonial, aliada à índole espanhola “fogosa” e “turbulenta”, não encontrou na natureza dos campos do Prata um corretivo para seus vícios, daí o fenômeno da caudilhagem que, nas condições do Brasil, “povo manso de agricultores”, seria totalmente impossível.

A caudilhagem, o gauchismo, são produtos espontâneos da natureza das regiões em que se manifestaram, aliada à índole do povo. Nas campinas extensas do sul, o clima frígido que faz o espírito vívido e rija a organização, a qualidade e a configuração do solo, toda natureza física enfim, tinham de produzir em breve a vida errante e pastoril. (...) Robustos e válidos, (...) eles sentiram todo o ímpeto do gênio aventureiro espanhol desenfrear-se, diante da natural fragilidade de instituições nascentes, impotentes ainda para contê-los. Os brasileiros, não estamos em iguais condições. Somos um povo sedentário. A nossa pujante natureza física, a mais soberba do mundo, se, por um lado, provoca o entusiasmo patriótico, afrouxa, por outro, a atração para a vida errante e insciente. O nosso solo contém riquezas incalculáveis, cuja abundância pode nutrir milhares de gerações; mas, para que essas riquezas sejam convertidas em proveito eficaz, exigem o trabalho constante do homem. Nesse trabalho está o elo que fixa a vida e desvia as aptidões dos trilhos errados das aventuras. Um caudilho na província de Minas ou na de São Paulo é tão inconcebível como um beduíno na Suíça ou na grave e pacata Inglaterra. Só no Rio Grande do Sul se encontram em parte os característicos naturais das repúblicas sul-americanas; porém o Rio Grande está sujeito às outras províncias, e por elas impedido de lançar-se no trilho das desordens, sendo mais para notar que já ser-lhe-ia impossível romper os seus hábitos ordeiros, tão cedo acentuados pelo influxo da descendência portuguesa.⁹⁷

Com uma intenção mais abrangente do que a do livro que escreveria no ano seguinte, Assis Brasil sentia-se na obrigação de atenuar a peculiaridade da província do Rio Grande do Sul e sua semelhança com os platinos, enfatizando sua sujeição à influência das

demais províncias e à índole portuguesa. O importante era a especificidade do caráter brasileiro comparado ao dos países sul-americanos, especialmente os do Prata. Mas quanto ao problema da diversidade interna de um país tão extenso, a receita era a mesma, o federalismo já era apontado como a única condição admitida para a manutenção da unidade nacional. Afinal, “não há a mínima identidade de caráter, de costumes, de tradições entre o rio-grandense e o baiano”, exemplificava, e só a federação poderia harmonizar tanta diferença. Mesmo compartilhando a vocação nacional para a paz interna e o progresso, a inserção do Rio Grande do Sul na comunhão brasileira já era descrita como difícil. No entanto, o que prevalece nesse livro é a identidade brasileira e a utopia federativa que devia estender-se ao continente americano, lembrando propostas já vistas no frustrado manifesto republicano porto-alegrense de 1878. Para tanto, era preciso acabar com ódios e inimizades entre os vizinhos sul-americanos, o que reconhece como extremamente difícil:

Para nós os argentinos, os orientais, os castelhanos são covardes, vadios, assassinos, mentirosos, fanfarrões, tem medo de nós como o diabo da cruz; para eles, nós, os portugueses, somos negros, macacos, covardes também, queremos conquistar-lhes o país, etc., etc.⁹⁸

Por falar em defesa da identidade brasileira em oposição à dos platinos, “A República Federal” parece ter sido muito mais divulgada e lida no centro do país do que a “História da República Riograndense”, tendo recebido três edições com elevada tiragem e distribuição gratuita até o final da década, duas no Rio de Janeiro e uma em São Paulo.⁹⁹ O segundo livro, por acentuar a originalidade do Rio Grande do Sul, tinha inequivocamente um apelo mais provinciano, embora também se destinasse ao público da corte.

A polêmica em torno da idéia do caráter específico dos rio-grandenses, praticamente formando um “povo” à parte, não era uma novidade. Pode ser encontrada nos “Anais da capitania de São Pedro” do visconde de São Leopoldo, onde a índole do nativo da província recebe um juízo negativo, como resultado do “fermento ruim” de uma povoação de

⁹⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 158-159.

⁹⁸ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁹⁹ A segunda edição teria sido lançada pelo partido republicano de São Paulo em 1885 com dez mil exemplares distribuídos gratuitamente, cf. Sérgio Buarque de Holanda, História geral da civilização brasileira, tomo 2 - O Brasil monárquico, 5º vol: Do império à república, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, p. 260; Artheniza Weinmann Rocha et alii, J. F. de Assis Brasil: interpretações, Santa Maria, Ed. UFSM, 1995, p. 44. Em 1887, o Club Republicano Riograndense do Rio de Janeiro também patrocinaria uma edição para ser distribuída gratuitamente. Ver J. F. de Assis Brasil, A República Federal, op. cit.

degradados e “mulheres imorais e banidas”.¹⁰⁰ Assis Brasil cita estes julgamentos de Fernandes Pinheiro e para contrariá-los recorre a outro “historiador” da época, Antonio José Gonçalves Chaves e suas “Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil”, de 1822.¹⁰¹ Este autor teria contestado diretamente o anterior, alegando que em vez de por natureza “ferinos, varios (sic), ladrões e devassos” os rio-grandenses na verdade seriam “honrados, probos, humanos, hospitaleiros e modestos”. Aquela era uma polêmica desigual em termos de prestígio, pois de um lado tinha o fundador e presidente perpétuo do IHGB e do outro um rico mas obscuro e anônimo charqueador de Pelotas. Mas o que importava para Assis Brasil, em “História da República Riograndense” era evidenciar a injustiça das opiniões sobre a província na corte.¹⁰² De certa forma, ele atualizava a atitude que há cerca de três décadas fora tomada por José Antonio do Valle Caldre e Fião e Antonio Álvares Pereira Coruja, entre outros, que tentavam explicar a peculiaridade de sua província natal aos letrados do centro do país, o primeiro com seus romances e o segundo com um dicionário do vocabulário riograndense.

A força dos elementos da natureza forjando a diferença dos habitantes da província mais meridional também era uma antiga idéia romântica que Assis Brasil readaptava a outro contexto. Ela pode ser encontrada, por exemplo, no romance “A Divina Pastora” que Caldre e Fião publicou em 1949, quando vivia no Rio de Janeiro. Embora não seja citada na obra de Assis Brasil, ali se percebe a influência das leituras da Revista do Parthenon Litterario de sua adolescência. Especialmente do americanismo de Apollinario, que em seus contos, romances e poesias entusiasticamente enfatizava a transformação regeneradora que o meio natural e o encontro de raças provocavam no conquistador europeu. Na “História da República Rio-grandense” aquelas idéias que até então eram divulgadas de forma difusa foram organizadas como doutrina explicativa da história e de uma identidade peculiar. Por meio desta obra articulava-se um conjunto de noções pré-existentes com o sentido de adequá-las aos dogmas do determinismo científico que ganhava cada vez mais espaço na opinião dos homens de letras brasileiros do final do século XIX. Ao mesmo tempo,

¹⁰⁰ Cf. Idem, História da República Riograndense, op. cit., p. 19.

¹⁰¹ As “Memórias ecônomo-políticas” foram impressas no Rio de Janeiro em cinco partes, da 1ª à 4ª na Tipografia Nacional e a 5ª na Tip. de Silva Porto & Cia., entre 1822 e 1823. Para uma reedição recente, ver Antonio José Gonçalves Chaves, Memórias ecônomo-políticas sobre a administração do Brasil, Porto Alegre, ERUS

¹⁰² Ainda assim as críticas de Gonçalves Chaves tiveram algum efeito sobre Fernandes Pinheiro, pois este teria aceitado o reparo e suprimido as críticas ao caráter dos rio-grandenses na segunda edição da obra, de 1839, isto segundo Guilhermino Cesar, História da Literatura do Rio Grande do Sul, op. cit., p. 132.

também adaptava este modo de pensar à construção de uma identidade política para a província, que incluía o federalismo e a memória da guerra da extinta república rio-grandense contra o império. Estimular o sentimento de uma identidade original entre os rio-grandenses, fundada na natureza e na tradição, para convencê-los da superioridade do regime federativo sobre o centralizado não era uma estratégia nova. Os jovens republicanos rio-grandenses da década de 1880, no entanto, pensavam poder impor racionalidade e cientificidade ao projeto e puseram-se em ação para tomarem-se hegemônicos na direção do partido republicano.

Um certo capitão Ihusino e os homens de educação científica.

No início da década de 1880, como já vimos, a divulgação da narrativa dos acontecimentos do período da guerra farroupilha tornava-se objeto de especial interesse para o pequeno grupo de militantes republicanos rio-grandenses. Surgia uma oportunidade, que não seria desperdiçada, de disputar com a historiografia oficial da corte a legítima interpretação dos acontecimentos e a autoridade sobre sua memória. A nova fase da propaganda valia-se tanto da já renitente glorificação de um passado heróico para o movimento como da não menos insistente (re)invenção de uma identidade coletiva para os habitantes da província de São Pedro. O governo centralizado que supostamente fazia pouco caso das peculiaridades da província de um lado e as freqüentemente hostis repúblicas castelhanas de outro constituíam as inevitáveis referências em relação às quais era preciso diferenciar um caráter e um destino unívocos para o “povo” do Rio Grande. O que mudava nesta fase eram os protagonistas, com a entrada em cena de uma geração de bacharéis recém saída dos bancos acadêmicos.

Com o novo fôlego que tomava a agitação republicana na província acentuavam-se também as divisões de um movimento que nunca fora homogêneo. Abolição imediata ou gradual, liberalismo ou positivismo, democracia ou ditadura, federalismo ou separatismo, eram muitas as questões que fracionavam o núcleo principal do novo partido que se tentava organizar. Nosso interesse, daqui por diante, é evidenciar o uso da história e dos símbolos da pretendida identidade original dos rio-grandenses como arma política, não apenas contra os monarquistas, mas na disputa entre os próprios republicanos pela preponderância de uma ou outra diretriz. Novamente a trajetória de Apollinario Porto Alegre é o eixo em torno do qual se aborda um conflito que se estende por toda a última década do império até a primeira da

república. Sua intransigência na defesa de suas posições e princípios o tornava uma fonte permanente de tensão e conflito com o grupo positivista liderado por Julio de Castilhos que, por sua vez, também era pouco disposto ao entendimento com dissidentes.

Para compreender um pouco mais desta história da invenção da tradição republicana do Rio Grande do Sul, retornemos então a junho de 1880, quando o professor Apelles Porto Alegre recém comprara uma tipografia com a intenção de publicar um jornal semanal. Este devia intitular-se Revista do Sul e ser um “campo de trabalho” próprio às lutas dos homens de letras e não do “homem político”. Retomando a retórica do Parthenon Litterario, pretendia criar “um posto de vanguarda, na liça dos batalhadores que se batiam pelo progresso e desenvolvimento da literatura nacional”. Tratava-se de um empreendimento provavelmente pensado para preencher o vazio deixado pelo fim da circulação da revista do Parthenon no ano anterior. O que se fez, porém, foi exatamente o oposto do anunciado, e os homens de letras nunca estiveram tão distantes de deixar de ser homens políticos. O culpado teria sido o movimento republicano da capital que, ao saber dos planos do educador-literato, veio lhe propor a criação de um jornal diário que fosse órgão do partido. Relutante, contando com promessas de apoio dos correligionários, Apelles teria aceitado, e o nome da folha passava então a ser O Republicano.

Mas eis que velhos problemas ressurgem. Os membros do partido recusaram-se a assinar o manifesto, redigido por seu irmão Apollinario, que deveria ser publicado no primeiro número, repetindo-se um impasse semelhante ao que tinha acontecido em 1878. Apelles decidiu então lançar o jornal diário de qualquer maneira, até porque o investimento já estava feito, e surgiu então “A Imprensa” em 19 de agosto de 1880, periódico defensor dos princípios republicanos, mas sem representar a opinião do partido.¹⁰³ Esta situação se manteria até dezembro do ano seguinte, quando iniciaram os preparativos da primeira convenção partidária e a folha aceitou intitular-se “Órgão republicano”. Mas a lua de mel novamente iria durar pouco. Após aquela convenção, nova ruptura acontece e o jornal declara-se independente, representante apenas da opinião de seu proprietário.

Essa história de idas e vindas da vinculação oficial de A Imprensa com o partido republicano é a versão contada pelo próprio dono do jornal, publicada em razão da desavença dos irmãos Porto Alegre com os correligionários ocorrida no encontro partidário de fevereiro

¹⁰³ Cf. *A Imprensa*, n. 1, 19 de agosto de 1880. Acervo do museu Hipólito da Costa.

de 1882.¹⁰⁴ Apelles alegava que fora do partido a idéia de criar uma folha diária, mas que só a ele couberam os prejuízos financeiros. A gota d'água no difícil relacionamento viria com uma intervenção de Demétrio Ribeiro naquela convenção de fevereiro. Este teria proclamado a incompatibilidade dos irmãos Porto Alegre com as novas diretrizes científicas que se pretendia imprimir ao movimento, conforme o relato que anos mais tarde faria Apollinario:

Houve um dentre vós que, dominado pelo espírito de seita e, portanto, de exclusivismo, se ergueu entusiasmado e exclamou, e isto antes que eu tivesse pronunciado uma só palavra: 'Senhores, sempre pensei que influência da família Porto Alegre não podia ser benéfica ao partido republicano, em razão da diferença da nossa educação científica.'

E no entanto, os homens que ele queria desterrar da agremiação, foram muito antes que ele e outros viessem das academias os únicos depositários das tradições democráticas do Rio Grande, os únicos que, sendo, aliás, pobres e isolados, tiveram coragem de arcar contra os partidos militantes na cena política desta terra, mas não sem sacrifícios imensos e até, por vezes, deixando fragmentos da reputação nas presas e garras da calúnia.¹⁰⁵

Naquele evento, os dois veteranos foram combatidos pelos jovens republicanos como um obstáculo não só às idéias positivistas como à sua própria ascensão dentro do movimento. O encontro, que reunia perto de 60 cidadãos de toda a província, visava organizar o partido e prepará-lo para um futuro congresso.¹⁰⁶ Apesar das hostilidades relatadas acima, Apelles e Apollinario participaram regularmente de suas atividades, integrando comissões diversas, como se constata nos relatórios que *A Imprensa* publicou sobre o evento.¹⁰⁷ O golpe desferido por Demétrio Ribeiro, presidente dos trabalhos, porém, foi sentido pelos dois irmãos, que silenciaram no momento. Somente alguns dias mais tarde, já encerrada a

¹⁰⁴ Cf. "Ao público", *A Imprensa*, 05 de março de 1882.

¹⁰⁵ Frase atribuída a Demétrio Ribeiro por Apollinario Porto Alegre em *A Reforma*, 27 de junho de 1890.

¹⁰⁶ Por essa época *A Imprensa* tinha retomado a condição de porta-voz do partido e publicou a circular de convocação do encontro de fevereiro e relatos das sessões ocorridas. Ver "Congresso Republicano", *A Imprensa*, 10 de dezembro de 1881; "Noticiário – Partido Republicano", *A Imprensa*, 28 de fevereiro e 1º de março de 1882.

¹⁰⁷ Apollinario, por exemplo, fora nomeado pelos republicanos de São Borja seu representante, sinal de prestígio, e participou da comissão responsável pelo projeto que propunha "homogeneidade de vistas na fundação dos clubs" e também da comissão encarregada do projeto sobre "procedimento dos republicanos nos pleitos eleitorais", tendo sido ambos os projetos aceitos por unanimidade. Teria sido eleito também para a comissão

convenção, é que partiram para o contra-ataque. O proprietário de A Imprensa anunciava a desvinculação da folha com o partido, recordava os favores que a ele prestara, e concluía:

Hoje que é ‘virtude republicana’ a difamação do nosso caráter e que nossos serviços são considerados desserviço à causa da democracia, hoje que nosso auxílio é considerado ‘nocivo’ ao partido, por causa de ‘nossa educação científica’, seja-nos lícito fazer, apoiado e sustentado em nossos direitos adquiridos, a declaração legítima de ter-nos cabido na defesa da causa republicana desta província o mais pesado e difícil quinhão de sacrifícios.¹⁰⁸

Para os irmãos Porto Alegre estavam em jogo não somente os princípios democráticos e liberais que diziam defender, mas também o respeito e o reconhecimento do lugar de prestígio que esperavam ocupar por sua antigüidade na pregação republicana. A insistência dos novatos em desconsiderar tudo que se tinha feito até então, tanto quanto sua convicção a respeito da superioridade das idéias positivistas, desconcertava os antigos militantes. Além disso, o fato de alguns deles terem recém migrado do partido liberal para as fileiras republicanas, como o próprio Demétrio Ribeiro e Ramiro Barcellos, colaborava para o sentido ofensivo que suas atitudes representavam para os veteranos. Pode-se ter alguma noção aproximada do sentimento de ultraje dos irmãos Porto Alegre com a leitura do folhetim “Aventuras do Capitão Ilusino” que A Imprensa começou a publicar no mesmo dia em que anunciou sua desvinculação com o partido republicano. Trata-se de uma narrativa fantástica apresentada em forma de cartas, escritas por Ilusino ao amigo Veritácio, que fazem ao mesmo tempo a sátira e a análise do que estaria acontecendo com o movimento republicano na província.¹⁰⁹

As aventuras extraordinárias do capitão Ilusino começam quando ele, estando a descansar de sua vida aventureira em uma vivenda rural, longe “das maquinações dos homens” e com “a companhia de algumas centenas de bons livros de ciência moderna”, se põe a sonhar com viagens a outros planetas. Eis que uma noite ele é arrebatado para uma espécie de meteoro ou planeta menor do que a Terra onde tudo funcionava ao contrário, um mundo de ponta-cabeça. Ali as pessoas andavam com a cabeça e sua face era metade branca e

central provisória que deveria dirigir os interesses do partido até a reunião do primeiro Congresso, à qual acabou renunciando. Ver “Noticiário – Partido Republicano”, *A Imprensa*, 28 de fevereiro e 1º de março de 1882.

¹⁰⁸ Cf. “Ao público”, *A Imprensa*, 05 de março de 1882.

¹⁰⁹ Ver “Aventuras extraordinárias do Capitão Ilusino”, *A Imprensa*, 05, 09, 12, 16 e 19 de março de 1882.

metade preta. “Será o reino da hipocrisia, da deslealdade? Será o desterro de todos os Iscariotes que tem passado pela Terra?”, perguntava-se o atordoado capitão. É nesse momento que aparece Justicilo, o gênio tutelar de Ilusino, que explica tê-lo levado para aquele asteróide para que percebesse o quanto era feliz na Terra e que não devia se entregar ao devaneio de conhecer outros mundos. Explicou-lhe que estava em um planeta chamado Vilono que girava em torno de uma estrela dupla, Cocanha era o nome do país e Malafide o da cidade em que estava, a capital da província de Comtedoidos. O gênio adverte que, para viver ali, Ilusino precisa da sua proteção: “Se ficásseis a sós, amanhã seríeis vítima da crueldade dos Cocanhos. São antropófagos por amor à natureza, dizem eles; para viverem objetivamente, para a assimilação de outrem em seu organismo, para identificação do *alter* com o *eu*”.¹¹⁰

Cocanha obviamente era uma alusão ao Brasil, assim como Malafide e Comtedoidos respectivamente à cidade de Porto Alegre, representada como lugar da traição, e à província do Rio Grande do Sul, onde os habitantes seguiriam ao pé da letra a doutrina de Augusto Comte e suas máximas, como o famoso “viver para outrem”. Lá como na Terra, explicava Justicilo, predominava a “mania política” e até 1870 em Cocanha dominavam apenas dois partidos: o Catastrôfo, que se pretende progressista e tem por lema “transição rápida do homogêneo para o heterogêneo”; e o Gastrôto, que tem por lema a “transição lenta do homogêneo para o heterogêneo” e, contrariando seus princípios, quando está no poder é quem realiza as reformas civilizadoras. O rei, Geringonio, estava no trono há meio século, corrompendo as instituições do país. Em 1870, alguns patriotas teriam reagido ao rei e protestado em nome da pátria e da civilização criando um terceiro partido, mas anos depois alguns de seus principais vultos foram cooptados aos conselhos da coroa e restou aos cidadãos sinceros e leais recolherem-se ao seu lar, descrentes do futuro da pátria. Ao explicar o funcionamento da política de Cocanha, o cicerone de Ilusino na verdade dissecava a natureza dos partidos monárquicos e a decepção republicana na década de 1870, possivelmente como a teriam vivido Apollinario e seu irmão com a adesão de Francisco Cunha aos liberais.

O terceiro partido de Cocanha tinha sido abalado, portanto, até as bases pela defecção de seus principais chefes e pela política corruptora. Algum tempo depois começou a se reerguer, mas foi assolado pela epidemia moral da doutrina da escola filosófica de um sábio estrangeiro e passou a segui-la ortodoxamente, sem reconhecer seus erros e sem aceitar os demais avanços da ciência. Seus seguidores denominavam-se Orates, tinham uma espécie

¹¹⁰ Cf. Idem, 09 de março de 1882.

de papa ou supremo sacerdote (Orates, palavra usada para designar a loucura no século XIX, pode também ser um trocadilho com o segundo nome de Julio Prates de Castilhos, que seria o tal supremo sacerdote da nova doutrina filosófica), e ao se infiltrarem no terceiro partido quiseram tomar conta de todas as posições, alijando os “obreiros sinceros” que sacrificavam-se pela causa da liberdade dos concidadãos.

O gênio Justicilo passa então a explicar a diferença entre os dois grupos, esclarecendo que quase a totalidade dos indivíduos que constituem o terceiro partido provinham dos mais diversos campos do trabalho, de negociantes e fazendeiros a marítimos e operários. “Eles o que querem para sua pátria é a maior soma de liberdades, o governo real do povo pelo povo.” Já os Orates queriam substituir um privilégio por outro, criando uma nova oligarquia e suprimindo a democracia de todas as classes, dizendo: “Queremos um governo que saia do nosso seio, das fileiras dos homens de *educação científica*”.¹¹¹ O problema com esta idéia, adverte, é o exclusivismo, pois se o poder fosse exercido unilateralmente, seja por um núcleo científico, seja por ou um núcleo de marítimos e operários, esta condição levaria sempre ao domínio de uma oligarquia e à usurpação dos direitos dos demais. A crítica aqui dirige-se tanto para os positivistas como para alguma possível proposta socialista em cogitação.

Em seguida, Ilusino é levado pelo gênio para conhecer Trio, também conhecido como Triomede, o “Dalai Lama, o Zumbi da tal seita de filosofia ortodoxa dos Orates”, que também era “um judas”, pois trabalhava pelo partido Catastrôfo (ou seja, o partido Liberal) esperando assim obter um emprego. O seu irmão, um açougueiro que fora nomeado para a direção da instrução pública, é acusado de ser um “lovelace”, caloteiro e também discípulo da escola dos Orates. Trio e seu irmão na verdade eram Demétrio Nunes Ribeiro e Adriano Nunes Ribeiro, que na época ocupavam cargos de confiança do governo liberal, respectivamente de vice-diretor e diretor da Escola Normal, enquanto o segundo também exercia a direção da instrução pública. Este logo se licenciaria da direção da Escola Normal para que seu irmão assumisse a posição.¹¹² A atitude dos dois deveria desautorizá-los moralmente a reivindicar uma posição entre os republicanos, assim pensavam os redatores de A Imprensa, mas estes é que foram publicamente contestados na convenção do partido.

A conspiração dos irmãos Ribeiro contra os irmãos Porto Alegre é então revelada para Ilusino. Em 1881, Trio insinuara-se nas “reuniões democráticas” de Malafide e,

¹¹¹ Cf. Idem, 12 de março de 1882.

encontrando gente de ingênua boa fé, das classes médias da sociedade malafidense, fizera-se admirar por ter cursado a “academia de Bufarinha” e dominar o vocabulário da “ciência dos Orates”, repleto de palavras como “meio ambiente, sociologia, mentalidade, evolução sociológica, evolucionista, evoluir, altruísmo, altruísta, função biológica, biologia, adaptação ao meio, etc, etc.”¹¹³ Protegido pela invisibilidade que o gênio lhe fornecera, Ilusino aproxima-se de Trio para escutar sua conversa com outro indivíduo, que não tinha nome mas personificava a traição. Escutando o diálogo, Ilusino conclui tratar-se de dois refinados tratantes. Trio discursa enquanto o outro apenas responde com “É verdade, sim”, por bajulação, porque não entendia as frases que Trio falava, como estas:

— A luta pela existência aconselha que sociologicamente acabemos com certos elementos heterogêneos que não podem ser benéficos ao partido democrático de Malafide, e muito menos a nós, que saímos dos Catastrôfos.

— *Aqueles dois* estiveram sempre firmes em seus princípios, são, pois, exóticos...

— Logo devemos tomar medidas preventivas, ao contrário os dois e mais uns sete ou oito que os acompanham, tomar-nos-ão a dianteira e serão completamente senhores do campo. É preciso, pois, excluí-los, se quisermos ter uma conduta sistematizada, porque as funções biológicas... Não concorda, meu amigo, meu ilustre correliigionário?

— Seríamos uns estólidos, se deixássemos essa gente que há dezessete anos bate-se valentemente pela idéia democrática, ocupar as primeiras posições...

— Deixaremos que representantes do passado, imbuídos de teologismo e metafísica, estejam colocados na vanguarda, quando a nossa intuição filosófica é de outro alcance, abrange largos futuros?¹¹⁴

A série se encerra sem uma conclusão para a viagem do capitão Ilusino, mas cumpre seu propósito. Revela para ao público leitor de *A Imprensa* a versão dos irmãos Porto Alegre sobre as razões que levaram Demétrio Ribeiro a atacá-los naquela convenção, justo eles que seriam os pioneiros na causa republicana. Denunciava-se uma conspiração do grupo

¹¹² Cf. Regina Portella Schneider, op. cit., p. 464.

¹¹³ Cf. “Aventuras extraordinárias do Capitão Ilusino”, *A Imprensa*, 16 de março de 1882.

¹¹⁴ Cf. *Idem*, 19 de março de 1882.

positivista e dos republicanos de última hora para combater sua influência e excluí-los do partido, de modo que a tese da ditadura científica pudesse prevalecer sobre a tradicional bandeira da democracia liberal. Aquele era o momento em que se definiam os lados de um conflito interno ao partido que se arrastaria ao longo daquela década. Já em abril daquele ano Apollinario Porto Alegre novamente enfrentaria os neo-republicanos Demétrio Ribeiro e Ramiro Barcellos, desta vez pela indicação à candidatura republicana às eleições legislativas pelo círculo da capital.¹¹⁵ Por mais de uma vez Apollinario desmentiria publicamente sua dissidência para preservar o nome do partido, embora no pequeno mundo dos letrados porto-alegrense dificilmente alguém ignorasse sua discordância com a cúpula dirigente.¹¹⁶ Anos mais tarde, recordaria o momento em que quase deixou o partido após a convenção de fevereiro de 1882 e explicaria suas razões para não fazê-lo:

Naquela ocasião, inflamado pela paixão súbita, pensei em desforçar-me publicamente, num protesto pela imprensa, de maneira que as nossas posições ficassem cabalmente definidas, porém, posteriormente, mais calmo, refleti que se eu assim procedesse, o mal que daí adviria iria recair somente sobre a propaganda republicana e, conseqüentemente, silencieei por amor dos meus princípios. Fiz mais: eclipsei-me de todo durante oito anos para evitar conflitos, mas não improficuamente, porque a mocidade do Rio Grande recebia as minhas lições e eu espalhava por toda parte a semente da democracia pura, sem os horizontes estreitos duma seita, sem as vistas errôneas e acanhadas de ânimos encarcerados numa ciência de restrições.¹¹⁷

Além das questões estritamente doutrinárias que colocavam liberais e positivistas em disputa aberta pela hegemonia do partido, decisões sobre a estratégia de intervenção política e social do grupo igualmente colocavam em evidência visões divergentes. O

¹¹⁵ Em 1881 o Club Republicano de Porto Alegre teria tentado excluir Apollinario da disputa, recusando sua candidatura e indicando Demétrio Ribeiro para a Câmara Municipal e Ramiro Barcellos para a assembléia provincial. Ver "Noticiário", A Imprensa, 09 e 13 de abril de 1882.

¹¹⁶ Apollinario evitava tornar pública sua insatisfação com os rumos do partido: "Eu silenciaria, ainda que tivesse sobejos motivos de ressentimento contra correligionários; porque coloco os princípios acima das personalidades; porque ainda entendo que as questiúnculas agitadas no seio dos partidos, no conflito muito natural entre ambições legítimas de uns e pretensões estólicas de outros, devem liquidar-se em família, evitando o terrível escolho da publicidade, que é sempre fatal." Cf. Apollinario Porto Alegre, "Declaração", A Federação, 26 de junho de 1884. Ver também correspondência enviada a Miguel de Werna em 19 de junho de 1882, em: Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 41.

¹¹⁷ Cf. A Reforma, 27 de junho de 1890, apud Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 46-52.

abolicionismo, por exemplo, teria colocado Apollinario pela primeira vez em oposição declarada com Julio de Castilhos. A este, ainda naquela convenção de 1882, Apollinario atribuiu a defesa da posição contrária à abolição imediata e sem indenização da escravidão, seguindo a orientação do partido republicano de São Paulo quanto à questão. Com a derrota de sua posição, em protesto Apollinario retirou-se da comissão dirigente e não assinou o documento final do encontro.¹¹⁸ Além de considerar a idéia da abolição “um fenômeno idiossincrático do caráter rio-grandense”, portanto uma causa tão tradicional da província quanto a república, o proprietário do Instituto Brasileiro seria também um severo crítico das campanhas dos anos subseqüentes que trocavam alforria por contratos de prestação de serviços na cidade de Porto Alegre, que no seu entender produziam “um falseamento da causa da liberdade” e “um cativo mais pesado e lúgubre”.¹¹⁹ Mas na campanha da abolição que movimentou a capital da província na década de 1880, assim como na definição dos rumos do partido republicano, a opinião de Apollinario ficou em segundo plano.¹²⁰

Apollinario e Julio de Castilhos voltariam a se desentender abertamente quando veio à tona a questão do separatismo, estando em causa um possível alinhamento com os republicanos paulistas, em 1887. Ainda que a separação das províncias do império fosse colocada como uma etapa para chegar à sua posterior federação, era evidente a simpatia de Julio de Castilhos pela idéia positivista das “pequenas pátrias” como a melhor forma de organização política. Apollinario Porto Alegre teria reagido energicamente contra a proposta separatista e ameaçara romper a unidade do partido caso fosse aprovada. No entanto, como ele próprio admite, em uma primeira reunião partidária que tratou do assunto, por iniciativa de Castilhos, entre cerca de vinte correligionários reunidos apenas dois tinham se manifestado contra, ele e o relojoeiro Luiz Leseigneur.¹²¹ Além da questão de princípios, Apollinario não

¹¹⁸ Para um relato de Apollinario sobre a posição de Julio de Castilhos no debate abolicionista da convenção de 1882, ver Apollinario Porto Alegre, “A idéia de restauração”, *A Reforma*, 20 de agosto de 1892; A convenção de 1882 decidiu pela abolição gradual e indenizada, mas o apoio à abolição imediata e sem indenização seria retomado no congresso do ano seguinte, conforme relata Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 30. Sobre as conclusões da convenção de 1882, ver o documento Convenção republicana de 23 de fevereiro. Porto Alegre, 1882.

¹¹⁹ Ver Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 31-33.

¹²⁰ Sobre as alforrias por prestação de serviços e o abolicionismo no Rio Grande do Sul, ver Paulo Roberto Staudt Moreira, Faces da liberdade, máscaras do cativo. Experiências da liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre, Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996. Para um exemplo da marginalização de Apollinario no abolicionismo e sua exclusão da memória do movimento, ver Joaquim de Salles Torres Homem, Apontamentos para a história do movimento abolicionista na província do do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tip. da Reforma, 1888.

¹²¹ Ver “Passado e presente”, *A Reforma*, 05 de agosto de 1892, reproduzido em parte em Álvaro Porto Alegre, op. cit., p. 43-45.

acreditava na viabilidade de constituir um país à parte no Rio Grande do Sul, posição que não seria compartilhada pela maioria de seus colegas, conforme seu relato:

Dada a palavra a Ernesto Alves, moço que entre nós gozava de simpatia pela sua franqueza e lealdade, nos explicou ele que desejando o dr. Júlio de Castilhos, redator da *Federação*, aventar e discutir a idéia da separação do Rio Grande, como era assunto sumamente delicado e melindroso, não ousaria fazê-lo antes de ter a prévia aprovação e sanção de seu ato pelos seus correligionários.

Aventurei uma objeção, perguntando-lhe se julgava possível a subsistência da república do Rio Grande, colocada entre os povos platinos e o Brasil, sendo aqueles naturalmente belicosos e este extremamente forte por seus recursos.

Acrescentei ainda que eu amava a Pátria grande e não resumida.

Ponderou-me ele que podíamos trabalhar pela federação das províncias do Rio Grande, Paraná, Santa Catarina e São Paulo ou, aliás, da união do Rio Grande ao Uruguai, ao qual já estávamos ligados por hábitos e costumes.

Seguiu-se após largo diálogo em que se repisaram os mesmo argumentos.

Enfim, só dois salientaram-se antagonicamente: Luiz Leseigneur e eu.¹²²

Sem consenso, a decisão ficaria adiada e a idéia seria abandonada no Congresso republicano realizado a seguir em Santa Maria (segundo Apollinario, realizado naquela cidade apenas para impedir sua presença), quando contra ela manifestou-se J. F. de Assis Brasil, que também era contrário ao separatismo e tinha restrições à ortodoxia positivista, levando a questão a um impasse. O partido Republicano Paulista, naquele mesmo ano, também abandonava a idéia da separação, defendida por Alberto Salles, outro jovem bacharel oriundo da academia de Direito, onde se formou no mesmo ano que Julio de Castilhos.¹²³ Já para Apollinario Porto Alegre o debate da separação era inaceitável porque, além do seu repúdio ao positivismo, para ele não haveria dúvida sobre à qual nação o Rio Grande pertencia, ou melhor, de que sua província seria uma parte de um todo nacional maior. Seu ponto de vista diferia dos colegas de partido também pela concepção crua das relações entre as nações, vistas como naturalmente reguladas por relações de força e tendências expansionistas, o que

¹²² Cf. Idem, *Ibidem*.

reservava grande desvantagem estratégica para estados pequenos como o Uruguai ou a hipotética República Rio-grandense.

Aquela era uma visão que não deixava de ser coerente com a do manifesto de 1878, que propunha a união nacional sul-americana em vista da ameaça de um perigo maior, o da expansão da nação norte-americana. O fracionamento da América do Sul em pequenas nações era percebido como uma ameaça à autonomia dos povos do continente, ainda mais porque um substrato étnico e cultural comum lhes ofereceria a potencialidade de constituírem uma única grande nação. Separar o Rio Grande do Brasil lhe parecia desvantajoso também devido a essa mesma lógica, pois não faria sentido a recusa em pertencer a uma grande nação estando dadas as condições para isso.

Ainda que fosse respeitado pelo renome conquistado na província como literato e educador, Apollinario já não conseguia fazer valer suas posições entre os colegas republicanos. E não conseguiria fazer valer nem a memória de sua precedência na causa da construção do partido republicano rio-grandense. Tanto que para A Federação, jornal diário do partido que começa a circular em 1884, o movimento republicano na província é dado como iniciado em 1880, sem maior consideração com as tentativas anteriores.¹²⁴ O controle do grupo “científico” sobre o partido e a garantia de sua legitimidade tinha como um de seus instrumentos a recriação da memória do movimento. Os jovens bacharéis com “educação científica” assumiam o lugar de protagonistas principais, enquanto os representantes da “metafísica” e do “teologismo” eram relegados ao esquecimento. Ao descontentamento de Apollinario com o modelo doutrinário que se instalava no partido veio se somar, portanto, o ressentimento pelo não reconhecimento de seu lugar na história do republicanismo gaúcho, de modo que o rompimento com os colegas tornara-se uma questão de tempo, vindo a acontecer ironicamente com a chegada da tão esperada República.

A guerra da Casa Branca ou a crônica de uma derrota.

Retornemos mais uma vez, portanto, ao documento apresentado no início deste capítulo e outras vezes mencionado, a carta que Apollinario escreveu em resposta à sua

¹²³ Sobre o separatismo paulista em 1887, ver Cássia Chrispiniano Aducci, *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*, São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

¹²⁴ Ver “Movimento republicano”, *A Federação*, 19 de março de 1884.

expulsão da União Republicana, publicada nos jornais da capital da província. Ali, a decisão dos ex-correligionários é ironizada pela recordação de que há muitos anos o veterano republicano já tinha sido relegado ao ostracismo no partido. As questões que o levaram à dissidência desde a convenção de 1882 são lembradas, da recusa em aceitar o comtismo, passando pelas discussões do abolicionismo e do separatismo. Aproveita também para comparar sua coerência na defesa da causa republicana, que há trinta anos recusava qualquer colaboração com as instituições monárquicas, com o oportunismo atribuído aos “doutores da sinagoga” que o tinham expulsado. Enfim, justifica sua adesão à União Nacional, um agrupamento de dissidentes do partido republicano e antigos liberais e conservadores, como resposta aos desmandos e exclusivismo do governo provisório dos seguidores de Julio de Castilhos. Declarando-se “um democrata sincero, um propugnador de todas as liberdades e direitos do cidadão”, Apollinario deixava de ser dissidente para tornar-se adversário dos comtistas nas eleições para a assembléia constituinte que se avizinhavam.

O que dava mais peso a esta carta como virtual declaração de guerra política, contudo, seguramente era o que se proclamava em seu final. Ali, as referências simbólicas mais caras à idéia de tradição republicana rio-grandense eram manipuladas a seu favor e tornavam-se uma poderosa arma para questionar a legitimidade dos positivistas em representar os supostos autênticos valores da coletividade rio-grandense:

Escrevo em contestação a vosso officio, na sala do antigo quartel-general da gloriosa república rio-grandense, sala onde os perfis enérgicos de Bento Gonçalves, Canabarro, Neto, João Antonio da Silveira e tantos outros indígites do ciclo revolucionário se destacaram tantas vezes com a sombra das preocupações profundas velando-lhes a frente, com o coração transbordando de patriotismo, abnegação e sacrifícios.

Oh! Aquela geração portentosa não se eliminou e perdura aureolada do estema da imortalidade (...).

Oh! Aquela geração de sublimes analfabetos, com todas as falhas que possa ter, só deixou exemplos dignos de serem imitados pelos pregoeiros da investidura científica, do filosofismo de Comte e outras bufarinhas escolásticas!¹²⁵

¹²⁵ Ver A Reforma, 27 de junho de 1890, conforme reproduzido em: Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 51.

Se o papel exercido por Apollinario na formação da consciência republicana entre os rio-grandenses podia ser omitido pela facção positivista quando esta escrevia a história do partido, por outro lado o reconhecimento da antiga República Rio-grandense como marco fundador do movimento era obrigatório. Ainda em 1884, a folha republicana A Federação, que começava a circular controlada pelo grupo simpático ao positivismo, proclamava: “A imortal revolução de 1835, que a história registra como um dos nossos mais notáveis pronunciamentos democráticos, fez do Rio Grande do Sul a província mais republicana do Brasil”.¹²⁶ Reivindicar-se continuador dos ideais de 1835 era ponto de honra para um militante republicano rio-grandense e negar esta virtude a um correligionário poderia significar uma ofensa grave. Com a declaração que encerrava sua carta, Apollinario acusava a incompatibilidade dos bacharéis seguidores do “filosofismo de Comte” com os “sublimes analfabetos” do passado e assumia o posto de combate em nome destes últimos. O prestígio do velho educador nessa matéria o tornava um inimigo incômodo. O Jornal do Commercio redigido na cidade de Porto Alegre, ao reproduzir aquela carta de Apollinario, justificava-se enfatizando aos leitores a importância de seu autor:

O Estado do Rio Grande do Sul conta entre as suas ilustrações o distinto republicano, considerado o legítimo depositário das tradições democráticas de 1835.

Ninguém mais competente do que Apollinario Porto Alegre, o batalhador inquebrantável, para falar em nome do republicanismo histórico: o seu passado sem mancha, sem tergiversações, sem mercantilismo, é a maior garantia que apresenta para se impor como autoridade.

A sua palavra, só inspirada nos ditames da verdade, merece de todos os homens sensatos profundo acatamento.¹²⁷

Não bastasse a admiração por seu alegado conhecimento da antiga “revolução de 1835”, Apollinario também valia-se de outro trunfo para ser reconhecido como “legítimo depositário” daquelas tradições. Supostamente desde 1885 tornara-se proprietário da Casa Branca, uma propriedade situada nos arredores de Porto Alegre onde se dizia ter funcionado o quartel-general e hospital dos farrapos durante o cerco que mantiveram à cidade. A casa,

¹²⁶ Cf. “Movimento Republicano”, A Federação, 19 de março de 1884.

vendida pelos herdeiros do antigo proprietário que a emprestara aos rebeldes, fora restaurada por seu novo dono para preservar seu valor histórico.¹²⁸ Nos capítulos anteriores já se fez referência ao modo como Apollinario explorou em sua literatura aquela propriedade e a região adjacente do morro Santana, tratando-a como “um microcosmo do Rio Grande do passado”. Pois bem, quando afirmava que escrevia “na sala do antigo quartel-general da gloriosa república rio-grandense” era à Casa Branca que estava se referindo. Não poderia ter escolhido lugar de maior peso simbólico para lançar seu manifesto de combate aos inimigos das “verdadeiras tradições” rio-grandenses que se acastelavam na cidade aos pés do morro, tal como as forças legalistas sitiadas pelos farrapos há cerca de meio século. Se não tinha o respaldo que desejava entre os homens de política republicanos, Apollinario ao menos sabia colocar a história e os símbolos da identidade rio-grandense do seu lado no momento de partir para o ataque aos adversários.

Uma vez aliado aos inimigos dos republicanos chefiados por Julio de Castilhos, o velho propagandista receberia o respaldo partidário que estes lhe negavam e passaria a fustigá-los por intermédio da velha imprensa liberal da qual já fora adversário. Esse contexto também foi marcado por um momento trágico em sua vida familiar, pois em julho de 1891 faleceu América, sua filha de 12 anos de idade, e apenas quatro meses depois perdeu sua esposa Elisa Gama, com quem era casado desde 1874 e teve oito filhos. Abalado, Apollinario resolveu fechar seu Instituto Brasileiro, depois de 16 anos de atividade, e retirou-se para morar definitivamente na Casa Branca. Apesar do afastamento voluntário das salas de aula, não abandonaria o engajamento político naquele tempo conturbado e em breve voltaria a atacar ainda mais furiosamente os republicanos positivistas. Ao “solitário da Casa Branca” provocava especial indignação a Constituição estadual aprovada naquele ano, praticamente redigida por Julio de Castilhos, que conferia excessiva autoridade ao poder executivo e esvaziava atribuições do legislativo, em contradição com os preceitos da própria constituição federal.¹²⁹

Após a deposição de Julio de Castilhos, que se deu por reações a seu apoio ao golpe de Deodoro em novembro de 1891, Apollinario teve uma efêmera participação como

¹²⁷ Cf. Jornal do Commercio, 29 de junho de 1890, reproduzido em: Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 46.

¹²⁸ Álvaro Porto Alegre relata que a compra da Casa Branca por Apollinario teria se dado em julho de 1885, porém não dispomos até agora de outra fonte para confirmação. Ver Álvaro Porto Alegre, Ronda da história, Porto Alegre, Ed. Thurmman, 1956, p. 43-58.

¹²⁹ Ver Sérgio da Costa Franco, Julio de Castilhos e sua época, op. cit., p. 93-100.

diretor da Instrução Pública no governo provisório que se seguiu.¹³⁰ Em março de 1892 já tinha rompido com o instável “governicho” (epíteto pejorativo atribuído àquele governo pela oposição), agora liderado pelo positivista Barros Cassal, e participava do congresso de fundação do Partido Federalista, ou Republicano Federal, onde se reaglutinava a oposição dos velhos liberais liderados por Gaspar da Silveira Martins.¹³¹ Em nome das “mais remotas tradições do Rio Grande”, contra a ditadura republicana de Julio de Castilhos e também contra o presidencialismo de modelo norte-americano da constituição federal, batia-se o velho educador agora pela “República Parlamentar Federal” ao lado dos inimigos de antigamente. Apollinario passou a representar o diretório do partido Republicano Federal em Porto Alegre, juntamente com seu antigo desafeto, o ex-conservador José Bernardino da Cunha Bittencourt. Escrevendo para o velho jornal liberal A Reforma, de abril a junho daquele ano publicou uma série de artigos de combate ao “comtismo” tão caro ao partido Republicano Riograndense e mesmo a diversos de seus dissidentes, como àquela altura já era o próprio Demétrio Ribeiro, o primeiro a atacar publicamente os irmãos Porto Alegre nas convenções partidárias.

O contra-golpe vitorioso de Julio de Castilhos em junho de 1892, agora apoiado pelo exército federal de Floriano Peixoto, afastou novamente os partidários de Gaspar Silveira Martins do poder, pôs em vigência a polêmica constituição estadual de 1891 e acirrou ressentimentos políticos. Com o Estado à beira da guerra civil, Apollinario Porto Alegre e outros chefes federalistas da capital, agora na mira da perseguição republicana, foram presos em 4 de julho e libertados alguns dias depois. A reação da liderança oposicionista contra o governo do partido republicano viria em renovada e virulenta campanha pelas páginas de A Reforma. Em uma sucessão de veementes artigos editoriais, Apollinario denunciava o que via como degeneração dos princípios republicanos, chamava seus correligionários ao combate e responsabilizava diretamente a Julio de Castilhos pela iminência da guerra e as conseqüências que viriam.¹³² A zombaria que o erudito professor dirigia ao chefe do partido governista, por personalizar a face do novo regime e suas arbitrariedades, incluía comparações com atormentados personagens de clássicos literários, como “Crime e castigo” de Dostoievsky e “Macbeth” de Shakespeare.¹³³ Apollinario já não falava apenas em nome de uma diferença

¹³⁰ Sobre a experiência na direção da instrução pública, ver Apollinario Porto Alegre, “A idéia de restauração”, *A Reforma*, 20 de agosto de 1892.

¹³¹ O congresso aconteceu em Bagé, em 31 de março de 1892.

¹³² Durante o período de julho a outubro de 1892, Apollinario Porto Alegre publicou 16 artigos assinado em A Reforma, além de 25 poemas para a Lira Patriótica.

¹³³ Ver Apollinario Porto Alegre, “O ponto negro”, *A Reforma*, 10 de agosto de 1892.

programática e ideológica, mas como porta-voz da presumida tradição republicana rio-grandense, tornada agora o principal marco da identidade local.

O nosso pavilhão é bem conhecido.

O pavilhão que se desfralda no reduto confiado à nossa guarda encarna as tradições do Rio Grande desde 1835 até 1889.

Como no decênio glorioso é ainda a nossa divisa:

Deus, pátria e liberdade.

Não a substituiremos jamais pelo lema ominoso de: ordem e progresso.¹³⁴

O próprio lugar de onde escrevia, a Casa Branca, devia revelar essa posição e era sempre lembrado ao final de cada coluna, acompanhando a data em que o texto foi escrito. Como combatia-se em nome da coletividade ultrajada, era preciso invocar símbolos que transcendessem as diferenças entre os rio-grandenses e fizessem da própria causa a única legítima. À retórica inflamada, o “velho da Casa Branca”, como ele mesmo já se auto-denominava, acrescentaria ainda uma série de poemas intitulada “Lira patriótica”, destinada a acusar a torpeza dos inimigos, a cantar em tons épicos a luta e, de certa forma, preparar os ânimos para a guerra que se aproximava. Sempre professoral, Apollinario publicava seus versos patrióticos como exemplo e incentivo para que outros fizessem o mesmo, de modo a fazer ver que a queda do regime seria um clamor coletivo. O boato de que o governo recrutava mercenários na província argentina de Corrientes alimentava o sentido patriótico e nacional que se pretendia dar à resistência. Naquele contexto, o recurso à velha poesia épica também era concebida para “eternizar” personagens e atribuir a nobreza de grandes lutas nacionais à disputa do poder local.

Hoje que o povo rio-grandense é pisado pelas patas dos corcéis correntinos atraídos a nossos lares com a promessa dos saques (...); trovadores, poetas, vates, eu vos convoco para que me auxiliéis na tarefa árdua de marcar o crime, não com o ferro em brasa como nas idades medievais, mas com o verso mais duradouro que a simples prosa, (...) levando aos pósteros não só o nome dos infames, mas ainda as glórias de nosso partido...

¹³⁴ Cf. Apollinario Porto Alegre, “Questão de princípios”, *A Reforma*, 26 de julho de 1892.

Partido? Disse mal, nós não somos correntinos, somos rio-grandenses e brasileiros: partido quer dizer facção, parte d'um povo, e nós representamos todo o Rio Grande em sua dedicação à democracia e à liberdade, em suas brilhantes tradições.

Pois bem, poetas, é a oportunidade da ode, instiguemos os nossos concidadãos por hinos entusiásticos, canções patrióticas; a ode delirante se apresente, desperte-lhes o coração, extirpando-lhes o desânimo, atirando-os pelas veredas das reivindicações de seu direito suplantado, fazendo-os combater os correntinos e alguns rio-grandenses, seus aliados.¹³⁵

Identificar os republicanos governistas à péssima reputação dos estrangeiros argentinos, assim como pregar a incompatibilidade das idéias de Augusto Comte com as tradições rio-grandenses, eram provocações fortes na guerra de palavras impressas que antecedeu a guerra pelas armas que iniciaria em fevereiro do ano seguinte. Sem condições de recuperar o poder à força, dado o apoio do exército federal à Julio de Castilhos, os republicanos federalistas se valiam da imprensa para fustigar o governo junto à opinião pública. O tom exagerado e provocativo de artigos e poemas como os de Apollinario Porto Alegre, apesar da ambigüidade entre a zombaria e a acusação séria, mantinha o ânimo acirrado nas fileiras da oposição. Ao manipular os símbolos e a retórica da identidade coletiva rio-grandense e nacional, que há longo tempo já ensinava nas escolas e divulgava pela literatura, o velho professor os utilizava com autoridade no conflito político e sentia-se à vontade em desempenhar aquele papel.

Dirão eles, impando de fatuidade:

— (...) Que quer este velho da Casa Branca, que durante a vida inteira procurou a imortalidade, sem nunca encontrá-la? Antes vá fazer versos de pé quebrado e procurar rimas impossíveis...

O velho da Casa Branca quer sempre ser mestre; outrora lecionava em casa, hoje leciona em público.

Muito embora protesteis, muito embora esperneeis, ele há de sê-lo. Foi uma fatalidade que o perseguiu desde moço, um demônio que não saiu-lhe da garupa, o aconselhar e corrigir crianças malcriadas.

O que se há de fazer? Cada um com o seu fadário, o meu é este.

Fui mestre, sou e hei de sê-lo (...).¹³⁶

A resposta dos redatores de A Federação às provocações de Apollinario não seria menos ferina, com a publicação de sucessivas notas ridicularizando o inimigo da Casa Branca e acusando a perda de credibilidade em que caía por aliar-se com antigos inimigos, especialmente Gaspar da Silveira Martins, a quem tanto criticara no passado. Na mesma medida que acusa, porém, necessariamente admite que o adversário gozava de reconhecimento e prestígio.

Lá da Casa Branca, antigo quartel-general dos Farrapos, continua o apoplético sr. Apollinario Porto Alegre a vomitar injúrias sobre todos os republicanos em geral e o dr. Julio de Castilhos em particular.

S.s., que aliás já está em idade de ter juízo, esquecendo-se que durante muito tempo conseguiu passar por um erudito, um sábio, um homem sério, desde que teve a triste e indecorosa vaidade de entrar para a redação da *Reforma*, jornal que na antiga opinião de s.s. não passava “de um papelucho sujo e indecente” tem metido os pés pelas mãos, e lentamente feito desaparecer o imerecidíssimo e simpático juízo que o vulgo fazia de seus méritos e capacidade.

O sr. Apollinario é um desequilibrado; ninguém sabe jamais o que s.s. quer nem o que pensa; tem a mania da oposição, e, sobretudo, é talvez o indivíduo mais enfatuado que entre nós existe.¹³⁷

O redator de A Federação também reconhecia, e era com certo incômodo que não podia contestar, que o lugar de onde Apollinario escrevia se revestia de certa aura histórica valiosa à memória republicana da província. Ainda que fosse para desmerecer quem combatia de um lugar tão emblemático, a constante alusão à Casa Branca na folha governista não deixava de revelar um sentimento de despeito e humilhação pelo que ocorria. Mesmo quando fosse para satirizar o adversário, o lugar de onde ele escrevia merecia certo respeito e reverência, como é sugerido nos versos abaixo:

¹³⁵ Cf. Apollinario Porto Alegre, “Lira patriótica”, *A Reforma*, 24 de agosto de 1892.

¹³⁶ Cf. Idem, “A educação”, *A Reforma*, 1º de setembro de 1892.

¹³⁷ Cf. “Frechadas”, *A Reforma*, 22 de agosto de 1892.

Senhor Apollinario duma figa!
Acabe por favor com a versalhada,
E reflita, senhor, que é uma espiga
Aturar-se uma *lira* esbodegada!

Já parece pilhéria e caçoada
Os versos que escreveis na casa antiga
Dos “farrapos” heróicos; não prossiga,
Por favor, na *maçante cacetada*...!¹³⁸

Mas a “versalhada” que partia da Casa Branca mais do que servir para “pilhéria e caçoada”, incomodava o regime, tanto que uma nova prisão de seu autor logo seria ordenada. Assim aconteceria em 1º de novembro, quando se deu uma onda de prisões e assassinatos de opositores acusados pelo governo de conspiração para a guerra civil. Não sendo Apollinario encontrado na Casa Branca, a polícia castilhistas põe-se em sua perseguição. Advertido por amigos de dentro do próprio governo de que poderia ser assassinado, como estava ocorrendo com outros opositores, permaneceu escondido até arranjar um meio seguro de escapar da cidade. Conseguiria finalmente fugir oculto por um amigo capitão de um vapor que o levou até a ilha de Santa Catarina, de onde algum tempo depois também teve que sair às pressas e às escondidas para um exílio em Montevideu que duraria até o final da “revolução federalista”, retornando anistiado à cidade de Porto Alegre apenas em 1895.

Assim que souberam da fuga daquele a quem procuravam, as forças policiais vingaram-se com a depredação da Casa Branca. Foram destruídos pomares, bens, coleções arqueológicas e manuscritos dos estudos de Apollinario. Os episódios da perseguição, fuga e posterior destruição da casa que se imaginava legendária foram posteriormente narrados com vivo ressentimento pelo filho mais velho Álvaro Porto Alegre, a quem naquele momento coube resgatar e guardar o que sobrou do ataque.¹³⁹ Dele partiu a acusação aos partidários do governo republicano pelo vandalismo e pelo sumiço, possivelmente por roubo, dos famosos manuscritos da “história da revolução de 1835” escrita pelo seu pai. O que de fato se passou a esse respeito não é possível saber, mas é significativo que justamente aquela obra tenha desaparecido, pois seria um evidente troféu nas mãos dos inimigos.

Não se pretende aqui fazer algum julgamento das atitudes de vencedores e vencidos na fase de intensa violência política que grassou no estado do Rio Grande do Sul de 1889 até 1895, nem uma revisão da historiografia que tratou do conflito por autoridade local,

¹³⁸ Cf. “Ao inventor da Lira Patriótica”, *A Federação*, 15 de setembro de 1892.

¹³⁹ Ver Álvaro Porto Alegre, *Apollinario Porto Alegre*, op. cit.; Idem, *Ronda da História*, op. cit.

interesses privados, idéias políticas e modelo constitucional que levou à insurreição dos chefes militares do partido federalista contra os governos local e federal entre 1893 e 1895.¹⁴⁰ O ponto em questão é o de uma disputa relegada a segundo plano ou mesmo ignorada na maioria dos estudos sobre o período, aquela que se fez pelo direito de exercer o poder como representante legítimo do chamado “republicanismo histórico” rio-grandense. Além disso, trata-se de evidenciar a manipulação de noções de uma imaginada identidade coletiva, da honra e do caráter “autêntico” dos rio-grandenses, como se deu na polêmica entre os redatores de A Reforma e A Federação em 1892.

Algumas décadas de discussões políticas e tentativas literárias e historiográficas de definir tanto as atitudes de um “rio-grandense” autêntico e como um destino coletivo diferenciado serviram finalmente para o chamado à guerra civil, para a disputa por corações e mentes dispostos ao sacrifício bélico em nome da coletividade. Não estamos nos referindo aqui a rudes homens do campo que efetivamente seguiram seus chefes e tentaram combater as mais modernamente equipadas e bem armadas forças governamentais entre 1893 e 1895, mas a prestigiados cidadãos letrados que escreviam a retórica do sacrifício nos jornais das cidades e pretendiam falar em nome daqueles analfabetos camponeses armados. Os motivos que levavam Apollinario Porto Alegre à guerra ideológica contra os republicanos positivistas seguramente não eram os mesmos que levaram um caudilho semi-alfabetizado como Gumerindo Saraiva e seus seguidores a pegar em armas, assim como os soldados de Julio de Castilhos seguramente não lutavam pelas idéias de Augusto Comte.¹⁴¹

Não obstante, o prestígio de Apollinario como educador, literato e republicano de primeira hora corria a província de boca em boca há muitos anos e era reforçado pela “glória” de sua perseguição política e sua associação a símbolos do passado farroupilha como a Casa Branca. Seu chamado para a colaboração na “Lira Patriótica” foi atendido e diversos outros “poetas” vieram reforçar os apelos ao sacrifício patriótico. Alguns escreveram artigos e poemas em defesa do próprio Apollinario, chegando a colocá-lo até mesmo na altura de Gaspar da Silveira Martins como líder e inspirador da resistência federalista, como fez um articulista sob o pseudônimo de A. Lincoln:

¹⁴⁰ Para algumas interpretações do conflito rio-grandense de 1893-95, ver Joseph Love, O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930, São Paulo, Perspectiva, 1975; Sérgio da Costa Franco, Julio de Castilhos e sua época, 4ª edição, Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1996; Sandra Jatahy Pesavento, A revolução federalista, São Paulo, Brasiliense, 1983; John Charles Chasteen, Heroes on horseback: a life and times of the last gaucho caudillos. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1995.

Já uma vez ensejo feliz tive de dizer em público e na culta cidade de Bagé: que não sabia mesmo o que mais admirar em Apollinario Porto Alegre, se a sua enorme, colossal modéstia, ou se a cultura variadíssima e profunda de seu nobre talento.

Acrescentei: que o fenômeno psicológico que hodiernamente se evidenciava no seio do povo rio-grandense; que o renascimento auspicioso da alma varonil, que agitara admiravelmente pretéritas gerações rio-grandenses, tinham em si e no emérito tribuno, Gaspar da Silveira Martins, os seus principais fatores. (...)

A centelha do patriotismo que inflama, vivifica e alenta, levando-nos à prática dos mais admiráveis atos de heroísmo, é sempre a alma emocionadora de suas produções (...).¹⁴²

Não tanto pelas idéias que defendia, mas pelo que se acreditava que sua pessoa representava, por encarnar um certo personagem heróico de sábio-defensor-das-verdadeiras-tradições-riograndenses, tornava-se um adversário temível. Tanto que para combatê-lo era preciso desmoralizá-lo, apresentá-lo como um “velho” patético e teimoso, um “metafísico” ultrapassado ou ainda um “enfatuado”, “desequilibrado” e “Zé Caipora”. O que estes episódios efetivamente indicam para nós, no entanto, são as ambigüidades e limitações das idéias e da ação política de ambos os lados. A pregação democrática de Apollinario Porto Alegre não foi suficiente para convencer grande parte dos setores médios da sociedade porto-alegrense de que a mera mudança de regime abriria as portas do progresso. Seguramente tinha razão quando declarava que muitos republicanos não compreendiam a filosofia de Augusto Comte pregada pelo grupo de Julió de Castilhos, porém aqueles certamente reconheciam nestes uma liderança mais apta a desafiar a velha elite liberal do poder. A grande ironia viria com o acolhimento de Apollinario entre os liberais e a necessária correção do discurso: os caudilhos, outrora acusados, em discursos no Parthenon Litterario, de responsáveis pelo atraso e ignorância do campo, precisavam agora ser revestidos com a aura do heroísmo histórico dos guerreiros rio-grandenses. Foi assim descrito o veterano Joca Tavares, chefe político de Bagé que aos 75 anos de idade rebelava-se contra Julio de Castilhos.

¹⁴¹ Para um estudo que tenta compreender os significados daquela guerra para seus combatentes, ver John Charles Chasteen, op. cit.

No pórtico da história hodierna do Rio Grande do Sul, Joca Tavares é uma figura escultural, caracteristicamente simbólica da opinião e do sentimento de seus conterrâneos.

Em si enlaça em estreito liame o presente ao passado, conservando elada a singeleza primitiva de nosso valor e costumes ao pensamento da época atual.

Não é a estátua de um homem num pedestal de granito, é a estátua animada de uma raça forte e inteligente que destaca da mais sobranceira coxilha de vasto território.¹⁴³

É preciso lembrar que a figura do grande proprietário rural nunca foi contestada em sua obra literária mas, antes pelo contrário, era exaltada como um modelo de virtudes nacionais, o que se condenava eram suas escolhas e métodos políticos. Neste ponto, mais ironicamente ainda, não existiam maiores diferenças entre o velho da Casa Branca e seus inimigos positivistas, que julgavam da mesma forma seus pares da elite proprietária. Não obstante o governo republicano perseguir Apollinario, seguramente mais pelo desafio simbólico à legitimidade do regime por ele representada do que por causa de suas convicções políticas, sua influência na formação intelectual dos jovens letrados não deve ser desconsiderada, tal a quantidade de alunos e leitores que teve. O próprio Julio de Castilhos muito possivelmente freqüentou suas aulas e leu seus romances e poemas épicos na adolescência. Se o “velho da Casa Branca” foi derrotado como partidário do republicanismo liberal, o mesmo não se pode afirmar a respeito de sua pregação nacionalista e americanista, especialmente quanto ao modo como imaginava a peculiaridade rio-grandense. Suas tentativas de amalgamar identidade local e nacional ainda seriam retomadas por outros atores e adaptadas a outras circunstâncias e objetivos, como veremos no próximo capítulo.

¹⁴² Cf. A. Lincoln, “Apollinario Porto Alegre”, *A Reforma*, 27 de agosto de 1892. Ver também Antonio Eusebio da Fontoura, “Lira Patriótica - Ao ilustre poeta Apollinario Porto Alegre”, *A Reforma*, 28 de setembro de 1892; Carlos Araujo, “Lira Patriótica – Ao velho da Casa Branca”, Idem.

¹⁴³ Ver “Joca Tavares”, *A Reforma*, 20 de julho de 1892.

Capítulo 4

Sábios, patriotas e gaúchos

Diferentes momentos em que os cidadãos letrados da província de São Pedro enfrentaram o problema da identidade local e sua integração ao todo nacional foram discutidos ao longo dos capítulos anteriores: a adequação aos propósitos conciliadores e integradores da política imperial tentada pelo efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro; a efervescência das associações literárias e suas revistas, notadamente a do Parthenon Litterario, nas quais tanto o indianismo romântico como as tentativas de renovação da década de 1870 foram adaptadas ao plano de afirmar a originalidade da história, costumes e tradições políticas do Rio Grande do Sul; a crença na missão civilizadora e democratizante dos mesmos partenonistas, empenhados em levar o conhecimento das letras e das ciências para grupos marginalizados do acesso a estes saberes, como mulheres e trabalhadores livres e libertos; a adaptação do debate da identidade às disputas entre as visões liberal e positivista na propaganda republicana; a ambigüidade e derrota política do liberalismo democrático de Apollinario Porto Alegre para os positivistas, defensores declarados de princípios de autoridade e hierarquia na relação entre os homens ilustrados e os diversos segmentos da sociedade.

Em todas estas ocasiões, a contextualização das idéias em disputa foi o recurso utilizado para revelar o jogo de aparentes contradições e reais ambigüidades e conflitos em que os protagonistas se envolviam: dedicados defensores da submissão da província à centralização imperial agiam em nome de interesses da política local; literatos, poetas e eruditos louvavam a peculiaridade e independência dos rio-grandenses para assim integrá-lo aos emblemas da nacionalidade brasileira como um todo; professores oriundos de uma certa

classe média urbana, partidários da idéia de uma república democrática, depositavam na educação e treinamento dos filhos da elite dos grandes proprietários rurais suas esperanças para a transição ao novo regime; por outro lado, jovens bacharéis republicanos influenciados pelo positivismo de Augusto Comte passavam a acreditar que a remoção dessa mesma tradicional elite liberal do poder e a adoção de um Estado autoritário seria o único meio de alcançar a efetiva integração de todas as classes à ordem social e ao progresso moral e econômico. Tais determinações dos republicanos e a resistência dos liberais em ceder-lhes todos os postos do poder, das autoridades municipais ao governo do Estado, alimentaram a onda de violência política que se estendeu do início da República até 1895. Este período pode ser considerado um divisor de águas no envolvimento dos letrados rio-grandenses com a disputa política, por nele ter sido gerada uma evidente distinção entre vencedores e vencidos na ex-província, agora Estado federado.

As ambigüidades e dilemas dos homens de letras rio-grandenses da segunda metade do século XIX não foram caso isolado e fizeram parte do debate mais amplo que se dava no país, grosso modo, sobre idéias e estratégias para a superação da sociedade patriarcal e escravista, bem como do regime monárquico centralizado, sem falar da suposta inferioridade racial, considerados como causas do atraso brasileiro frente às nações liberais, brancas e “civilizadas” do hemisfério norte. Se entre muitos dos homens de letras brasileiros do final do século XIX, especialmente nos círculos letrados que se concentravam no Rio de Janeiro, a decepção com os novos tempos republicanos não se fez demorar, a situação não foi muito diferente na ex-província de São Pedro, especialmente pelo lado dos que defenderam a causa federalista ou rejeitaram os preceitos positivistas do partido vitorioso. Como vimos no capítulo anterior, a importância dada aos sentidos de identidade local fez com que a filiação a uma suposta tradição política rio-grandense fosse reivindicada como argumento de legitimidade pelos indivíduos e grupos envolvidos. A disputa pelo direito de exercer o poder em nome da “alma” coletiva dos riograndenses revelava a perspectiva simbólica do conflito e terminaria por acrescentar uma dose a mais de mal-estar aos ressentimentos que se seguiram à violência política e militar.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Com a pacificação de 1895, os opositoristas retornam do exílio e reorganizam o partido Federalista, porém sem condições de desafiar o consolidado governo de Julio de Castilhos e a hegemonia do partido Republicano Riograndense, que viria a controlar o governo estadual nos próximos trinta anos. Para uma síntese deste período, ver Joseph Love, O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930, São Paulo, Perspectiva, 1975. Sobre o enquadramento do poder coronelista no Rio Grande pelo partido republicano, ver Loiva Otero Felix, Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

A perseguição e proscricção da vida pública de alguém com o prestígio local de Apollinario Porto Alegre, reconhecido até então como notável educador, republicano de primeira hora e renomado conhecedor da história riograndense, inevitavelmente criava uma situação desconfortável para o governo do partido republicano diante da elite intelectualizada do Estado. De volta à sua cidade natal, o professor retirou-se para a Casa Branca, onde dedicou-se a recompor seus escritos salvos da depredação. Enquanto isso, os significados de sua herança intelectual eram atualizados pelos cidadãos porto-alegrenses, por diversos modos, do nascimento do culto às tradições rurais na iniciativa de cidadãos medianos, como no caso do Grêmio Gaúcho a renovados projetos cívico-literários, em que se destacaram nomes como Alcides Maya e Simões Lopes Netto.

Neste capítulo, serão discutidas, portanto, as tentativas que se seguiram, no contexto do final do século XIX e início do século XX, de recompor os significados da identidade rio-grandense e seu lugar no seio da nacionalidade. Retornaremos às idéias de Apollinario Porto Alegre para discutir a relação da sua noção de identidade gaúcha e nacional com o contexto intelectual brasileiro do final do século XIX. Em seguida buscaremos evidenciar a apropriação e reinterpretação daquelas idéias por outros protagonistas, bem como sua adaptação em práticas sociais, políticas e literárias. Caracteriza-se a partir de então uma outra etapa, de diversificação e ao mesmo tempo cristalização de modos de representar e fazer uso político da idéia de identidade rio-grandense, que paulatinamente passa a ser integrada à nação na ambígua condição de “regional”.

Um homem de ciência e sua religião

Do retorno do exílio em Montevidéu até seu falecimento, em março de 1904, Apollinario Porto Alegre recolheu-se à sua venerada Casa Branca com quatro filhos, sua mãe octogenária e uma tia também anciã. Lá dedicou-se a organizar e recompor estudos interrompidos ou perdidos. Não abandonou, porém, totalmente a vida pública, tendo continuado a participar das atividades do partido Federalista e colaborado com o jornal *A Reforma*, inclusive concorrendo como candidato em eleições parlamentares.¹⁴⁵ O jornal *Correio do Povo*, dirigido pelo seu ex-aluno Caldas Junior, publicou alguns de seus poemas e

¹⁴⁵ Cf. *Correio do Povo*, “Diversas”, 21 de outubro de 1896, p. 1; Idem, 19 de novembro de 1896, p. 1.

chegou a anunciar que estaria preparando uma série de contribuições para aquele diário, o que não se concretizou.¹⁴⁶ Chegou-se inclusive a anunciar a reabertura do Instituto Brasileiro, que passaria a funcionar como internato na própria Casa Branca, mas não ainda se conhece confirmação de que isto tenha realmente acontecido.¹⁴⁷ O isolamento, porém, não o poupou de hostilidades e retaliações por parte dos republicanos governistas. Um antigo desafeto seu, Manoel João Nunes, agora elevado à autoridade policial das redondezas pelo governo, seria acusado por ameaças, perseguições e duas frustradas tentativa de assassinato contra Apollinario.¹⁴⁸ Do jornal governista A Federação, por outro lado, partiram acusações de que Apollinario teria se entregado ao alcoolismo, o que foi veementemente negado por ele mesmo e por seus amigos e familiares.¹⁴⁹

Foi neste ambiente tenso que alguns dos estudos mais relevantes de Apollinario foram redigidos ou reorganizados. Logo após seu retorno, em 1896, publicou as anotações de viagem do tempo em que esteve foragido em Santa Catarina. “Viagem à Laguna” saiu em uma série de artigos no Jornal do Commercio da capital riograndense, que em seguida os editou em livro.¹⁵⁰ Misto de caderno de memórias e de observações e especulações de naturalista, esta foi a única obra, até agora conhecida, que Apollinario publicou nesta fase de sua vida. Em 1898 ainda assinaria um extenso prefácio para o livro “O Rio Grande independente”, panfleto anti-separatista e anti-positivista do então jovem candidato a literato Alcides Maya.¹⁵¹ O Correio do Povo chegou a anunciar que o senhor da Casa Branca preparava-se para publicar a “História da Revolução de 35”, o que nunca aconteceu. Caso se concretizasse, contrariaria a versão posteriormente divulgada pelo seu filho de que os manuscritos foram perdidos ou roubados durante o exílio do pai.¹⁵²

¹⁴⁶ “A lenda de Caim” era o título anunciado da futura colaboração de Apollinario com o Correio do Povo, a qual não localizei. Cf. Idem, 28 de novembro de 1896, p. 1. Para alguns de seus sombrios poemas desta fase, ver Idem, “O cadáver”, Correio do Povo, 29 de novembro de 1896; “A morte”, Correio do Povo, 02 de dezembro de 1896; “A primeira can”, Correio do Povo, 04 de dezembro de 1896 “O suicida”, Correio do Povo, 05 de dezembro de 1896.

¹⁴⁷ Cf. Idem, 05 de fevereiro de 1897, p. 1; Idem, 1º de julho de 1897, p. 1 e 3.

¹⁴⁸ Ver Álvaro Porto Alegre, Ronda da História, Porto Alegre, Thurmman, 1956, p. 43-52; Idem, Apollinario Porto Alegre, Porto Alegre, Thurmman, 1954, p. 59-69.

¹⁴⁹ Cf. “Apollinario Porto Alegre – Ao público”, Echo do Sul, Rio Grande, 19 de julho de 1896; “A semana passada ...por um óculo”, Gazetinha, 18 de setembro de 1899, p. 1; Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 70-71.

¹⁵⁰ Ver Apollinario Porto Alegre. Viagem a Laguna. Porto Alegre, Oficinas a vapor do Jornal do Commercio, 1896. Exemplar consultado da biblioteca particular de Julio Petersen.

¹⁵¹ Ver “Prefácio”, em: Alcides Maya. O Rio Grande Independente. Porto Alegre: Typografia da Agencia Litteraria, 1898.

¹⁵² Cf. Álvaro Porto Alegre, Apollinario Porto Alegre, op. cit., p. 62.

Do material em parte ou inteiramente redigido nesta época e que permaneceu inédito durante sua vida, vieram à luz postumamente, em 1904, “Flores da morte”, uma coletânea de poesias, e o “Cancioneiro da Revolução de 1835”, durante as comemorações do centenário farroupilha em 1935.¹⁵³ Já o “Popularium Sul-Riograndense”, compilação de seus estudos lingüísticos e folclóricos, foi publicado somente em 1980, ainda assim não contendo partes cujos manuscritos seriam descobertos posteriormente pelos organizadores.¹⁵⁴ Quando comparada à produção intelectual do “jovem” Apollinario, nas décadas de 1860 e 1870, as obras desta última fase confirmam o abandono dos projetos de teatro, contos e romances nacionais e moralizadores. Seguindo a tendência manifestada por muitos letrados do país, passa a dar preferência aos estudos eruditos com pretensões científicas, com seu interesse abrangendo lingüística, etnologia, folclore e história natural. Conhecer a particularidade de suas idéias e posições intelectuais e políticas expressas nessas obras, portanto, é um primeiro passo para se compreender os desdobramentos do problema da identidade local e nacional entre os riograndenses no início do século XX.

Diferentemente de muitos de seus colegas eruditos que, apesar de suas diferenças, ficaram genericamente conhecidos na história intelectual brasileira como a “geração de 1870”, Apollinario Porto Alegre não fez da crítica contundente ao romantismo e suas idealizações estilísticas um ponto de partida e de orientação para suas reflexões sobre a nacionalidade brasileira.¹⁵⁵ Não se tratava de recusar o pensamento laico e naturalista dos novos tempos, mas de insistir na permanência e valor de um passado épico e sua herança espiritual. Apollinario também não seguiu a trajetória comum a tantos que deixaram a província natal para encontrar na Corte o ambiente propício ao debate de idéias, ao reconhecimento intelectual e à influência nos rumos da nação e tiveram seus nomes canonizados, como Joaquim Nabuco, Sylvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu. Das polêmicas que estes travaram na capital das letras brasileiras em torno de questões da evolução e das raças na formação e história do “povo brasileiro”, Apollinario Porto Alegre foi um ilustre ausente. Optou pelo isolamento a colaborar tanto com

¹⁵³ Ver Apollinario Porto Alegre, Flores da Morte. Porto Alegre: Tipografia Marinoni, 1904; Idem, Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

¹⁵⁴ Ver Apollinario Porto Alegre, Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore). Porto Alegre: editora da UFRGS, 1980. 2ª Edição. Reorganização de Lothar Hessel. Nova edição revista e aumentada no prelo.

¹⁵⁵ Para uma interpretação das polêmicas que marcaram essa época, ver Roberto Ventura, Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

a monarquia como com o regime republicano que se seguiu,¹⁵⁶ assim como preferiu abraçar a missão de educador das novas gerações da elite provinciana à academia e à carreira das letras, como vimos no capítulo anterior. Esta escolha, porém, estava ligada à convicção de que sua província era um lugar privilegiado para a ação em causa da regeneração nacional. Sua esperança de um dia ver a corrupção centralizada na Corte suplantada por uma salutar federação de províncias republicanas estava fundada na crença das qualidades morais superiores de que a natureza e a história teriam dotado os riograndenses. Para alcançar tal sonho, tornara-se estratégico para Apollinario apostar na diferença riograndense e sua integração ao todo da nacionalidade como força revitalizadora.

Apesar de certa semelhança com outros críticos provincianos do cosmopolitismo e centralização da corte, a força de sua convicção se alimentava de uma já enraizada e peculiar tradição local de exaltação dos valores guerreiros como vocação coletiva, bem como dos respectivos heróis e suas façanhas. Tanto a noção romântica da originalidade literária nacional como a convicção científica das determinações naturais da raça e do meio serviam àqueles mesmos princípios e fins e desta forma não entravam necessariamente em contradição. Narrativas e poemas épicos e panteões de heróis conciliavam-se com a noção de uma raça e um meio social em tudo propícios à virtude do homem dos pampas. Considerava uma obrigação quase sagrada, mesmo acima dos juízos de coerência estética ou filosófica, trabalhar para despertar o orgulho patriótico e a consciência desse destino entre seus concidadãos rio-grandenses. Para a justificativa desta crença é que deveriam ser adaptadas as novas teorias dos livros que chegavam da Europa, ou então, também por causa dela, rejeitadas. O inimigo prioritário a combater, para Apollinario, não eram as idéias ditas velhas e ultrapassadas, por outros culpadas pelo atraso do país, mas a ausência de convicção cívica e nacional a motivar os cidadãos para a construção de uma verdadeira República.

A semelhança de tamanho fervor cívico com a crença religiosa não foi mera coincidência. Foram veementes as suas reações às doutrinas filosóficas “materialistas” que poderiam levar à contestação da existência de Deus ou de qualquer substrato místico a reger a natureza e a vida social. Boa parte de seu manifesto comemorativo ao primeiro decênio da sociedade Parthenon Litterario, publicado em 1878, foi dedicado à denúncia do perigo em que redundava a penetração do “materialismo” nas “classes cultas”, especialmente o positivismo

¹⁵⁶ Apollinario teria recusado convite do governo Floriano Peixoto para representar o país na exposição de Chicago, em 1892, em um momento em que combatia tenazmente o governo estadual. Cf. Álvaro Porto Alegre, *Apollinario Porto Alegre*, op. cit., p. 55.

de Augusto Comte.¹⁵⁷ Ponderava, no entanto, que nem a Igreja Católica, inimiga declarada dos progressos do século e da liberdade, nem a religiosidade popular, presa a “cerimônias fósseis e anacrônicas”, meras deturpações de superstições primitivas, podiam oferecer uma saída para o perigo que rondava a humanidade.¹⁵⁸ Curiosamente, via com bons olhos o espiritismo de Alan Kardec, que parecia representar uma tentativa louvável de conciliar “ciência” e “espiritualismo”.¹⁵⁹

A manifestação contra os avanços do positivismo coincidia com o incremento da propaganda das novidades científicas e filosóficas na província. Naquele mesmo ano, o jornalista Karl von Koseritz, um entusiasta da etnologia comparada e do evolucionismo darwinista, proferia em Porto Alegre uma série de conferências intitulada “A terra e homem à luz da moderna ciência”.¹⁶⁰ A intenção era manifestar-se em defesa da teoria evolutiva e contestar a concepção bíblica da origem do homem e do universo, o que fazia por estar convencido da primazia do saber científico e da inutilidade da idéia de Deus. A religião seria fruto da ignorância das massas e o sábio a substituía com vantagem pela ciência, o “patriota esclarecido” a trocava pelo amor da pátria e o artista pela arte. E o mesmo von Koseritz fazia publicar naquele ano, pelas oficinas de seu jornal *Deutsche Zeitung*, o livro “A filosofia no Brasil”, um das primeiras obras impressas do sergipano Sylvio Romero, em um momento em que este ainda tentava um lugar para sua carreira na Corte letrada.¹⁶¹ Esta obra pretendia passar em revista uma seleção de pensadores brasileiros e submetê-los ao “criticismo” filosófico germânico ao qual o autor dizia filiar-se, declarando-se em certa medida também tributário do positivismo de Comte e do “transformismo” de Darwin, embora se recusasse a aderir a qualquer sistema filosófico. O importante para Romero era contestar o “espiritualismo eclético” da escola de Victor Cousin, que tanto influenciara os românticos brasileiros, e “certos pequenos e emperrados positivistas brasileiros”, sem deter-se em considerações mais veementes contra a religião.¹⁶²

¹⁵⁷ Ver Iriema (Apollinario Porto Alegre), *Ao Parthenon Litterario em seu primeiro decênio*, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1878. Exemplar consultado da biblioteca particular de Julio Petersen.

¹⁵⁸ Cf. Idem, p. 08-13.

¹⁵⁹ Cf. Idem, p. 14.

¹⁶⁰ As conferências foram proferidas em setembro e outubro de 1878. Ver Karl von Koseritz, “A terra e o homem à luz da moderna ciência”, reproduzido em: René Gertz (org.), *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999, p. 17-86.

¹⁶¹ Ver Sylvio Romero, *A filosofia no Brasil. Ensaio crítico*. Porto Alegre, Tip. Deutsche Zeitung, 1878. Reproduzido em: Idem, *Obra filosófica*, Seleção de Luis Washington Vita, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

¹⁶² Cf. Idem, p. 147-149.

As polêmicas promovidas por Koseritz, por seu lado, tinham como alvo direto a religião, a Igreja Católica e especialmente a presença dos padres jesuítas nas colônias alemãs, e pareciam não ser diretamente dirigidas contra Apollinario e seus amigos do Parthenon. Estes, no entanto, tomariam parte no debate quando, no ano seguinte, relançavam sua Revista do Parthenon Litterario e faziam dela uma trincheira no combate aos “materialistas”. José Bernardino dos Santos, o Daymã das fases anteriores da revista, no artigo editorial fez menção às idéias de Silvio Romero em “A filosofia no Brasil” como um sinal da crise moral dos novos tempos e da antítese dos ideais dos partenonistas. Estes jamais aceitariam teses que reduziam a liberdade e o pensamento a meros fenômenos derivados das leis da matéria, conforme declarava.¹⁶³ Embora esta polêmica provinciana entre anti-clericais e anti-materialistas não estivesse vinculada à questão da identidade nacional, como acontecia, por exemplo, na França,¹⁶⁴ o debate tinha reflexos no modo de pensar a nacionalidade brasileira, considerando a assimilação da religiosidade como um dos fundamentos do estado monárquico brasileiro.¹⁶⁵

O assíduo Iriema dedicou, por sua vez, em duas edições da Revista, a tradicional seção do ensaio biográfico ao padre José de Anchieta.¹⁶⁶ O artigo pretendia ser um manifesto em defesa da religião católica, ameaçada pelos erros de seus dirigentes, pelos excessos do anticlericalismo e pelo “ateísmo”, novidade importada “dos mercados estrangeiros nos livros que não pregam uma ciência nova, ou ao menos regenerada, e sim a imoralidade da podre civilização ultramarina, que de maneira alguma devia influir nas jovens e vigorosas raças americanas”.¹⁶⁷ O autor declarava não ser católico, mas “deísta”, a favor da liberdade de culto, da separação entre Estado e Igreja e do ensino laico, mas inimigo do “ateísmo”, tratado como sintoma da corrupção européia que ameaçava espalhar-se pelo novo mundo.¹⁶⁸ Se a

¹⁶³ Ver “Introdução”, Revista do Parthenon Litterario, 4ª série, abril de 1879, p. 03-05.

¹⁶⁴ Sobre o debate entre a versão republicana, laica e voluntarista da identidade nacional francesa e sua antítese católica, mística e tradicionalista, ver Yves Déloye, “A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional”, em: Jacy A. Seixas, Maria Stella Bresciani, Marion Brepohl (orgs.), Razão e paixão na política, Brasília, Ed. UnB, 2002, p. 95-112; idem, “A respeito do ressentimento identitário – religião, passado e nacionalismo ideológico na França (séculos XIX e XX)”, em: Stella Bresciani e Marcia Naxara (orgs.), op. cit., p. 507-528.

¹⁶⁵ Ver Martha Abreu, O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Fapesp, 1999.

¹⁶⁶ Ver Iriema (Apollinario Porto Alegre), “José de Anchieta”, Revista do Parthenon Litterario, 4ª série, abril e maio de 1879, p. 06-12 e 60-64.

¹⁶⁷ Cf. Idem, p. 06-12.

¹⁶⁸ Cf. Idem. Para outro exemplo de profissão de fé de Iriema na divindade, ver o poema “Deus”, Revista do Parthenon Litterario, 2ª série, junho de 1875, p. 259-262. Reproduzido em: Regina Zilberman, Carmen C.

ação dos jesuítas para aumentar a influência da Igreja Católica sobre a sociedade, naqueles tempos, merecia total condenação por parte dos homens instruídos, Iriema reconhecia, no entanto, que eles tiveram um período de heroísmo no passado que devia ser respeitado. Foi quando, por meio da dedicação sem limites à causa da fé, teriam conquistado pacificamente o habitante do continente americano para o evangelho cristão e a civilização. José de Anchieta, apesar de jesuíta, deveria, portanto, ser homenageado como exemplo de dedicação patriótica, como “um grande obreiro da nossa nacionalidade”.¹⁶⁹ Não é improvável que a abnegação jesuítica pela educação e conversão dos gentios de certa forma inspirasse o próprio Apollinario Porto Alegre em sua dedicação a uma cruzada pedagógica pela causa da nacionalidade.

Mesmo considerando-se “homem de ciência”, nosso dedicado educador da juventude provinciana seguirá defensor da religiosidade e da “idéia de Deus”, ainda que desvinculada de um culto formal. Em “Viagem à Laguna”, de 1896, retornará ao tema, distinguindo os “homens superiores”, que apesar de crentes dispensam o culto, e a “turba-multa incapaz de procedimentos corretos”, necessitada das formalidades religiosas.¹⁷⁰ É bem verdade que a religião popular não deixou de ser um tema explorado pelo patriótico Iriema quando julgava que dela se poderia extrair a “lenda nacional”. Tanto que a história do “crioulo do pastoreio” mereceu ser qualificada como “um culto religioso tão belo quão simples” e ter uma versão publicada em livro.¹⁷¹ Neste caso, era a prioridade dada à construção do repertório da literatura nacional, durante a fase da Revista do Parthenon Litterario e do uso do pseudônimo Iriema, que prevalecia sobre algum juízo “científico” sobre as formas de religiosidade ditas populares. Mas tal preferência não impediu que durante aquela mesma fase, Iriema tenha dado início à mais ambiciosa empreitada do “homem de ciência” Apollinario Porto Alegre, como veremos a seguir.

Silveira, Carlos A. Baumgarten. O Partenon Literário: poesia e prosa - Antologia. Porto Alegre, EST/Instituto Cultural Português, 1980, p. 91-94.

¹⁶⁹ Cf. Iriema, “José de Anchieta”, op. cit., p. 12.

¹⁷⁰ Cf. Apollinario Porto Alegre, Viagem a Laguna, op. cit., p. 29-36.

¹⁷¹ Ver as notas finais do livro “O crioulo do pastoreio”, de Iriema, reproduzidas em Álvaro Porto Alegre, Apollinário Porto Alegre, op. cit. A obra original não foi localizada para consulta. Segundo o autor acima, as referências são as seguintes: Apollinario Porto Alegre. O crioulo do pastoreio. Porto Alegre, Biblioteca Rio-grandense / Imprensa Literária, 1875. Outras versões da lenda foram publicadas em: João C. Jacques, Assuntos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Oficinas gráficas da Escola de Engenharia, 1912, p. 156-158; João Simões

Um “revolucionário às direitas” em busca da língua nacional

Iriema tinha lançado, ainda em 1872, o primeiro e único artigo de uma pretendida série de “Estudos filológicos” na Revista do Parthenon.¹⁷² Naquele momento, contestava os defensores da pureza da língua portuguesa (cita nominalmente o crítico português Pinheiro Chagas) com o argumento de que todas as línguas eram formadas por uma mescla de origens diversas, de modo a relativizar a tão louvada origem latina do idioma português e conferir legitimidade à suas transformações em solo brasileiro. Os livros que publicou em seguida – uma coletânea de poesias, “Bromélias”, em 1874, e uma de contos, “Paisagens”, em 1875 – vieram acrescidos de um apêndice de “notas”, o primeiro esclarecendo sua filiação aos precursores clássicos e românticos da “literatura brasileira” e o segundo explicando o uso do “dialeto brasileiro” para compor as histórias.¹⁷³ Em ordem decrescente de importância, relacionava aquelas que considerava as principais línguas formadoras do dialeto rio-grandense: o português “quinhentista” falado nos Açores, o quíchua, o tupi-guarani, o africano e, por último, o castelhano. A coleta de vocabulário andaria adiantada, já com “alguns de dez mil termos e expressões peculiares à linguagem de nosso país”, prometendo para breve uma obra intitulada “Dialeto nacional”, a qual não saiu e acredita-se que correspondia a uma parte não concluída ou perdida do “Popularium”.¹⁷⁴

Não se tratava de anunciar uma ruptura com o português clássico ou defender sua deturpação, mas de alegar a continuidade, evolução e progresso daquela língua. “O dialeto brasileiro é a salvação da vida, tradições e história da língua portuguesa. Sem ele, na circunção dos séculos, seria língua morta”, assegurava, argumentando que somente o Brasil evitava que Portugal fosse completamente absorvido pelo expansionismo inglês.¹⁷⁵ O entusiasmo pela originalidade e vitalidade daquele que seria um idioma nacional em formação tinha uma inspiração imediata no nacionalismo lingüístico de José de Alencar e nas polêmicas em que este se envolvia, como já vimos por meio da ardente defesa que o escritor cearense mereceu

Lopes Neto, Lendas do sul, Pelotas, Echenique & Cia, 1913. Para um ensaio já clássico sobre a lenda, ver Augusto Meyer, Prosa dos pagos, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960, p. 95-112.

¹⁷² Iriema, “Estudos filológicos”, Revista do Parthenon Litterario, 2ª série, setembro de 1872, p. 109-111.

¹⁷³ Ver Iriema, Bromélias, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1874 e Idem, Paisagens, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1875, reproduzido em: Apollinario Porto Alegre, Paisagens. Porto Alegre, Brasília: Ed. Movimento, MinC/Pro-Memória, INL, 1987, p. 127-129.

¹⁷⁴ Cf. Iriema, Paisagens, op. cit., p. 217-129. Um esboço de sumário dos capítulos do “Dialeto nacional” pode ser conferido em Apollinario Porto Alegre, Popularium..., 3ª edição atualizada e ampliada, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, no prelo.

¹⁷⁵ Cf. o já mencionado programa do “Dialeto nacional”, Idem, p. 672.

em ensaio biográfico na revista do Parthenon.¹⁷⁶ Na biblioteca de Apollinario não faltavam outros autores que dedicaram estudos à etimologia das palavras brasileiras de origem tupi e africana, como Batista Caetano e Macedo Soares, cujos artigos na Revista Brasileira foram citados nos estudos filológicos do “Popularium sul-riograndense”, obra que Apollinario começava a organizar naquela época.¹⁷⁷ E, além do mais, pretendia defender da acusação de “espanholismo” a “formação dialetal” da província do Rio Grande, de certa forma seguindo a iniciativa pioneira do professor Coruja. Como o próprio Apollinario reconheceria posteriormente, seu projeto científico e literário nascia da constatação de que os eruditos e dicionaristas portugueses e brasileiros ignoravam a língua falada pelos brasileiros. O já mencionado episódio da discussão entre camponeses (vide capítulo 2) que presenciou aos vinte e dois anos de idade foi recordado como o momento de seu despertar para a consciência de sua própria nacionalidade e para a missão de conhecê-la a fundo:

Iconoclasta, rompi com o passado, esmigalhei-o às plantas; para o meu país não lhe queria só a emancipação política, almejava-lhe mais desde então, a independência literária e científica. Desde esta época tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa só aproveitava o saber e os métodos.

Eis porque me iniciei no tupi-guarani, no quíchua, no caraíba, no náuatle, [no] quiché, no banto.

Não me arrependi; porquanto, se despendia largamente num lugar em que não havia bibliotecas, nem gente; se tal objetivo não me trazia o sorriso da fortuna, ficava-me ao menos a soberania mental, a consciência lata de que eu era superior a milhões de brasileiros que desconhecem as origens de sua terra natal, na linguagem, usos e costumes.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Ver Iriema, “José de Alencar – Estudo biográfico”, Revista do Parthenon Litterario, 2ª série, setembro a dezembro de 1873 e fevereiro de 1874, reproduzido em: Regina Zilberman, Carmen C. Silveira, Carlos A. Baumgarten. O Parthenon Literário: poesia e prosa - Antologia. Porto Alegre, EST/Instituto Cultural Português, 1980, p. 98-121. Sobre o nacionalismo lingüístico de José de Alencar, ver João Paulo Coelho Rodrigues, A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840 – 1930. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2002.

¹⁷⁷ Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826 – 1882), filólogo e professor mineiro, foi um especialista das línguas indígenas, com diversas obras publicadas. Antonio Joaquim de Macedo Soares (1838 – 1905), filólogo e jurista fluminense, deixou inacabado seu “Dicionário brasileiro da língua portuguesa”, lançado em 1888 nos Anais da Biblioteca Nacional. Sobre o nacionalismo lingüístico destes e outros autores como José de Alencar e Sylvio Romero, ver João Paulo Coelho Rodrigues, A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840 – 1930, op. cit.

¹⁷⁸ Cf. Apollinario Porto Alegre, Popularium..., 3ª edição, op. cit., p. 578.

À medida, porém, que o entusiasmado Iriema aprofundava-se no estudo da filologia comparativa, debruçando-se sobre as teorias dos “sábios” lingüistas e as descobertas dos orientalistas europeus cujas obras chegavam a suas mãos, enredava-se em intrincadas discussões eruditas, cada vez mais áridas e distantes dos leitores e leitoras de poemas e romances. Foi justamente esse mergulho na ciência da linguagem que emergia das academias européias que, ao menos momentaneamente, uniu o romântico e espiritualista Apollinario Porto Alegre ao materialista e ateu Karl von Koseritz. Em 1880, pouco tempo depois da polêmica sobre a existência divina, este último anunciava em sua Gazeta de Porto Alegre que um certo Dr. Carlos Hennig, pela anatomia comparativa, provara a semelhança fisionômica dos índios brasileiros com a raça ariana, oferecendo sustentação à idéia do parentesco lingüístico entre o tupi-guarani e o sânscrito. Ao tomar conhecimento da novidade, Apollinario escreveu uma entusiasmada carta ao redator da Gazeta revelando que desde 1874 dedicava-se a um estudo comparativo das raízes do tupi-guarani e das línguas arianas e chegara à mesma conclusão. Solicita um espaço no jornal para publicar suas análises, que lhe é cedido por um impressionado Koseritz, que considera aquele um feito científico digno de um “verdadeiro sábio”.¹⁷⁹

Além de propagandista de teorias evolucionistas, descobertas científicas em geral e idéias liberais e anti-clericais, Karl von Koseritz também era um entusiasta da etnografia comparativa e dedicava-se a colecionar de canções folclóricas a objetos e ossos de sítios arqueológicos da província de São Pedro.¹⁸⁰ Tinha simpatia pela tese, pouco acreditada nos meios acadêmicos da época, de que os indígenas da América descendiam da fusão das raças “mongólica” e “mediterrânea”. Os estudos comparativos de anatomia do alemão Ernest Haeckel eram citados como a única evidência a favor da idéia que contrariava as teses, mais aceitas, do autoctonismo ou da origem asiática dos povos americanos, por isso ainda aguardava-se uma análise de filologia comparada das línguas nativas e do sânscrito como prova mais confiável.¹⁸¹ As principais teorias lingüísticas em voga no século XIX defendiam o pertencimento das línguas humanas a uma árvore genealógica comum, sendo que a maioria das línguas européias descenderiam do ramo ariano, cujo berço mais antigo era o sânscrito e

¹⁷⁹ A correspondência entre Koseritz e Apollinario, assim como os artigos deste último, foram publicados em Apollinario Porto Alegre, *Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore)*, op. cit., p. 139-154.

¹⁸⁰ Ver Karl von Koseritz, “Bosquejos etnológicos”, reproduzido em: René Gertz (org.), *Karl von Koseritz: seleção de textos*, op. cit., p. 87-102.

¹⁸¹ Cf. Apollinario Porto Alegre, *Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore)*, op. cit., p. 139.

as civilizações da Ásia central que o falavam.¹⁸² Foi esta língua que os orientistas europeus zelosamente restauraram, analisaram e tomaram como geradora do grego e do latim e, por meio deste último, das suas próprias, o que seria provado pela comparação dos radicais das palavras. Usar este mesmo método para provar o pertencimento do tupi-guarani a esta família, bem como uma identidade racial e cultural entre as civilizações nativas americanas e indo-européias, foi a empreitada a que se lançou Apollinario.

Além de valer-se de estudos sobre os antigos idiomas indo-europeus, como os dos filólogos alemães Franz Bopp (1791 – 1867) e Friedrich Max Müller (1823 – 1900), e da bibliografia sobre o tupi-guarani que recolheu de autores como Couto de Magalhães, Gonçalves Dias, Pe. Antonio Montoya, Ernesto França e Karl F. P. von Martius, Apollinario pretendia beneficiar-se também da pesquisa de campo.¹⁸³ Os arredores de Porto Alegre eram seu campo de observação e coleta da linguagem popular que trazia o guarani vivo no vocabulário: “Foi aí, no meio dos campeiros, falando o dialeto brasileiro, que o verbo se fez luz na mais lata acepção do termo”.¹⁸⁴ Acreditava que testemunhar diretamente o uso das palavras pelos homens do campo lhe daria uma vantagem sobre qualquer outro estudioso de gabinete no momento de interpretá-las, decompô-las e chegar a suas raízes primitivas. Tanto que ousava colocar-se na linha de frente dos estudos das línguas americanas feitos tanto no Brasil como na Europa e Estados Unidos.

Couto de Magalhães, um militar com experiência de expedições pelos sertões brasileiros a serviço do Império, por exemplo, não admitia a procedência indo-européia entre as línguas indígenas e aceitava a hipótese de que elas se enquadrassem no grupo turânio, um suposto ramo alternativo às famílias lingüísticas ariana e semítica proposto pelo filólogo Max Müller. No máximo, admitia-se a influência ariana sobre o quíchua, idioma falado pelos povos andinos. Apollinario contestava veementemente aquela tese, também defendida pelo erudito português Theofilo Braga, lembrando que a própria existência dos turânios era desacreditada entre os demais estudiosos das línguas antigas.¹⁸⁵ Outro influente autor

¹⁸² Ver João Paulo C. Rodrigues, op. cit., p. 68-69.

¹⁸³ Algumas obras citadas por Apollinario: Friedrich Max Müller (1823 – 1900), Leçons sur la science du Langage, (data não fornecida, a edição original inglesa, “Lectures on the science of language”, é de 1861); Antonio Ruiz de Montoya (1585 – 1652), Tesoro de la lengua guarani, Leipzig, 1876. v. 2 e 3, (versão editada por Varnhagen); Antonio Gonçalves Dias (1823 – 1864), Dicionário da língua tupi, Leipzig, 1858; Ernesto Ferreira França (1828 – 1888), Crestomatia da língua brasílica, Leipzig, 1859; Karl F. P. von Martius (1794 – 1868), Beiträge zur ethnographie und sprachkunde Amerika's, zumal braziliens, Leipzig, 1867; José Vieira Couto de Magalhães (1837 – 1898), O selvagem, Rio de Janeiro, 1876.

¹⁸⁴ Cf. Apollinario Porto Alegre, Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore), op. cit., p. 146.

¹⁸⁵ Cf. Idem, p. 152.

contrariado, embora não fosse citado, era Varnhagen, que era favorável à tese da descendência turaniana e tinha a convicção de que os indígenas fossem remanescentes de uma antiga civilização em decadência e, portanto, destinados a serem conquistados pelos europeus superiores.¹⁸⁶ Entre os defensores da presença ariana no continente americano, com estudos específicos sobre a língua quíchua, citava o padre e etnólogo francês Charles Etienne Brasseur de Bourbourg e o acadêmico argentino Vicente Fidel López, também comentados por Couto de Magalhães. Ao passar em revista os autores de seu tempo, Apollinario convenciona-se de que realizava um trabalho pioneiro, pois acreditava que até então não teria surgido um estudioso como ele, que dominasse ao mesmo tempo o tupi-guarani e o sânscrito.

Foi ao preconceito para com os indígenas, no entanto, que o “sábio” Iriema atribuiu a maior resistência à idéia do seu pertencimento ao tronco das grandes civilizações. Agora concordando com Couto de Magalhães, mas contra a opinião do geólogo norte-americano Charles Frederik Hartt, que tornara-se prestigiado pelo imperador por suas expedições à Amazônia, Apollinario sustentava a forte presença do tupi-guarani no idioma falado pelos brasileiros e sua classificação entre as línguas aglutinantes-polissintéticas.¹⁸⁷ Traduzindo o jargão das teorias lingüísticas da época, isto equivalia dizer que os indígenas brasileiros falavam uma língua em grau evolutivo de razoável complexidade, próximo àquele de suas parentes européias, na qual as palavras formavam-se da fusão de diversos radicais. Assim sendo, igualmente reprova a opinião dos norte-americanos Hubert H. Bancroft, etnólogo e historiador, e William D. Whitney, filólogo da universidade de Yale, que julgavam o indígena do Novo Mundo ainda falante de um vocabulário monossilábico.¹⁸⁸ O que estava em questão para Apollinario era defender a possibilidade do progresso entre os índios, seguindo a tradição do pensamento monogenista, contra todos aqueles que os condenavam ao estado selvagem e à extinção sem terem oferecido qualquer contribuição civilizatória à nação brasileira. Ao longo das extensas tabelas comparativas do uso das raízes sânscritas nas diversas línguas indo-européias e no tupi-guarani que montou para provar sua tese, o autor explicitava em diversas notas as razões de sua discordância para com os demais eruditos:

¹⁸⁶ Ver João Paulo C. Rodrigues, op. cit., p. 52.

¹⁸⁷ Cf. Apollinario Porto Alegre, Popularium..., op. cit., p. 153. Sobre C. F. Hartt, ver João Paulo Rodrigues, op. cit., p. 67-68.

¹⁸⁸ Cf. Idem, p. 153-154. As obras citadas são: Hubert Howe Bancroft (1832 – 1918), The native races of the Pacific states; William Dwight Whitney (1827 – 1894), La vie du langage (tradução francesa de “The life and growth of language”).

Todos os viajantes em geral têm faltado à verdade em relação aos aborígenas (sic) do Sul da América. Imbuídos dos preconceitos de raça e de costumes, embora às vezes sábios ilustres como Humboldt e Martius, estudando os índios superficialmente. (sic) Negaram-lhes tendências para o progresso, princípios religiosos e até a afeição para a família, o que não falta às mais sanguinárias e cruéis alimárias.

Não quero endeusar o índio, mas não quero também abatê-lo. A verdade é o meu norte. Admite-se que os conquistadores portugueses e espanhóis caluniassem-nos por interesse próprio, porque em sua maioria eram o rebotalho social da Europa, que vinha procurar fortuna na América, região estranha e povoada de perigos, apenas descoberta e onde fantasiavam minas de ouro. Que aquela canalha para apropriar-se do serviço dos naturais como escravos os colocassem fora da humanidade é plausível e consentâneo; porém não a sábios ilustres, que só provaram a fragilidade humana em seus conceitos.¹⁸⁹

(...) Cada povo civiliza-se segundo circunstâncias especiais e causas múltiplas. É isto o que ensina a História fora dos preconceitos de raça e nacionalidades.¹⁹⁰

A defesa da humanidade e perfectibilidade do indígena na perspectiva de Apollinario, ainda que fosse meramente retórica, era também a defesa da própria viabilidade nacional brasileira. Era uma idéia na qual se revelavam ecos tardios do indianismo romântico e que não deixava de compartilhar do viés oficial paternalista da política do Império em relação aos indígenas.¹⁹¹ Àquela altura, entretanto, o professor rio-grandense não pretendia ressuscitar o romantismo nem tinha a perspectiva de uma política de integração do indígena, como era o caso da etnologia de Couto de Magalhães, apenas afirmava sua inabalável disposição em construir o edifício ideológico da identidade nacional valendo-se de algumas teorias de sua época. Para tanto, procurava confrontar o etnocentrismo europeu utilizando-se das mesmas armas, ou seja, os métodos científicos por intermédio dos quais se negava às raças brasileiras a possibilidade da evolução, do progresso e da civilização. A própria autonomia reivindicada pela ciência da lingüística do século XIX, ao propor o

¹⁸⁹ Cf. Idem, p. 252.

¹⁹⁰ Cf. Idem, p. 262.

¹⁹¹ Para um estudo dos diferentes momentos da política do estado e dos intelectuais brasileiros para com os indígenas, ver David Treece, *Exiles, allies, rebels. Brazil's indianist movement, indigenist politics, and the imperial nation-state*. Londres, Westport, Greenwood Press, 2000.

desenvolvimento natural das línguas humanas e considerá-las instrumento de comparação entre as civilizações, permitia colocar em segundo plano o critério racial de distinção e hierarquia. Os inimigos a combater, portanto, eram os poligenistas em geral e os céticos a respeito da viabilidade e originalidade da língua e da raça brasileiras.

Apollinario tornara-se um ávido leitor e crítico dos cientistas e pensadores de além-mar, bem como de seus conterrâneos brasileiros, embora não se conheça evidência de que seus estudos repercutiram fora da província. Sua obsessão intelectual em torno da afirmação da originalidade e qualidade do idioma brasileiro pode ser melhor dimensionada com a consulta à publicação póstuma do “*Popularium Sul-Riograndense*”, compilação de seus estudos lingüísticos e folclóricos que permaneceram inéditos até o ano de 1980, quando os originais foram publicados com organização do professor Lothar Hessel.¹⁹² Ali se encontram republicados os artigos de 1880 da Gazeta de Porto Alegre e uma extensa relação de mais de 170 tabelas de comparações de usos de raízes sânscritas no tupi-guarani e demais idiomas indo-europeus.¹⁹³ Mas seu projeto era ainda maior. “O português e sua evolução nos domínios europeus” é o título de outro ensaio, aparentemente incompleto, que discute o desenvolvimento da língua portuguesa a partir do latim e sua adaptabilidade ao progresso, assim como a incorporação da herança de outras etnias.¹⁹⁴ Ao longo de todo o texto, porém, são citadas e discutidas opiniões de dezenas de filólogos europeus, com uma sucessão de exaustivas análises e comparações morfológicas do vocabulário. O autor dedica-se, ainda, a afirmar suas posições sobre a lingüística como ciência natural e evolucionista e criticar o “europeísmo” que proclamava a superioridade das línguas indo-européias. O que estaria por trás de um pretense discurso científico seria uma justificativa para desdenhar todas as outras raças e povos e divulgar conclusões fundadas no preconceito antes que no “verdadeiro método científico”.¹⁹⁵ O “método”, por sua vez, não asseguraria totalmente a verdade, podendo basear-se em erros e preconceitos e ser manipulado segundo as convicções e conveniências políticas.

Da Europa devemos aceitar o método, mas não todas as teorias e conclusões a que ele pode dar origem, conforme os autores.

¹⁹² Ver Apollinario Porto Alegre, *Popularium sul-riograndense (estudo de filologia e folclore)*, op. cit.

¹⁹³ Ver “Filologia comparativa – Raízes”, em: Idem, p. 139-266.

¹⁹⁴ Ver “O português e sua evolução nos domínios europeus”, em: Idem, p. 267-328.

Nem sempre a verdade é o apanágio dos cultores da ciência, posto que o método seja positivo. A maioria dos brasileiros aceitam (sic), sem mais verificação, o que de lá nos vem, como aceitam as modas, nem sempre de acordo como clima geral do país.

A isto nunca nos sujeitamos, nem nos sujeitaremos. Discutimos com isenção de ânimo toda a hipótese, doutrina ou afirmação, desprezando o prejuízo de bairrismo, de seitas filosóficas ou religiosas de que estão imbuídos muitos escritores d'almém-mar, às mais das vezes por consideração para com a massa inculta e ignorante do que por convicção própria.¹⁹⁶

O livro, contudo, não se detém nas polêmicas eruditas e tenta realizar um ambicioso inventário da língua e costumes brasileiros e riograndenses. O artigo “Processos tupi-guaranis na formação das palavras” pretende expor as evidências da profunda transformação da língua portuguesa em contato com o idioma indígena, a ponto de justificar a pretensão de originalidade nacional.¹⁹⁷ “Muitas vezes supomos falar português e apenas sob um passaporte desta língua passamos contrabando do tupi-guarani, quíchua, banto e caraíba”, argumentava.¹⁹⁸ A revelação patriótica que teria nascido do contato com os camponeses do morro Santana o levava a investir contra os dicionaristas portugueses e brasileiros que ignoravam ou não aceitavam a gênese tupi-guarani de muitas palavras. Sua análise da formação do dialeto nacional prossegue com o glossário intitulado “Origens guarano-típicas do português falado no Brasil”, que pretende esclarecer o significado e a etimologia das palavras de origem indígena.¹⁹⁹ Este vocabulário é apresentado como resultado de extensa pesquisa bibliográfica e observação da linguagem popular e, apesar de perdido em sua maior parte durante as depredações da Casa Branca (salvou-se apenas a parte das letras A a C e parte da letra S), ainda assim apresenta cerca de 880 verbetes, muitos deles seguidos de extensas discussões eruditas. Complementando o vocabulário tupi-guarani, seguem listas similares para “Origens germânicas do português” (582 palavras), “Elementos bantos” (118 palavras),

¹⁹⁵ A questão girava em torno da inclusão ou não do ramo indo-europeu no patamar superior das línguas flexionais, condição que Apollinario Porto Alegre reconhece apenas nas línguas semíticas, o que os europeus não admitiriam. Ver Idem, p. 282-287.

¹⁹⁶ Cf. Idem, p. 282.

¹⁹⁷ Cf. “Processos tupi-guaranis na formação das palavras”, na segunda parte de Idem, Popularium Sul-Rio-Grandense, 3ª edição revista e atualizada, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2004 (no prelo – p. 573-605)

¹⁹⁸ Cf. Idem, p. 577.

¹⁹⁹ Ver “Origens guarano-típicas do português falado no Brasil”, em: Idem, p. 351-449.

“Elementos astecas” (48 palavras) e “Elementos quíchuas” (218 palavras).²⁰⁰ A obra inclui ainda um vocabulário específico de palavras utilizadas pelos riograndenses, composto pelas seções “Nomenclatura geral”, “Locuções e expressões nativas”, “Flora” e “Vocabulário da fauna”, acrescentando ao todo da obra a análise de mais 724 verbetes.²⁰¹

É também parte integrante da publicação do “Popularium Sul-Riograndense” o resultado da pesquisa folclórica de Apollinario Porto Alegre, abordando temas diversos. Ali se encontram coleções de provérbios (um total de 838, entre ditos portugueses e brasileiros), adivinhações em prosa e verso (ao todo, 41), expressões de carinho entre pais e filhos, brinquedos e jogos infantis (16 cantigas de roda, 16 jogos de “movimento e agilidade”, 13 de “educação visual”, 4 “de azar” e 22 “de repouso”), armas, castigos e suplícios, tipos de pelos de animais, vestuário (origens do poncho, chiripá, ceroulas de franja, bombacha, guaiaca e lenço) e um ensaio sobre a culinária rio-grandense e brasileira (“A cozinha rio-grandense”), texto importante ao qual retornaremos mais adiante.²⁰² Uma intenção generalizada nos trabalhos acima é evidenciar uma expressiva influência indígena sobre usos e costumes riograndenses e brasileiros. O propósito ambicioso de uma obra com as dimensões do “Popularium”, construída ao longo de três décadas e interrompida por sua morte, correspondia às convicções do autor a respeito da formação e sentido da nacionalidade. Os elementos que a constituíam poderiam ser apreendidos na inspiração da natureza, na língua falada e nos costumes, correspondendo em seu todo a um substrato espiritual não inteiramente acessível aos métodos positivos. Apollinario, como muitos de seus contemporâneos, acreditava que a ciência abria as portas à verdade absoluta sobre todos os domínios da natureza, mas ao menos na perspectiva expressa no “Popularium”, não aceitava que se deduzisse o destino de uma coletividade apenas das determinações da raça e do meio. Esta atitude faz com que não dê ouvidos aos arroubos anti-espiritualistas de um Sylvio Romero, a quem considerou “um inventor de teorias sem um vislumbre de base científica”,²⁰³ nem siga os passos da etnologia pragmática de Couto de Magalhães ou compartilhe do interesse do seu conterrâneo Karl von

²⁰⁰ Ver “Origens germânicas do português”, p. 329-350, “Elementos bantos”, p. 450-462 e “Elementos astecas”, p. 463-466. A terceira edição do “Popularium”, ainda no prelo pela Editora da Universidade/UFRGS, apresenta manuscritos inéditos que acrescentam capítulos sobre mais “Elementos bantos”, p. 627-650, “Elementos quíchuas”, p. 607-626 e os “Processos tupi-gurani na formação das palavras”, p. 573-605.

²⁰¹ Ver “Vocabulário rio-grandense”, em; Idem, p. 31-73.

²⁰² Ver Idem, “Provérbios”, p. 74-121, “Adivinhações”, p. 122-125, “A cozinha rio-grandense”, p. 126-138, “Vestuário Sul-Rio-Grandense”, p. 497-505, “Tratamento doméstico”, p. 507-515, “Brinquedos e jogos infantis”, p. 517-571, “Armas, suplícios e castigos peculiares ao Rio Grande”, p. 651-657, “Pêlos de animais”, p. 659-666, “Arreios ou apeiros” (apenas em projeto), p. 667.

²⁰³ Cf. Idem, p. 578.

Koseritz em comparar ossos e crânios. O “velho” da Casa Branca, já na sua última década de vida, se já não permanecia preso aos velhos modelos do romantismo, tampouco rompia totalmente com aqueles princípios. Em torno e por causa de um exacerbado nacionalismo militante é que o autor do “Popularium” ainda desejava conciliar passado e presente, ciência e ideal.

Uma boa medida do interesse de Apollinario Porto Alegre em manter-se atualizado com o pensamento de seu tempo, apesar do isolamento provinciano, pode ser encontrada na bibliografia citada no “Popularium Sul-Riograndense”. Um levantamento preliminar feito pelo reorganizador da obra, não totalmente completo, listou 294 autores, europeus e norte-americanos na quase totalidade, além de referências a periódicos como *Revista Brasileira*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e *Actes de la Recherche de Philologie*.²⁰⁴ Entre os autores citados, mais de uma centena corresponde a filólogos, reunindo grande número de dicionaristas, orientalistas, gramáticos e teóricos da lingüística comparada.²⁰⁵ Outra centena de autores se compõe de naturalistas (constituindo a maior parte, cerca de 54), etnólogos, geógrafos, viajantes e filósofos.²⁰⁶ Os restantes podem ser divididos entre historiadores e escritores diversos, na maioria clássicos gregos e latinos.²⁰⁷ Os autores de língua portuguesa somam pouco mais do que um quarto do total, sendo 33 portugueses e 48 brasileiros, com destaque para gramáticos e dicionaristas.²⁰⁸ Mesmo que muitas citações possam ser de segunda mão, a quantidade de referências é expressiva e revela a pretensão de Apollinario, ao escolher seus interlocutores no debate de idéias, de considerar-se, ele também, um “homem de ciência”.

Novo mundo, nova raça.

²⁰⁴ Ver Lothar Hesel, “Fontes utilizadas por Apollinario Porto Alegre”, em: *Idem*, p. 471-490.

²⁰⁵ Mais exatamente: 115 filólogos, entre os quais contabilizei 45 dicionaristas, 23 orientalistas, 31 gramáticos e 18 teóricos da filologia comparada. Esta é uma classificação arbitrária, muitos podem ser enquadrados em mais de uma dessas categorias, até mesmo em todas, por isso utilizei como critério a obra efetivamente citada no “Popularium” ou a mais conhecida.

²⁰⁶ Mais exatamente, segundo os critérios acima: 54 naturalistas, 23 viajantes, 18 etnólogos, 10 geógrafos, 3 filósofos.

²⁰⁷ Em números: 36 historiadores e 34 escritores.

²⁰⁸ Como “dicionaristas” incluo também autores de trabalhos mais modestos, compilações de vocabulário e etimologias.

A posição de Apollinario Porto Alegre em relação à ciência de seu tempo pode ser caracterizada, portanto, como ambígua. Por um lado, via com reservas a radicalização do pensamento laico introduzida por naturalistas e filósofos europeus, para ele sinal de corrupção dos valores humanistas e de uma ciência deturpada pelo preconceito colonialista. Por outro lado também terminava por adotar os paradigmas do evolucionismo e da influência da raça e do meio natural, ainda que para relativizar a superioridade dos colonizadores e afirmar a viabilidade das nações americanas. A questão da raça na formação da identidade nacional era um tema tão incômodo quanto inevitável e, significativamente, foi tratada na única obra que publicou no período de 1895 a 1904, uma série de artigos que saíram no *Jornal do Commercio* de Porto Alegre em 1896, em seguida reunidos no livro intitulado “Viagem à Laguna”.²⁰⁹ Segundo o próprio Apollinario, tratava-se de digressões típicas de “literatura de viagem”, porém com a pretensão de constituir um ensaio de história natural.²¹⁰ Ali apresenta observações feitas durante o tempo que esteve exilado em Santa Catarina e discute a opinião dos grandes naturalistas, etnólogos e filólogos de sua biblioteca particular.

Foi o contato com a população litorânea de Santa Catarina que motivou Apollinario a fazer uma série de comparações com seu estado natal, as quais se estenderam aos mais diversos aspectos: geologia, florestas, origem histórica, colonização açoriana, características raciais e mestiçamento da população, religiosidade, criminalidade, língua, salubridade, festas populares. Em alguns destes itens, chega também a ensaiar comparações dos “estados do sul” com o “norte”. A questão das raças, nesses textos, passa a ser considerada importante para explicar as diferenças das populações dos estados do país e o papel de cada uma no destino da nacionalidade. A formação da raça mestiça torna-se o fator que determinará o sucesso da adaptação do colonizador ao meio natural e sua capacidade de assumir desafios históricos. O autor relativiza, dessa forma, a noção de hierarquia entre raças superiores e inferiores, embora não a abandone, passando a julgá-las antes pelo critério da adaptação evolutiva ao ambiente.

A atenção de Apollinario ao mestiço, elegendo-o representante da raça nacional em formação, no entanto, não levará à conclusão do futuro branqueamento, diferentemente do que propuseram Sylvio Romero e tantos outros letrados e “homens de ciência” brasileiros, como veremos adiante. A própria positividade conferida à miscigenação não se fazia sem distinções e ressalvas. O exemplo estava na história de Santa Catarina: os primeiros

²⁰⁹ Ver Apollinario Porto Alegre, *Viagem a Laguna*, op. cit.

colonizadores vicentistas, filhos de portugueses com índios, pejorativamente chamados “mamelucos”, massacraram e escravizaram as populações indígenas, revelando uma hedionda perversão moral. Estaria no “hibridismo” da raça a causa daquele comportamento? Apollinario apresenta as opiniões controversas da antropologia de seu tempo sobre a degeneração e a fecundidade dos mestiços, citando Darwin, Livingstone, Paul Broca, Humboldt, Quatrefages.²¹¹ Concorda em parte com a tese da degradação do mestiço, mas alega que não vale para o cruzamento do branco com índio ou do branco com o negro. Este tipo de mestiço seria “vigoroso e inteligente, ativo e capaz de rivalizar com o mais belo escantilhão da raça superior”, desde que se desenvolvesse nas condições adequadas.

As tais condições para o desenvolvimento “robusto e vivaz” dos mestiços, que faltaram aos mamelucos de São Vicente, seriam um meio físico favorável, um meio moral para constituir família, livre da corrupção costumeira nos núcleos coloniais, e, por fim, um meio social “democrático”, sem ódios e prejuízos de raça, onde desfrutassem iguais direitos e não fossem prejudicados em sua atividade. Considerava que a miscigenação de índios e portugueses foi muito positiva, pois teria produzido indivíduos adaptados ao meio. Afirmava, inclusive, apoiar Varnhagen no argumento de que os indígenas não foram extintos, mas sim fundidos e absorvidos. Em São Vicente, porém, o português teria criado uma aristocracia oligárquica e despótica, que rejeitava seus descendentes “híbridos”, depreciados com os epítetos “caboclo” e “mameluco”. Desprezado pelas duas raças que lhe deram origem, o mameluco voltara-se contra a mais fraca, reduzindo-a a escravidão. Uma vez aliado ao branco, para quem forneceu os escravos, os quais tinha mais habilidade para capturar, formou com ele um tratado de paz que se baseava na exploração das raças inferiores e que se perpetuaria com o cativo dos negros.

O autor alega que a condição específica da depravação do mestiço na capitania de São Vicente não se repetiu nos casos do “cariboca” do Pará e outras capitanias do norte, bem como para o “caboré” e os “caboclos” do extremo sul, os quais revelavam qualidades opostas às do congênere paulista. E assim, diferenciando bons e maus mestiços nas diferentes regiões brasileiras, produzidos pela diversidade de habitat e de meio social, concluiu que nenhum reuniu melhores qualidades que o “gaúcho” rio-grandense. Não bastassem as virtudes inatas das raças que se cruzaram, as condições naturais e sociais seriam as melhores possíveis:

²¹⁰ Cf. Idem, p. 57.

²¹¹ Cf. Idem, p. 47-55.

No páramo, na extensão dos prados, além do açoriano veio juntar-se o índio charrua e o minuano, cuja altiva independência, cujo amor acrisolado pela liberdade foi sempre reconhecido. Já antes dele o guarani, cujo nome significa guerreiro, e que havia desde o mar das Antilhas até o Uruguai repellido para o interior o tapuia, o bárbaro, como eles o chamavam, assenhorando-se das costas, se havia fusionado com o europeu em consórcios que depois da luta com Artigas aumentaram pela vinda de milhares de índios paraguaios e entrerianos que procuravam proteção sob a bandeira portuguesa.

Acrescente-se o elemento espanhol que tem cruzado com o português, os militares da metrópole que depois das longas guerras e hostilidades com os vizinhos limítrofes, deixaram o serviço e tornaram-se estancieiros; acrescentem-se mais os hábitos da vida pastoril e a alimentação exclusiva de carne, e ter-se-á em sua plenitude o gaúcho rio-grandense.

A campina torna o homem expansivo, imprime-lhe ao caráter tal cunho de franqueza e lealdade que o distingue em toda a parte.

A mata, pelo contrário, além de limitar-lhe o horizonte, cobre-lhe o rosto com um véu de taciturnidade suspicaz.²¹²

Não há como não constatar no trecho acima a reiteração de um modo de representação das qualidades do habitante dos campos rio-grandenses que vinha sendo construído ao longo do século XIX, com variados matizes, sob um juízo positivo ou negativo, tanto na literatura romântica como nas explicações históricas e “científicas”. É assim como tinha feito o jovem Joaquim Francisco de Assis Brasil em seus primeiros escritos, como vimos no capítulo anterior, Apollinario definiu o tipo mestiço meridional como livre e soberano em comparação com os equivalentes de outros estados, especialmente com o caipira paulista, reduzido a um decadente “vestígio da servidão dos índios”.

O quanto uns têm as formas atléticas, os músculos rijos, em suma, a beleza viril, e a dignidade humana estampada em cada traço, o outro apresenta o corpo enfezado, o ar estúpido, e o gesto embaraçado, como se ainda tivesse diante de

²¹² Cf. *Idem*, p. 74.

si o sobreceño carregado e feroz do feitor, cuja mão vibrava o látigo das punições.²¹³

Mas em “Viagem à Laguna” nosso patriótico professor vai ainda mais longe neste modelo que estabelece um quadro de diferenças e semelhanças de raças, costumes e virtudes dentro do território nacional. A distinção agora se estabelece entre a “mais bela raça” das “zonas austrais” e aquela da área central do país, entre o “gaúcho” que habita tanto o Rio Grande como o Rio da Prata e os planaltos de Santa Catarina e Paraná e as raças física e moralmente corrompidas pela escravidão do centro do Brasil.²¹⁴ Na primeira, predomina o “elemento europeu”, favorecido pelo clima mais adequado e pelo cruzamento com o aborígene. Enquanto isso, os “tipos inferiores”, ou seja, os africanos, ali praticamente não teriam tido influência, pois nos três estados do sul a pequena propriedade rural anulava o fator econômico da escravidão, ficando esta reduzida à esfera doméstica. Além disso, os felizes estados meridionais ainda contavam com “novas camadas colonizadoras” de italianos, alemães e outros povos “do melhor quilate”. Mesmo o africano, vivendo livre por longo tempo nos campos sulinos, tornava-se cada vez mais parecido com o branco, de quem adquiria o “porte ereto” e o a mesma “altiva independência no semblante”, enquanto os escravos libertados das fazendas no 13 de Maio continuavam curvados ao servilismo. E como prova derradeira da pujança das populações do sul, bastava constatar o crescimento da população e sua contínua expansão para os países e estados vizinhos. A superioridade física e moral e o expansionismo natural só poderiam apontar para um destino lógico, que era seu predomínio na futura uniformização da raça nacional:

Não é a conquista tranqüila do território estranho, sem os estragos e danos da guerra e sem o ribombo do canhão?

Não é a poderosa molição d’um grande povo, nas justas do trabalho?

Relativamente só o inglês se lhe compara com os seus dotes e qualidades absorventes e expansivos.

Serão, pois, as populações meridionais que constituirão primeiramente o tipo futuro da nacionalidade, antes que as outras denunciem a tendência para a

²¹³ Cf. *Idem*, p. 99.

²¹⁴ Cf. *Idem*, p. 97-98.

uniformização característica e final da raça, [e] talvez mesmo por sua inferioridade desapareçam na luta pela vida.²¹⁵

Assegura o professor, no entanto, que essa vitoriosa raça futura não deverá ser a branca, para possível espanto de algum leitor rio-grandense àquela altura já ufanista do destino reservado à sua suposta raça. Novamente entram em campo a teoria da evolução das espécies e da influência do *habitat* sobre a morfologia humana para assegurar que a cada continente estava destinada uma raça específica. Assim, afirmando seguir a opinião do geólogo Elisée Reclus e do americanólogo padre Brasseur de Bourbourg, especialista em lingüística, arqueologia e literatura indígenas, Apollinario entendeu que o tipo futuro do homem americano deveria ser o “atual aborígene”, não diferindo muito daquele das civilizações quíchua e asteca na época da conquista.²¹⁶ As mudanças adaptativas para a transformação física do europeu em indígena estariam em curso e já podiam até ser percebidas. “É a fatalidade do meio”, assegura convictamente o autor, pois a inexorável luta pela sobrevivência fará o europeu “meter-se na pele do índio” para poder adaptar-se com vantagem.²¹⁷

As conclusões a que Apollinario chegou sobre a superioridade do mestiço gaúcho e sobre o sentido da evolução rumo a um tipo racial americano homogêneo reforçam a ambigüidade de sua posição. Por um lado, não queria conferir ao fator racial um papel determinante e hierarquizante no desenvolvimento dos povos e, por outro, escolhia o colonizador branco como raça superior e protagonista do destino nacional e americano, ainda que devidamente “adaptado” graças ao cruzamento com o sangue indígena e à influência do meio natural. Uma opinião menos hesitante podia ser encontrada em outro diletante erudito rio-grandense como era seu colega Karl von Koseritz, o qual expressamente recomendava a fusão dos imigrantes alemães à raça luso-brasileira como a melhor forma de integração dos primeiros e aperfeiçoamento e branqueamento desta última.²¹⁸ Ele próprio, aliás, casara com uma brasileira e, inclusive, censurava os alemães que viviam no Rio de Janeiro por não

²¹⁵ Cf. *Idem*, p. 104.

²¹⁶ Jean-Jacques Elisée Reclus (1830-1905), geógrafo e viajante francês, escreveu “Géographie Universelle”; Charles Etienne Brasseur de Bourbourg (1814-1874), sacerdote e etnólogo francês, em 1861 traduziu para o francês o Popol Vuh, livro sagrado dos índios quichés, publicando “*Le livre sacré et les mythes de l’antiquité américaine*”.

²¹⁷ Cf. Apollinario Porto Alegre, *Viagem à Laguna*, op. cit., p. 106-108.

²¹⁸ Sobre as noções de Koseritz a respeito da integração da germanidade à cidadania brasileira, ver Magda R. Gans, *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850 – 1889)*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1996.

desejarem integrar-se à nova nacionalidade como alegava pretenderem os colonos do sul.²¹⁹ Atribuir a estrangeiros brancos como os colonos alemães a qualidade de aperfeiçoar a raça luso-brasileira contradizia Apollinario Porto Alegre quando este atribuía ao nativo do continente americano a função regeneradora sobre o europeu, ainda que a imigração fosse bem-vinda. Mas Koseritz não via no indígena mais que uma raça em extinção, avessa ao progresso e hostil aos os colonos alemães do sul que avançavam sobre as matas, a quem não raro atacavam.²²⁰ Em seus “bosquejos etnológicos”, inclusive, concluía que as tribos meridionais eram as mais atrasadas e rudimentares do Brasil. Diferentemente do seu amigo da Casa Branca, não reconhecia nenhum legado moral nem escrevia nenhuma palavra de louvor à altivez e de amor à liberdade dos selvagens. Não manifestava nenhum sinal da mesma inspiração do indianismo que ainda resistia nas opiniões do velho professor do Instituto Brasileiro e que, combinada à ciência evolucionista, lhe conferia certa peculiaridade no contexto dos homens de letras brasileiros do final do século XIX.

Não obstante, por mais paradoxal que pareça à primeira vista, existia uma afinidade de Apollinario Porto Alegre com Sylvio Romero. Tanto um como o outro quiseram resgatar a figura do mestiço brasileiro do estigma de inferioridade e considerá-la a condição da originalidade brasileira e da evolução do europeu em solo americano. Para o polêmico sergipano, “o mestiço é a condição [da] vitória do branco, fortalecendo-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior.”²²¹ A diferença entre ambos estava na raça escolhida para permitir a adaptação tropical do homem branco, pois enquanto o primeiro adotou o indígena, inclusive aceitando-o como o tipo final do processo evolutivo, o segundo apostava no futuro embranquecimento da raça negra.²²² Não por acaso, ambos começaram pensar o país a partir de sua província natal e formaram a convicção de procurar a identidade nacional longe do cosmopolitismo da corte. Apollinario conhecia as idéias de Sylvio Romero e reprovava veementemente a importância que este atribuía ao africano na formação do povo brasileiro. Que Romero conhecesse as idéias de Apollinario era menos provável, dado o retraimento

²¹⁹ Estas observações foram feitas durante a viagem de Koseritz ao Rio de Janeiro em 1883, registrada em diário. Ver Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil*, Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980.

²²⁰ Cf. Idem, “Bosquejos etnológicos”, em: René Gertz, op. cit., p. 95.

²²¹ Cf. Sylvio Romero, “Estudos sobre a poesia popular”, apud: Claudia Neiva de Matos, *A poesia popular na República das letras: Sylvio Romero folclorista*, Rio de Janeiro, Funarte/UFRJ, 1994, p. 107.

²²² Ainda que Sylvio Romero tenha modificado sua posição já nos primeiros anos do século XX, quando passou a não acreditar mais no branqueamento e defender o arianismo e a pureza racial, a identificação da mestiçagem

deste último e seu apaixonado localismo, de modo que o viés sobre destino e missão da província na construção da nacionalidade se sobressaía e condicionava a estrita análise etnológica. Mas é justamente no diálogo com as opiniões tradicionais que mesclavam identidade riograndense e nacional que encontramos as principais razões dessa persistência romântica no homem de ciência.

De churrascos, vatapás e canções populares

Embora se recusasse a procurar um lugar para si no debate de idéias travado na corte e depois na capital da república, Apollinario sempre associou a identidade rio-grandense à própria identidade nacional, às vezes como parte de um todo, às vezes resumindo nela mesma a própria nacionalidade, querendo traduzir o todo pela parte. O pertencimento à nação brasileira, para ele, era inquestionável, apesar da superioridade racial e moral que sempre reservou aos rio-grandenses. Esta ambivalência já foi apontada diversas vezes ao longo deste trabalho, e retornamos a este ponto uma última vez antes de investigar outros desdobramentos intelectuais e sociais das lições do professor do Instituto Brasileiro. No capítulo sobre a “Culinária rio-grandense” que integra o “Popularium” se encontra um dos seus textos mais curiosos e interessantes. Para o leitor que estranhasse o inusual estilo leve, bem-humorado e malicioso que ali se exercia, esclarecia o autor que o capítulo fora escrito “sem pensá-lo, cálamo corrente”. Ainda que não dispensando citações eruditas, o texto pretende ser uma livre divagação sobre “o povo em seus processos de alimentação”. A inspiração desta vez não vem de algum grande romancista brasileiro ou sábio da ciência européia, mas do magistrado francês Jean-Anthelme Brillat-Savarin (1725 – 1826) e sua obra “Fisiologia do gosto”, livro de 1825 que tornou-se um clássico da gastronomia mundial.²²³ Entre os vinte aforismos apresentados por Brillat-Savarin como introdução de seu famoso tratado de sabedoria culinária, Apollinario selecionou os quatro que, devido às “verdades” neles reveladas, serviam de orientação para seu estudo sobre a cozinha rio-grandense e brasileira:

com a nacionalidade predominou no conjunto de sua obra e foi sua contribuição mais influente no debate da identidade nacional. Ver Roberto Ventura, op. cit., p. 61-68.

²²³ Ver Jean-Anthelme Brillat-Savarin, *Physiologie du Goût, ou Méditations de gastronomie transcendante*. Paris, Charpentier, 1847, 380 p. (*Bibliothèque Nationale de France*, Gallica – modo texto, formato html) Edição eletrônica consultada no site <http://gallica.bnf.fr/scripts/ConsultationTout.exe?O=N087748&T=2>.

“O destino das nações depende do que se nutrem.”

“Dize-me o que comes e direi o que és.”

“Os animais alimentam-se; o homem come, só o homem inteligente sabe comer.

“A descoberta de um novo prato vale mais para a felicidade do gênero humano que a descoberta de uma nova estrela.”²²⁴

Mesmo reconhecendo que “o paladar não tem pátria”, Apollinario levava muito a sério a vinculação do destino nacional à alimentação, bem como o alto grau de sabedoria atribuído à arte culinária, elevada à condição de um marco distintivo dos povos tão ou mais importante que a raça ou o meio natural. É certo que Brillat-Savarin, um ex-girondino da França revolucionária, quando escreveu sua “Fisiologia do gosto”, então um pacato magistrado preocupado com a felicidade humana, não tinha no horizonte o pensamento evolucionista e determinista, como era o caso de seu admirador rio-grandense do final do século. Este último, portanto, insistia em recusar os extremos da mentalidade positivista de muitos de seus pares, conferindo prioridade a critérios menos ortodoxamente “científicos” para a época, tais como o heroísmo histórico, os costumes e a alimentação, assim como também imaginava sua nacionalidade definida pela raça e pelo meio natural. Sua leitura dos mestres da ciência na Europa se submetia à livre escolha de não aceitar o pessimismo quanto ao futuro brasileiro, selecionando dos autores somente aquilo que interessava para seu ponto de vista.

Assim fez, por exemplo, em relação ao historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821 – 1862) e sua “História da civilização na Inglaterra”, obra de 1845 que aplicava o determinismo geográfico e climático como critério de explicação histórica. As páginas desabonadoras que este tinha escrito sobre o Brasil simplesmente não foram levadas em conta por Apollinario, que preferia citar com frequência a parte em que o autor se referia à alimentação à base de carne do rosbife como uma forte razão da vocação expansionista e dominadora britânica.²²⁵ Escolhia este trecho porque lhe permitia fazer um paralelo com o churrasco dos campeiros gaúchos e assim colocar os rio-grandenses à altura dos ingleses. No levantamento que faz das artes culinárias dos rio-grandenses, o churrasco ocupa lugar do

²²⁴ A tradução é do próprio Apollinario Porto Alegre. Ver Jean-Anthelme Brillat-Savarin, op. cit., p. 126.

²²⁵ Cf. Apollinario Porto Alegre, *Popularium Sul-Riograndense*, op. cit., p. 127.

prato nacional por excelência, fonte da índole heróica e de sua excessiva circulação sangüínea:

Quem se nutre como os campeiros tem de certo plethora de forças, ardimento, cóleras prontas, tanta bravura como sangue. Demais, seria impossível a carne exclusiva, se não fora o corretivo que traz o imediato mate-chimarrão.

(...) É o determinismo da alimentação e do estrado pastoril, cavalgando sempre e lutando com o boi xucro e o bagual indômito. Nação vegetariana apresenta as mãos para receber a algema, abaixa a cerviz para que lhe ponham o jugo.²²⁶

Em vista de um ensaio como o da “Cozinha rio-grandense” e dos demais textos já discutidos, podemos considerar que Apollinario Porto Alegre não se preocupava em estabelecer a prioridade definitiva para este ou aquele determinismo, mas conferia valor especial a todo traço distintivo que oferecesse os valores morais e qualidades físicas que desejava para associar à nacionalidade. A nação brasileira como um todo poderia ser resumida ao Rio Grande do Sul, mas também não fazia restrições a idealizá-la como uma “comunhão” de províncias, cada uma oferecendo uma série de costumes e tipos raciais adaptados às peculiaridades do meio natural local. E, pelo menos quanto a uma alimentação propícia a formar um povo sem rival nas artes do amor, assegurava que não tinha concorrentes a velha Bahia, “torrão nativo do vatapá, do coco, do dendê, como é do lundu, dos quindins, dos me-deixes”. A inusitada comparação de gaúchos e baianos nesse quesito é totalmente favorável aos segundos e levanta-se mesmo contra o tradicional preconceito dos conterrâneos contra o “Estado do Norte”:

Digam os rio-grandenses o que quiserem a respeito, nós lhe devemos muito nos fastos nacionais. Quando com o nosso habitual recacho bélico de povo heróico exclamamos: “Da Bahia só o coco e isto mesmo depois de ralado”, talvez se descubra no dito uma pontinha de despeito.

Vão para lá, saboreiem os seus acepipes estimulantes, bailem as suas danças voluptuosas, pratiquem com as suas belas filhas no feitiço de seus requebros dengosos, muxoxos provocadores, esquivanças condimentadas de malagueta, melindres não estudados, e afirmem depois que o Rio Grande do Sul, com seus

²²⁶ Cf. Idem, p. 130.

feitos homéricos, sua pujança atlântica, não foi águas abaixo, com Farrapos, Maragatos, tradições e tudo. Deitem a cabeça, centauros invencíveis, nos colos das Onfálias do norte, a fazer-vos cafunés, e dormireis o sono dos sete dormentes lendários, entre sonhos de delícias inexprimíveis em linguagem humana. A velha capital do Brasil ainda reina, ainda é uma entidade característica no seio da nacionalidade. Nem se diga, como o fazemos em nosso orgulho marcial, que ela não se bate como nós. (...) Quem muito sabe amar, muito sabe odiar; e quem muito sabe odiar, sabe bem pelejar.

Como o quitute desorientou-me pelas terras de Moema e Paraguaçu! (...) ²²⁷

É digno de nota que, ao definir dessa forma as identidades baiana e riograndense, tão diferentes e ao mesmo tempo complementares, como a incorporarem respectivamente o sentido do feminino e do masculino, Apollinario reforçava uma idéia de nação fundada nas diferenças necessárias à unidade. Não deixava de atribuir os mais nobres e elevados valores guerreiros aos riograndenses, mas reservava o necessário “feitiço” do tempero, dos requebros e do erotismo à Bahia, cujas origens épicas não se reportavam aos campos de batalha mas ao triângulo amoroso de Caramuru, Moema e Paraguaçu – como os retratou o poema épico de Santa Rita Durão.²²⁸ No prosseguimento do texto, a nacionalidade é diretamente representada como uma “comunhão brasileira”, na qual encontravam-se e fundiam-se línguas, costumes, gostos e raças. Sua defesa da culinária baiana torna-se uma apologia da mestiçagem formadora do povo brasileiro, bem como das suas qualidades eróticas, retornando ao paradigma das três raças formadoras da nação, proposto décadas antes por von Martius aos historiadores do IHGB. Este último, no entanto, sequer sugeria as explícitas alusões à sensualidade mestiça como fez Apollinario.

Mas o baiano pode altivo dizer aos seus compatriotas da comunhão brasileira com Brillat-Savarin: “Dize-me o que comes e direi o que és”. E como não ser assim, ele que amalgamou no cadinho do seu clima ardente o amor de três

²²⁷ Cf. Idem, p. 130-131.

²²⁸ Com “Caramuru – poema épico do descobrimento da Bahia”, publicado em 1781, o frei José de Santa Rita Durão (1722 – 1784), professor em Coimbra nascido em Minas Gerais, alegando razões de “amor da pátria”, pretendeu narrar as aventuras do português Diogo Alvares Correia nos tempos do descobrimento, “compreendendo em vários episódios a história do Brasil, os ritos, tradições, milícias dos seus indígenas, como também a natural, e política das colônias”. Para consulta da obra na Internet, ver o site <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/caramuru.html>.

raças, a européia, a americana e a etíope, ao rumorejar das frondes de seus palmares? Ele que de cada uma tomou o que lhe convinha, e produziu esta irradiação que só vai esmaecendo para o setentrião, sul e extremo ocidental, pelo encontro de fatores diversos que atuam na diferenciação? (...) Em cada onda de seus quitutes efervescentes no fogão, e não da espuma do mar, nasce uma Afrodite, mas uma Afrodite com todos os tons da gama entre o preto e o branco, uma Afrodite de olhar negro e cintilante de paixão, contornos em linhas suavemente flexuosas e sedutoras, seios túmidos de desejos, lábios que bosquejam a boquinha de amar em vapores de encanto infantil, e entre murmures de suspiros, na voz uns módulos doces, que esmorecem em reticências de pudor, como os sons que finam numa harpa eólia... Ah! Quem tem isto e o vatapá de que há mais mister?

O vatapá, patrimônio dos nagôs!

O vatapá...

Já estou ouvindo o brado de muitos de meus concidadãos aferrados ao prejuízo de que o Brasil somos nós: que tem isso com os nosso usos e costumes? Que têm os baianos conosco?

Singular estupidez!²²⁹

Cruzamento racial e sensualidade foram acima representados, portanto, como qualidades tanto baianas como brasileiras por excelência, menos acentuadas no sul do país mas nem por isso de todo ausentes. E a raça africana, a quem foi recusado papel relevante no Rio Grande do Sul, encontra seu lugar no norte, integrada pela via da sensualidade e da mestiçagem, “com todos os tons da gama entre o preto e o branco”. Não há como desconsiderar aqui sinais da manifestação de uma determinada forma de pensar o país que ganharia respaldo maior nos meios intelectuais brasileiros apenas na década de 20, quando se davam os primeiros passos de sua consolidação por obras como as de Gilberto Freyre. Não se trata de atribuir pioneirismos a Apollinario Porto Alegre, apenas de constatar que ele abraçava idéias ainda marginais porém já em plena circulação no Brasil do século XIX. Algumas referências bibliográficas do “Popularium” oferecem indicações desta tendência. É o caso do magistrado mineiro João Salomé Queiroga (1810 – 1873?), da obra do qual foram transcritos

²²⁹ Cf. Idem, p. 131.

alguns versos de lundus para ilustrar vocábulos “bantos” e “guarano-túpicos”.²³⁰ Nos tempos de estudante da faculdade de Direito de São Paulo, o Dr. Queiroga chegou a participar de um grupo precursor do romantismo como o da Sociedade Filomática, mas só no fim da vida publicou seus estudos de lendas e canções populares.²³¹ Suas idéias chamam atenção por causa da exaltação da mistura de raças que formavam a população do país e da valorização do negro, já destoando do indianismo evasivo dos românticos da corte. Para ele, o brasileiro devia “orgulhar-se de sua raça misturada, que é a melhor do globo”.²³² Este povo mestiço teria na sensualidade uma de suas melhores características, e na mulata um de seus exemplos prediletos. Significativos são os versos de “Retrato de uma mulatinha”, um “lundu” transcrito por Apollinario Porto Alegre para ilustrar o emprego da palavra “muxoxo”:

Já que pinte-te,
Minha querida,
Venus nascida
Cá no Brasil.

Em prêmio dá-me
Muxoxos, queixas,
Quindins, me deixas,
E beijos mil.²³³

Não é possível saber se o autor dos versos estava se referindo a uma mulatinha baiana, em todo caso é evidente a associação que Apollinario faz entre a mulata e aquele estado, utilizando-se tanto da sugestão da “vênus/afrodite” quanto os “quindins”, “me deixas” e o próprio “lundu”.²³⁴ Por mais fantasiosa que fosse a imagem de uma Bahia idílica e suas afrodites mulatas para o professor porto-alegrense (não se tem informação de que ele algum dia tenha visitado aquele estado), aquelas eram noções que se deviam em muito ao repertório de imagens que selecionou de suas leituras. Aliás, podemos encontrar também em Sylvio Romero, outro autor que frequenta a bibliografia do “Popularium”, a exaltação da mulata

²³⁰ Cf. Idem, p. 404 e 453-454.

²³¹ Em 1873, João Salomé Queiroga publicou “Arremedos: lendas e cantatas populares”, ver João Paulo C. Rodrigues, op. cit., p. 122. Sobre sua participação na Sociedade Filomática, ver Antonio Candido, Formação da Literatura Brasileira, vol. I, op. cit. p. 286

²³² Apud João Paulo C. Rodrigues, op. cit., p. 122.

²³³ Cf. Apollinario P. Alegre, Popularium..., op. cit., p. 453.

como representante da mulher brasileira e da cozinha baiana como “toda africana” em sua origem e “genuinamente brasileira” por evolução.²³⁵ E, se desejarmos uma referência ainda mais antiga de louvor à ternura e “quindins” da mulher brasileira/baiana, encontraremos, ilustrando o vocabulário de “elementos bantos” organizado por Apollinario, trechos de lundus de Domingos Caldas Barbosa (1748 – 1800), como “O seu moleque”, reproduzido abaixo. O célebre mulato cantor e compositor de modinhas conquistara a corte da Lisboa do século XVIII evocando a “ternura brasileira” em seus versos.²³⁶

Eu tenho uma Nanhãzinha
A quem tiro o meu chapéu,
É tão bela, tão galante,
Parece cousa do céu!...
Ai céu!
Ela é minha iaiá
O seu moleque sou eu.²³⁷

Fica evidente que um sentido feminino, afetivo e mestiço da identidade brasileira, recolhido por Apollinario em fontes diversas, foi por ele personificado ou, até poderíamos dizer, “regionalizado” no estado da Bahia, compondo um cenário imaginativo de quitutes, cantigas e mulatas. Criava, assim, um “outro” que ajudava a caracterizar o sentido masculino, viril e também mestiço (mas apenas do branco com o índio) atribuído aos guerreiros rio-grandenses. O recurso à afetividade como traço distintivo dos brasileiros ainda seria retomado em outro capítulo, dedicado às expressões de carinho entre pais e filhos. Neste caso, porém, a sensualidade, a mulata e o “fator africano” saem de cena para dar lugar à superioridade da herança tupi-guarani na conformação das “delicadezas da alma brasileira” que se

²³⁴ Sobre a presença do lundu como um gênero musical no século XIX, ver Martha Abreu, op. cit.

²³⁵ Cf. Sylvio Romero, Contos populares do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, p. 18-19. Ver também Cláudia Neiva de Matos, op. cit., p. 120.

²³⁶ Apollinario pode ter tido acesso ao livro “Viola de Lereno”, lançado em 1798, reunindo as composições de Caldas Barbosa, ou então à coletânea folclórica “Serenatas e saraus”, publicada em 1901 por Melo Moraes Filho. Sobre a “ternura brasileira” nas canções de Domingos Caldas Barbosa, ver Antonio Candido, Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 6ª ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2000. p. 142-143 e 296. Ver também Melo Moraes Filho. Serenatas e Saraus. Coleção de autos populares, lundus, recitativos, modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas, vol. I, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901.

²³⁷ Cf. Apollinario P. A., Popularium..., op. cit., p. 452.

materializavam nos afetos domésticos.²³⁸ A preferência pelo legado indígena é reiterada ao longo de todo o “*Popularium Sul-Riograndense*”, de modo que o louvor às qualidades afro-baianas surge como uma curiosa e significativa exceção.

Na origem de tudo, porém, estava a alimentação, cabendo em grande parte ao churrasco e ao vatapá a responsabilidade pelas qualidades respectivamente guerreiras e afetivas, rio-grandenses e baianas, do caráter nacional. Além do mais, procura-se também contestar os defensores de um exclusivismo gaúcho que, ao alegar que “o Brasil somos nós”, não reconheceria como dignas as tradições de outros estados. Visto que o “*Popularium*” não chegou a ser publicado na época em que foi escrito, não temos como saber se os conterrâneos de Apollinario manifestaram a “singular estupidez” diante de suas idéias, mas discutiremos mais adiante outros caminhos tomados por um certo nacionalismo peculiar em ascensão no Rio Grande do Sul da virada do século.

Por ora, retornando às lições de nacionalismo culinário do “*Popularium*”, chega a vez da feijoada e do “farrancho” campestre a que ela dava oportunidade, costume ao qual não se atribui vínculo com algum estado específico da federação. Estes são apresentados pelo autor como uma autêntica tradição familiar e nacional, a qual estaria sendo substituída pelo *pick-nick*, cada vez mais adotado pela “burguesia parva e estrangeirada”.²³⁹ O cosmopolitismo *belle époque* da burguesia urbana e o bairrismo exclusivista apresentam-se, portanto, como novos inimigos da conjuntura do fim-de-século para o professor da Casa Branca. Para contestar aquelas tendências dos novos tempos, este dedicava os últimos anos de sua vida à pesquisa dos usos e costumes.

As cartas trocadas com sua colaboradora e futura nora Amália Furtado no ano de 1903 revelam um Apollinario interessado em coletar cantigas infantis, provérbios, adivinhações, credices e superstições rio-grandenses, enquanto queixava-se do avanço da doença que o impossibilitava de trabalhar mais no estudos folclóricos, pela qual iria sucumbir em seguida.²⁴⁰ Ao falecer, deixou semi-pronto para publicação o livro “*Cancioneiro da Revolução de 1835*”, coletânea de cantos da época da guerra farroupilha, supostamente originados “em torno dos fogões dos acampamentos”, exemplos das poesias populares

²³⁸ Cf. Idem, “Tratamento doméstico”, p. 507-511.

²³⁹ Cf. Idem, p. 135.

²⁴⁰ Ver a transcrição das cartas em: Augusto Daisson, *À margem de alguns brasileirismos*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1925, p. 123-133; ver também Lothar Hessel, “Apolinario e sua nora”, *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1970, Caderno de Sábado, p. 16.

“colhidas da tradição oral do povo rio-grandense”.²⁴¹ Apollinario acreditava que seu ideal republicano estava sendo denegrido pela “ambição do mando político” e pelo “desejo de enriquecer por todos os meios” e reagia a seu modo, teimando em escavar um “patrimônio de glórias do passado” e em reavivar “os fatores constitucionais da raça” à qual afirmava ter orgulho de pertencer.

Colecionar um repertório de canções anônimas que supostamente ilustrariam a “alma” popular e nacional em estado de pureza primitiva seguramente era uma lição aprendida dos intelectuais europeus que desde o século XVIII faziam sua “descoberta do povo”.²⁴² A atitude crítica de Apollinario em relação aos eruditos de além-mar já foi mencionada mais acima; no entanto resta a pergunta: em que medida seus estudos de tradições populares refletiam uma tendência entre os homens de letras brasileiros? A pesquisa folclórica no Brasil do final do século XIX não era o que se poderia considerar uma preferência consolidada no mundo das letras brasileiras, embora já tivesse adeptos de longa data. Aquela que foi genericamente considerada a “geração boêmia” de literatos que se reunia nas redações de jornais e em saraus e cafés do Rio de Janeiro entre 1880 e 1900, que reclamava da falta de reconhecimento e ambicionava uma carreira literária consagradora, que fora abolicionista e, em grande parte, republicana, na esperança da vitória dos homens de talento sobre a monarquia perpetuadora de privilégios, que tinha como farol cultural a “civilização” das nações européias, especialmente a francesa e que lamentava a população analfabeta e incivilizada das ruas, esta ainda não tinha grande simpatia pelo passado e pela noção de “tradição”.²⁴³ Olavo Bilac, Aluisio Azevedo, Coelho Neto, Raul Pompéia, entre outros, cada qual a seu modo e com variável grau de ambigüidade, em seus escritos representavam o “povo” brasileiro de uma forma pessimista e quando muito especulavam

²⁴¹ Ver Apollinario Porto Alegre. Cancioneiro da Revolução de 1835. Obra póstuma. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. Ver edição revista e ampliada em: Idem, Cancioneiro da Revolução de 1835, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

²⁴² A expressão “descoberta do povo” é de Peter Burke ao assinalar a tendência que se manifestava desde que o filósofo alemão Johann Gottfried Herder (1744 – 1803) em 1778 teorizou a respeito da poesia popular e sua função vital na formação moral das sociedades e publicou suas compilações de canções, abrindo a trilha para muitos seguidores. Ver Peter Burke, Cultura popular na Idade Moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

²⁴³ Sobre a história da construção da memória e identidade literária da “geração boêmia” ver João Paulo C. S. Rodrigues, “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias”, em: Sidney Chalhoub e Leonardo A. M. Pereira (orgs.), A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 233-264; Leonardo A. M. Pereira, “Literatura e História Social: a “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do império”, História Social, n. 1, 1994, p. 29-64; Para estudos sobre o contexto social e o engajamento político daqueles literatos, ver Jeffrey D. Needell, Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século. São Paulo, Companhia das Letras, 1993; Nicolau Sevckenko, Literatura como missão. São Paulo, Brasiliense, 1983.

sobre as causas do seu atraso, seguindo preceitos do liberalismo e do naturalismo determinista então em voga. Aos muitos literatos descontentes, que em plena implantação da sonhada República foram por ela perseguidos ou desprezados e postos à margem das decisões políticas, restaram como espaço de atuação pública e reelaboração da identidade de escritor combativo as redações de jornais e o prestígio dos círculos e instituições que se pretendiam estritamente literários, como foi a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 sob a batuta de Machado de Assis.²⁴⁴

Por outro lado, tanto a tradição do nacionalismo literário romântico como o saber oficial e dileitante do IHGB também eram confrontados com a exigência de atualização com as teorias da ciência e com a ressentida crítica de certos polemistas das províncias do norte, como Franklin Távora, Tobias Barreto, Sylvio Romero, Celso de Magalhães. Especialmente para estes dois últimos, as criações poéticas anônimas do “gênio” popular, supostamente reveladoras do “caráter” nacional, não deveriam servir apenas de fonte de inspiração dos literatos, mas tornar-se objeto de pesquisa, comparação e catalogação. Assim, à coletânea do “Nosso cancionário” de José de Alencar, publicado em 1874, Sylvio Romero contrapôs seus “Cantos populares do Brasil” e “Contos populares do Brasil” (na primeira edição em livro, respectivamente publicados em 1883 e 1885) como pretensos exemplos de coleta e classificação das tradições populares segundo modelos científicos.²⁴⁵ Neste caso, o critério de classificação de “romances”, “xácaras”, bailes, folguedos, lendas, versos e orações foi alegadamente racial, enfatizando o papel transformador do mestiço sobre as tradições portuguesas. O quanto mais “mestiça” fosse a poesia oriunda das canções, danças e folguedos, produto da fusão das três raças formadoras do povo, mais originalmente brasileira seria.

Diferentemente do professor rio-grandense da Casa Branca, o polêmico sergipano não diferenciava as tradições e os tipos étnicos segundo sua província de origem, preferindo classificá-los conforme a geografia e o ambiente: habitantes do litoral, das matas, dos sertões ou das cidades e vilas. Assim, os “matutos” de Pernambuco, os “tabaréus” em Sergipe e Bahia

²⁴⁴ Para um estudo que revela um pouco da complexa, instável e ambígua relação dos literatos da ABL com a política de seu tempo, desfazendo o discurso da neutralidade e estabilidade que a instituição construiu para si, ver João Paulo C. S. Rodrigues, A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 – 1913), Campinas, Ed. da Unicamp, 2001.

²⁴⁵ A compilação de cantos e contos de Sylvio Romero fez-se ao longo da década de 1870, com uma significativa colaboração de Karl von Koseritz, que lhe enviava versos e cantigas rio-grandenses, como as 556 quadrinhas publicadas no 2º volume dos “Cantos”. Houve publicações parciais na imprensa até que saíssem as edições em Lisboa organizadas por Theofilo Braga, e uma definitiva, revista pelo próprio Romero (com severas críticas ao trabalho de Theofilo), em 1897. Ver Cláudia Neiva de Matos, op. cit.; Sylvio Romero, Cantos populares do

e os “caipiras” em São Paulo correspondiam todos a um mesmo tipo, o dos “habitantes das matas”.²⁴⁶ E a dança dos “pardos e mestiços em geral” é sempre a mesma, seja denominada “xiba” no Rio de Janeiro, “samba” no Norte, “cateretê” em Minas ou “fandango” no Sul.²⁴⁷ Sylvio Romero rebelava-se contra a centralização da corte, mas de certa forma procurava lá mesmo o reconhecimento, longe da província. Não deixava, portanto, de reiterar o modelo unitário e homogêneo de representação da nação tão caro à monarquia e seus letrados.²⁴⁸

A inocuidade política que Romero atribuiu ao “povo mesclado” em sua diversidade de tipos era outro ponto em contradição com a perspectiva de um Apollinário Porto Alegre sempre pronto a enaltecer uma idealizada vocação para o heroísmo guerreiro e a liberdade dos mestiços dos campos rio-grandenses. Não desprezava nem mesmo a disposição para o combate dos baianos, distinguindo-os porém dos tipos supostamente corrompidos pelo servilismo, como seria o caso do “caipira” paulista. Contudo, para o crítico sergipano, a população brasileira em geral poderia se distinguir dos demais povos pelo lirismo dos seus cantos e contos, jamais por mitos e heróis inspiradores de uma consciência de destino histórico e coletivo:

De não mui grande vivacidade intelectual, tanto que suas indústrias são em estado rudimentar, é um povo sem claro objetivo político, sem consciência social e histórica, falho de ciência e de elevados incentivos e, ao mesmo tempo, sem mitos e sem heróis.²⁴⁹

O privilégio concedido ao critério racial na explicação da arte e da índole originais do “povo brasileiro” estava na raiz daquele julgamento que valorizava o mestiço ao mesmo tempo em que o condenava à diluição no sangue branco e à incapacidade de ser protagonista. Mais longe ainda na via do pessimismo racial ia o maranhense Celso de Magalhães (1849 – 1879), colega de Romero da faculdade de Direito em Recife que, também imbuído de fervorosa motivação anti-romântica e anti-francesa, lançava naquela cidade, já em 1873, a série de artigos de “A poesia popular brasileira”.²⁵⁰ Este autor considerava quase impossível

Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. Tomos I e II; Idem, Contos populares do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

²⁴⁶ Cf. Sylvio Romero, Cantos populares do Brasil, op. cit., p. 44.

²⁴⁷ Cf. Idem, p. 56.

²⁴⁸ Além disso, Sylvio Romero tinha mais afinidade do que pretendia com os velhos românticos e sua busca da originalidade nacional. Ver Jefferson Cano, op. cit., p. 379-389.

²⁴⁹ Cf. Idem, p. 43.

²⁵⁰ Ver Celso de Magalhães, A poesia popular no Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1973.

reunir um cancioneiro “puramente brasileiro”, visto a alegada inexistência dos romances e cantigas populares que não fossem adaptações de versões originais de Portugal. A razão estaria na “questão etnológica” ou “de raça” e no princípio da seleção natural. O indígena, apesar de possuir “o elemento maravilhoso e cavalheiresco” em suas tradições, tinha sucumbido à força superior da raça conquistadora e não foi capaz de oferecer-lhe nenhum legado.²⁵¹ Os africanos, por sua vez, considerados a mais bestial das raças humanas, ao misturarem seu sangue, costumes e religião com a população brasileira, principalmente na Bahia, só trouxeram corrupção: “Este cruzamento não nos podia trazer bem algum. Deturpou a poesia, a dança e a música”.²⁵² Os portugueses, enfim, representantes de uma decadente raça latina, sem possuir o espírito empreendedor das raças germânica e anglo-saxônica, não foram capazes de proporcionar progresso ao novo país, o que se provaria pela análise do cancioneiro corrompido e deturpado que sobrevivia entre a população.

Não obstante, a posição de Celso de Magalhães não deixava de ser ambivalente e, ainda sem apontar uma solução para a questão da inviabilidade racial, vislumbrava uma direção para a formação da índole brasileira no futuro. Apostava que a imensidão do território e o clima levariam à formação de um tipo humano de espírito explorador, um homem adaptado ao espaço do sertão e sua natureza, prenunciado pelo “vaqueiro” ou “roceiro”. Este já surgia pelas províncias e fazia ver uma arte original, pois sua veneração pelo cavalo e pelo boi se manifestava em cantigas e tradições. Significativamente, o “gaúcho” da obra de José de Alencar foi mencionado como exemplo desta tendência, de modo que torna-se evidente a paradoxal proximidade deste ponto de vista com o de outros autores filiados à tradição romântica.²⁵³

Apollinario Porto Alegre, por sua vez, não tinha pudor em incorporar e enaltecer a herança indígena na formação física e espiritual do seu “gaúcho”, o qual já reunia em si as características da própria raça que deveria se impor definitivamente a todo o território americano no futuro. Ao projetar o destino do país e do continente a partir da observação de sua província, julgava ter encontrado ali mesmo uma solução otimista para o problema que embaraçava outros diletantes que, país afora, pretendiam estudar as tradições populares à luz da ciência do seu tempo. Ao que tudo indica, seu peculiar folclorismo não se fez conhecido e nem se tornou intelectual e politicamente atraente fora do estado do Rio Grande do Sul. Não

²⁵¹ Cf. Idem, p. 35-40.

²⁵² Cf. Idem, p. 45.

²⁵³ Cf. Idem, p. 95.

só a barreira do localismo, que restringia muitos estudos ao território das províncias, como também o impasse do problema racial parecem ter contribuído para que não apenas a obra de Apollinario mas o próprio gênero folclórico continuasse tendo pouca expressão nos principais círculos intelectuais brasileiros do final do século XIX.

Os exemplos da debilidade e isolamento dos estudos de supostas tradições populares nas províncias podem ser muitos. Para o universo amazônico, é significativo constatar que a obra do “barão” paraense Frederico José de Santa-Anna Nery, “*Le folk-lore bresilien*”, publicada em Paris em 1889, tenha obtido um reconhecimento muito mais significativo entre os eruditos europeus do que entre os literatos brasileiros, enquanto José Veríssimo, outro paraense ilustre, em sua juventude preferia centrar sua atenção no problema da formação racial do homem amazônico.²⁵⁴ Mais forte e combativa, em princípio, nas províncias do norte e nordeste, a valorização das tradições de um “povo” genérico ou de um tipo específico de mestiço caipira ou sertanejo se manifestaria também em São Paulo, porém de forma ainda isolada, e só ganharia impulso maior no início do século XX.²⁵⁵ Já no cenário carioca, a problemática associação da nacionalidade à “alma” popular das ruas da capital do país não deixou de ser enfrentada nas letras, mas se fez por autores um tanto marginais ao núcleo principal do beletismo da capital, como seria o caso de Lima Barreto, por exemplo.²⁵⁶ A mudança de atitude dos meios letrados em relação ao folclore e a valorização da “tradição popular” como retrato da identidade nacional, especialmente se tratando de costumes urbanos como o carnaval e a música, somente se tornaria generalizada a partir da década de 20,²⁵⁷ enquanto a própria constituição de um “movimento folclorista” no Brasil só tomaria fôlego em meados do século XX.²⁵⁸

²⁵⁴ Para um estudo dos intelectuais que tematizaram a identidade dos povos amazônicos no século XIX, ver Aldrin de Moura Figueiredo, A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia: a constituição de um campo de estudo: 1870-1950, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, 1996.

²⁵⁵ Sobre as ambigüidades das representações do caipira como depositário da identidade paulista, ver Antonio Celso Ferreira, A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940), São Paulo, Ed. Unesp, 2002. Especificamente sobre o surto de nativismo como moda artística e intelectual entre a elite paulista dos anos 20, ver o capítulo 4 de Nicolau Sevckenko, Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

²⁵⁶ Sobre a questão mais específica do folclore em Lima Barreto, ver Rafael F. A. Moreira da Silva, Folclore e identidade social na obra do literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), Campinas, 1999, mimeo (monografia de conclusão de graduação em História, Unicamp).

²⁵⁷ Ver Maria Clementina Pereira Cunha, Ecoss da folia, op. cit., especialmente o capítulo 4, “A tradução da tradição”.

²⁵⁸ Ver Luís Rodolfo Vilhena, Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947 – 1964, Rio de Janeiro, Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Dois outros nomes, ainda assim, merecem ser lembrados, até por terem adotado um ponto de vista não alinhado ao determinismo racial que se tornava corriqueiro. Um deles é o cearense Tristão de Alencar Araripe Junior (1848-1911), filho do conselheiro historiador que tanta celeuma provocou no Rio Grande do Sul, mais reconhecido pela obra de crítico literário e cujo interesse no universo da poesia popular foi fortemente influenciado tanto pelo nacionalismo de José de Alencar como pelo determinismo de Sylvio Romero.²⁵⁹ Do vocabulário empregado em romances da juventude de Araripe Junior, Apollinario retirou exemplos para ilustrar seus estudos da língua nacional do “Popularium”.²⁶⁰ Outro autor a mencionar seria o médico baiano Alexandre José Mello Moraes Filho (1844 – 1919), um apreciador e divulgador de tradições e religiosidade populares, inspirado por um certo nacionalismo de orientação católica que associava religião e identidade nacional.²⁶¹ Sua obra mais conhecida, “Festas e tradições populares do Brasil”, teve uma primeira versão em 1888 e uma edição definitiva em 1901, ano em que também saiu o primeiro dos três volumes de “Serenatas e saraus”.²⁶² Embora não tenha sido encontrada referência a ele nesta última fase da obra do professor rio-grandense, existem indícios de que fora conhecido e apreciado pelos jovens republicanos do sul.²⁶³ Contudo, a primazia dos estudos ecléticos de eruditos e literatos sobre o “povo” brasileiro no início do século XX deslocava-se lenta mas progressivamente para um saber em vias de especialização nos gabinetes de médicos, higienistas, juristas, etnólogos, criminalistas, enfim, os profissionais que davam os primeiros passos da

²⁵⁹ Ver Claudia Neiva de Matos, op. cit.

²⁶⁰ Para ilustrar um vocábulo nacional foi reproduzida uma quadra de versos populares de seu romance “Luizinha”, de 1878, cf. Apollinario Porto Alegre, Popularium, op. cit., p. 377.

²⁶¹ Ver Martha Abreu, op. cit, pp. 144-161; Para um debate sobre o sentido do folclorismo de Melo Moraes Filho, ver: Idem, “Festas e cultura popular na formação do povo brasileiro”, Projeto História, n. 16, São Paulo, PUC-SP/Educ, fevereiro de 1998, pp. 143-166; Maria Clementina Pereira Cunha, “Folcloristas e historiadores no Brasil: ponto para um debate”, Projeto História, n. 16, São Paulo, PUC-SP/Educ, fevereiro de 1998, pp. 167-176

²⁶² A maioria dos exemplos de festas e folguedos populares por ele compiladas são do norte do país, apesar de em “Serenatas e saraus” classificar os hinos farroupilhas entre os cantos patrióticos, não há transcrição de nenhum. Ver Mello Moraes Filho. Serenatas e Saraus. Coleção de autos populares, lundus, recitativos, modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas. Rio de Janeiro, H. Garnier, Vol. I (1901) — Tradicionais: Bailes pastoris; reisados e cheganças; lundus e modinhas de Caldas Barbosa; Vol. II (1902) — Recitativos: diálogos e monólogos; cançonetas; cenas dramáticas; cenas cômicas; Vol. III (1902) — Hinos: Modinhas diversas; Idem, Festas e tradições populares do Brasil, Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1979. A maioria dos exemplos de tradições populares são do norte do país, apesar de classificar os hinos farroupilhas entre os patrióticos, não há transcrição de nenhum.

²⁶³ Alguns poemas de inspiração folclórica e abolicionista de Melo Moraes Filho foram publicados no jornal republicano impresso por Apollinario e seu irmão Apelles em 1881. Cf. Melo Moraes Filho, “O palácio da mãe d’água (Lenda do Amazonas)”, A Imprensa, 12 de agosto de 1881; Idem, “Emigração”, A Imprensa, 18 de agosto de 1881.

institucionalização da ciência no país e da gestão “técnica” das políticas públicas, convictos de sua missão pedagógica, civilizadora e reformadora da “barbárie” popular.²⁶⁴

Levando em conta o isolamento de Apollinario Porto Alegre na virada do século, tanto em relação ao cenário intelectual do país como no contexto estadual, relegado como estava ao ostracismo na Casa Branca, como avaliar a relevância e influência de uma obra que permaneceria inédita? Primeiramente, é preciso considerar que de diversas das províncias do império é que se originaram as principais iniciativas de registrar um suposto caráter nacional na raça, linguagem, religião, poesia e costumes do que se considerava o mundo rural e popular, em grande medida como reação à centralização e cosmopolitismo intelectual da corte. O fato relevante é justamente a presença de um outro modo de pensar o país, paralelo ao paradigma das raças formadoras, existente pelo menos desde as reuniões inaugurais do IHGB, que encontra eco em algumas províncias, conserva-se em estado latente e toma alento com a crise do império. Entender o império brasileiro como um mosaico de regiões com grande diversidade de raças, meios geográficos e climas favorecia a afirmação de identidades locais. Embora os conceitos de região e regionalismo ainda não fossem utilizados no século XIX, esboçava-se a noção de que diferentes identidades provinciais em comunhão ou mesmo em competição poderiam sobrepor-se ao centro político ordenador da corte no momento de construir uma representação da nação.

O caso de Apollinario Porto Alegre é significativo do modo como as polêmicas em torno da identidade nacional tiveram suas vertentes locais, com semelhanças e diferenças entre si e em relação ao que se pensava na capital do país, não deixando de fazer parte do movimento histórico de reordenamento institucional do poder das elites brasileiras. Como se procurou demonstrar até aqui, a questão da identidade riograndense/brasileira se adaptava a diferentes projetos políticos e protagonistas em disputa e era indissociável dos conflitos no contexto local, de modo que não se pode adotar uma explicação generalizante do início do folclorismo no Brasil como reação ideológica de elites regionais à decadência econômica.²⁶⁵ O apelo a uma tradição “popular”, seja “provincial” ou “regional”, podia servir a interesses e

²⁶⁴ Para alguns estudos nesta perspectiva, ver Lilia M. Schwarcz, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930, São Paulo, Companhia das Letras, 1993; Sidney Chalhoub, Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Martha Abreu Esteves, Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Beatriz Teixeira Weber, As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889 – 1928, Santa Maria e Bauru, Ed. da UFSM e Edusc, 1999.

²⁶⁵ Para um exemplo de estudo que generaliza esta interpretação, ver Renato Ortiz, Cultura popular: românticos e folcloristas, São Paulo, Olho d’Água, 1992.

disputas em torno das estruturas do poder local e deste com o poder central, seja imperial ou republicano, do estado brasileiro, porém estava profundamente vinculado às aspirações dos homens de letras em influir nos destinos do país e no modo de conceber a nação. Aos letrados provincianos tornava-se imperativo fazer escolhas que articulassem a identidade local com a nacionalidade como um todo.

Embora em seus últimos anos o velho professor Apollinario se encontrasse aliado à tradicional política liberal e proscrito pelo então hegemônico partido republicano rio-grandense, devemos recordar que a exclusão dos círculos oficiais o acompanhava desde a juventude, em boa medida como opção própria. Ainda assim, seu prestígio acumulado no magistério e na literatura permanecia vivo para boa parte da sociedade letrada do Rio Grande do Sul, mesmo entre os inimigos políticos. Logo após sua morte, em março de 1904, foram lançadas campanhas pela imprensa para viabilizar a construção de um mausoléu para seu túmulo e a publicação de suas obras inéditas, com amplo apoio de personalidades respeitadas da cidade de Porto Alegre.²⁶⁶ Deve-se notar também que o interesse pelo folclore, intensificado nesta última fase, bem como praticamente toda sua produção intelectual, foi um prolongamento de seu engajamento político. Trabalhos como o “Cancioneiro da Revolução de 1835” e “A cozinha rio-grandense” não se limitavam à admiração da “beleza do morto” ou de uma representação romântica de um mundo rural extinto, porém defendiam a ligação espiritual entre um passado rebelde e o presente, com um forte apelo à reação patriótica contra a ordem política.²⁶⁷ Não se tratava, além do mais, tão somente de um delírio solitário, pois o trabalho desta fase também pode ser interpretado como resposta a uma curiosa onda de saudosismo, folclorismo e nacionalismo que então surgia na capital e outras cidades do Rio Grande do Sul. Com o final da revolução federalista, quando aparentemente estava encerrado o ciclo de violência política, o chamado à restauração dos vínculos coletivos dos rio-grandenses em uma única família vinha inaugurar o culto aos costumes rurais e a celebração de uma identidade comum acima das diferenças partidárias.

²⁶⁶ Ver “Apolinário Porto Alegre — Apelo ao Rio Grande do Sul”, *O Independente*, 28 de abril de 1904, p. 1; *O Independente*, 05 de maio de 1904, p. 2.

²⁶⁷ Ver Michel de Certeau, Jacques Revel, Dominique Julia. “A beleza do morto: o conceito de cultura popular”, em: Michel de Certeau, *A invenção da sociedade*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

Festas da família rio-grandense

Alguns dos sentidos que foram associados à identidade rio-grandense e nacional, bem como aos costumes rurais atribuídos aos “gaúchos” dos campos sulinos por uma parcela da sociedade porto-alegrense podem ser conhecidos por intermédio da experiência dos fundadores do clube Grêmio Gaúcho. A iniciativa, que pretendia integrar o nacionalismo e o folclore na vida social da cidade, partiu de fora dos círculos restritos dos literatos e da elite política, embora mantivesse com eles estreitas relações. Nosso interesse, portanto, a partir de agora deixa de lado o gabinete do erudito e volta-se para certas formalidades e celebrações coletivas. Os objetivos, a forma de atuação daquele clube e o perfil social dos fundadores e de suas lideranças permitem compreender o modo peculiar como uma parte dos setores médios urbanos porto-alegrenses (oficiais de baixas patentes, médicos, advogados, burocratas...) traduzia nas práticas associativas idéias e rituais de identidade nacional, civismo e patriotismo.

Passou quase despercebida na imprensa porto-alegrense a fundação de mais uma associação civil na cidade, realizada em 22 de maio de 1898 em uma discreta reunião campestre de domingo, em algum ponto da Estrada da Cavalhada, arrabalde ao sul de Porto Alegre. No domingo seguinte outra reunião estabeleceu os estatutos e elegeu a primeira diretoria do Grêmio Gaúcho, sociedade que marcaria época na vida social da cidade.²⁶⁸ A originalidade já começava por aqueles estatutos, logo em seguida publicados no jornal *Gazetinha*, cujos artigos oferecem uma detalhada descrição dos propósitos da entidade e das atividades que deveria realizar. Apresentar algumas partes deste documento à leitura pode ser uma boa forma de problematizar a questão dos objetivos do Grêmio Gaúcho, o modo como foi projetado para funcionar e os significados possíveis de suas práticas. O primeiro capítulo dos estatutos provisórios publicados na imprensa tratava “da denominação da sociedade e da justificação da sua existência”, enumerando uma série de razões:

Art. 2º — Considerando que as sociedades antigas, possuidoras de gloriosas tradições e que não souberam mantê-las; — (sic) acabaram na decadência, e que aquelas sociedades que, tendo um glorioso passado, procuraram sempre respeitá-lo, conquistaram elevadas posições; considerando que torna-se uma necessidade a nacionalização da nossa Pátria, procurando-se acentuar os elementos que a caracterizam; considerando que a nossa terra constitui sem

dúvida um Estado, riquíssimo de tradições elevadas, que convém constantemente lembrar para que elas sirvam norma ao presente e ao futuro; considerando finalmente que entre os nossos maiores na vida simples que levavam, reinava muito mais saúde, alegria, sinceridade, moralidade, patriotismo, virtudes e felicidades. — tem o Grêmio Gaúcho por fim sustentar tudo quanto se prende de nobre, bom, salutar e elevado, a estes belos tempos em que viveram os nossos pais.²⁶⁹

Apesar da redação um tanto tortuosa, alguns elementos desta declaração oficial de intenções merecem ser destacados. Em primeiro lugar, deixa-se claro que era preciso reagir a não especificadas ameaças de decadência social e de desnacionalização da Pátria; Em segundo lugar, as tradições do passado ou das origens rio-grandenses são apontadas como exemplos regeneradores a serem seguidos. Por conseguinte, estabelece-se como missão última do Grêmio Gaúcho sustentar as antigas tradições e ser um instrumento de reação a uma crise social na qual o princípio da nacionalidade estaria ameaçado. Ao passado é atribuída a função regeneradora do presente, dogmaticamente, como uma lei universal. Mas em se tratando do Rio Grande do Sul, como seriam recuperadas as virtuosas tradições do tempo dos antepassados? Os meios para tanto são descritas no capítulo terceiro daqueles estatutos, onde o leitor é apresentado aos “elementos de que deve dispor a sociedade para realizar seu fim”:

Art. 1º — A sociedade fará aquisição de uma sala onde terá a sua biblioteca, o seu museu, retratos de homens benfeitores do Rio Grande do Sul, da Pátria e da Humanidade, só podendo figurar nesta galeria as fotografias, dez anos depois da morte da pessoa que ela representar.

Art. 2º — Quando a sociedade possuir fundos monetários adquirirá uma casa em lugar de campo e mato, tanto quanto possível e em lugar pitoresco, com via de comunicação ao alcance dos sócios, e para onde se transferirá o seu funcionamento definitivo.

Art. 3º — A sala de que trata o art. 1º deve ser também ornada com quadros de pinturas e da poesia popular caracterizando costumes.

²⁶⁸ Cf. Gazetinha, 24 de maio de 1898; *idem*, 30 de maio de 1898, p. 2.

²⁶⁹ Cf. Gazetinha, 21 de junho de 1898, p. 1

Parágrafo único — Entende-se por poesia popular a produção poética, espontânea, do elemento popular caracterizada pelas quadras de quatro versos, exprimindo o caráter do povo, nas suas diferentes manifestações.

Art. 4º — Haverá uma biblioteca de livros referentes à literatura e história do Rio Grande e mais escritos que a ela se prendem.

Art. 5º — Haverá um museu de história natural composto de artigos existentes no Rio Grande e de objetos de usos e costumes.

Art. 6º — Haverá uma orquestra composta de violas, violinos e violões, para cultivar a música popular rio-grandense, característica da tradição gaúcha, a saber: “Fandango”, “Tyranna”, “Anús”, “Tatú”, “Serrana”, “Chimarrita” e outras peças; valsados: “Galinha morta”, “Boi-Barroso”, “Pericon” ou “Meia Caña” e finalmente o “Hino de 1835”.

Art. 7º — Quando a sociedade possuir meios adquirirá por arrendamento ou compra, um campo apropriado, perto da capital, onde se possam realizar trabalhos campestres, de acordo com a tradição.

§ 1º — No campo de que trata o artigo acima se organizará uma pequena coudelaria onde se possa pela alimentação e pela cruza, com animais da mesma zona, obter o cavalo puro sangue nacional, sendo o tipo modelo o do cavalo crioulo do Quarai.

§ 2º — Haverá uma Escola de equitação rio-grandense, afastando-se da alta Escola, quanto ao governo do cavalo e a montaria, servindo de norma do cavaleiro, o general José Joaquim d’Andrade Neves (Barão do Triunfo); e aproveitando-se da alta Escola o que ela tem de útil quanto à educação do cavalo.²⁷⁰

Como se pode constatar, a lista de tarefas que a associação propunha cumprir, praticamente um programa a ser executado, era extensa e variada, prevendo a criação de uma biblioteca de história e literatura rio-grandenses a um museu de história natural e de costumes antigos, de uma “orquestra” de música popular a uma escola de equitação. Chama a atenção também a resolução de recriar o espaço natural e social dos antigos costumes, pela aquisição de uma sede rural onde os sócios poderiam eles mesmos praticar os “trabalhos da vida

²⁷⁰ Cf. Idem.

campestre”. E não é possível deixar de notar a tentativa de deixar previamente definidas no estatuto quais as tradições populares que exprimiam o “caráter do povo” rio-grandense, pela escolha das músicas e o tipo de poesia aceitos como representativos desta condição. Do mesmo modo como se selecionam arbitrariamente as músicas e a forma de poesia estritamente “populares” e “gaúchas”, também é escolhida a simbologia adequada para decorar a sede da associação. Este rigor se estendia inclusive às diversões e festas, parte importante das atividades de qualquer clube social da época, as quais foram devidamente regulamentadas:

CAPÍTULO IV - Das diversões e festas.

Art. 1º — Sempre que a sociedade tenha de realizar bailes na cidade serão estes de acordo com os usos e costumes atuais, sendo proibido o luxo nos vestuários.

Art. 2º — Os bailes campestres serão executados com as danças de uso atual porém encetados e intercalados, com as danças da música popular.

Art. 3º — Haverá um corpo cênico para escrever e representar dramas, comédias e cenas que caracterizem a tradição e os costumes podendo qualquer sócio apresentar produção sua nesse sentido.

Parágrafo único — As representações serão levadas a efeito onde a diretoria indicar.

Art. 4º — Se estabelecerá o uso das cavalhadas e das carreiras com cavalos crioulos, em cancha direita.

Art. 5º — Poderão haver outros divertimentos resolvidos em assembléia geral.

Art. 6º — Haverão (sic) festas de comemorações das datas importantes do Rio Grande como sejam: data de sua ocupação, fundação da sua capital; conquista das sete missões, revolução de 1835; comemorações de grandes homens; festas tradicionais de *S. Antonio*, *S. João* e *S. Pedro*; festas denominadas da Indústria, feitas na safra do trabalho pastoril da marcação do gado e dos trabalhos de agricultura (Fabrico da Farinha).²⁷¹

Como se pode constatar, valorizava-se a função recreativa da nova associação, desde que as atividades se enquadrassem nos propósitos educativos que faziam de bailes, encenações teatrais, corridas de cavalos e comemorações cívicas e religiosas mais do que mero divertimento. Considerava-se necessário, portanto, distinguir entre os usos e costumes

“atuais”, os quais provavelmente faziam parte da vida social ordinária, e os usos e costumes “populares”, considerados representativos do passado e das tradições. A observação das regras de fidelidade aos costumes tradicionais pelos sócios devia ser rigorosa. Assim, estava determinado, no capítulo “das obrigações dos sócios”, ser obrigatório o uso dos trajes gaúchos em todas as práticas campestres, bem como o cultivo dos “deveres da afabilidade, cavalheirismo, patriotismo e hospitalidade, como o maior sinal de respeito ao nosso grandioso passado”. Em caso de necessidade, praticar o auxílio mútuo também era obrigação, de modo a reinarem “a sinceridade e a franqueza características do gaúcho”. O devido cuidado com o uso exclusivo da língua nacional era igualmente lembrado, relevando-se apenas as devidas exceções da “nossa tradição” rio-grandense:

Art. 10º — Os sócios combinam, não usarem na linguagem falada ou escrita, vocábulos estrangeiros, salvo aqueles acentuados na nossa tradição, como sejam alguns termos originados do indígena e da língua espanhola.²⁷²

Recomendava-se ainda aos sócios, porém em caráter facultativo, praticarem esgrima, equitação e “agricultura” por tais atividades constituírem “meios higiênicos”. Finalmente, a cláusula mais severa, justamente por tocar na questão mais difícil e provavelmente decisiva para a existência de uma associação como o Grêmio Gaúcho, era a que tratava da neutralidade política:

Art. 2º — É expressamente proibido tratar-se de política no grêmio e hostilizar-se homens políticos de qualquer partido, sob pena de expulsão.²⁷³

Neste caso, falava-se claramente de política partidária propriamente dita, questão muito delicada num estado em que governo e oposição há pouco tempo tinham encerrado uma guerra civil. Irremediavelmente divididos na disputa partidária, os rio-grandenses deveriam encontrar no Grêmio Gaúcho uma reconciliação sob aquela pretensa identidade comum ancestral. Tanto que o critério utilizado para definir as “nossas” tradições e virtudes em oposição às dos “outros” era justamente seu pertencimento ao Rio Grande do Sul, entendido como uma comunidade coesa, homogênea e distinta das demais componentes da federação.

²⁷¹ Cf. Idem.

²⁷² Cf. Idem.

²⁷³ Cf. Idem.

Provavelmente prevendo alguma acusação de bairrismo, fazia-se nas “disposições gerais” a devida ressalva de que a afirmação da identidade rio-grandense não implicaria em desconsideração para com os demais estados. A associação era aberta a sócios de todas as procedências, mas as tradições a serem cultuadas deveriam ser estritamente rio-grandenses:

1ª — O “Grêmio Gaúcho”, não tendo em vista, implícita ou explicitamente qualquer idéia de exclusivismo, repele toda a idéia que em revivendo as virtudes do nosso Estado, importe em deprimimento (sic) dos demais Estados que constituem a nossa nacionalidade. (...)

3ª — Podem ser admitidos sócios, cidadãos de outros Estados e mesmo estrangeiros uma vez que concorram para a realização dos fins a que se propõe a sociedade,

4ª — Não são admissíveis práticas em desacordo com as nossas tradições.²⁷⁴

Uma vez estabelecidos os estatutos e empossada a diretoria com as devidas comissões, a sociedade realizou sua festa inaugural no arraial da Glória, pretendendo colocar em prática as determinações dos estatutos. O convite aos sócios, mandado publicar no jornal *Gazetinha*, pedia que trouxessem suas famílias, chegassem cedo para “presenciar as práticas campestres, como sejam a carneação de rezes, laçadas, etc.” e, estando a cavalo, trajarem “a camponês” conforme dispunham os estatutos.²⁷⁵ O mesmo jornal noticiou o sucesso da festa, relatando que já às 6 horas da manhã chegavam os primeiros sócios ao local, uma casa de campo no arraial da Glória. Às 8 horas um grupo de “gaúchos” laçou e carneou duas novilhas gordas, sendo a seguir preparados os primeiros churrascos “ao som das violas e ao canto lendário da *tyranna* e do *boi barroso*”. Em seguida chegaria a banda de música do Arsenal de Guerra para animar os sócios e por volta das dez e meia acontecia uma sessão na “sala de honra” do Grêmio:

A sala estava originalmente adornada. Numa das paredes via-se o escudo da República Rio-Grandense, encimado pelo retrato de seu primeiro presidente general Bento Gonçalves da Silva, ladeado pelos retratos dos generais David Canabarro e Antonio de Souza Netto.

²⁷⁴ Cf. *Gazetinha*, 30 de maio de 1898, p. 2.

²⁷⁵ Cf. *Gazetinha*, 22 de julho de 1898, p. 2.

Rodeando o retrato do glorioso Bento Gonçalves via-se um exemplar de cada um dos jornais da nossa capital, agrupados da seguinte forma: à direita *Correio do Povo, Reforma e Federação*; à esquerda *Gazetinha, Gazeta da Tarde e Jornal do Commercio*; por cima *A República*; por baixo *Deutsche Zeitung e Koseritz Deutsche Zeitung*.

Armas antigas e outros objetos de uso rio grandenses completaram a ornamentação.

Reunidos na sala todos os sócios presentes bem como muitas senhoras, o presidente do Grêmio, Sr. capitão João Cesimbra Jacques, declarou aberta a sessão.²⁷⁶

Foi uma sessão aparentemente simples: o presidente lembrou aos presentes os objetivos do Grêmio Gaúcho, empossou a diretoria e passou a palavra a outros sócios, tendo sido saudada a imprensa da capital e o representante da *Gazetinha*. Em seguida fizeram-se vivas ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e ao Grêmio Gaúcho. A decoração daquela “sala de honra”, com o escudo da extinta República Rio-grandense e o retrato de Bento Gonçalves rodeados por todos os jornais da cidade, tanto os do governo quanto os da oposição e até da colônia alemã, é muito significativa. O passado heróico estava ali representado como fator de reconciliação de todas as diferenças, partidárias e étnicas, que poderiam ameaçar a ordem social e moral e a própria integridade nacional. Ao mesmo tempo, confirmava estas diferenças, não tentando escondê-las ou suprimi-las, e as subordinava à autoridade do passado rio-grandense. Findas as formalidades, retornava-se à confraternização, com churrasco assado em couro e mate amargo sendo servidos aos sócios e convidados, até que o baile viesse encerrar as diversões do dia. A partir de então, festas como essa realizar-se-iam periodicamente, reunindo famílias de sócios e convidados em chácaras nos arredores da cidade.

A sucinta apresentação até aqui feita dos propósitos oficiais e rituais do Grêmio Gaúcho já é suficiente para indicar alguns caminhos de interpretação necessários para se compreender o que estava em jogo naquelas atitudes. Em primeiro lugar, trata-se de problematizar, pela investigação do contexto e do perfil dos sócios, aquela percepção de se estar vivendo um momento de crise e decadência social. O que significava e a quem

²⁷⁶ Cf. *Gazetinha*, 25 de julho de 1898, p. 2.

interessava tal ponto de vista? Qual era a relação do grupo com intelectuais e autoridades do estado? Em segundo lugar, é preciso entender porque se escolhia determinados costumes como tradicionais e se recusava outros, o que nos leva também a interrogar os significados possíveis das noções de “popular”, “gaúcho” e “nacional” em questão. Que diferenças se procurava ocultar com a pretensa homogeneidade? Finalmente, caberia questionar se, ao pretender construir um espaço alheio à política, o que o Grêmio Gaúcho na verdade fazia era tentar reinventá-la segundo outros critérios.

Decadência, nacionalismo e “reconciliação”

Sinais de um certo mal-estar na “boa sociedade” porto-alegrense podiam ser encontrados com facilidade na imprensa que circulou nos últimos anos do século XIX. Mesmo não sendo este um fenômeno à parte no contexto brasileiro, tinha algumas particularidades na capital rio-grandense. Outros estudos já exploraram esta questão, seja apontando suas razões no preconceito das elites porto-alegrenses com o modo de vida dos grupos populares, estigmatizados por serem considerados estranhos e ameaçadores aos valores dominantes na vida social urbana, seja pela forte presença de concepções de decadência moral entre os letrados da cidade que ocupavam as redações dos jornais, como manifestação de um sintoma da difusão de idéias autoritárias de controle social.²⁷⁷ O preconceito distorcia os julgamentos e muitas vezes o que se acusava como um “maxixe lascivo” não passava de um baile familiar de algum clube negro da cidade baixa. Atitudes como estas tornavam-se muito evidentes durante os dias de carnaval, quando, em reação aos grupos populares de foliões, se publicavam declarações veementes de repúdio e clamava-se pela restauração de alguma manifestação grandiosa de superioridade moral e cultural da “gente limpa”.²⁷⁸

²⁷⁷ Ver Sandra Pesavento, “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”, *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, 1999, p. 195-216; Idem, *Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920*, Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1994; Idem, *O cotidiano da república*, Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1990; Claudia Mauch, *Ordem pública e moralidade: a imprensa e o policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, Porto Alegre, dissertação de mestrado UFRGS, 1992; Anderson Z. Vargas, *Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e reforma social 1900-1919*, Porto Alegre, dissertação de mestrado UFRGS, 1992.

²⁷⁸ Ver Alexandre Lazzari, *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

Além do repúdio aos moradores de becos e frequentadores de tabernas e lupanares, um outro fantasma também assustava cidadãos preocupados com os rumos da ordem moral e social. A contínua chegada de imigrantes europeus e as notícias da expansão imperialista das grandes potências alimentava reações xenófobas como a de redatores de um pequeno jornal afeito ao escândalo e ao alarmismo como a *Gazetinha*, em Porto Alegre. “Alerta!”, bradava o editorial que listava uma série de ameaças que estariam passando despercebidas pela nação: navios de guerra norte-americanos exploravam o Amazonas e examinavam o litoral e os portos brasileiros; missões diplomáticas e comerciais, algumas com militares dos Estados Unidos, visitavam pontos do território com auxílio do governo brasileiro; o perigo alemão no Rio Grande e Santa Catarina e o perigo italiano em São Paulo;²⁷⁹ as questões históricas com a Inglaterra (Trindade, Guiana, Amapá, rio Acre); as manobras militares da Argentina... O perigo rondava em toda parte.

Precisamos abrir os olhos!

Deixemo-nos de receio de perigo alemão ou italiano, destacado. Há ineludivelmente um perigo contra o qual precisamos estar alerta, — é um único, porém é muito grande: o perigo estrangeiro.

Unamo-nos e conjuremo-lo, nacionalizando-nos e nacionalizando nossa Pátria. Não será por meio do jacobinismo arruaceiro que conseguiremos isso; mas sim pela propaganda criteriosa, perseverante, intransviável (sic) do que é nosso, desde os simples costumes até as aspirações.

Façamos comemorações nacionais, fundemos escolas, vulgarizemos mais e mais os nossos fatos gloriosos que são muitos, finalmente, *abrasileiremos* o que está no Brasil.

Amemos a Pátria às deusas; conservemo-la melhorando-a.

Devemos nos envergonhar reparando para o que se passa nas extensas colônias do Rio Grande; nelas quase que somos obrigados a aprender idiomas europeus se queremos permanecer entre a sua população apesar de estarmos em terras nacionais debaixo do céu pátrio!

São protetorados de outros países que se estão radicando em tais pontos.

Urge acordarmos, enquanto é tempo.

²⁷⁹ Para um estudo específico sobre o “perigo alemão” no sul do Brasil, ver René Gertz, *O perigo alemão*, 2ª ed., Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

Nacionalizemos as colônias, divulgando nelas o que é brasileiro, assimilemos o estrangeiro em vez de sermos assimilados como estamos sendo por eles.

Encaremos com seriedade a questão, pois que é tempo de o fazermos; o espírito de nação autônoma de fato vai definhando progressivamente entre nós.²⁸⁰

A par com a desconfiança para com o “outro” nascido no estrangeiro, podemos reconhecer a intenção de submeter ou controlar as diferenças internas em nome da autonomia nacional. O estrangeiro precisava ser “assimilado”, “abrasileirado”, ou seja, submetido aos padrões culturais nacionais, mas não expulso ou segregado. Não se tratava da recusa pura e simples da diferença, mas de sua subordinação cultural e, principalmente, política. Desta forma os jornais em língua alemã podiam ser admitidos no painel simbólico que decorava a sede do Grêmio Gaúcho, desde que integrados ao mosaico de diferenças partidárias submetido à unidade nacional. Fica evidente também, pela recusa ao “jacobinismo arruaceiro” e pela assimilação do lema positivista do “conservar melhorando”, que simpatiza-se por uma via conservadora e autoritária para a construção do “espírito de nação”. Por fim, torna-se clara a afinidade do programa do Grêmio Gaúcho com este chamado nacionalista ao “abrasileiramento” do Brasil por meio da propaganda e ensino da língua e dos costumes nacionais. Tanto o artigo de jornal acima como os estatutos daquela associação não se compreendiam à nação como uma comunidade política, formada pela vontade indivíduos cidadãos, mas como um todo homogêneo e orgânico evocado por símbolos, rituais e costumes singulares. E a noção de “Pátria” utilizada é ambivalente, referindo-se tanto ao estado do Rio Grande do Sul como à federação brasileira.

Para o caso de pelo menos dois dos fundadores daquela associação, João Cezimbra Jacques e Octaviano Manoel de Oliveira, este tipo de descontentamento pode ser constatado no modo como percebiam a sociedade de seu tempo. João Cezimbra Jacques, à época capitão do exército e instrutor na Escola Militar de Porto Alegre, ficou conhecido como o principal idealizador do movimento.²⁸¹ Octaviano Manoel Oliveira era redator e proprietário do jornal *Gazetinha*, folha que se declarava “popular” e, pelo menos durante uma fase inicial, “socialista”. Ambos participaram da propaganda republicana durante o Império, embora

²⁸⁰ Cf. “Alerta!”, *Gazetinha*, 20 de junho de 1899, p. 1.

²⁸¹ Render culto à memória de João Cezimbra Jacques por considerá-lo precursor ou fundador do tradicionalismo gaúcho tem sido a principal motivação de seus biógrafos. Ver Getulio Schilling, *Cezimbra Jacques, o precursor*, Porto Alegre/Santa Maria, 1986; Julio Quevedo e Orlando Fonseca (org.), *Cezimbra Jacques, passado e presente*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 2000.

Octaviano por ocasião da fundação do Grêmio Gaúcho fosse dissidente do partido Republicano Riograndense e um crítico do governo por meio das páginas da sua Gazetinha. Apesar das posições antagônicas na política partidária, ambos fizeram do Grêmio Gaúcho uma resposta comum à insatisfação com a sociedade do seu tempo.

João Cezimbra Jacques (1849-1922) serviu como voluntário na Guerra do Paraguai e após o conflito seguiu carreira militar, com estudos na Escola Militar de Porto Alegre e rápida passagem pela Escola Militar do Rio de Janeiro em 1880. Teve uma formação intelectual autodidata, ao que tudo indica, e nunca subiu além do escalão intermediário do exército nem ocupou posição de relevo no partido Republicano Riograndense. Embora insistisse em declarar que não possuía pretensões intelectuais, publicou diversos livros durante sua vida, principalmente após ter passado para a reserva, em 1901. Antes publicou apenas uma vez, apresentando em 1883 seu “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica”, do qual teriam sido impressos 500 exemplares.²⁸² O livro era basicamente uma compilação de informações sobre a província incluindo não apenas descrição de costumes rurais, mas também notas de história, geografia, etnografia e estatística, recolhidas de diversas fontes que consultou, de relatos de viajantes a dicionários. Este modo de escrever, reunindo “assuntos” de forma um tanto desconexa, se fez presente em toda sua obra. Escreveu sobre a língua e costumes indígenas, a organização do Estado, a família e o papel da mulher, parlamentarismo e presidencialismo, o direito, o operariado e a questão social. Tinha extrema preocupação com o problema da harmonia social entre as classes e pregou até o fim da vida, como única solução a ameaça da anarquia e da revolução, a aplicação das premissas positivistas à organização da família, da sociedade e do Estado.²⁸³ Leitor superficial e seletivo da filosofia de Comte e de folcloristas brasileiros como Sylvio Romero e Melo Moraes Filho, Cezimbra Jacques os citava como apoio para suas opiniões e “estudos” dos costumes populares, sem pretender entrar em maiores polêmicas e discussões eruditas.

Algumas noções retiradas dos manuais positivistas eram adaptadas pelo esforçado capitão para justificar teoricamente a valorização dos costumes do passado. “É uma lei de

²⁸² Ver João Cezimbra Jacques, Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica, Porto Alegre, ERUS, 1979. Reprodução da edição original: Idem, Porto Alegre, Tipografia de Gundlach & Comp., 1883.

²⁸³ Ver Idem, Meditações, assuntos sociais, Porto Alegre, 1907; Idem, O direito na sociologia. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1917; Idem, A proteção ao operariado na República. Sobre o problema das classes: capitalistas, burguesia e proletariado. Rio de Janeiro: Tip. Aurora, 1918. 36 p.

sociologia a volta consciente para o ponto de partida de que os povos saem inconscientes”, argumentava, invocando a autoridade da ciência social para justificar o culto ao passado, em “Assuntos do Rio Grande do Sul”, livro publicado em 1912. Tratava-se de outra compilação destinada a registrar costumes, linguagem, lendas e poesias gauchescos, bem como todo tipo de informações sobre o Rio Grande do Sul.²⁸⁴ Nesta obra é que pode ser encontrada sua mais detalhada exposição das razões da criação do Grêmio Gaúcho. Falava da necessidade de reagir a uma época em que predominaria um excesso de “indiferentismo e decadência de tudo quanto na alma humana há de mais nobre”.²⁸⁵ E a razão da decadência, para o autor, estava no esquecimento da história e das tradições nativas, sem falar nos riscos de subordinação econômica e assimilação cultural dos “nacionais” pelos os estrangeiros que viviam no Rio Grande do Sul, quando o correto seria acontecer o contrário. Urgia, pois, que se preparasse o trabalhador nativo para concorrer na luta pela vida e superar o imigrante:

Já que o poder federal instituiu imprevidentemente a colonização estrangeira sem preparar previamente o nacional para concorrer com esse elemento, isto é, com o colono, aliás mais industrioso na luta pela existência, lembramos como remédio a esse mal, ainda de acordo com a tradição do trabalho, a difusão de escolas não só agrícolas como de artes e ofícios no Estado, ao lado da educação intelectual (...).²⁸⁶

Revelava ele abertamente o medo de que os brasileiros natos perdessem cada vez mais espaço nos negócios públicos e privados e acabassem ocupando espaços secundários também na hierarquia social e política. E a condição dos povos indígenas conquistados, por sua vez, era vista como um sinal de alerta da ameaça que pairava sobre o futuro da nação:

Se não deixarmos perder os nossos traços fundamentais, o nosso característico, continuaremos a ser um povo magnânimo, forte e por conseqüência admirado, e precisamente absorveremos os elementos de outros povos que entram para a nossa comunhão; porém, no caso contrário, se deixarmos que eles se apaguem e que sejam substituídos pelos traços alheios, como o selvagem que sucumbiu e que foi pelo elemento invasor da América absorvido, seremos também nós os

²⁸⁴ Ver *idem*, *Assuntos do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ERUS, 1979.

²⁸⁵ Ver *idem*, p. 56

²⁸⁶ Ver *Idem*, p. 60

fracos, absorvidos e aniquilados, tomando um rumo muito diferente daquele que nos indicaram os nossos maiores. É este o motivo capital que nos leva a mantê-los em toda linha, que nos leva a zelar para que eles sejam conservados e transmitidos aos vindouros.²⁸⁷

Outro sinal de degeneração e perigo era visto por Cezimbra Jacques nos hábitos urbanos das modas da *belle époque* e nos salões da sociedade, onde a “macaqueação” do estrangeiro era confundida com progresso. Nesse ponto, invocava o exemplo das sociedades patrióticas dos países platinos, onde o “escol” da mocidade já se dedicava a cultivar as danças nacionais e encenar seus dramas crioulos. Também lançou mão de exemplos de celebrações folclóricas em vários países europeus e nos Estados Unidos para provar que progresso e tradição deveriam andar juntos. Além do mais, a falta de contato com a natureza pelos habitantes das cidades era vista como uma ameaça de degeneração física em relação aos antepassados, idealizados como fortes e saudáveis. Por causa disso, a conservação do passado não deveria limitar-se às bibliotecas e museus, mas deveria ser recriação efetiva das “diversões populares” e “exercícios salutareis” das danças, carreiras, cavalhadas, uso do laço e das boleadeiras. Junto com a literatura e as artes, tais costumes constituíam o “característico de um povo” ou o “populário”, corruptela do “Popularium” de Apollinario Porto Alegre, a quem atribuiu a invenção do neologismo.²⁸⁸

O neologismo “populário” empregamos para designar tudo quanto na ordem moral e intelectual pertence ao povo, a saber: romance, conto, lendas, a poesia e a música populares, diversões, etc., etc.²⁸⁹

Deixemos para discutir alguma provável mas pouco clara relação do solitário da Casa Branca com os paladinos do Grêmio Gaúcho mais adiante. Por ora, retornemos aos fundadores da associação, pois em Octaviano Manoel de Oliveira encontraremos outro importante exemplo de reação negativa aos costumes de seu tempo. Pelas páginas dos jornais que dirigiu sucessivamente, *Gazetinha* e *O Independente*, este senhor promoveu campanhas de “saneamento moral” contra os habitantes e freqüentadores dos becos do centro da cidade e

²⁸⁷ Ver Idem, p. 62.

²⁸⁸ J. C. Jacques provavelmente apenas ouviu falar do “Popularium Sul-Riograndense” de Apollinario, a quem se refere como “muito ilustre” e de “elevada cultura”. Ver Idem, p. 194.

²⁸⁹ Cf. Idem, p. 62.

das casas de prostituição, de jogo e bodegas ali localizadas.²⁹⁰ Os espaços de moradia e lazer de pobres e marginalizados em geral eram denunciados como foco de contaminação e contágio de degeneração moral para a parte “sadia” da sociedade, cujos deslizes em relação à “boa conduta” também não era poupados das suas diatribes moralistas. Não era à toa que o maxixe, prática de bailes populares ardorosamente combatida pelos jornais de Octaviano por causa de sua suposta imoralidade e decadência, estava excluído das “danças populares” admitidas nos bailes do Grêmio Gaúcho. Alertas nacionalistas como o citado acima, especialmente contra o “perigo alemão”, também se faziam presentes em seus editoriais.²⁹¹ A fabricação do escândalo e o sensacionalismo como estratégia para vender jornais, exagerando a dimensão do “submundo” e da crise moral porto-alegrense, deve ser levada em consideração, mas não se pode ignorar que, ainda que de forma menos intensa, em outros jornais mais “sérios” da capital também ocorria este tipo de manifestação.²⁹²

Octaviano, assim como seu amigo Cezimbra Jacques, não teve maior experiência de estudo formal, trabalhou desde cedo junto ao meio da imprensa provinciana e aprendeu por contra própria a servir-se dele como negócio. Administrando seu jornal como um empresa familiar e quase artesanal, utilizava-o também como um instrumento para obter o prestígio social que de outra forma seus modestos recursos e sua precária instrução não lhe permitiriam. Era republicano de primeira hora mas, ao contrário de Cezimbra Jacques, não simpatizava com o positivismo e, pelo menos à época da fundação do Grêmio Gaúcho, não cultivava boas relações com o governo republicano. Tanto um como o outro, partindo de condições modestas, conquistaram posições de certo reconhecimento na sociedade porto-alegrense, mas não o suficiente para pleitear um lugar entre a elite dirigente da vida econômica e política da cidade. A presença de ambos na fundação daquela associação, colocando de lado as preferências partidárias, é um sinal da sua adesão aos sentidos de reforço da auto-estima pessoal, da afirmação nacional e de regeneração moral da coletividade rio-grandense, ainda que no plano ritual e simbólico, mas também pode indicar expectativas diferentes reunidas sob o mesmo discurso ideológico.

Um dos núcleos idealizadores do Grêmio Gaúcho pode ser facilmente identificado à caserna e ao baixo e médio oficialato. Pelo menos sete dos 21 membros que assinaram os

²⁹⁰ Ver Anderson Zalewski Vargas, op. cit; Claudia Mauch, op. cit.

²⁹¹ Cf. *O Independente*, 04 de maio de 1902.

²⁹² Por outro lado, sua insistência em divulgar escândalos e criticar o governo lhe rendia perseguições e atentados contra sua vida. Sobre Octaviano Oliveira, ver as memórias pessoais de Vivaldo Coaracy, *Encontros com a vida*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962. Ver também Anderson Z. Vargas, op. cit.

estatutos na *Gazetinha* eram militares, contando com o então capitão Cezimbra Jacques, um major e cinco alferes. Pelo menos dois teriam laços de parentesco com o idealizador: Lucio Cidade, por parte de sua esposa Julia Cidade, e Lino Jacques.²⁹³ Ainda que o núcleo inicial possa ter se constituído de um círculo de militares e de amigos pessoais de Cezimbra, o número de sócios logo se expandiu, atingindo mais de 200 em apenas três meses, conforme noticiava o jornal *Correio do Povo*.²⁹⁴ E a diversidade política e social se fez presente, reunindo nomes destacados da cidade, entre advogados, promotores, oficiais e até deputados. De suas fileiras participou até outra figura de prestígio da imprensa não alinhada com o governo, como Francisco Antonio Vieira Caldas Junior (1868 – 1913), proprietário do influente *Correio do Povo*, jornal não alinhado ao governo do partido Republicano.²⁹⁵ Entre os presidentes dos primeiros anos da associação destacaram-se, além do próprio Cezimbra Jacques, nomes como o do major Thomaz Joaquim Teixeira que, de mecânico da estrada de ferro a oficial do exército, galgou posições pela lealdade a Julio de Castilhos, e o tenente-coronel Francelino Cordeiro, oficial da Brigada Militar, a força armada do governo estadual.²⁹⁶

Para conhecer as expectativas de tão diversos participantes torna-se necessário interrogar os sentidos das práticas do Grêmio Gaúcho e confrontá-las com as diferenças e tensões políticas e sociais contra as quais seus símbolos e discursos pretendiam ser um antídoto. Parte-se da evidência de que o culto às tradições e à história rio-grandense servia ao ocultamento tanto da conflitiva história recente como da forte presença imigrante na sociedade e da diferença dos costumes populares urbanos, tudo em nome da “autêntica” e aparentemente neutra “cultura popular rio-grandense”. Por outro lado, a preservação da tradição deveria ser uma contrapartida necessária ao progresso material, porque preservaria as supostas referências da identidade coletiva em tempos de mudança de comportamento social e político. Tanto no discurso de J. C. Jacques como nos estatutos de fundação, não se propunha a substituição dos hábitos cotidianos dos sócios, indivíduos com posição estabelecida na

²⁹³ Assinaram os estatutos: Capitão João Cezimbra Jacques; Lucio Cidade; Armando Salgado; José Obino; Alferes Eulálio Franco Ribeiro; Alferes Abrelino da Costa Godinho; Alferes Hermes Borges de Andrade; Alferes Thimoteo do Amaral Oistrech; Alferes Olympio Antonio dos Santos Roza; Emilio Castilhos; Lino Jacques; Major Marcos Alves Pereira Salgado; Izolino Leal; Armando Assis; Domingos Macedo; Antonio M. Teixeira; Pedro Alexandrino de Borba; Estácio José Pacheco; Adolpho de Albuquerque Bello; Ildfonso Soares Pinto; Octaviano Manoel de Oliveira; Firmino Soares de Oliveira Netto.

²⁹⁴ Cf. *Correio do Povo*, 26 de agosto de 1898, p. 2.

²⁹⁵ Caldas Júnior também teria sido aluno de Apolinário Porto Alegre no Instituto Brasileiro, ver Sandra J. Pesavento, *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*, op. cit, p. 293.

²⁹⁶ Sobre Thomaz Teixeira, ver *Revista Gaúcha*, n. 5, 22 de maio de 1903.

sociedade urbana, antes se pretendia complementá-los e legitimar seu *status quo* social. O pertencimento ao Grêmio Gaúcho acrescentaria ao reconhecimento do cidadão “honesto” a condição de bom patriota e guardião da imaginada identidade comum dos rio-grandenses. Será, pois, na “tradição” desses cidadãos urbanos que encontraremos as razões de sua participação no Grêmio gaúcho.

Ao acompanhar o noticiário da imprensa sobre as atividades da associação durante seus primeiros dez anos, constata-se que o Grêmio Gaúcho era mais um “club” entre os muitos que existiram, com as mais diversas finalidades (recreativas, beneficentes, carnavalescas, musicais, de auxílio mútuo), na Porto Alegre do início do século XX. Seus encontros habituais eram aos domingos, em propriedades de sócios ou na sede campestre adquirida na Estrada da Cavalhada. Seja por conta de uma ocasião festiva ou apenas para confraternização entre os sócios, convidados e suas famílias, o programa era quase sempre o mesmo. Iniciava pela manhã com os preparos da carne, com uma rês abatida na hora, cantos de viola, rodas de chimarrão, churrasco para o almoço, se necessário alguma sessão ordinária com os sócios e finalmente o baile ao som de alguma banda militar. Encontros campestres aos domingos não faziam a originalidade do Grêmio Gaúcho, eram um divertimento familiar comum na Porto Alegre da época, seja reunindo grupos de amigos ou sociedades formais. A condição de associação civil integrada às praxes da cidade também pode ser verificada nas cerimônias oficiais, homenagens e eleições de diretorias e presidentes do Grêmio Gaúcho. Os relatos da imprensa sobre as ocasiões festivas descreviam as sessões formais como verdadeiras celebrações do prestígio dos diretores. Por meio de uma sucessão de discursos elogiosos também se homenageava “nomes ilustres” e heróis da história rio-grandense. O “20 de setembro” era a data cuja comemoração recebia os maiores preparativos e igualmente muito comemorados eram o aniversário de fundação e datas cívicas diversas, de batalhas da guerra do Paraguai ao descobrimento da América.

Exatamente por tudo isso é que, em certa medida, o clube se integrava a um *modus vivendi* urbano já estabelecido, sem introduzir maiores inovações ou alterações na rotina e nos “costumes” dos sócios. Quase todas as manifestações ou campanhas públicas do Grêmio Gaúcho poderiam ser enquadradas como próprias de um clube social de cidadãos medianos que se pretendiam respeitáveis e ordeiros. A diferença estava na distinção “nacional” do encontro, pois no lugar do refinado, *chic* e cosmopolita *pic-nic*, servia-se um “autêntico” e “popular” churrasco gaúcho. Mas a distinção pretendida não se devia somente

ao sentido patriótico, pois não se cogitaria para estes senhores classificar como autenticamente “nacional” e “popular” os costumes de grupos negros e pobres da cidade. Como seria, por exemplo, o passeio que o cronista negro Leo Pardo, em seu rodapé dominical no *Correio do Povo*, recordava dos tempos sua juventude, quando familiares e amigos reuniam-se para passar o domingo no sítio de alguém a tocar flauta e violões, cantar, dançar e comer, em dia de “fartura de casa de pobre, dessa que como a alegria dura um dia só”.²⁹⁷

As músicas, canções e danças “tradicionais” eram executadas em todas as ocasiões festivas do Grêmio Gaúcho e era motivo de orgulho para aqueles cidadãos urbanos exibi-las para visitantes do interior e mostrar que podiam ser tão “gaúchos” quanto eles. Dentro dos limites da sede campestre, nem que fosse para “experimentar”, todos tinham a oportunidade de figurar o papel do autêntico gaúcho que muitos só conheciam pela leitura. Alguns outros “exercícios” a princípio não vinculados ao trabalho campeiro também foram incorporados ao lazer dos sócios por suas qualidades “higiênicas”, como a esgrima, a ginástica e o tiro ao alvo. Mas praticar a montaria e demonstrar os tão falados “exercícios” com laço e boleadeiras diante dos consócios é que poderia ser motivo de orgulho e prestígio para algum sócio mais exímio. No entanto, tais exposições deveriam se restringir ao espaço da sede do Grêmio, não sendo permitido aos sócios qualquer exposição pública ou em bailes e festas “atuais”. O próprio Cezimbra Jacques fazia questão de lembrar que não se deveria substituir o presente pelo passado nos hábitos sociais já estabelecidos, mas sim criar um lugar e momentos especiais para cultivar os costumes antigos. O capitão chegou mesmo a reconhecer que levar o folclore para as ruas ou salões da sociedade seria um gesto que cairia no ridículo.²⁹⁸ No entanto, o passeio de um grupo montado e vestido à gaúcha pelas ruas da cidade não foi incomum e sempre ocorria em ocasiões especiais. Não foi difícil encontrar sinais de que nem todos os sócios aprovavam semelhante iniciativa e alguma ironia ou aberta condenação à “falta de jeito” de alguns pretendentes a “monarca das coxilhas” não deixava de ser registrada mesmo nas páginas da *Gazetinha* ou de *O Independente*.²⁹⁹

Entre as tradições que o Grêmio Gaúcho quis transformar em espetáculo mais do que registrar para os livros de folclore, uma atenção especial deve ser dada às “cavalhadas”. Ao que consta, aquela era a única atividade feita para ser exibida para um público externo à associação e teria mesmo causado certo entusiasmo popular na cidade e se tornado um

²⁹⁷ Cf. *Semanário*, *Correio do Povo*, 11 de agosto de 1908.

²⁹⁸ Cf. *idem*.

²⁹⁹ Cf. *Gazetinha*, 28 de julho de 1898, p. 2

sucesso de público. Aqui é preciso considerar que divertimentos e competições a cavalo como circos eqüestres e corridas eram atrações muito apreciadas na cidade e sempre tinham boa assistência. Ainda assim as cavalhadas, um torneio de cavaleiros que simulavam combates entre mouros e cristãos, adquiriam significados que iam além das lendas ibéricas e medievais que evocavam. Nelas a representação do gaúcho como rude trabalhador campeiro se transfigurava na de um elegante e aristocrático cavaleiro da Idade Média, sugerindo a equivalência de virtudes guerreiras e cavalheirescas e a extensão destas qualidades para todos os rio-grandenses. Ou senão, pelo menos para os sócios praticantes do torneio. É o que sugerem os relatos das cavalhadas realizadas em 1900 e 1908, em espetáculos realizados diante de grande quantidade de público, com farta distribuição de brindes e presentes entre vencedores dos torneios, autoridades e figuras de prestígio da cidade.³⁰⁰

A elite política republicana prestigiava a agremiação, embora não encabeçasse sua organização, tarefa à qual pareciam mais afeitos os escalões intermediários. Assim, o presidente do Grêmio Gaúcho e o senador Pinheiro Machado trocavam telegramas elogiosos nas comemorações do 20 de setembro, e o dr. Getúlio Vargas, que em 1908 era um recém formado bacharel em Direito, era convidado a falar nas festividades.³⁰¹ A “tentação” da exibição pública e da estreita afinidade com os governantes e políticos da situação convivia, aparentemente sem maiores conflitos, com o ideal de voltar o Grêmio Gaúcho exclusivamente para a sociabilidade amena e a confraternização familiar. Assim aconteceu na visita da canhoneira portuguesa Pátria à cidade em dezembro de 1905. Aqui é preciso notar que a equiparação do “gaúcho” aos tipos característicos dos outros países era recorrente no discurso do fundador Cezimbra Jacques e tornava-se imprescindível para seu orgulho nativista dispor de um repertório de costumes para apresentar (e impressionar) a qualquer estrangeiro que visitasse sua terra.³⁰² A presença da marinha portuguesa, encarada como um evento de alta importância diplomática pelas autoridades e pela imprensa, tornou-se a oportunidade de colocar em prática a cultura gaúcha para-estrangeiro-ver. No dia marcado para a homenagem do Grêmio Gaúcho aos ilustres visitantes, uma quinta-feira, a cidade parou para assistir um esquadrão de 160 cavaleiros devidamente trajados de gaúcho acompanhar em comitiva os oficiais da canhoneira até o local da festa, uma chácara no Passo D’Areia. Para transportar todos os oficiais, mais autoridades e jornalistas, foram reservados vinte carros. Para conduzir

³⁰⁰ Cf. *Correio do Povo*, 23 de junho de 1900; *Idem*, 27 de outubro de 1908.

³⁰¹ Cf. *Correio do Povo*, 26 de maio de 1908, p. 2; *Idem*, 23 de setembro de 1908, p. 2.

³⁰² Ver João Cezimbra Jacques, *Assuntos do Rio Grande do Sul*, op. cit.

os demais cavalheiros e senhoras ao local da festa, mobilizou-se todo tipo de veículos, incluindo os bondes da linha São João. A comitiva deixava a cidade em polvorosa por onde passava e ao chegar no destino era saudada com tiros de pistola para o ar por cerca de outros 50 “gaúchos”. A festa campeira então seguiu o padrão habitual da associação, porém desta vez em grandes proporções, organizada conjuntamente com as autoridades municipais. Não faltaram, obviamente, demonstrações “típicas” de habilidades e costumes gaúchos aos visitantes.³⁰³ “Cenas gaúchas” e músicas folclóricas também foram organizadas pelo Grêmio Gaúcho para apresentar ao prestigiado escritor carioca Coelho Netto quando este visitou Porto Alegre em 1906 e participou de uma festa em sua homenagem regada a discursos, churrasco, chimarrão, cerveja e vinho nacional.³⁰⁴

O rápido sucesso e a integração do Grêmio Gaúcho à vida social elegante de Porto Alegre, até com ares de modismo, se traduzia em uma ambigüidade que não passava despercebida por aqueles que não abriam mão da fidelidade aos princípios originais. Em outubro de 1903 um artigo em O Independente intitulado “Aparas”, cujo autor assinou apenas como A. S., fazia um elogio da “democracia” exercida no Grêmio Gaúcho, virtude que estaria ameaçada pelo “aristocratismo” que crescia na sociedade porto-alegrense e já fazia sentir sua força entre os sócios:

Ainda que já exista sobre a sociedade rio-grandense o peso d’uma certa influência aristocrática e que nela já bastante adiantado caminhe a ilusão dos hábitos que se guiam pelas modas inconstantes e pelas praxes ridículas que o estudo da conveniência social produz, mesmo assim, ainda conservamos uma espontânea tendência para essa democracia quase decaída e que é a glória e o sustentáculo das nossas tradições de ontem e que é, ainda mais, a porta que permite a entrada, no nosso convívio social à cuia do chimarrão!

Detestamos muito essa série interminável de etiquetas sociais de que a aristocracia se faz acompanhar, aborrecemos bastante esses *rendez-vous científicos* que também fazem parte do cortejo que aquela arrasta consigo e essencialmente essa pragmática dos figurinos que é o principal elemento mau

³⁰³ Cf. O Independente, 17 de dezembro de 1905.

³⁰⁴ Cf. O Independente, 19 de dezembro de 1906, p. 2.

da aristocracia, a ruína do caráter humano, cheio de fraquezas enormes ante a vaidade dos homens.³⁰⁵

Ao opor a “democracia” ao “aristocratismo” e ao “rendez-vous científico”, o articulista estava tomando posição na polarização ideológica entre liberais e positivistas, ainda que veladamente, pois a divergência partidária não era admitida em assuntos daquela agremiação. Ainda assim, convém notar que o autor não estava se referindo à democracia apenas no sentido do regime político, mas igualmente no da suposta igualdade simbólica que a alegada simplicidade e pureza dos costumes do “gaúcho típico” proporcionaria, em oposição à ostentação da diferença social e da ilustração acadêmica próprias da vida urbana. A idéia de uma “democracia natural” é que seria coerente com a da homogeneidade e simplicidade dos costumes, condição não compreendida pelos defensores da aristocracia e do “modernismo”.

O *Gremio Gaucho* há de parecer a muita gente que não o sabe compreender, uma associação comum, dessas que se encontra em qualquer parte e que não tem importância, absolutamente nenhuma.

Mas, não! O *Gremio* é um protesto erguido pelas tradições gaúchas que se vêm abandonadas pelos rio-grandenses, que vão se deixando arrastar na torrente de um espírito de modernismo, que as vão esquecendo no seu deslumbramento pela caricatura das modas que o mercantilismo inventa.³⁰⁶

Para este autor, o nivelamento do Grêmio Gaúcho com os demais clubes representantes da vida social da capital revelava-se uma ameaça para sua razão de existir. A “gente que não o sabe compreender” podia ser representada como seu “outro”, mas a corrupção dos princípios também se apresentava como um problema interno. Uma outra crônica já tinha apontado esta “incompreensão” dos sagrados objetivos entre os próprios sócios. E ela partia que quem teria autoridade para tanto, pois o narrador apresentava-se como um “autêntico” gaúcho que assinava pelo nome de Juca Minuano. Eram comuns nas páginas de “O Independente”, da Gazetinha e de outros jornais estas crônicas nas quais se descrevia a vida urbana pelas cartas de um gaúcho visitante da capital a um parente do interior. Imitando o vocabulário e o linguajar direto e simples do homem do campo, as cartas ora apenas faziam rir das confusões e opiniões do matuto, ora condenavam algum problema da cidade com a

³⁰⁵ Cf. *O Independente*, 15 de outubro de 1903.

autoridade da honestidade e pureza do camponês. Escrevia o nosso narrador-personagem, pois, a seus conterrâneos sobre a reunião do Grêmio Gaúcho a que fora convidado. Esclarecia que a única razão para deixar sua terra, a mulher e os filhos para ir à cidade da “burguesia podre e enfadonha” era a admiração por aquela “patriótica associação, *toda feita* de moços bonitos e ilustrados”.

A moçada do *Grêmio* me apresentou tanta gente nova, do partido republicano, que eu fiquei embasbacado: era deputados, (sic) generais e doutores a dar com um pau; que falavam numa linguagem fina, de acabrunhar o mais decidido caipira.

A reunião satisfez a gente suficientemente, nada tendo a faltado ao nosso programa; chimarrão a fatar, cachaça forte e vermelha, e fumo daquele negrinho, que se queima lá no cerro; doces e bebida fina para as deidades e matronas convidadas, tudo, enfim, que era preciso para uma belíssima convivência de gente que vive feliz e folgazã, nesta época de tantos desgostos e infortúnios.

Com o que eu fiquei um tanto abichornado foi com o luxo das vestimentas, que não achei próprio para uma associação que deve primar pela simplicidade. Não sei que gosto tem dançar-se o *tatú* ou a *tyranna* com *frack* de abas compridas e botinas de couro lustroso (ou envernizado, como se diz aqui entre gente sábia). Nem mesmo posso me acostumar com esses apanhados de vestidos ricos, quando se tem de dançar a mancada e fazer o *sapateado* na roda, e por isso não pude me arrumar num dos volteios, nem sequer do *tatú*, que é o quebrado da minha ardente paixão.³⁰⁷

Se as contradições provocadas por sócios descuidados com o rigor das tradições podiam irritar alguns adeptos mais puristas, para quem olhava de fora, todo aquele entusiasmo para transformar a figura do gaúcho típico em símbolo nacional também podia ser incômodo ou se prestar a ironias. Após uma temporada na embaixada brasileira nos Estados Unidos, Joaquim Francisco de Assis Brasil, já veterano dissidente do governo republicano do Rio Grande do Sul, retornava disposto trabalhar pela idéia do desenvolvimento da produção

³⁰⁶ Cf. *Idem*.

³⁰⁷ Cf. *O Independente*, 01 de dezembro de 1901.

agropecuária e da educação e capacitação técnica do proprietário rural. Em conferência realizada em Porto Alegre, em 1904, durante um intervalo do serviço diplomático que prestava ao governo federal, ao discorrer sobre os problemas econômicos do estado, revelava sua decepção ao conhecer as associações gauchescas que então proliferavam. Nelas dizia não encontrar nem o estudo dos assuntos literários e históricos do Rio Grande do Sul, nem a disposição em melhorar a qualidade da criação pastoril e menos ainda o exercício da boa equitação e do uso das armas tradicionais, como a espada e a lança. Para o pragmatismo liberal de Assis Brasil, a identidade rio-grandense devia ser assimilada como mais um instrumento de educação para o progresso produtivo, o que não estaria acontecendo:

Quando estava no estrangeiro, li várias vezes notícias referentes à fundação de associações gaúchas; e fiquei satisfeito pensando que, na nossa terra, os moços estavam cuidando de reavivar as boas tradições rio-grandenses. (...)

Chegando, porém, ao Rio Grande, ávido de curiosidades, fui visitar várias associações desse gênero, e aí apenas encontrei decepção, pois todo o ideal e toda a ação desses gaúchos limitava-se a pouco: vestir bombachas de procedência e caracterização muito duvidosas; cavalgar animais que são vergonha de nossa indústria pastoril, pois não passam de reles matungos; e comer churrasco – comer carne ordinária e cansada, com grave prejuízo para a nutrição e, portanto, para todo o organismo.

O que essas agremiações deviam fazer era, quando menos, ensinar aos nossos homens de campo que ser gaúcho não deve ser apenas montar a cavalo e comer churrasco, porém ter a sua casa com o conforto possível, com a sua horta ao lado, com os elementos indispensáveis ao melhor aproveitamento da terra, que, para ser produtiva, deve ser tratada convenientemente, não se a deixando abandonada e inculta, à lei da natureza.³⁰⁸

Ainda explorando aspectos controversos do Grêmio Gaúcho, é preciso considerar a questão dos significados políticos que suas práticas podiam abrigar. Já se observou aqui que a política partidária foi declarada tabu nos estatutos e os símbolos e discursos deveriam transcender diferenças e evocar a união dos rio-grandenses na preservação do “glorioso”

passado comum. O próprio Cezimbra Jacques declarou que quando entrava no Grêmio Gaúcho deixava a política do lado de fora. O propósito reconciliador da agremiação seria abertamente admitido e louvado de longe, no “Apelo de um filho do sul à terra rio-grandense” que o jornalista Ed Schutel enviou do Rio de Janeiro para a *Gazetinha*. Ao ler os estatutos de 1898, acreditou que a paz finalmente estaria chegando à sua ensangüentada terra natal. Seria a realização de um sonho, de erguer o “forte da regeneração” contra a política, aquele “abutre negro que devora as consciências e esgaça os corações”:

Sim porque esse Programa Iluminado (...) veio espalhar — num espadanar de luzes, a Paz das Consciências e a Paz dos Corações.

Não é Programa Rubro, não traz espada e não cheira a sangue; é um Programa Alvo, traz em uma das mãos o Passado e em outra o Porvir — como séquito a Esperança e a Fé! (...)

Chamai-me sonhador, que importa! Eu vos direi que vejo também — nos campos Canabarro de espada nua; nos gabinetes Porto Alegre a cantar.³⁰⁹

Estivesse o autor se referindo ou não a Apollinário (poderia ser o Conde de Porto Alegre, aquele do IHGPSP), sempre caberia a pergunta: Estaria finalmente o velho professor novamente “a cantar” em seu gabinete após a “reconciliação” em torno do culto às tradições? Seguramente não. Desde o retorno do exílio, ao final da guerra entre os federalistas e o governo do partido republicano, o morador da Casa Branca amargava uma hostilidade sistemática por parte das autoridades. Em agosto de 1899 o jornal federalista *A Reforma* passou a publicar diariamente uma carta aberta em que Apollinário denunciava as perseguições de que era vítima, com ataques ao seu patrimônio tanto por parte do governo quanto por inimigos vizinhos à Casa Branca, com cargos na polícia republicana.³¹⁰ Os apelos à “união da família rio-grandense” pareciam não ter maiores efeitos fora dos limites da sede do Grêmio Gaúcho, apesar do sonho do cronista.

Não foi encontrada, pelo menos durante a pesquisa desta tese, qualquer homenagem ou simples menção a Apollinário Porto Alegre em atividades e documentos do Grêmio Gaúcho, tampouco algum comentário do velho professor diretamente dirigido àquela

³⁰⁸ Cf. J. F. de Assis Brasil, “A garganta da baleia (Excertos da conferência proferida no Centro Econômico de Porto Alegre, a 12 de dezembro de 1904)”, reproduzido em: Carlos Reverbel, *Assis Brasil*, 2ª ed., Porto Alegre, IEL, 1996.

³⁰⁹ Cf. *Gazetinha*, 25 de julho de 1898.

associação. No entanto, algumas considerações suas sobre o que significava “ser rio-grandense”, as quais integram aquele nosso já conhecido artigo sobre a culinária nacional publicado no “Popularium”, podem ser interpretadas como uma crítica a certos comportamentos que ele observava nos sócios do clube gauchesco. A simples imitação dos hábitos dos homens do campo, argumentava, não poderia substituir os verdadeiros valores e virtudes políticas que um verdadeiro rio-grandense deveria praticar:

Ser rio-grandense, meus patrícios, não é só montar bem a cavalo, desenrodilhar um laço, apinchar bolas, carnear e charquear gado. Ser rio-grandense não é só rilhar churrasco, vestir poncho e bombachas, trazer lenço atado ao pescoço com as pontas caídas sobre a espádua, manejar lança e adaga, cantar à viola e dançar a tirana, o bambaquerê, o chico-puxado, o balaio e a galinha-morta. Ser rio-grandense não é estrondar os ares com um vozeirão de estentor, com interjeições grosseiras, como estas: aicuna, que é a contração reticencial duma forma obscena; caramba; chômico, choegua, caraco que é uma indecência. Ser rio-grandense é algo de melhor, mais elevado. É amar mais a liberdade e a justiça do que a Deus na terra, é derrocar tiranias e sobre seus escombros erguer os monumentos da civilização, procurando senão exceder, ao menos igualar as conquistas do progresso em todo o mundo culto.

Tudo o mais é exterioridade fátua.

Conservemos os usos e costumes, mas com o espírito dos nossos maiores, com a sua moralidade e com os seus intuitos de avançar sempre. (...)

Não retrogradamos, pelo contrário, marchamos para a frente; doutro modo perderemos a nacionalidade e com ela irão de roldão bombachas, palas, pialos de colher, chimarritas, chineiros, interjeições bicudas e todas as nossas baladronadas, pachuchadas, agachadas, puteadas e castelhanadas. (...)³¹¹

Ao politizar o sentido da identidade gaúcha, Apollinario indiretamente lembrava aos concidadãos que o zelo comum pelos costumes do passado e do campo não estava acima das opções partidárias e os verdadeiros rio-grandenses não poderiam fazer parte de um governo como o dos republicanos positivistas. Apesar de João Cezimbra Jacques ter nele

³¹⁰ Cf. A Reforma, 31 de agosto de 1899.

³¹¹ Cf. Apollinario Porto Alegre, Popularium Sul-Riograndense, op. cit., p. 131-132.

reconhecido a inspiração para o seu “populário” e feito menções elogiosas à literatura do “sábio Iriema”, é provável que a guerra federalista tenha irremediavelmente colocado ambos em lados opostos.³¹² Além do mais, Apolinário professava um nacionalismo mais erudito e menos calcado no medo da diferença, como no caso da presença de colonos estrangeiros no Rio Grande. Não considerava a imigração como ameaça à nacionalidade, antes a via como fator de progresso, pois o destino dos estrangeiros seria adaptarem-se ao meio natural e social americano e contribuir para a formação do país. E ainda não era simpático a exclusivismos regionais ou purismos em relação aos costumes gaúchos, defendendo a diversidade de tradições brasileiras e a convivência e aproximação entre elas. É certo, porém, que ambos já tinham sido próximos nos tempos do Instituto Brasileiro, onde Cezimbra proporcionou instrução militar aos seus alunos. Também atesta um passado de boas relações a dedicatória encontrada em um exemplar do livro “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, publicado por Cezimbra em 1883, onde consta: “Ao meu distinto e ilustrado compatriota Apollinario Porto Alegre, (em?) prova de apreço às suas elevadas virtudes”.³¹³

Se o apreço de Cezimbra Jacques ao antigo mestre não foi suficiente para fazê-lo se manifestar a favor do inimigo do chefe Julio de Castilhos, o mesmo não se dava com Octaviano Oliveira. Quando, em uma noite de setembro de 1899, Apollinario fora preso sob acusação de embriaguez, Octaviano e os demais colaboradores de seu jornal lideraram o movimento de desagravo contra sua honra ofendida. Fundaram o “Grêmio Literário e Educacionista Apollinario Porto Alegre” com o objetivo de prestigiar o nome do velho mestre e obtiveram apoio de outros intelectuais e jornalistas da cidade, como Alcides Maya, Francisco Xavier da Costa e Luiz Henrique de Souza Lobo.³¹⁴ Por ocasião do falecimento de Apollinario em 1904, Octaviano publicou em *O Independente* uma extensa homenagem ao morto ilustre, onde até adversários políticos se manifestaram, como Andrade Neves Netto, promotor público e atuante membro do Grêmio Gaúcho.³¹⁵ Ainda naquela ocasião, formaram-se comissões com as mais representativas figuras das letras e da imprensa na capital e no interior para construir-lhe um mausoléu e publicar suas obras inéditas.³¹⁶

³¹² Cf. João Cezimbra Jacques, *Assuntos do Rio Grande do Sul*, op.cit. p. 72.

³¹³ Cf. fac-símile da capa original com a dedicatória em: J. C. Jacques, *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*, op.cit.

³¹⁴ Ver *Gazetinha*, 05, 09, 11, 18, 21, 22 e 25 de setembro de 1899. Também pelos jornais *A Federação* e *A Reforma* foi travada uma prolongada polêmica sobre o acontecido.

³¹⁵ Ver *O Independente*, 24 de abril de 1904.

³¹⁶ Ver *O Independente*, 21 e 28 de abril; 05 de maio de 1904.

A mobilização em torno de Apolinario Porto Alegre é significativa e revela, apesar da campanha contra ele movida pelo jornal A Federação, que manteve grande número de admiradores do retorno do exílio até sua morte em 1904, mesmo dentro do partido governante. Também serve para ilustrar a ruptura que desde 1890 colocou em partidos opostos e inconciliáveis agitadores republicanos estimados por seus respectivos discípulos como eram Apollinário e Julio de Castilhos, resultando em delicados e difíceis dilemas entre relações pessoais e fidelidade partidária. Em tempos em que a política tornara-se inviável sem o recurso à violência, pode-se entender a proposta do Grêmio Gaúcho como uma reação a esta quase impossibilidade de convivência com a diferença de idéias e princípios. Vagas evocações de um passado em comum, naquele contexto, ganhavam reforçada eloquência. De quebra, as palavras escolhidas para o lema da associação pareciam ter sido pensadas para servir de antídoto à situação política: “sinceridade - afeição - franqueza”. Por meio de rituais e tradições reinventadas se pretendia simular uma coletividade harmoniosa, orgulhosa da herança dos seus antepassados e esquecida dos conflitos do presente.

O crescimento da agremiação e a criação de similares nas cidades do interior parecia confirmar a avaliação, feita por Cezimbra Jacques, de que os fundadores tocaram na “corda sensível” não só da capital mas do estado inteiro.³¹⁷ Tanto que já em setembro de 1901 o dr. Manoel Hippolyto Bolleto, vice-presidente e diretor geral do Grêmio Gaúcho propôs uma “fraternização” dos ‘Grêmios Gaúchos’ de todo o Rio Grande do Sul, visando a confraternização de toda a “família rio-grandense”. Sobre a proposta, o redator de O Independente fez os seguintes comentários:

Conhecemos perfeitamente os estatutos do Grêmio Gaúcho, que entre os seus nobres fins vemos o de torná-lo a imagem sintética do nosso caro Rio Grande, contida em um só edifício de modo a podermos render-lhe regularmente o verdadeiro culto; e somos rio-grandenses, o que quer dizer: o bastante, para podermos ter certeza que o sangue que corre nas veias dos nossos patrícios é patriótico extremado e altruístico.

Sabemos que em quase todos os pontos do Estado já foram fundados Grêmios Gaúchos e temos certeza na aceitação por todos da preciosa proposta do sr. dr.

³¹⁷ Ver João C. Jacques, Assuntos do Rio Grande do Sul, op. cit. p. 56.

Hippolyto Bolleto, por isso afirmamos, sem medo de errar, — o Grêmio Gaúcho tornar-se-á muito em breve uma força e um governo.³¹⁸

Para uma organização que se declarava alheia à política, pretender ser “uma força e um governo” pode parecer contraditório. Mas tal afirmação faz sentido quando consideramos que o Grêmio Gaúcho, na verdade, reinventava a política, estabelecendo para ela outro plano de atuação e de celebração coletiva, mais unificador e portanto potencialmente mais poderoso. Obviamente, não é de se supor que a convivência campestre tivesse o poder quase mágico de reconciliar interesses e pontos de vista da dividida “família rio-grandense”. Se ele pode ter sido útil aos partidários do governo republicano por criar um mecanismo de propaganda cívica e legitimadora do Estado, também foi um espaço de considerável proveito para opositores ao regime, porque os colocava na mesma condição dos adversários em termos de pertencimento e igualdade, ainda que simbólicos, à identidade comum de patriotas e “gaúchos”. Como instrumento nivelador e homogeneizador “de todos os rio-grandenses”, o novo espaço de sociabilidade ainda poderia compensar a rígida hierarquia positivista para os escalões subalternos do partido do governo. Assim como a representação de uma imaginada democracia rural poderia também significar a negação do autoritarismo governamental para os opositores. Ou, quando menos, apenas permitir aos grupos medianos da hierarquia social porto-alegrense acreditarem-se bons patriotas e sentirem-se a salvo da temida degeneração moral dos costumes populares do mundo real.

O velho e os novos literatos

Um efeito das práticas do Grêmio Gaúcho, mesmo com os diversos significados em jogo, era a cristalização de certas formas de representar e ritualizar a identidade rio-grandense e nacional. Implementar aquele programa implicava pretender eternizar um panteão de heróis, símbolos, costumes e narrativas, elevando-o acima das divergências e conflitos de toda ordem que dividiam a sociedade. Aquela era uma pretensão que se alimentava não apenas de tradições orais de narrativas heróicas mas principalmente de um já significativo repertório de textos literários e estudos de história, etnologia, filologia e folclore que

³¹⁸ Cf. O Independente, 15 de setembro de 1901.

circulavam na província e tratavam da peculiaridade dos rio-grandenses no contexto da nação brasileira. A divulgação desse material impresso contou com o trabalho de associações e revistas literárias, a imprensa provinciana e décadas de pregação cívica e republicana em escolas de educadores como Fernando Ferreira Gomes e o próprio Apollinario Porto Alegre.

Ilustrativa da apropriação de uma já longa tradição de obras e autores que discorreram sobre a província de São Pedro foi a análise do jornal *Correio do Povo* sobre o livro didático “História do Rio Grande do Sul”, lançado por João Maia em 1897. O comentarista destaca a relevância e credibilidade da obra listando a bibliografia que lhe serviu de base, e lá estavam os “Anais da província de São Pedro”, do visconde de São Leopoldo, a revista do *Parthenon Litterario*, as obras de propaganda dos jovens republicanos Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil do início da década de 1880 e até o “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, do capitão Cezimbra Jacques, além de diversos outros.³¹⁹ Da onda de publicações da última década do século XIX, vale destacar ainda o “Vocabulário Sul-Riograndense” de J. Romaguera Corrêa, que anunciava “mais de 1000 verbetes” do “expressivo dialeto sul-riograndense” e o livro “Rio Grande do Sul – descrição física, histórica e econômica” de Alfredo Varella, ex-aluno de Apollinario e agora partidário de Julio de Castilhos que escreveu cerca de quinhentas páginas de exaltação apaixonada de sua terra natal, animada por um pouco disfarçado ideário separatista.³²⁰ Os almanaques que circulavam no estado, por sua vez, divulgavam biografias, história e literatura do Rio Grande do Sul em suas páginas, como o “Anuário do Estado do Rio Grande do Sul”, de Graciano A. de Azambuja e o “Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul”, de Alfredo Ferreira Rodrigues.

³¹⁹ “Assim é que manuseou, aproveitando-os numa refletida seleção de fatos, os seguintes trabalhos: 1ª e 2ª edição, de 1819 e 1839 dos anais da província de S. Pedro, pelo visconde de S. Leopoldo; notícia descritiva do Rio Grande do Sul, de 1839, por Nicolau Dreys; revista do instituto histórico e geográfico do Brasil; história do general Osório; história da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguai e do Paraguai; biografias, 1877, pelo dr. Moreira de Azevedo; história popular do Rio Grande, 1882, pelo dr. Alcides Lima; história da República riograndense, 1882, pelo dr. Assis Brasil; história da revolução de 1835, pelo dr. Ramiro Barcellos; ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, 1883, por João Cezimbra Jacques; revista do *Parthenon Litterario*, curso de literatura de Fernandes Pinheiro e muitos dos mais acreditados compêndios de história do Brasil, além de documentos esparsos, coleções antigas de jornais, etc.” Cf. *Correio do Povo*, 05 de dezembro de 1897. No exemplar do livro que consultei, a 5ª edição, não encontrei, no entanto, qualquer bibliografia arrolada. Ver João Maia, *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, 5ª edição corrigida, Porto Alegre, Selbach & Mayer, 1907.

³²⁰ Ver J. Romaguera Corrêa. *Vocabulário Sul-riograndense*. Pelotas, Porto Alegre: Echenique & Irmão, Livraria Universal, 1898; Alfredo Varella. *Rio Grande do Sul — Descrição física, histórica e econômica*. Volume 1°. Pelotas e Porto Alegre: Echenique & Irmão Editores, 1897. Ver resenhas da imprensa porto-alegrense: *Correio do Povo*, 03 de outubro de 1897; Idem, 16 e 19 de julho de 1898.

Entre os sócios do Grêmio Gaúcho, no entanto, a nacionalidade e seus fundamentos literários e científicos deixava de ser um assunto de letrados e eruditos para ser uma celebração de “cultura cívica” ao ar livre. Nem iniciativa oficial do estado, nem de algum grupo de acadêmicos ou literatos, a agremiação tomava para si o discurso do patriotismo e do culto cívico para nele inserir a idéia de uma tradição gaúcha unívoca. E somando-se à miscelânea um tanto desconexa de “assuntos” rio-grandenses que diziam respeito a essa tradição, pelo menos quanto ao pensamento do idealizador Cezimbra Jacques, estava a revalorização da influência dos países vizinhos. Para o patriótico capitão, a República Oriental era “um país de fadas”, sua capital Montevidéu era “encantadora” e sua juventude um exemplo de patriotismo:

Acaso esta República simpática não tem, como muitas outras Pátrias, como a Argentina, como a Suíça, etc., etc., a sua sociedade patriótica, denominada **Sociedade Crioula**, da qual é digno presidente o ilustrado e distinto patriota oriental – o dr. Elias Regules, lente catedrático de medicina na Universidade de Montevidéu e da qual faz parte o escol da mocidade montevidense?

E acaso nos dias de comemorações das datas nacionais, esta mesma mocidade não deixa o “frack”, o “smoking”, a “casaca” com que à noite surge elegante nas ruas daquela atraente capital e nos teatros para, nos arrabaldes da mesma cidade, enfiar o “poncho pala”, pôr o “chiripá” por cima das “ceroulas de crivo e franja” à moda genuína do gaúcho primitivo, platino e sul-riograndense, e estes mesmos moços de mãos finas, com o seu digno e ilustre presidente, à frente não executam todos os jogos, ou todas as diversões do passado, não laçam, não boleiam, não correm as carreiras e não dançam o seu “pericón”, o qual por patriotismo denominam “Pericón nacional”, e não representam seus dramas crioulos? (...)

E a acaso essa República simpática, esse país de fadas, com a sua encantadora capital, Montevidéu, retrograda?

Não vemo-la cortada de estradas de ferro, não vemo-la adiantada na indústria pastoril e na agricultura, empregando, para isso, os melhores métodos e dela

não nos entram pela fronteira muitos elementos de progresso que ainda não possuíamos?³²¹

A descrição que o capitão Cezimbra fazia da “Sociedade Crioula” de Montevideú torna evidente que, antes que constituir alguma invenção original, a concepção do Grêmio Gaúcho procurou imitar e adaptar o modelo de associação patriótica do país vizinho. A impressão de que uruguaio e argentinos avançavam no progresso enquanto o Rio Grande do Sul estagnava conduzia à revisão do velho preconceito que os representava como bárbaros, bandidos e arruaceiros. Diante desse quadro, voltava a ser conveniente e elogioso qualificar o “gaúcho primitivo” como “platino e sul-riograndense”, conferindo aos habitantes do estado meridional brasileiro um parentesco com o estrangeiro que, não muitos anos antes, seria vigorosamente repudiado.

Diferentemente da exemplar agremiação uruguaia, no entanto, a similar porto-alegrense não era dirigida por acadêmicos nem era integrada pelo que se poderia denominar “escol da mocidade”. Tinha à sua frente oficiais veteranos dos escalões intermediários do Exército e da Brigada Militar, bem como profissionais liberais e funcionários públicos em busca de algum reconhecimento e prestígio. Quanto à receptividade aos ecos do nacionalismo vizinho, porém, não estavam sozinhos e compartilhavam essa admiração com antigos e novos literatos porto-alegrenses. As novidades que chegavam do outro lado da fronteira, além de modernas técnicas agropecuárias e clubes de nativismo patriótico, também diziam respeito a um modelo de literatura nacional.

No final do século XIX ainda encontramos Apolinário Porto Alegre, mesmo proscrito da cena política, como uma referência importante para os letrados rio-grandenses. Para jovens iniciantes no mundo das letras e das ciências, principalmente descontentes com o positivismo oficial, a visita ao velho irredutível da Casa Branca era roteiro obrigatório. Tanto que em 1898 este foi convidado para escrever o prefácio do livro “O Rio Grande independente”, panfleto anti-separatista de Alcides Maya, então na casa dos vinte anos, já se destacando pela erudição precoce e disposição para o combate intelectual ao partido governante.³²² Atendendo com certa relutância ao pedido do jovem admirador, Apollinário venceu sua declarada aversão a prefácios para mais uma vez expressar como concebia

³²¹ Cf. João C. Jacques, *Assuntos do Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 66.

³²² Ver Apolinário Porto Alegre, “Prefácio”, em: Alcides Maya, *O Rio Grande independente*, Porto Alegre, Tipografia da Agência Literária, 1898.

literatura, ciência e construção da nacionalidade profundamente relacionados. Revelando não viver um isolamento intelectual, continuava atento ao que se escrevia no centro do país e mesmo nos países vizinhos do Prata. Em relação a estas duas referências é que procurava orientar os jovens literatos conterrâneos a construir um caminho próprio que ainda passaria necessariamente pela questão nacional. Mas dessa vez o exemplo que recomenda seguir não é mais o de José de Alencar nem qualquer outro nome das letras brasileiras, mas o exemplo da literatura produzida nas capitais do Prata:

Em Montevideu e Buenos Ayres, onde o cosmopolitismo invasor vai aos poucos obumbrando os traços característicos da nacionalidade, talentos patrióticos deram o brado de reação.

Nasceram deste movimento a poesia, o drama e o romance *criollos*. (...)

No Rio Grande do Sul, onde a irrupção de elementos estranhos é contínua, nossos costumes e usanças vão perdendo terreno, diluindo o colorido vivaz, obliterando a expressão primitiva e americana.

Contra isto levantemos uma cruzada.

Esta emancipação é patriótica, legítima, legal.

Eis a independência que almejo para o Rio Grande.³²³

A experiência do exílio em Montevideu certamente colocou Apollinario em contato direto com os movimentos nativistas platinos e sua literatura crioula. Esta passou a representar para ele uma autêntica literatura nacional, enquanto no centro da vida literária do seu próprio país estaria predominando “a imitação grosseira e inconsciente da arte francesa”, nas escolas do verso parnasiano e do naturalismo. O primeiro era rejeitado porque não passaria de “um período de decadência, em que se rebusca a forma, desprezado o fundo” enquanto o segundo por ser considerado, especialmente quanto à influência de Émile Zola, nada mais que uma tola pretensão e uma exploração do escândalo. “Naturalismo e documento humano existiram desde que se esboçaram as primeiras literaturas no seio da humanidade”, argumentava, negando o status de inovação àquelas tendências.

Além da rejeição moral às modas demasiado cosmopolitas e decadentes dos escritores brasileiros, existia ainda outro motivo a inspirar suas diatribes. O “naturalista” Adolfo Caminha teria afirmado que o clima do sul do Brasil seria favorável à guerra, mas não

às letras. Ora, provar que a vocação guerreira da província não impedia o desenvolvimento da arte literária era antiga questão de honra para os letrados rio-grandenses. Para Apollinario, estes não só eram capazes como superiores por não se renderem à suposta superficialidade literária da capital. Se um modelo de fabricação de identidade nacional não podia ser mais encontrado na república das letras carioca, que fosse procurado então nas literaturas *criollas* dos vizinhos do Prata. Na entrada do século XX, o mestre da Casa Branca defendia para o Rio Grande do Sul o paradoxo de um nacionalismo literário em contradição com os rumos das letras de seu próprio país.

Avaliar a receptividade dos literatos locais a esta proposta demandaria uma mais extensa pesquisa na imprensa rio-grandense da época, em acervos nem sempre preservados ou acessíveis. Sabe-se que em 1901 foi criada a Academia Riograndense de Letras, na qual Apollinario Porto Alegre ocupava a cadeira cujo patrono era nosso conhecido Caldre e Fião. Não se tem notícia, contudo, de que a instituição adotasse suas idéias como programa.³²⁴ A situação mais provável é que entre os candidatos a literato dispersos pelas redações de jornais do estado se reproduzisse a diversidade de tendências do resto do país, entre parnasianos, naturalistas, realistas, simbolistas. Da literatura gauchesca de inspiração platina que o mestre da Casa Branca defendia, no entanto, o exemplo mais significativo conhecido foi o que partiu justamente da iniciativa do Grêmio Gaúcho. Quando se tratava de reagir ao cosmopolitismo cultural, a literatura nativista de uruguaio e argentinos inspirava tanto Apollinário em seu retiro na Casa Branca quanto o próprio Cezimbra Jacques e seus amigos. Estes últimos lançaram a Revista Gaúcha durante o ano de 1903, que chegou a pelo menos seis números publicados e teve como modelo um periódico uruguaio intitulado “El Fogon”.³²⁵ O objetivo não era outro que formar a “literatura crioula” rio-grandense, conforme se recomendava expressamente aos colaboradores da revista:

³²³ Cf. Idem.

³²⁴ Sobre a fundação da Academia, ver Correio do Povo, 19 de novembro de 1901. A primeira formação teve 25 cadeiras, ocupadas por nomes atuantes na imprensa local em sua maioria: Apelles Porto Alegre, Mario D’Artagão, Romaguera Correa, Achyles Porto Alegre, José Carlos de Souza Lobo, Sebastião Leão, Joaquim Alves Torres, Lourenço da Fonseca, Apollinario Porto Alegre, Andrade Neves Neto, Paulino de Azurenha, Aurélio Junior, Alfredo Lisboa, Mario Totta, Caldas Junior, Marcelo Gama, Olinto de Oliveira, Benjamin Flores, Tito Vilalobos, Ernesto Silva, Zeferino Brasil, Alcides Lima, João Maia, Alcides Maya, Alfredo Ferreira Rodrigues. Cf. Helio Moro Mariente, “Memórias Acadêmicas – Acheegas para a história das Academias de Letras do Estado do Rio Grande do Sul”, Revista da Academia Rio-Grandense de Letras, Edição Especial, n. 9, 1989, p. 47.

³²⁵ A imprensa registra o lançamento até o sexto número da Revista Gaúcha, dos quais foram consultados quatro, do número 2 ao 5, entre março e maio de 1903. Já a revista El Fogon circulou em Montevidéu de 1895 a 1913, com interrupções, e novamente em 1923..Cf. Mario Barite, Maria Gladys Ceretta, Guia de Revistas Culturales Uruguayas: 1885 – 1985, Montevideo, Ediciones El Galeon, 1989.

Aos nossos dignos colaboradores pedimos o obséquio de não se afastarem da conduta traçada no artigo de apresentação, que foi firmado no primeiro número deste periódico, isto é, devermos rigorosamente procurar constituir uma literatura crioula, tendo como, senão única, pelo menos, principal inspiração o esplêndido e opulento panorama que nos oferece a terra sul-riograndense(...).³²⁶

Apesar do programa ser muito claro quanto à linha a seguir, os editores reconheciam que nem todos os contos e poesias publicados pela Revista Gaúcha adotavam a orientação proposta, e as dificuldades se evidenciam pela reiteração do pedido para que os colaboradores seguissem a norma. Reclamava-se contra a “invasão” da literatura francesa, com um certo ressentimento para com os compatriotas que deixavam de lado as “coisas pátrias” para admirar o estrangeiro, com exceção dos povos platinos. Com estes, alegava-se, o habitante do Rio Grande teria uma origem comum e “uma uniformidade de hábitos e costumes”, seja pelo gênero de vida campeira, seja pela origem étnica do mestiçamento com os mesmos grupos indígenas e pelo contato da fronteira.³²⁷ O recurso a transcrições e traduções de textos da revista El Fogon também servia para defender a proposta da associação, por supostamente provar que o culto ao passado também era praticado por outros povos e não constituía uma “aberração sul-riograndense”, mas exemplo de “ardor patriótico” e “carinho pelas tradições nacionais”.³²⁸ Mesmo assim o nativismo do Grêmio Gaúcho ainda provocava críticas que incomodavam os sócios, que reiteradamente usavam a revista para reclamar de incompreensão e falta de patriotismo: “O Rio Grande do Sul tem do que se gloriar. Engana-se, quem nos chama de galinhas”, escrevia um colaborador da Revista Gaúcha, incomodado com as troças de que era vítima.³²⁹ “Nenhuma nacionalidade que se preze poderá desprezar a sua origem, ou os elementos que preponderam em sua formação, bem como os fatos principais de sua história primitiva”, alegava outro, que no entanto encerrava seu artigo um tanto desgostoso e pessimista quanto ao futuro:

Entretanto, pesa-nos dizer: devido a causas diversas, que não vem a pelo mencionar, O Grêmio Gaúcho pouco ou nada conseguirá.

³²⁶ Cf. “Atenção”, *Revista Gaúcha*, n. 2, 1º de março de 1903, p. 1.

³²⁷ Cf. “Motivo da transcrição de alguns contos e poesias de El Fogon”, *Revista Gaúcha*, n.2, op. cit., p. 7.

³²⁸ Cf. “Aos adversários do Grêmio Gaúcho”, *Revista Gaúcha*, n. 3, 1º de abril de 1903, p. 7-8.

³²⁹ Cf. Belinno Gessa, “22 de maio”, *Revista Gaúcha*, n. 5, 22 de maio de 1903, p. 1.

Seja! Mas se ele não puder ser uma esperança, será ao menos um protesto.³³⁰

Apesar das rejeições e incompreensões, o Grêmio Gaúcho teve uma razoável receptividade entre alguns importantes homens de letras do Rio Grande do Sul. Alcides Maya participou de sua “comissão de literatura, ciências e história rio-grandense” e proferiu conferências em seus salões, como fez em 1901 discorrendo sobre “O gaúcho na literatura e na história”.³³¹ Segundo o que registrou o repórter do *Correio do Povo*, o jovem erudito apresentou uma análise crítica das idealizações do gaúcho na tradição popular e na “escola romântica”, lamentando que José de Alencar e mesmo escritores platinos (como Eduardo Gutierrez, Elias Regules e Victor Perez) nada tivessem produzido “de estável, de duradouro, e, sobretudo, de verdadeiro”, com algumas ressalvas a Apollinário Porto Alegre, Victor Valpirio e outros que escreveram na revista do Parthenon Litterário. Lamentava também que literatos brasileiros ainda confundissem o gaúcho do Rio Grande com o “gaúcho oriental”, como teria feito o crítico José Veríssimo na imprensa do Rio, ao utilizar estudos do uruguaio Javier de Vianna para definir o tipo rio-grandense.

Na segunda parte de sua exposição o orador voltava-se para tratar do gaúcho “na história”, o que equivalia a pretender uma definição científica segundo os critérios da sua época, recorrendo à análise das origens étnicas e do mestiçamento, das “correntes espirituais hereditárias”, das influências do meio natural e social. Ao finalizar, lembrou as “ameaças do germanismo” e as “explorações do sindicato mercantil da imprensa norte-americana”, fazendo ainda “uma brilhante apologia da raça latina e seus descendentes mestiçados na América”. Não é de se duvidar que esta última parte do discurso, tal como registra o repórter, tenha sido a mais entusiasticamente aplaudida. Embora ainda permaneça obscuro o que seja o “sindicato mercantil da imprensa norte-americana”, sua reação ao “perigo germânico” torna claras as motivações nacionalistas que o aproximavam de um núcleo como o Grêmio Gaúcho, onde certamente encontrava muitos de seus inimigos políticos e intelectuais.

Assim como os sócios do Grêmio Gaúcho, Alcides Maya era um herdeiro, ainda que muito mais sofisticado, de um conjunto de noções a respeito da peculiaridade e da missão histórica dos rio-grandenses construídas ao longo do século anterior. Discípulo de Apollinário, realizou a crítica do romantismo com o qual este não chegou a romper e aderiu

³³⁰ CF. A. L., “Os fins do Grêmio Gaúcho”, *Revista Gaúcha*, n. 5, 22 de maio de 1903, p. 7.

³³¹ Cf. *Correio do Povo*, 12 de julho de 1901. Sobre a comissão do Grêmio Gaúcho, ver *Revista Gaúcha*, n. 3, 1º de abril de 1903, p. 7.

decididamente ao determinismo científico, interessando-se especialmente pelo evolucionismo de Spencer, mantendo-se, porém, na trincheira liberal e na oposição ao positivismo oficial do governo do Rio Grande do Sul. Outro passo além que deu em relação ao mestre foi partir para disputar um lugar para suas idéias no mundo literário do Rio de Janeiro, o que fez a partir de 1903.³³² Até então, escrevera dezenas de artigos para a imprensa porto-alegrense, em *A Reforma*, no *Correio do Povo* e em *A República*, entre ataques a Julio de Castilhos e ensaios tratando dos mais diversos assuntos, de crítica literária a sistemas filosóficos. Seus primeiros livros, lançados nessa época, reuniram os principais artigos de combate intelectual e político, justificando sua própria atitude como condenação ao ceticismo e apelo à juventude pela disposição ao sacrifício e dedicação ao futuro da pátria.³³³

Uma vez estabelecido no Rio de Janeiro, Alcides Maya passou a colaborar na imprensa carioca, publicando uma série de artigos nos quais retomava alguns temas da sua fase porto-alegrense, adaptando-os ao debate com os novos interlocutores. Assim, ao discutir o “perigo alemão” em *O Paiz*, minimizava a ameaça representada pela colonização alemã no sul do Brasil, esclarecendo que “um tipo indiscutível de nacionalidade” já estava estabelecida à chegada dos imigrantes, simples trabalhadores braçais, de modo que seu destino era serem absorvidos pela língua, costumes, religião e “tipo etnológico” superiores dos rio-grandenses. O verdadeiro perigo vinha de fora, estaria no imperialismo das empresas alemãs e do estado alemão, que tinha planos de dominação dos meios produtivos brasileiros.³³⁴ Escrevendo para o público da capital federal, é compreensível que tenha enfatizado a superioridade do rio-grandense sobre o estrangeiro e direcionado sua crítica a um “inimigo” externo. Outra questão freqüente nos ensaios divulgados em *O Paiz* era justamente a crítica do fraco sentimento de orgulho nacional entre os brasileiros, principalmente quando comparados ao exemplo platino. “Enquanto o brasileiro celebra liricamente a natureza tropical” e “adormece ao ouvir o canto do sabiá na mata”, advertia, a Argentina produzia e se organizava para competir no duelo darwinista entre as nações.³³⁵

Quanto à crítica literária, ainda que optando pelo caminho “científico” na análise, ficava evidente que Alcides Maya seguia as lições de Apollinário ao condenar o naturalismo

³³² Para um estudo relacionando biografia e obra de Alcides Maya, ver Marlene Medaglia Almeida, *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

³³³ Ver Alcides Maya, *Pelo futuro*. Porto Alegre: Tip. Franco & Irmão, 1897; Idem, *O Rio Grande Independente*. Porto Alegre: Typografia da Agencia Litteraria, 1898; Ibidem, *Através da imprensa (1898-1900)*. Porto Alegre, Editores Octaviano Borba & Cia (Livraria “A Nacional”), 1900.

³³⁴ Cf. Alcides Maya, “O perigo alemão”, *O Paiz*, 1º de março de 1904.

e o tipo humano patológico do “processo zolesco de romance”. Esta era a razão dos elogios que fazia ao escritor uruguaio Javier de Vianna, não só pelo retrato “verdadeiro” do mundo dos pampas primitivos mas principalmente por fazer jus à altivez guerreira dos estancieiros, dos caudilhos semi-bárbaros e da selvagem “massa popular” cisplatina, enquanto criticava o venezuelano Diaz Rodrigues por fazer do protagonista de seu romance um exemplo de degeneração da raça dos conquistadores espanhóis. O crítico rio-grandense, agora ante os leitores cariocas, não se importava em identificar o gaúcho rio-grandense ao platino, pois defendia a velha idéia de fundo romântico de que o contato da natureza selvagem renovou as elites européias decadentes, fazendo-as abandonar as tendências mórbidas e despertar para uma nova vitalidade.³³⁵ Como já observamos, a noção vinha sendo adaptada aos determinismos científicos, às teorias raciais e ao evolucionismo para continuar servindo à valorização do “tipo gaúcho” como personificador da nacionalidade entre os rio-grandenses. Uma vez superada a fase dos exageros do romantismo, alegava Alcides Maya, chegava o momento de retratar a psicologia e costumes do gaúcho “na sua nudez e vitalidade”, como fazia Javier de Vianna. Ele próprio, naquele momento, preparava sua estréia na cena literária da capital federal, que aconteceria no início da década seguinte com um livro de contos e um romance ambientados no pampa rio-grandense.³³⁷

Se a literatura ainda mantinha seu prestígio como veículo nobre de afirmação e desenvolvimento da consciência nacional, escrever sobre o gaúcho rio-grandense para o público do Rio de Janeiro era uma afirmação política da diversidade do “caráter” nacional e da necessidade de sua integração. Quando em seus artigos em *O Paiz* Alcides Maya aludia à propaganda pela unificação dos países do Prata, queria alertar os brasileiros sobre os riscos que o federalismo extremado da constituição brasileira trazia para a unidade do país. A superação do caudilhismo pelos povos platinos, seu invejado progresso e a possibilidade futura de integração era um exemplo a ser seguido pelo Rio Grande e pelo Brasil.

A solução única para o nosso problema étnico e político é justamente essa, de vencer e extinguir o atrasado regionalismo administrativo que tenta integrar à

³³⁵ Cf. Idem, “País de sonhadores”, *O Paiz*, 20 de outubro de 1904.

³³⁶ Cf. Idem, “Romancistas americanos”, *O Paiz*, 07 de janeiro de 1904;

³³⁷ O romance “Ruínas vivas” foi publicado em 1910 e a coletânea de contos “Tapera”, em 1911.

parte o norte, o sul e o centro do país, comprometendo em pouco mais de um decênio de anarquia o imponente trabalho secular da unificação brasileira.³³⁸

Novamente, era a lição aprendida do mestre Apollinario Porto Alegre que ecoava por intermédio de Alcides Maya na capital brasileira. No “Prefácio” que aquele escrevera ao livro “O Rio Grande Independente” do discípulo, se encontra explicitada sua profissão de fé na “pátria grande” e na supremacia das grandes nações, em oposição à idéia positivista das pequenas pátrias com a qual simpatizavam os separatistas do partido Republicano Rio-grandense. Para o velho Apollinario, a diversidade de raças e a variação de costumes regionais seriam detalhes que não atrapalhavam a unidade básica do antigo império bragantino, agora fragmentado pela república:

Quais as condições de nacionalidade?

Não serão o domínio territorial, a mesma raça, a mesma história e tradições, a mesma língua, idênticos costumes, legislação e culto?

Não as temos com insignificantes discrepâncias originadas antes da topografia e das profissões a ela adequadas?

A objeção de que o tipo definitivo do brasileiro não se fixou, por continuar ainda o cruzamento de várias raças, não procede.

Na Europa os estudos antropológicos tem provado que em todas as raças que ali disputam-se o domínio do continente, há mistura evidente de outras, não só pelos crânios, mas por outros muitos caracteres osteológicos. (...)

Que importa, pois, um tipo definitivo, quando o fator mesológico social tem ação mais direta e imediata? (...)

Os tempos coloniais lançaram as bases da nova nacionalidade, o império bragantino estreitou mais os vínculos, o período anárquico que sucedeu à monarquia em 15 de novembro de 1889 afrouxou as relações e afinidades, entibiando os impulsos patrióticos.

Temos hoje vinte nações, vinte pátrias constituídas dentro duma pátria, que é uma ficção. Qual a causa?³³⁹

³³⁸ Cf. Alcides Maya, “O pan-platismo”, *O Paiz*, 14 de janeiro de 1904.

³³⁹ Cf. Apollinario Porto Alegre, “Prefácio”, em: Alcides Maya, *O Rio Grande independente*, op. cit.

As causas do iminente esfacelamento nacional não estariam na indefinição racial, mas na imitação dos modelos estrangeiros, especialmente na adoção do federalismo considerado excessivo da constituição norte-americana. Sem o senso prático dos anglo-saxões, argumentava, aquele seria um modelo inviável, ainda mais se aplicado à imensidão despovoada do território brasileiro. Para piorar, ainda fora implantada no Rio Grande do Sul uma constituição “abstrusa, heterogênea, autocrática”, em contradição com os princípios da federal. A autonomia dos estados seria positiva, desde que não inviabilizasse a gravitação harmoniosa de todos em torno de um centro dotado de força superior, capaz de manter a integridade nacional. Diversidade e autonomia eram os princípios básicos defendidos por Apollinario, tanto para a organização política nacional como para as ciências e as artes. O progresso dependeria da manutenção da diversidade natural do país e seus tipos humanos peculiares que ofereciam a fonte de inspiração para a literatura nacional:

A literatura, pois, deve ser um espelho, uma fotografia destas variantes da natureza. Só não é permitido fazer periclitlar o caráter humano, a lógica dos sentimentos; as manifestações psíquicas em fundo são idênticas.

Conseqüentemente a literatura deve diversificar, como a história e as tradições de cada estado.

Esta independência, sim, eu a compreendo no sistema federativo.³⁴⁰

Apesar de nesta proposta já estar sugerida a noção de que a literatura brasileira devia ser formada por literaturas regionais, o próprio conceito do regionalismo ainda não estava explicitamente formulado. A crítica literária do século XX, no entanto, consagrou seu nome como iniciador ou inspirador do regionalismo gaúcho, condicionando a maioria das interpretações posteriores, de modo que convém chamar a atenção sobre a construção dessa memória. De início, o grande interesse dos escritores rio-grandenses pelo regionalismo literário na década de 1920 teria inspirado uma das mais influentes interpretações dos escritos de Apollinario Porto Alegre. Em sua “História da literatura do Rio Grande do Sul”, João Pinto da Silva enquadraria sua obra como precursora do dito regionalismo, reconhecendo que ela ultrapassava o âmbito da literatura e preocupava-se em investigar os fundamentos do que seria a identidade “tipicamente” rio-grandense:

³⁴⁰ Cf. Idem.

Os homens e as coisas do Rio Grande não eram para ele apenas fáceis temas literários, mas especialmente motivos de paciente e aguda investigação, no sentido de descobrir e fixar os nossos traços distintivos, o que há, houve, por aqui, afinal, de tipicamente nosso.³⁴¹

Este ponto de vista valorizava o que na obra de Apollinario aproximava-se do interesse do momento em desenvolver uma literatura autenticamente rio-grandense, que fosse tradução fiel de uma “alma” local, fazendo um contraponto às polêmicas em torno da identidade nacional promovidas pelos modernistas.³⁴² De modo semelhante também pensavam muitos de seus ex-alunos ao lhe prestar uma homenagem póstuma em 1927, quando inauguraram sua herma em uma praça de Porto Alegre. O orador da ocasião destacava a diferença do patriotismo de Apollinario para com os intelectuais afrancesados e admiradores do estrangeiro, assim como exaltava sua paixão pelas peculiaridades e tradições da terra natal:

Daí, o seu sempre sadio e aplaudido *regionalismo* que, já agora, não morrerá, e que, nada mais era, do que uma modalidade expressional do apego que lhe merecia tudo quanto visasse resguardar a feição típica, característica, da raça forte e cavalheiresca que o ambiente gaúcho produziu.³⁴³

Ainda assim, naqueles anos, era possível encontrar um autor como Augusto Daisson, jornalista e literato porto-alegrense, que estudava a obra do mestre e tentava seguir seus passos sem se preocupar com o enquadramento no conceito regionalista. A título de homenagem ao ex-professor, publicou uma série de artigos no jornal *Correio do Povo* que depois seriam reunidos no livro “À margem de alguns brasileirismos”, em 1925.³⁴⁴ Ali procurava resgatar os estudos lingüísticos de Apollinario em sua intenção original de afirmar a peculiaridade da língua falada no Brasil, analisar suas origens e influências diversas e resgatar para os dicionários termos e expressões de uso popular. Tinha por motivação fazer a mesma defesa da originalidade e vitalidade da língua nacional brasileira e da plena integração a ela dos rio-grandenses.

³⁴¹ Cf. João Pinto da Silva, *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924, p. 143-154.

³⁴² Para um estudo que interpreta o regionalismo literário rio-grandense dos anos vinte em função do contexto político da época, ver Ligia Chiapini Moraie Leite, *Regionalismo e modernismo*, São Paulo, Ática, 1978.

³⁴³ Cf. Gomercindo Ribas, *Homenagem a um professor — Inauguração da herma de Apollinario Porto Alegre*, Porto Alegre, Livraria Americana, 1927, p. 5.

Apesar do zelo de discípulos como Daisson, o viés interpretativo do regionalismo foi o que teve maior peso nas apreciações e homenagens a Apollinario que se sucederam na primeira metade do século XX.³⁴⁵ Mesmo a passional biografia escrita por Álvaro Porto Alegre, prioritariamente empenhada em resgatar a memória da atuação política do pai, foi tributária desta tradição, ainda que para ele o sentido do regionalismo ainda fosse estreitamente vinculado ao nacionalismo:

Regionalismo bem entendido e bem compreendido, (...) não se circunscreve única e exclusivamente a um determinado ponto do país. Regionalismo abrange toda a Nação. (...) Daí a grandeza do Brasil, a pujança do Brasil, a sobrevivência do Brasil, porque regionalismo é brasileirismo...³⁴⁶

Por outro lado, críticos eruditos como Augusto Meyer e Guilhermino César matizaram o enquadramento de Apollinario no regionalismo literário e chamaram atenção para a diversidade de sua produção intelectual, capaz de produzir trabalhos de relevo tanto em romance, conto, poesia, crítica literária, teatro, lingüística, filologia, história e folclorismo; lamentaram, porém, a fragmentação e o estado incompleto de seus estudos.³⁴⁷ A caracterização usual de Apollinario na crítica literária sulina daí por diante passou a ser a do brilhante e inquieto intelectual isolado na província inculta, sem condições de levar adiante seus projetos devido à mediocridade do meio que o rodeava e que, mesmo sem um talento

³⁴⁴ Ver Augusto Daisson, À margem de alguns brasileirismos, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1925.

³⁴⁵ A título de exemplo, ver “Discurso proferido pelo Dr. Leonardo Macedonia, ao ser recebido sócio efetivo do IHGRGS”. Revista do IHGRGS, n. 48, 4º trimestre de 1932, pp. 272-280; Otelo Rosa, “Apolinario Porto Alegre”. Revista do IHGRGS, n.º 49/50, 1º semestre de 1933, pp. 215 a 231; Idem, “Centenário de Apollinario Porto Alegre”. Revista do IHGRGS, n.º 95, 3º trimestre de 1944, pp. 83-93; Manuel Duarte, “Elogio de Apollinario Porto Alegre”, Revista do IHGRGS, n.º 95, 3º trimestre de 1944, pp. 93-97; Antônio Carlos Machado, O solitário da Casa Branca: a sua vida - a sua obra - a sua época: conferência realizada na sede da Federação das Academias de Letras do Brasil a 26 de agosto de 1944 e acrescida de numerosas notas aditivas para esta publicação, Rio de Janeiro, Pongetti, 1945; Waldemar de Vasconcelos, Homens e nações. Rio de Janeiro, Coop. Editora Brasília, 1945, pp. 65-120. Para uma curiosa releitura de Apollinario sob o ponto de vista do conservadorismo católico e anticomunista, ver Mario Bernd. “Porto Alegre de ontem e de hoje. Vultos, fatos e idéias”, publicado em: Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, 3º volume, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940, pp. 1295 a 1322.

³⁴⁶ Cf. Álvaro Porto Alegre, Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre: Thurmman, 1954. Para outras obras deste autor também dedicadas à memória e biografia de Apollinario, ver: Idem, Ciclo Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre, Thurmman, 1944; Idem, Ronda da história. Porto Alegre, Thurmman, 1956.

³⁴⁷ Augusto Meyer dedicou seu livro “Guia do folclore gaúcho” à memória de Apollinario, onde o homenageia em epígrafe com uma significativa citação do escritor francês Vitor Hugo: “*Ses ailes de géant l'empêchent de marcher...*”. Guilhermino César, por sua vez, enfatizou que, apesar de sua obra não ser harmoniosa, pelo conjunto dela Apollinario mereceria ser lembrado como um dos grandes vultos nacionais. Ver Augusto Meyer, Guia do Folclore Gaúcho. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1951; Guilhermino César, História da literatura do Rio Grande do Sul, 2ª edição, Porto Alegre, Globo, 1971.

especial o suficiente para criar uma literatura de todo original, fora capaz de antecipar elementos do regionalismo que se consolidaria na primeira metade do século XX. Pouco se estudou seu nacionalismo e seu intenso engajamento político.³⁴⁸

Como se procurou demonstrar nesse trabalho, a determinação do educador Apollinario Porto Alegre em trabalhar pela formação da consciência de nacionalidade é decisiva para se compreender sua trajetória e sua obra, na qual a questão da identidade rio-grandense se definia em relação ao todo maior da identidade nacional. Não foi nem o único nem o último representante desta tendência, embora ele tenha se destacado no seu meio e se tomado uma referência. O pelotense João Simões Lopes Neto (1865-1916), por exemplo, foi o escritor que a crítica do século XX consagrou como autor das obras mais importantes do regionalismo literário gaúcho.³⁴⁹ No entanto, seu esforço pela valorização dos costumes locais era profundamente integrado a uma intensa disposição à pregação cívica e nacionalista. Ele próprio foi um admirador do Grêmio Gaúcho e ajudou a fundar a congênere União Gaúcha em sua cidade. Suas convicções nacionalistas o levaram a uma campanha palestras por todo o estado em 1906, tendo realizado na sede do Grêmio Gaúcho em Porto Alegre uma conferência sobre “qual é e deve ser o dever cívico dos brasileiros”.³⁵⁰ Sua fala passava em revista a história, usos e costumes do Brasil, criticando a suposta indolência natural do brasileiro, os defeitos de suas três raças formadoras, sua falta de amor e respeito às datas e aos símbolos

³⁴⁸ Análises estritamente literárias de uma obra como a de Apollinario costumam não levar em conta o que se apresenta como obscuro ou em desacordo com os cânones, seja do romantismo ou do regionalismo, via de regra levando à classificação do trabalho como literatura de pouca qualidade, excluindo maior preocupação com o sentido e a finalidade para a qual foi produzida. Para um exemplo, ver as considerações sobre o romantismo literário na província em Flavio Loureiro Chaves, Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. Mais recentemente, o pertencimento da obra de Apollinario Porto Alegre ao regionalismo literário gaúcho foi revisto nos estudos de Maria Eunice Moreira, ao observar que a proposta de uma literatura rio-grandense diferenciada da expressão nacional não estava presente em sua obra. Do ponto de vista de quem nele procura um pioneiro do regionalismo, conceito aplicado de fora e *a posteriori* à sua obra, esta se revelaria decepcionante, pois estaria presa a padrões estéticos de um romantismo já em declínio na preferência mesmo dos literatos da Corte. Ao chamar atenção para essa “limitação”, ainda que a autora leve em conta o sentido nacionalista da literatura de Apollinário, analisa sua obra literária como adaptação do projeto romântico construído no centro do país e menos do que como uma face de seu projeto de intervenção social e política. Ver Maria Eunice Moreira, Apollinario Porto Alegre, Porto Alegre, IEL, 1989; Idem, Nacionalismo literário e crítica romântica, Porto Alegre, IEL, 1991. Outras abordagens, como a da história cultural, procuram levar em conta um sistema mais amplo de representações nas quais a obra se inseriria. Nesta perspectiva, Sandra Pesavento também considera que não se pode enquadrar Apollinário como um escritor regionalista, antes identificando em sua obra a força do imaginário do mundo rural da campanha impondo-se ao mundo urbano como a matriz dos valores desejados para a identidade dos rio-grandenses. Ver Sandra Jatayh Pesavento, O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre, op. cit.

³⁴⁹ João Simões Lopes Neto publicou três livros em Pelotas: “Cancioneiro Guasca”, em 1910; “Contos gauchescos”, em 1912 e “Lendas do sul”, em 1913. Postumamente foram publicados “Casos do Romualdo”, em 1953 (compilação de folhetins publicados no Correio Mercantil de Pelotas, em 1914) e “Terra gaúcha”, em 1955.

³⁵⁰ Cf. O Independente, 07 de janeiro de 1906

nacionais como o hino e a bandeira. Lamentava também a falta de obras literárias que ensinassem “assuntos nossos” às crianças, cuja realização era um sonho pessoal seu. Simões Lopes posteriormente mandou imprimir sua conferência e distribuiu 150 exemplares ao Grêmio Gaúcho, ao qual presenteou também com uma coleção de postais por ele concebidos para divulgar datas cívicas, intitulada “Coleção Brasileira, de vulgarização dos fatos da história nacional”.³⁵¹

As marcas da atitude que Apollinario ajudou a disseminar podiam ser encontradas com facilidade na primeira década do século XX entre os cidadãos letrados do Rio Grande do Sul. Às vezes, estavam na própria terminologia empregada, como na publicação do livro “Lendas do Sul”, de Simões Lopes Neto, no qual o editor classifica a obra, juntamente com as outras duas já impressas (“Cancioneiro guasca” e “Contos gauchescos”), sob a rubrica de “populário”. A escolha desse nosso já conhecido neologismo para indicar o que genericamente se designava por folclore revela-se ainda mais significativa ao se atentar para a classificação de “romances regionais” conferida a duas outras obras ainda a publicar (“Peona e Dona” e “Jango Jorge” - as quais provavelmente permaneceram inéditas). Ou seja, justamente as obras que posteriormente se tornariam ícones do regionalismo não eram entendidas como “literatura regional” por seus editores. A própria organização do livro faz a devida ressalva de que nem todas as lendas seriam inteiramente locais, distinguindo-se as que tinham procedência ibérica e missioneira, portanto de forte acento espanhol e indígena, e aquelas “do centro e norte do Brasil”, trazidas pelos “mamelucos paulistas”. A única tratada como inteiramente “lusitana” e nativa era “O negrinho do pastoreio”.³⁵²

O programa de uma literatura nacional formada pela coleção de tradições locais revela mais um exemplo de sua sedimentação entre os literatos sulinos no lançamento da Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, em 1910. A nova academia, recém fundada, vinha tentar preencher o lugar vazio deixado pelo fracasso da iniciativa anterior, a Academia Rio-Grandense de Letras, de 1901. Dos cinco números da revista publicados naquele ano, sobressai a importância dada ao resgate do “*folk-lore* rio-grandense”, tanto que se publica um “Apelo à imprensa e aos acadêmicos” solicitando colaboração para a coleta de documentos e depoimentos da poesia e tradição populares, consideradas as fontes

³⁵¹ Cf. *O Independente*, 29 de novembro e 16 de dezembro de 1906.

³⁵² Cf. João Simões Lopes Neto. *Lendas do Sul. Populário*. Pelotas: Echenique & Cia, 1913.

imprescindíveis para o estudo do homem primitivo formador do caráter nacional.³⁵³ Este chamado à colaboração com a literatura folclórica foi acompanhado também pelo apelo à despolitização do fazer literário, própria das academias de letras, desenhando um perfil profissional e não-militante do literato, embora na prática tal pretensão estivesse longe de se realizar. Integrando a diretoria da entidade estavam nomes como o do veterano Achylles Porto Alegre, que trazia consigo a memória dos ideais do extinto Parthenon Litterario, e novatos que ainda se destacariam na política local e nacional, como Lindolfo Collor.

A noção de literaturas regionais era naquele momento apenas esboçada como meio de alcançar o real conhecimento sociológico do país, mas já apontava como dever dos literatos buscar a matéria-prima de sua arte no folclore de seu próprio estado. A necessidade de procurar temas locais seria inerente ao Brasil, afirmava-se, pois a amplitude das diferenças geológicas, climáticas, étnicas, históricas e mesmo políticas e morais do país geravam o “equilíbrio instável” de uma nação em formação e ainda sem uma personalidade cristalizada. A consciência de pertencer a um país multiforme, por outro lado, gerava dúvida e certa confusão:

Nós outros, brasileiros, somos uma possibilidade de raça ainda por equacionar; minados pelas inquietações decorrentes dos anomalismos da mestiçagem; sem coordenadas étnicas que nos estabilitem (sic) precisamente a situação e o curso da trajetória na existência; irresolutos na zona magnética do aniquilamento das gangas que nos envolvem; combalidos pelo fermentar de sangues antagônicos — branco, bronzeado e negro —, em trâmite de reconciliação mas por muito irreconciliáveis; agravados pelas caudais imigratórias que o desleixo dos nossos próceres livra ao esmo das contingências, sem polícia e sem distribuição sistematizada; assim somos, e a todo transe queremos ostentar uniformidade maciças e homogêneas, até naquilo que mais se retrai à convenção, qual o exercício das categorias espirituais.

Como o sincretismo, mesmo numa questão somenos de prosódia, entre o homem “permanentemente fatigado” que, à voga surda de uma “canua” sobre o igarapé persegue o peixe-boi, e o homem permanentemente excitado que, à rédea solta dos corcéis, “peala” um touro “chucro” nas “marcações”...? (...)

³⁵³ Cf. “Apelo à imprensa e aos acadêmicos”, Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, ano I, n. 2, setembro de 1910, p. 25.

Urge, pois, curarmos, na ambigüidade do problema que ora nos enreda, do patrimônio intelectual da generosa terra rio-grandense.³⁵⁴

Da linguagem empolada sobressai a angústia diante da diferença e da heterogeneidade como condição de existência da nação brasileira. Tantas raças e paisagens provocavam perplexidade e levavam à conclusão de que o caráter da nação ainda estava em formação. Restava ao literato decidido a construir a literatura nacional o consolo de zelar pela preservação da “uniformidade maciça e homogênea” em seu próprio estado e assim tentar fugir da “ambigüidade” perturbadora. Registrava-se a ressalva de que alguma imperfeição do estilo da literatura folclórica local, ou regional se preferirmos, quando comparada com aquela dos grandes centros, seria compensada “pelo seu fundo de sinceridade ou de gracioso entusiasmo”. Estas “qualidades” de alguma forma já ecoavam nos “grandes centros” que reuniam a nata dos literatos brasileiros, seja no acolhimento ao romance e contos “gaúchos” lançados por Alcides Maya no Rio de Janeiro, seja nas cartas que o escritor fluminense Coelho Netto enviava a João Simões Lopes Netto com palavras elogiosas ao trabalho de preservação da tradição que anos depois sairia publicado em “Lendas do sul” e agradecimentos pela dedicatória da lenda do “Negrinho do pastoreio”.³⁵⁵ Com efeito, as distâncias e o isolamento entre letrados da capital e das “províncias” diminuía e preparava-se o assalto das regiões e dos “regionalismos” na disputa pelo repertório simbólico e narrativo da identidade nacional que aconteceria nas próximas décadas.

³⁵⁴ Cf. “Preâmbulo geral, Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, ano I, n. 1, 1910, p. 3-5.

³⁵⁵ As cartas são de 1907, quando Coelho Netto estava visitando Pelotas, e de 1909, enviada do Rio de Janeiro. Ver João Simões Lopes Neto. Lendas do Sul. Populário. Pelotas: Echenique & Cia, 1913, p. 23 e 77.

Epílogo

A nação por outros ângulos

O cronista Leo Pardo, do jornal *Correio do Povo*, costumava reclamar do cotidiano pouco inspirador da Porto Alegre da primeira década do século XX. Embora a função da crônica semanal que assinava fosse passar em revista os principais acontecimentos, como seria de se esperar do gênero,³⁵⁶ o autor preferia o sobrevôo filosófico e moral, com o foco na perspectiva ampla antes que nas miudezas do dia-a-dia. Isto quando não enveredava por histórias fantasiosas e devaneios poéticos. No entanto, quando se dispunha a comentar algum episódio ou tema específico, brindava os leitores com observações argutas, às vezes ousadas, às vezes conservadoras, quase sempre surpreendentes para os padrões do jornalismo provinciano. Uma destas crônicas foi escolhida para o fechamento deste estudo por causa destas características e também por revelar um olhar pouco comum sobre as diferenças que separavam cidadãos letrados e iletrados em mundos quase distintos.

Em junho de 1909 o governo estadual tinha colocado em exposição pública um quadro encomendado ao pintor porto-alegrense Pedro Weingartner (1853-1929) para decoração do palácio. A reação da população, no entanto, não foi a esperada, segundo o relato do cronista:

³⁵⁶ Antonio Candido definiu a crônica, conforme a tradição dos escritores brasileiros, como a perspectiva do “rés-do-chão”, um gênero que aproximava autores e leitores por sua informalidade, estilo descompromissado e temática leve. Ver Antonio Candido, “A vida ao rés-do-chão”, em: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Ed. da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

Cavacos do ofício...

É o que acaba de suceder ao nosso distinto patricio e notável pintor Pedro Weingartner. (...)

O artista executou um quadro de costumes e pensou assim se desobrigar do seu compromisso e corresponder à confiança em seus méritos depositada.

Recebido o quadro, o governo fê-lo expor em uma das vitrinas da rua dos Andradas.

O público entrou a apreciá-lo e a julgá-lo. Como era um quadro de costumes, dos nossos costumes rurais, toda a gente se julgou no direito e mesmo no dever de sobre ele emitir opinião. Pois aquele quadro não representava um *rodeio*, a *parada de um rodeio*, coisa a que a maioria dos nossos patricios já tem assistido? Serviço campeiro que ela conhece perfeitamente?

Vinha um *gaúcho*, um *mambira*, um *leiteiro*, apeava-se do *pingo* luzidio ou do *matungo* magro, parava em frente ao quadro, olhava-o, remirava-o, esmiuçava-o e, como o sapateiro ante o de Apelles, logo notava uma falta, um defeito, um senão. Pois se aquilo tudo era muito seu conhecido, se aquilo tudo era do seu ofício!

Um reparava em um detalhe, outro em uma figura, este em um petrecho, aquele em uma atitude e todos tanto nas partes como no conjunto. (...)

Dessa forma a Crítica popular, autorizada ou não, criteriosa ou maledicente, foi-se fazendo em torno do trabalho do apreciado pintor, e a verdade é que essa Crítica, justa ou injusta, lhe foi evidentemente desfavorável.³⁵⁷

Quer tenha sido por influência ou não da reprovação popular, o governo decidiu retirar o quadro de exposição e não mais utilizá-lo para o fim previsto. Leo Pardo, sutilmente, parecia concordar com a opinião dos observadores das ruas, quando teria sido fácil para ele desqualificar o julgamento de um “gaúcho” ou “mambira” que desconhecia os conceitos eruditos da arte. Pedro Weingartner era um pintor acadêmico, detalhista, formado em escolas européias com o patrocínio de D. Pedro II, e se não era célebre, era ao menos prestigiado nos meios oficiais. Seus quadros alternavam temas do classicismo greco-romano e paisagens, algumas vezes retratando cenas da vida no campo rio-grandense. A decisão de realizar um

³⁵⁷ Cf. Leo Pardo, “Semanário”, *Correio do Povo*, 13 de junho de 1909.

“quadro de costumes”, descrevendo uma cena rural, um “rodeio”, certamente atendia à expectativa do governo que o encomendara. O que haveria de melhor que uma cena do trabalho nas estâncias para representar o que existia de mais “típico” no Rio Grande do Sul para ornamentar o palácio do governo? Não fora esta a paisagem que os literatos havia décadas romanticamente louvavam como a fonte da originalidade e virtude dos rio-grandenses como um todo?

Pois justamente os representantes deste suposto “povo” original não se sentiram lisonjeados com a composição artística inspirada sabe-se-lá em que modelo clássico, pelo menos segundo a interpretação do cronista. Aqueles que conheciam rodeios por vivência própria não consideraram aquela atividade corretamente retratada, o quadro não lhes falava sobre o mundo que conheciam, ou pelo menos não o fazia conforme julgavam que deveria. Leo Pardo parecia divertir-se com o mal-entendido e apreciava o caso como gostava, “de longe”. Mas não era um observador neutro. Quem acompanhasse suas crônicas semanais saberia de sua opinião irônica e pessimista a respeito da sociedade republicana do progresso, da ciência e do dinheiro, estaria informado de seu saudosismo do tempo da monarquia, de sua religiosidade e de sua preferência por valores aristocráticos. Era, ainda assim, um liberal resignado, mas jamais seria um positivista. Aceitava que os costumes evoluíssem, desde que não fosse uma imposição. Tinha um olhar complacente para com as festas e costumes populares da cidade, porém irônico com idealizações exageradas e severo com atitudes moralmente inaceitáveis dos pobres da cidade. Escritor eminentemente urbano, raramente se referia ao campo e a seus habitantes. Declarava-se “negro” em algumas crônicas, embora em seu pseudônimo se apresentasse como “pardo”.³⁵⁸

Por trás de Leo Pardo escrevia o jornalista José Paulino de Azurena (1861 – 1909), um dos principais redatores do Correio do Povo. Foi companheiro do proprietário Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior na fundação do diário em 1895 e seu braço direito por muitos anos na direção do jornal.³⁵⁹ Seus colegas o descreveram como um indivíduo discreto, dedicado ao ofício e avesso a polêmicas, porém extremamente respeitado e dono de opiniões independentes, tanto que se tornara uma espécie de conselheiro e árbitro de decisões no

³⁵⁸ A pesquisa das crônicas do “Semanário” de Leo Pardo foi realizada de forma paralela ao trabalho desta tese, pela leitura e fichamento da série inteira, totalizando 468 crônicas publicadas no Correio do Povo entre 05 de março de 1899 e 27 de junho de 1909. Esta pesquisa se baseou nos acervos do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, de Porto Alegre, e da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro. Algumas falhas nas coleções não permitiram a totalidade da série fosse acessada.

ambiente de trabalho.³⁶⁰ Não era o único negro ou “pardo” a ocupar posto de prestígio no meio jornalístico porto-alegrense, pois tinha como mestre e amigo a Aurélio Viríssimo de Bittencourt, antigo animador de rodas literárias e ex-sócio do velho Parthenon, jornalista e alto funcionário público, secretário dos presidentes da Província e depois do Estado.³⁶¹ Ambos conquistaram seu espaço entre os “homens de jornal”, em tempos em que as redações eram um local de sociabilidade da elite masculina letrada e, como uma extensão dos cafés da Rua da Praia, ponto de encontro para se discutir literatura e política.³⁶²

José Paulino de Azureña, declaradamente avesso à vida mundana e social, não transitou tanto pelas rodas da sociedade e da política como o amigo Aurélio de Bittencourt. Órfão de pai, cresceu morando na ladeira do Espírito Santo, nos arredores da Catedral e do Seminário Arquidiocesano de Porto Alegre, e esta proximidade da Igreja Católica parece ter sido decisiva em sua vida. A formação religiosa e o ensino de orientação jesuíta marcaram profundamente sua visão de mundo, o que pode ser constatado em seus artigos e nos relatos dos amigos, que inclusive o apelidavam “frei Paulino”. As crônicas de Leo Pardo deixam evidente que os poucos anos de estudo lhe abriram as portas para a cultura letrada e a erudição que cultivou em grande parte como autodidata. Sua entrada nos círculos da imprensa deu-se pelo trabalho como tipógrafo, profissão que exerceu até ser promovido para a redação do “Jornal do Commercio” de Porto Alegre em 1892.³⁶³ Caldas Junior o conheceu trabalhando naquele jornal que então pertencia ao seu sogro Achylles Porto Alegre (que por sua vez o considerou Paulino “o melhor cronista literário rio-grandense”)³⁶⁴ e ao fundar seu próprio jornal, o Correio do Povo, não abriu mão de contar com Azureña em sua equipe. Teria revelado certa vez que tinha sido necessária muita insistência sua para que o tipógrafo, que chegava a trabalhar 18 horas por dia no Jornal do Commercio, aceitasse trocar as oficinas pela redação.³⁶⁵

Para encerrar esta digressão biográfica podemos supor, portanto, que autor por trás do cronista se enquadrava em um perfil singular de jornalista, como alguém integrado ao

³⁵⁹ Paulino de Azureña sempre substituíu Caldas Junior em sua ausência e era homenageado pelo chefe. Ver Correio do Povo, 21 de maio de 1908, p. 2.

³⁶⁰ Ver “Em comovida oração, Alcides Gonzaga revive a figura interessante de Paulino de Azureña.”, Correio do Povo, 11 de maio de 1946; “Paulino de Azureña”, Correio do Povo, 04 de julho de 1909.

³⁶¹ Ver a homenagem de Leo Pardo ao amigo em “Semanário”, Correio do Povo, 23 de agosto de 1903.

³⁶² Para um testemunho sobre o jornalismo da época, ver Alcides Gonzaga, Homens e coisas de jornal, Porto Alegre, Globo, 1944; Sobre a sociabilidade letrada em Porto Alegre, ver Sandra Pesavento, O imaginário da cidade, op. cit., p. 281.

³⁶³ Ver “Paulino de Azureña”, Correio do Povo, 04 de julho de 1909.

³⁶⁴ Cf. Achylles Porto Alegre, História popular de Porto Alegre. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994, p. 130.

mundo da cultura letrada e compartilhando seus valores, mas que também vivenciou a pobreza e a condição subalterna que lhe estava reservada como negro e operário tipográfico. Podemos também retornar ao episódio do mal-sucedido quadro de Pedro Weingartner. O olhar do cronista percebeu, naquela situação, o cruzamento de noções diferentes sobre como representar costumes e identidade que pouco ou nada dialogavam entre si. De um lado, o Estado e o artista, do outro indivíduos anônimos, iletrados, emitindo opinião sobre como se devia retratar um “verdadeiro” costume rio-grandense. Já o cronista se colocava na posição de quem compreendia as razões dos dois lados, reservando discreta simpatia pelo segundo e sutil ironia para o primeiro. Leo Pardo, por outro lado, não alimentava ilusões democráticas em suas crônicas, não acreditava que o “povo” fosse capaz de se auto-governar, mas também não reconhecia na elite política e intelectual da República a capacidade moral não só de dirigir como reconhecer e atender às reais necessidades populares.

O que se revela de mais interessante nesse episódio é o descompasso, a falta de sintonia ou de consenso entre os envolvidos quando estava em questão uma imagem que representasse a coletividade rio-grandense e, por extensão, a identidade nacional. Porque literatos, políticos e artistas precisavam de alguma forma reconhecer-se como legítimos conhecedores do sentido da nacionalidade e reivindicar a autoridade de falar em nome de um “povo” ainda pintado por eles em cores românticas, enquanto “gaúchos”, “mambiras” e “leiteiros” de carne e osso estavam excluídos deste debate. O cronista, se não chegava a criticar o modo de pensar dos primeiros, ao menos intuía que seu esforço tinha algo de patético e inócua do ponto de vista social e da cidadania. Quanto aos segundos, lamentava paternalmente sua condição de excluídos da civilização letrada, como bem convinha a um monarquista.

Os cronistas da imprensa brasileira do início do século XX, por estarem mais diretamente obrigados a selecionar temas do cotidiano e menos propensos a seguir modelos canônicos como na literatura formal, ofereciam uma perspectiva diferenciada e igualmente rica de observação da sociedade de seu tempo.³⁶⁵ Um caso como o de Leo Pardo permite que venha à tona uma narrativa diferente sobre a relação entre analfabetos e letrados, ou que pelo menos a considere por um ângulo até agora ausente deste estudo. Ainda que a polêmica em questão não tenha se dado diretamente a respeito do caráter “rio-grandense” e “nacional” da

³⁶⁵ Ver “Em comovida oração, Alcides Gonzaga revive a figura interessante de Paulino de Azurenha”, op. cit.

³⁶⁶ Ver Margarida de Souza Neves, “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”, em: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, op. cit., pp. 75-92.

pintura, sabemos o que uma cena dos costumes campeiros significava para literatos, sócios do Grêmio Gaúcho, políticos e, porque não, pintores de formação acadêmica. Mas lá estava o cronista do “Semanário” para lembrar que para um humilde peão aquilo não representava nada mais que o seu trabalho cotidiano. Porque não haveria de reclamar que fosse retratado com fidelidade?

Nem todos os cronistas porto-alegrenses eram condescendentes com o modo pouco cerimonioso com que os pobres da cidade se relacionavam com emblemas da nacionalidade. Reclamar da pouca reverência prestada a símbolos pátrios como a bandeira nacional era mesmo a regra naquele início de século. Exemplar foi a série de crônicas publicadas no jornal *O Independente* (de propriedade de Octaviano Oliveira, um dos fundadores do Grêmio Gaúcho) que denunciava o verdadeiro sacrilégio que se cometia contra as “cousas pátrias” em ambientes públicos. Ora era a bandeira nacional utilizada como enfeite do tabuleiro de doces de uma quitandeira que vendia “farinha de cachorro” aos moleques na festa do Espírito Santo, ora ela estava “rendendo preito à prostituição” quando exposta no salão do Teatro São Pedro durante um baile em que se dançava o maxixe, quando não surgia “no circo de cavalinhos, onde Ela se desdobra por sobre o corpo d’uma mulher, que, então, é equiparada a um herói brasileiro! E o povo, inculto e bruto, aplaude delirante e fervoroso, mas tão inconsciente, semelhante ultraje!”.³⁶⁷ Já o respeito ao Hino Nacional decaíra tanto que fora cantado até mesmo “num banquete de homens de cor que festejavam as núpcias!!!”.³⁶⁸

Era preciso instruir o povo, bradava o cronista, criando nas escolas primárias “um curso de *cousas pátrias*, como uma introdução à História do Brasil”, para ensiná-las a “amar, venerar e adorar” os símbolos da pátria, de modo que no futuro os raros monumentos a heróis nacionais que a cidade tinha, como a estátua do conde de Porto Alegre, não mais fossem transformados em mictório público.³⁶⁹ Obviamente, o escritor não considerava que o fato de a bandeira ter caído no gosto popular fosse um sinal de patriotismo, quando muito seria um patriotismo “defeituoso”, indigno de uma nação civilizada. Outro cronista, tratando do mesmo assunto, ilustrou esse conceito ao comparar a atitude do público do elegante Teatro-Parque que, diante da bandeira e ao som do hino, descobriu respeitosamente a cabeça, enquanto no arraial de S. Pedro um vendeiro pendurava o sagrado pavilhão em uma acha de lenha para anunciar sua barraca de peixe frito. Como não bastasse, quando a acha caiu sobre sua cabeça,

³⁶⁷ Cf. “Cousas pátrias I – A bandeira”, *O Independente*, 09 de abril de 1903, p. 1.

³⁶⁸ Cf. “Cousas pátrias II – O Hino Nacional”, *O Independente*, 16 de abril de 1903, p. 1.

³⁶⁹ Cf. “Cousas Pátrias III – Estátuas”, *O Independente*, 31 de maio de 1903, p. 1.

chutou-a com bandeira e tudo.³⁷⁰ Existia, no entanto, outra razão que a falta de educação dos costumes para reprovar a apropriação popular dos símbolos pátrios. Se tratava de um ponto de vista marcial, de conceber a nação como fundada em gestos de heróis e sangue derramado, o que sintetizava o papel do próprio Rio Grande do Sul na história nacional.

E entretanto os Osórios, os Portinhos, os Bento Gonçalves, enfim todos esses heróis de 35 e do Paraguai, aí estão nas páginas da história demonstrando evidentemente que o Rio Grande do Sul é uma verdadeira Esparta, uma terra em que os Leonidas se sucedem abrilhantando e honrando as páginas severas da história pátria e fazendo do povo sul-rio-grandense, um povo de cavaleiros destemidos que já fez brotar no cérebro do ilustre estrangeiro a frase severa que devemos, no dia em que levantarmos sua estátua, escrever-lhe no pedestal em letras de ouro, para que nem um só rio-grandense ignore que Garibaldi dissera: *Com vinte cavaleiros rio-grandenses, sou capaz de conquistar o mundo inteiro!*³⁷¹

As inúmeras narrativas de batalhas e heroísmo militar na fronteira meridional do império, tão familiares aos rio-grandenses do século XIX, certamente ofereciam um vasto repertório ao orgulho cívico e uma abundante matéria-prima para se fabricar heróis nacionais para quem assim o desejasse. Para o cronista, porém, estes eram personificados não no soldado anônimo, mas nos comandantes, de modo que aquele nacionalismo não evocava apenas a mobilização popular para a guerra como seria de esperar, mas também ensinava que o verdadeiro patriotismo consistia no respeito e submissão às autoridades. Este era um padrão em alguma medida peculiar ao Rio Grande do Sul no contexto brasileiro, considerando que era divulgado sistematicamente pelo menos desde a fundação do antigo Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Vale recordar a desconfiança da monarquia para com os caudilhos republicanos da América espanhola e o histórico de rebeliões provinciais para constatar seu pouco entusiasmo por um nacionalismo guerreiro. O vínculo das províncias com a nacionalidade, por outro lado, era um ponto importante a ser enfatizado pela historiografia nacional segundo o programa do IHGB. O surgimento do IHGPSP, que tinha diversos oficiais do exército imperial e da Guarda Nacional ligados à política da corte entre seus

³⁷⁰ Cf. “A nossa bandeira”, *O Independente*, 02 de julho de 1903, p. 1.

³⁷¹ Cf. “Cousas Pátrias III – Estátuas”, *op. cit.*

fundadores, pretendia integrar a memória dos feitos dos chefes político-militares da província à história oficial da nação. Embora tenha tido uma duração efêmera, alguns anos depois o programa do Instituto seria em parte retomado por uma outra geração de letrados rio-grandenses, reunidos na sociedade Parthenon Litterario.

A revista desta associação, além de ecoar tanto os modelos cívicos do IHGB como a memória da experiência republicana rebelde do passado da província, também tornou-se o principal meio de expressão do nacionalismo literário romântico entre os rio-grandenses. A questão da originalidade dos costumes locais entrava para a ordem do dia e passava a constituir o próprio enredo de diversos contos e romances. Seguindo o exemplo dos principais literatos da corte, os escritores do Parthenon desejavam contribuir para a formação da literatura nacional seguindo os modelos do indianismo, da representação das diferentes raças formadoras da nação e do “homem americano” retratado nos tipos do interior das províncias. Já o tão decantado heroísmo guerreiro entrou para a literatura provinciana não tanto como o elogio dos conquistadores do território e defensores do Império (o modelo para isso foram as biografias) quanto como exaltação da “epopéia” histórica dos republicanos farrapos.

Esta ambivalência da Revista do Parthenon Litterario, que tanto legitimava os modelos narrativos por meio dos quais os literatos tão bem serviram à consolidação do estado monárquico brasileiro quanto abria espaço à contestação republicana heroicizando os antigos Farrapos, pode ser até certo ponto equiparada à ambigüidade de um de seus principais colaboradores. A obra e a experiência de vida do professor Apollinario Porto Alegre revelam uma trajetória marcada pela admiração das narrativas e modelos simbólicos de nação unificada do Império ao mesmo tempo que pela paixão da utopia republicana e federativa. Talvez suas atitudes não pareçam tão contraditórias quando consideramos a missão pedagógica que atribuiu a si próprio ao longo de toda a vida, fazendo tanto da literatura como da educação escolar e da militância partidária instrumentos para divulgação dos valores da “civilização” e da “liberdade”. O modelo da primeira, apesar da rejeição à escravidão e do próprio regime monárquico, ainda era a sociedade imperial e seu ecletismo iluminista, enquanto a inspiração da segunda vinha de uma mescla dos ideais das revoluções francesa e norte-americana e seu imaginado seguimento pela República Rio-grandense dos farrapos. Apesar da retórica democrática, Apollinario foi um grande educador da consciência nacional e republicana dos filhos da elite proprietária de terras rio-grandense. Porém, quando muitos destes retornaram das academias de Direito convictos de que o velho liberalismo político não

servia mais como a ideologia que garantiria a transição para a via republicana do progresso e da civilização, o mestre começou a perder influência entre os antigos discípulos. Restou ao “velho da Casa Branca” alinhar-se com os inimigos de Julio de Castilhos e do positivismo, ironicamente terminando por aceitar a liderança da antiga elite liberal monarquista que tanto tinha combatido.

Existe ainda uma outra forma de compreender Apollinario que não seja a das antinomias que o fizeram um competente erudito e educador porém um político fracassado. Seria entendê-lo como um romântico irreduzível, alguém que incorporou muitas das facetas e ambigüidades que se cristalizaram como atitudes de uma época para os homens de letras. Entre o equilíbrio da razão e a exaltação dos sentimentos, pelo menos quanto a seu envolvimento na luta política parece ter prevalecido este segundo pólo da sensibilidade romântica. Esta visão, no entanto, pode nos levar a um equívoco se considerarmos que o velho professor foi alguém que decidiu manter-se fiel a uma mentalidade ultrapassada, alguém fora de sua época, apenas um excêntrico ou um sonhador desprovido do pragmatismo necessário à política real. Pois ele mantinha-se atualizado com as novidades científicas e filosóficas, conhecia bem o positivismo de Comte que combatia e selecionava das novas teorias que tanto entusiasmavam os mais jovens apenas aquilo que julgava científica ou moralmente válido. Talvez a sua maior convicção íntima, o critério mesmo pelo qual adotava aspectos desta ou daquela corrente de pensamento, tenha sido a sua fé no efeito regenerador do continente americano sobre a civilização humana, que por sua vez estava na raiz de outra crença, aquela do efeito regenerador das virtudes naturais dos rio-grandenses sobre a nacionalidade brasileira. Não havia maior novidade nestas crenças, Apollinario Porto Alegre foi um romântico, com certeza, mas a seu modo, como todos.

Não se deve, por conseguinte, atribuir ao velho Apollinario a invenção de alguma novidade em termos de idéias sobre a identidade nacional brasileira, pois ele era apenas um entre outros a rearranjar e adaptar ao contexto rio-grandense diversas noções que circulavam entre seus colegas letrados brasileiros. A mestiçagem racial, a idealização do indígena, a unidade do todo nacional pela preservação da diversidade cultural das províncias/estados, a identidade nacional pelo folclore e pela literatura “regional”, de certo modo eram todas noções que, conforme as circunstâncias, àquela altura já tiveram ou ainda viriam a ter maior prestígio entre os homens de letras e pensadores da identidade nacional. Do mesmo modo como os chamados “interpretadores” do Brasil no século XX, como Gilberto Freyre e Oliveira

Vianna, entre outros, também se valeriam de modos tradicionais de pensar a nação, modificando-os e reciclando-os conforme a finalidade política. O que não se deveria perder de vista, e parece ser esta a lição que o cronista Leo Pardo sutilmente desejava que o pintor do quadro do rodeio e as autoridades compreendessem, é que, por mais erudição e/ou autoridade que se possua, sempre se terá apenas um ponto de vista entre outros possíveis, e que falar da identidade “nossa” e dos outros, seja “regional” ou “nacional”, é algo sempre muito complicado e sujeito à controvérsia.

FONTES

Periódicos

- A Bigorna - Revista Crítica, Artística e Literária, Porto Alegre, 1909
- A Democracia, Porto Alegre, 1874, 1875
- A Federação, Porto Alegre, 1884, 1885, 1892
- A Imprensa, Porto Alegre, 1880, 1881, 1882
- A Notícia, Porto Alegre, 1899
- A Reforma, Porto Alegre, 1892
- Álbum do Domingo, Porto Alegre, 1878 e 1879
- Arcádia, Rio Grande, 2ª e 3ª séries, 1868; 4ª série, 1869 a 1870
- Correio do Povo, Porto Alegre, 1895 a 1909
- Correio do Sul, Porto Alegre, 1858, 1868, 1869
- Echo do Sul, Rio Grande, 19 de julho de 1896
- Gazeta Americana, Porto alegre, 1893
- Gazetinha, Porto Alegre, 1898, 1899
- Murmúrios do Guahyba, Porto Alegre, 1870
- O Constitucional, Porto Alegre, 1871, 1872, 1873
- O Independente, Porto Alegre, 1900 a 1908
- O Industrial – Periódico Hebdomadário, Porto Alegre, 06 de novembro de 1870
- O Paiz, Rio de Janeiro, 1904
- Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 (agosto), 2 (setembro), 3 (outubro) e 5 (dezembro), 1910
- Revista da Sociedade Ensaios Literários, Porto Alegre, 1874, 1875 e 1876
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1895
- Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1895 a 1904
- Revista do Partenon Literário, Porto Alegre
- 1ª série: março a dezembro de 1869 (10 exemplares)
 - 2ª série: julho de 1872 a maio de 1876 (47 exemplares)
 - 3ª série: agosto a dezembro de 1877 (8 exemplares)
 - 4ª série: abril a setembro de 1879 (5 exemplares)

Revista Gaúcha, Porto Alegre, n. 2 a 5, 1903

Revista Literária, Porto Alegre, n. 2 a 30 (incompleto), 1881

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1839 a 1864

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Porto Alegre, 1860 (1 e 2), 1861 (2), 1862 (1), 1863 (2)

Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 113 a 116, Porto Alegre, 1951 (Revista do Partenon Literário, março a dezembro de 1869)

Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 117 a 120, Porto Alegre, 1953 (Revista do Partenon Literário, julho a dezembro de 1872)

Manuscritos, Atas, Estatutos

ATAS das Sessões do Partenon Literário - 1872. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Nº 13/14, 1924. pp. 197-252.

ATAS das Sessões do Partenon Literário - 1873. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Nº 15/16, 1924. pp. 153-216.

CORRESPONDÊNCIA de Apollinario Porto Alegre, 1881, 1885, 1901. IHGRGS: documentos comprados de Adecálice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

DOCUMENTOS históricos diversos de Apollinario Porto Alegre. IHGRGS: Documentos comprados de Adecálice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

ESTATUTOS da Sociedade Parthenon Litterario, Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874 (IHGRGS – Armário A, N. 80).

ESTATUTOS do Grêmio Gaúcho. Aprovado em sessão de Assembléia Geral de 15 de setembro de 1927.

MANIFESTO dos Republicanos do Rio Grande do Sul, 1868, manuscrito. IHGRGS: Documentos comprados de Adecálice Ferreira Porto Alegre pelo Monsenhor João Maria Balém, em 09 de outubro de 1970.

Livros e impressos: literatura, história, lingüística, folclore e memórias

ALENCAR, José de, Iracema. Rio de Janeiro: INL, 1965.

ALENCAR, José de, O gaúcho. São Paulo: Ática, 1978.

ALENCAR, José de, O guarani. São Paulo: Ática, 1996.

ALENCAR, José de, Sonhos D'Ouro. Versão para eBook: eBooksBrasil.com; Fonte digital: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP, www.bibvirt.futuro.usp.

ARARIPE, Tristão de Alencar, Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Porto Alegre, Corag, 1986, edição fac-similar do original: Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1881.

AZURENHA, Paulino de. Semanário de Leo Pardo - Crônicas. Ed. Póstuma. Porto Alegre: Globo, 1926.

BARCELLOS, Ramiro Fortes de, A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul, com texto completo do original: Porto Alegre, Jornal do Commercio, 1882. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha – Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BELLO, Luiz Alves de. Os Farrapos (episódio da revolução de 35). 4ª edição, Porto Alegre, Oficinas Tipográficas do Correio do Povo, 1896.

BERLINK, Eudoro, Compêndio de Geografia da Província do Rio Grande do Sul, adaptado para as aulas públicas da província, 2ª edição, Porto Alegre, Tipografia do Rio-grandense de Eudoro Berlink, 1868 (Primeira edição em 1863).

BERND, Mario. “Porto Alegre de ontem e de hoje. Vultos, fatos e idéias”, publicado em: Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, 3º volume, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940, pp. 1295 a 1322.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis, A República Federal, 3ª edição, São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1887. Primeira edição: Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1881.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis, História da República Riograndense, Porto Alegre, Erus, 1981. Edição fac-similar: Rio de Janeiro, Tip. e Leuzinger & Fihos, 1882.

CAMARGO, Antonio Eleutherio de. Quadro estatístico e geográfico da província de S. Pedro

do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Commercio, 1868.

CHAGAS, Manuel Pinheiro, “Literatura brasileira - José d’Alencar”, Novos ensaios críticos. Porto, Em Casa da Viúva Moré Editora, 1868.

COARACY, Vivaldo, Encontros com a vida, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

CONVENÇÃO republicana de 23 de fevereiro. Porto Alegre, 1882.

CORRÊA, Romaguera, Vocabulário Sul-riograndense. Pelotas, Porto Alegre: Echenique & Irmão, Livraria Universal, 1898.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira, “Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, Revista do IHGB, vol. 15, 1852, pp. 210-240.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira, Ano histórico sul-riograndense, em forma de efemérides (1860 – 1888), Rio de Janeiro: Tip. de José Dias de Oliveira, 1888.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira, Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre, Porto Alegre: U. E. Porto Alegre, 1996.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. Licções da história do Brasil, adaptadas à leitura das escolas. Nova edição com alguns aumentos e correções. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1873. (primeira edição é de 1855).

DISCURSO proferido pelo Dr. Leonardo Macedonia, ao ser recebido sócio efetivo do IHGRGS”. Revista do IHGRGS, , n. 48, 4º trimestre de 1932, pp. 272-280.

DUARTE, Manuel Duarte, “Elogio de Apollinario Porto Alegre”, Revista do IHGRGS, nº 95, 3º trimestre de 1944. pp. 93-97.

DURÃO, José de Santa Rita, Caramuru – poema épico do descobrimento da Bahia, edição eletrônica: www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/caramuru .

GAZETA DE PORTO ALEGRE, “O livro do Sr. Conselheiro Araripe”, 04, 07, 13, 17, 22, 27 e 28 de junho de 1881; 02, 07, 11, 15 e 19 de julho de 1881. Arquivo do IHGB.

GONZAGA, Alcides, Homens e coisas de jornal. Porto Alegre: Globo, 1944.

GRÊMIO GAÛCHO: Preito de homenagem ao major Thomaz Joaquim Teixeira; Discurso proferido pelo saudoso Dr. Alcides de Freitas Cruz, na sessão solene de 20 de setembro de 1914; Discurso proferido pelo Dr. Sinval Saldanha, na sessão solene de 2 de julho de 1916. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'O Independente, 1916.

HOMEM, Joaquim de Salles Torres, Apontamentos para a história do movimento abolicionista na província do do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tip. da Reforma, 1888

IRIEMA (Apolinario Porto Alegre), Ao Parthenon Litterario em seu primeiro decênio, Porto Alegre, Imprensa Litteraria, 1878.

IRIEMA (Apolinario Porto Alegre), Bromélias, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1874.

IRIEMA (Apolinario Porto Alegre), Epidemia política — Comédia em quatro atos e uma cena intermediária. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1882 (?).

JACQUES, João Cezimbra, A proteção ao operariado na República. Sobre o problema das classes: capitalistas, burguesia e proletariado. Rio de Janeiro: Tip. Aurora, 1918.

JACQUES, João Cezimbra, Assuntos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ERUS, 1979. Reprodução da edição original: Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

JACQUES, João Cezimbra, Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica, Porto Alegre, ERUS, 1979. Reprodução da edição original: Porto Alegre, Tipografia de Gundlach & Comp., 1883.

JACQUES, João Cezimbra, Meditações, assuntos sociais, Porto Alegre, 1907.

JACQUES, João Cezimbra, O direito na sociologia. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1917.

KOSERITZ, Karl von, “A terra e o homem à luz da moderna ciência”, reproduzido em: René Gertz (org.), Karl von Koseritz: seleção de textos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

KOSERITZ, Karl von, “Bosquejos etnológicos”, reproduzido em: René Gertz (org.), Karl von Koseritz: seleção de textos, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

KOSERITZ, Karl von, Imagens do Brasil, Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980.

LIMA, Alcides, História popular do Rio Grande do Sul, 3ª edição, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. Edição original: Rio de Janeiro, Tip. de Leuzinger & Filhos, 1882.

LOPES NETO, João Simões, Lendas do sul. Populário. Pelotas: Echenique & Cia, 1913.

MACEDONIA, Leonardo, “Discurso proferido ao ser recebido sócio efetivo do IHGRGS”. Revista do IHGRGS. Porto Alegre, 4º trimestre, ano 12, n. 48, 1932.

MACHADO, Antônio Carlos, O solitário da Casa Branca: a sua vida - a sua obra - a sua época: conferência realizada na sede da Federação das Academias de Letras do Brasil a 26 de agosto de 1944 e acrescida de numerosas notas aditivas para esta publicação, Rio de Janeiro, Pongetti, 1945.

MAGALHÃES, Celso de, A poesia popular no Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1973.

- MAGALHÃES, José Vieira Couto de, O selvagem, Rio de Janeiro, 1876.
- MAYA, Alcides, Através da imprensa (1898-1900). Porto Alegre, Editores Octaviano Borba & Cia (Livraria “A Nacional”), 1900.
- MAYA, Alcides, O Rio Grande Independente. Porto Alegre: Typografia da Agencia Litteraria, 1898.
- MAYA, Alcides, Pelo futuro. Porto Alegre: Tip. Franco & Irmão, 1897.
- MORAES FILHO, Mello Moraes. Festas e tradições populares do Brasil, Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1979.
- MORAES FILHO, Mello Moraes. Serenatas e Saraus. Coleção de autos populares, lundus, recitativos, modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas, vol. I, II e III, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901, 1902.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Anais da Província de São Pedro, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- PORTO ALEGRE, Achylles. Nomes Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, s.d.
- PORTO ALEGRE, Achylles, História popular de Porto Alegre, Porto Alegre, UE/ Porto Alegre, 1994
- PORTO ALEGRE, Álvaro, Apolinario Porto Alegre, Porto Alegre, Thurmann, 1954.
- PORTO ALEGRE, Álvaro, Ronda da história, Porto Alegre, Ed. Thurmann, 1956.
- PORTO ALEGRE, Álvaro, Ciclo Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre, Thurmann, 1944.
- PORTO ALEGRE, Álvaro, O Partenon Literário: ensaio lítero-histórico, Porto Alegre, Thurmann, 1962.
- PORTO ALEGRE, Apolinario, Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1985.
- PORTO ALEGRE, Apolinario, Flores da Morte. Porto Alegre: Tipografia Marinoni, 1904
- PORTO ALEGRE, Apolinario, Paisagens: contos, Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc, Pró-Memória, INL, 1987. Edição original: Porto Alegre, Imprensa Litteraria, 1875.
- PORTO ALEGRE, Apolinario, Popularium Sul-Riograndense, 3ª edição revista e aumentada, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, no prelo.
- PORTO ALEGRE, Apolinario, Viagem a Laguna. Porto Alegre, Oficinas a vapor do Jornal do Commercio, 1896.
- RIBAS, Gomercindo, Homenagem a um professor — Inauguração da herma de Apollinario

- Porto Alegre, Porto Alegre, Livraria Americana, 1927.
- ROMERO, Sylvio, A filosofia no Brasil. Ensaio crítico. Porto Alegre, Tip. Deutsche Zeitung, 1878. Reproduzido em: Idem, Obra filosófica, Seleção de Luis Washington Vita, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- ROMERO, Sylvio, Cantos populares do Brasil. Tomos I e II, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- ROMERO, Sylvio, Contos populares do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- ROSA, Otelo, “Apolinario Porto Alegre”. Revista do IHGRGS, n° 49/50, 1° semestre de 1933. pp. 215 a 231.
- ROSA, Otelo, “Centenário de Apolinario Porto Alegre”. Revista do IHGRGS, n° 95, 3° trimestre de 1944. pp. 83-93.
- SILVA, Domingos de Araujo e. Diccionario historico e geographico da provincia de S. Pedro ou Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- TEIXEIRA, Mucio Scoevola Lopes. A revolução do Rio Grande do Sul, suas causas e seus efeitos. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Commercio, 1893.
- VALLE, José Antonio do (Calde e Fião), A divina pastora, Porto Alegre: RBS, 1992. Reprodução do original: A divina pastora – novela rio-grandense, Rio de Janeiro, Typographia Brasiliense de J. M. Ferreira, 1847.
- VALLE, José Antonio do (Calde e Fião), O corsário - romance rio-grandense, Porto Alegre: IEL, 1979.
- VARELA, Alfredo. Ensaio e críticas. Edições Instituto América, 1948.
- VARELA, Alfredo. Remembranças - Tempos idos e vividos. 2ª edição, Rio de Janeiro: A.G.U.S.A., 1959. 2 volumes.
- VARELLA, Alfredo, Rio Grande do Sul — Descrição física, histórica e econômica. Volume 1°. Pelotas e Porto Alegre: Echenique & Irmão Editores, 1897.
- VASCONCELOS, Waldemar de, Homens e nações. Rio de Janeiro: Coop. Editora Brasília, 1945.
- VON MARTIUS, Carl F. P., “Idéias gerais sobre a história do Brasil”, em: Idem, O Estado do direito entre os autóctones do Brasil, Edusp/Itatiaia. p. 87-107.

Acervos consultados

Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho

Biblioteca particular de Julio Petersen

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp

Biblioteca Nacional

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Martha Abreu, “Festas e cultura popular na formação do povo brasileiro”, Projeto História, n. 16, São Paulo, PUC-SP/Educ, fevereiro de 1998, pp. 143-166.
- ABREU, Martha Abreu, Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- ABREU, Martha Abreu, O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- ADUCCI, Cassia C., A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
- AITA, Carmen, AXT, Gunter, e ARAÚJO, Vladimir, Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBECHE, Daysi Lange, Imagens do gaúcho: história e mitificação, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de, A invenção do nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923), Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 1999.
- ALMEIDA, Marlene Medaglia, Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.
- ANDERSON, Benedict, Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nations. London and New York: Verso, 1991.
- ANTUNES, Paranhos, “Os partidos políticos no RS (1822-89)”, in Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. II, IHGRGS, 1936.
- ASSUMPCÃO, Euzébio Assumpção e MAESTRI, Mario (orgs.), Nós, os afro-gaúchos, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- AZEVEDO, J. Eustáquio, Anthologia Amazônica, v. II. Belém: Carioca, 1918.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- BARITE, Mario, e CERETTA, Maria Gladys, Guia de revistas culturais uruguayas: 1885 – 1985. Montevideo: Ediciones El Galeon, 1989.
- BERMAN, Marshall, Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BLAKE, Sacramento, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BOSI, Alfredo, História concisa da literatura brasileira, São Paulo, Cultrix, 1983.
- BRESCIANI, Maria Stella, “Germaine de Stael e as ficções literárias”, em: Jacy A. Seixas, Maria Stella Bresciani e Marion Brepohl (org.). Razão e paixão na política. Brasília: Ed. da UnB, 2002.
- BRESCIANI, Stella, “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar comum”, em Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), op. cit., p. 403-426.
- BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme, Physiologie du Goût, ou Méditations de gastronomie transcendante. Paris, Charpentier, 1847, 380 p. (*Bibliothèque Nationale de France*, Gallica – modo texto, formato html) Edição eletrônica: <http://gallica.bnf.fr/scripts/ConsultationTout.exe?O=N087748&T=2>
- BURKE, Peter, A cultura popular na idade moderna, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CADERNO CULTURA, “Gauchidade: tradição ou invenção?”, in Zero Hora, 21 de setembro de 2002.
- CALLARI, Cláudia Regina, “Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da, O marechal Câmara. Vol I - Reflexões introdutórias à sua biografia, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1964.
- CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. Presença da literatura brasileira: história e antologia. I – Das origens ao realismo, 3ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- CÂNDIDO, Antonio, “A vida ao rés-do-chão”, em: A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, Campinas, Ed. da Unicamp, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- CÂNDIDO, Antônio, Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 6ª edição, volumes 1 e 2, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.
- CANO, Jefferson, O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império

- brasileiro. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001.
- CARNEIRO, Newton L. G., A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- CARVALHO, José Murilo, A construção da ordem: a elite política imperial, São Paulo, Ed. da UnB, 1980.
- CARVALHO, José Murilo. Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988
- CARVALHO, José Murilo, A formação das almas: o imaginário da república no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo, Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de, REVEL, Jacques, e JULIA, Dominique. “A beleza do morto: o conceito de cultura popular”, em: Michel de Certeau, A invenção da sociedade. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.
- CESAR, Guilhermino, História da Literatura do Rio Grande do Sul, 2^a ed., Porto Alegre, Globo, 1971.
- CEZAR, Temístocles, “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”, Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 73-94.
- CHALHOUB, Sidney, Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney, e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.), A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- CHASTEEN, John Charles, Heroes on horseback: a life and times of the last gaucho caudillos. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1995.
- CHAVES, Flavio Loureiro. Simões Lopes Neto: Regionalismo e literatura, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- CHIAPPINI, Ligia. No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CONFINO, Alon, The nation as a local metaphor. Württemberg, imperial Germany and national memory, 1871-1918. Chappel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997.

- COUTINHO, Afranio e SOUZA, J. Galante de. Enciclopédia da Literatura Brasileira. São Paulo: Global, FBN, ABL, 2001.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.), Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura, Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, “Folcloristas e historiadores no Brasil: ponto para um debate”, Projeto História, n. 16, São Paulo, PUC-SP/Educ, fevereiro de 1998, pp. 167-176.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius Gonzaga (orgs.), RS: cultura e ideologia, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- DAISSON, Augusto, À margem de alguns brasileirismos. Porto Alegre, Globo, 1925.
- DUARA, Prasenjit Duara, “*Historicizing national identity, or who imagines what and when*”, em: Geoff Elley e Ronald Grigor Suny, (org.), Becoming national, New York and Oxford, Oxford U. Press, 1996, pp. 151-177.
- DUARA, Prasenjit Duara, Rescuing history from the nation: questioning narratives of modern China. Chicago, University of Chicago Press, 1996.
- ENDERS, Armelle, “O ‘Plurtarco brasileiro’: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”, Estudos Históricos, n. 25, 1º semestre de 2000, edição eletrônica: www.cpdoc.fgv.br/revista.
- FELIX, Loiva Otero. “A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha”.
- FELIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Antonio Celso, A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940), São Paulo, Ed. da Unesp, 2002.
- FERREIRA, Athos Damasceno, Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1975.
- FERTIG, André Atila, Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873). Porto Alegre, Tese de Doutorado em História/ UFRGS, 2003.
- FIGUEIREDO, Aldrin de Moura, A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões

afro-brasileiras na Amazônia: a constituição de um campo de estudo: 1870-1950, Campinas, Dissertação de Mestrado em História - Unicamp, 1996.

FIGUEIREDO, Aldrin de Moura, Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Campinas, Tese de Doutorado em História - Unicamp, 2001.

FIGUEIREDO, Joana Bosak, O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o estado nacional (1851-1865), Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2000.

FISCHER, Luis Augusto, e GERTZ, René E. (orgs.), Nós, os teuto-gaúchos, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa, “Biografia tentadora”, Zero Hora, Porto Alegre, 14 de setembro de 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa, Julio de Castilhos e sua época, 4ª edição, Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1996.

FRANCO, Sergio da Costa, Porto Alegre – Guia Histórico, 2ª ed., Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa, Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GANS, Magda R., Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850 – 1889), Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1996.

GELLNER, Ernest, Nations and nationalism, Ithaca, New York: Cornell U. Press, 1983.

GERTZ, René (org.), Karl von Koseritz: seleção de textos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

GERTZ, René, O perigo alemão, 2ª ed., Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

GOLIN, Tau, A ideologia do gauchismo, Porto Alegre, Tchê, 1983.

GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luis Augusto, e BISSÓN, Carlos A. (orgs.), Nós, os gaúchos, v. 1 e 2, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992 e 1994.

GUIMARÃES, João Pinto, “Apolinario José Gomes e sua descendência”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 29, n. 117 a 120, 1º ao 4º trimestre, 1950.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial: o IHGB (1838-1889)”, Revista do IHGB, n. 388, julho-setembro 1995, p. 459-613.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e civilização nos trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, Estudos Históricos, n. 1, 1988.

- GUINSBURG, Jaime (Org.), O romantismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HESSEL, Lothar e outros, O Partenon Literário e sua obra, Porto Alegre, FLAMA/Instituto Estadual do Livro, 1976.
- HESSEL, Lothar. “Apolinario e sua nora”, Correio do Povo, 12 de setembro de 1970, Caderno de Sábado, p. 16.
- HOBBSAWN, Eric, e RANGER, Terence (orgs.), A invenção das tradições, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HOBBSAWN, Eric, Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, tomo 2 - O Brasil monárquico, 5º vol: Do império à república, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.
- JACKS, Nilda, Querência: cultura regional como mediação simbólica - um estudo de recepção, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- LAZZARI, Alexandre, Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915, Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2001.
- LEITE, Ligia Chiapini Morais, Regionalismo e modernismo, São Paulo, Ática, 1978.
- LOVE, Joseph, O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930, São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LOWY, Michael e SAYRE, Robert, Romantismo e política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- MACIEL, Maria Eunice, “Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul”, em: Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 239-267.
- MACIEL, Maria Eunice, “Os tipos característicos. Região e estereótipos regionais”, Humanas, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995, pp. 171-191.
- MAESTRI, Mario (org.), Nós, os ítalo-gaúchos, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- MAIA, João, História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico, 5ª edição corrigida, Porto Alegre, Selbach & Mayer, 1907.
- MARIANTE, Helio Moro, “Memórias Acadêmicas – Achegas para a história das Academias de Letras do Estado do Rio Grande do Sul”, Revista da Academia Rio-Grandense de Letras, Edição Especial, n. 9, 1989, p. 47.
- MARSON, Izabel, “Conciliação e esquecimento: Nabuco e a revolução”, em: Stella Bresciani e

Márcia Naxara (orgs.), Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

MARTINS, Ari, Escritores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MATOS, Claudia Neiva de, A poesia popular na República das letras: Silvio Romero folclorista, Rio de Janeiro, Funarte/UFRJ, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohlof de. O tempo saquarema: a formação do estado imperial, São Paulo, Hucitec, 1990.

MAUCH, Claudia, Ordem pública e moralidade: a imprensa e o policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890, Porto Alegre, dissertação de mestrado UFRGS, 1992.

MENEZES, Raimundo de, Dicionário da Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MENEZES, Raimundo de, José de Alencar, literato e político, 2ª edição, Rio de Janeiro e São Paulo, LTC, 1977.

MEYER, Augusto, Guia do folclore gaúcho, 2ª edição revista e aumentada pelo autor, Rio de Janeiro, Presença/SEC/MEC, 1975.

MEYER, Augusto, Prosa dos pagos, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960.

MEYER, Marlise, “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica”, em: Antonio Candido e outros, A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

MOREIRA, Maria Eunice, Apolinario Porto Alegre, Porto Alegre, IEL, 1989.

MOREIRA, Maria Eunice, Nacionalismo literário e crítica romântica, Porto Alegre, IEL, 1991.

MOREIRA, Paulo Roberto Staud, Entre o deboche e a rapina: os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888). Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1993.

MOREIRA, Paulo Roberto Staud, Faces da liberdade, máscaras do cativo. Experiências da liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre, Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

NAIRN, Tom, “Scotland and Europe”, em: Becoming national, New York and Oxford, Oxford U. Press, 1996pp. 79-105.

NEEDEL, Jeffrey D., Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

- NEVES, Margarida de Souza, “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”, em: A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, op. cit., p. 75-92.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi, A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, Ruben George, “A polêmica identidade gaúcha”, Cadernos de Antropologia, Porto Alegre, n. 1, UFRGS/IFCH, 1992.
- OLIVEN, Ruben George, “Na fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho”, em Luiz Roberto Pecoits Targa (org.) Breve inventário de temas do sul, Porto Alegre, UFRGS, FEE, Univates, 1998. Pp. 285-319.
- OLIVEN, Ruben George, A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação, Petrópolis, Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato, Cultura popular: românticos e folcloristas, São Paulo, Olho d’Água, 1992.
- PEREIRA, Leonardo A. M. Pereira, “Literatura e História Social: a ‘geração boêmia’ no Rio de Janeiro do fim do império”, História Social, n. 1, 1994, p. 29-64.
- PEREIRA, Leonardo A. M. Pereira, O carnaval das letras, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”, Revista Brasileira de História, v. 19, n. 37, 1999, p. 195-216.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, “Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo”, em Stella Bresciani e Márcia Naxara (orgs.), op.cit., p. 223-238.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, A revolução federalista, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- PESVENTO, Sandra Jatahy, “A invenção da sociedade gaúcha”, Ensaio FEE, v. 14, n. 2, 1993, pp. 383-396.
- PICCOLO, Helga I. L., “Século XIX: o Rio Grande do Sul e a estruturação do estado nacional brasileiro. A questão da identidade”. Revista do IHGB, 157(390), jan.-mar. 1996. pp. 79-95.
- PICCOLO, Helga, A política rio-grandense no II Império (1868-1882), Porto Alegre, UFRGS, 1974.

- PICCOLO, Helga, Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.
- POVOAS, Mauro Nicola. Literatura e imprensa em Porto Alegre. A revista Murmúrios do Guaíba (1870), Porto Alegre, PUC, 2000.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação. 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEVEDO, Julio, e FONSECA, Orlando (org.), Cezimbra Jacques, passado e presente, Porto Alegre, Martins Livreiro, 2000.
- REVERBEL, Carlos, Assis Brasil, 2ª ed., Porto Alegre, IEL, 1996.
- ROCHA, Artheniza Weinmann et alii, J. F. de Assis Brasil: interpretações, Santa Maria, Ed. UFSM, 1995.
- RODRIGUES, João Paulo C. S., “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias”, em: Sidney Chalhoub e Leonardo A. M. Pereira (orgs.), A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 233-264.
- RODRIGUES, João Paulo C. S., A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 – 1913), Campinas, Ed. da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, João Paulo C. S., A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840 – 1930, Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2002.
- ROSA, Othelo, “O Parthenon Literário”, Revista do IHGRGS, n. 109/112, 1948, p. 165-170.
- RÜDIGER, Francisco. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- SABATINI, Renato M. E., “Frenologia: a história da localização cerebral”, Cérebro & Mente: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência, março/abril, 1997. (Centro de Informática Biomédica, Unicamp, Brasil - http://www.epub.org.br/cm/n01/frenolog/frenologia_port.htm).
- SARMIENTO, Domingo Faustino, Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino, Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS/EDIPUCRS, 1996.
- SCHILLING, Getulio, Cezimbra Jacques, o precursor, Porto Alegre/Santa Maria, 1986.
- SCHNEIDER, Regina Portela, A instrução pública no RS 1770-1889, Porto Alegre: UFRGS, 1993.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau, Literatura como missão. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SEVCENKO, Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- SHUMWAY, Nicolas, The invention of Argentina, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1991.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. Dicionário Bibliográfico Português, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- SILVA, João Pinto da., História da literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924.
- SILVA, Rafael F. A. Moreira da, Folclore e identidade social na obra do literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), Campinas, 1999, mimeo.
- SMITH, Anthony D., “The origins of nations”, em: Becoming national, New York and Oxford, Oxford U. Press, 1996p. 106-131.
- SOBRINHO, J. F. Velho, Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho, Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780 – 1831, São Paulo, Editora da Unesp, 1999.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de, As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na corte (1832-1868), Campinas, Editora da Unicamp, Cecult, 2002.
- SPALDING, Walter, Construtores do Rio Grande, Vol. 3, Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 55-62.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajedo: UNIVATES, 1998.
- THOMPSON, E. P, Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TREECE, David, Exiles, Allies, Rebels: Brazil’s indianist movement, indigenist politics and the imperial nation state. Westport, Greenwood Press, 2000.
- TRINDADE, Helgio. “O jacobinismo castilhisto e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul”, em: Helgio Trindade (org.), O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- VARGAS, Anderson Z., Os subterrâneos de Porto Alegre: imprensa, ideologia autoritária e

- reforma social 1900-1919, Porto Alegre, dissertação de mestrado UFRGS, 1992.
- VELLINHO Moyses, “O Partenon Literário”, Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos, Porto Alegre, Ed. Champagnat, 1958.
- VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VILHENA, Luís Rodolfo, Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947 – 1964, Rio de Janeiro, Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- VILLAS-BOAS, Pedro Leite, Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Porto Alegre: Est/Edigal, 1991.
- WEBER, Beatriz Teixeira, As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889 – 1928, Santa Maria e Bauru, Ed. da UFSM e Edusc, 1999.
- WEINSTEIN, Barbara, “Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia”, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2): 261-72, maio-agosto 2002.
- WEINSTEIN, Barbara, “*Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932*”, N. Appelbaum, A. Macpherson e K. Roseblatt (orgs.), Race and Nation in Modern Latin America, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2003, 237-262.
- WEINSTEIN, Barbara, “*Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective*”, mimeo, 2002.
- ZILBERMAN, Regina *et alii*, O Partenon Literário: poesia e prosa – Antologia. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1980.
- ZILBERMAN, Regina, “O Partenon Literário: literatura e discurso político”, Letras de Hoje, n. 40, ano 13, junho 1980.



